



Informações:
Francielle
Secretaria de Assistência Social
(49) 9977-5688

**Que a gente entenda que não dá para abraçar o mundo.
Mas dá para abraçar algumas pessoas e fazer a diferença.**
Clarissa Corrêa



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2010

Terça-feira - 07 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	4	Herval d'Oeste	202	Petrolândia	400
Alto Bela Vista.....	9	Ibiam	204	Pinheiro Preto	401
Anchieta	10	Ilhota	205	Pomerode	451
Arabutã	11	Imarui	209	Ponte Serrada	461
Arroio Trinta.....	15	Imbituba	213	Porto Belo.....	474
Ascurra.....	19	Indaial	220	Porto União.....	475
Atalanta.....	21	Iomerê	221	Pouso Redondo	479
Balneário Piçarras.....	24	Ipumirim	222	Presidente Castello Branco	481
Balneário Rincão	25	Irineópolis	228	Presidente Nereu.....	482
Barra Bonita.....	28	Itá	229	Princesa	485
Benedito Novo	29	Itapema	230	Rio do Sul.....	486
Biguaçu	36	Itapiranga.....	231	Rio Fortuna.....	492
Blumenau	40	Itapoá	234	Romelândia.....	493
Bom Jesus do Oeste	57	Ituporanga	249	Santa Terezinha do Progresso	494
Bom Retiro	58	Jacinto Machado	251	Santiago do Sul.....	496
Brunópolis	70	Jaraguá do Sul	254	São Bento do Sul.....	502
Brusque.....	71	Joaçaba	263	São João do Oeste	507
Caçador.....	75	Lages	285	São João do Sul	508
Camboriú.....	93	Lajeado Grande.....	289	São Joaquim	514
Campo Alegre	96	Lauro Muller	291	São José.....	515
Campo Erê.....	98	Lebon Regis	294	São José do Cedro.....	518
Campos Novos.....	99	Leoberto Leal.....	295	São Lourenço do Oeste.....	522
Canelinha	128	Lontras.....	296	São Miguel da Boa Vista	525
Canoinhas.....	129	Luzerna	297	São Miguel do Oeste.....	538
Capinzal	134	Macieira.....	298	São Pedro de Alcântara.....	540
Catanduvas.....	140	Mafra	299	Schroeder	544
Caxambu do Sul.....	141	Maracajá	301	Seara	551
Celso Ramos	142	Maravilha.....	308	Serra Alta	555
Chapadão do Lageado	145	Massaranduba.....	311	Siderópolis.....	557
Chapecó	146	Meleiro	313	Sul Brasil	561
Concórdia	147	Mondaí	314	Tigrinhos	562
Cordilheira Alta	148	Monte Carlo	315	Timbé do Sul	563
Corupá	152	Morro da Fumaça	316	Timbó	565
Curitibanos	158	Navegantes.....	319	Três Barras	569
Eral Velho	164	Nova Trento	325	Treze Tilias	570
Faxinal dos Guedes.....	165	Orleans	327	Tunápolis.....	571
Flor do Sertão	167	Ouro Verde	328	Turvo	572
Forquilha	172	Palhoça	329	União do Oeste	573
Fraiburgo.....	179	Palmitos	332	Vargem Bonita	574
Frei Rogério	192	Papanduva.....	333	Videira.....	583
Garopaba.....	193	Paraíso	334	Vitor Meireles.....	587
Garuva	196	Passos Maia	335	Xanxerê.....	588
Gaspar	197	Paulo Lopes	337	Xavantina	589
Guaraciaba	199	Penha.....	341	Xaxim.....	592
Guaramirim.....	200	Peritiba.....	363		

Consórcios

AGIR	593	CIGA	594	CIS Nordeste	595
CIDEMA.....	593	CIMVI.....	594	CIS/AMOSC.....	596

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Estreito - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Edição Nº 2010

Terça-feira - 07 de Junho de 2016

Florianópolis/SC

Sumário

CIS/AMURC	597
CIS/AMURES.....	598
CITMAR.....	598

Água Doce

PREFEITURA

CONTRATO Nº 57/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 57/2016 DE 02/06/2016

Pelo presente instrumento de contrato, o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, 322 – Centro, CNPJ nº. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Senhor NOVELLI SGANZERLA, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 160.789.509-91 doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa KNAPP & CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 76.376.375/0001-12, estabelecida na Rua Almirante Barroso, 711, Centro na cidade de Palmitos – SC, neste ato representada pelo Sr. ALDEMIR HOLDEFER, portador do CPF nº. 783.103.509-53, RG nº. 5.528., doravante denominado CONTRATADO, resolvem celebrar o presente contrato para O REGISTRO DE PREÇOS, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E OUTROS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, em conformidade com o que preceitua a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto o O REGISTRO DE PREÇOS, PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO E DETONAÇÃO DE ROCHAS, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E OUTROS ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS, conforme descrito abaixo:

Item	Descrição	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
1	Contratação de serviços de perfuração e detonação de rochas com fornecimento de materiais e outros acessórios necessários, em locais a serem determinados pelo município.	2.000 metros lineares	R\$ 57,40	R\$ 114.800,00
TOTAL				R\$ 114.800,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO

3.1. Os serviços serão executados de forma parcelada, a pedido do município, após emissão de autorização de fornecimento, indicando os locais para tal. Os serviços deverão ser executados em até 10 dias após a autorização.

3.2. Dos Prazos e Vigência – O presente registro de preço passa a ter início no ato da assinatura do Ata de Registro de Preço e duração de até 12 meses, ou quando a quantidade terminar, o que expirar primeiro.

3.3. O município se reserva o direito de retirar apenas parte dos materiais licitados.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 – O preço ajustado para a execução do objeto constante da cláusula primeira será de R\$ 114.800,00 (cento e quatorze mil e oitocentos reais).

3.2 – O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária, mediante depósito na conta corrente da contratada, em até 10 dias após a liquidação da despesa, acompanhado da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente recebida e aceita por Servidor ou Comissão responsável pelo recebimento, observado o estabelecido no art. 5º da Lei 8.666/93, e desde que não ocorra fator impeditivo provocado pela adjudicatária.

3.3 – Para fazer jus ao pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal/fatura, de acordo com a Nota de Empenho, indicando o produto a ser fornecido, quantidade, preço unitário e preço total.

3.4 – Nenhum pagamento será efetuado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento dos preços ou correção monetária.

3.5 – O pagamento somente será realizado após a comprovação de regularidade da documentação obrigatória da licitante vencedora junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores ou mediante a apresentação da documentação obrigatória (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Municipal, Estadual, FGTS e INSS), devidamente atualizada.

3.6 – Será efetuada a retenção de tributos e contribuições, pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras, conforme artigo 64 da Lei nº 9.430, de 27.12.96. As pessoas jurídicas optantes pelo SIMPLES não estão sujeitas a retenção, desde que apresentem Declaração na forma do Anexo VI da IN SRF nº 306 de 12 de março de 2003.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 – Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, que dispõe:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

(...);

II - por acordo das partes:

(...);

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobreviverem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

(...).

4.2 – Os preços somente serão revisados mediante ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo, inciso e alínea supra citado da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovado e aceito pela Administração.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PRAZOS E VIGÊNCIAS

5.1 – O prazo do presente contrato será de 12 meses, a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA SEXTA - DA DESPESA

6.1 – Para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto deste Contrato, serão empregados os seguintes recursos orçamentários:

08 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURA RURAL

01 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES

2.050 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Infraestrutura Rural

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/107 – Aplicações Diretas

17 – SECRETARIA DE URBANISMO

01 – DEPARTAMENTO DE URBANISMO

2.046 – Manutenção do Departamento de Urbanismo

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/151 – Aplicações Diretas

02 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

02 – DEPARTAMENTO DE CONTROLE SANITÁRIO

2.014 – Manutenção da Secretaria de Agricultura

3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/43 – Aplicações Diretas

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

7.1 – O Município por seus responsáveis, fornecerá informações úteis, boas e necessárias, a perfeita execução dos serviços com vistas à execução do objeto deste Contrato, bem como, efetuarão o respectivo pagamento na data e condições aqui estabelecidas.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 – A CONTRATADA assumirá responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuará, pelo fornecimento do pessoal para prestação dos serviços.

8.2 – A CONTRATADA se obriga a facilitar todas as atividades de fiscalização dos serviços que serão feitas por servidores desta Municipalidade, fornecendo as informações e demais elementos necessários.

8.3 – A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato da assinatura do contrato, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

8.4 – A CONTRATADA deverá cumprir o disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, de acordo com o previsto no inciso V do artigo 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com a redação que lhe deu a Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999.

8.5 – A CONTRATADA é responsável, às suas expensas, em efetuar o deslocamento do pessoal até o local da prestação dos serviços, não cabendo qualquer obrigação a contratante.

CLÁUSULA NONA – PENALIDADES

9.1 – Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, garantida a prévia defesa em processo regular, poderá o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, conforme o caso, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa administrativa de 10 % (dez por cento) sobre o valor da contratação;

c) Rescisão Contratual;

d) Suspensão temporária para licitar e contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE;

e) Declaração de inidoneidade.

9.2 – A advertência será aplicada nos casos de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.3 – À CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento), pelo atraso na prestação dos serviços ou pela prestação dos serviços que não atenda as especificações do objeto licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, corridos, uma vez comunicada oficialmente, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.

9.4 – A penalidade de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pelo prazo de até 02 (dois) anos, poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos ao MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE.

9.5 – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante ressarcir o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no subitem anterior.

A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) Pelo não cumprimento dos prazos e condições estabelecidas neste contrato.
- b) À licitante que tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1 – Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1 – A fiscalização será efetuada pelo responsável do Setor de Esportes deste Município.

11.2 – A fiscalização exercerá controle rigoroso quanto à qualidade dos serviços prestados.

11.3 – As reclamações entre a contratada e a fiscalização serão feitas mediante ofício protocolado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO

12.1 – Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 consolidada, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INEXECUÇÃO E RESCISÃO

13.1 – O presente contrato poderá ser rescindido nos seguintes casos:

- a) Por ato unilateral, escrito, do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) Amigavelmente por acordo das partes, mediante formalização de aviso prévio com antecedência mínima de trinta (30) dias, não cabendo indenização a qualquer uma das partes, resguardado o interesse público;
- c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

13.2 – O descumprimento, por parte da CONTRATADA, de suas obrigações legais e/ou contratuais, assegura ao CONTRATANTE o direito de rescindir o contrato a qualquer tempo, independente de aviso, interpelação judicial e/ou extrajudicial.

13.3 – A rescisão do contrato, com base no parágrafo anterior, sujeita à CONTRATADA a aplicação das penalidades relacionadas na cláusula nona deste contrato.

13.4 – Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

14.1 – O presente contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 8.666/93 de 21/6/93, suas alterações.

Parágrafo único. Os casos omissos serão resolvidos à luz da referida Lei e suas alterações, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

15.1 – Este Contrato está vinculado ao Pregão Presencial nº 23/2016, para todos os efeitos legais e jurídicos, aqueles consignados na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada, especialmente nas dúvidas, contradições e omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – Este Contrato é intransferível, não podendo a CONTRATADA, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 – Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas dúvidas e questões oriundas do presente contrato.

E, por estarem acordes, as partes assinam este instrumento em 2 (duas) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo.

Água Doce, SC, 02 de junho de 2016

NOVELLI SGANZERLA	ALDEMIR HOLDEFER
Prefeito Municipal	Knapp & Cia Ltda
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
Scheila Mara Corso Giordani
OAB 27419

PORTARIA 144/2016

PORTARIA Nº 144/2016 de 06 de junho de 2016

“NOMEAR PARA O CARGO DE DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DA SECRETARIA DE SAÚDE O SERVIDOR QUE MENCIONA”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/98. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:
Artigo 1º Nomear para o cargo de Diretor do Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria de saúde, o servidor, DALCI ANTONIO PEREIRA DE SOUZA, brasileiro, inscrito sob CPF nº 425.724.609-04, a partir de 06/06/2016.
Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.
Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 06 de junho de 2016
Novelli Sganzerla Camila Raquel Macagnan
Prefeito Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 145/2016

PORTARIA Nº 145/2016 de 06 de junho de 2016

“CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA ”

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:
Artigo 1º Conceder férias a funcionária REGINA AMABILE VARASCHIN, inscrita sob CPF nº 594.853.539-87, funcionária efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, a partir de 06/06/2016 a 25/06/2016, referente ao período 14/15.
Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.
Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 06 de junho de 2016
Novelli Sganzerla Camila Raquel Macagnan
Prefeito Diretora do Dpto de Recursos Humanos

PORTARIA 146/2016

PORTARIA Nº 146/2016 de 06 de junho de 2016

"CONCEDE FÉRIAS A FUNCIONÁRIO QUE MENCIONA "

Novelli Sganzerla, Prefeito de Água Doce, SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto nos incisos VII e X do artigo 68 lei orgânica do Município e Lei complementar nº. 015/99. E lei complementar 058/2009 de 09/06/2009

Resolve:

Artigo 1º Conceder férias a funcionária ADRIANA BOFF, inscrita sob CPF nº 047.379.539-62, funcionária efetiva no cargo de Enfermeira, a partir de 06/06/2016 a 15/06/2016, referente ao período 15/16.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Água Doce, 06 de junho de 2016

Novelli Sganzerla
PrefeitoCamila Raquel Macagnan
Diretora do Dpto de Recursos Humanos

Alto Bela Vista

PREFEITURA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

MUNICÍPIO DE ALTO BELA VISTA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2016

A Prefeita Municipal torna público que ratificou o ato do Senhor Vilmar José Zonta, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do Inciso III, do artigo 25 da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, para a Contratação de show com a Dubla Diego & Gabriel para as festividades alusivas ao 21º Aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município, em favor da empresa GABRIEL ANTONIO ZANELA 01023629984, no valor total de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), com vigência até 30/08/2016.

Alto Bela Vista, SC, 31 de maio de 2015.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 068 DE 06 DE JUNHO DE 2016

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma do art. 83, 84, Parágrafo Único Seção II, da lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005, institui o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença para tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal, DEISE OHLWEILER MATTES, matrícula 8, ocupante do Cargo Efetivo de PROFESSOR II – 40 HORAS, no período de quinze (15) dias, a contar de 03 de junho de 2016, conforme atestado médico expedido pela Dra. Eliciane Gutierrez, CRM-SC 9068.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município no período de 03 a 17 de junho de 2016.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Alto Bela Vista/SC, em 06 de junho de 2016.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

FATIMA LORETE CLEIN DA SILVA

Responsável Pelas Publicações

Anchieta

PREFEITURA

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 026_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 026/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Aquisição de canecas de vidro para serem utilizadas na alimentação escolar das escolas municipais lotadas no ensino fundamental, pago com recursos do salário educação. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 20/06/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 06 de junho de 2016.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO AVISO PREGÃO PREF - 027_2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

AVISO LICITAÇÃO – Pregão Presencial 027/2016

O Prefeito Municipal de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94, Decreto 160/13 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do artigo 48 da Lei Complementar 147 de 07/08/2014, para Aquisição de jalecos brancos para serem utilizados pelas merendeiras e auxiliares de serviços gerais, na execução de suas atividades diárias nas escolas municipais lotadas no ensino Infantil e Fundamental, pago com recursos próprios. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 10:00 horas do dia 20/06/2016. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de licitações, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta – feira.

Anchieta, 06 de junho de 2016.

Ari Prestes de Oliveira

Prefeito Municipal

Arabutã

PREFEITURA

ATA 001 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 36/2016

ATA 001

Processo Licitatório nº. 36/2016 – Pregão nº 25/2016

Objeto: Registro de preços para prestação de serviços de horas máquinas, conforme itens do Formulário Proposta, anexo I.

A empresa CONSTRUTORA UNIÃO LTDA não compareceu na sessão pública.

Ato contínuo foram abertos os envelopes nº. 1 - Propostas Comerciais, os quais foram rubricados pela Pregoeira e Equipe de Apoio.

Não houve a fase de lances verbais, em vista da ausência do licitante.

Em seguida, procedeu-se à abertura do Envelope nº. 2 - Documentação de Habilitação da empresa vencedora, sendo que os documentos neles contidos foram conferidos e rubricados pela Pregoeira e Equipe de Apoio.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, com a presente ata aprovada e assinada pela Pregoeira e pelos membros da Equipe de Apoio presentes ao final da sessão.

A ata completa está disponível no site Oficial do Município de Arabutã e pode ser acessada através do seguinte endereço eletrônico: <http://www.arabuta.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/27067/codLicitacao/76419#.V1XBM-S2FSI>.

Arabutã, 06 de junho de 2016.

Pregoeira - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Equipe de Apoio: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DELSI DRIEMEIER

Representante Legal.

Todas as empresas apresentaram documentação comprobatória de enquadramento como microempresa e/ou empresa de pequeno porte.

Ato contínuo foram abertos os envelopes nº. 1 - Habilitação, os quais foram rubricados pela comissão e credenciados/representantes e após conferência e rubrica dos mesmos, constatou-se que as licitantes apresentaram a documentação em conformidade com as exigências do Edital.

Diante disso, as quatro empresas licitantes estão habilitadas e, por conseguinte, aptas à fase de classificação das propostas de preços.

Perante tal quadro e atendendo as disposições da legislação licitatória, todas as licitantes anteriormente referidas deverão ser cientificadas do teor da presente ata, para, querendo, apresentar recursos ou renunciar o direito de interposição de recursos, que deverá ser de forma expressa e poderá ser encaminhado para os e-mails: administracao@arabuta.sc.gov.br ou licitacoes@arabuta.sc.gov.br.

Concluída essa fase, a Comissão procederá à abertura dos envelopes de propostas.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pela Comissão Permanente de Licitações e Representante Legal.

Arabutã, 06 de junho de 2016.

Presidente da Comissão de Licitações - LEANDRA CHRISTINA COLDEBELLA

Presidente da Comissão de Licitações Suplente: CARINE ALTMANN FEDRIZZI

Membros: DULCI DRIEMEIER

FELIPE PATZLAFF

DELSI DRIEMEIER

CREDENCIADOS/REPRESENTANTES:

BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI – EPP – Paulo Antonio Balbinot

ATA 001 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 37/2016

ATA 001

Processo Licitatório nº. 037/2016 – Convite nº 004/2016

Objeto: O presente Convite visa à escolha da melhor proposta para o seguinte objeto: Contratação da execução de forma indireta, empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução da reforma e ampliação do Centro de Convivência dos Idosos, em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente edital.

A Comissão Permanente de Licitações promoveu a abertura dos envelopes de habilitação, sendo que apresentaram credenciados/representantes legais, para participar do certame, as seguintes empresas: LAJE OESTE LTDA – ME, BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI – EPP E SOBERANA CONSTRUTORA LTDA - EPP.

As empresas LAJE OESTE LTDA – ME E SOBERANA CONSTRUTORA LTDA - EPP não contaram com a participação de Credenciado/

CONTRATO ACT 59/2016

CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 59/2016

Por este instrumento particular, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Avenida Lauro Muller nº. 210, centro, Arabutã/SC, inscrito no CGC/MF sob o nº. 95.995.221/0001-53, neste ato denominado simplesmente CONTRATANTE e MARCIELI USINGER AREND, inscrita no CPF/MF sob o nº. 071.941.549-78, doravante denominada CONTRATADA, firmam o presente Contrato de Trabalho Temporário mediante as seguintes condições:

1) OBJETO: A presente contratação objetiva o preenchimento da vaga para o cargo de Auxiliar de Sala para atender as necessidades

temporárias conforme Edital de Processo Seletivo nº. 007/2015, em conformidade com a Lei Municipal nº. 218, de 23 de abril de 2002;

2) VIGÊNCIA: de 06 de junho de 2016 até 30 de dezembro de 2016;

3) REGIME JURIDICO: Administrativo, previsto no inc. IX, do art. 37 da Constituição Federal e Lei Complementar nº. 159/2014, cujo conteúdo o contratado declara conhecer e anuir;

4) VENCIMENTO: R\$ 565,86(quinhetos e sessenta e cinco reais e oitenta e seis centavos) conforme Lei Complementar nº. 158, de 29 de dezembro de 2014, anexo III;

5) CARGO/FUNÇÃO: Auxiliar de Sala;

6) UNIDADE ADMINISTRATIVA: Secretaria Municipal de Educação –C.M.A.

7) CARGA HORÁRIA SEMANAL: Será de 20h, pelo turno matutino e vespertino;

8) SEGURIDADE SOCIAL: Regime Geral da Previdência Social;

9) OBRIGAÇÕES: Durante a vigência do contrato, o contratado fica sujeito ao regime disciplinar previsto no Estatuto dos Servidores Municipais (LC 159/2014);

Arabutã/SC, 06 de junho de 2016.

Marceli Usinger Arend

Contratada

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito

Testemunhas:

Carine Altmann Fedrizzi

CPF/MFnº. 058.501.229-66

Dulci Driemeier

CPF/MFnº. 009.112.609-60

DECRETO Nº. 1900/2016

DECRETO Nº 1900, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Comissão para Avaliação de Estágio Probatório dos Servidores Públicos Municipais.

O PREFEITO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos do art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 23 e seus §§ 9º, 10º e 11º da Lei Complementar nº 159, de 29 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Município de Arabutã, das Fundações Municipais e dá outras providências;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para compor a comissão da avaliação dos servidores em estágio probatório:

I – chefe imediato de cada servidor em estágio probatório;

II – representantes do Chefe do Poder Executivo:

a) Dulci Driemeier – Auxiliar Administrativo;

b) Leila Cristina Pichetti Luckemeier – Professora;

c) Mauro Muller – Operador de Máquinas Rodoviárias;

d) Jair Fassbinder – Agente de Controle Interno;

e) Cristiane Petry Delalibera – Enfermeira.

§ 1º Entende-se por chefe imediato o responsável pela unidade/órgão da administração pública do municipal onde o servidor estiver lotado e/ou atuando.

§ 2º Se o servidor em estágio probatório estiver desempenhando cargo de direção ou chefia, ou cargo comissionado o mesmo não será avaliado por estar com estágio probatório suspenso nos termos do § 17º do art. 23 da Lei Complementar 159, de 29 de dezembro de 2014.

Art. 2º A homologação das avaliações será realizada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã/SC, 06 de junho de 2016.

JACKSON LUIZ PATZLAFF
Prefeito de Arabutã

Registra-se e Publica-se
Em 06 de junho de 2016.

Greici Fernanda Sonntag
Responsável pela publicação

HOMOLOGAÇÃO INSCRIÇÕES 01/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2016

EDITAL Nº 002/2016

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DA ANÁLISE PARA FINS DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES ÀS VAGAS DOS CARGOS CONTEMPLADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016, DESTINADO AO PROVIMENTO, EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Comissão Especial de Coordenação e Operacionalização das fases do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, constituída pelo Decreto nº 1890 de 24 de maio de 2016, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados a HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES, segundo as regras estabelecidas no Edital nº 001/2016, conforme consta dos quadros seguintes:

I – INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS:

Identificação do Cargo	Nº de Inscritos
Contador	Não houve inscritos
Identificação do Candidato	
Nome	Nº Insc.

Arabutã, 06 de junho de 2016.

Dulci Driemeier

Presidente

Paulo Hassemer Carla

Membro

Sandra Cozer Morche

Membro

TERMOS COMPROMISSO ESTAGIO 09/2016

TERMO DE ACEITAÇÃO DE ESTAGIO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL – Nº. 009/2016

Que firmam de um lado o Município de Arabutã, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Prefeitura Municipal, sita à Rua Lauro Muller, 210, centro, na cidade de Arabutã, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, representado pelo Prefeito Municipal Sr. JACKSON LUIZ PATZLAFF, brasileiro, convivente, do comércio, inscrito no CIC sob o nº. 844.823.549-53, residente e domiciliado na Avenida dos Imigrantes, 250, Arabutã - SC, CEP 89.740-000, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO; e de outro lado a estudante KATIA FRANCIELE ZUMMACH SKOLAUDE, brasileira, casada, estudante do Curso de Pedagogia, da UNIVERSIDADE DO CONTESTADO – UNC,, residente e domiciliada na Rua João Gossneheimer, Município de Arabutã, inscrita no CPF sob o nº. 026.682.310-60, portadora da cédula de Identidade nº. 5104948871, adiante identificada apenas como ESTAGIÁRIA; com interveniência da FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO-CONCORDIA, com sede à Rua Victor Sopelsa,3000-Bairro Salete Concórdia - SC CNPJ/MF nº. 83.395.921/0003-90, celebram o presente, que regea pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Da Fundamentação Legal:

O presente Termo de Aceitação de Estagiário no Serviço Público é celebrado à luz da lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - Do Objeto:

O presente Termo tem por objetivo a aceitação do ESTAGIÁRIO, para atuar no Grupo Escolar Paulo Freire, com a supervisão da Professora, Senhora Rúbia Cristina Kiekow. Observações dos diferentes momentos do cotidiano escolar como:

Estágio como uma estratégia de profissionalização que integra o Processo de Ensino-Aprendizagem. O estágio referido será obrigatório, conforme dispõe o art. 2º, § 1º, I, da Lei Municipal nº. 542, de 13 de novembro de 2009, para fins de aprovação e obtenção de diploma em curso de graduação de Pedagogia.

Parágrafo único: O presente Termo de Aceitação de Estagiário não será remunerado.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do Prazo:

O prazo de vigência deste é de 13 de junho de 2016 e término em 01 de julho de 2016 de segunda-feira a sexta-feira das 13h00min às 17h00min.

CLÁUSULA QUARTA – São Obrigações do Município:

I – coordenar as tarefas atribuídas à ESTAGIÁRIA;

II – cumprir as disposições destes e aquelas estabelecidas na Lei Municipal nº. 542/2009.

CLÁUSULA QUINTA– São Obrigações do ESTAGIÁRIO:

I – cumprir as determinações do presente;

II – executar as tarefas a ela atribuídas;

III – tomar conhecimento e cumprir as disposições inerentes e constantes da Lei Municipal nº. 542/2009;

IV – apresentar se solicitado, cópia de atestado de frequência escolar e, mesmo do boletim, para aferição do respectivo desempenho.

V- A FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO-CONCORDIA providenciara o seguro de vida e de acidentes pessoais durante o período de estágio. O nome da empresa seguradora é Tóquio marine Seguradora e o número da Apólice de Seguros é 16482.

CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias:

Por tratar-se de estagiário, com retribuição através de Bolsa de Trabalho, a relação estabelecida neste Termo não gerará, em hipótese alguma, vínculo empregatício ou qualquer obrigação previdenciária.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Interveniência da Instituição de Ensino:

A instituição de ensino, no caso a FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO CONTESTADO-CONCORDIA, com sede à Rua Victor Sopelsa, - 3000-Bairro Salete Concórdia - SC, através de sua direção, tomará o conhecimento deste termo de aceitação de estagiário.

CLÁUSULA OITAVA – Da Rescisão:

Este termo de aceitação de estagiário poderá ser rescindido:

I – por acordo entre as partes:

II – unilateralmente:

a) pela inadimplência de obrigações estabelecidas neste termo;

b) pela inassiduidade escolar do ESTAGIÁRIO, pela desistência de frequentar o curso, por sua suspensão disciplinar pela instituição de ensino, ou, ainda, pela conclusão do curso;

c) pela repetência escolar.

CLÁUSULA NONA – Do Foro:

As questões e/ou dúvidas oriundas do presente, serão discutidas no Foro da Comarca de Ipumirim (SC), com renúncia de qualquer outro.

E, por estarem ajustados e de acordo, lavram o presente em quatro vias de igual teor e forma, obrigando-se a cumpri-lo em todos os seus termos.

Centro Administrativo Municipal de Arabutã (SC), em 06 de junho

de 2016.

Jackson Luiz Patzlaff

Prefeito Municipal

Kátia Franciele Zummach Skolaude

Estagiária

Instituição de Ensino

TESTEMUNHAS:

Leandra Christina Coldebella

CPF/MFnº. 039.438.689-23

Dulci Driemeier

CPF/MF nº. 009.112.609-60

HOMOLOGAÇÃO Nº. 34/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARABUTÁ CNPJ: 95.995.221/0001-53 RUA LAURO MULLER, 210 - CENTRO C.E.P.: 89740-000 - Arabutã - SC	CONVITE Nr.: 3/2016 - CV Processo Administrativo: 35/2016 Processo de Licitação: 34/2016 Data do Processo: 06/05/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, JACKSON LUIZ PATZLAFF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 34/2016
b) Licitação Nr.: 3/2016-CV
c) Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 06/06/2016
e) Data da Adjudicação: 06/06/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação

O presente Convite visa à escolha da melhor proposta para o seguinte objeto: Contratação da execução de forma indireta, empreitada por preço unitário (material e mão de obra), para execução da restauração da casa onde será instalada a "Casa da Memória do Município de Arabutã", em conformidade com as demais características constantes nos anexos que integram o presente edital.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Descio (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI - EPP - (9024)

1	Contratação da execução da Restauração da Casa da Memória	SER	1,00	0,0000	126.274,35	126.274,35
Total do Fornecedor:						126.274,35
Total Geral:						126.274,35

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.109.4.4.90.00.00.00.00.00 (91), 2.109.4.4.90.00.00.00.00.00 (176), 2.109.4.4.90.00.00.00.00.00 (177)

Arabutã, 6 de Junho de 2016.

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0032/2016 - PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP

CONTRATO Nº 0032/2016 DE FORNECIMENTO DE PEDRA BRITA MISTA PARA BRITAGEM DE ESTRADA A SER ABERTA, QUE FAZEM ENTRE SI A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0023/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2016.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídico de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta – SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua xv DE Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e a empresa PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 75.815.787/0001-49, com inscrição estadual nº 250.854.872, com sede na Linha São Paulo km 3,5, Interior, no Município de Treze Tílias - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor FÉLIX NEUHAUSER, brasileiro, casado, empresário, portador do CPF nº 434.454.899-04, e RG 11/R-857.588/SSP-SC, residente e domiciliado à Rua Gaspar Coutinho, 235, Centro, no Município de Treze Tílias - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0023/2016, PREGÃO PRESENCIAL 0011/2016, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira – A CONTRATADA SE OBRIGA A FORNECER 1800,18M³ (UM MIL E OITOCENTOS VIRGULA DEZOITO METROS CÚBICOS) DE PEDRA BRITA MISTA ATÉ O LOCAL INFORMADO PELA SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA, conforme PREGÃO PRESENCIAL nº0011/2016, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Qtd.	Vlr. Unit. (R\$)	Vlr. total (R\$)
1	23921 - Pedra brita mista. OBS.: 1) – A pedra brita deverá ser transportada pela empresa vencedora até no local e espalhada com o caminhão, conforme determinação da Secretaria Municipal de Infraestrutura. 2) - Após o pedido feito pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, o prazo máximo para a entrega da pedra brita mista é de 24 horas. Pedreira Treze Tílias.	M ³	1.800,18	55,50	99.909,99
Total					99.909,99

Cláusula Segunda – O objeto deste contrato será fornecido em várias estradas vicinais do Município, conforme determinação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e conforme a necessidade da Contratante, por preço unitário, mediante ordem de solicitação, emitida pela Secretaria Municipal de Infraestrutura da Prefeitura Municipal de Arroio Trinta – SC.

Cláusula Terceira – Estima-se o valor Global deste Contrato em R\$99.909,99 (NOVENTA E NOVE MIL NOVECIENTOS E NOVE REAIS E NOVENTA E NOVE CENTAVOS), com base nos preços apresentados na licitação, sendo que não sofrerá reajuste.

Cláusula Quarta – A entrega deverá ser feita de maneira fracionada ao longo do ano de 2016, conforme liberação dos Recursos Estaduais, tendo como prazo máximo 31/12/2016.

§ 1º - A pedra brita deverá ser transportada pela empresa vencedora até a estrada a ser cascalhada e espalhada com o caminhão, conforme determinação da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

§ 2º - O material deverá ser entregue na estrada vicinal que liga Arroio Trinta a Treze Tílias, até o limite da divisa dos municípios.

§ 3º - Os pedidos serão feitos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, com prazo máximo para a entrega da pedra brita de 24 horas a partir da realização do pedido, a fim de garantir o bom andamento dos trabalhos de pavimentação.

Cláusula Quinta – A Despesa deste Contrato correrá a conta dos elementos de despesa do orçamento relativo ao exercício de 2016:

89 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

Parágrafo único – O pagamento será feito por transferência bancária, em até 05 (cinco) dias após a entrega do material e ou prestação de serviços, mediante liberação dos recursos pelo Governo Estadual, acompanhados da respectiva Nota Fiscal/Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

Cláusula Sexta – A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela contratante.

Parágrafo único – A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas, ou seja, o fornecimento da pedra brita de boa qualidade.

Cláusula Sétima - O descumprimento total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

Cláusula Oitava – A multa aplicada no caso do não cumprimento do Contrato será de 5% (cinco por cento) do valor global contratado.

Cláusula Nona – O Contratante poderá rescindir administrativamente o presente contrato nas hipóteses previstas na Lei de licitações, sem que caiba à Contratada direito de qualquer indenização, sem prejuízos das penalidades pertinentes.

Cláusula Décima – O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte.

Cláusula Décima Primeira – A Contratada assume com exclusividade seus, os riscos e as despesas decorrentes do fornecimento da pedra brita, aparelhos e equipamentos necessários à boa e perfeita entrega da mesma. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

§ 1º – Os danos e os prejuízos serão ressarcidos a Contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa à Contratada sob pena de multa.

§ 2º – A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

§ 3º – A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

§ 4º – A Contratada manterá durante toda a execução do Contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda – Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

Cláusula Décima Terceira – O Foro do presente Contrato será o da Comarca de Videira – SC, excluído qualquer outro.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03(três) cópias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 10 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

CNPJ 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

Contratante

PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP

CNPJ 75.815.787/0001-49

FÉLIX NEUHAUSER

Sócio Gerente

Contratada

TESTEMUNHAS:

EVA ARTEMIS KLOTZ

CPF: 636.945.149-4

CESAR LUIZ ALTENHOFEN

CPF: 818.571.019-87

CONTRATO Nº 0032/2016

OBJETO: FORNECIMENTO DE PEDRA BRITA

CONTRATADA: PEDREIRA TREZE TÍLIAS LTDA EPP

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0023/2016.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0011/2016.

VALOR: R\$99.909,99

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 0007/2016 - MAT

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Tomada de Preços nº 0007/2016 - TP

Tipo: Menor Preço Unitário.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO, LUVAS E BAINHAS PARA UTILIZAÇÃO NAS INSEMINAÇÕES ARTIFICIAIS NAS PROPRIEDADES RURAIS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO, PROPORCIONANDO O MELHORAMENTO DO REBANHO MUNICIPAL DE GADOS DE LEITE E DE CORTE.

Valor máximo estimado R\$ 55.337,00

Regimento: Lei Complementar 123/2006, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Entrega dos Envelopes: Até às 09h:00 do dia 23/06/2016

Abertura dos Envelopes: Às 09h:30m do dia 23/06/2016

Retirada do Edital: O Edital poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura através dos e-mails: compras@arroio30.com.br, compras@arroiotrinta.sc.gov.br ou através do Site: www.arroiotrinta.sc.gov.br.

Informações e esclarecimentos no endereço: Rua XV de Novembro, 26, Centro, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente ou pelo fone/fax: (0xx 49) 35356000.

Arroio Trinta - SC, 06 de Junho de 2016

Alcidir Felchilcher
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0001/2016 - CONTRATO Nº 0006/2016 - TEPEL COM. DE PROD. ALIMENT. LTDA ME E TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ- ME

TERMO ADITIVO 0001 AO CONTRATO Nº0006/2016, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2016, PREGÃO 0001/2016, AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL – JANEIRO A ABRIL DE 2016.

TERMO ADITIVO 0001/2016 ao Contrato 0006/2016, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro s/n, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e de outro lado à empresa 1- TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº.20.235.235/0001-70, com sede na Rua Prefeito Élio de Gregori, 125, Bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Irani - SC SC, doravante denominada CONTRATADA, representada pela Senhora TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ e TEPEL – COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob nº. 07.930.192/0001-84, com sede na Rua Joaquim Moreira dos Santos 855, Município de Videira - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pela Sra. NEIDE ARALDI, nos autos qualificada que de acordo com o Processo Licitatório Nº 0001/2016, Pregão nº 0001/2016, doravante denominado o processo e que se regerá pela Lei n.º 8.666/93 combinada com a Lei n.º 8883/94, e demais normas

legais celebram o presente Contrato, da seguinte forma:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA – Fica aditivado o objeto do presente contrato - FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA ALUNOS EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE E ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL, PARA OS MESES DE JANEIRO A ABRIL DE 2016, DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, nos seguintes termos:

TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME

1. Item 13 – 215 kg de banana caturra.
2. Item 61 – 8 un de geleia e frutas
3. Item 87 – 27 kg de Pão francês

TEPEL – COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - ME

- 1 – item 31 – 27 kg de carne bovina moída
- 2 – Item 32 – 27 kg de carne de frango coxa e sobrecoxa

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA – As demais cláusulas do contrato permanecem inalteradas.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 13 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal
Contratante

TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME

CNPJ nº.20.235.235/0001-70
TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ
Contratada

TEPEL – COMÉRCIO DE PRODUTOS

ALIMENTÍCIOS LTDA - ME
CNPJ nº. 07.930.192/0001-84
CONTRATADA
NEIDE ARALDI

Testemunhas:

EVERTON CAMPAGNIN
CPF: 715.611.619-34

RONIVAN BRANDALISE
CPF: 027.783.989-02

TERMO ADITIVO 0001/2016 AO CONTRATO Nº 0006/2016

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2016

PREGÃO Nº 0001/2016

OBJETO: ADITIVO DE ALGUMAS MERCADORIAS

EMPRESAS: TEPEL – COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA – ME E TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ - ME

TERMO ADITIVO Nº 0003/2016 - CONTRATO Nº 0056/2013 - PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

TERMO ADITIVO 0003/2016 AO CONTRATO Nº0056/2013, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA IMPLANTAÇÃO, CAPACITAÇÃO E FORNECIMENTO DE LICENÇA – SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0010/2013.

PREGÃO Nº 0010/2013.

Pelo presente Termo Aditivo o Município de Arroio Trinta, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito o ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua do Comércio nº 227, Centro, Município de Arroio Trinta – Santa Catarina e a Empresa PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA empresa privada, CNPJ 95.836.771/0001-20, com sede na Rua IÇARA nº 151, no Município de Blumenau – Estado de Santa Catarina, representada neste ato pelo Senhor JOSIAS CHAVES CABRAL, devidamente inscrito no CPF sob nº 233.124.599-15 e CI nº 2047147224, doravante determinada simplesmente CONTRATADA, por força do presente instrumento, elaborado de acordo com a Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93, Consolidadas, pactuam na melhor forma de direito, o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, inciso II, § 1º e o Art. 65, Inciso II, alínea “d” da Lei 8.666/93, para nele promover as seguintes alterações mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO FUNDAMENTO LEGAL

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA . DO VALOR - Pelo presente Termo Aditivo, ficam fixados os novos valores a serem pagos pelo Município pelos SISTEMAS CONTRATADOS NA MODALIDADE DE LICENÇA DE USO EM CARÁTER NÃO PERMANENTE, SEM LIMITAÇÃO QUANTO AO NÚMERO DE USUÁRIOS SIMULTÂNEOS.

1. Sistemas para Prefeitura Municipal:					
		LICENÇA DE USO SISTEMAS		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ATUALIZAÇÃO LEGAL E SUPORTE TÉCNICO				6.983,74	83.804,88
2. Sistemas para Fundo de Saúde:					
		LICENÇA DE USO SISTEMAS		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ATUALIZAÇÃO LEGAL E SUPORTE TÉCNICO				258,00	3.096,00
3. Sistemas para Fundo de Assistência Social e Médica:					
		LICENÇA DE USO SISTEMAS		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ATUALIZAÇÃO LEGAL E SUPORTE TÉCNICO				258,00	3.096,00
				204,75	2.451,00
4. Sistemas para Instituto de Previdência:					
		LICENÇA DE USO SISTEMAS		VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
ATUALIZAÇÃO LEGAL E SUPORTE TÉCNICO				258,00	3.096,00
				204,75	2.451,00

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA– O presente Termo Aditivo prorroga o prazo de duração do Contrato original nº 0056/2013 até 13 de maio de 2017, que poderá ser alterado nos casos previstos no artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93, ou prorrogado através de Termo Aditivo.

CLÁUSULA ADITIVA TERCEIRA - As demais cláusulas do Contrato original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual Teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Arroio Trinta - SC, 13 de maio de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ: 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

CNPJ 95.836.771/0001-20

JOSIAS CHAVES CABRAL

CPF nº 233.124.599-15

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

JULIAR LUIZ MANENTI

CPF – 036.215.649-26

CESAR LUIZ ALTENHOFEN

CPF: 818.571.019-87

DE ACORDO

SANTO POSSATO

ADVOGADO OAB/SC 19.045

TERMO ADITIVO 0003/2016 CONTRATO N.º 0056/2013

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0033/2013

PREGÃO Nº 0010/2013

OBJETO: ADITIVO DE PRAZO E VALOR

CONTRATADA: PÚBLICA INFORMÁTICA LTDA

Ascurra

PREFEITURA

DECRETO Nº 2839, de 16/05/2016

DECRETO Nº 2839, de 16 de Maio de 2016.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02 de dezembro de 2015.

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais suplementares no valor de R\$ 7.239,97, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0002	JUDICIARIA
03.001.0002.0061	ACAO JUDICIARIA
03.001.0002.0061.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0002.0061.0100.0006	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS
3319000000000000	APLICACOES DIRETAS
00030000	Recursos Ordinários
	Valor: (4.274,38)
03	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
03.001.0002	JUDICIARIA
03.001.0002.0061	ACAO JUDICIARIA
03.001.0002.0061.0100	GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
03.001.0002.0061.0100.0006	PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS
3339000000000000	APLICACOES DIRETAS
00030000	Recursos Ordinários
	Valor: (2.965,59)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão do superávit financeiro do exercício anterior.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra, 16 de Maio de 2016.

MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 16 de Maio de 2016.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2840, de 27/05/2016

DECRETO Nº 2840, de 27 de maio de 2016.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Especial por Anulação de Dotação.

MOACIR POLIDORO, Prefeito do Município de ASCURRA, Estado de Santa Catarina, em conformidade com a Lei Nº 1433, de 02/12/2015, e Lei n.º 1456, de 20/05/2016.

DECRETA:

Art. 1º - É aberto ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais especiais no valor de R\$ 71.000,00, observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Dotações Suplementadas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03.001.0004.0122.0100.2042	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (65.000,00)
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03.001.0004.0122.0100.2042	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03.001.0004.0122.0100.2042	MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
3449000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (1.000,00)

Art. 2º - Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional especial, das seguintes dotações orçamentárias.

Dotações Anuladas	
Código	Descrição
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03.001.0004.0122.0100.20002	MANUTENCAO ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
3319000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (65.000,00)

03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03.001.0004.0122.0100.20002	MANUTENCAO ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
3339000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (5.000,00)
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03.001	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
03.001.0004.0122.0100.20002	MANUTENCAO ATIV. ADMINISTR. FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA
3449000000000000	APLICAÇÕES DIRETAS
00010000	Recursos Ordinários
	Valor: (1.000,00)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Ascurra em, 27 de maio de 2016.

Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto na forma regulamentar,
Município de Ascurra em, 27 de maio de 2016.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

DECRETO Nº 2841, de 27/05/2016

DECRETO No2841, de 27 de maio de 2016.

Altera o Artigo 1º, do Decreto nº 2825, de 19/02/2016, que Convoca a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Ascurra e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ASCURRA, no usando da atribuição que lhe confere o inciso IV, do artigo 72, da Lei Orgânica Municipal, considerando o Decreto Federal nº 5.790 de 25 de maio de 2006, e Resolução Normativa nº 19, de 25 de Maio de 2015, do Conselho Nacional das Cidades e a Portaria Nº 024, de 29 de Outubro de 2015 da Secretaria de Estado do Planejamento.

CONSIDERANDO que a comissão preparatória da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Ascurra, recomendou a alteração do horário para a realização desta conferência, tendo por intenção a captação de maior número de participantes;

DECRETA:

Art. 1º - Fica alterado o Art. 1º, do Decreto nº 2825, de 19/02/2016, que passa ter a seguinte redação:

Art.1º - Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Ascurra, a se realizar no dia 21 de junho de 2016 das 13h00 as 22h00, na Câmara de Vereadores, anexa ao prédio da Prefeitura Municipal, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º - Os demais artigos do Decreto nº 2825, permanecem inalterados.

Art. 3º - O presente Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Município de Ascurra, em 27 de maio de 2016.

MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

O presente decreto foi publicado na forma regulamentar.
Município de Ascurra, 27 de maio de 2016.

Claudia Dalfovo
Auxiliar Administrativo

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 10/2016 FMS

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 10/2016 FMS
FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE ASCURRA

O Prefeito Municipal de Ascurra comunica aos interessados que fará no dia 17/6/2016 às 9 horas, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, para a AQUISIÇÃO DE VEÍCULO NOVO, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: 0KM, 1.0L LS, FLEX, NA COR CLARA, COM AIRBAG DUPLO, SISTEMA DE FREIOS COM ABS, RODA DE AÇO ARO 14, COM AR CONDICIONADO, DESEMBAÇADOR ELÉTRICO TEMPORIZADO DO VIDRO TRASEIRO, DIREÇÃO HIDRÁULICA, LIMPADOR E LAVADOR ELÉTRICO DO VIDRO TRASEIRO, BANCO DO MOTORISTA COM REGULAGEM DE ALTURA, BANCO TRASEIRO REBATÍVEL, COM SOM INSTALADO, AROS CROMADOS, QUE SERÁ UTILIZADA PELO SETOR DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA DESTE MUNICÍPIO, conforme Edital.

Maiores informações e cópia do edital poderão ser solicitadas na Prefeitura Municipal de Ascurra, no horário de expediente, e pelo site www.ascurra.sc.gov.br.

Ascurra, 7 de junho de 2016.
MOACIR POLIDORO
Prefeito Municipal

SEGUNDA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO N. 48-2016

SEGUNDA ERRATA AO EDITAL DE PREGÃO 48/2016

O Prefeito Municipal de Ascurra torna público e oficializa a presente "ERRATA" ao edital em epígrafe, conforme disposições a seguir alinhavadas:

O item 2 do objeto do edital 48/2016, onde lia-se:

2) CAMINHÃO: Caminhão novo (0 KM) na cor branca, ano e modelo a partir de 2015, com potência entre 220 e 260 CV, 4,8m entre eixo, ar condicionado, vidros elétricos, tacógrafo digital, com som, PBT 16.000 KG, 6 marchas a frente e uma a ré, direção hidráulica, tração 4x2, com pneus 275/80 R 22,5 ou 11.0 R 22,5, freios ABS, com sistema de emissões EGR.

Passa a ler-se da seguinte forma:

2) CAMINHÃO: Caminhão novo (0 KM) na cor branca, ano e modelo a partir de 2015, com potência entre 220 e 290 CV, 4,8m entre eixo, ar condicionado, vidros elétricos, tacógrafo digital, com som, PBT 16.000 KG, 6 marchas a frente e uma a ré, direção hidráulica, tração 4x2, com pneus 275/80 R 22,5 ou 11.0 R 22,5, freios ABS, 6 cilindros em série.

Com isso, a data do pregão, que ocorreria às 9 horas do dia 14/6/2016, terá a sessão adiada para o dia 20/6/2016, às 9 horas.

Ascurra, 7 de junho de 2016.
Moacir Polidoro
Prefeito Municipal

Atalanta

PREFEITURA

DECRETO Nº 029/2016

DECRETO Nº 029/2016.

"Anula e Suplementa Dotações Orçamentárias e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1449 de 19 de novembro de 2015:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementações na importância de R\$ 40.000,00 (Quarenta mil reais) destinados a reforçar as seguintes dotações do orçamento do Município para o corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
13.392.0055.2.025 – Promoção da Cultura e Tradições Locais
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0064.2.028 – Manutenção dos Serviços Urbanos
3.3.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 25.000,00

Art. 2º - Os créditos abertos por este Decreto correrão por conta das anulações das seguintes dotações do orçamento do corrente exercício:

05.00 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
05.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
13.392.0055.2.025 – Promoção da Cultura e Tradições Locais
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 15.000,00

06.00 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
06.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
15.452.0064.2.028 – Manutenção dos Serviços Urbanos
3.1.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 20.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.0080 – Aplicações Diretas
..... R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 06 de maio de 2016.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 030/2016

DECRETO Nº. 030/2016

"Nomeia Membros do Conselho Municipal de Saúde e seus Respetivos Suplentes".

Tarcísio Polastri, Prefeito Municipal de Atalanta, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, de acordo com a Lei nº 1017 de 11 de outubro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º - O Conselho Municipal de Saúde (CMS), do Município de Atalanta, conforme determina a Lei Municipal nº. 1017, de 11 de outubro de 2007, serão compostos pelos membros relacionados adiante, os quais ficam nomeados na forma que segue:

I - Do Governo Municipal e Prestadores de Serviços Privados Conveniados:

a) Representante do Departamento de Saúde Pública
Membro Efetivo: Everaldo Silveira

Suplente: Silvia Maria Maciel

b) Representante do Departamento de Assistência Social
Membro Efetivo: Nádia Eliane Antunes Chiquett

Suplente: Lilian Sebold Maciel

c) Representante da Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Membro Efetivo: Marize Boing

Suplente: Raquel Rodrigues Bertelli

d) Representante do Laboratório de Análises Clínicas
Membro Efetivo: Marcieli Barth Kirschner

Suplente: Daiani Paula Kurth

II - Dos Trabalhadores da Área da Saúde

a) Representante da Classe Médica
Membro Efetivo: Marcos Antônio Padilha Neto

Suplente: Takashi Yamaoka

b) Representante da Classe Odontológica
Membro Efetivo: Ricardo Augusto Klettenberg

Suplente: Cátia Regina da Luz

c) Representante dos Trabalhadores de Enfermagem
Membro Efetivo: Lara Fernanda Kersbaumer

Suplente: Jaqueline Graciela Marian

d) Representante dos Trabalhadores de Psicologia
Membro Efetivo: Gigliola Vanessa Mohr

Suplente: Daiana Esser

III - Dos Usuários:

a) Representante dos Grupos de Mulheres
Membro Efetivo: Salete Alves Delajustina

Suplente: Helenice Maria Pezenti Demarchi

b) Representante das Associações de Pais e Professores
Membro Efetivo: Kátia Raquel Testoni Longen

Suplente: Elisandra Steinhauser Jochem

c) Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Membro Efetivo: Leandro Souza

Suplente: Jaqueline Kuntz de Souza

d) Representante da Associação de Preservação do Meio Ambiente
Membro Efetivo: Sidnei Prochnow

Suplente: Edinho Pedro Schaffer

e) Representante dos Grupos da Terceira Idade
Membro Efetivo: Isolde Knaut

Suplente: Marlene Demarchi Bilck

f) Representante do CDL – Clube de Diretores Lojistas
Membro Efetivo: Sandra Aparecida Cardoso Fernandes Schmoegel

Suplente: Rita Sebold Fronza

g) Representante das Organizações Religiosas
Membro Efetivo: Ioni Valdete Feldhaus Hoepers

Suplente: Elenice Cristina Neckel Lima

h) Representante dos Grupos de Jovens

Membro Efetivo: Rafael Kurtz

Suplente: Rafaela Hoepers

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº. 017/2016, de 23 de março de

2016 e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta, 12 de maio de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 031/2016

DECRETO Nº 031/2016.

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1469 de 16 de maio de 2016:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

09.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

09.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0088.2.036 – Manutenção dos Serviços de Saúde

4.4.90.00.00.00.00.00.0102 – Aplicações Diretas ... R\$ 200.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso 0102 – Transferências de Convênios – Saúde, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 18 de maio de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 032/2016

DECRETO Nº 032/2016.

"Anula e Suplementa Dotação Orçamentária e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 1449 de 19 de novembro de 2015:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Suplementação na importância de R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais) destinados a reforçar a seguinte dotação do orçamento do Município para o corrente exercício:

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0073.2.031 – Manutenção dos Serviços de Assistência Social

3.3.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 2º - O crédito aberto por este Decreto correrá por conta da anulação da seguinte dotação do orçamento do corrente exercício:

07.00 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

07.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0073.2.031 – Manutenção dos Serviços de Assistência Social

4.4.90.00.00.00.00.00.0107 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 30 de maio de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 033/2016

DECRETO Nº. 33/2016

"Dispõe sobre Inclusão de Conta Despesa no Plano Plurianual - PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e Abre Crédito Adicional Especial e dá Outras Providências"

O Prefeito do Município de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº. 1470 de 16 de Maio de 2016:

Art. 1º - Fica incluída a Conta de Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00.0110; no Programa 0043 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Lei Municipal nº. 1334/2013 de 30.08.2013, Plano Plurianual – PPA, no montante de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais).

Art. 2º - A Conta Despesa acrescida na ação que trata o artigo 1º, correrá por conta do Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso 0110 - Transferências de Convênios - Educação, no valor de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais).

Art. 3º - Por conta da inclusão prevista no Artigo 1º do presente Decreto, fica incluída a Conta Despesa 4.4.90.00.00.00.00.00.0110; no Programa 0043 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – EDUCAÇÃO INFANTIL, na Lei Municipal nº. 1.444/2015 de 19.10.2015, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, no montante de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais).

Art. 4º - Por conta do disposto no Artigo 3º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado incluir na Lei Orçamentária para o exercício de 2016 a abertura de Crédito Adicional Especial, no montante de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais).

Órgão: 05.00 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Unidade: 05.01 Secretaria da Educação, Cultura e Esporte
Função: 12 - Educação
Sub-Função: 365 – Educação Infantil
Programa: 0043 – EDUCAÇÃO PARA TODOS – EDUCAÇÃO INFANTIL
Projeto Atividade 1.003 – Construção/Ampliação da Rede Física – Educação Infantil
Elemento de Despesa: 4.4.90.00.00.00.00.00.0110 – Aplicações Diretas 120.000,00

Art. 5º - As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Atalanta, 31 de maio de 2016.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 051/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 051/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere no item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Transferir o veículo VW Gol, ano/modelo 2009, cor branca, placa MHD 8423 da Secretaria de Administração e Finanças para a Secretaria de Transportes e Obras, sendo que as despesas efetuadas pelo mesmo será por conta da respectiva secretaria, a partir de 02 de maio de 2016.

Prefeitura Municipal de Atalanta
02 de maio de 2016
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 052/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 052/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 232 da Lei Complementar nº 005/2011 e o item IX do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Licença Gestação a Servidora ANA CLAUDIA DEMARCHI VASELAI, por um período de 120 (cento e vinte) dias, conforme Atestado Médico arquivado no Departamento de Pessoal desta Prefeitura Municipal, a partir da data de 06 de maio de 2016.

Prefeitura Municipal de Atalanta
06 de maio de 2016
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 053/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 053/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 23, Parágrafo único da Lei Complementar nº 005/2011 de 01 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Aprovar em estágio probatório o Servidor ARTUR VICENTE KO-CIAN, no Cargo de Agente Profissional, a partir de 06 de maio de 2016.

Prefeitura Municipal de Atalanta
06 de maio de 2016.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 054/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 054/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o inciso I do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e o art. 35 inciso VI da Lei Complementar 005/2011,

RESOLVE:

Exonerar por Aposentadoria a Senhora ELENICE CRISTINA NECKEL LIMA, do cargo de Professora, a partir de 16 de maio de 2016.

Prefeitura Municipal de Atalanta
16 de maio de 2016
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 055/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ATALANTA

PORTARIA Nº 055/2016

O Prefeito Municipal de Atalanta, usando da competência que lhe confere o artigo 65, inciso IX da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Reduzir a carga horária das Professoras LUCILENE KURTZ FAUST e RAFAELA LUCIANO, passando de 20hs semanais para 10hs semanais, a partir de 16 de maio de 2016.

Prefeitura Municipal de Atalanta
16 de maio de 2016.
TARCISIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 22/2016 PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
RESULTADO DE LICITAÇÃO E HABILITAÇÃO

CONTRATO Nº 022/2016/PMBP de 30/05/2016

REF. ORDEM DE COMPRA Nº 334/2016

Objeto: Constitui o objeto deste contrato a prestação de serviço de engenharia atinente ao levantamento topobatemétrico da área de 1.200.000,00m² na praia de Balneário Piçarras, nos termos da justificativa e solicitação da Secretaria Municipal De Planejamento E Desenvolvimento Econômico Sustentável.

O valor do Contrato será de R\$ 14.993,77 (catorze mil, novecentos e noventa e três reais e setenta e sete centavos).

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ – UNIVALI

Balneário Piçarras(SC), 30 de maio de 2016.

Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

PORTARIA 161/2016

PORTARIA N.º 161/2016

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII, combinado com o inciso V, da Lei Orgânica Municipal, FAZ CESSAR A PEDIDO, os efeitos da Portaria nº 275/2015, de 15 de julho de 2015, que concedeu LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, a servidora Senhora JOSEMARA BOSCO PEREIRA, brasileira, maior, matrícula nº 3328, portadora da C.I nº 3.255.006, CPF nº 939.423.209-59, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir da presente data.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRE-SE

Balneárias Piçarras (SC), 01 de junho de 2016.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda,
Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PORTARIA 162/2016

PORTARIA N.º 162/2016

LEONEL JOSÉ MARTINS, Prefeito do Municipal de Balneário Piçarras/SC, no uso de suas atribuições e prerrogativas que lhe concede o artigo 89, inciso VII e IX, da Lei Orgânica Municipal, de acordo com os artigos 100 a 103, da Lei Complementar nº. 079/2004 de 26/11/2004 e considerando o requerimento, RESOLVE, deferir o pedido de LICENÇA PRÊMIO, formulado pelo Servidor Sr. ADEMAR MANOEL PEREIRA, brasileiro, maior, casado, inscrito no CPF nº 762.695.079-87, C.I nº 1.509.344 SSP/SC, matrícula nº 114, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Manutenção e Conservação I, com carga horária 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais, correspondente ao decênio 26/11/2004 A 26/11/2014, com o prazo de (90) noventa dias consecutivos pelo período de 01/06/2016 a 30/08/2016.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE e
CUMPRE-SE

Balneárias Piçarras (SC), 01 de junho de 2016.

Leonel José Martins

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi registrada na Secretaria de Administração e Fazenda,
Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Ana Lucia Wilvert

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2016 - PMBP PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016 – PMBP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2016 - PMBP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016 – PMBP

Fundamento: Lei Federal nº 10.520, Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Pregão Presencial para Registro de Preços, Tipo Menor Preço global, para aquisição de semáforos para o município de Balneário Piçarras. Recebimento dos Envelopes até: 21/06/2016 às 14h. Data da Sessão Pública: 21/06/2016 às 14h, na Secretaria de Administração e Fazenda, situada na Avenida Emanuel Pinto, nº 1665, Centro, Balneário Piçarras/SC. O Edital na íntegra encontra-se no endereço acima citado ou no site balneariopicarrras.atende.net. Balneário Piçarras(SC), 06 de junho de 2016. Leonel José Martins – Prefeito Municipal.

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº. 044/PMBR/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 044/PMBR/2016

Tipo: MENOR PREÇO GLOBAL.

Data e horário da sessão de abertura: 22/06/2016 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução das Obras de Pavimentação Asfáltica com Infraestrutura e Sinalização da Rodovia ICR 353/358, que liga a Lagoa dos Esteves ao Bairro Barra Velha no Município de Balneário Rincão/SC., de acordo com a Proposta de Transferência Nº. 0000017477 – Programa de Transferência Nº. 2016005216, firmada entre o Município de Balneário Rincão e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional – Criciúma.

Edital/Projetos: O(s) projeto(s) referente à execução da obra, serão disponibilizados em CD-Rom, juntamente com o Edital, mediante pagamento da taxa no valor de R\$ 30,00 (trinta) reais, que poderá ser retirada no setor de arrecadação da Central do Cidadão, localizado na Avenida Leoberto Leal, sn, Centro do Município de Balneário Rincão SC, no horário das 13:00 as 16:45 horas, dúvidas sobre a retirada pelo telefone (**48) 3468-7218, ou através do endereço eletrônico licitacao.rincao@hotmail.com.

Balneário Rincão – SC, 06 de Junho de 2016.

VALBERTO BERKENBROCK

PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE ADITIVO - STATION

TERMO ADITIVO Nº. 01 ao Contrato Nº. 065/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº. 065/PMBR/2014. ASSINATURA: 30/05/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Fernando Germano Selinger.

EXTRATO DE ADITIVO 02 - CELK

TERMO ADITIVO Nº. 02 ao Contrato Nº. 048/FMS/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes, o REAJUSTE DE PREÇOS do Contrato Nº. 048/FMS/2014, conforme cláusula oitava deste contrato. ASSINATURA: 17/05/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Lauro Alexandre Klein.

EXTRATO DE ADITIVO 03 - MARIA ALBERTINA

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 086/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 086/PMBR/2014, que prevê o termino em 02/06/2016, por mais 07 (sete) meses, ou seja, de 02/06/2016 até 31/12/2016, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 23/05/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pela Srª. Maria Albertina Gislou.

EXTRATO DE ADITIVO 03 - PAULO FELI

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 079/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 079/PMBR/2014, que prevê o termino em 27/05/2016, por mais 07 (sete) meses, ou seja, de 27/05/2016 até 31/12/2016, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 25/05/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Paulo Sergio Feli.

EXTRATO DE ADITIVO 03 - PAULO FELI - FMS

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 026/FMS/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 026/FMS/2014, que prevê o termino em 27/05/2016, por mais 07 (sete) meses, ou seja, de 27/05/2016 até 31/12/2016, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pelo Fundo Municipal de Saúde do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 25/05/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Paulo Sergio Feli.

EXTRATO DE ADITIVO 03 - WILLIAN

TERMO ADITIVO Nº. 03 ao Contrato Nº. 087/PMBR/2014. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 087/PMBR/2014, que prevê o termino em 02/06/2016, por mais 07 (sete) meses, ou seja, de 02/06/2016 até 31/12/2016, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 23/05/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Willian Biff Brigido.

EXTRATO DE ADITIVO 05 - FRANCISCO

TERMO ADITIVO Nº. 05 ao Contrato Nº. 004/FMS/2013. OBJETO: Fica estabelecido por acordo entre as partes a prorrogação do prazo de vigência do Contrato Nº. 004/FMS/2013, que prevê o termino em 15/05/2016, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 15/05/2016 até 15/05/2017, em face do interesse publico baseado nos fatos elencados pela Secretaria de Administração e Finanças do Município de Balneário Rincão. ASSINATURA: 10/05/2016. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Goes - Prefeito Municipal e pelo Sr. Francisco Hortencio Motta.

EXTRATO DE CONTRATO - PMBR**EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº. 065/PMBR/2016; KTOP CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA ME; OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de projeto de pavimentação asfáltica da Rodovia ICR-353/358 no trecho Lagoa dos Esteves – Barra Velha no Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: Dispensa de Licitação Nº. 039/PMBR/2016. No valor global de R\$ 14.800,00 (Quatorze mil e oitocentos reais). VIGENCIA: 31/12/2016; ASSINATURA: 10/05/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Ramon Mendes Knabben.

CONTRATO Nº. 066/PMBR/2016; PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente para manutenção e conserto da Frota de Maquinas e veículos do Município de Balneário Rincão. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 026/PMBR/2016. No valor global de R\$ 7.498,47 (Sete mil quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e sete centavos). VIGENCIA: 31/12/2016; ASSINATURA: 10/05/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Armando Pereira Filho.

CONTRATO Nº. 067/PMBR/2016; LAJECRIL ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA EPP; OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica para pavimentação comunitária, de conformidade com as especificações constantes do Edital de Chamada Publica Nº. 034/PMBR/2016. Processo de Licitação-Modalidade: Chamada Publica Nº. 034/PMBR/2016. VIGENCIA: 31/12/2016; ASSINATURA: 16/05/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Adelar Machado de Oliveira.

CONTRATO Nº. 068/PMBR/2016; GOLD COMPUTADORES LTDA – EPP; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamento de informática, câmara fotográfica e smartphones, para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Içara, que atendem o Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/PMBR/2016. No valor global de R\$ 1.950,00 (Um mil novecentos e cinquenta reais). VIGENCIA: 31/12/2016; ASSINATURA: 24/05/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Sandro Pietsch.

CONTRATO Nº. 069/PMBR/2016; R.S.A COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamento de informática, câmara fotográfica e smartphones, para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Içara, que atendem o Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/PMBR/2016. No valor global R\$ 3.798,00 (Três mil setecentos e noventa e oito reais). VIGENCIA: 31/12/2016; ASSINATURA: 24/05/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Valmir Costa dos Santos.

CONTRATO Nº. 070/PMBR/2016; NADINE ALBERTON VIEIRA - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamento de informática, câmara fotográfica e smartphones, para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Içara, que atendem o Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/PMBR/2016. No valor global de R\$ 5.900,00 (Cinco mil e novecentos reais). VIGENCIA: 31/12/2016; ASSINATURA: 24/05/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Artedanio Silva Vieira.

CONTRATO Nº. 071/PMBR/2016; DAT INFORMATICA LTDA - ME; OBJETO: Contratação de empresas do ramo pertinente, para a aquisição de equipamento de informática, câmara fotográfica e smartphones, para uso do Corpo de Bombeiros Militar de Içara, que atendem o Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/PMBR/2016. No valor global de R\$ 1.812,00 (Um mil oitocentos e doze reais). VIGENCIA: 31/12/2016; ASSINATURA: 24/05/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Vilmar Antonio Innocenti.

CONTRATO Nº. 072/PMBR/2016; COMPACTAR COMPACTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM LTDA - EPP; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para conclusão das Obras de Pavimentação Asfáltica, Drenagem e Sinalização da Rua Antônio Pagan, localizada na Zona Sul do Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: Tomada de Preços Nº. 037/PMBR/2016. No valor global de R\$ 363.347,27 (Trezentos e sessenta e três mil trezentos e quarenta e sete reais e vinte e sete centavos). VIGENCIA: 01/12/2016; ASSINATURA: 30/05/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Erikson Darós Graf.

CONTRATO Nº. 073/PMBR/2016; BETHA SISTEMAS LTDA; OBJETO: Prestação de serviços técnico especializado de Treinamento de Reforço e Suporte Técnico para os sistemas do Contrato nº 063/PMBR/2013. Processo de Licitação-Modalidade: Inexigibilidade n.º 043/PMBR/2016. No valor global de R\$ 11.464,60 (Onze mil quatrocentos e sessenta e quatro reais e sessenta centavos). VIGENCIA: 31/12/2016; ASSINATURA: 27/05/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela o Sr. Ernesto Muniz de Souza Jr e a Srª. Daniela Ramos Silva.

CONTRATO Nº. 074/PMBR/2016; CONSONI CONSTRUÇÕES LTDA; OBJETO: Contratação de empresa do ramo pertinente para Revitalização das Dependências Esportivas – Campo de Futebol Bairro Pedreiras no Município de Balneário Rincão/SC. Processo de Licitação-Modalidade: Tomada de Preços Nº. 041/PMBR/2016. No valor global de R\$ 44.800,00 (Quarenta e quatro mil e oitocentos reais). VIGENCIA: 30/11/2016; ASSINATURA: 01/06/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Decio Gomes Goes - Prefeito Municipal e pela empresa o Sr. Valmor Consoni.

SAMAE - BALNEÁRIO RINCÃO**EXTRATOS DO CONTRATO 017 E 018****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº. 017 /SAMAE/2016.; ARMUL MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA ME: OBJETO: aquisição de materiais construção para uso do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão, durante 2016. ASSINATURA: 09/05/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio José Lino – Presidente e pela empresa o Sr. SIRLENE BERTO DA SILVA ZANETTE

CONTRATO Nº. 018/SAMAE/2016; CORREA NUNES PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA ME: OBJETO: contratação de empresa do ramo pertinente, para locação de caminhão caçamba com porta traseira, com abertura lateral, capacidade mínima de 12m³ com motorista e dois ajudantes, ano de fabricação não inferior a 5(cinco) anos ASSINATURA: 18/05/2016; SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. Olirio Jose Lino – Presidente e pela empresa a Sr MARCIO CORREA NUNES

Barra Bonita

PREFEITURA

PORTARIA Nº 165, DE 06 DE JUNHO DE 2016. CONCEDE ADIANTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 165, de 06 de junho de 2016.

Concede adiantamento e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com os incisos VI do artigo 73, da Lei Orgânica do Município; combinado com o que consta no Anexo-I, da Lei nº 009, de 22 de janeiro de 1997,

Resolve.

Art.1º. Conceder Adiantamento ao Sr. Alencar Barbieri, matrícula nº 4204-02, ocupante do cargo de Assessor de Administração e Planejamento do Quadro de Geral da Prefeitura Municipal, na importância de R\$200,00 (duzentos reais), conforme Memorando nº005/2016 da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda.

Art.2º. A aplicação do referido adiantamento far-se-á em conformidade com o disposto na Lei Municipal nº 009/97, de 22 de janeiro de 1997.

Art.3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA em 06 de junho de 2016.

Darci João Frizon

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se esta Portaria na forma da Lei.

Servidor Responsável

EDITAL PREGÃO Nº32/2016

MUNICIPIO DE BARRA BONITA-SC

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA BONITA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº32/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº32/2016

O Município de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, torna público que se encontra aberto Edital de Pregão, objetivando Aquisição de produtos de EPI destinado a distribuição aos servidores municipais. Os envelopes contendo documentação e propostas serão aceitos até as 08:30 horas do dia 20 de junho de 2016. Informações poderão ser obtidas nesta Prefeitura, no horário comercial, junto a Av.Buenos Aires, nº 600 ou pelo fone/fax (0xx) 49 3649-0004, no Departamento de Compras. Ou no site Oficial da Prefeitura. Barra Bonita, em 06 de junho de 2016.

DARCI JOÃO FRIZON

Prefeito

Benedito Novo**PREFEITURA****ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO PP 40/2016**

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

DATA: 06/06/2016 - HORÁRIO DE INÍCIO: 09:05 horas

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 40/2016

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 40/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE HIGIÊNE E LIMPEZA PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES

No dia e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para o recebimento do credenciamento, dos envelopes contendo as propostas de preços e a documentação de habilitação, e abertura dos envelopes contendo as propostas de preços apresentados em razão do certame licitatório na modalidade de Pregão Presencial nº 000040/2016, com a presença do Pregoeiro JOÃO ULLER e da Equipe de Apoio SERGIO DARIO PASQUALI e MAURICIO STEFFEN, nomeados pela Portaria nº 003/2016. Compareceram ao certame, protocolando os envelopes necessários à realização do certame no setor de protocolo até o horário estipulado as seguintes empresas: TAYU QUIMICA EIRELI EPP, BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME, CHEIROS DO VALE LTDA – ME e LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP. As empresas participantes apresentaram seus credenciamentos em conformidade com o exigido no item 3.4 do Edital, credenciando respectivamente seus representantes legais conforme a seguir: EDSON CESAR NAZARIO, HILTON DELGADO DOS SANTOS, ANDREIA EVARISTO BUZZI e ANTONIO GERALDO KLEIN. Foram analisadas as Declarações de Habilitação apresentadas pelas empresas acima mencionadas, e concluiu-se que as mesmas cumprem a exigência do item 3.5 do Edital. Todas as licitantes apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006. Foram disponibilizados a todos os presentes os documentos de credenciamento para serem rubricados. Em seguida procedeu-se a abertura dos envelopes identificados como de Propostas de Preços, sendo as propostas neles contida disponibilizadas aos licitantes presentes para serem conferidas e rubricadas. Ato contínuo, foram analisadas as propostas pelo pregoeiro e equipe de apoio e inseridos os preços apresentados no sistema. Após a análise das propostas, relativamente as imposições do Edital, todas foram consideradas classificadas, ficando a ordem de classificação inicial, conforme anexo desta Ata. Ato contínuo abriu-se a fase dos lances e de negociação direta com as licitantes, o qual transcorreu conforme relatório de lances em anexo. Encerrada a fase dos lances e de negociação direta o Pregoeiro procedeu a abertura dos envelopes identificados como de Habilitação das licitantes classificadas como primeiras colocadas nos seus respectivos itens vencidos. Os documentos de habilitação apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação encontra-se em conformidade com o exigido no Edital, sendo assim as licitantes melhores colocadas estão HABILITADAS e DECLARADAS VENCEDORAS do presente certame conforme relatório de classificação final anexo a esta ATA. O Pregoeiro questionou se alguma das empresas presentes tencionava manifestar interesse em assinar a Ata de Registro de Preços com o mesmo preço e as mesmas condições do Primeiro Colocado. As empresas optaram por não fazerem o registro conforme estabelecido no item 9.3 do Edital. O pregoeiro questiona quanto à intenção de interpor recurso contra algum ato do procedimento licitatório praticado durante a sessão, contra o Pregoeiro e/ou contra a Comissão de Licitação. Não houve manifestação. Não havendo manifestação, o Pregoeiro declara renúncia ao direito de recurso, com fundamento nas alíneas, inciso e parágrafos dos Artigos 43 e 109 da Lei 8.666/93. Após os fatos, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR os respectivos itens do presente certame às empresas vencedoras. Em seguida lavrou-se a presente Ata que foi achada conforme. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo está assinada por todos os presentes. Benedito Novo, 06/06/2016, às 09h44m.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JOAO ULLER Pregoeiro	MAURICIO STEFFEN Equipe de Apoio	SERGIO DARIO PASQUALI Equipe de Apoio
-------------------------	-------------------------------------	--

LICITANTES PRESENTES:

EDSON CESAR NAZARIO
HILTON DELGADO DOS SANTOS
ANDREIA EVARISTO BUZZI
ANTONIO GERALDO KLEIN

ANEXO DA ATA DA SESSÃO
Pregão Presencial nº 40/2016

Propostas iniciais apresentadas:

Item: 00001 DETERGENTE PARA LOUÇAS NEUTRO EMBALAGEM COM 5 LT

Fornecedor	Proposta
CHEIROS DO VALE LTDA - ME	7,5000
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	8,5000
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	8,7800
TAYU QUIMICA EIRELI EPP	9,6000

Item: 00002 DESINFETANTE, EMBALAGEM COM 5 LITROS

Fornecedor	Proposta
CHEIROS DO VALE LTDA - ME	5,1000
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	5,6700
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	6,8000
TAYU QUIMICA EIRELI EPP	7,9500

Item: 00003 CLORO LIQUIDO EMBALAGEM COM 5 L

Fornecedor	Proposta
CHEIROS DO VALE LTDA - ME	4,9000
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	5,1300
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	9,8000
TAYU QUIMICA EIRELI EPP	9,9000

Item: 00004 ALCOOL PERFUMADO EMBALAGEM COM 5 L

Fornecedor	Proposta
CHEIROS DO VALE LTDA - ME	23,9000
TAYU QUIMICA EIRELI EPP	24,8000
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	24,9800
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	25,0000

Item: 00005 SABONETE LIQUIDO PARA AS MAOS, EMBALAGEM COM 5 LITROS

Fornecedor	Proposta
CHEIROS DO VALE LTDA - ME	10,9000
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	11,4800
TAYU QUIMICA EIRELI EPP	15,7500
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	17,0000

Item: 00006 AGUA SANITARIA, EMBALAGEM COM 5 LITROS

Fornecedor	Proposta
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,7300
CHEIROS DO VALE LTDA - ME	5,2000
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	5,5000
TAYU QUIMICA EIRELI EPP	6,2500

Item: 00007 PAPEL HIGIÊNICO DE COR BRANCA ROLO COM 30M, PACOTE COM 4 ROLOS

Fornecedor	Proposta
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,6300
CHEIROS DO VALE LTDA - ME	1,9500
TAYU QUIMICA EIRELI EPP	2,0000
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	2,4500

Item: 00008 PAPEL HIGIENICO DE COR BRANCA ROLO COM 300M, PACOTE COM 8 ROLOS

Fornecedor	Proposta
TAYU QUIMICA EIRELI EPP	18,8500
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	22,0000
CHEIROS DO VALE LTDA - ME	24,8000
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	27,0000

Item: 00009 COPO DESCARTAVEL DE 180ML, CAIXA COM NO MINIMO 25 TIRAS DE 100 COPOS

Fornecedor	Proposta
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	65,0000
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	66,1500
CHEIROS DO VALE LTDA - ME	72,0000
TAYU QUIMICA EIRELI EPP	72,5000

Item: 00010 PAPEL TOALHA, INTEFOLHAS DESCARTAVEIS, 2 DOBRAS, NA COR BRANCA, FOLHAS COM TAMANHO MINIMO DE 22,5CM X 21CM, PACOTE COM 1.000 FOLHAS, FARDO COM 6 PACOTES

Fornecedor	Proposta
TAYU QUIMICA EIRELI EPP	34,8000
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	36,0000
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	39,0000
CHEIROS DO VALE LTDA - ME	41,4000

Item: 00011 SABAO LIQUIDO, EMBALAGEM COM 5L

Fornecedor	Proposta
CHEIROS DO VALE LTDA - ME	8,6000
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	12,0000
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	12,0200
TAYU QUIMICA EIRELI EPP	13,8000

Item: 00012 LIMPA VIDROS, EMBALAGEM COM 1 LITRO

Fornecedor	Proposta
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,3200
CHEIROS DO VALE LTDA - ME	5,5000
TAYU QUIMICA EIRELI EPP	8,8500
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	10,0000

Item: 00013 SACO PARA LIXO DE 100L, COM 18 MICRAS, PACOTE COM 50 UND

Fornecedor	Proposta
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	27,8600
TAYU QUIMICA EIRELI EPP	27,9800
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	28,0000

Item: 00014 SACO PARA LIXO DE 30L, COM 6 MICRAS, PACOTE COM 50 UND

Fornecedor	Proposta
TAYU QUIMICA EIRELI EPP	9,9800
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	10,2000
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	10,2900

Item: 00015 SACO PARA LIXO DE 15L, COM 7 MICRAS, PACOTE COM 50 UND

Fornecedor	Proposta
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	5,8600
TAYU QUIMICA EIRELI EPP	5,9000
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	5,9200

Item: 00016 SACO PARA LIXO DE 200L, COM 18 MICRAS, PACOTE COM 50 UND

Fornecedor	Proposta
TAYU QUIMICA EIRELI EPP	58,9000
LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	60,0000
BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	61,3000

Lances efetuados:

Itens	Participantes	Vlr Lance	Vlr Negociado
1	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	7,4900	0,0000
1	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	7,4700	0,0000
1	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	7,4800	0,0000
1	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	7,4000	0,0000
1	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	7,3500	0,0000
1	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	0,0000	0,0000
1	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,0000	0,0000
1	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	7,3500	0,0000
2	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	5,0800	0,0000
2	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	5,0500	0,0000
2	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	0,0000	0,0000

2	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	5,0000	0,0000
2	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	4,9500	0,0000
2	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,0000	0,0000
2	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	4,9500	0,0000
3	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,8000	0,0000
3	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	4,7500	0,0000
3	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	0,0000	0,0000
3	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,7000	0,0000
3	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	4,6500	0,0000
3	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,0000	0,0000
3	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	4,6500	0,0000
4	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	22,9000	0,0000
4	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	23,0000	0,0000
4	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	22,8000	0,0000
4	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	23,8000	0,0000
4	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	0,0000	0,0000
4	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,0000	0,0000
4	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	21,9000	0,0000
4	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	22,0000	0,0000
4	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	21,7500	0,0000
4	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	21,8000	0,0000
4	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	21,6500	0,0000
4	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	21,7000	0,0000
4	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	21,4500	0,0000
4	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	21,5000	0,0000
4	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	20,9000	0,0000
4	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	21,0000	0,0000
4	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	19,9000	0,0000
4	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	20,0000	0,0000
4	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	0,0000	0,0000
4	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	19,5000	0,0000
5	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	0,0000	0,0000
5	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	10,8000	0,0000
5	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	10,7500	0,0000
5	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	10,7000	0,0000
5	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	10,6000	0,0000
5	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	10,5000	0,0000
5	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	10,4000	0,0000
5	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	10,0000	0,0000
5	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	9,9000	0,0000
5	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,0000	0,0000
5	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	9,9000	0,0000
6	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,6000	0,0000
6	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	4,7000	0,0000
6	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	0,0000	0,0000
6	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,5000	0,0000
6	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	4,5500	0,0000
6	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,3000	0,0000
6	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	4,4500	0,0000
6	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	4,2000	0,0000
6	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	4,2500	0,0000
6	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,0000	0,0000
6	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	4,1500	0,0000
7	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	0,0000	0,0000
7	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	1,6300	0,0000
7	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	0,0000	0,0000
8	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	18,8500	18,8000
8	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	0,0000	0,0000
8	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	0,0000	0,0000
9	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	64,0000	0,0000
9	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	0,0000	0,0000
9	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	63,5000	0,0000
9	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	63,0000	0,0000
9	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	62,0000	0,0000

9	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	60,0000	0,0000
9	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	59,0000	0,0000
9	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	58,0000	0,0000
9	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	55,0000	0,0000
9	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	54,9000	0,0000
9	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	54,0000	0,0000
9	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,0000	0,0000
9	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	54,0000	0,0000
10	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	33,9000	0,0000
10	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,0000	0,0000
10	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	34,0000	0,0000
10	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	33,6000	0,0000
10	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	33,8000	0,0000
10	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	32,9000	0,0000
10	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	33,0000	0,0000
10	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	32,4000	0,0000
10	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	32,5000	0,0000
10	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	32,1000	0,0000
10	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	32,3000	0,0000
10	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	31,9000	0,0000
10	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	32,0000	0,0000
10	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	31,3000	0,0000
10	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	31,5000	0,0000
10	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	30,9000	0,0000
10	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	31,0000	0,0000
10	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	30,4000	0,0000
10	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	30,5000	0,0000
10	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	30,2000	0,0000
10	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	30,3000	0,0000
10	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	29,9000	0,0000
10	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	30,0000	0,0000
10	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	29,7000	0,0000
10	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	29,8000	0,0000
10	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	28,9000	0,0000
10	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	29,0000	0,0000
10	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	28,7000	0,0000
10	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	28,8000	0,0000
10	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	28,7000	0,0000
10	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	0,0000	0,0000
11	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,0000	0,0000
11	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	8,6000	0,0000
11	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	0,0000	0,0000
12	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	0,0000	0,0000
12	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,0000	0,0000
12	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	4,3000	0,0000
13	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	26,9000	0,0000
13	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,0000	0,0000
13	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	27,0000	0,0000
13	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	26,7000	0,0000
13	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	26,8000	0,0000
13	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	26,4000	0,0000
13	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	26,5000	0,0000
13	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	25,9000	0,0000
13	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	26,0000	0,0000
13	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	0,0000	0,0000
13	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	25,8000	0,0000
14	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	9,9800	0,0000
14	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,0000	0,0000
14	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	0,0000	0,0000
15	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	5,7000	0,0000
15	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,0000	0,0000
15	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	5,8000	0,0000
15	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	0,0000	0,0000
15	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	5,6000	0,0000

16	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	56,9000	0,0000
16	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	58,0000	0,0000
16	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	57,0000	0,0000
16	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	55,9000	0,0000
16	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	0,0000	0,0000
16	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	56,0000	0,0000
16	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	55,5000	0,0000
16	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	55,8000	0,0000
16	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	53,0000	0,0000
16	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	55,0000	0,0000
16	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	50,0000	0,0000
16	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	52,0000	0,0000
16	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	48,0000	0,0000
16	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	49,0000	0,0000
16	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	46,0000	0,0000
16	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	47,0000	0,0000
16	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	0,0000	0,0000
16	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	45,0000	0,0000

Vencedores:

Itens	Vencedor	Marca	Qtde	Vlr Unit.	Vlr Total
00007	BLUNAC DISTRIBUIDORA EIRELI ME	QUALILUX	40,00000	1,6300	65,2000
Total do Fornecedor: 65,2000					
00001	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	CHEIROS DO VALE	20,00000	7,3500	147,0000
00002	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	CHEIROS DO VALE	30,00000	4,9500	148,5000
00003	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	CHEIROS DO VALE	20,00000	4,6500	93,0000
00005	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	CHEIROS DO VALE	20,00000	9,9000	198,0000
00006	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	CHEIROS DO VALE	20,00000	4,1500	83,0000
00011	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	CHEIROS DO VALE	20,00000	8,6000	172,0000
00012	CHEIROS DO VALE LTDA - ME	CHEIROS DO VALE	20,00000	4,3000	86,0000
Total do Fornecedor: 927,5000					
00004	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	CLASSLIMP	20,00000	19,5000	390,0000
00009	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	CRISTAL COPOS	80,00000	54,0000	4.320,0000
00013	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	BADENPLAST	50,00000	25,8000	1.290,0000
00015	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	BADENPLAST	30,00000	5,6000	168,0000
00016	LIMPEXCEL PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA EPP	BADENPLAST	20,00000	45,0000	900,0000
Total do Fornecedor: 7.068,0000					
00008	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	PLUFY	60,00000	18,8000	1.128,0000
00010	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	LUDEPEL	80,00000	28,7000	2.296,0000
00014	TAYU QUIMICA EIRELI EPP	TAYU	15,00000	9,9800	149,7000
Total do Fornecedor: 3.573,7000					
Total de Itens: 11.634,4000					

AVISO DE LICITAÇÃO - PE 45/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 45/2016

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 9h00m do dia 21/06/2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h05m do dia 21/06/2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h15m do dia 21/06/2016. LOCAL: www.blcompras.org.br. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br e no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 07 de junho de 2016.

Jean Michel Grundmann

Prefeito



AVISO DE LICITAÇÃO - PE 46/2016

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 46/2016

O Município de Benedito Novo – SC, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS ESCOLARES PARA AS UNIDADES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL – CONJUNTOS TRAPEZÓIDAIIS COM 6 LUGARES. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 15h00m do dia 21/06/2016. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 15h05m do dia 21/06/2016. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 15h15m do dia 21/06/2016. LOCAL: www.bllcompras.org.br. Licitação regida pelas Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações e a íntegra do Edital poderão ser obtidas diariamente em horário de expediente no Setor de Licitações desta Municipalidade, sito a Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, pelo Fone/Fax: (47) 3385-0487, no site: www.beneditonovo.sc.gov.br e no e-mail: licitacao@beneditonovo.sc.gov.br.

Benedito Novo (SC), 06 de junho de 2016.

Jean Michel Grundmann

Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

EXTRATO ATA SRP PP 12/2016 E OUTROS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016 DO PP 12/2016 - FAMABI.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOKS PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E FAMABI.
EMPRESA: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 19.660,00
VIGÊNCIA: 31/03/2016 A 31/03/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 6 de junho de 2016
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2016 DO PP 12/2016.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES E NOTEBOOKS PARA USO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU E FAMABI.
EMPRESA: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 506.245,00
VIGÊNCIA: 31/03/2016 A 31/03/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 6 de junho de 2016
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016 DO PP 233/2015 - FAMABI
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, PARA O ANO DE 2016.
EMPRESA: Aquinpel Suprimentos para Escritório
VALOR: R\$ 5.010,30
EMPRESA: Radames Pereira Espindola-EPP
VALOR: R\$ 32,07
EMPRESA: Bozzano e Bozzano Ltda. - ME
VALOR: R\$ 4,00
EMPRESA: Ricarl Distribuidora Eireli - ME
VALOR: R\$ 1.807,53
VIGÊNCIA: 03/03/2016 à 03/03/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 6 de junho de 2016
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18/2016 DO PP 233/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU, PARA O ANO DE 2016.
EMPRESA: CETEC Com. em Geral e Treinamentos
VALOR: R\$ 2.250,00
EMPRESA: Aquinpel Suprimentos para Escritório
VALOR: R\$ 146.920,14
EMPRESA: Radames Pereira Espindola-EPP
VALOR: R\$ 33.243,83
EMPRESA: Bozzano e Bozzano Ltda. - ME
VALOR: R\$ 8.275,40
EMPRESA: Ricarl Distribuidora Eireli - ME
VALOR: R\$ 128.644,87
VIGÊNCIA: 03/03/2016 à 03/03/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 6 de junho de 2016
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2016 DO PP 245/2015.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE BIGUAÇU.
EMPRESA: CETEC Com. em Geral e Treinamentos
VALOR: R\$ 380.244,80
EMPRESA: Sebold Com. Atacado de Prod. Alim. e Equip. Ltda-ME.
VALOR: R\$ 335.075,00
EMPRESA: Foot com. E distribuidora de Artigos Esportivos Ltda-ME
VALOR: R\$ 11.497,50
EMPRESA: Gizele Regina da Silva
VALOR: R\$ 125.475,00
EMPRESA: Elo Com. E Serv. Ltda-Me
VALOR: R\$ 140.265,00
EMPRESA: L & M Com. Atac. De Prod. Alim.
VALOR: R\$ 723.336,80
EMPRESA: Limpexcel Produtos de Limpeza Ltda - EPP
VALOR: R\$ 44.195,00
VIGÊNCIA: 10/03/2016 à 10/03/2017.
A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br
Biguaçu, 6 de junho de 2016
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016 DO PP 259/2015.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE COFFEE BREAK PARA SERVIR OS EVENTOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO, ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E PLANEJAMENTO E GESTÃO E FAMABI.

EMPRESA: MABONI PROMOÇÕES EVENTOS E TURISMO LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 212.480,00

EMPRESA: SOBRINHOS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA-ME

VALOR TOTAL: R\$ 5.000,00

VIGÊNCIA: 02/03/2016 A 02/03/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 6 de junho de 2016

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2016 DO PP 259/2015 - FAMABI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE COFFEE BREAK PARA SERVIR OS EVENTOS DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL, CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, EDUCAÇÃO, GABINETE DO PREFEITO, ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E PLANEJAMENTO E GESTÃO E FAMABI.

EMPRESA: MABONI PROMOÇÕES EVENTOS E TURISMO LTDA.

VALOR TOTAL: R\$ 6.800,00

VIGÊNCIA: 02/03/2016 A 02/03/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 6 de junho de 2016

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20/2016 DO PP 270/2015.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECER BANHEIROS QUÍMICOS PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE, TURISMO E LAZER.

EMPRESA: MULTIBAN LOCAÇÕES DE BENS MOVEIS LTDA

VALOR TOTAL: R\$ 141.400,00

VIGÊNCIA: 11/03/2016 A 11/03/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 6 de junho de 2016

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2016 DO PP 248/2015.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA UTILIZAÇÃO DOS CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EMPRESA: CETEC Com. em Geral e Treinamentos

VALOR: R\$ 43.020,04

EMPRESA: Aquinpel Suprimentos para Escritório

VALOR: R\$ 35.716,60

EMPRESA: L. Mohr Ltda. - Epp

VALOR: R\$ 272,00

EMPRESA: Radames Pereira Espindola-EPP

VALOR: R\$ 13.980,00

EMPRESA: Elmo Papelaria Ltda EPP

VALOR: R\$ 31.667,90

EMPRESA: Bozzano e Bozzano Ltda. - ME

VALOR: R\$ 3.750,00

EMPRESA: Ricarl Distribuidora Eireli - ME

VALOR: R\$ 40.368,40

EMPRESA: Simone Maria Geremias Schaefer - ME

VALOR: R\$ 19.306,79

VIGÊNCIA: 26/02/2016 à 26/02/2017.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 6 de junho de 2016

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 03/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 03/2016.

Dispõe sobre reprogramação de saldos do Fundo Municipal de Assistência Social provenientes de transferência de fundo a fundo do FNAS para o FMAS e do FEAS para FMAS para o exercício de 2016.

O Conselho Municipal da Assistência Social – CMAS de Biguaçu, no uso de suas atribuições e competências legais e regimentais, conferidas por meio da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, Lei 8742, de 07 de dezembro de 1993, e a Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, CONSIDERANDO:

- A deliberação na Plenária da Reunião ordinária de 03 de junho de 2016.

- A ATA nº 08/2016.

Resolve:

Art. 1º Aprovar a reprogramação de saldos (superávit) de 2015 dos recursos provenientes de repasse fundo a fundo do FNAS para FMAS para serem utilizados no exercício de 2016 conforme saldos descritos em cada Piso:

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - R\$ 12.341,48 (doze mil trezentos e quarenta e um reais e quarenta e oito centavos);

PBF - Piso Básico Fixo - R\$ 49.613,23 (quarenta e nove mil seiscientos e treze reais e vinte e três centavos);

ACESSUAS - R\$ 108.250,21 (cento e oito mil duzentos e cinquenta reais e vinte e um centavos);

PFAC – Piso Fixo de Alta Complexidade - R\$ 5.173,05 (cinco mil cento e setenta e três reais e cinco centavos);

MC - Média Complexidade - R\$ 32.332,99 (trinta e dois mil trezentos e trinta e dois reais e noventa e nove centavos);

IGD/PBF – Incentivo a Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família – R\$ 77.008,21 (setenta e sete mil e oito reais e vinte e um centavos);

IGD/SUAS – Incentivo a Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social – R\$ 15.322,66 (quinze mil trezentos e vinte e dois reais e sessenta e seis centavos).

Art. 2º O Saldo dos recursos do FNAS deverão ser utilizados respeitando os níveis de Proteção Básica ou Especial

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 03 de junho de 2016.
Claudete Maria Steil Pereira
Presidente do CMAS/ Biguaçu

RESOLUÇÃO Nº 06/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

RESOLUÇÃO Nº 06/2016

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Biguaçu.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 03 de junho de 2016, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal nº 2673, de 23 de outubro de 2008, que institui o Conselho Municipal de Assistência Social de Biguaçu – CMAS, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS, no valor total de R\$ 27.538,70 (vinte e sete mil quinhentos e trinta e oito reais e setenta centavos) referente ao ano de 2016, para ser utilizado para custeio e investimento, conforme deliberado pelo município e aprovado pelo CMAS do percentual a seguir: - 30% para investimento no valor de R\$ 8.261,61 (oito mil duzentos e sessenta e um reais e sessenta e um centavos); e 70% para custeio no valor de R\$ 19.277,09 (dezenove mil duzentos e setenta e sete reais e nove centavos).

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Instrumental de Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 06 de junho de 2016.
Claudete Maria Steil Pereira
Presidente do CMAS/Biguaçu

RETIFICAÇÃO PP71/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO II DO PP 71/2016 PMB

Comunicamos as empresas interessadas no PP 71/2016 PMB, que tem como objeto "contratação de empresa especializada para a execução de serviços de recuperação de pavimento de vias públicas, limpeza de vias públicas e espaços públicos, desobstrução de valas e drenagem pluvial, a ser utilizados no Município de Biguaçu/SC, conforme quantidades e especificações constantes do anexo I e Termo de Referência, que integram o presente Edital", que fica retificado o item 1.1. CAPACIDADE TÉCNICA, passando a ter a seguinte redação:

1.1 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

1.1.1 - Certidão de registro e regularidade no Conselho Regional de Administração – CRA e Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA da empresa, válidas na data limite para entrega dos envelopes;

1.1.2 - Comprovação de que possui em seu quadro, no mínimo, um profissional com formação de nível superior em administração de empresas, legalmente habilitado e devidamente registrado junto ao Conselho Regional de Administração CRA e um profissional Engenheiro Civil, devidamente registrados junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), que serão os responsáveis técnicos pela execução dos serviços.

1.1.3 - Comprovação de que o(s) profissional(is) indicado(s) como responsável(is) técnico(s) pela execução dos serviços compõem o quadro societário ou permanente de funcionários da licitante. A comprovação dos vínculos dos profissionais ao quadro permanente da empresa far-se-á mediante apresentação dos seguintes documentos:

- Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) e Cópia da ficha de registro de empregado;
- Ou, Contrato de Prestação de Serviços;
- Ou, certidão simplificada da Junta Comercial ou Contrato Social, devidamente registrado no órgão competente, para os casos em que o(s) responsável (eis) técnico(s) seja(m) sócio(s) da empresa, dispensando a apresentação dos demais documentos acima relacionados;

1.1.4 – Caso a licitante obtiver quaisquer dúvidas em relação ao termo de referência ou de todas as peculiaridades dos serviços, bem como das dificuldades existentes para execução destes, deverá enviar suas dúvidas para o email licitacao.pmb@bigua.sc.gov.br. Não serão respondidas dúvidas por telefone.

1.1.5 - Declaração ou Certidão negativa de débitos salariais expedida pela DRT onde a licitante mantém o seu domicílio ou sede;

1.1.6 - Comprovante de que a licitante cumpre e segue as normas de segurança e medicina do trabalho, através de apresentação do registro do SEESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho) na DRT do Ministério do Trabalho;

1.1.7 - Apresentar declaração formal de disponibilidade de pessoal técnico especializado, necessários à realização dos serviços objeto desta licitação, conforme estabelece o art. 30, § 6º, da Lei nº 8.666/93;

1.1.8 - Apresentar declaração formal de disponibilidade dos equipamentos e materiais de proteção individual e coletiva (EPI's e EPC's), utilizados por seus funcionários, tais como: bota de borracha, capa de chuva, balancim, cinto de segurança, luvas, avental, máscara, gorro e outros;

Diante do exposto a abertura do referido processo será na seguinte data:

RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 17 de junho de 2016 até 13:45 h.

ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 17 de junho de 2016 às 14:00 h.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019.

Biguaçu, 06 de junho de 2016.
RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO CONTRATO N. 22/2016 - DISPENSA 012/2016**

Extrato do Contrato Emergencial n. 022/2016 – Dispensa de Licitação n. 012/2016

Objeto: contratação emergencial de empresa especializada para o fornecimento de serviços de sistema integrado de gestão municipal.

Contratante: Câmara Municipal de Biguaçu (CNPJ n. 73.564.064/0001-99).

Contratado: Betha Sistemas Ltda. CNPJ – 00.456.865/0001-67.

Valor Global contratado: R\$ 10.950,00 (dez mil e novecentos e cinquenta reais)

Forma de Pagamento: o pagamento será realizado em até 10 (dez) dias após a entrega da nota fiscal.

Data de Ratificação e Homologação: 20/05/2016.

Data da Assinatura do contrato: 24/05/2016.

Vigência do Contrato: O contrato vigorará por até 90 (noventa dias) dias a contar do dia 24/05/2016.

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.99.00.00.00.0.01.00.0

Fundamento Legal: Art. 24, IV, da Lei Federal n. 8.666/93.

Biguaçu/SC, 06 de junho de 2016.

Vilson Norberto Alves

Presidente da Câmara de Vereadores de Biguaçu

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.289/2016

LEI 8.289, DE 31 DE MAIO DE 2016.

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES NO ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO E ALTERA

OS ANEXOS DA LEI N. 7.902, DE 04 DE OUTUBRO

DE 2013 (PPA) E DA LEI N. 8.124 DE 29 DE JUNHO DE 2015 (LDO).

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Direta, até o valor de R\$ 26.515.500,00 (vinte e seis milhões, quinhentos e quinze mil e quinhentos reais) nas seguintes dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0502 – Diretoria de Compras e Licitações

Atividade 05.02.04.122.0002.2018 – Manut. Ativ. Compras e Licitações

Modalidade 3.3.90 (61) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

0505 – Diretoria de Serviços de Ouvidoria e Atend. Ao Público

Atividade 05.05.04.122.0002.2269 – Man. Ativ. Serv. Ouv. e Atend. ao Público

Modalidade 3.3.90 (78) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0603 – Diretoria de Atendimento ao Empreendedor

Atividade 06.03.04.122.0002.2319 – Manut. Ativ. Atendimento ao Empreendedor

Modalidade 3.3.90 (104) Aplicações Diretas R\$ 9.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

02 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.15.451.0006.1008 – Execução de Pavimentação e Drenagem Ruas do Badesc

Modalidade 4.4.90 (295) Aplicações diretas R\$ 235.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1010 – Execução de Terraplenagem, Drenagem e Pavimentação de Ruas

Modalidade 4.4.90 (301) Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1103 – Const. Terminais Integr. Norte e Oeste Progr. Mobil. Sust. Bnau

Modalidade 4.4.90 (356) Aplicações Diretas R\$ 10.000.000,00

Fonte de Recursos 0186.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1105 – Ter/Dren/Pav. Lig. Chile c/a Rep. Argentina Progr. Mobil. Sust. Bnau

Modalidade 4.4.90 (360) Aplicações Diretas R\$ 12.000.000,00

Fonte de Recursos 0186.00000

Projeto 11.02.15.453.0006.1164 – Impl. Abrigos de Paradas de Ônibus – Pac Mobil. Médias Cidades

Modalidade 4.4.90 (409) Aplicações Diretas R\$ 181.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.813.0009.1167 – Impl. Ampl. Parques e Áreas de Lazer

Modalidade 4.4.90 (415) Aplicações Diretas R\$ 435.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

1502 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Atividade 15.02.11.334.0003.2080 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Econômico

Modalidade 3.3.90 (581) Aplicações Diretas R\$ 87.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1503 – Diretoria de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.03.20.606.0003.2086 – Apoio Financeiro a Epagri

Modalidade 3.3.90 (607) Aplicações Diretas R\$ 2.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1506 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.06.20.606.0003.2096 – Apoio Financ. A Cooperativa Prove de Blumenau Cooperprove

Modalidade 3.3.50 (720) Transf. Inst. Priv. s/f Lucr. R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA

1701 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava

Atividade 17.01.04.122.0002.2122 – Manut. Ativ. Administrativa da Idivi

Modalidade 3.1.90 (661) Aplicações Diretas R\$ 214.000,00

Modalidade 3.3.90 (663) Aplicações Diretas R\$ 551.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 2º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 1º desta Lei, correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

02 – GABINETE DO PREFEITO

0201 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Atividade 02.01.04.122.0002.2004 – Apoio Financeiro a Entidades

Modalidade 3.3.50 (14) Transf. Inst. Priv. s/f Lucr. R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0503 – Diretoria de Pessoal

Atividade 05.03.04.128.0002.2020 – Manut. Ativ. Pessoal

Modalidade 3.3.90 (64) Aplicações Diretas R\$ 250.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

0601 – Administrativo do Gabinete

Atividade 06.01.04.122.0002.2022 – Manut. Ativ. Administrativas da Sefaz

Modalidade 3.3.90 (83) Aplicações Diretas R\$ 9.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

0802 – Diretoria de Publicidade

Atividade 08.02.04.131.0002.2031 – Manut. Ativ. Div. das Ações do Governo

Modalidade 3.3.90 (141) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

1004 – Diretoria de Projetos

Projeto 10.04.15.127.0012.1119 – Prev. Errad. Riscos Ambientais e Sociais

Modalidade 4.4.90 (261) Aplicações Diretas R\$ 265.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

1102 – Diretoria de Obras Conveniadas

Projeto 11.02.06.182.0012.1101 - Exec. Obras p/ Prev. Min. Des. Alertablu

Modalidade 4.4.90 (291) Aplicações Diretas R\$ 2.500.000,00

Fonte de Recursos 0134.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1016 – Construção de Muros

Modalidade 4.4.90 (314) Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1071 – Prol. Rua Humberto de Campos – Prog. Mob. Sust. Bnu

Modalidade 4.4.90 (322) Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Modalidade 4.4.90 (323) Aplicações Diretas R\$ 5.000.000,00

Fonte de Recursos 0186.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1088 – Const. Pont. Bac. Rib. Velha Et. I Pac Dren.

Modalidade 4.4.90 (332) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1089 – Const. Pont. Bac. Rib. Velha Et. II Pac Dren.

Modalidade 4.4.90 (335) Aplicações Diretas R\$ 46.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1105 – Ter/Dren/Pav. Lig Chile c/a Rep. Argentina Prog. Mob. Sust. Bnu

Modalidade 4.4.90 (359) Aplicações Diretas R\$ 185.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1143 – Prog. Mobilidade Sustentável de Blumenau

Modalidade 4.4.90 (373) Aplicações Diretas R\$ 5.000.000,00

Fonte de Recursos 0186.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1157 – Lig. Viária Rua Alwin Schrader c/ Paraguay Prog. Mob. Sust. Bnu

Modalidade 4.4.90 (395) Aplicações Diretas R\$ 12.000.000,00

Fonte de Recursos 0186.00000

Projeto 11.02.15.451.0006.1161 – Sup/Proj/Mel/Amp. Cor. Est. Norte Prog. Mob. Sust. Bnu

Modalidade 4.4.90 (398) Aplicações Diretas R\$ 110.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

1202 – Diretoria de Habitação

Projeto 12.02.16.482.0005.1129 – Exec. Obras/Serv. Programa Habitacional

Modalidade 4.4.90 (429) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

1504 – Diretoria de Micro e Pequenas Empresas

Atividade 15.04.11.334.0003.2088 – Apoio a Formação de Empreendimentos

Modalidade 3.3.90 (612) Aplicações Diretas R\$ 90.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

1506 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Atividade 15.06.20.606.0003.2095 – Man. Ativ. Fundo Mun. Desenv. Rural

Modalidade 4.4.90 (695) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Fonte de Recursos 0606.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

1601 – Administrativo do Gabinete

Projeto 16.01.23.695.0008.1078 – Reforma Predial de Próprios

Municipais

Modalidade 4.4.90 (645) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais suplementares no orçamento da Administração Indireta do Município, até o valor de R\$ 3.238.300,00 (três milhões, duzentos e trinta e oito mil e trezentos reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

24 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

2401 – Fundação Municipal de Desportos

Atividade 24.01.28.846.0000.2323 – Execução de Sentenças Judiciais/Prec.

Modalidade 3.1.90 (20) Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

2601 – Fundação Promotora de Exposições de Blumenau – Proeb

Atividade 26.01.23.695.0008.2138 – Manut. Ativ. Proeb

Modalidade 3.1.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 360.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 26.01.23.695.0008.2140 – Manut. Ativ. Outros Eventos

Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 689.300,00

Fonte de Recursos 0206.00000

27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE

2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense

Atividade 27.01.08.243.0004.2145 - Man. Ações Prev. e Prom. de Crianç/Adol.

Modalidade 3.3.91 (4) Aplicações Diretas R\$ 11.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 27.01.08.244.0002.2142 – Manut. Ativ. Fundação Pró-Família

Modalidade 3.3.91 (13) Aplicações Diretas R\$ 6.500,00

Fonte de Recursos 0100.00000

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2901 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 29.01.08.244.0010.2155 – Manut. Imp. Serv. Prot. Soc. Média Comp.

Modalidade 3.3.50 (33) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 128.000,00

Modalidade 3.3.90 (36) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Atividade 29.01.08.244.0010.2159 – Man. Imp. Serv. Prot. Esp. Alta Comp. c/ Fam.

Modalidade 3.3.90 (50) Aplicações Diretas R\$ 471.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3101 – Fundo Municipal de Saúde

Atividade 31.01.10.301.0009.2231 – Cis – Consórcio Intermunicipal de Saúde

Modalidade 3.3.93 (115) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00

Fonte de Recursos 0267.00065

33 – SERV. AUT. MUNIC. TRANSITO E TRANSPORTE – SETERB

3304 – Diretoria de Transporte

Atividade 33.04.26.453.0005.2216 – Manut. Ativ. De Transporte

Modalidade 3.3.90 (40) Aplicações Diretas R\$ 1.290.000,00

Fonte de Recursos 0100.00000

Art. 4º Os créditos adicionais suplementares abertos no artigo 3º desta Lei correrão por conta da redução das seguintes dotações orçamentárias:

04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

0402 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa

Projeto 04.02.04.122.0002.1002 – Desapropriações

Modalidade 4.4.90 (39) Aplicações Diretas R\$ 137.050,00
Fonte de Recursos 0100.00000

08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
0802 – Diretoria de Publicidade
Atividade 08.02.04.131.0002.2031 – Manut. Ativ. Div. Ações do Governo
Modalidade 3.3.90 (141) Aplicações Diretas R\$ 642.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO
1004 – Diretoria de projetos
Projeto 10.04.15.127.0012.1119 – Prev. e Errad. Riscos Ambientais e Sociais
Modalidade 4.4.90 (261) Aplicações Diretas R\$ 210.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
1202 – Diretoria de Habitação
Projeto 12.02.16.482.0005.1129 – Exec. Obras/Serv. Programa Habitacional
Modalidade 4.4.90 (429) Aplicações Diretas R\$ 200.950,00
Fonte de Recursos 0100.00000

15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
1404 – Diretoria de Micro e Pequenas Empresas
Atividade 15.04.11.334.0003.2088 – Apoio a Formalização de Empreendimentos
Modalidade 3.3.90 (612) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
1601 – Administrativo do Gabinete
Projeto 16.01.23.695.0008.1031 – Construção do Mercado Público
Modalidade 4.4.90 (643) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 16.01.23.695.0008.2098 – Manut. Ativ. Administrativa da Sector
Modalidade 3.3.90 (648) Aplicações Diretas R\$ 60.000,00
Modalidade 4.4.90 (650) Aplicações Diretas R\$ 5.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 16.01.23.695.0008.2099 – Apoio Fin. Blumenau Convention & Visitors Bureau
Modalidade 3.3.50 (651) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 9.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 16.01.23.695.0008.2100 – Apoio Fin. Assoc. Clubes de Caça e Tiro
Modalidade 3.3.50 (652) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 55.500,00
Fonte de Recursos 0100.00000

1602 – Diretoria de Planejamento e Promoção
Atividade 16.02.23.695.0008.2280 – Manut. Ativ. Planejamento e Promoção
Modalidade 3.3.90 (654) Aplicações Diretas R\$ 221.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

24 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
2401 – Fundação Municipal de Desportos
Atividade 24.01.27.811.0009.2135 – Realização de Eventos Esportivos
Modalidade 3.3.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Modalidade 4.4.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB
2601 – Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - Proeb
Atividade 26.01.23.695.0008.2236 – Apoio Financeiro a Entidades

Modalidade 3.3.50 (17) Transf. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 689.300,00
Fonte de Recursos 0206.00000

27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE
2701 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense
Atividade 27.01.08.243.0004.2251 – Programa Menor Aprendiz
Modalidade 3.3.90 (7) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 27.01.08.244.0002.2142 – Manut. Ativ. Fundação Pró-Família
Modalidade 3.3.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 6.500,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 27.01.08.244.0010.2144 – Programa dos Grupos Organizados
Modalidade 3.3.90 (16) Aplicações diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
2901 – Fundo Municipal de Assistência Social
Atividade 29.01.08.243.0004.2313 – Man. Imp. Ações Voltadas à Criança/Adol.
Modalidade 3.3.90 (4) Aplicações Diretas R\$ 80.000,00
Modalidade 4.4.90 (9) Aplicações Diretas R\$ 24.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Projeto 29.01.08.244.0010.1047 – Const. Unid. Política de Assist. Social
Modalidade 4.4.90 (11) Aplicações Diretas R\$ 1.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 29.01.08.244.0010.2104 – Man. Imp. Ações Seg. Alimentar e Nut.
Modalidade 3.3.90 (14) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Modalidade 4.4.90 (17) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 29.01.08.244.0010.2152 – Manut. Imp. de Ações de Proteção Básica
Modalidade 3.3.50 (21) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 140.000,00
Modalidade 3.3.90 (23) Aplicações Diretas R\$ 50.000,00
Modalidade 4.4.90 (27) Aplicações Diretas R\$ 150.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 29.01.08.244.0010.2223 – Projetos Especiais p/Exec. Ações do FMS
Modalidade 3.3.50 (57) Tran. Inst. Priv. s/ fins Luc. R\$ 5.000,00
Modalidade 3.3.90 (62) Aplicações Diretas R\$ 19.000,00
Modalidade 4.4.90 (67) Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000
Atividade 29.01.08.244.0013.2246 – Exec. Ações Dec. Emerg/Calamidade Pública
Modalidade 3.3.90 (82) Aplicações Diretas R\$ 100.000,00
Modalidade 4.4.90 (85) Aplicações Diretas R\$ 12.000,00
Fonte de Recursos 0100.00000

31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3101 – Fundo Municipal de Saúde
Atividade 31.01.10.302.0009.2234 – Mac Outros Procedimentos Vinculados
Modalidade 3.3.90(97) Aplicações Diretas R\$ 70.000,00
Fonte de Recursos 0267.00065

Art. 5º Ficam aumentadas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei nº 7.902, de 04 de outubro de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual de Investimentos para o Quadriênio 2014/2017, as seguintes ações:

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade: 02 – Diretoria de Compras e Licitações
Código: 05.02.04.122.
Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
Ação: 2018 – Manut. Ativ. Compras e Licitações

Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 150.000,00

Unidade: 05 – Diretoria de Serviços de Ouvidoria e Atendimento ao Público
 Código: 05.05.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2269 – Manut. Ativ. Serviços de Ouvidoria e Atendimento ao Público

Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 100.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 03 – Diretoria de Atendimento ao Empreendedor

Código: 06.03.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2319 – Manut. Ativ. Atendimento ao Empreendedor

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 9.500,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Unidade: 02 – Diretoria de Obras Conveniadas

Código: 11.02.15.451.

Programa: 0006 – Blumenau 2050

Ação: 1008 – Execução de Pavimentação e Drenagem Ruas do Badesc

Produto: Pavimentação/Drenagem de Vias

Unidade: KM
 Valor Próprio (2016): R\$ 235.000,00

Ação: 1010 – Execução de Terraplenagem, Drenagem e Pavimentação de Ruas

Produto: Obras Infra-estrutura

Unidade: m2
 Valor Vinculado (2016): R\$ 2.500.000,00

Ação: 1103 – Const. Terminais Integrados Norte e Oeste Progr. Mobil. Sust. Bnau

Produto: Obra Executada

Unidade: unidade
 Valor Vinculado (2016): R\$ 10.000.000,00

Ação: 1105 – Ter/Dren/Pav. Lig. Chile c/a Rep. Argentina Prog. Mob. Sust. Bnau

Produto: Obra Executada

Unidade: unidade
 Valor Vinculado (2016): R\$ 12.000.000,00

Código: 11.02.15.453.

Programa: 0006 – Blumenau 2050

Ação: 1164 – Imp. Abrigos de Paradas de Ônibus Pac Mobil. Médias Cidades

Produto: Abrigos Implantados

Unidade: unidades
 Valor Próprio (2016): R\$ 181.000,00

Código: 11.02.15.813.

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 1167 – Imp. Amp. Parques e Áreas de Lazer

Produto: Parques e Áreas de Lazer

Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 435.000,00

Órgão: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO

ECONOMICO

Unidade: 02 – Diretoria de Desenvolvimento Econômico

Código: 15.02.11.334.

Programa: 0003 – Blumenau Sustentável

Ação: 2080 – Manut. Ativ. Desenvolvimento Econômico

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 87.500,00

Unidade: 03 – Diretoria de Desenvolvimento Rural

Código: 15.03.20.606.

Programa: 0003 – Blumenau Sustentável

Ação: 2086 – Apoio Financeiro a Epagri

Produto: Famílias Atendidas

Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 2.500,00

Unidade: 06 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural

Código: 15.06.20.606.

Programa: 0003 – Blumenau sustentável

Ação: 2096 - Apoio Financeiro a Cooperativa Prove de Blumenau - Cooperprove

Produto: Entidade Beneficiada

Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 50.000,00

Órgão: 17 – INTENDENCIA DISTRITAL DE VILA ITROUPAVA

Unidade: 01 – Administrativo Distrital de Vila Itoupava

Código: 17.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2122 – Manut. Ativ. Administrativa da Idivi

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 765.000,00

Órgão: 24 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

Unidade: 01 – Fundação Municipal de Desportos

Código: 24.01.28.846.

Programa: 0000 – Operações Especiais

Ação: 2323 – Execução de Sentenças Judiciais/Precatórios

Produto: Sentenças Judiciais/Precatórios

Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 200.000,00

Órgão: 26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB

Unidade: 01 – Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - Proeb

Código: 26.01.23.695.

Programa: 0008 – Fortalecer o Turismo

Ação: 2138 – Manut. Ativ. Proeb

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 360.500,00

Ação: 2140 – Manut. Ativ. Outros Eventos

Produto: Evento Realizado

Unidade: pessoas
 Valor Próprio (2016): R\$ 689.300,00

Órgão: 27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE

Unidade: 01 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense

Código: 27.01.08.243.

Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 2145 – Manut. Ações de Prevenção e Promoção de Crianças e Adolescentes

Produto: Crianças e Adolescentes Assistidos

Unidade: Crianças/Adolescentes

Valor Próprio (2016): R\$ 11.000,00

Código: 27.01.08.244.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2142 – Manut. Ativ. Fundação Pró-Família

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 6.500,00

Órgão: 29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 01 – Fundo de Assistência Social

Código: 29.01.08.244.

Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão

Ação: 2155 – Manut. Implem. Serv. Proteção Social de Média Complexidade

Produto: Família Atendida

Unidade: Família

Valor Próprio (2016): R\$ 140.000,00

Ação: 2159 – Manut. Impl. Serv. Proteção Especial Alta Comp. C/ Famílias

Produto: Família Atendida

Unidade: Famílias

Valor Próprio (2016): R\$ 471.000,00

Órgão: 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de saúde

Código: 31.01.10.301.

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2231 – Cis – Consórcio Intermunicipal de Saúde

Produto: Participação em Consórcio

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 70.000,00

Órgão: 33 – SERV. AUT. MUN. TRÂNSITO E TRANSPORTES DE BNU - SETERB

Unidade: 04- Diretoria de Transporte

Código: 33.04.26.453.

Programa: 0005 – Morar com Qualidade

Ação: 2216 – Manut. Ativ. Transporte

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 1.290.000,00

Art. 6º Para atender o disposto no artigo 5º desta Lei, ficam reduzidas no Anexo I – Metas e Prioridades, da Lei no 7.902, de 04 de outubro de 2013, as seguintes ações:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Código: 02.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2004 – Apoio Financeiro a Entidades

Produto: Entidade Beneficiada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 100.000,00

Órgão: 04 – PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

Unidade: 02 – Diretoria de Consultoria Administrativa e Legislativa

Código: 04.02.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 1002 - Desapropriação

Produto: Terreno

Unidade: m2

Valor Próprio (2016): 137.050,00

Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade: 03 – Diretoria de Pessoal

Código: 05.03.04.128.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2020 – Manut. Ativ. Pessoal

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 250.000,00

Órgão: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete

Código: 06.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2022 – Manut. Ativ. Administrativa da Sefaz

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 9.500,00

Órgão: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Unidade: 02 – Diretoria de Publicidade

Código: 08.02.04.131.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2031 – Manut. Ativ. Divulgação das Ações do Governo

Produto: Atividade Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): 742.000,00

Órgão: 10 – SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

Unidade: 04 – Diretoria de Projetos

Código: 10.04.15.127.

Programa: 0012 – Prevenção e Preparação Para Emergências e Desastres

Ação: 1119 – Prevenção e erradicação de Riscos ambientais e Sociais

Produto: Obras/Serviços Executados

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 475.000,00

Órgão: 11 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Unidade: 02 – Diretoria de Obras Conveniadas

Código: 11.02.06.182.

Programa: 0012

Ação: 1101 – Exec. Obras p/ Preservação e Minimização de Desastres Alerta

Produto: Obra Executada

Unidade: m2

Valor Vinculado (2016): R\$ 2.500.000,00

Código: 11.02.15.451.

Programa: 0006 – Blumenau 2050

Ação: 1016 – Construção de Muros

Produto: Muros Construídos

Unidade: m2

Valor Próprio (2016): R\$ 110.000,00

Ação: 1071 – Prol. Rua Humberto de Campos – Progr. Mobil. Sust. Bna

Produto: Obra Executada

Unidade: km

Valor Próprio (2016): R\$ 300.000,00

Valor Vinculado (2016): R\$ 5.000.000,00

Ação: 1088 – Constr. Pontes da Bacia Rib. Velha Etapa I Pac Drenagem

Produto: Obras Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 100.000,00

Ação: 1089 – Const. Pontes Bacia Rib. Velha Etapa II Pac Drenagem
 Produto: Obras Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 46.000,00

Ação: 1105 – Ter/Dren/Pav. Lig. Chile c/ a Rep. Argentina Prog. Mob. Sust. Bnau
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 185.000,00

Ação: 1143 – Programa de Mobilidade Sustentável de Blumenau
 Produto: Ação Executada
 Unidade: unidade
 Valor Vinculado (2016): R\$ 5.000.000,00

Ação: 1157 – Lig. Viária Ponte R. Alwin Schader c/ Paraguai Prog. Mob. Sust. Bnu
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Vinculado (2016): R\$ 12.000.000,00

Ação: 1161 – Sup/Proj/Mel/Amp. Corredor Est. Norte Progr. Mobil. Sust. Bnau
 Produto: superv. Proj. Obras Executada
 Unidade: KM
 Valor Próprio (2016): R\$ 110.000,00

Órgão: 12 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL
 Unidade: 02 – Diretoria de Habitação
 Código: 12.02.16.482.
 Programa: 0005 – Morar com Qualidade
 Ação: 1129 – Execução de Obras/Serviços de Programas Habitacionais
 Produto: Ação Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 400.950,00

Órgão: 15 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
 Unidade: 04 – Diretoria de Micro e Pequenas Empresas
 Código: 15.04.11.334.
 Programa: 0003 – Blumenau Sustentável
 Ação: 2088 – Apoio a Formação de Empreendimentos
 Produto: Empreendedor Capacitado
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 190.000,00

Unidade: 06 – Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Código: 15.06.20.606.
 Programa: 0003 – Blumenau Sustentável
 Ação: 2095 – Manut. Ativ. Fundo Municipal de Desenvolvimento Rural
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 50.000,00

Órgão: 16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
 Unidade: 01 – Administrativo do Gabinete
 Código: 16.01.23.695.
 Programa: 0008 – Fortalecer o Turismo
 Ação: 1031 – Construção do Mercado Público
 Produto: Obra Executada

Unidade: m2
 Valor Próprio (2016): R\$ 10.000,00

Ação: 1078 – Reforma Predial de Próprios Municipais
 Produto: Obra Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 100.000,00

Ação: 2098 – Manut. Ativ. Administrativas da Setur
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 65.000,00

Ação: 2099 – Apoio Financeiro ao Blumenau Convention & Visitors Bureau
 Produto: Entidade Beneficiada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 9.000,00

Ação: 2100 – Apoio Financeiro a Associação dos Clubes de Caça e Tiro
 Produto: Entidade Beneficiada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 55.500,00

Unidade: 02 – Diretoria de Planejamento e Promoção
 Código: 16.02.23.695.
 Programa: 0008 – Fortalecer o Turismo
 Ação: 2280 – Manut. Ativ. De Planejamento e Promoção
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 221.000,00

Órgão: 24 – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
 Unidade: 01 – Fundação Municipal de Desportos
 Código: 24.01.27.811.
 Programa: 0009 – Vida Saudável
 Ação: 2135 – Realização de Eventos Esportivos
 Produto: Evento Esportivo Realizado
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 200.000,00

Órgão: 26 – FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES DE BLUMENAU - PROEB
 Unidade: 01 – Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - Proeb
 Código: 26.01.23.695.
 Programa: 0008 – Fortalecer o Turismo
 Ação: 2236 – Apoio Financeiro a Entidades
 Produto: Entidades Beneficiadas
 Unidade: unidade
 Valor Próprio (2016): R\$ 689.300,00

Órgão: 27 – FUNDAÇÃO DO BEM ESTAR DA FAMÍLIA BLUMENAUENSE
 Unidade: 01 – Fundação do Bem Estar da Família Blumenauense
 Código: 27.01.08.243
 Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes
 Ação: 2251 – Programa Menor Aprendiz
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: Adolescentes
 Valor Próprio (2016): R\$ 1.000,00

Código: 27.01.08.244.
 Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo
 Ação: 2142 – Manut. Ativ. Fundação Pro-Família
 Produto: Atividade Executada
 Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 6.500,00

Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão

Ação: 2144 – Promoção dos Grupos Organizados

Produto: Grupo Atendido

Unidade: Grupos

Valor Próprio (2016): R\$ 10.000,00

Órgão: 29 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 01- Fundo Municipal de Assistência Social

Código: 29.01.08.243.

Programa: 0004 – Promover os Direitos de Crianças e Adolescentes

Ação: 2313 – Manut. Impl. Ações Voltadas a Crianças e Ao Adolescente

Produto: Crianças/Adolescentes Atendidos

Unidade: Crianças/Adolescentes

Valor Próprio (2016): R\$ 104.000,00

Código: 29.01.08.244.

Programa: 0010 – Inclusão Social e Valorização do Cidadão

Ação: 1047 – Constr. Unidades da Política de Assistência Social

Produto: Obra Executada

Unidade: m2

Valor Próprio (2016): R\$ 1.000,00

Ação: 2104 – Manut. Impl. Ações de Segurança Alimentar e Nutricional

Produto: Atividade Executada

Unidade: Família/Pessoa Atendida

Valor Próprio (2016): R\$ 20.000,00

Ação: 2152 – Manut. Implementações de Ações de Proteção Básica

Produto: Família Atendida

Unidade: Famílias

Valor Próprio (2016): R\$ 340.000,00

Ação: 2223 – projetos Especiais p/Exec. Ações do FMAS

Produto: Projeto Executado

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 34.000,00

Programa: 0013 – Programa SOS Blumenau

Ação: 2246 – Exec. Ações em Decorrente Emergenciais/Calamidade Pública

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 112.000,00

Órgão: 31 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 – Fundo Municipal de Saúde

Código: 31.01.10.302.

Programa: 0009 – Vida Saudável

Ação: 2234 – Mac Outros Procedimentos Vinculados

Produto: Ação Executada

Unidade: unidade

Valor Próprio (2016): R\$ 70.000,00

Art. 7º Ficam diminuídas no Anexo II da Lei Municipal nº 8.124, de 29 de junho de 2015, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias Para o Exercício Financeiro de 2016, as seguintes ações:

Órgão: 02 – GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 01 – Diretoria de Expediente e Comunicação

Código: 02.01.04.122.

Programa: 0002 – Gestão e Modernização Administrativa do Governo

Ação: 2004 – Apoio Financeiro a Entidades

Produto: Entidade Beneficiada

Unidade: unidade

Qde: 40,00

Órgão: 16 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO

Unidade: 01 – Administrativo do Governo

Código: 16.01.23.695.

Programa: 0008 – Fortalecer o Turismo

Ação: 1078 – Reforma Predial de Próprios Municipais

Produto: Obra Executada

Unidade: m2

Qde: 350,00

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de maio de 2016.

NAPOLÉÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.054/2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.054, DE 03 DE JUNHO DE 2016.

INSTITUI O CÓDIGO DE PROTEÇÃO E BEM-ESTAR ANIMAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE BLUMENAU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NAPOLÉÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Blumenau, o Código de Proteção e Bem-Estar Animal, estabelecendo diretrizes e normas para a efetiva proteção e garantia do bem-estar dos animais domésticos e domesticados.

Art. 2º Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por:

I – bem-estar animal: garantia de atendimento às necessidades físicas, mentais e naturais do animal, mantendo um manejo etológico de qualidade, em que todas as necessidades fisiológicas sejam satisfeitas de forma coerente e respeitosa, a fim de prover uma mínima qualidade de vida ao animal;

II – animal doméstico: aquele que, por meio de processos tradicionais e sistematizados de manejo e ou melhoramento zootécnico, tornou-se doméstico, com características biológicas e comportamentais em estreita dependência do ser humano, podendo apresentar fenótipos variáveis diferentes das espécies silvestres que os originaram;

III – animal domesticado: aquele de populações ou espécies advindas da seleção artificial imposta pelo ser humano, o qual alterou características presentes nas espécies silvestres originais;

IV – tutela responsável: conjunto de deveres destinados ao atendimento das necessidades físicas, mentais e naturais do animal e à prevenção dos danos que ele possa causar;

V – tutor: toda pessoa natural responsável pela tutela do animal, seja ele advindo de ninhada, compra e venda, permuta, doação ou adoção;

VI – maus tratos: toda e qualquer ação ou omissão, decorrente de negligência, imprudência ou imperícia ou ato voluntário e intencional, voltada contra os animais, que lhes acarrete a ausência de atendimento as suas necessidades físicas, mentais e naturais;

VII – abandono: ato intencional consistente em deixar o animal doméstico ou domesticado desamparado em áreas públicas ou privadas, com o intuito de não mais reavê-lo;

VIII – condições inadequadas: a manutenção de animais em contato direto ou indireto com outros animais de comportamento agressivo ou portadores de doenças infecciosas ou zoonoses, ou, ainda, em alojamentos de dimensões inapropriadas à sua espécie e porte;

IX – adoção: aceitação voluntária e legal de animais por pessoas naturais que se comprometem a mantê-los permanentemente em condições de bem-estar;

X – eutanásia: morte induzida, sem dor, agonia e sofrimento, por meio da utilização ou emprego de substância apta a produzir a insensibilização e inconscientização antes da parada cardíaca e respiratória do animal.

TÍTULO II DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I Da Tutela Responsável

Art. 3º Todo proprietário de animal doméstico ou domesticado é considerado seu tutor, devendo zelar por sua saúde, higiene e bem-estar e exercer a tutela responsável que consiste em:

I - mantê-lo em perfeitas condições de saúde e higiene, proporcionando-lhe fácil acesso à água e à alimentação;

II - manter a sua vacinação em dia;

III – proporcionar-lhe cuidados médico-veterinários sempre que necessário;

IV - mantê-lo em local adequado ao seu porte, limpo, arejado, com acesso à luz solar e com proteção contra as intempéries climáticas;

V – proporcionar-lhe atividades frequentes com a finalidade de lazer e saúde;

VI - remover os dejetos deixados pelo animal em vias e logradouros públicos, bem como reparar e ressarcir os danos por ele causados;

VII - no caso de falecimento do animal, conferir a destinação adequada ao seu cadáver.

Parágrafo único. Os cuidados elencados nos incisos I a VI do caput deste artigo deverão perdurar durante toda a vida do animal.

Art. 4º É expressamente proibido:

I - privar os animais de alimento, água e cuidados médico-veterinários;

II - manter os animais presos a correntes ou cordas curtas ou apertadas, bem como em jaulas ou gaiolas de dimensões inapropriadas à sua espécie e porte;

III - manter os animais em local desabrigado, expostos às intempéries climáticas;

IV - manter os animais em locais insalubres ou em precárias condições sanitárias;

V – deixar os animais soltos em vias e logradouros públicos sem o acompanhamento de um tutor;

VI – abandonar, sob qualquer pretexto, o animal em áreas públicas ou privadas;

VII - praticar ato de abuso, maus tratos, ferir, queimar animais ou mutilar, mesmo para fins estéticos desnecessários;

VIII - utilizar ou empregar métodos que causem sofrimento, aumento da dor ou morte lenta a todo animal cuja recuperação seja considerada impossível e a eutanásia seja necessária;

IX – vender ou expor à venda animais em áreas públicas ou privadas sem a devida licença da autoridade competente;

X – vender, expor à venda ou doar animais em desconformidade as disposições desta Lei Complementar.

Art. 5º É permitida a circulação de animais domésticos em vias e logradouros públicos do Município desde que o tutor porte os objetos necessários para recolher eventuais dejetos de seu animal.

Parágrafo único. A circulação de cães de comportamento agressivo em vias e logradouros públicos do Município deve ser realizada com acompanhamento do tutor e mediante a utilização de guia e focinheira.

Art. 6º Nos imóveis em que habitem animais de comportamento agressivo é obrigatória:

I - a instalação de placa visível e de fácil leitura, alertando os transeuntes da existência desses animais;

II – a existência de muros ou grades e de portões de segurança capazes de garantir a permanência domiciliada desses animais e a proteção aos transeuntes e aos trabalhadores que realizam os serviços de medição do consumo de luz, água, esgoto, entrega de correspondências e coleta de resíduos sólidos.

CAPÍTULO II Da Diretoria de Bem-Estar Animal

Art. 7º A Diretoria de Bem-Estar Animal, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde – SEMUS, é o órgão responsável pela execução da política pública municipal de proteção e bem-estar dos animais domésticos e domesticados no Município de Blumenau.

Parágrafo único. Compete à Diretoria de Bem-Estar Animal, dentre outras atribuições:

I – difundir na coletividade, promovendo campanhas educativas e de conscientização, a necessidade de tratamento digno e respeito aos animais;

II – prevenir, monitorar, fiscalizar e penalizar administrativamente os responsáveis por maus tratos e abandono de animais no Município;

III – envolver a comunidade e a iniciativa privada no combate aos maus tratos e ao abandono de animais no Município;

IV – executar as ações governamentais do Programa Permanente de Controle Populacional de Cães e Gatos, previsto nesta Lei Complementar;

V – monitorar e fiscalizar o bem-estar de cães e gatos;

VI – gerenciar o Centro de Prevenção e Recuperação de Animais Domésticos – CEPREAD;

VII – realizar outras atividades destinadas à efetiva proteção e garantia do bem-estar dos animais domésticos e domesticados.

CAPÍTULO III Do Centro de Prevenção e Recuperação de Animais Domésticos - CEPREAD

Art. 8º O Centro de Prevenção e Recuperação de Animais

Domésticos – CEPREAD é a estrutura física destinada ao acolhimento de animais domésticos errantes, comunitários ou domiciliados, que sejam vítimas de maus tratos, enfermidades ou agravos que necessitam de internamento para atendimento médico-veterinário ou possuam nocividade à segurança dos seres humanos ou outros animais, para posterior resgate, devolução ao local de procedência, inserção em programa de adoção ou eutanásia.

Seção I

Da Destinação dos Animais Acolhidos no CEPREAD

Art. 9º Os animais acolhidos no CEPREAD devem ter as seguintes destinações, a critério da autoridade de bem-estar animal:

I – resgate;

II - devolução ao local de procedência devidamente esterilizados;

III – doação e adoção devidamente esterilizados;

IV – eutanásia.

§ 1º Não podem ter as destinações previstas nos incisos II e III do caput deste artigo os animais:

I – que possuam histórico de mordeduras ou outros agravos produzidos contra seres humanos ou outros animais;

II – que possuam histórico de envolvimento com animal raivoso;

III – que apresentem sinais ou sintomas de doenças infecto-parasitárias que ofereçam risco de comprometimento à saúde de humanos e de outros animais, bem como risco de comprometimento ambiental.

§ 2º Fica também vedada a devolução ao local de procedência quando esta medida oferecer risco à vida do animal.

Subseção I

Resgate

Art. 10. Cães e gatos errantes, acolhidos e não identificados, excetuados os que tiverem que ser imediatamente eutanasiados, serão mantidos no CEPREAD pelo prazo do tratamento médico-veterinário necessário à recuperação de sua saúde, sendo, após, encaminhados a uma das destinações previstas nos incisos II e III do caput do art. 9º desta Lei Complementar.

§ 1º Durante o prazo do tratamento médico-veterinário a que se refere o caput deste artigo, o animal ficará à disposição do seu tutor.

§ 2º Todos os animais desprovidos de identificação acolhidos no CEPREAD serão esterilizados, identificados e cadastrados.

Art. 11. O tutor de um cão ou gato acolhido no CEPREAD, com identificação e cadastro, deve ser prontamente notificado para resgatá-lo.

§ 1º O animal cujo tutor foi notificado aguardará o resgate por, no máximo, 10 (dez) dias.

§ 2º Não havendo resgate no prazo previsto no parágrafo anterior, a conduta do tutor configurará abandono e o animal será inserido em programa de adoção.

Art. 12. No ato do resgate, os tutores devem ser orientados sobre comportamento e bem-estar animal, bem como sobre medidas a serem providenciadas para fazer cessar as causas motivadoras do acolhimento, sendo cientificados de que o segundo acolhimento do animal poderá configurar a prática de maus tratos ou abandono.

Art. 13. Os cães e gatos resgatados devem ser vacinados contra raiva, exceto quando apresentado o comprovante de vacinação pelo tutor.

Art. 14. Todas as despesas com transporte, tratamento médico-veterinário, vacinação, hospedagem, esterilização, identificação e cadastramento correrão às expensas do tutor, na forma prevista em regulamento.

Subseção II

Devolução ao Local de Procedência

Art. 15. Os animais errantes, quando acolhidos no CEPREAD, devem ser vacinados, vermifugados, esterilizados, identificados, cadastrados e posteriormente devolvidos ao local de procedência, a critério do órgão de bem-estar animal.

Subseção III

Doação e Adoção

Art. 16. O animal destinado à adoção deve:

I – ser submetido a exame clínico para que sejam atestadas as condições de saúde;

II – estar socializado, em conformidade com sua idade;

III – estar esterilizado, vacinado contra a raiva e outras doenças espécie-específicas, a critério do profissional médico veterinário;

IV – estar desverminado;

V – estar identificado e cadastrado.

Art. 17. O adotante deve assinar o termo de responsabilidade e receber informações sobre comportamento e bem-estar animal, bem como ser cientificado da possibilidade de visitas da autoridade de bem-estar animal à sua residência para acompanhar o desenvolvimento da adoção.

Art. 18. Os animais também podem ser doados a entidades de proteção animal que possuam programas de adoção.

Parágrafo único. Os abrigos das associações de proteção animal devem oferecer todas as condições necessárias para o bem-estar dos animais, em consonância com as disposições desta Lei Complementar e demais normas vigentes.

Subseção IV

Eutanásia

Art. 19. Os cães e gatos acolhidos no CEPREAD serão submetidos à eutanásia se caracterizada uma das seguintes hipóteses, conforme atestado por 2 (dois) médicos veterinários pertencentes ao quadro de servidores do Município:

I – mordedor compulsivo;

II – em sofrimento, apresentando fraturas irreversíveis, hemorragias graves, impossibilidade de locomoção que cause sofrimento, mutilação sem tratamento e que cause sofrimento irreversível e demais ocorrências, cuja possibilidade de tratamento esteja prejudicada em razão da condição geral do animal;

III – portador de enfermidade, sem possibilidade de tratamento em razão do comprometimento do bem-estar do animal, integridade física ou da vida ou portador de enfermidade infecto-contagiosa de caráter zoonótico.

Parágrafo único. Todo procedimento de eutanásia deverá ser realizado por médico veterinário responsável, utilizando-se somente

dos métodos considerados recomendados pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária.

Art. 20. É proibida a eutanásia de cães e gatos como método de controle populacional.

CAPÍTULO IV

Do Programa Permanente de Controle Populacional de Cães e Gatos

Art. 21. Fica criado, no âmbito do Município de Blumenau, o Programa Permanente de Controle Populacional de Cães e Gatos, que consiste no conjunto de ações dirigidas ao controle reprodutivo destes animais, conforme metodologia que garanta a promoção da saúde, a preservação do meio ambiente e do bem-estar animal.

Parágrafo único. São ações do Programa Permanente de Controle Populacional de Cães e Gatos:

I - identificação e cadastramento;

II - controle reprodutivo das populações de cães e gatos;

III - esterilização permanente de animais errantes;

IV – controle e fiscalização da criação, comercialização e doação;

V – a implantação de programas educativos.

Seção I

Identificação e Cadastramento

Art. 22. Todo o tutor de cães e gatos deverá, obrigatoriamente, identificá-los e cadastrá-los no órgão de bem-estar animal, na forma disposta em regulamento.

Parágrafo único. Ficam dispensados do cadastramento de que trata o caput deste artigo, os animais que ingressarem no Município em caráter temporário por prazo não superior a 90 dias.

Art. 23. Entende-se por identificação a atribuição de um código individual a cada animal, que deverá garantir a eficácia e a segurança do mecanismo em relacionar o tutor ao cadastro do seu animal, podendo ser permanente, por método eletrônico (microchip); ou não permanente, por meio de utilização de coleira e plaqueta.

Parágrafo único. A identificação dos animais é de uso obrigatório.

Art. 24. Entende-se por cadastro a anotação oficial dos dados relativos aos tutores e seus animais, relacionando-os.

Parágrafo único. O cadastro de cães e gatos deverá ser providenciado por seus tutores junto ao órgão de bem-estar animal no prazo máximo de 2 (dois) anos, prorrogável por igual período, contado do ato normativo a que se refere o caput do art. 22.

Art. 25. Quando houver transferência da tutela do animal, o novo tutor deverá proceder à atualização dos dados do cadastro, num prazo máximo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo único. Inexistindo documentação de transferência, o tutor anterior permanecerá como responsável pelo animal para todos os efeitos legais.

Art. 26. Em caso de saída do Município em caráter definitivo ou de óbito de cão e gato cadastrado, cabe ao tutor ou ao veterinário responsável comunicar o ocorrido, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, ao órgão de bem-estar animal, bem como atender ao disposto no inciso VII do art. 3º desta Lei Complementar.

Seção II

Controle Reprodutivo de Cães e Gatos

Art. 27. O Município, através do órgão de bem-estar animal, providenciará, de acordo com sua disponibilidade orçamentária:

I - a esterilização permanente e gratuita de cães e gatos que vivem em vias e logradouros públicos, sem tutores identificados, por intermédio de métodos cirúrgicos minimamente invasivos;

II - a esterilização permanente e gratuita de cães e gatos de famílias de baixa renda que residam no Município, assim entendidas as beneficiárias de algum programa sócio-assistencial de âmbito federal, estadual ou municipal, por intermédio de métodos cirúrgicos minimamente invasivos;

III - a informação e conscientização da população sobre a importância do controle reprodutivo de seus animais e tutela responsável.

Parágrafo único. Para a consecução dessas atribuições, poderão ser firmadas parcerias com entidades de proteção animal e outras organizações não governamentais, universidades, estabelecimentos veterinários, empresas públicas ou privadas e entidades de classe, realização de mutirões de esterilização e ou atendimento individual pré-definido em calendários anuais.

Seção III

Criação, Comercialização, Doação e Adoção de Cães e Gatos

Art. 28. A reprodução, criação, comercialização e doação de cães e gatos são livres, desde que obedecidas as regras estabelecidas na presente Lei Complementar e legislação estadual e federal vigentes.

Art. 29. Todo estabelecimento que comercialize, exponha à venda, hospede ou aloje cães e gatos deve possuir parecer técnico favorável do órgão de bem-estar animal antes da liberação definitiva do alvará de localização e funcionamento.

Parágrafo único. Os estabelecimentos mencionados no caput deste artigo deverão possuir placa informativa, afixada em local visível aos seus clientes acerca da tutela responsável.

Art. 30. Além dos requisitos exigidos pela legislação local, são requisitos mínimos para obtenção do alvará de localização e funcionamento junto ao Município:

I - responsável técnico com habilitação profissional de médico veterinário junto ao Conselho Regional de Medicina Veterinária – CRMV;

II - cópia do contrato social ou documento equivalente;

III - demais documentos estipulados em regulamento e outros de âmbito estadual ou federal pertinente.

Art. 31. Os estabelecimentos comerciais, incluindo canis e gatis estabelecidos no Município de Blumenau, somente poderão comercializar, permutar ou doar animais, desde que registrados junto ao órgão de bem-estar animal.

§ 1º O animal somente será repassado após o seu cadastro junto ao órgão de bem-estar animal, com identificação do adquirente ou donatário.

§ 2º Os animais somente podem ser comercializados, permutados ou doados após o prazo de 75 (setenta e cinco) dias de vida, que corresponde ao período mínimo de desmame.

§ 3º A comercialização, permuta ou doação também fica condicionada, mediante comprovante, à aplicação de duas doses de vacina contra as respectivas doenças:

I – cães: cinomose, parvovirose, coronavirose, leptospirose e hepatite canina;

II – gatos: rinotraqueíte e panleucopenia felina.

§ 4º O comerciante, permutante ou doador deverá fornecer comprovante individual de vacinação, no qual deverá constar:

I - o número do cadastro do animal;

II - assinatura e carimbo do médico veterinário responsável;

III - especificação de nome, lote e data de fabricação da vacina.

Art. 32. Somente será permitida a realização de eventos de adoção de cães e gatos após a obtenção de autorização do órgão de bem-estar animal.

§ 1º Os eventos poderão ser realizados em locais públicos ou privados.

§ 2º O evento poderá ser realizado sob a responsabilidade de pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, mantenedoras ou responsáveis por cães e gatos, após cumpridas as exigências deste Código e com a participação de médico veterinário como responsável técnico.

§ 3º É obrigatória a afixação da autorização do órgão de bem-estar animal em lugar visível e exibição à autoridade competente sempre que o exigir.

§ 4º Para fins de obtenção da autorização, o promotor do evento deverá apresentar ao órgão de bem-estar animal, relação individual dos animais a serem expostos, informando a espécie, raça, sexo, tipo e cor da pelagem predominante, sinais característicos e ou outros elementos pertinentes, além de cumprir as exigências previstas no artigo anterior.

§ 5º Não será permitida a participação de animal no evento de adoção que não esteja informado na relação de animais apresentada anteriormente ao órgão de bem-estar animal.

§ 6º Os cães e gatos expostos para doação devem ser submetidos a controle de endo e ectoparasitas, bem como submetidos ao esquema de vacinação contra a raiva e doenças espécie-específicas, conforme respectiva faixa etária, mediante atestados.

§ 7º O possível adotante deve ser amplamente informado e conscientizado sobre a convivência da família com um animal, noções de comportamento, expectativa de vida, provável porte do animal na fase adulta (no caso de filhotes), necessidades nutricionais e de saúde.

Art. 33. Os pet shops, casas de banho e tosa, casas de comércio de rações e produtos veterinários e estabelecimentos que eventual ou habitualmente comercializem ou doem cães e gatos são obrigados a:

I - obedecer às disposições contidas nos artigos 29 a 34 desta Lei;

II – possuir médico veterinário, responsável técnico, que dê assistência aos animais expostos à venda ou doação;

III - não expor os animais na forma de “empilhamento”, em gaiolas sobrepostas ou de modo amontoado, destinando espaço que lhes proporcione bem-estar e locomoção adequada;

IV - expor os animais somente na parte interna do estabelecimento, sendo expressamente vedada a exposição em calçadas ou estacionamento;

V - proteger os animais quanto às intempéries climáticas;

VI - manter no mesmo recinto as fêmeas com as respectivas crias até o término do desmame.

Art. 34. Os animais somente poderão ser expostos por um período máximo de 8 (oito) horas e desde que sejam respeitadas as seguintes medidas para acomodação de cada animal:

I – gatos:

a) gatos até 4 kg - espaço de no mínimo 0,28m² (50cm x 56cm);

b) gatos com mais de 4 kg - espaço de no mínimo 0,37m² (60cm x 63cm);

c) altura do recinto para gatos, incluindo filhotes desmamados: 60,96cm.

II – cães:

a) para acomodação de cães, será utilizada a fórmula “(comprimento do cão + 15,24cm) x (comprimento do cão + 15,24cm) = dimensão do piso em cm²”, sendo levado em consideração que o comprimento do cão é medido da ponta do nariz à base da cauda.

§ 1º Todo local ou recinto utilizado para a manutenção de animais, deve possuir dimensão compatível com o tamanho e o número dos animais que ali habitam, de modo a permitir-lhes, de forma natural e confortável, ficar de pé, sentar e deitar, esticar seus membros, cuidar do seu corpo, se virar e se movimentar livremente.

§ 2º Os cães e gatos expostos para comercialização ou doação não poderão pernoitar dentro do estabelecimento após o período de funcionamento.

CAPÍTULO V DAS PENALIDADES

Art. 35. Sem prejuízo das responsabilidades de natureza civil ou penal cabíveis, os infratores das disposições da presente Lei Complementar sofrerão, alternativa ou cumulativamente, as seguintes penalidades, a critério da autoridade de bem-estar animal:

I - advertência;

II - multa;

III - apreensão do(s) animal(is);

IV – perda definitiva da guarda, posse ou propriedade do(s) animal(is);

V - interdição total ou parcial, temporária ou permanente, de locais e estabelecimentos.

§ 1º A cumulatividade de penalidades será avaliada pela autoridade no ato de fiscalização, que levará em conta a reincidência, condições físicas dos animais, colaboração com a fiscalização, entre outros.

§ 2º As penalidades de multa serão dobradas nas hipóteses de morte do(s) animal(is) ou reincidência.

Art. 36. As infrações aos dispositivos da presente Lei Complementar classificam-se em:

I – levíssimas;

II - leves;

III – médias;

IV – graves;

V – gravíssimas.

Parágrafo único. Responderá pela infração aquele que por qualquer

modo a cometer, concorrer para sua prática ou dela se beneficiar.

Art. 37. A advertência será formalizada pela autoridade de bem-estar animal em infrações consideradas levíssimas, em caso de primariedade do agente.

Parágrafo único. Na hipótese de reincidência de infração levíssima, o agente será passível da aplicação da pena de multa para infração leve, que será dobrada em caso de nova reincidência.

Art. 38. A pena de multa será aplicada na ocorrência das demais infrações nos seguintes valores pecuniários:

I - infrações leves, de R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 1.000,00 (mil reais);

II - infrações médias, de R\$ 1.001,00 (mil e um reais) a R\$ 4.000,00 (quatro mil reais);

III - infrações graves, de R\$ 4.001,00 (quatro mil e um reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

IV - infrações gravíssimas, de R\$ 10.001,00 (dez mil e um reais) a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

§ 1º Os valores das multas previstos neste artigo serão atualizados anualmente, por ato do Chefe do Poder Executivo, na mesma data e pelo mesmo índice aplicado às demais multas municipais.

CAPÍTULO VI

AUTUAÇÃO, PROCESSO ADMINISTRATIVO E PRODUTO DA ARRECADAÇÃO

Art. 39. Constatada a infração aos dispositivos desta Lei Complementar, lavrar-se-á o auto de infração, do qual constará:

I - tipificação da infração;

II - local, data e hora do cometimento da infração;

III - identificação do infrator;

IV - identificação do imóvel em que praticada a infração;

V - declaração do agente público autuador acerca da ocorrência da infração;

VI - identificação do agente público autuador.

Art. 40. Lavrado o auto de infração, será expedida notificação de autuação ao infrator para o exercício do contraditório e da ampla defesa em prazo de até 15 (quinze) dias do seu recebimento.

Parágrafo único. O auto de infração será arquivado e seu registro julgado insubsistente se considerado inconsistente ou irregular.

Art. 41. Não sendo apresentada defesa ou sendo ela indeferida, será aplicada a penalidade pelo órgão de bem-estar animal, que expedirá notificação de imposição de penalidade ao infrator.

Art. 42. Da decisão administrativa penalizante, caberá recurso administrativo no prazo de até 05 (cinco) dias.

Parágrafo único. O recurso deverá ser dirigido para a autoridade que proferiu a decisão, a qual, caso não reconsidere sua decisão, encaminhará à autoridade superior para apreciação.

Art. 43. No caso de penalidade pecuniária, o pagamento da multa deverá ser efetuado até a data do vencimento expressa na notificação de imposição de penalidade, que não será inferior a 20 (vinte) dias contados da data do recebimento, sob pena de inscrição em dívida ativa.

Art. 44. A receita arrecadada com o pagamento das multas será recolhida em conta especial aberta com a exclusiva finalidade de receber recursos desta natureza.

Art. 45. Os recursos auferidos e depositados em conta específica serão utilizados para:

I – ações governamentais de prevenção e combate aos maus tratos e abandono de animais no Município;

II – ações governamentais do Programa Permanente de Controle Populacional de Cães e Gatos;

III - capacitação dos servidores do órgão de bem-estar animal;

IV - campanhas de divulgação e de conscientização da população em relação à tutela responsável dos animais domésticos.

TÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 46. Fica autorizado o Poder Executivo a proibir, mediante ato administrativo, a circulação de animais domésticos em áreas públicas de lazer e esporte.

Art. 47. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta de dotações próprias consignadas no orçamento do órgão de bem-estar animal.

Art. 48. Esta lei complementar não se aplica à avifauna silvestre, nativa ou exótica, doméstica e domesticada, criada em ambiente doméstico, cuja atribuição foi conferida ao órgão estadual competente pela Lei Complementar Federal nº 140/2011.

Art. 49. Esta Lei Complementar entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 03 de junho de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 10.979/2016

DECRETO Nº 10.979, DE 31 DE MAIO DE 2016.

DELEGA COMPETÊNCIA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL CARLOS CÉSAR LEITE, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 59, VII, combinado com o artigo 75, I, "f", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

DECRETA

Art. 1º Fica delegada competência

ao servidor público municipal CARLOS CÉSAR LEITE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, lotado na Secretaria Municipal de Obras, para ordenar e autorizar despesas, bem como assinar atos administrativos daquela Secretaria, a contar de 31 de maio de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 31 de maio de 2016.

NAPOLEÃO BERNARDES

Prefeito Municipal

	Bancos	4	6.013	19.186
	Aplicações de liquidez imediata	5	11.278.368	11.021.819
	Títulos e contas a receber	6	8.063.987	6.625.890
	(-) Estimativa de créditos de liquidação duvidosa	7	(1.237.671)	(1.147.252)
	Estoques	8	1.640.695	1.673.131
	Outros valores a receber		343.098	351.214
	Adiantamento a fornecedores		1.720.986	722.706
	Despesas pagas antecipadamente		42.759	4.887
NÃO CIRCULANTE			19.844.754	13.930.748
	REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		43.313	70.914
	Depósitos e Cauções	9	31.428	49.708
	Outras Contas a Receber		11.885	21.206
	INVESTIMENTOS	10	125.261	111.615
	IMOBILIZADO	11	19.394.107	13.519.770
	INTANGÍVEL	12	282.073	228.449
TOTAL			41.703.880	33.204.450
COMPENSAÇÃO ATIVA			22	34.809.751
				37.116.563

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO

Blumenau - SC

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO SOCIAL

				Nota	2015	2014
CIRCULANTE					20.205.806	16.420.488
	Fornecedores	13			4.214.956	3.595.618
	Empréstimos	14			869.741	764.468
	Salários e ordenados				1.480.069	1.443.191
	Impostos, taxas e contribuições	15			1.373.028	1.487.222
	Provisão para férias c/ encargos sociais				2.513.680	2.089.654
	Cheques a compensar e/ou devolvidos				7.667	83.409
	Repasse fornecedores médicos/clínicas/diversos	16			663.451	802.866
	Obrigações com subvenções	17			8.489.070	5.865.906
	Outros débitos				594.144	288.154
NÃO CIRCULANTE					10.535.327	10.792.530
	Empréstimos	14			315.969	1.185.709
	Parcelamento Lei 11.941/09 - 1165	18			2.627.291	2.627.343
	Parcelamento Lei 11.941/09 - 1136	18			1.513.740	1.693.814
	Parcelamento Lei 11.941/09 - 1194	18			589.526	589.536
	Parcelamento Lei 11.941/09 - 1233	18			1.163.727	1.163.583
	Provisões para causas cíveis e trabalhistas	19			4.325.074	3.532.545
PATRIMÔNIO SOCIAL					10.962.747	5.991.432

Déficit acumulado		-	(42.386.236)
Superávit acumulado		5.991.432	-
Superávit do exercício		4.971.315	48.377.668
TOTAL		41.703.880	33.204.450
COMPENSAÇÃO PASSIVA	22	34.809.751	37.116.563

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO

(Em Reais)

						2014
			Nota	2015		Reapresentado
RECEITA BRUTA				87.270.591		72.708.686
Serviços para convênios				60.482.819		56.312.074
Doações				3.863.160		3.153.034
Subvenções e auxílios				16.703.636		12.700.758
Outras receitas operacionais		23		6.220.976		542.820
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA				(122.195)		(144.082)
RECEITA LÍQUIDA				87.148.396		72.564.604
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS				(74.569.339)		(61.222.808)
SUPERÁVIT BRUTO				12.579.057		11.341.796
DESPEAS OPERACIONAIS				(8.096.936)		(4.639.063)
Despesas administrativas e gerais		26		(8.052.206)		(4.625.933)
Outras despesas operacionais				(44.730)		(13.130)
SUPERÁVIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO				4.482.121		6.702.733
RESULTADO FINANCEIRO				336.226		193.872
Receitas financeiras líquidas				886.830		827.542
Despesas com juros e atualizações de tributos / REFIS				(550.603)		(633.670)
SUPERÁVIT DEPOIS DO RESULTADO FINANCEIRO				4.818.347		6.896.605
Reversão de contingências tributárias e cíveis		21		152.968		41.481.063
SUPERÁVIT LÍQUIDO DO PERÍODO				4.971.315		48.377.668

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU- HOSPITAL SANTO ANTÔNIO
BLUMENAU - SC

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL
(Em Reais)

				2015	2014
SALDO INICIAL DO EXERCÍCIO				5.991.432	42.386.236)

Superávit líquido do exercício					4.971.315		48.377.668		
SALDO FINAL DO EXERCÍCIO					10.962.747		5.991.432		
FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTÔNIO									
Blumenau - SC									
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO									
(Em Reais)									
ATIVIDADES OPERACIONAIS									
					2015		2014		
Superávit líquido do exercício					4.971.315		48.377.668		
Ajustes por:									
Depreciações e amortizações					1.398.416		995.848		
Constituição (Reversão) de contingências tributárias e cíveis					577.914		(41.481.063)		
Perda na baixa de imobilizado					5.875		-		
Redução (Aumento) nas contas do ativo circulante									
Clientes					(1.347.679)		(2.095.481)		
Estoques					32.436		(538.862)		
Depósitos judiciais					18.280		(9.960)		
Outros valores a receber					(1.018.716)		(901.976)		
Aumento (Redução) nas contas do passivo circulante									
Fornecedores					619.338		808.839		
Salários e ordenados					36.878		374.378		
Provisões para férias e encargos sociais					424.026		526.548		
Impostos, taxas e contribuições					(79.570)		126.462		
Cheques a compensar e/ou devolvidos					(75.742)		45.193		
Repasse de honorários médicos					(139.415)		151.349		
Obrigações com subvenções					2.623.164		2.726.438		
Outros débitos a pagar					305.990		43.451		
Caixa proveniente das operações					8.352.511		9.148.832		
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS									
Aumento dos investimentos					(13.646)		(24.154)		
Aquisição de ativo imobilizado					(7.217.945)		(4.398.281)		
Baixas do ativo imobilizado					-		389.787		
Aquisição de ativo intangível					(114.307)		(213.056)		
Caixa líquido usado nas atividades de investimento					(7.345.898)		(4.245.704)		
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS									
Empréstimos de curto prazo					105.273		(19.684)		
Empréstimos de longo prazo					(869.740)		(764.468)		
Caixa líquido proveniente (usado) nas atividades de financiamentos					(764.467)		(784.152)		
Aumento (Redução) líquido de caixa e equivalentes									
Caixa e equivalente de caixa no início do período					11.043.126		6.924.150		
Caixa e equivalente de caixa no fim do período					11.285.271		11.043.126		
Variação das contas Caixa/Bancos/Equivalentes					242.145		4.118.976		
As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.									

CÂMARA MUNICIPAL**DECRETO 879**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 879

ALTERA DISPOSITIVO DO DECRETO LEGISLATIVO Nº 821, DE 6 DE MARÇO DE 2014.

MÁRIO HILDEBRANDT, Presidente da Câmara Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 36, VIII, do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga o seguinte decreto legislativo:

Art. 1º O caput do artigo 5º, do Decreto Legislativo nº 821, de 6 de março de 2014, que "Cria a Comenda Municipal do Mérito da Família", passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º A Comenda consistirá numa placa de metal, tendo gravados: na face, em posição acima, o brasão do município de Blumenau e a expressão CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU – COMENDA MUNICIPAL DO MÉRITO DA FAMÍLIA; em posição ao centro, o nome do casal homenageado e a referência às bodas de casamento; e em posição abaixo, a data, as assinaturas e os nomes do Presidente da Câmara Municipal e do Vereador autor da indicação para a Comenda. (NR)

..... "

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU, EM 02 DE MAIO DE 2016.

Mário Hildebrandt
Presidente

Marcos da Rosa
Vice-Presidente

Célio Dias
1º Secretário

Marco Antonio Wanrowsky
2º Secretário

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 089/2016 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 089/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDE Licença Maternidade a Servidora Municipal Sra. ADRIANE BAUMBACH, inscrita na matrícula sob nº 184-8, portadora do CIC sob. nº 027.115.339-30, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, ocupante do cargo de Professora, com carga horaria de 40 horas semanais, período de concessão de 06 de junho de 2016 a 02 de dezembro de 2016 (180 dias), conforme atestado médico.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 06 de junho de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 090/2016 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 090/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

NOMEAR SERVIDORA PARA CARGO DE PROFESSOR I – EDUCAÇÃO INFANTIL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AIRTON ANTONIO REINEHR, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR a Sra. Lucia Euzebio, portadora do CPF sob nº. 036.612.699-76, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes para ocupar o cargo de Professor I – Educação Infantil, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo como vencimento base o piso Nacional do Magistério, proporcional a carga horária exercida, a partir de 06 de junho de 2016, conforme Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público de Bom Jesus do Oeste – SC, Lei Complementar nº 917/2013 de 20 de dezembro de 2013 e de acordo com classificação de Edital de Chamamento Público nº 002/2016, em substituição a Servidora Sra. Adriane Baumbach, que está afastada por Licença Maternidade até o dia 02/12/2016, podendo ser prorrogado conforme necessidade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;
Publique-se;
Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 06 de junho de 2016.

AIRTON ANTONIO REINEHR
Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

521.05.16 - P. CESSA EF. FABIANA A. NETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 521/16 de 01.06.16

Cessa Efeitos da Portaria N.º 193/16 de 15.02.16

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n.º PORTARIA N.º 193/16 de 15.02.16, que REINTEGROU, a servidora Fabiana Andrieza Neto, ao quadro de Servidores Públicos Municipais, no Cargo Temporário de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, com lotação no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti nos termos do Art. 8º da Lei Complementar no 01 de 02 de Dezembro de 2003 a contar do dia 01 de maio de 2016. Tendo em vista o requerimento datado de 01 de junho de 2016 e parecer jurídico.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

522.06.16 - P.LIC. MOT. P. FAM. ZILMARA G. ROSAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 522/16 de 01.06.16

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 25 de maio de 2016, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

523.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ZILMARA G. ROSAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 523/16 de 01.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica no dia 30 de maio de 2016, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

524.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIZETE L. S. MAFIOLETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 524/16 de 01.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exames no dia 25 de maio de 2016, a funcionária Elizete Luzia da Silva Mafioletti, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Paraíso da Serra.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

525.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE JUCINARA C. CUNHA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 525/16 de 01.06.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 07 (sete) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar dia 28 de maio com término no dia 03 de junho de 2016, a funcionária Jucinara Capistrano da Cunha, ocupante do cargo de Procuradora Geral do Município - Padrão I - Nível 36, do quadro de Pessoal do Município, com exercício no Gabinete do Prefeito.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

526.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARILENE C. FILHA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 526/16 de 01.06.16
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 04 (quatro) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar dia 31 de maio com término no dia 03 de junho de 2016, a funcionária Marilene Cabral Filha, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

527.06.16 - P. FÉRIAS GISELE B. RAMOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 527/16 de 01.06.16
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesseis) a funcionária Gisele Bley Ramos, ocupante do cargo de Fonoaudióloga – Padrão I – Nível 09, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, para gozá-las a contar do dia 01 de junho com término no dia 30 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

528.06.16 - P. NOM. JOELCIO MENEGAZ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 528/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Joelcio Menegaz, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 1º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Assistente Administrativo - Padrão I – Nível – 6 do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal do Bem Estar Social, a contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.
ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

529.06.16 - P. NOM. IRIS K. BOSQUETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 529/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Iris Kapitula Bosquetti, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 2º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Assistente Administrativo - Padrão I – Nível – 6 do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

530.06.16 - P. NOM. ANA P. CHINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 530/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Ana Paula Chini, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 3º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Assistente Administrativo - Padrão I – Nível – 6 do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, a contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

531.06.16 - P. NOM. MAGDALENA M. AP. T. DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 531/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Magdalena Magali Aparecida Tavares Deucher, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 1º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Ensino Fundamental - Padrão I – Nível – 22, 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Barbaquá, a contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

532.06.16 - P. NOM. LUCIANA M. HOFFMANN

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 532/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Luciana Moretti Hoffmann, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 5º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Ensino Fundamental - Padrão I – Nível – 22 – 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Barbaquá, a contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

533.06.16 - P. NOM. OSNI BARBOSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 533/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Osni Barbosa, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 6º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Ensino Fundamental - Padrão I – Nível – 22 – 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Costão do Frade, a contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

534.06.16 - P. NOM. VANDERLEI C. LIZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 534/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Vanderlei Córdova de Liz, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 1º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Educação Física - Padrão I – Nível – 22 – 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola do Campo Canoas e Escola do Campo Cambará, a contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

535.06.16 - P. NOM. JULIANO CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 535/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Juliano da Cruz, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 2º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Educação Física - Padrão I – Nível – 22 – 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José, a contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

536.06.16 - P. NOM. JAQUELINE S. ABREU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 536/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Jaqueline Santos de Abreu, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 1º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Artes - Padrão I – Nível – 22 – 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

537.06.16 - P. NOM. MARIA L. H. OLIVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 537/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Maria Lunalva Hemkmaier de Oliveira, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 1º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Ensino Infantil - Padrão I – Nível – 22 – 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar São José, a contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

538.06.16 - P. NOM. LUCRECIA B. H. ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 538/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Lucrécia Barbara Heinz da Rosa, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 2º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Ensino Infantil - Padrão I – Nível – 22 – 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Pré Escolar São José, a contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

539.06.16 - P. NOM. MARIA AP. S. SIMIANO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 539/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Maria Aparecida da Silva Simiano, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 3º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Ensino Fundamental - Padrão I – Nível – 22 – 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José, a contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

540.06.16 - P. NOM. TATIANE CASTANHEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 540/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Tatiane Castanheiro, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 4º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Ensino Fundamental - Padrão I – Nível – 22 – 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal São José, a contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

541.06.16 - P. NOM. ROSEMARY AP. POGGERE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 541/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Rosemary Aparecida Pôggere, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 2º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Ensino Infantil - Padrão I – Nível – 22 – 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Patrícia Deucher, a contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

542.06.16 - P. NOM. MAERLI MARTINHAGO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 542/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Maerli Martinhago, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 2º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Ensino Fundamental - Padrão I – Nível – 22 – 20 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Municipal Henrique Hemkmaier, contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

543.06.16 - P. NOM. TAYSE T. SERAFIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 543/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Tayse Trento Serafim, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 3º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Educação Infantil - Padrão I – Nível – 22 – 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

544.06.16 - P. NOM. ADRIANA STEIMBACH

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 544/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Adriana Steimbach, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 5º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Educação Infantil - Padrão I – Nível – 22 – 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

545.06.16 - P. NOM. FERNANDA R. GORGES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 545/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Fernanda Rosa Gorges, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 7º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Educação Infantil - Padrão I – Nível – 22 – 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

546.06.16 - P. NOM. MARIANA DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 546/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Mariana Deucher, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 8º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Educação Infantil - Padrão I – Nível – 22 – 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

547.06.16 - P. NOM. DALISE B. VAZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 547/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Dalise Buratto Vaz, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 10º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Educação Infantil - Padrão I – Nível – 22 – 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

548.06.16 - P. NOM. ELIANA AP. ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 548/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Eliana Aparecida Alves, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 14º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Educação Infantil - Padrão I – Nível – 22 – 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

549.06.16 - P. NOM. TATIANI D. BERNIERI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 549/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Tatiane Deucher Bernieri, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 1º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Educação Infantil - Padrão I – Nível – 22 – 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

550.06.16 - P. NOM. VALERIA M. MASSUCHETTI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 550/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Valéria Moretti Massuchetti, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 11º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Educação Infantil - Padrão I – Nível – 22 – 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

551.06.16 - P. NOM. GEAN K. M. VIEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 551/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Gean Karla Melo Vieira, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 9º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Educação Infantil - Padrão I – Nível – 22 – 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

552.06.16 - P. NOM. FABIANA A. NETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 552/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Fabiana Andrieza Neto, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 12º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Educação Infantil - Padrão I – Nível – 22 – 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

553.06.16 - P. NOM. IARA DEUCHER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 553/16 de 01.06.16

Nomeia em Caráter Efetivo

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, usando da competência que lhe confere o item I, do artigo 101 da Lei Orgânica do Município de Bom Retiro – SC:

RESOLVE:

Nomear por concurso Iara Deucher, nos termos da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Município de Bom Retiro - SC), em virtude de sua classificação 13º lugar no Concurso Público n.º 001/2015, para exercer o cargo de Professor Educação Infantil - Padrão I – Nível – 22 – 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula, contar do dia 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
01 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

554.06.16 - P. CESSA EF. JANETE AP. P. JESUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 554/16 de 02.06.16

Cessa Efeitos da Portaria N.º 177/16 de 12.02.16

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Cessar os efeitos da Portaria n.º 177/16 de 12.02.16, que DESIGNOU, a servidora Janete Aparecida Paim de Jesus, para atuar como Professora 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 01 de fevereiro com término no dia 31 de dezembro de 2016, em virtude de sua classificação em 8º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Andreia Cristina de Oliveira Deucher que está à disposição da Secretaria de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

555.06.16 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANTONIO DA ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 555/16 de 02.06.16

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde a contar dia 31 de maio com término no dia 02 de junho de 2016, ao funcionário Antonio da Rosa, ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

556.06.16 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAÚDE JUCINARA C. CUNHA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 556/16 de 02.06.16

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 10 de junho de 2016, a funcionária Jucinara Capistrano da Cunha, ocupante do cargo de Procuradora Geral do Município - Padrão I - Nível 36, do quadro de Pessoal do Município, com exercício no Gabinete do Prefeito.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

557.06.16 - P. DES. PROF. MARCELE AP. B. LAATSCH
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 557/16 de 02.06.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Designar Marcelle Aparecida Becker Laatsch, para atuar como Professora 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 02 de junho com término no dia 20 de dezembro de 2016, em virtude de sua classificação em 12º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Andreia Cristina de Oliveira Deucher que está à disposição da Secretaria de Educação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

558.06.16 - P. DES. PROF. MICHELLI P. POLMANN
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 558/16 de 02.06.16

Designa Professora Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Designar Michelli Paula Polmann, para atuar como Professora 30 horas semanais no Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti, no período de 02 de junho com término no dia 30 de agosto de 2016, em virtude de sua classificação em 2º lugar na Processo Seletivo 05/2015 para Contratação de Professor ACT – Educação Infantil, percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Professor I - 3 – Padrão I, Nível 22 do Quadro de Pessoal do Município. Motivo: Substituição de Cleodete Costa Tomé que encontra-se em Licença médica.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
02 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

559.06.16 - P. DES.AUX.AUX. ENFERM.. C.TEMP. ERICLEIA AP. ALEXANDRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 559/16 de 06.06.16

Designa Auxiliar de Enfermagem Contratada em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 37, Inciso IX da Constituição Federal, e pela Lei Federal 11.350 de 05.10.2006 que Regulamenta o § 5º do art. 198 da Constituição, dispõe sobre o aproveitamento de pessoal amparado pelo parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional no 51, de 14 de fevereiro de 2006, e dá outras providências;

RESOLVE:

Designar Ericleia Aparecida Alexandre, para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem - Nível – 03, 40 horas semanais, em virtude de sua classificação em 2º lugar no Processo Seletivo Simplificado nº 01/2016, do Quadro de Pessoal Contratado do Município de Bom Retiro – SC, regido pelo Estatuto dos Funcionários Públicos através da Lei Complementar nº 01/03 de 02 de Dezembro de 2003, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde – Fundo Municipal de Saúde – Equipe Saúde da Família – ESF – Equipe Bairro São José, a contar do dia 06 de junho de 2016 com validade enquanto durar o programa do Governo Federal, respeitado o disposto na Lei Federal 11.350 de 05.10.2006.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

560.06.16 - P. LIC. ATRIBUI GRAT. ERICLEIA AP. ALEXANDRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 560/16 de 06.06.16

Atribui Gratificação

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 56 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC) e pela Lei Complementar nº 49/2014 de 17.06.2014:

RESOLVE:

Atribuir uma Gratificação mensal, correspondente a 30% (trinta por cento) do vencimento do cargo a funcionária Ericleia Aparecida Alexandre, ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem - Padrão 1 – Nível 3 do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a Lei Complementar nº 49/2014 de 17 de junho de 2014, a contar do dia 06 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

561.06.16 - P. EXON. FABIANA ROSSI

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 561/16 de 06.06.16

Exonera Servidora a Pedido

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 169, § 3, II da Constituição Federal:

RESOLVE:

Conceder Exoneração a servidora Fabiana Rossi, do Cargo de Agente de Saúde – Padrão I – Nível – 3, do Quadro de Pessoal do Município, Nomeado através da Portaria n.º 579/09 de 17.08.09, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde – Programa Agente Comunitário de Saúde – São José, a contar do dia 06 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

562.06.16 - P. FÉRIAS ROSELI ALVES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 562/16 de 06.06.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2015 (Dois Mil e Quinze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a funcionária Roseli Alves, Ocupante do cargo de Auxiliar de Enfermagem, Padrão I – Nível 3, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 047/2016 de 06 de junho de 2016, para gozá-las a contar do dia 06 de junho com término no dia 05 de julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

563.06.16 - P. FÉRIAS AVONIR DA SILVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 563/16 de 06.06.16

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Avonir da Silva, Ocupante do cargo de Motorista, Padrão I – Nível 4, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 048/2016 de 06 de junho de 2016, para gozá-las a contar do dia 06 de junho com término no dia 05 de julho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

564.06.16 - P. LIC. PREMIO ALAMIR C. ALTHOFF

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 564/16 de 06.06.16

Concede Licença Prêmio em Pecúnia

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 88 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no requerimento protocolado sob. N.º 046/16 de 06.06.16, e despacho em 06.06.16, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio, a serem usufruídas a contar do dia 08 de junho com término no dia 05 de setembro de 2016, correspondente ao quinquênio 2011 (Dois Mil e Onze) a 2016 (Dois Mil e Dezesesseis); ao funcionário Almir Cesar Althoff, Ocupante do cargo de Calceteiro - Padrão I – Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de junho de 2016.

ALBINO GONÇALVES PADILHA
Prefeito Municipal

SANDRA MARA VIEIRA PRÁ
Sec. Mun. Adm. Fazenda

EXTRATO CONTRATO 127/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato Nº 127/2016 Ata de Registro de Preços nº 01/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Bom Retiro

Contratado: Qualifar Farmácia & Manipulação Ltda. ME.

Objeto: Registro de Preços, com o maior percentual de desconto sobre a tabela divulgada pela ABC FARMA VIGENTE DO MÊS, para fornecimento parcelado diário de medicamentos não padronizados para o Fundo Municipal de Saúde, que são prescritos pelos profissionais da saúde do Município de Bom Retiro, para atendimento específico e imediato de enfermidades de pacientes atendidos na rede pública de saúde.

Valor Total Medicamento Similar: R\$ 2.964,41 (dois mil novecentos e sessenta e quatro reais e quarenta e um centavos).

Bom Retiro, 07 de junho de 2016.

Albino Gonçalves Padilha

Prefeito

Brunópolis

PREFEITURA

DECRETO Nº 43/2016

DECRETO Nº 43/2016

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO IMÓVEL URBANO SITUADO NO DISTRITO DE MAROMBAS

Ademil Antonio da Rosa, Prefeito Municipal de Brunópolis, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 100, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Brunópolis; e com fundamento no Decreto-lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, art. 5º alínea "g",

DECRETA

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, uma área de terras localizada neste Município no Distrito de Marombas, com área de 5.892,13 m² (cinco mil oitocentos e noventa e dois metros e treze centímetros quadrados) de propriedade de MARIA FLORITA ZANELLA, brasileira, solteira, RG nº 229.108 e inscrita no CPF sob n. 076.136.449-87, situado dentro da área maior objeto da matrícula imobiliária nº 19.372 do Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Campos Novos, indicado como área "03" no levantamento topográfico efetuado pelo Engenheiro Agrimensor Murilo Spillere Milanez, CREA nº 100490-3.

Parágrafo Único: A área de terras mencionada neste artigo destina-se à edificação de moradia popular.

Art. 2º - Fica fazendo parte integrante desde decreto o mapa, e laudo de avaliação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta da verba de compensação social da Usina Hidrelétrica São Roque.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brunópolis (SC), 03 de junho de 2016.

Ademil Antonio da Rosa

Prefeito Municipal

José Thieres Alves Ribeiro

Secretário de Administração, Planejamento e Fazenda

Publicado o presente decreto no Diário Oficial dos Municípios

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 10.924, 06 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.924, 06 DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Subprocuradora Geral do Município de Brusque.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar nº 143, de 31 de agosto de 2009 e alterações, Anexo I-E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Danielle Mariel Heil para ocupar o cargo de Subprocuradora-Geral do Município, Padrão CC-III.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de junho de 2016.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC;

JOSÉ LUIZ CUNHA
Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA
Procurador-Geral do Município

PORTARIA Nº 073/2016 SAMAE

Portaria nº 073/2016

Concede benefício de Aposentadoria por Invalidez a Laureci de Abreu Francisco

O Diretor – presidente do SAMAE e o Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13,

RESOLVEM:

Art. 1º - Revogar a portaria 071/2016 e todos os seus efeitos retroativos e futuros.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 30/05/2016.

Prefeitura Municipal de Brusque, em xx de xxxxx de 2016.

ROBERTO BOLOGNINI
Diretor – presidente do SAMAE

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 074/2016 SAMAE

Portaria nº 074/2016

Concede benefício de Aposentadoria por Invalidez a Laureci de Abreu Francisco

O Diretor – presidente do SAMAE e o Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e §1º da Lei Orgânica Municipal c/c o Decreto Municipal nº. 7.056/13, e com fundamento no artigos 33, I, a, 34, §2 e §11, e 97 da Lei Complementar Municipal nº. 174, de 20/09/11, com redação dada pela Lei Complementar Municipal nº. 178, de 06/12/11, no art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal de 1988, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e art. 6-A da EC 41/2003.

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder, conforme processo IBPREV nº. 294/2012, benefício de Aposentadoria por Invalidez a LAURECI DE ABREU FRANCISCO, CPF 887.226.439-15.

Art. 2º - O benefício concedido por esta portaria será pago com recursos do Plano Previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02/05/2016, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 30 de maio de 2016.

ROBERTO BOLOGNINI
Diretor – presidente do SAMAE

CRISTIANO BITTENCOURT
Secretário de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 72/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 72/2016

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor MAICON BUSS, ocupante do cargo de Agente de ETA, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 4GF-01A passando para o padrão de vencimento 4GF-01B por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 a 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/05/2016.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 23 de maio de 2016.

ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 77/2016 SAMAE

PORTARIA Nº. 77/2016

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio de 01 (um) mês ao servidor RICARDO BORTOLOTO, ocupante do cargo de Químico, referente ao exercício de 08/03/2010 a 07/03/2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Período de Gozo: 04/06/2016 a 03/07/2016

Brusque, 03 de junho de 2016.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

PORTARIA Nº 10.923, 06 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA nº 10.923, 06 DE JUNHO DE 2016.

Designa Controlador-Geral do Município para responder pela Chefia de Gabinete do Prefeito.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei nº 3.248/09 e alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Designar Aurinho Silveira de Souza, Controlador-Geral do Município, para responder, interinamente, pela Chefia de Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06 de junho de 2016.

Art. 3º Revogam-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 06 de junho de 2016.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC;

JOSÉ LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

MÁRIO WILSON DA CRUZ MESQUITA

Procurador-Geral do Município

**PORTARIA Nº 24, DE 6 DE JUNHO DE 2016
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 24, de 6 de junho de 2016.

Exonera Servidora.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições:

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar do Cargo em Comissão de Diretor do Departamento Jurídico/Legislativo do Quadro Único dos Funcionários Públicos

da Câmara Municipal, a Senhora Fabiana Amalia Dalcastagne, brasileira, solteira, advogada, portadora da Cédula de Identidade nº 3.580.271 e CPF nº 006.390.679-13, encerrando suas atividades funcionais em data de 06 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 06 de junho de 2016.

Roberto Pedro Prudêncio Neto
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Rogério Gamba
Diretor Geral

**PORTARIA Nº 25, DE 6 DE JUNHO DE 2016
LEGISLATIVO**

Portaria Nº 25, de 6 de junho de 2016.

Exonera Servidor.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar do Cargo de Provimento em Comissão de Assessoria da Mesa Diretora no Quadro dos Funcionários Públicos da Câmara Municipal, o Senhor Murilo Sergio Popper, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1.600.844 e CPF nº 480.698.099-49, encerrando suas atividades funcionais em data de 06 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 06 de junho de 2016.

Roberto Pedro Prudêncio Neto
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Rogério Gamba
Diretor Geral

PORTARIA Nº 69/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 69/2016

O Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

Art. 1º Fica criada a Comissão Permanente para Ressarcimento de Danos, junto ao SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão os seguintes servidores: Murilo José Maes, Simone Bittencourt Frutuoso, Jean Wons Fernandes, Angelita Pedrini e Elisane Martins Nunes.

Parágrafo Único. Atribuir à Comissão Processante o encargo de coordenar, organizar, julgar e executar todo o trâmite necessário para o fiel e cabal êxito dos Processos Administrativos para ressarcimento de danos.

Art. 3º O mandato dos membros desta comissão será de um ano e desempenharão

suas funções juntamente com a de seus cargos.

Art. 4º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos financeiros a partir de 01/05/2016.

Brusque, 09 de maio de 2016
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente do SAMAE

PORTARIA Nº 70/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 70/2016

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso e gozo de suas atribuições e considerando o disposto na Lei Federal das Licitações e Contratos Administrativos,

RESOLVE

Art. 1º - Fica criada a Comissão de Cadastramento de Empresas junto ao SAMAE de Brusque.

Art. 2º Ficam nomeados membros da Comissão de Cadastramento de Empresas Ernâni Bolognini, Jaqueline Maurici Montibeller Tes-toni, Claudete Marques Baumgartner, Denise Bruns, Francisco Gil-mar da Silva e Izaías Gamba, cabendo a presidência ao primeiro nomeado.

Art. 3º No desempenho de suas funções a Comissão de Cadastra-mento de Empresas observará a legislação federal e seu Regimento Interno.

Art. 4º O mandato dos membros desta comissão será de um ano e desempenharão suas funções juntamente com a de seus cargos.

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 01/05/2016.

Brusque, 09 de maio de 2016.
ROBERTO BOLOGNINI
Diretor Presidente
SAMAE

PORTARIA Nº 71/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 71/2016

O Prefeito Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Artigo 18, Parágrafo 1º, da Lei Complementar 143/2009;

RESOLVE

1) Exonerar JARDEL DOMINGOS, do cargo de provimento em comissão de Chefe.

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 31/05/2016, revogadas as disposições em contrário.

Brusque, 23 de maio de 2016.

ROBERTO PEDRO PRUDÊNCIO NETO Prefeito Municipal	ROBERTO BOLOGNINI Diretor Presidente SAMAE
--	--

PORTARIA Nº 75/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 75/2016

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Denise Bruns, matrícula 3751-04, ocupante do cargo de Agente Administrativo;
Elisane Martins Nunes, matrícula 21601-00, ocupante do cargo de Telefonista;
Geferson Marques de Moraes, matrícula 18945-01, ocupante do cargo de Agente de Serviços Especiais;
James Andrey Luz, matrícula 29653-00, ocupante do cargo de Agente Hidráulico;
João Joel Dahmer, matrícula 29459-00, ocupante do cargo de Agente Hidráulico;
Moacir Cavichioli, matrícula 21385-00, ocupante do cargo de Motorista;
Wilson Schwartz, matrícula 8001-00, ocupante do cargo de Agente Hidráulico;

Pelo período de 09/06/2016 à 28/06/2016

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 09/06/2016.

Brusque, 03 de junho de 2016.

Roberto Bolognini Diretor Presidente

PORTARIA Nº 76/2016 SAMAE

PORTARIA Nº 76/2016

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 119, Parágrafo Único e Art.122, da Lei Complementar Nº. 147/09, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS:

RESOLVE

Conceder Férias aos servidores:

Luiz Gonzaga Rodrigues de Aguiar, matrícula 18309-02, ocupante do cargo de Agente Hidráulico;

Pelo período de 09/06/2016 à 08/07/2016.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir de 09/06/2016.

Brusque, 03 de junho de 2016.

Roberto Bolognini Diretor Presidente

PORTARIA Nº 78/2016 SAMAE

PORTARIA Nº. 78/2016

O Diretor Presidente do SAMAE, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 149 da Lei n.º 147 de 25 de setembro de 2009:

RESOLVE

1) Conceder Licença Prêmio de 01 (hum) mês à servidora CAROLINA ZIMMERMANN, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, referente ao exercício de 21/03/2010 a 20/03/2015;

2) Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeitos a partir do dia 20.06.2016.

Período de Gozo: 20/06/2016 a 19/07/2016

Brusque, 03 de junho de 2016.

ROBERTO BOLOGNINI

Diretor Presidente

SAMAE

Caçador

PREFEITURA

12º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87 - 2013 – PREFEITURA

12º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 87 - 2013 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013, CONCESSÃO DE REAJUSTE PELO INPC, SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR, CONTRATADA: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/ SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 87/2013 de 23 de outubro de 2013, O presente aditivo tem por objeto a Concessão de Reajuste com base no INPC, ou seja, 10,56%, conforme solicitação da Contratada e justificativa emitida pela Secretaria Municipal da Educação, bem como parecer jurídico favorável nº 94/2016, O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Aditivo será de R\$ 231.183,94 (duzentos e trinta e um mil, cento e oitenta e três reais e noventa e quatro centavos). As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade. Conforme segue: LOTE 01

LINHA	KM/TOTAL 10 MESES	DIA DE OPERAÇÃO	VALOR R\$ POR KM	ESPECIFICAÇÃO
01	13.440,00	200	R\$ 4,3248	Itinerário Matutino: Linha Paulista.
				Veículo com capacidade mínima para 30 lugares
				KM DIÁRIO 67,20
02	24.840,00	200	R\$ 3,4158	Itinerário Vespertino: Linha Roveda X Criminácio X Fazenda Moreira.
				Veículo com capacidade mínima para 32 lugares
				KM DIÁRIO 124,20
03	24.840,00	200	R\$ 3,4065	Itinerário Matutino: Linha Roveda x Criminácio x Fazenda Moreira.
				Veículo com capacidade mínima para 32 lugares
				KM DIÁRIO 124,20
04	57.600,00	200	R\$ 3,8212	Itinerário Matutino e Vespertino: Linha Benjamin Constant x Santana.
				Veículo com capacidade mínima para 40 lugares
				KM DIÁRIO 288,00

LOTE 02

LINHA	KM / TOTAL 10 MESES	DIAS DE OPERAÇÃO	VALOR R\$ POR KM	ESPECIFICAÇÃO
05	22.080,00	200	R\$ 3,2900	Itinerário Matutino: Linha Taquara Verde x Sítio Pinhalzinho.
				Veículo com capacidade mínima para 42 lugares
				KM DIÁRIO 110,40
06	27.280,00	200	R\$ 3,5038	Itinerário Matutino: Linha Taquara Verde x Fazenda Taitalo x Sincol.
				Veículo com capacidade mínima para 40 lugares
				KM DIÁRIO 136,40
07	23.080,00	200	R\$ 3,7200	Itinerário Matutino: Linha São Francisco.
				Veículo com capacidade mínima 42 lugares
				KM DIÁRIO 115,40
08	38.200,00	200	R\$ 4,5146	Itinerário Matutino e Vespertino: Linha São Pedro x Cará.
				Veículo com capacidade mínima 42 lugares
				KM DIÁRIO 191,00
09	36.320,00	200	R\$ 4,0067	Itinerário Vespertino: Linha Tamanduá x Laranjeira.
				Veículo com capacidade mínima para 40 lugares
				KM DIÁRIO 181,60

LOTE 03

LINHA	KM/TOTAL 10 MESES	DIAS DE OPERAÇÃO	VALOR R\$ POR KM	ESPECIFICAÇÃO
-------	-------------------	------------------	------------------	---------------

10	34.640,00	200	R\$ 7,0910	Itinerário Vespertino: Linha Serra Azul x Bugre.
				Veículo com capacidade mínima para 42 lugares
				KM DIÁRIO 173,20
11	14.960,00	200	R\$ 7,3859	Itinerário Vespertino: Linha Seminário.
				Veículo com capacidade mínima 40 lugares
				KM DIÁRIO 74,80
12	13.200,00	200	R\$ 8,0975	Itinerário Vespertino: Linha Konder x Pena.
				Veículo com capacidade mínima para 52 lugares
				KM DIÁRIO 66,00
13	17.200,00	200	R\$ 6,6442	Itinerário Matutino: Linha Castelli x Turma 60.
				Veículo com capacidade mínima 46 lugares
				KM DIÁRIO 86,00

LOTE 04

LINHA	KM/TOTAL 10 MESES	DIAS DE OPERAÇÃO	VALOR R\$ POR KM	ESPECIFICAÇÃO
14	20.360,00	200	R\$ 3,7878	Itinerário Matutino: Linha Caixa D'água.
				Veículo com capacidade mínima para 42 lugares
				KM DIÁRIO 101,80
15	20.360,00	200	R\$ 3,7878	Itinerário Vespertino: Linha Caixa D'água.
				Veículo com capacidade mínima para 42 lugares
				KM DIÁRIO 101,80
16	22.600,00	200	R\$ 3,6287	Itinerário Vespertino: Linha Pedra Branca Aliança x Tróia.
				Veículo com capacidade mínima para 42 lugares
				KM DIÁRIO 113,00
17	20.160,00	200	R\$ 3,9569	Itinerário Matutino: Linha Pedra Branca x Mandelli x Chapada.
				Veículo com capacidade mínima para 42 lugares
				KM DIÁRIO 100,80

LOTE 05

LINHA	KM/TOTAL 10 MESES	DIAS DE OPERAÇÃO	VALOR R\$ POR KM	ESPECIFICAÇÃO
18	12.200,00	200	R\$ 5,2269	Itinerário Matutino: Linha Horto Municipal x Japonês.
				Veículo com capacidade mínima para 42 lugares
				KM DIÁRIO 61,00
19	25.600,00	200	R\$ 4,1409	Itinerário Matutino e Vespertino: Linha Assentamento.
				Veículo com capacidade mínima 42 lugares
				KM DIÁRIO 128,00
20	12.480,00	200	R\$ 6,7205	Itinerário Matutino: Linha Cachoeirinha.
				Veículo com capacidade mínima para 32 lugares
				KM DIÁRIO 62,40
21	47.066,00	200	R\$ 5,3906	Itinerário Vespertino: Linha Assentamento X Rodolfo Nickel.
				Veículo com capacidade mínima para 45 lugares
				KM DIÁRIO 235,33

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02 – 2015 – FMAS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02 – 2015 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2015 FMAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2015, LOCAÇÃO DE 01 AUTOMÓVEL, PARA O PROGRAMA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA- CRAS MARTELLO E CRAS NORTE, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE, CONTRATADA/LOCADORA: AUTOVIA LOCADORA DE VEÍCULOS EIRELI-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 11.517.995/0001-89, com sede na Rua Abdala João, nº 105, sala 03, Bairro Berger, nesta cidade de Caçador/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 002/2015 de 11 de maio de 2015, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 25.035,96 (vinte e cinco mil, trinta e cinco reais e noventa e seis centavos), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 11 de maio de 2016 e findando dia 11 de maio de 2017, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03 – 2015 – FMAS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03 – 2015 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015 - DISPENSA Nº 01/2015, LOCAÇÃO DE UMA SALA COMERCIAL PARA FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA DOS CONSELHOS, MANTIDO PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE, CONTRATADA/LOCADORA: MITRA DIOCESANA DE CAÇADOR – PAROQUIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.059.758/0003-94, com sede na cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 03/2015 de 01 de junho de 2015, A finalidade do presente aditivo é a Renovação contratual e concessão de reajuste aplicável sobre o IGP-M, no percentual de 10,64%, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social e mediante Parecer Jurídico favorável nº 149/2016, O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 11.285,52 (onze mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos) para totalidade do presente aditivo, O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 01 de junho de 2016 e findando dia 01 de junho de 2017, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08 – 2016 – FMS,

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08 – 2016 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO 06/2016 - DISPENSA Nº 01/2016, CONTRATAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA – HOSPITAL MAICÉ PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMAGEM EM ULTRASSONOGRAFIA, PRORROGAÇÃO DE PRAZO, CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO FRANCO BRASILEIRA-HOSPITAL MAICÉ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 33.543.356/0020-93, com sede na cidade de Caçador-SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato nº 08/2016 datado respectivamente de 29 de março de 2016, O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de prazo por 60 (sessenta) dias, conforme solicitação da Contratada e anuência da Secretaria Municipal de Saúde e mediante parecer jurídico favorável nº 156/2016, O prazo de vigência do presente termo para a execução dos serviços descritos na cláusula primeira, passa a vigorar de 60 (sessenta) dias, a contar do dia 29 de maio de 2016 e findando no dia 29 de julho de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12 - 2015 – FMS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12 - 2015 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 08/2015, CONTRATAÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM NEFROLOGIA, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATADA: MOSNA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.235.703/0001-73, com sede na cidade de Videira/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 12/2015 datado de 17 de Junho de 2015, O presente aditivo tem por objeto a Renovação Contratual, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretaria Municipal de Saúde e mediante parecer jurídico favorável nº 137/2016, O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, iniciando em 17 de junho de 2016 e findando dia 17 de junho de 2017, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 38.400,00 (trinta e oito mil e quatrocentos reais), As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15 - 2015 – FMS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15 - 2015 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015 - INEXIGIBILIDADE Nº 06/2015, CONTRATAÇÃO SERVIÇOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS EM ANESTESIOLOGIA, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATADA: CLÍNICA DE ANESTESIOLOGIA LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.294.443/0001-81, com sede na cidade de Caçador/SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 15/2015 datado de 14 de Julho de 2015, O presente aditivo tem por objeto a Renovação Contratual, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretaria Municipal de Saúde e mediante parecer jurídico favorável nº 137/2016, O prazo de vigência do presente contrato é de 12 (doze) meses, iniciando em 14 de julho de 2016 e findando dia 14 de julho de 2017, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 28.800,00 (vinte e oito mil e oitocentos reais, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25 – 2015 – PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 25 – 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015 PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2015, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSO À INTERNET VIA RÁDIO, ACESSO ADSL, HOSPEDAGEM, E-MAIL, ANTIVÍRUS, ANTISPAN, CONTROLE DE ANEXOS E ACESSO FTP DESTINADO AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONTRATADA: CONECT INFORMÁTICA LTDA-EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.889.882/0001-52, com sede na cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 25/2015 de 19 de março de 2015, O presente aditivo tem prazo de vigência a partir do dia 19 de março de 2016 e findando dia 19 de março de 2017, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade. Conforme segue:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LNK DE 10 MB FULL PARA PRÉDIO PREFEITURA	2.244,20	26.930,40
2	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SECRETARIA DA AGRICULTURA	282,24	3.386,88
3	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SETOR DE TRÂNSITO	282,24	3.386,88
4	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 10000X2000 PARA GUARDA MUNICIPAL	524,30	6.291,60
5	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 1000X500 PARA GABINETE DO PREFEITO	219,52	2.634,24
6	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 1000X500 PARA AEROPORTO MUNICIPAL	219,52	2.634,24
7	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 1000X500 PARA INTENDÊNCIA DE TAQUARA VERDE	219,52	2.634,24
8	12	MÊS	MENSALIDADE DE 4 LINK DE 1000X500 PARA INSTALAÇÃO NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, PONTOS AINDA A SER DEFINIDOS	878,08	10.536,96
9	12	MÊS	MENSALIDADE DE 5 LINK DE 1000X500 PONTOS AINDA A SER DEFINIDOS	1.097,60	13.171,20
10	12	MÊS	AUTENTICAÇÃO ADSL PARA O NÚMERO DO TELEFONE (49) 3563-1097 - PROCON	21,56	258,72
11	12	MÊS	AUTENTICAÇÃO ADSL PARA O NÚMERO DO TELEFONE (49) 3567-5852 – JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	21,56	258,72
12	12	MÊS	AUTENTICAÇÃO ADSL PARA O NÚMERO DO TELEFONE (49) 3567-0522 – DEFESA CIVIL	21,56	258,72
13	12	MÊS	AUTENTICAÇÃO ADSL PARA O NÚMERO DO TELEFONE (49) 3563-9272 -CENTRAL DE SERVIÇOS URBANOS	21,56	258,72
14	12	MÊS	HOSPEDAGEM DO SITE, E-MAIL, ANTIVÍRUS E ANTISPAN, COM CONTROLE DE ANEXOS E QUE TENHA ACESSO VIA FTP PARA ATUALIZAÇÃO	409,64	4.915,68
15	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SEDE DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	282,24	3.386,88
16	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SEDE DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	282,24	3.386,88
17	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SEDE DO CREAS	282,24	3.386,88
18	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SEDE DO CRAS-MARTELLO	282,24	3.386,88
19	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 5000X1000 PARA SEDE DO CRAS-GIOPPO	282,24	3.386,88
21	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 2000X1000 PARA SEDE CASA LAR	250,88	3.010,56
22	12	MÊS	MENSALIDADE DE 1 LINK DE 2000X1000 PARAPLANTÃO BOLSA FAMÍLIA – TAQUARA VERDE	250,88	3.010,56
23	12	MÊS	MENSALIDADE DE 02 LINK DE 2000X1000 PARA PONTOS AINDA A SER DEFINIDOS	501,76	6.021,12
TOTAL GERAL R\$					106.533,84

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26 - 2015 – PREFEITURA

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 26 - 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015, CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS - RCF, SEGURO CONTRA TERCEIROS – DETER E SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE, FUNDOS E FUNDAÇÕES, RENOVAÇÃO CONTRATUAL. CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 61.198.164/0001-60, com sede na cidade de SÃO PAULO/SP, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 26/2015 de 25 de março de 2015, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$5.948,07 (cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais e sete centavos), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 25 de março de 2016 e findando dia 25 de março de 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade. Conforme segue:

Lote 01- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ITEM	PLACA	MARCA	MODELO/ANO	SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
01	MLZ-2419	FIAT	SIENA/2014	TOTAL	12 MESES	1.103,40
02	MHI-3386	PEUGEOT	MICROONIBUS/2010	DETER	12 MESES	736,53
03	MLE-4108	AGRALE	ÔNIBUS/2012	DETER	12 MESES	500,15
04	QHF-7234	CITROEN	JUMPER MINIBUS 2.3	TOTAL	12 MESES	3.135,49
TOTAL GERAL R\$						5.475,57

Lote 02- DEFESA CIVIL

ITEM	PLACA	MARCA	MODELO/ANO	SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
01	DDS-3823	FIAT	PALIO/2001	RCF	12 MESES	98,04
TOTAL GERAL R\$						98,04

Lote 05- FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

ITEM	PLACA	MARCA	MODELO/ANO	SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
01	QHA-2518	IVECO	CAMINHÃO/2014	RCF	12 MESES	187,23
02	QHA-2558	IVECO	CAMINHÃO/2014	RCF	12 MESES	187,23
TOTAL GERAL R\$						374,46

O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$5.948,07 (cinco mil, novecentos e quarenta e oito reais e sete centavos), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 25 de março de 2016 e findando dia 25 de março de 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27 – 2015 – PREFEITURA

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27 – 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015, CONTRATAÇÃO DE SEGURO CONTRA TERCEIROS - RCF, SEGURO CONTRA TERCEIROS – DETER E SEGURO TOTAL PARA A FROTA DE VEÍCULOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA MUNICIPALIDADE, FUNDOS E FUNDAÇÕES, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATADA: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 61.074.175/0001-38, com sede na cidade de SÃO PAULO/SP, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 27/2015 de 25 de março de 2015, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$10.576,80 (dez mil, quinhentos e setenta e seis reais e oitenta centavos), O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, a contar da emissão da apólice sendo, de 24 de abril de 2016 e findando dia 24 de abril de 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade. Conforme segue:

LOTE 03 – Secretaria Municipal da Infraestrutura

ITEM	PLACA	MARCA	MODELO/ANO	SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
01	OKG-9076	HYUNDAI	HR/2013	RCF	12 MESES	500,11
02	OKG-9096	HYUNDAI	HR/2013	RCF	12 MESES	500,11
03	QHE-6867	HYUNDAI	HR/2013	RCF	12 MESES	394,66
04	MLU-4547	FORD	CAMINHÃO/2014	RCF	12 MESES	619,42
05	MLU-4657	FORD	CAMINHÃO/2014	RCF	12 MESES	485,91
06	MIR-2529	MB	CAMINHÃO/2010	RCF	12 MESES	485,91
07	MIR-2599	MB	CAMINHÃO /2010	RCF	12 MESES	485,91
08	MLF-5579	MB	CARRETA/2014	TOTAL	12 MESES	1.056,51
09	MLE-8469	MB	CAÇAMBA/2014	TOTAL	12 MESES	1.056,51
10	MLF-4989	MB	CAÇAMBA/2014	TOTAL	12 MESES	1.056,51
11	MLF-3709	MB	CAÇAMBA/2014	TOTAL	12 MESES	1.056,51
12	MLF-1839	MB	CAÇAMBA/2014	TOTAL	12 MESES	1.056,51
TOTAL GERAL R\$						8.754,58

LOTE 04 –Fundação Municipal de Esportes

ITEM	PLACA	MARCA	MODELO/ANO	SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
01	MKQ-1689	FIAT	DOBLO/ 2013	TOTAL	12 MESES	583,38
TOTAL GERAL R\$						583,38

LOTE 06 – Secretaria de Agricultura

ITEM	PLACA	MARCA	MODELO/ANO	SEGURO	VIGÊNCIA	VALOR
01	QHR-9275	VOLVO	CAMINHÃO/2015	RCF	12 MESES	619,42
02	QHR-9165	VOLVO	CAMINHÃO/2015	RCF	12 MESES	619,42
TOTAL GERAL R\$						1.238,84

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41 – 2015 – PREFEITURA

2º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 41 – 2015 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2015 - CONCORRÊNCIA Nº 02/2015, PRORROGA POR 60 DIAS, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E SINALIZAÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICÍPIO, CONTRATADA: JND – CONSTRUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA – ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 14.508.871/0001-25, com sede na Rua Vigário Frei João, nº 601, Box 06, Bairro São Francisco, na cidade de Luzerna/SC. Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 41/2015 datado de 13 de maio de 2015, O prazo de vigência do Aditivo que passa a vigorar é de 60 (sessenta) dias, iniciando em 13 de abril de 2016 e findando em 13 de junho de 2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35 – 2013 – PREFEITURA

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35 – 2013 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2013 – DISPENSA Nº 03/2013, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE IGP-M, LOCAÇÃO DE PARTE DE UM IMÓVEL RURAL SEM BENFEITORIAS, CONTRATADO/LOCADOR: VILMAR XAVIER, brasileiro, casado, agricultor, portador do CPF nº 949.310.629-20 e sua esposa Sra. IRENE ROCHA XAVIER, brasileira, casada, agricultora inscrita no CPF sob o nº 753.525.169-20, residentes e domiciliados no Distrito de Taquara Verde neste Município de Caçador/SC. Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 35/2013 datado de 12 de abril de 2013, O objeto do presente aditivo é a Renovação contratual e concessão de reajuste aplicável sobre o IGP-M, no percentual de 11,57%, conforme solicitação da Secretaria de Infraestrutura, Parecer Jurídico nº 112/2016, O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 10.046,88 (dez mil, quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos) O prazo de vigência do presente Aditivo, que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 12 de Abril de 2016 e findando em 12 de Abril de 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56 – 2013 – FMS

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 56 – 2013 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 22/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE IGP-M, GESTÃO DE FROTAS, CONTRATADA: EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.908.992/0001-85, com sede na cidade de Porto Alegre, RS, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 56/2013 datado de 2 de maio de 2013, O presente aditivo tem por objeto a Renovação Contratual com aplicação de reajuste, pelo índice IGP-M, ou seja, no percentual de 9,49%, conforme solicitação da contratada e mediante Parecer Jurídico Nº 121/2016, O preço certo e ajustado entre as partes é de R\$ 11.458,20 (onze mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos, O presente aditivo tem prazo de vigência para 12 (doze) meses, a partir de 02 de maio de 2016 e findando dia 02 de maio de 2017, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57 - 2013 – FMS

3º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 57 - 2013 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2013, CONTRATAÇÃO DE EMISSORA DE RÁDIO, RENOVAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATADA: RÁDIO CAÇANJURE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.057.794/0001-57, com sede nesta cidade de Caçador, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato nº 57/2013 datado respectivamente de 22 de maio de 2013, O presente Aditivo tem por finalidade a Renovação Contratual conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretaria Municipal de Saúde e mediante parecer jurídico favorável nº 152/2016, O prazo de vigência do presente é de 12 (doze) meses, iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 22 de maio de 2016 e findando dia 22 de maio de 2017, O valor total estimado para o presente contrato é de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), ou seja, pelo valor mensal de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28 – 2012 – PREFEITURA

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 28 – 2012 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2012 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2012, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE PELO IGP-M, GESTÃO DE FROTAS, CONTRATADA: EXECUÇÃO GESTÃO E CONSULTORIA EM INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua dos Andradas, nº 1121/502 Centro em Porto Alegre/RS, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 02.908.992/0001-85, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 28/2012 datado de 13 de março de 2012 e contrato administrativo nº 25/2013 datado de 12 de março de 2013, O presente Contrato tem por objeto a Renovação contratual pelo período de 12 meses para a execução dos serviços descritos na Cláusula Primeira do Contrato Principal nº 28/2012, com aplicação de reajuste no percentual de 10,46%, índice do IGP-M acumulado nos últimos 12 meses, conforme solicitação da Contratada, justificativa emitida pela Coordenadoria de Patrimônio e mediante parecer jurídico favorável nº 120/2015, O prazo de locação dos equipamentos que passa a vigorar é de 12 (doze) meses, iniciando em 13 de março de 2016 e findando em 13 de março de 2017, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 46.278,84 (quarenta e seis mil, duzentos e setenta e oito reais e oitenta e quatro centavos), As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02 – 2013 – FMC

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02 – 2013 – FMC, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2013 – INEXIGIBILIDADE Nº 01/2013, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES ALTERAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATADA: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA- IEL/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.843.912/0001-52, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 2765, Itacorubi, na cidade de Florianópolis, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 02/2013 datado de 18 de fevereiro de 2013, O presente Termo Aditivo tem por finalidade a alteração do CNPJ do Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina - IEL/SC, ora CONTRATADA, sendo que será alterado para a respectiva filial com CNPJ nº 83.843.912/0002-33, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02 – 2013 – FME

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02 – 2013 – FME, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2013 – INEXIGIBILIDADE Nº 01/2013, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES ALTERAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATADA: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA- IEL/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.843.912/0001-52, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 2765, Itacorubi, na cidade de Florianópolis, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 02/2013 datado de 18 de fevereiro de 2013, O presente Termo aditivo tem por finalidade alteração do CNPJ da Contratada, para faturamentos dos serviços descritos na Cláusula Primeira, conforme solicitação e justificativa emitida pela Diretoria de Compras e mediante parecer jurídico favorável nº 147/2016, O presente Termo Aditivo tem por finalidade a alteração do CNPJ do Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina - IEL/SC, ora CONTRATADA, sendo que será alterado para a respectiva filial com CNPJ nº 83.843.912/0002-33, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05 - 2013 – FMAS

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05 - 2013 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2013 – INEXIGIBILIDADE Nº 03/2013, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES ALTERAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATADA: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA- IEL/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.843.912/0001-52, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 2765, Itacorubi, na cidade de Florianópolis, SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 05/2013 datado de 18 de fevereiro de 2013, O presente Termo aditivo tem por finalidade alteração do CNPJ da Contratada, para faturamentos dos serviços descritos na Cláusula Primeira, conforme solicitação e justificativa emitida pela Diretoria de Compras e mediante parecer jurídico favorável nº 147/2016, O presente Termo Aditivo tem por finalidade a alteração do CNPJ do Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina - IEL/SC, ora CONTRATADA, sendo que será alterado para a respectiva filial com CNPJ nº 83.843.912/0002-33, conforme inciso I do art. 58 da Lei nº 8.666/93. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88 – 2013 – PREFEITURA,

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 88 – 2013 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 67/2013 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2013, TRANSPORTE ESCOLAR, CONCESSÃO DE REAJUSTE PELO INPC, CONTRATADA: ALAIANE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 05.484.188/0001-04, com sede na cidade de Macieira/SC, Este aditivo contratual fica inteiramente vinculado ao Contrato Administrativo nº 88/2013, datado em 23 de Outubro de 2013, O presente aditivo tem por objeto a Concessão de Reajuste com base no INPC, ou seja, 11,27%, conforme solicitação da Contratada e justificativa emitida pela Secretaria Municipal da Educação, bem como parecer jurídico favorável nº 106/2016, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade. Conforme segue:

LINHA	KM/TOTAL 10 MESES	DIA DE OPERAÇÃO	VALOR R\$ POR KM	ESPECIFICAÇÃO
22	28.960,00	200	R\$ 2,8263	Itinerário Matutino: Linha Taquara Verde x Serraria Grande.
				Veículo com capacidade mínima para 40 lugares
				KM DIÁRIO 144,80

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº Nº 03 – 2013 – FUNDEMA

5º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº Nº 03 – 2013 – FUNDEMA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 07/2013 – INEXIGIBILIDADE Nº 02/2013, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES ALTERAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATADA: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA- IEL/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.843.912/0001-52, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 2765, Itacorubi, na cidade de Florianópolis, SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 03/2013 datado de 18 de fevereiro de 2013, O presente Termo aditivo tem por finalidade alteração do CNPJ da Contratada, para faturamentos dos serviços descritos na Cláusula Primeira, conforme solicitação e justificativa emitida pela Diretoria de Compras e mediante parecer jurídico favorável nº 147/2016, O presente Termo Aditivo tem por finalidade a alteração do CNPJ do Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina - IEL/SC, ora CONTRATADA, sendo que será alterado para a respectiva filial com CNPJ nº 83.843.912/0002-33, conforme inciso I do art. 58 da Lei nº 8.666/93. As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24 – 2013 – FMS

6º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 24 – 2013 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2013 – INEXIGIBILIDADE Nº 03/2013, OPERACIONALIZAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESTÁGIO DE ESTUDANTES ALTERAÇÃO CONTRATUAL, CONTRATADA: INSTITUTO EUVALDO LODI DE SANTA CATARINA- IEL/SC, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.843.912/0001-52, com sede na Rodovia Admar Gonzaga, nº 2765, Itacorubi, na cidade de Florianópolis, SC, Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 24/2013 datado de 26 de fevereiro de 2013, O presente Termo aditivo tem por finalidade alteração do CNPJ da Contratada, para faturamentos dos serviços descritos na Cláusula Primeira, conforme solicitação e justificativa emitida pela Diretoria de Compras e mediante parecer jurídico favorável nº 147/2016, O presente Termo Aditivo tem por finalidade a alteração do CNPJ do Instituto Euvaldo Lodi de Santa Catarina - IEL/SC, ora CONTRATADA, sendo que será alterado para a respectiva filial com CNPJ nº 83.843.912/0002-33, As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

7º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14 – 2014 – FMS

7º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 14 – 2014 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 46/2013 – CONCORRÊNCIA Nº 01/2013, CONCESSÃO DE REAJUSTE PELO INCC, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA, PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO UP, COM ÁREA DE 1.011,72M² SITO A RUA MARCOS GONÇALVES CORDEIRO, 120 NO BAIRRO BERGER, CONTRATADA: ESE CONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ sob o nº 83.805.101.0001-67, com sede na cidade de Palhoça/SC, Este Aditivo fica inteiramente vinculado ao contrato administrativo nº 14/2014 datado de 01 de Abril de 2014, O presente aditivo tem por objeto a Concessão de Reajuste pelo índice do INCC (Índice Nacional de Custo da Construção), ou seja, no percentual de 6,8124%, conforme solicitação e justificativa emitida pela Contratada, análise do Engenheiro Civil responsável pela obra e mediante parecer jurídico favorável nº 90/2016, O preço certo e reajustado é de R\$ 81.987,66 (oitenta e um mil, novecentos e oitenta e sete reais e sessenta e seis centavos), As demais cláusulas constantes no Contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007 - 2016 – FME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 007 - 2016 – FME, PROCESSO 03/2016 FME PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 FME, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, MEDALHAS E TROFÉUS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ARBITRAGEM DE DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS DESTINADOS A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE, empresa SUPERA UNIFORMES IND. E COM. TEXTIL LTDA -EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.112.475/0001-34, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
8	22	62462 - Regata em malha Dry 100% Poliéster 4 estampas com 3 cores cada - SUPERA	UN	3.000	14,00	42.000,00
9	23	62463 - Camiseta em malha PV 65% Poliéster e 35% Viscose 4 estampas com 3 cores cada - SUPERA	UN	3.000	17,00	51.000,00
10	24	62465 - Agasalhos (Jaqueta e calça) Malha Double Punto 100% Poliéster 4 Bordados - SUPERA	UN	300	105,00	31.500,00
11	25	62464 - Camisa Polo Malha Dry 100% poliéster 2 bordados - SUPERA	UN	120	27,30	3.276,00
12	26	62466 - Camiseta Malha Dry 100% poliéster com 4 estampas 3 cores cada - SUPERA	UN	120	20,00	2.400,00
13	27	62467 - Blusa moletom com capuz e bolsa canguru 2 bordados - SUPERA	UN	60	65,00	3.900,00
14	28	62468 - Jaquetão de inverno 100% Poliéster 2 bordados - SUPERA	UN	60	108,00	6.480,00
TOTAL						140.556,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05 – 2016 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05 – 2016 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO 01/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 – FMAS, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS PARA GRUPO DE MULHERES, empresa SUPERA UNIFORMES IND. E COM. TEXTIL LTDA -EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.112.475/0001-34, com sede na cidade de CAÇADOR, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	56097 - BOLSA DE ALGODÃO ALVEJADA LISA (0,70 X 0,80 CM) HARMONIZE	UN	1.100	3,80	4.180,00
2	56091 - CONE DE BARBANTE 08 FIOS, CRU, 100% ALGODÃO Nº 6 EURO FIOS	UN	800	9,95	7.960,00
3	56109 - CONE DE BARBANTE FIO CRU 100% ALGODÃO Nº 4 EURO FIOS	UN	800	9,95	7.960,00
5	56098 - LINHA PARA BORDADO 100% ALGODÃO, GAZADO E MERCERIZADO, MEADAS C/ 40 METROS MAXMOLINE CIRCULO	UN	1.100	1,10	1.210,00
8	56039 - NOVELOS DE LINHA P/ CROCHE C/ 1000 MTS CORES DIVERSAS EXCETO PRETO CIRCULO	UN	700	7,30	5.110,00
9	56105 - PANO DE COPA PARA BORDAR, KIT COM 03 PEÇA, MEDINDO NO MÍNIMO 0,45X0,70 CM 100%. HARMONIZE	UN	350	8,00	2.800,00
10	56106 - TECIDO CÂNHAMO PARA BORDADO ALEMÃO COM 1,40 CM DE LARGURA ESPESURA FINA. HARMONIZE	MT	1.000	15,90	15.900,00
12	56108 - TECIDO OXFORD 100% POLIÉSTER COM 1,40 CM DE LARGURA HARMONIZE	MT	1.000	6,20	6.200,00
17	6537 - TOALHA DE ROSTO FELPUDA, COM BARRA PARA BORDAR, COM NO MINIMO 0,50X80 CM, 100% ALGODÃO, EM CORES VARIADAS. TECELAGEM OLINDA	UN	1.000	5,45	5.450,00
					56.770,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05 – 2016 – FME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05 – 2016 – FME, PROCESSO 03/2016 FMS PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 FMS, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, MEDALHAS E TROFÉUS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ARBITRAGEM DE DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS DESTINADOS A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE, empresa VINICIUS RAUBER ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.506.715.0001-09, com sede na cidade de SANTO ÂNGELO, RS, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
5	19	41116 - Troféu com base em MDF, sobreposta outra base em MDF com espaço para classificação. 1ª base com 12mm de espessura, na 2ª base com 25mm de espessura. No corpo do troféu com 3 hastes de MDF irregulares, a maior delas com 31,3cm de altura, cores diferenciadas sobreposta a elas duas peças, uma em MDF na cor azul, com espessura de 3mm e outra em acrílico na cor vermelha vazada, com 4mm de espessura com a logomarca da Fundação Municipal de Esportes de Caçador. Totalizando 35cm de altura o troféu-STADIUM	UN	300	68,00	20.400,00
6	20	41117 - Troféu com base em MDF, sobreposta outra base em MDF com espaço para classificação. 1ª base com 12mm de espessura, na 2ª base com 25mm de espessura. No corpo do troféu com 3 hastes de MDF irregulares, a maior delas com 26,3cm de altura, cores diferenciadas sobreposta a elas duas peças, uma em MDF na cor azul, com espessura de 3mm e outra em acrílico na cor vermelha vazada, com 4mm de espessura com a logomarca da Fundação Municipal de Esportes de Caçador. Totalizando 30cm de altura o troféu-STADIUM	UN	300	60,00	18.000,00
7	21	41118 - Troféu com base em MDF, sobreposta outra base em MDF com espaço para classificação. 1ª base com 12mm de espessura, na 2ª base com 25mm de espessura. No corpo do troféu com 3 hastes de MDF irregulares, a maior delas com 21,3cm de altura, cores diferenciadas sobreposta a elas duas peças, uma em MDF na cor azul, com espessura de 3mm e outra em acrílico na cor vermelha vazada, com 4mm de espessura com a logomarca da Fundação Municipal de Esportes de Caçador. Totalizando 25cm de altura o troféu-STADIUM	UN	300	49,28	14.784,00
						R\$ 53.184

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06 - 2016 – FME

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 06 - 2016 – FME, PROCESSO 03/2016 FME PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 FME, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, MEDALHAS E TROFÉUS E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ARBITRAGEM DE DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS DESTINADOS A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE, empresa MONUMENTAL INDUSTRIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TROFÉUS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.313.167/0001-38, com sede na cidade de CHAPECÓ, SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
2	16	62459 - Medalhas em Zamac, dourada banho cataforético, com 7 cm, e 4mm de espessura, cento resinado com artes e cores (tema a ser definido) na parte da frente. No verso da medalha, gravação com a logo da Fundação Municipal de Esportes de Caçador. Acompanha fita sublimada de 80 cm de comprimento-TROFÉU SUL	UN	3.000	5,67	17.010,00
3	17	62460 - Medalhas em Zamac, prata banho cataforético, com 7 cm, e 4mm de espessura, cento resinado com artes e cores (tema a ser definido) na parte da frente. No verso da medalha, gravação com a logo da Fundação Municipal de Esportes de Caçador. Acompanha fita sublimada de 80 cm de comprimento-TROFÉU SUL	UN	3.000	5,67	17.010,00
4	18	62461 - Medalhas em Zamac, bronze banho cataforético, com 7 cm, e 4mm de espessura, cento resinado com artes e cores (tema a ser definido) na parte da frente. No verso da medalha, gravação com a logo da Fundação Municipal de Esportes de Caçador. Acompanha fita sublimada de 80 cm de comprimento-TROFÉU SUL	UN	3.000	5,67	17.010,00
						51.030,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09 - 2016 – FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09 - 2016 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO 08/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LABORATÓRIO DESTINADOS AO LABORATÓRIO MUNICIPAL, empresa BIOMARCHESINI PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 80.993.751/0001-95, com sede na cidade de Florianópolis, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
9	80	61778 - Termohigrômetro digital com temperatura externa e interna (-50°C a +70°C), função máxima e mínima, umidade interna, botão temperatura interna/externa, cabo de aproximadamente 3m, apresentar certificado de calibração. J.PROLAB	UN	3	50,00	150,00
						150,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10 - 2016 – FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10 - 2016 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO 08 – 2016 – FMS, PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LABORATÓRIO DESTINADOS AO LABORATÓRIO MUNICIPAL, empresa PRONTOLAB EQUIPAMENTOS E PRODUTOS CIENTÍFICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.214.833/0001-82, com sede na cidade de Florianópolis, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
8	79	61776 - Osmose reversa com características mínimas: -Instalação compacta. -Intertravamento total entre os sistemas de distribuição de armazenagem de água tratada e osmose reversa. - Sistema de tratamento de água por osmose reversa com no mínimo 04 estágios; -Sistema de carvão ativado para retirada de cloro e resíduos orgânicos e membrana de osmose reversa para retirada dos sais dissolvidos na água,ou seja, condutividade elétrica inferior a 1,3?S/cm e com proteção microbiológica; - Vazão: de 20 l/h a 45 l/h. - Dotada de condutivímetro digital com compensação automática de temperatura; - Bomba de alta pressão; - Leito misto polidor; - Filtro bacteriológico 0,2 micra; - Lâmpada ultravioleta; - Tensão 220 V; - Sistemas elétrico e hidráulico isolados entre si. - Apresentar certificado de calibração. PERMUTON	UN	1	8.500,00	8.500,00
						8.500,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11 - 2016 – FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11 - 2016 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO 08/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LABORATÓRIO DESTINADOS AO LABORATÓRIO MUNICIPAL, empresa LCI PRODUTOS DIAGNÓSTICOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 07.293.786/0001-21, com sede na cidade de Colombo, PR, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	1	61678 - Alça de platina 10 uL, com cabo NEWPROV	UN	2	208,75	417,50
1	2	61679 - Alça de platina 01 uL, com cabo NEWPROV	UN	2	184,49	368,98
1	3	61680 - Agulha bacteriológica de platina para semeadura e repique, com cabo NEWPROV	UN	2	171,84	343,68
1	4	61681 - Placas de Petri de vidro grandes PHOX	UN	5	11,05	55,25
1	5	61682 - Alça descartável 10 uL, estéril, pacotecom 100 unidades CRAL	PCT	30	11,13	333,90
1	6	61683 - Alça descartável 1 uL, estéril, pacote com 100 unidades CRAL	PCT	50	11,14	557,00
1	7	61684 - Swab estéril (embalados individualmente), com alça plástica, para antibiograma CRAL	UN	3.000	0,12	360,00
1	8	61685 - Tubo seco, estéril, sem anticoagulante, sem ativador de coágulo, sem gel, 4 a 5mL, com tampa CRAL	UN	3.000	0,37	1.110,00
1	9	61686 - Pinça histológica reta ponta fina ABC	UN	2	16,01	32,02
1	10	61687 - Becker 25 mL de vidro PHOX	UN	2	3,54	7,08
1	11	61688 - Becker 50 mLde vidro PHOX	UN	2	3,54	7,08
1	12	61689 - Becker 100 mLde vidro PHOX	UN	2	3,54	7,08
1	13	61690 - Proveta 50 mLde vidro PHOX	UN	2	6,23	12,46
1	14	61691 -Proveta 2.000 mLde vidro PHOX	UN	2	53,83	107,66
1	15	61692 - Pipetador tipo pera J.PROLAB	UN	10	10,48	104,80
2	16	61693 - Biplaca CLED/Mac Conkey (pacotes com 10 unidades) NEWPROV	PCT	300	22,80	6.840,00
2	17	61694 - Biplaca Ágar Sangue/Mac Conkey (pacotes com 10 unidades) NEWPROV	PCT	50	31,22	1.561,00

2	18	61695 - Ágar Sangue, placa pronta (pacotes com 10 unidades) NEWPROV	PCT	30	32,58	977,40
2	19	61697 - Ágar Chocolate, placa pronta (pacotes com 10 unidades) NEWPROV	PCT	10	32,58	325,80
2	20	61698 - Ágar SS- Salmonella Shigella, placa pronta (pacotes com 5 unidades) NEWPROV	PCT	12	16,28	195,36
2	21	61699 - Ágar Mueller Hinton, placas prontas grandes (pacotes com 10 unidades) NEWPROV	PCT	400	43,44	17.376,00
2	22	61700 - Ágar Mueller Hinton, placas prontaspequenas (pacotes com 10 unidades) NEWPROV	PCT	100	21,72	2.172,00
3	23	61701 - Kit de provas bioquímicas Bactray I (cx com 10 testes)	CX	120	99,33	11.919,60
3	24	61702 - Kit de provas bioquímicas Bactray II CX com 10 testes	CX	120	99,33	11.919,60
3	25	61703 - Kit de provas bioquímicas Bactray III CX com 10 testes LABORCLIN	CX	100	99,33	9.933,00
3	26	61704 - Tiras de Oxidase CX com 10 tiras NEWPROV	CX	50	17,11	855,50
3	27	61705 - Coagu-plasma, plasma de coelho liofilizado para prova de coagulase CX com 5 unidades NEWPROV	CX	100	10,85	1.085,00
3	28	61706 - Bile esculina CX com 10 frascos NEWPROV	CX	50	21,75	1.087,50
3	29	61707 - Caldo MTS CX com 10 frascos NEWPROV	CX	50	21,75	1.087,50
3	30	61708 - Meio de transporte Cary Blair CRAL	UN	60	1,32	79,20
3	31	61709 - Caldo GN NEWPROV	UN	60	2,18	130,80
3	32	61710 - Discos de Optoquina (Frasco com 25 discos) CECON	FR	10	11,48	114,80
3	33	61711 - Discos de Bacitracina (Frascos com 25 discos) CECON	FR	10	11,48	114,80
3	34	61712 - Discos de Novobiocina (Frascos com 25 discos) CECON	FR	10	11,48	114,80
3	35	61713 Discos de ácido nalidíxico para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	60	7,71	462,60
3	36	61714 - Discos de ampicilina para antibiograma (Frasco com 50 discos) CECON	FR	60	7,71	462,60
3	37	61715 - Discos de amicacina para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	60	7,71	462,60
3	38	61716 - Discos de amipicilina+sulbactam para antibiograma (Frascos com 50dis- cos) CECON	FR	60	7,71	462,60
3	39	61717 - Discos de amoxicilina+clavulanato para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	60	7,71	462,60
3	40	61718 - Discos de aztreonam para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	60	7,71	462,60
3	41	61719 - Discos de cefalotina para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	30	7,71	231,30
3	42	61720 - Discos de cefuroxima para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	60	7,71	462,60
3	43	61721 - Discos de cefazolina para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	30	7,71	231,30
3	44	61722 - Discos de cefepime para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	20	7,71	154,20
3	45	61723 -Discos de ceftriaxona para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	60	7,71	462,60
3	46	61724 - Discos de cefoxitina para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	30	7,71	231,30
3	47	61725 - Discos de ceftazidima para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	30	7,71	231,30
3	48	61726 - Discos de ciprofloxacina para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	60	7,71	462,60
3	49	61728 - Discos de cloranfenicol para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	60	7,71	462,60

3	50	61729 - Discos de gentamicina para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	60	7,71	462,60
3	51	61733 - Discos de imipenem para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	30	9,64	289,20
3	52	61735 - Discos de meropenem para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	60	9,64	578,40
3	53	61736 - Discos de levofloxacina para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	60	7,71	462,60
3	54	61737 - Discos de norfloxacina para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	60	7,71	462,60
3	55	61739 - Discos de nitrofurantoína para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	60	7,71	462,60
3	56	61740 - Discos de piperaciclina+tazobactam para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	30	7,71	231,30
3	57	61742 - Discos de tetraciclina para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	20	7,71	154,20
3	58	61744 - Discos de tobramicina para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	10	7,71	77,10
3	59	61746 - Discos de sulfazotrim para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	60	7,71	462,60
3	60	61747 - Discos de azitromicina para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	20	7,71	154,20
3	61	61749 - Discos de clindamicina para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	20	7,71	154,20
3	62	61750 - Discos de eritromicina para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	20	7,71	154,20
3	63	61752 - Discos de oxaciclina para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	20	7,71	154,20
3	64	61753 - Discos de penicilina para antibiograma (Frascos com 50 discos) SURGIDABLE	FR	20	7,71	154,20
3	65	61754 - Discos de rifampicina para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	20	7,71	154,20
3	66	61755 - Discos de vancomicina para antibiograma (Frascos com 50 discos) CECON	FR	20	7,71	154,20
TO-TAL						82.142,15

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12 - 2016 – FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12 - 2016 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO 08/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE LABORATÓRIO DESTINADOS AO LABORATÓRIO MUNICIPAL, empresa ACL ASSISTÊNCIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 22.627.453/0001-85, com sede na cidade de Maringá, PR, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Lote	Item	Material/Serviço	U.M	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
4	67	61756 - Cepa liofilizada Staphylococcus aureus LABORCLIN	FR	5	53,48	267,40
4	68	61762 - Cepa liofilizada Escherichia coli LABORCLIN	FR	5	53,48	267,40
4	69	61758 - Controle biológico para Autoclave (Bacillus Stearothermophyllus): LABORCLIN	CX	2	66,00	132,00
5	70	61759 - Alfa-naftol (frascos com 10mL) LABORCLIN	FR	100	7,53	753,00
5	71	61764 - Kovacs (Frascos com 10ml) LABORCLIN	FR	100	15,66	1.566,00
5	72	61766 - Cloreto férrico (frascos com 100 mL) NEWPROV	FR	10	18,90	189,00
5	73	61767 - Óleo mineral estéril (frascos com 100 mL) NEWPROV	FR	20	12,05	241,00
5	74	61769 - Peróxido de hidrogênio 10 V (para prova da catalase) (100 frascos com 10 mL) LABORCLIN	FR	100	4,45	445,00
5	75	61770 - Hidróxido de potássio (10 frascos com 100 mL) NEWPROV	FR	10	13,60	136,00

7	77	61773 - Cartucho plástico termorresistente destinado a conter materiais para esterilização por autoclave a 121°C, 15 ou 20 litros (pacotes com 20 un) CRAL	PCT	100	13,58	1.358,00
7	78	61775 - Cartucho plástico termorresistente destinado a conter materiais para esterilização por autoclave a 121°C, 60 litros (pacotes com 10 un) CRAL	PCT	100	13,65	1.365,00
11	82	61780 - Estufa de esterilização e secagem, com painel digital de controle de temperatura, de aproximadamente 80 litros. Estrutura externa com chapa de aço com pintura eletrostática. Acompanha pelo menos uma prateleira interna, móvel, removível e chapa perfurada. Temperatura regulável de 50°C a 200°C. Voltagem: 220 V. DE LEO	UN	1	3.267,00	3.267,00
11	83	61782 - Estufa de esterilização e secagem, com painel digital de controle de temperatura, de aproximadamente 40 litros. Estrutura externa com chapa de aço com pintura eletrostática. Acompanha pelo menos uma prateleira interna, móvel, removível e chapa perfurada. Temperatura variável de 50°C a 200°C. Voltagem 220 V. DE LEO	UN	1	2.923,80	2.923,80
11	84	61784 - Estufa Microprocessada de Cultura e Bacteriologia, estrutura externa com chapa de aço com tratamento anticorrosivo. Isolamento térmico em lã de vidro em todas as paredes. Tamanho de aproximadamente 40 litros. Temperatura ajustável em painel digital, com faixa de trabalho de 10°C a 60 °C. Visualização da parte interna da câmara na própria porta, através de vidro temperado, ou com porta interna de vidro, que evite a perda de calor e a estabilidade térmica. Acompanha 1 prateleira interna, móvel e removível em chapa de aço perfurado. Saída de fluxo de ar superior com orifício central para acomodação de termômetro. Manual de instruções. Voltagem: 220 V DE LEO	UN	1	2.890,80	2.890,80
TOTAL						15.801,40

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19 – 2016 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 19 – 2016 – PREFEITURA, PROCESSO 40/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DESTINADOS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, Empresa PAVSUL ASFALTOS E PAVIMENTAÇÕES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 18.375.607/0001-11, com sede na cidade de Tubarão, SC O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	61843 - MASSA ASFÁLTICA usinada a quente com temperatura 120°C, preparada com agregados de petróleo CAP-50/70 com teor de betume em aproximadamente 6%, modificado por polímetro e processo de mistura, não amulsionado que passa 100% na peneira 3/8, com granulométrica fina, específica para grandes e pequenos buracos, sendo ativado por exclusivo retardador de cura, acondicionados em sacos de ráfias de 25kg e com validade de 12 meses para estocagem. PAVSUL	TON	40	920,00	36.800,00
TOTAL					36.800,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20 – 2016 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 20 – 2016 – PREFEITURA, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 41/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2016, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL TIPO S10 E ÓLEO DIESEL COMUM, DESTINADOS AOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, SAFRA DIESEL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 76.578.202/0001-87, com sede na cidade de Chapecó/SC, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
11/05/2016	1	41085 - Óleo Diesel comum. Petrobrás	LT	240.000	2,58	619.200,00
11/05/2016	2	36289 - Óleo Diesel S-10 Petrobrás	LT	500.000	2,60	1.300.000,00
Total						1.919.200,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22 - 2016 – PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22 - 2016 – PREFEITURA, PROCESSO 50/2016, PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2016, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DE XISTO DESTINADO A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, empresa ASFALTOS NORDESTE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 01.791.741/0002-81, com sede na cidade de ARAUCÁRIA, PR, O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	41200 - ÓLEO DE XISTO PETROSIX	TON	400	2.700,00	1.080.000,00

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04 – 2016 – FMAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº04 – 2016 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO 01/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016 – FMAS, REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE AVIAMENTOS PARA GRUPO DE MULHERES, empresa ROBERTO MISTURA- ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.292.359/0001-33, com sede na cidade de QUATAMBU, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
6	6536 -LINHA PARA CROCHÊ ARTESANATO E VESTUÁRIO PARA BORDADO ALE-MÃO 100% ACRÍLICO COM 500 MTS E PESO LIQUIDO 100 GRAMAS. SAO FRANCISCO	UN	600	6,45	3.870,00
7	56114 - Novelos de lã de 40 gramas, cores variadas TEXIN (CRIL)	UN	10.000	2,49	24.900,00
11	6529 - TECIDO LONDRINA PARA BORDAR COM NO MINIMO 1,40 M DE LARGURA	MT	1.000	9,90	9.900,00
13	56095 - TECIDO XADREZ DE ALGODÃO PARA BORDAR C 1,40 DE LARGURA ROBERTO MISTURA	MT	1.000	16,15	16.150,00
14	56117 - Tinta para tecido em cores variadas - ACRILEX	UN	4.000	1,78	7.120,00
15	6498 - TOALHA DE BANHO C/ BARRA P/ BORDAR, FELPUDA COM NO MINIMO 0,70 X 1,40 CM, 100% ALGODÃO EM CORES VARIADAS - GROH	UN	1.100	11,85	13.035,00
16	56104 - Toalha de copa para bordar, kit com 03 peças, medindo no mínimo 0,80x0,80 cm 100% algodão	UN	1.100	14,40	15.840,00
18	56119 -Toalha para lavabo c/barra p/bordar 100% algodão, felpuda com no mínimo 0,33 x 0,50 cores variadas.	UN	1.000	1,69	1.690,00
TOTAL					92505,00

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 21 – 2016 – PREFEITURA

ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 21 – 2016 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016, REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE GASOLINA COMUM, ÁLCOOL, ÓLEO DIESEL E ARLA 32, empresa STANG E STANG LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 08.033.253/0015-79, com sede na cidade de Caçador, SC, O prazo de validade de registro de preços será de 12 (doze) meses oficiais, conforme as seguintes especificações e preços unitários:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	41094 - Gasolina comum. - ESTANG	L	310.000	3,549	1.100.190,00
2	41135 - Álcool (etanol) combustível. -ESTANG	L	20.000	3,079	61.580,00
3	41085 - Óleo diesel comum. - ESTANG	L	150.000	2,759	413.850,00
4	41136 - Óleo Diesel, tipo S-10 para motores com tecnologia euro V. - ESTANG	L	100.000	2,859	285.900,00
5	41137 - Agente redutor líquido nox. (Óxido de nitrogênio) tipo arla 32, para veículos automotores a diesel, classificados como pesado e semi-pesados.(balde com 20 litros cada) - ARLA MAX	BL	400	56,00	22.400,00
6	41138 - Gasolina comum. Atendimento 24 horas inclusive sábados domingos e feriados. (Saúde)-ESTANG	L	200.000	3,549	709.800,00
7	41139 - Álcool (etanol) combustível. Atendimento 24 horas inclusive sábados domingos e feriados. (Saúde) ESTANG	L	20.000	3,079	61.580,00
8	41140 - Óleo diesel comum. Atendimento 24 horas inclusive sábados domingos e feriados. (Saúde) - ESTANG	L	100.000	2,759	275.900,00
9	37658 - Óleo diesel tipo S-10 para motores com tecnologia Euro V. fornecimento em Posto com atendimento 24 horas inclusive sábados, domingos e feriados. (SAÚDE) ESTANG	LT	50.000	2,859	142.950,00
TOTAL					3.074.150,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07 – 2016 – FUNDEMA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07 – 2016 – FUNDEMA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015 – CREDENCIAMENTO Nº 01/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CLÍNICOS VETERINÁRIOS, PARA ATENDER ANIMAIS VÍTIMAS DE MAUS TRATOS E ANIMAIS DE RUA EM SOFRIMENTO, CONTRATADA: PET SHOP E CLÍNICA VETERINÁRIA CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 10.651.108/0001-06, com sede na cidade de Caçador/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, sendo:

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
17/05/2016	1	61526 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CLINICOS VETERINÁRIOS PARA ATENDER ANIMAIS VÍTIMAS DE MAUS TRATOS E ANIMAIS DE RUA EM SOFRIMENTO	RS	1	12.280,83	12.280,83
Total						12.280,83

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08 – 2016 – FUNDEMA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08 – 2016 – FUNDEMA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015 – CREDENCIAMENTO Nº 01/2015, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CLÍNICOS VETERINÁRIOS, PARA ATENDER ANIMAIS VÍTIMAS DE MAUS TRATOS E ANIMAIS DE RUA EM SOFRIMENTO, CONTRATADA: CENTRO CLINICO VETERINÁRIO UNIDADE ANIMAL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 21.476.671/0001-01, com sede na cidade de Caçador/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, sendo:

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
17/05/2016	2	62540- PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CLINICOS VETERINÁRIOS PARA ATENDER ANIMAIS VÍTIMAS DE MAUS TRATOS E ANIMAIS DE RUA EM SOFRIMENTO	RS	1	12.280,83	12.280,83
Total						12.280,83

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014 - 2016 – FMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014 - 2016 – FMS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2016, AQUISIÇÃO DE CÂMARA VERTICAL DESENVOLVIDA ESPECIFICAMENTE PARA ARMAZENAMENTO E CONSERVAÇÃO DE VACINAS, DESTINADA AO SETOR DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONTRATADA: INDREL – INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINIENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 78.589.504/0001-86, com sede na cidade de Londrina/PR, O presente Contrato tem o prazo de vigência pelo período de 12 meses, sendo a contratação estimada para o período de 12 meses, conforme segue:

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
30/05/2016	1	62484 - CÂMARA VERTICAL	UND	3	12.333,33333	37.000,00
Total						37.000,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02 - 2016 – FMAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 02 - 2016 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2016 - INEXIGIBILIDADE Nº 01/2016 FMAS, AQUISIÇÃO DE CRÉDITO PARA VALE TRANSPORTE DESTINADO AOS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS CRAS E CREAS. CONTRATADA: A AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/ SC, O preço total da aquisição é de R\$ 25.000,80 (vinte e cinco mil e oitenta centavos, O presente contrato tem prazo de 12 meses.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03 – 2016 – FMAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03 – 2016 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016 FMAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016, CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORES DE CURSOS DE ARTESANATO (TRICÔ, CROCHE, PINTURA EM TECIDO E BORDADO A MÃO) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ATENÇÃO A MULHER, CONTRATADA: ELIANE TERESINHA FRANÇA, brasileira, casada, autônoma, inscrita no CPF sob o nº 770.413.059-53, residente e domiciliada na Rua Blumenau, nº 297, apto 02, centro, Caçador/SC. O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses, sendo:

Data Adju-dicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
30/05/2016	1	62498 - INSTRUTOR DE ARTESANATO - TRICO E CROCHE	MES	12	1.190,00	14.280,00
Total						14.280,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04 – 2016 – FMAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04 – 2016 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016 FMAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016, CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORES DE CURSOS DE ARTESANATO (TRICÔ, CROCHE, PINTURA EM TECIDO E BORDADO A MÃO) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ATENÇÃO A MULHER, CONTRATADA: ELIANE TERESINHA FRANÇA, brasileira, casada, autônoma, inscrita no CPF sob o nº 770.413.059-53, residente e domiciliada na Rua Blumenau, nº 297, apto 02, centro, Caçador/SC. O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses, sendo:

Data Adju- dicação	Item	Material/Serviço	Unid. me- dida	Quantidade	Valor unitá- rio (R\$)	Valor total (R\$)
30/05/2016	1	62498 - INSTRUTOR DE ARTESANATO - TRICO E CROCHE	MES	12	1.190,00	14.280,00
Total						14.280,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05 – 2016 – FMAS

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 05 – 2016 – FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2016 FMAS - PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016, CONTRATAÇÃO DE INSTRUTORES DE CURSOS DE ARTESANATO (TRICÔ, CROCHE, PINTURA EM TECIDO E BORDADO A MÃO) DESTINADOS AO PROGRAMA DE ATENÇÃO A MULHER, CONTRATADA: MARIBEL VALENTINI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o nº 401.101.849-04, residente e domiciliada na Rua Thomaz Gonçalves Padilha, nº 320, bairro Bom Jesus, Caçador/SC. O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses sendo:

Data Adju- dicação	Item	Material/Serviço	Unid. me- dida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
30/05/2016	3	62497 - INSTRUTOR DE ARTESANATO - PINTURA EM TECIDO	MES	12	1.190,00	14.280,00
Total						14.280,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31-2016 - PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 31-2016 - PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO 21/2016- PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA TRANSPORTE DE ALUNOS ATÉ A SEDE DO SESC-LER NO BAIRRO BERGER, CONTRATADA: AUTO COLETIVO CAÇADOR LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 83.060.327/0001-86, com sede na Rua Capitulino de Moraes, nº 110, nesta cidade de Caçador/ SC, O presente contrato tem prazo de 12 (doze) meses, sendo:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	Transporte com veículo do tipo ônibus com 42 lugares, para transportar alunos do SESC – Ler localizado no Bairro Berger, no período vespertino (com início às 13h30min e retorno às 17h00min) de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados, durante período letivo, com o seguinte itinerário: saída às 13:30min em frente Escola Maria Luiza Barbosa, passando pelas Escolas, CAIC, Escola Ulisses Guimarães no mutirão, Escola Esperança, Vila Santa Terezinha, até o SESC; retorno com saída em frente ao SESC (às 17:00 hs), passando pela Vila Santa Terezinha, Escola Esperança, Escola Ulisses Guimarães no mutirão, Escola do CAIC e Escola Maria Luiza Barbosa. Somente serão transportados alunos devidamente matriculados e frequentando o SESC-Ler	MES	12	4.000,00	48.000,00
2	Transporte com veículo do tipo ônibus com 42 lugares, para transportar alunos do SESC – Ler localizado no Bairro Berger, no período noturno (com início às 19h00min e retorno às 21h30min) de segunda a sexta-feira, exceto nos feriados, durante período letivo, com o seguinte itinerário: saída às 18:30min em frente Escola Maria Luiza Barbosa, passando pelas Escolas, CAIC, Escola Ulisses Guimarães no mutirão, Escola Esperança, Vila Santa Terezinha, até o SESC; retorno com saída em frente ao SESC (às 21:30min), passando pela Vila Santa Terezinha, Escola Esperança, Escola Ulisses Guimarães no mutirão, Escola do CAIC e Escola Maria Luiza Barbosa. Somente serão transportados alunos devidamente matriculados e frequentando o SESC-Ler.	MES	12	4.000,00	48.000,00
VALOR TOTAL					96.000,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32 – 2016 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 32 – 2016 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO 43/2016- TOMADA DE PREÇOS Nº 06/2016, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DESMONTE DE ROCHA – ESCAVAÇÃO DE MATERIAL EM 3ª CATEGORIA NA RUA MARCOS GONÇALVES CORDEIRO, CONTRATADA: MINEROCHA CATARINENSE LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.720.984/0001-00, com sede na cidade de .Caçador/SC, O preço certo e ajustado entre as partes para a totalidade do presente Contrato é de R\$ 62.814,66 (sessenta e dois mil, oitocentos e quatorze reais e sessenta e seis centavos, O presente Contrato tem o prazo de validade de 60 (sessenta) dias

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34 – 2016 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 34 – 2016 – PREFEITURA, PROCESSO LICITATÓRIO 49/2016 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016, AQUISIÇÃO DE CAMISETAS PARA OS PROJETOS PROERD E PDDE MAIS EDUCAÇÃO, CONTRATADA: SUPERA UNIFORMES IND. E COM. TEXTIL LTDA -EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.112.475/0001-34, com sede na cidade de Caçador, SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, iniciando com a assinatura e findando em 24 de maio de 2017, conforme segue:

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
24/05/2016	1	CAMISETAS CONFECCIONADAS EM MALHA PV (67% POLIESTER E 33% VISCOSE), COM ESTAMPA FRENTE E COSTA	UN	1.500	12,00	18.000,00
Total						18.000,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35 – 2016 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35 – 2016 – PREFEITURA, AQUISIÇÃO DE INGRESSOS PARA JORNADA DA EDUCAÇÃO DA UNIARP, OBJETIVANDO A CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 54/2016 - INEXIGIBILIDADE Nº 05/2016, CONTRATADA: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE - FUNIARP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 82.798.828/0001-00, com sede na Rua Victor Baptista Adami, nº 800, Bairro Centro, nesta cidade de Caçador/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência para o exercício de 2016, iniciando com a assinatura do mesmo findando em 31 de dezembro de 2016, conforme segue;

Data Adjudicação	Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
23/05/2016	1	41245 - AQUISIÇÃO DE INGRESSOS PARA A JORNADA DA EDUCAÇÃO DA UNIARP - PRIMEIRA ETAPA. PALESTRAS DE FORMAÇÃO AQUISIÇÃO DE INGRESSOS PARA A JORNADA DA EDUCAÇÃO DA UNIARP, OBJETIVANDO A CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.	R\$	700	72,55	50.785,00
23/05/2016	2	62553 - AQUISIÇÃO DE INGRESSOS PARA JORNADA DA EDUCAÇÃO DA UNIARP, SEGUNDA ETAPA - OFICINAS PEDAGOGICAS	UN	700	72,55	50.785,00
Total						101.570,00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº33 – 2016 – PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº33 – 2016 – PREFEITURA, PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016, PROCESSO LICITATÓRIO 46/2016, AQUISIÇÃO DE MANGUEIRAS HIDRÁULICAS E TERMINAIS PARA MANUTENÇÃO DAS MÁQUINAS E VEÍCULOS DA INFRAESTRUTURA, CONTRATADA: CASA DAS VEDAÇÕES COMÉRCIO DE VEDAÇÕES DE BORRACHAS LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 82.980.632/0001-23, com sede na cidade de .Caçador/SC, O presente Contrato tem o prazo de vigência pelo período de 12 (doze) meses, conforme segue:

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	62469 - Mangueira hidráulica R-2 ¾" com 1,6 mt e terminais FG90° JIC 12-12 – Marca: ALFA	UN	50	100,00	5.000,00
2	62470 - Mangueira hidráulica R-2 ½" com 2,6 mt e 2 terminais FG reto JIC 10-08 – Marca: ALFA	UN	75	82,00	6.150,00
3	62471 - Mangueira hidráulica R-2 ¼" com 0,90 mt e 2 terminais FG boleado BSP 04-04 – Marca: ALFA	UN	50	26,60	1.330,00
4	62472 - Mangueira hidráulica R-2 3/8" com 1,20 mt e 2 terminais FG90°JIC 08-06 – Marca: ALFA	UN	60	51,60	3.096,00
5	62473 - Mangueira hidráulica R-2 5/8" com 1,40 mt e 2 terminais FG ORFS reto 10-10 e FG90° ORFS 10-10 – Marca: ALFA	UN	60	83,00	4.980,00
6	62474 - Mangueira hidráulica R-2 1" com 1,20 mt e 2 terminais FG JIC reto 16-16 e FG 90° JIC 16-16 – Marca: ALFA	UN	50	139,00	6.950,00
7	62475 - Mangueira hidráulica R-12 5/8" com 1,20 mt e 2 terminais 555-24-10 MF Komatsu 24-10 e 810-24-10 FG JIC milimétrica 21-10 – Marca: ALFA	UN	50	133,00	6.650,00
TOTAL					34.156,00

ERRATA - PR 09/2016 - FMS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ERRATA – ALTERAÇÃO DE DESCRIÇÃO DO OBJETO E DATA DE ABERTURA

EDITAL: Processo Licitatório nº 13/2016 – Pregão Presencial nº 09/2016 - FMS

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS À UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24 HORAS DE CAÇADOR/SC

A descrição do item nº 11 do Edital de Pregão Presencial 09/2016-FMS fica alterado conforme segue abaixo:

ITEM	QTDE	UNIDADES	Descrição
11	02	Unidades	Ventilador/Respirador portátil microprocessador, com tela gráfica mínimo de 5", volumétrico e pressométrico para emergência e transporte; aplicação: Transporte Intra/Extra hospitalar e atendimento de emergência; pacientes: Adultos, Pediátricos e neonatais; modalidades mínimas: VCV (assistido/controlado), PCV (assistido/controlado), PSV, CPAP, SIMV, Fluxo contínuo, controles diretos para Volume Corrente, Frequência e Sensibilidade Assistida; alarmes de pressão inspiratória alta e baixa, volume tidal máximo e mínimo, PEEP, bateria fraca e rede de gases; com pelo menos gráfico de pressão por tempo; misturador de ar ambiente, que permite ajuste da FIO2; leitor de fluxo inspiratório integrado ao equipamento; circuito paciente simples, de fácil montagem, limpeza e esterilização; - Sistema de fixação específico para uso em Ambulâncias e Unidades Móveis de Resgate, inclusive aéreo com compensação da altitude; tecla Stand By que interrompe as funções do ventilador; botão de ciclo manual, que determina o início do ciclo respiratório; silenciador de alarme por 60 segundos; controle de PEEP eletrônico. Equipamento com peso inferior a 5kg . Bateria interna recarregável com duração mínima de 120 minutos. Acessórios: Circuito paciente adulto, pediátrico esterilizável, válvula de exalação, cabo de alimentação. Deve possuir registro na ANVISA e Certificado de Boas Práticas de Fabricação.

A abertura passa ser para o dia 17 de junho de 2016 às 14:10min.

Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do email: licitacaopmc@cacador.sc.gov.br, telefone: (049) 3666.2432 ou pelo site www.cacador.sc.gov.br das 13:00 às 19:00 horas.

Caçador, 06 de junho de 2016.

Roselaine de Almeida Périco

Secretária Municipal de Saúde

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

PORTARIA N.º 916, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA n.º 916, de 06 de junho de 2016.

Prorrogar o prazo das inscrições para eleições do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC.

A DIRETORA PRESIDENTE e a DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador – IPASC, no uso de suas atribuições legais e na conformidade dos art. 91 e 92 da Lei Complementar n.º 291, de 29 de abril de 2016,

RESOLVEM:

Art. 1º Prorrogar até o dia 10 de junho de 2016, as inscrições para os interessados em participar das eleições do Conselho Administrativo e Conselho Fiscal do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, 06 de junho de 2016.

Fernanda Fiorelli – DIRETORA PRESIDENTE.

Édina Carla Bressan – DIRETORA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA.

Camboriú

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL Nº 058/2016 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 058/2016 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 044/2016 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PINTURA DE CICLOVIA EM DIVERSAS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 06/06/2017

1ª Publicação.

PR 065/2016 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 065/2016- PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA A CELA DA DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Inicialá às 13:00 horas do dia 21 (Vinte e Um) de Junho de 2016, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 06 de junho de 2016.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

RESUMO CONTRATO MÊS 5/2016

RESUMO DE CONTRATO

FMS

Contrato nº 024/2016

Processo: Carta Convite Nº. 004/2016

Contratado: IMBRANET INTERNET E INFORMÁTICA LTDA – ME

Data: 09/05/2016

Prazo: 08 (meses) de execução e 09 (nove) para pagamento da

última nota fiscal

Valor: R\$ 51.960,00 (Cinquenta e um mil novecentos e sessenta reais).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE INTERNET PARA PRESTAR SERVIÇOS MENSAIS DE ACESSO COM 01 (UM) ENDEREÇO IP FIXO POR PONTO, MONITORAMENTO ON-LINE DO TRÁFEGO, SUPORTE TÉCNICO 24 HORAS E PROVI-
MENTO DE BANDA DE INTERNET NAS UNIDADES DE SAÚDE BEM COMO DEMAIS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrato nº 025/2016

Processo: Edital de Chamamento Público de Credenciamento nº 003/2016

Contratado: COOPERATIVA DE ESPECIALIDADES MEDICAS DE TRABALHO DE SANTA CATARINA

Data: 19/05/2016

Prazo: 31/12/2016

Valor: R\$ 540.000,00 (Quinhentos e quarenta mil reais).

Objeto: Credenciamento e possível contratação de entidades privadas, pessoas jurídicas, prestadoras de serviços de saúde, com ou sem fins lucrativos, de acordo com os Grupos da Tabela do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, no Grupo 03 – Procedimentos Clínicos – Sub Grupo 01 – Consultas/ Atendimentos/Acompanhamentos – Forma de Organização – Consultas Médicas/Outros Profissionais de Nível Superior – Consultas Médicas em Atenção Especializada e no Grupo 04- Procedimentos cirúrgicos, todos de caráter ambulatorial, constantes no Anexo I deste edital.

Contrato nº 026/2016

Processo: Edital de Chamamento Público de Credenciamento nº 003/2016

Contratado: J L SERVIÇOS MÉDICOS LTDA

Data: 19/05/2016

Prazo: 31/12/2016

Valor: R\$ 96.000,00 (Noventa e seis mil reais).

Objeto: Credenciamento e possível contratação de entidades privadas, pessoas jurídicas, prestadoras de serviços de saúde, com ou sem fins lucrativos, de acordo com os Grupos da Tabela do SIGTAP - Sistema de Gerenciamento da Tabela de Procedimentos, Medicamentos e OPM do SUS, no Grupo 03 – Procedimentos Clínicos – Sub Grupo 01 – Consultas/ Atendimentos/Acompanhamentos – Forma de Organização – Consultas Médicas/Outros Profissionais de Nível Superior – Consultas Médicas em Atenção Especializada e no Grupo 04- Procedimentos cirúrgicos, todos de caráter ambulatorial, constantes no Anexo I deste edital.

Contrato nº 027/2016

Processo: Pregão Presencial Nº 016/2016

Contratado: CELSO RICARDO DE OLIVEIRA EIRELI - EPP

Data: 30/05/2016

Prazo: 31/12/2016

Valor: R\$ 52.497,00 (Cinquenta e dois mil quatrocentos e noventa e sete reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PÁTIOS E JARDINS DE 18 UNIDADES DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

FUCAM

Contrato nº 002/2016

Processo: Dispensa de Licitação nº. 001/2016

Locador: Sr. VALMIR GARDINI
Data: 11/05/2016
Prazo: 08 (meses)
Valor: R\$ 18.400,00 (Dezoito mil e quatrocentos reais).
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PELO PERÍODO DE 08 (OITO) MESES PARA ABRIGAR A SEDE PELA FUNDAÇÃO CAMBORIUNENSE DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - FUCAM SITUADO NA RUA PRESIDENTE COSTA E SILVA, Nº 30 NO CENTRO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

FME

Contrato nº 031/2016
Processo: Pregão Presencial Nº 017/2016-
Contratado: MAURO FONSECA - ME
Data: 12/05/2016
Prazo: 31/12/2016
Valor: R\$ 7.846,00 (Sete mil oitocentos e quarenta e seis reais)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS, APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA EQUIPAR O CENTRO EDUCACIONAL ODETE RAMOS POLTRONIERI NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 032/2016
Processo: Pregão Presencial Nº 017/2016-
Contratado: ADL COMERCIAL EIRELI - EPP
Data: 12/05/2016
Prazo: 31/12/2016
Valor: R\$ 1.932,00 (Hum mil novecentos e trinta e dois reais)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS, APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA EQUIPAR O CENTRO EDUCACIONAL ODETE RAMOS POLTRONIERI NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 033/2016
Processo: Pregão Presencial Nº 017/2016-
Contratado: TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERACAO - EIRELI - EPP
Data: 12/05/2016
Prazo: 31/12/2016
Valor: R\$ 12.370,00 (Doze mil trezentos e setenta reais)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS, APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA EQUIPAR O CENTRO EDUCACIONAL ODETE RAMOS POLTRONIERI NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 034/2016
Processo: Pregão Presencial Nº 017/2016-
Contratado: DÔMPEL INF. E EQUIP. P/ ESCRITÓRIO LTDA
Data: 12/05/2016
Prazo: 31/12/2016
Valor: R\$ 41.350,00 (Quarenta e um mil trezentos e cinquenta reais)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS, APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA EQUIPAR O CENTRO EDUCACIONAL ODETE RAMOS POLTRONIERI NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 035/2016
Processo: Pregão Presencial Nº 017/2016-
Contratado: NELITA GOMES FARIAS EPP
Data: 12/05/2016
Prazo: 31/12/2016
Valor: R\$ 3.199,00 (Três mil cento e noventa e nove reais)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS, APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA EQUIPAR O CENTRO EDUCACIONAL ODETE RAMOS POLTRONIERI NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 036/2016
Processo: Pregão Presencial Nº 017/2016-
Contratado: MICANTO MOVEIS SOB MEDIDA LTDA. - EPP
Data: 12/05/2016
Prazo: 31/12/2016
Valor: R\$ 5.907,65 (Cinco mil novecentos e sete reais e sessenta e cinco centavos)
Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, EQUIPAMENTOS, APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS PARA EQUIPAR O CENTRO EDUCACIONAL ODETE RAMOS POLTRONIERI NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 037/2016
Processo: Pregão Presencial Nº 018/2016
Contratado: POWER IMPORTS IMPORTADORA DE VEICULOS LTDA
Data: 17/05/2016
Prazo: 90 (noventa) dias
Valor: R\$ 77.900,00 (Setenta e sete mil e novecentos reais)
Objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO ZERO KM PARA UTILIZAÇÃO PELA EQUIPE DE MANUTENÇÃO DA SECRETARIA

Contrato nº 038/2016
Processo: Tomada de Preço nº. 004/2016
Contratado: EXITO CONSTRUÇOES CIVIS LTDA - EPP
Data: 25/05/2016
Prazo: 04 (quatro) meses de execução e 06 (seis) meses de contrato
Valor: R\$ 219.714,84 (Duzentos e dezenove mil setecentos e catorze reais e oitenta e quatro centavos)
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE UMA QUADRA DE ESPORTES NO G.E.M. PROFº JOAQUIM MAGALHÃES, ÁREA COBERTA DE 473 M2, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO.

ADITIVOS

FME

Segundo Termo aditivo ao
Contrato: 017/2015
Processo: Concorrência Pública nº. 001/2015
Contratado: EXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA EPP
Data: 04/05/2016
Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 50.862,29 (Cinquenta mil oitocentos e sessenta e dois reais e vinte e nove centavos), que se faz necessário em função de alterações/adequações de origem de ordem técnica. Faz-se necessário a contratação de serviços adicionais, conforme justificativa apresentada pela arquiteta da Secretaria de Educação, cronograma, planilha e seus anexos.

Sétimo Termo aditivo ao
Contrato: 069/2013
Processo: Concorrência Pública nº. 001/2013
Contratado: AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA
Data: 06/05/2016
Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual/execução da obra por mais 60 dias, ou seja, de 12 de maio de 2016 até 10 de julho de 2016, para finalização da obra, conforme justificativa apresentada pela empresa e Secretaria de Educação.

FMS

Terceiro Termo aditivo ao
Contrato: 081/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 026/2014
Contratado: LABORATÓRIO PROTESE & ARTE LTDA ME
Data: 06/05/2016

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual por mais 06 meses, ou seja, de 02 de julho de 2016 até 1º de janeiro de 2017 e o valor contratual em R\$ 33.532,50 (Trinta e três mil quinhentos e trinta e dois reais e cinquenta centavos), tendo em vista a necessidade da continuação do serviço prestado, conforme solicitação da Secretaria de Saúde.

PMC

Quarto Termo aditivo ao
Contrato: 057/2013
Processo: Concorrência Pública nº. 01/2013
Concessionária: CONSULCON ESTACIONAMENTO LTDA – EPP
Data: 17/05/2016

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade as partes resolvem reajustar os valores constantes na cláusula décima, 10.1, "a" e "b" do contrato administrativo, em 9,27831% conforme IPCA, tendo em vista que este é o índice oficial aplicado pelo Município em seus contratos e tributos. Esse reajuste passa a valer a partir de 28 de maio de 2016, visto que nesta data atinge-se o acumulado dos últimos 12 meses mencionado acima. Assim, o valor constante na alínea "a" passa de R\$ 113,00 (Cento e treze reais) para R\$ 123,48 (Cento e vinte e três reais e quarenta e oito centavos) e da alínea "b" de R\$ 18,59 (Dezoito reais e cinquenta e nove centavos) passa para R\$ 20,31 (Vinte reais e trinta e um centavos), conforme solicitação da empresa e parecer jurídico.

Segundo Termo aditivo ao
Contrato: 063/2014
Processo: Pregão Presencial Nº 046/2014
Concessionária: SCPLAN TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA
Data: 25/05/2016

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade de continuidade dos serviços especializados para sistema exclusivamente em ambiente web de gestão de convênios, que atenda as especificações técnicas, as partes resolvem aditar o prazo contratual em 08 (oito) meses, vigorando de 26 de maio de 2016 a 25 de janeiro de 2017, e o valor contratual no correspondente a R\$ 6.800,00 (Seis mil e oitocentos reais), conforme solicitação da secretaria e empresa.

MARCIO DA ROSA
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA PREGÃO Nº 47/2016

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 47/2016)

Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Maria Cristina Marciniak Munhoz Pregoeira Municipal, Irineu Woitskovski Júnior e Lilian Terezinha Bartsch membros da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 47/2016, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa especializada para realizar frete (transporte) de calcário dolomítico, tipo C, a granel, num total de 700 (setecentas) toneladas, da jazida da empresa Lucio Raser Junior – EIRELI - Me, localizada a Rodovia dos Minérios, km 27, Rio Branco do Sul – PR (Brazcal), até depósito municipal, a ser indicado pelo Município (no máximo em raio de 3km do Centro da cidade de Campo Alegre-SC). Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) da única empresa proponente: CAMPO ALEGRE TRANSPORTES LTDA. A licitante cadastrou como representante o Sr. Rodrigo Margarido Correa, e apresentou a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e todas comprovaram enquadramento como EPP ou ME. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM. Passou-se a fase de lances, ficando definido conforme tabela.

ITEM 01

Empresa	Valor da proposta inicial (R\$)	Valor proposta após lances (R\$)	Classificação	Situação Habilitação
CAMPO ALEGRE TRANSPORTES LTDA	31,15	31,00	1ª	HABILITADA

Após, abriu-se o envelope de documentos da licitante classificada em primeiro lugar conforme tabela acima, estando de acordo com o exigido no edital, a empresa CAMPO ALEGRE TRANSPORTES LTDA foi declarada vencedora do ITEM 01 com o valor de R\$ 31,00. Não houve manifestação de Intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

CONVOCAÇÃO Nº 073/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2015

CONVOCAÇÃO Nº 073/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JULIANE WIELIVICK, inscrita no CPF/MF sob nº 073.533.369-60, aprovada em 20º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público de ATENDENTE DE SALA, na Função de ATENDENTE DE SALA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 09 de junho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 06 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

CONVOCAÇÃO Nº 074/2016

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 01/2016

CONVOCAÇÃO Nº 074/2016

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. JULIANE WIELIVICK, inscrita no CPF/MF sob nº 750.328.489-72, aprovada em 10º lugar no Processo Seletivo nº 001/2016-/PMCA, para o Cargo Público de PROFESSOR I, na Função de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 09 de Junho de 2016, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme prevêem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Campo Alegre/SC., 06 de junho de 2016.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2016

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

EXTRATO DE CONTRATO Nº 70/2016

Objeto: Aquisição de 4.000 (quatro mil) litros de óleo diesel S10, para serem utilizados pela frota municipal, descrito na Cláusula Primeira, de acordo com o processo licitatório, modalidade Pregão Presencial, nº 106/2015.

Dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	05.00	Secretaria Municipal de Educação
Unidade	05.06	Serviço de Manutenção do Salário Educação
Função	12	Educação
Subfunção	365	Educação Infantil
Programa	13	Salário Educação
Projeto	2.805	Manter e Coordenar Atividades Específicas da Educação
Elemento de Despesa	3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo

Vigência: 06/06/2016 a 31/12/2016

Do valor total: R\$ 11.600,00 (onze mil e seiscentos reais)

Contratada: RUDIPEL RUDNICK PETRÓLEO LTDA

Base Legal: Lei Federal 8.666/93 e alterações.

LUCILAINE MOKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Campo Erê

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO PL 1057/2016

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Campo Erê, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 43, VI da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores;

RESOLVE

I - HOMOLOGAR o PROCESSO LICITATÓRIO nº1057/2016, na modalidade Pregão de nº 22/2016 tendo como objeto a Aquisição de agasalhos para as crianças e adolescente do SCFV de 6 a 17 anos.

II - ADJUDICAR o objeto do certame à (s) licitante (s) identificada (s) no quadro a seguir, onde se especificam inclusive as quantidades e os valores, para execução do objeto acima citado:

Nome da Proponente	Lote	Item	Quantidade	Unitário	Total Item
RAJU IND. E COMECRIO LTDA - ME	1	1	8,00	35,0000	280,0000
RAJU IND. E COMECRIO LTDA - ME	1	2	80,00	44,0000	3.520,0000
RAJU IND. E COMECRIO LTDA - ME	1	3	26,00	44,0000	1.144,0000
RAJU IND. E COMECRIO LTDA - ME	1	4	16,00	44,0000	704,0000
RAJU IND. E COMECRIO LTDA - ME	1	5	3,00	44,0000	132,0000
RAJU IND. E COMECRIO LTDA - ME	1	6	29,00	44,0000	1.276,0000
RAJU IND. E COMECRIO LTDA - ME	1	7	8,00	55,5000	444,0000

Total dos Proponentes	
Nome da Proponente	Total
RAJU IND. E COMECRIO LTDA - ME	7.500,00

III - DETERMINAR que sejam adotadas as medidas cabíveis para contratação da (s) referida (s) licitante (s).

Campo Erê – SC, Sexta-Feira, 03 de junho de 2016.

RUDIMAR BORCIONI

Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

PORTARIA Nº 08H/16

PORTARIA Nº 08/16 DE 20/01/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CARLA TEREZINHA DA SILVA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário CARLA TEREZINHA DA SILVA, para exercer a função de COZINHEIRA com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de janeiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº 11H/16

PORTARIA Nº 11/16 DE 20/01/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SEZIO FRANA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário SEZIO FRANA, para exercer a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de janeiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº 1265/16

PORTARIA Nº 1265/16 de 25/05/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) LUIS RIBEIRO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) LUIS RIBEIRO referente ao período aquisitivo de 16/04/14 a 15/04/15 a serem gozadas no período de 02/05/16 a 31/05/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de maio de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1296/16

PORTARIA Nº 1296/16 DE 02/06/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CARLOS HENRIQUE GADLER

Nelson Cruz, Prefeito Municipal de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º § 1º, inciso I da Lei 1.968/93; considerando a Lei nº 689 de 22/08/1972, considerando a vaga excedente.

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário CARLOS HENRIQUE GADLER, para exercer o cargo de GUARDA, com os vencimentos previstos em lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de junho de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1297/16

PORTARIA Nº 1297/16 de 02/06/2016

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO SILVANA APARECIDA DE ARRUDA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência da vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, SILVANA APARECIDA DE ARRUDA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de junho de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1298/16

PORTARIA Nº 1298/16 de 02/06/2016

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MAURO CESAR FRANÇA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando a existência da vaga excedente,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MAURO CESAR FRANÇA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível II, atribuindo-lhe uma carga horária de 20 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1299/16

PORTARIA Nº 1299/16 de 02/06/2016

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARCELA LUCIANA PEREIRA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Art. 2º da Lei 1.967/93, e considerando que a funcionária ELIS REGINA ZACARON, encontra-se no auxílio-doença,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário, MARCELA LUCIANA PEREIRA para exercer o cargo de PROFESSOR em nível I, atribuindo-lhe uma carga horária de 40 horas semanais com os vencimentos estabelecidos em Lei. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 02 de junho de 2016.

NELSON CRUZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 184H/16

PORTARIA Nº 184/15 DE 18/12/15

CONCEDE APOSTILAMENTO A SERVIDORA ZULENIR DEL CASTANHEL

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Apostilamento a servidora ZULENIR DEL CASTANHEL Chefe de Limpeza, correspondente a 10% (dez por cento), referente aos períodos de 04/06/ a 17/02/2015, na forma do Art. 16 da Lei nº 1.981/93.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 18 de dezembro de 2015.

Leonardo farias santos

Administrador Geral

Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio

PORTARIA Nº 53H/16

PORTARIA Nº 53/16 DE 20/01/16

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CAMILA DAIANE DE LIMA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/2003, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Contratar em caráter temporário CAMILA DAIANE DE LIMA, para exercer a função de AUXILIAR ADMINISTRATIVO com os vencimentos previstos no Anexo VI da Lei nº 2.767/03 de 24/03/03, essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de janeiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de janeiro de 2016.

Leonardo Farias Santos

Administrador Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº 54H/16

PORTARIA Nº 54/16 DE 20/01/16

EXONERA POR TERMINO DE CONTRATO CRISTIANE RODRIGUES DE BARROS

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Exonerar por término de contrato CRISTIANE RODRIGUES DE BARROS, do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de janeiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 20 de janeiro de 2016.

Leonardo Farias Santos

Administrador Geral

Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº 57H/16

PORTARIA Nº 57/16 DE 29/01/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) INES MAI

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) INES MAI referente ao período aquisitivo de 01/10/14 a 30/09/15, a serem gozadas no período de 01/02/16 a 30/02/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de janeiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 58H/16

PORTARIA Nº 58/16 DE 29/01/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) TANIA RIBEIRO

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) TANIA RIBEIRO referente ao período aquisitivo de 02/02/14 a 01/02/15, a serem gozadas no período de 01/02/16 a 01/03/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de janeiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 59H/16

PORTARIA Nº 59/16 DE 29/01/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) JOSÉ ROBERTO CATÃO MIRANDA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) JOSÉ ROBERTO CATÃO MIRANDA referente ao período aquisitivo de 07/01/15 a 19/02/16, a serem gozadas no período de 20/01/16 a 06/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de janeiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 60H/16

PORTARIA Nº 60/16 DE 29/01/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) ELENIR ZANCHET

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) ELENIR ZANCHET referente ao período aquisitivo de 02/10/14 a 01/10/15, a serem gozadas no período de 01/02/16 a 01/03/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de janeiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 61H/16

PORTARIA Nº 61/16 DE 29/01/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) MARIA DE FATIMA SILVA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) MARIA DE FATIMA SILVA referente ao período aquisitivo de 28/06/14 a 27/06/15, a serem gozadas no período de 31/11/15 a 30/12/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de janeiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 62H/16

PORTARIA Nº 62/16 DE 29/01/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) IRACILDO MOREIRA DOS SANTOS

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) IRACILDO MOREIRA DOS SANTOS referente ao período aquisitivo de 02/12/15 a 01/06/16, a serem gozadas no período de 01/02/16 a 20/06/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de janeiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 63H/16

PORTARIA Nº 63/16 DE 29/01/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) ADEMIR PADILHA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) ADEMIR PADILHA referente ao período aquisitivo de 17/07/14 a 16/07/15, a serem gozadas no período de 16/01/16 a 14/02/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de janeiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 64H/16

PORTARIA Nº 64/16 DE 29/01/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) ELIZABETH DAS GRAÇAS MOREIRA COMPAGNONI

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) ELIZABETH DAS GRAÇAS MOREIRA COMPAGNONI referente ao período aquisitivo de 04/03/14 a 03/03/15, a serem gozadas no período de 28/12/15 a 26/01/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 29 de janeiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 65H/16

PORTARIA Nº 65/16 DE 01/02/16

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA CAMILA SIDELY CORREA GAUER

Leonardo Farias Santos, Administradora Geral da Fundação Hospitalar Dr. José Athanásio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Exonerar a pedido a servidora CAMILA SIDELY CORREA GAUER, do cargo de Auxiliar de Farmácia. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

COMUNIQUE – S E.

Campos Novos, 01 de fevereiro de e2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº 70H/16

PORTARIA Nº 70/16 de 22/02/16

EXONERA POR APOSENTADORIA IDADE A ESELINA TEREZINHA ANTUNES

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93, e tendo em vista o que consta no Benefício de nº 161.566.775-7 junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social,

RESOLVE:

Conceder aposentadoria por idade a servidora ESELINA TEREZINHA ANTUNES , de acordo com o art. 54 da Lei Complementar 003/00 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos, no cargo de Auxiliar de Enfermagem. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 19 de fevereiro de 2016.

Registre-se, Comunique-se, Publica-se.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 22 de fevereiro de 2016

Leonardo farias santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 72H/16

PORTARIA Nº 72/16 DE 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) FERNANDA BARBOSA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) FERNANDA BARBOSA referente ao período aquisitivo de 26/10/14 a 25/10/15, a serem gozadas no período de 21/01/16 a 22/02/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 73H/16

PORTARIA Nº 73/16 de 27/01/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES AO (A) SERVIDOR (A) ANA LUCIA PINTO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares ao (a) servidor (a) ANA LUCIA PINTO referente ao período aquisitivo de 21/09/14 a 20/09/15 a serem gozadas no período de 18/12/15 a 17/01/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 27 de janeiro de 2016.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 75H/16

PORTARIA Nº 75/16 DE 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) MARLENE CARNEIRO DE SOUZA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) MARLENE CARNEIRO DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 16/03/14 a 15/03/15, a serem gozadas no período de 01/02/16 a 01/03/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 76H/16

PORTARIA Nº 76/16 DE 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) REGINA CARUS

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) REGINA CARUS referente ao período aquisitivo de 25/02/14 a 24/02/15, a serem gozadas no período de 01/03/16 a 30/03/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 77H/16

PORTARIA Nº 78/16 DE 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) ELZA BESEN

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) ELZA BESEN referente ao período aquisitivo de 02/06/16 a 01/06/15, a serem gozadas no período de 0 a 15/03/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 78H/16

PORTARIA Nº 78/16 DE 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) ELZA BESEN

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) ELZA BESEN referente ao período aquisitivo de 02/06/14 a 01/06/15, a serem gozadas no período de 01/03/16 a 30/03/16.

COMUNIQUE – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 79H/16

PORTARIA Nº 79/16 DE 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) DEBORA REDANTE

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) DEBORA REDANTE referente ao período aquisitivo de 01/03/16 a 30/03/15, a serem gozadas no período de 01/03/16 a 30/03/16.

/
C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação /Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 79H/16

PORTARIA Nº 79/16 DE 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) DEBORA REDANTE

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) DEBORA REDANTE referente ao período aquisitivo de 01/03/16 a 30/03/15, a serem gozadas no período de 01/03/16 a 30/03/16.

/
C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação /Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 80H/16

PORTARIA Nº 80/16 DE 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) MICHELLE ANELIZE CANDEIA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) MICHELLE ANELIZE CANDEIA referente ao período aquisitivo de 06/02/15 a 05/08/15, a serem gozadas no período de 14/03/16 a 03/06/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação /Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 81H/16

PORTARIA Nº 81/16 DE 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) RAQUEL DE SOUZA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) RAQUEL DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 18/01/14 a 17/01/15, a serem gozadas no período de 01/02/16 a 02/03/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação /Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 82H/16

PORTARIA Nº 82/16 DE 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) CLAUDIA RIBEIRO DE DEUS

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) CLAUDIA RIBEIRO DE DEUS referente ao período aquisitivo de 02/07/14 a 01/07/15, a serem gozadas no período de 04/01/16 a 02/02/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação /Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 83H/16

PORTARIA Nº 83/16 DE 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) HUGO ISRAEL DE SOUZA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) HUGO ISRAEL DE SOUZA referente ao período aquisitivo de 29/09/13 a 28/09/14, a serem gozadas no período de 16/02/16 a 16/03/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação /Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 84H/16

PORTARIA Nº 84/16 DE 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) DIONE SCHULDES

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) DIONE SCHULDES referente ao período aquisitivo de 22/03/14 a 21/03/15, a serem gozadas no período de 02/03/16 a 31/03/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação /Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 85H/16

PORTARIA Nº 85/16 DE 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) OLIVIA DE MATTOS

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) OLIVIA DE MATTOS referente ao período aquisitivo de 12/07/13 a 11/07/14, a serem gozadas no período de 01/01/16 a 30/01/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação /Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 87H/16

PORTARIA Nº 87/16 DE 25/02/16

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES O (A) SERVIDOR (A) NATALINA ALVES

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Férias Regulamentares o (a) servidor (a) NATALINA ALVES referente ao período aquisitivo de 01/06/14 a 31/05/15, a serem gozadas no período de 01/03/16 a 30/03/16.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação /Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 88H/16

PORTARIA Nº 88/16 DE 25/02/16

CONCEDE GRATIFICAÇÃO A SERVIDOR QUE MENCIONA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, conforme Art. 38 da Lei Complementar nº 10 de 2011.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder à servidora DIONE SCHULDES, ocupante de o cargo efetivo Auxiliar de Serviços Gerais, gratificação por titulação, referente à conclusão do Curso de Ensino – Médio – Educação de Jovens e Adultos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 89H/16

PORTARIA Nº 89/16 DE 25/02/16

CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXÍLIO DOENÇA A ISABEL DE SOUZA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder afastamento por auxílio doença à servidora ISABEL DE SOUZA, pelo período em que permanecer no INSS. Essa portaria

entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 20 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanázio

PORTARIA Nº 90H/16

PORTARIA Nº 90/16 DE 25/02/16

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES A SERVIDORA FERNANDA BARBOSA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Licença para tratar de Assuntos Particulares a servidora FERNANDA BARBOSA, auxiliar de farmácia, no período de 21/02/16 a 20/02/18.

C O M U N I Q U E – S E.

Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016

Leonardo Farias Santos
Administradora Geral
Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio

PORTARIA Nº 91H/16

PORTARIA Nº 91/16 de 25/02/16

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR NEY JOSÉ PINHEIRO DA SILVA

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio ao servidor NEY JOSÉ PINHEIRO DA SILVA, referente ao período aquisitivo de 01/01/11 a 31/12/15 a serem gozadas no período de 08/02/16 a 07/05/16, retroagindo seus efeitos a 08 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio

PORTARIA Nº 92H/16

PORTARIA Nº 92/16 de 25/02/16

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR IRACILDO MOREIRA DOS SANTOS

Leonardo Farias Santos, Administrador Geral da Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio, no uso de sua competência estabelecida no Anexo VIII da Lei 2.767/03 de 24/03/03, c/c Art. 1º da Lei 1.968/93,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio ao servidor IRACILDO MOREIRA DOS SANTOS, referente ao período aquisitivo de 02/01/94 a 01/01/99 a serem gozadas no período de 01/03/16 a 29/05/16, retroagindo seus efeitos a 01 de fevereiro de 2016.

C O M U N I Q U E – S E.

Prefeitura de Campos Novos, registrada e publicada a presente Portaria em, 25 de fevereiro de 2016.

Leonardo Farias Santos
Administrador Geral
Fundação Hospitalar Dr. Jose Athanazio

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 02_16 AQUISIÇÃO DE MUDAS SEMENTES EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS - FUNDECAMPOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

Página: 1/8

Processo Nº.: 4/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 2/2016

No dia 30 do mês de Maio do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, com sede administrativa localizada na RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323, bairro CENTRO, CEP nº. 89620-000, nesta cidade de Campos Novos/SC, representado pelo(a) PREFEITO EM EXERCÍCIO, o Sr(a). NELSON CRUZ, inscrito no CPF sob o nº. 445.587.329-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 3/2016, Processo Licitatório nº. 4/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS SEMENTES, MUDAS E FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DE AVENIDAS, PRAÇAS E HORTO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7007	AGROPECUARIA SEHN & SILVA LTDA - ME	7, 10, 13, 21, 23, 25, 29, 33, 39, 42, 44, 45
6519	BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA. - EPP	1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 14, 15, 16, 17, 19, 20, 26, 27, 28, 36, 43
7044	JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 40, 41, 46, 50, 51, 52, 53, 55, 56, 57
7096	JULCIMAR ANDRE BORDIGNON - ME	11, 12

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
AGROPECUARIA SEHN & SILVA LTDA - ME	11.714.883/0001-18		-
BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA. - EPP	10.257.026/0001-73	LUIS CARLOS ESSER	050.498.139-05
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	12.532.054/0001-87	JOSE THIAGO DE SOUZA	049.352.919-58
JULCIMAR ANDRE BORDIGNON - ME	19.157.862/0001-50	ALESSANDRO ANTONIO DOS SANTO	056.632.249-80

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS SEMENTES, MUDAS E FERRAMENTAS PARA MANUTENÇÃO DE AVENIDAS, PRAÇAS E HORTO DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6519 - BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA. - EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	SEMENTE UVA DO JAPÃO	KG		0,500	360,0000	180,00
2	SEMENTE DE AROEIRA PEREQUITA/JARDIM	KG		2,000	350,0000	700,00
3	SEMENTE DE ANGICO	KG		0,200	400,0000	80,00
4	SEMENTE DE ARAÇA VERMELHO	KG		0,200	550,0000	110,00
5	SEMENTE DE ARAÇA AMARELO	KG		1,000	780,0000	780,00
6	SEMENTE DE EUCALIPTO	KG		1,000	1.300,0000	1.300,00
8	SEMENTE DE FLOR PETÚNIA LATA 50GR.	UNI		6,000	250,0000	1.500,00
9	SEMENTE DE FLOR TAJETINHO LATA 50 GR	UNI		6,000	50,0000	300,00
14	saquinho de mudas 11x24	KG		10,000	22,0000	220,00
15	SAQUINHO PARA MUDAS DE EUCALIPTO 8X12	KG		10,000	22,0000	220,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

Página: 2/8

Processo Nº.: 4/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

Fornecedor: 6519 - BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA. - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	BANDEIJA PARA MUDAS COM 15 LUGARES 34X21	UNI		1.000,000	2,3000	2.300,00
17	VENENO PARA FORMIGA (GRÃO VERDE) 50GR.	KG		200,000	0,4000	80,00
19	VENENO PÓ PARA FORMIGA EMBALAGEM PEQUENA 1 KG	KG		50,000	5,3000	265,00
20	VENENO PARA COMBATE DE LESMA EMBALAGEM PEQUENA 250GR.	KG		10,000	7,0000	70,00
26	SEMENTE BOCA DE LEÃO LATA 50 GR.	UNI		8,000	80,0000	640,00
27	SEMENTE MOSQUITINHO LATA 50GR.	UNI		6,000	30,0000	180,00
28	UREIA SACO 50KG	KG		2,000	70,0000	140,00
36	CAPA DE CHUVA RESISTENTE COM MANGA NA COR AMARELA	UNI		10,000	25,0000	250,00
43	PÁ RETO	UNI		8,000	23,0000	184,00

Fornecedor: 7007 - AGROPECUARIA SEHN & SILVA LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	SEMENTE DE FLOR -ADÁLIA SORTIDA LATA 50G	UNI		4,000	146,9000	587,60
10	SEMENTE CRAVINHA LATA 50GR	UNI		6,000	59,5000	357,00
13	HERBICIDA NÃO SELETIVO GLIFOSATO EMBALAGEM PEQUENA 1,5 LITRO	LTS		450,000	18,9000	8.505,00
21	CALCÁRIO EFEITO RÁPIDO SACO 50 KG	KG		1.000,000	12,5000	12.500,00
23	HERBÍCIDA NUFURON PACOTE 10 GR	PCT		100,000	9,4000	940,00
25	HERBICIDA SELETIVO DE AÇÃO NÃO SISTÊMICA DO GRUPO QUÍMICO TRIAZINAS. 5 LITROS.	LTS		20,000	90,0000	1.800,00
29	TELA NYLON SOMBRITE 1,50 CM	M²		100,000	2,8000	280,00
33	LUVA DE RASPA 07 CM COM REFORÇO	UNI		20,000	12,5000	250,00
39	ENXADA SIMPLES PEQUENA/MÉDIA	UNI		12,000	12,5000	150,00
42	PÁ OVAL	UNI		10,000	14,5000	145,00
44	PENEIRA FINA (TELA P FEIJÃO)	UNI		3,000	14,5000	43,50
45	PICARETA	UNI		5,000	28,5000	142,50

Fornecedor: 7044 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
30	CINTO/OMBRO DUPLO PARA ROÇADEIRA MODELO UNIVERSAL.	UNI		10,000	64,0000	640,00
31	CARRETEL NYLON ROÇADEIRA 120/220.	UNI		10,000	34,0000	340,00
32	PROTECTOR AUDITIVO	PAR		100,000	2,4000	240,00
34	ARAME LISO Nº 18	KG		3,000	10,9000	32,70
35	BOTINA SEGURANÇA SOLADO BORRACHA	UNI		30,000	44,0000	1.320,00
37	CARRINHO DE MÃO	UNI		10,000	80,0000	800,00
38	MARTELO COM CABO FIBRA 27MM	UNI		5,000	25,0000	125,00
40	OCULOS FUME DE SEGURANÇA	UNI		20,000	7,0000	140,00
41	ÓCULOS DE SEGURANÇA TRANSPARENTE	UNI		10,000	7,0000	70,00
46	REGADOR 10 LITROS	UNI		10,000	10,9000	109,00
50	BOTA DE BORRACHA - NUMERAÇÃO DIVERSA	PAR		10,000	47,0000	470,00
51	VASSOURA GARI COM CABO	UNI		10,000	24,0000	240,00
52	TRENA 30 METROS	UNI		200,000	32,0000	6.400,00
53	TRENA 5 METROS	UNI		5,000	12,0000	60,00
55	FIO 3mm(QUADRADO VERMELHO) ROLO C/ 230M	ROLC		6,000	32,0000	192,00
56	PREGO 19X20	KG		5,000	8,4000	42,00
57	FACÃO PARA ROÇADEIRA	UNI		10,000	28,0000	280,00

Fornecedor: 7096 - JULCIMAR ANDRE BORDIGNON - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	SUBSTRATO PARA FLOR SACO DE 22KG	UNI	TURFA FERTI	400,000	14,5000	5.800,00
12	FERTILIZANTE ORGAMINERAL 04-14-08/ SACO 50KG	UNI	TERRAPLANI	100,000	55,8000	5.580,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

Página: 3/8

Processo Nº.: 4/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/8

FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 4/2016****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016****CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES****5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/8

FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**Processo Nº.: 4/2016****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016****CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS**

Página: 6/8

Processo Nº.: 4/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOSPágina: 7/8
Processo Nº.: 4/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Campos Novos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Campos Novos, 30 de Maio de 2016.

NELSON CRUZ
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Empresas Participantes:

AGROPECUARIA SEHN & SILVA LTDA - ME	CNPJ: 11.714.883/0001-18	_____
BENTEC COMERCIO DE SEMENTES LTDA. - EPP	CNPJ: 10.257.026/0001-73	_____
JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME	CNPJ: 12.532.054/0001-87	_____
JULCIMAR ANDRE BORDIGNON - ME	CNPJ: 19.157.862/0001-50	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. DESENV. AGROPECUARIO DE CAMPOS NOVOS

Página: 8/8

Processo Nº.: 4/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 3/2016

EXTRATO DE CONTRATO DO MÊS DE MAIO DE 2016 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/2

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ROBERTO MISTURA ME**CNPJ:** 10.292.359/0001-33**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 4/2016**Número do Processo:** 6/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 10/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE LINHAS, AGULHAS E BOLSAS DE TECIDO PARA DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS ARTESANAIS PELO CLUBE DE MÃES NO ANO DE 2016.**Data da Assinatura:** 02/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 03/05/2016**Vigência:** 02/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 6.864,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - ME**CNPJ:** 11.499.653/0001-83**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 4/2016**Número do Processo:** 6/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 09/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE LINHAS, AGULHAS E BOLSAS DE TECIDO PARA DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS ARTESANAIS PELO CLUBE DE MÃES NO ANO DE 2016.**Data da Assinatura:** 02/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/05/2016**Vigência:** 02/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12.689,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 2/2

CNPJ: 01.850.671/0001-04
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Maio/2016.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP**CNPJ:** 85.248.680/0001-10**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 4/2016**Número do Processo:** 6/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 11/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE LINHAS, AGULHAS E BOLSAS DE TECIDO PARA DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS ARTESANAIS PELO CLUBE DE MÃES NO ANO DE 2016.**Data da Assinatura:** 02/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 02/05/2016**Vigência:** 02/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 9.260,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

EXTRATO DE CONTRATOS DO MÊS DE MAIO 2016 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: L B - COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME

CNPJ: 04.492.725/0001-03

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 7/2016

Número do Processo: 40/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 114/2016

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE RECAPEAMENTO EM VIAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO.

Data da Assinatura: 06/05/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/05/2016

Vigência: 06/05/2016 a 31/12/2016

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 173.348,93

Forma de Pagamento: MEDIANTE MEDIÇÃO E NF

Contratado: CONSTRUTORA SOLO LTDA

CNPJ: 07.706.125/0001-80

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 6/2016

Número do Processo: 39/2016

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 115/2016

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA CRECHE JOSÉ CARLOS PISANI CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO.

Data da Assinatura: 06/05/2016

Data da Publicação no Diário Oficial: 06/05/2016

Vigência: 06/05/2016 a 31/12/2016

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 145.531,78

Forma de Pagamento: 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** AUTO ELETRICA DEVILLA LTDA - ME**CNPJ:** 79.824.793/0001-13**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 18/2016**Número do Processo:** 47/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 116/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE BATERIAS A BASE DE TROCA PARA OS VEÍCULOS DE SECRETARIA DE OBRAS, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.**Data da Assinatura:** 06/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/05/2016**Vigência:** 06/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 68.355,20**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** SETEP CONSTRUCOES S.A**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2015**Número do Processo:** 28/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 117/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CORREÇÃO DE VALOR - CONTRATO DE ALTERAÇÃO - LANÇADA SÓ A DIFERENÇA**Data da Assinatura:** 06/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 06/05/2016**Vigência:** 06/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 12,77**Forma de Pagamento:**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 3/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ONSER SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA**CNPJ:** 83.411.025/0001-05**Modalidade:** Convite p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 9/2013**Número do Processo:** 22/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 118/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: : O município mediante solicitação, resolve aditar a quantidade de 01 local a ser monitorado, o local é a 26ª Delegacia Regional de Polícia de Campos Novos. O valor unitário deste item é de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais.

Data da Assinatura: 09/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 09/05/2016**Vigência:** 09/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 350,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** DECIO FRANA**CNPJ:** 76.546.381/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 16/2016**Número do Processo:** 43/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 119/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, DO TIPO MENOR PREÇO POR KM RODADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA DO ANEXO II OU PADRONIZADA DO AUTOCOTAÇÃO.

Data da Assinatura: 16/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/05/2016**Vigência:** 16/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 63.304,14**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 4/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** IRMAOS HELLER TRANSPORTES LTDA - ME**CNPJ:** 21.008.277/0001-30**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 16/2016**Número do Processo:** 43/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 120/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, DO TIPO MENOR PREÇO POR KM RODADO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NA PROPOSTA DO ANEXO II OU PADRONIZADA DO AUTOCOTAÇÃO.**Data da Assinatura:** 16/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/05/2016**Vigência:** 16/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 46.288,34**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** TRANSPORTES LUCHETTA LTDA**CNPJ:** 02.871.638/0001-23**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 22/2013**Número do Processo:** 64/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 121/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CLÁUSULA PRIMEIRA: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2016, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 10,64% (dez vírgula sessenta e quatro por cento) por quilômetro rodado, passando de R\$ 2,63 (dois reais e sessenta e três centavos) por km, para R\$ 2,90 (dois reais e noventa centavos), por km da Linha 3.**Data da Assinatura:** 16/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/05/2016**Vigência:** 16/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,90**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 5/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TRANSPORTES LUCHETTA LTDA**CNPJ:** 02.871.638/0001-23**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 36/2014**Número do Processo:** 75/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 122/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2016, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 10,64% (dez vírgula sessenta e quatro por cento) por quilômetro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km para R\$ 2,76 (dois reais e setenta e seis centavos), por km da Linha 3.

Data da Assinatura: 16/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/05/2016**Vigência:** 16/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,76**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** SETEP CONSTRUCOES S.A**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 10/2014**Número do Processo:** 83/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 123/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 210/2014, até 15 de julho de 2016, para execução de obras de pavimentação asfáltica sobre calçamento, drenagem pluvial e sinalização viária das ruas Anselmo Nino Granzotto, Benjamim Constant, Expedicionário e São João Batista. Orçamento Geral da União - Contrato nº 100.5511-55/2013 - Programa Planejamento Urbano/Pavimentação - Ministério das Cidades Contraparti

Data da Assinatura: 16/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/05/2016**Vigência:** 16/05/2016 a 15/07/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 6/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** ROGERIO FERRAZ ME**CNPJ:** 08.753.603/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 8/2014**Número do Processo:** 19/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 124/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2016, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 12,09% (doze vírgula nove por cento) por quilômetro rodado, passando de R\$ 2,50 (dois reais e cinquenta centavos) por km, para R\$ 2,80 (dois reais e oitenta centavos), por km da Linha 8.

Data da Assinatura: 16/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 16/05/2016**Vigência:** 16/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,80**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** CONSTRUTORA SOLO LTDA**CNPJ:** 07.706.125/0001-80**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 9/2016**Número do Processo:** 44/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 126/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO COM DRENAGEM E OBRAS COMPLEMENTARES, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Data da Assinatura: 20/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 20/05/2016**Vigência:** 20/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 308.293,72**Forma de Pagamento:** CONFORME MEDIANTE E NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 7/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** TRANSPORTES LUCHETTA LTDA**CNPJ:** 02.871.638/0001-23**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 125/2016**Fundamento Legal:****Objeto:**

Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2016, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 12,09% (doze vírgula zero nove por cento) por quilômetro rodado, passando de R\$ 2,41 (dois reais e quarenta e um centavos) por km para R\$ 2,70 (dois reais e setenta centavos), por km da Linha 54.

Data da Assinatura: 20/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 20/05/2016**Vigência:** 20/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2,70**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** MARILEIA SÁ BRITO MACIEL**CNPJ:** 08.862.695/0001-22**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 12/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 127/2016**Fundamento Legal:****Objeto:**

Considerando os coeficientes adotados pelo IGP-M 2016, as partes acordam em majorar os preços estabelecidos na cláusula terceira do contrato original em 12,09% (doze vírgula zero nove por cento) por quilômetro rodado, passando de R\$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos) por km, para R\$ 3,16 (três reais e dezesseis centavos), por km.

Data da Assinatura: 20/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 20/05/2016**Vigência:** 20/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 3,16**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 8/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EDOVALDO PIANA RAMOS DA CUNHA - ME**CNPJ:** 08.657.924/0001-77**Modalidade:****Número da Licitação:****Número do Processo:****Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 128/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: TRANSPORTE PARA ALUNOS SAINDO DA LANCHONETE GARRAIS, FAZENDA MANFROI, SR. NELSON BESS, APARECIDINHA, FAZENDA FOPPA, SÍTIO KLEIN, SR. SERGIO LUVISON, BRITADOR, LINHA PIANA, PERCORRENDO A RESIDÊNCIA DE CLEUNICE RIBEIRO, LUCIANA FIORENTIN, CLAUDIA IDEINEMAM E JOCELI DE BARROS PARA EEB ANTÔNIA CORREA MENDES E CEIM MENINO JESUS NO DISTRITO DE BELA VISTA, PERCORRENDO 211,4 km COM VEÍCULO DE 15 LUGARES.

Data da Assinatura: 20/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 20/05/2016**Vigência:** 20/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 608,83**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** CARLOS EMILIO MACHADO - ME**CNPJ:** 83.016.907/0001-76**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 20/2015**Número do Processo:** 49/2015**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 129/2016**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante solicitação da Secretaria de Educação, o município resolve aditar 12,5 Km ao contrato original 118/2015 e aditivos, passando de 85 km para 97,5 Km, na linha 9, percorrendo a comunidade do Guarani com a inclusão dos alunos Luana Surdi e João Paulo Prates no período noturno, com veículo de no mínimo 15 lugares.

Data da Assinatura: 23/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 23/05/2016**Vigência:** 23/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 9/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA**CNPJ:** 05.919.156/0001-94**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 21/2016**Número do Processo:** 53/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 130/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, AMA E ACADAV DURANTE O ANO DE 2016, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.**Data da Assinatura:** 24/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/05/2016**Vigência:** 24/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 106.875,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS**Contratado:** NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME**CNPJ:** 07.814.016/0001-87**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 21/2016**Número do Processo:** 53/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 131/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, AMA E ACADAV DURANTE O ANO DE 2016, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.**Data da Assinatura:** 24/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/05/2016**Vigência:** 24/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 16.935,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 10/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SUPERMERCADO CASTANHEL LTDA**CNPJ:** 82.699.067/0001-20**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 21/2016**Número do Processo:** 53/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 132/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES MUNICIPAIS, AMA E ACADAV DURANTE O ANO DE 2016, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.**Data da Assinatura:** 24/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/05/2016**Vigência:** 24/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 101.065,00**Forma de Pagamento:** 30 dias**Contratado:** DECIO FRANA**CNPJ:** 76.546.381/0001-70**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 2/2016**Número do Processo:** 8/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 133/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** Mediante solicitação da Secretaria de Educação, o município resolve aditar 13,5 Km ao contrato original 10/2016, passando de 67 km para 80,5 Km, na linha 64, devido ao aumento do itinerário da entrada do Pelotas com a aluna Aniele Muller no período matutino**Data da Assinatura:** 24/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/05/2016**Vigência:** 24/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** À Vista

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 11/11

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Maio/2016.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CONSTRUTORA SOLO LTDA**CNPJ:** 07.706.125/0001-80**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 8/2016**Número do Processo:** 41/2016**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 134/2016**Fundamento Legal:****Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE IMPLANTAÇÃO DE PRAÇA PÚBLICA NO BAIRRO BOA VISTA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO BÁSICO. Financiamento BADESC Cidades.**Data da Assinatura:** 25/05/2016**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/05/2016**Vigência:** 25/05/2016 a 31/12/2016**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 218.713,25**Forma de Pagamento:** MEDIANTE MEDIÇÃO E NF

Canelinha

PREFEITURA

EXTRATO EDITAL 44/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 44/2016

MODALIDADE: Tomada de Preço 08/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para drenagem e pavimentação do 8º trecho da rua Leonel Marcelino Pereira, da estaca 13+1,645 à estaca 14+15,00 metros, em lajota sextavada de concreto, medindo 25x25x8, e meio fio de concreto medindo 12x30, Bairro Índia, Canelinha/SC, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 22 de junho de 2016, às 09:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 06 de junho de 2016. ANTÔNIO DA SILVA – Prefeito do Município

EXTRATO EDITAL 45/2016 - PMC

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 45/2016

MODALIDADE: Tomada de Preço 09/2016

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada, para prestação de serviços de mão-de-obra, com fornecimento de material, para pavimentação do 1º trecho da Rua João Busnardo, com extensão de 517,79 metros, da estaca OPP à estaca 25+17,791=PF, em lajota sextavada de concreto, medindo 25x25x8, e meio fio de concreto medindo 12x30, Bairro Índia, Canelinha/SC, conforme Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, Quadro de Composições, ART e Projetos, em anexo ao processo, parte integrante e inseparável do Edital. DATA DE ABERTURA: 22 de junho de 2016, às 10:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 06 de junho de 2016. ANTÔNIO DA SILVA – Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 004/2016 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER PORTARIA Nº. 004/2016

RICARDO PEREIRA MARTIN, Presidente da Fundação Municipal de Esportes e Lazer, nomeado através da Portaria nº 481/2008, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 3.869/2005, RESOLVE:
CONCEDER FÉRIAS

Art.1º- Fica concedido 15 (Quinze) dias de férias a BRUNA BARBOSA DA SILVA DOS SANTOS, efetiva no cargo de Auxiliar Administrativa, junto a Fundação Municipal de Esportes e Lazer, referente ao período aquisitivo de 2015/2016 a desfrutar no período de 18/07/2016 a 01/08/2016, conforme requerimento.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

RICARDO PEREIRA MARTIN
Presidente Honorífico

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta portaria foi registrada e publicada na Fundação Municipal de Esportes em 13/05/2016.

EDITAL Nº. 19/2016 - CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/2014/PMC.

EDITAL Nº. 19/2016

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/2014/PMC.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 01/2014/PMC;

Considerando a necessidade de convocação de candidato aprovado para preencher o cargo de EDUCADOR SOCIAL MASCULINO;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público de EDUCADOR SOCIAL MASCULINO, o candidato AMILTON FERREIRA RAMOS, aprovado no Concurso Público previsto no Edital nº 01/2014/PMC, a comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita

Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br;

d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);

e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);

f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);

h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;

i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;

j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;

k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;

l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento do candidato ora convocado no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Fica, o candidato, convocado para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso o(a) candidato(a) que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverá o candidato(a) cursado(a) apresentar-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munido dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao

Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 30 de maio de 2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº. 20/2016 CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/2014/PMC.

EDITAL Nº. 20/2016

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 01/2014/PMC.

O Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 01/2014/PMC;

Considerando a necessidade de convocação de candidatos aprovados para preencher o cargo de SERVENTE MASCULINO;

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público de SERVENTE MASCULINO, os candidatos CARLOS EDUARDO TAVARES e LUIZ RONALTE NUNES, aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 01/2014/PMC, a comparecer no Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 30 (trinta) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:30 horas às 15:30 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- Cédula de Identidade (RG) (CÓPIA AUTENTICADA);
- CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (CÓPIA AUTENTICADA);
- Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (CÓPIA AUTENTICADA);
- Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (CÓPIA AUTENTICADA);
- Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função

pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;

m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);

n) 1 Fotografia 3X4 recente;

o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);

p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;

q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento dos candidatos ora convocados no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam, os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico designado pelo Poder Executivo Municipal em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento Pessoal.

3.1 O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso os(as) candidatos(as) que não apresentarem aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2 Para encaminhamento ao médico oficial, deverão os candidatos(as) concursados(as) apresentarem-se no Departamento Pessoal da Prefeitura, munidos dos seguintes exames: hemograma, glicemia, creatinina, sorologia para Lues (VDRL quantitativo), e parcial de urina, sendo que tais exames poderão ser realizados em qualquer laboratório, ficando a cargo do examinado as custas para realização dos mesmos.

3.2.1. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados outros exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. Os candidatos, convocados por este Edital, caso não apresentem ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderão automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e, Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 30 de maio de 2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº. 537/2016

PORTARIA Nº. 537/2016

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 13, inciso II da Lei 2.305 de 03/07/1990 e da Lei Municipal nº 2.830/1997; RESOLVE:

NOMEAR PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO E DAR OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Art. 1º - Fica nomeado LEANDRO DO PRADO, para exercer o cargo de provimento em comissão de Chefe de Setor, a partir de 07/06/2016, exercendo as suas funções junto à Secretaria Municipal de Habitação, conforme Comunicação Interna nº 028/SMH/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 06 de junho de 2016.

LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 06/06/2016.

DIOGO CARLOS SEIDEL
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DO PREGÃO FMS 04/2016 (PRESENCIAL)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 07/2016
PREGÃO N.º FMS 04/2016 (PRESENCIAL)
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas/Presidente do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do Pregão Presencial n.º FMS 04/2016, que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE LENTES E ARMAÇÕES PARA USO DE PACIENTES RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS, CONFORME PRESCRIÇÃO MÉDICA PELO SUS E PARECER SOCIAL FAVORÁVEL DA ASSISTENTE SOCIAL. Motivo: Comprado por compra direta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/ Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DO PREGÃO Nº FMS 08/2016 (PRESENCIAL)

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FMS 13/2016
PREGÃO N.º FMS 08/2016 (PRESENCIAL)
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas/Presidente do Fundo Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do Pregão Presencial n.º FMS 08/2016, que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS DE FRaldas GERIÁTRICAS PARA DISTRIBUIÇÃO À PACIENTES COM VÁRIAS PATOLOGIAS EM ATENDIMENTO A ATENÇÃO BÁSICA E DEMAIS PROGRAMAS EXISTENTES NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, PELO

PERÍODO DE 01 (UM) ANO. Motivo: Processo em duplicidade. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito/ Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DO PREGÃO Nº FUNR 12/2015 (ELETRÔNICO)

FUMREBOMPM DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º FUNR 16/2015
PREGÃO N.º FUNR 12/2015 (ELETRÔNICO)
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O FUNREBOMPM de Canoinhas-SC, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do Pregão n.º 08/2015 (Eletrônico), que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE 01 VEÍCULO NOVO, ZERO QUILOMETRO, COM POTENCIA MÁXIMA DE NO MÍNIMO 72 CV, DESTINADO AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE CANOINHAS. Motivo: Licitação Deserta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA. Informações de Segunda a Sexta-feira, período das 08h00min às 13h30min, fone (47) 321-7705.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito / Presidente do Fundo

PUBLICAÇÃO DA ANULAÇÃO DO PREGÃO Nº PMC 07/2016 (PRESENCIAL)

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 10/2016
PREGÃO PRESENCIAL N.º 07/2016
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O Prefeito do Município de Canoinhas, no uso de suas atribuições legais, torna pública a anulação do PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2016, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA REPAROS NOS VEÍCULOS: FORD CARGO 2422E, PLACA MGN 6362, MOTONIVELADORA HOLLAND RG 140B E FIAT UNO MILLE WAY, PLACA MHV 3758, DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO. Motivo: Licitação deserta. Assim, conforme autoriza o art. 49 da lei 8.666/93, fica a licitação ANULADA.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 06/2016

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 84/2016, MODALIDADE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº PMC 06/2016, QUE TEM POR OBJETO A SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, RECURSO BADESC, DAS RUAS: WALDEMIRO OLSEN NO TRECHO ENTRE AS RUAS ADOLFO BADING E NAZIR CORDEIRO, ALINOR VIERA CORTE NO TRECHO ENTRE AS RUAS FAURI DE LIMA E NAZIR CORDEIRO E BASILIO HUMENHUCK NO TRECHO ENTRE AS RUAS ROBERTO EHLKE E FERES

JOÃO SPHAIR, COM O FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAL E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO EM ANEXO.

Aos 03 (três) dias, do mês de junho do ano de 2016, às 10h15min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Paulo Cesar Safanelli, Sr. Cleison Tarcisio Fuck e Cláudio Henrique Mathias, nomeados pela Portaria nº 342/2015, sob a Presidência do primeiro, a fim de receber os invólucros de documentação e das propostas relativas ao certame conforme previsto no Edital correspondente. Abertos os trabalhos verificou-se a participação das empresas LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, sem representante presente, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, sem representante presente, DERPA USINA DE ASFALTO, representada pelo Sr. José Francisco Guimarães Toni, CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP, representada pelo Sr. Ricardo Dolata Nunes e VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA - EPP, representada pelo Sr. Sandro Rogério Ribeiro. Primeiramente foram verificados todos os protocolos a fim de ser verificado o cumprimento do horário limite. Em seguida foram rubricadas as aberturas dos envelopes de propostas de preços de todas as participantes, os quais foram acondicionados em envelope maior, que foi lacrado e rubricado pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Dando continuidade aos trabalhos foram abertos os envelopes contendo a documentação das empresas participantes a qual foi analisada e rubricada pela Comissão de Licitação e representantes presentes. Os CNPJ de todas as empresas participantes foram consultados no Portal da Transparência, onde foi constatado que nenhuma das empresas participantes consta como inidônea no referido Portal. Dada a palavra aos participantes todos declinaram de usá-la. A empresa VOLPESA LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA apresentou as Certidões de Débitos Estaduais e Federais vencida. O representante da empresa VOLPESA LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA Sr. Sandro Rogério Ribeiro pediu o prazo legal de 05 dias úteis, conforme previsto na Lei 123/2005, para regularização das certidões vencidas, conforme disposto no § 10 do artigo 43 da Lei 123 (Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)). Tendo em vista que as certidões vencidas fazem parte da regularidade fiscal a Comissão de Licitação concedeu a empresa VOLPESA LOCAÇÃO E TRANSPORTE LTDA o prazo de 05 dias úteis para apresentação das certidões negativas no Departamento de Licitações. A Comissão de licitação informou a licitante vencedora que a não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 10 do artigo 43 da Lei 123, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação. Em razão da documentação apresentada atender as exigências do Edital, a Comissão de Licitação declarou as empresas LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, DERPA USINA DE ASFALTO, CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP e VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA - EPP, habilitadas no certame e nenhuma empresa participante foi inabilitada. As empresas assinaram o termo de renúncia referente fase de habilitação. A Comissão de Licitação decidiu proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame, qual seja, LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, DERPA USINA DE ASFALTO, CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP e VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA - EPP. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam devidamente lacradas. Abertos os envelopes de propostas das empresas

HABILITADAS, os valores ficaram assim distribuídos: Lote 01: em 1º a empresa VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA - EPP, com o valor global de R\$ 459.223,91, em 2º a empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP, com o valor global de R\$ 470.216,65, em 3º a empresa LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, com o valor global de R\$ 475.329,67, em 4º a empresa DERPA USINA DE ASFALTO, com o valor global de R\$ 480.731,93, em 5º a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, com o valor global de R\$ 488.594,75, Lote 02: em 1º a empresa VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA - EPP, com o valor global de R\$ 210.743,38, em 2º a empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP, com o valor global de R\$ 216.058,69, em 3º a empresa LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, com o valor global de R\$ 220.030,47, em 4º a empresa DERPA USINA DE ASFALTO, com o valor global de R\$ 221.227,31, em 5º a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, com o valor global de R\$ 224.501,16, Lote 03: em 1º a empresa VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA - EPP, com o valor global de R\$ 581.855,10, em 2º a empresa CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP, com o valor global de R\$ 596.491,49, em 3º a empresa LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI, com o valor global de R\$ 604.640,63 em 4º a empresa DERPA USINA DE ASFALTO, com o valor global de R\$ 609.404,31, em 5º a empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, com o valor global de R\$ 619.864,68, A Comissão declarou vencedora da licitação: Lote 01: a empresa VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA - EPP, com o valor global de R\$ 459.223,91, Lote 02: a empresa VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA - EPP, com o valor global de R\$ 210.743,38, Lote 03: a empresa VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA - EPP, com o valor global de R\$ 581.855,10, A comissão de licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da assinatura desta ata para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento das propostas. A comissão de licitação encerrou os trabalhos, nada mais havendo a tratar, a presente ata vai assinada pela Comissão de Licitação e representantes presentes.

Paulo Cesar Safanelli Cleison Tarcisio Fuck Cláudio Henrique Mathias

Presidente Secretário Membro

LB COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI

PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

DERPA USINA DE ASFALTO

CAZAMUSA CONSTRUÇÃO CIVIL EIRELI EPP

VOLPESA LOCAÇÕES E TRANSPORTE LTDA - EPP

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇO Nº PMC 11/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 11/16

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/16

HOMOLOGAÇÃO: 03/06/16

CONTRATADO: SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CANOINHAS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SINALIZAÇÃO SEMAFÓRICA, NOS CRUZAMENTOS DAS RUAS: ROBERTO ELKE/EMILIO SHOLTZ, ROBERTO ELKE/SAULO DE CARVALHO E AVENIDA EXPEDICIONÁRIOS/NAZIR CORDEIRO, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS, MATERIAS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIA. VALOR DA DESPESA: R\$ 88.961,85 (oitenta e oito mil novecentos e sessenta e um reais e oitenta e cinco centavos)

DATA: 03/06/16 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito.

CÂMARA MUNICIPAL**SUSPENSÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2016**

CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

SUSPENSÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 001/2016

O Presidente da Câmara de Vereadores de Canoinhas/SC, CNPJ nº. 83.528.620/0001-25, sito à Rua 03 de Maio, 150, centro, no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados a SUSPENSÃO DA ABERTURA da Licitação Concorrência 01/2016, visando a Contratação de empresa para EXECUÇÃO DAS OBRAS RELATIVAS À CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CANOINHAS, A SER EDIFICADA EM TERRENO SITUADO NA RUA ALMEIDA CARDOSO, S/Nº, CENTRO, NA CIDADE DE CANOINHAS/SC, COM DEMOLIÇÃO DOS BARRACÕES QUE HOJE OCUPAM O TERRENO, DESTINAÇÃO ADEQUADA DOS ENTULHOS E RESÍDUOS DA DEMOLIÇÃO, E FORNECIMENTO DA MÃO DE OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À COMPLETA E PERFEITA IMPLANTAÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS DEFINIDOS, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS ARQUITETÔNICO E COMPLEMENTARES DISPONÍVEIS, COM ÁREA TOTAL DE 1.733,80M².

Destarte que tal medida se faz necessária para que sejam feitas adequações no Edital.

·
Célio Galeski
Presidente

Capinzal

PREFEITURA

PORTARIA 512/2016

PORTARIA Nº 512, DE 02 DE MAIO DE 2016
Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor e no memorando nº 12/2016 da Secretaria da Educação, RESOLVE:
Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 251/2015, que concedeu FC – 1 à servidora Niane de Azeredo Filbert, matrícula nº 332283/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em maio de 2016.

Capinzal - SC, em 02 de maio de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 513/2016

PORTARIA Nº 513, DE 02 DE MAIO DE 2016
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Fica exonerado, conforme requerimento protocolado sob o nº 1610/2016, Adilson de Souza Duarte, matrícula nº 278955/03, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Controle de Estoques, nível CC - 2, conforme o anexo III – A da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 02 de maio de 2016.

Capinzal – SC, em 02 de maio de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 514/2016

PORTARIA Nº 514, DE 02 DE MAIO DE 2016
Reduz carga horária de servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, RESOLVE:

Art.1º Fica reduzida a carga horária, conforme requerimento protocolado sob o nº 1666/2016, em vinte (20) horas semanais, da servidora Solange Aparecida Machado Calvi, matrícula nº 325287/08, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais, pelo período de 02 de maio a 09 de dezembro de 2016.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 02 de maio de 2016.

Capinzal – SC, em 02 de maio de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 515/2016

PORTARIA Nº 515, DE 03 DE MAIO DE 2016
Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 1643/2016, Aline Elizabeth Minks, matrícula nº 410091/02, ocupante do cargo de Orientador Social, nível 401, referência A, conforme o anexo III da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de maio de 2016.

Capinzal – SC, em 03 de maio de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 517/2016

PORTARIA Nº 517, DE 03 DE MAIO DE 2016
Concede Progressão por Merecimento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Josiane Mara Angeli, matrícula nº 187976/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2016.

Capinzal – SC, em 03 de maio de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 518/2016

PORTARIA Nº 518, DE 03 DE MAIO DE 2016
Concede Progressão por Merecimento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Maria Helena de Mello, matrícula nº 401188/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2016.

Capinzal – SC, em 03 de maio de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 519/2016

PORTARIA Nº 519, DE 03 DE MAIO DE 2016
Concede Progressão por Merecimento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Rosenei Hoffmã, matrícula nº 333077/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 35, referência C do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2016.

Capinzal – SC, em 03 de maio de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 521/2016

PORTARIA Nº 521, DE 03 DE MAIO DE 2016
Concede Progressão por Merecimento a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 24 a 28 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão por merecimento à servidora Elisângela Terezinha Gasparini Martineli, matrícula nº 328162/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência B do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2016.

Capinzal – SC, em 03 de maio de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 522/2016

PORTARIA Nº 522, DE 09 DE MAIO DE 2016
Cessa efeito de portaria na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e com fundamento na legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Cessar o efeito da portaria nº 382/2015, que colocou a servidora Adriana Antunes da Costa Perin, matrícula nº 304891/01, à disposição do SINE.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em maio de 2016.

Capinzal - SC, em 03 de maio de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 523/2016

PORTARIA Nº 523, DE 09 DE MAIO DE 2016
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1725/2016, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Elena Casagrande Rech, matrícula nº 57118/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência B, conforme o anexo I da Lei

Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência D.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2016.

Capinzal – SC, em 09 de maio de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 524/2016

PORTARIA Nº 524, DE 09 DE MAIO DE 2016
Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1724/2016, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Elena Casagrande Rech, matrícula nº 173983/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, nível 56, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 56, referência B, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2016.

Capinzal – SC, em 09 de maio de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 525/2016

PORTARIA Nº 525, DE 09 DE MAIO DE 2016
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1728/2016, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Eliane Terezinha Gasparini Martineli, matrícula nº 328162/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 372, referência D.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2016.

Capinzal – SC, em 09 de maio de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 526/2016

PORTARIA Nº 526, DE 09 DE MAIO DE 2016
Concede Progressão Funcional a servidor na forma que especifica

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 526/2016, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação à servidora Beloni Teresinha Natziuk, matrícula nº 306851/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Bibliotecário, nível 72, referência H, conforme o anexo II da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 72, referência I, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2016.

Capinzal – SC, em 09 de maio de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 527/2016

PORTARIA Nº 527, DE 09 DE MAIO DE 2016
Concede Progressão Funcional a Servidor na forma que especifica.

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso de suas atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 1733/2016, RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão por curso de formação educacional à servidora Ana Carolina Basquera Betiolo, matrícula nº 326380/01.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência D.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em maio de 2016.

Capinzal – SC, em 09 de maio de 2016
ANDEVIR ISGANZELLA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAUJO
Secretário da Administração e Finanças, interino

PORTARIA 528/2016

PORTARIA Nº 528, DE 09 DE MAIO DE 2016

Exonera servidor na forma que especifica

Prefeito do Município de Capinzal, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e com fundamento na legislação em vigor, RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, conforme requerimento protocolado sob o nº 1741/2016, Dirlei Von Borstel da Silveira, matrícula nº 327816/05, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, nível 35, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146/2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 05 de maio de 2016.

Capinzal – SC, em 09 de maio de 2016

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças, interino

APROVADOS CONCURSO 012/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL



EDITAL CP Nº 012 DE 14 DE ABRIL DE 2016

**DIVULGAÇÃO PROVISÓRIA DOS CANDIDATOS APROVADOS
COM MÉDIA IGUAL OU SUPERIOR A CINCO (5,0)**

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAPINZAL**, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vem por meio deste, tornar público a listagem provisória dos candidatos classificados e aprovados no concurso público objeto do Edital nº 12/2016, conforme segue abaixo:

AGENTE DE TRANSITO E DE DEFESA CIVIL								
Inscrição	Candidato	C.E	C.P	C.M	C.G	N.F	Situação.	Class.
5813	ALDECIR JOSÉ DE SOUZA	4,32	1,11	1,02	1,65	8,10	APROVADO(A)	1º
6990	MICHELI VANESSA DA SILVA	3,36	0,37	1,02	1,32	6,07	APROVADO(A)	2º
5980	RAMIRO MARCELO DOS SANTOS	2,40	1,48	0,34	1,65	5,87	APROVADO(A)	3º
6918	LISANDRO CASSIO ANDRIOLI	2,40	0,74	1,02	1,65	5,81	APROVADO(A)	4º
5731	LUANA FERNANDA DE SOUZA	0,96	1,48	1,02	1,65	5,11	APROVADO(A)	5º

Sem mais,

Publica-se e registra-se em

Joaçaba, SC – 06 de Junho de 2016.

APRENDER.COM

GABARITO OFICIAL EDITAL 012/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL



EDITAL CP N° 012 DE 14 DE ABRIL DE 2016

GABARITO OFICIAL

AGENTE DE TRANSITO E DE DEFESA CIVIL									
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
D	B	C	D	B	C	A	D	C	A
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	A	C	C	B	C	A	B	D	C
21	22	23	24	25					
B	D	C	D	A					

Publica-se e registra-se em,

Joaçaba, SC – 06 de Junho de 2016.

APRENDER.COM

Catanduvás

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0096/2016

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0096/2016

Processo Licitatório nº 0056/2016 Pregão nº 0041/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: MANITOU BRASIL IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE MÁQUINAS DE ELEVACAO LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE AQUISIÇÃO DE MINI CARREGADEIRA COM ACESSÓRIOS (CAPINADEIRA E VASSOURA COM ESPAGIMENTO.

VALOR: R\$177.000,00 (cento e setenta e sete mil reais).

As despesas decorrentes da presente contratação correrão através da seguinte dotação orçamentária:

1.107.4490.00 - 100 - 60/2016 - AQUISIÇÃO MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS E MOBI

1.107.4490.00 - 189 - 62/2016 - AQUISIÇÃO MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E VEICULOS E MOBI

1.107.4490.00 - 164 - 107/2016 - AQUISIÇÃO MÁQUINAS,EQUIPAMENTOS E VEICULOS E MOBI

VIGÊNCIA: partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Catanduvás, SC, 24 de maio de 2016.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC

Gisa Aparecida Giacomini

LEI Nº 2.536/2016 DE 02 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 2.536, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DA REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS E DO SUBSÍDIO DOS VEREADORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CATANDUVAS/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

GISA APARECIDA GIACOMINI, Prefeita do Município de Catanduvás/SC, no uso de suas atribuições que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

Art. 1º Fica concedida revisão geral anual de nove vírgula oitenta e três zero sete por cento (9,8307%) na remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas e no subsídio dos vereadores da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvás/SC.

§ 1º O percentual previsto no caput deste artigo corresponde à revisão geral anual de que trata o art. 37, inciso X da Constituição Federal, destinada a preservar o poder aquisitivo decorrente da variação de Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE acumulado de 1º de maio de 2015 a 30 de abril de 2016.

§2º A remuneração dos servidores ativos, inativos e pensionistas e o subsídio dos vereadores da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvás/SC não poderá exceder o subsídio da Prefeita, em observância ao que dispõe o art. 37, inciso XI da Constituição Federal, aplicando-se o percentual disposto no art. 1º desta lei até o limite Constitucional.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal de Vereadores de Catanduvás/SC.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de maio de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Catanduvás (SC), 02 de junho de 2016.

Gisa Aparecida Giacomini

Prefeita

Davi Pecinato

Resp. Secretaria de Administração e Finanças Registrada e publicada nesta data.

Caxambu do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 35/2016

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº.: 35/2016
Pregão Presencial Nº.: 24/2016
Tipo: Menor Preço / Por lote.
Objeto: AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA COM COBERTURA EM POLICARBONATO E PORTÃO PARA MANUTENÇÃO DA CRECHE MUNICIPAL CRIANÇA FELIZ.
Entrega dos Envelopes: 13h55min do dia 21 de Junho de 2016.
Abertura dos Envelopes: 14h00min do dia 21 de Junho de 2016.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Av. Presidente Getulio Vargas, nº 615, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 07:30hs às 11:30hs e das 13:30hs às 17:30hs ou pelo fone (49) 3326-0433/33260127, e pelo site www.caxambudosul.sc.gov.br .
CAXAMBU DO SUL, 06 de Junho de 2016.
VILMAR FOPPA
Prefeito Municipal

Celso Ramos

PREFEITURA

CONTRATO 89 E 90/2016

PREGÃO PRESENCIAL 31/2016

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC

REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2016

MUNICÍPIO DE CELSO RAMOS/SC, pessoa jurídica de Direito Público Interno, devidamente inscrita no CGC/MF sob nº 78.493.343/0001-22, no ato representado pelo Sra. INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS, brasileira, Prefeita Municipal, órgão gerenciador deste Registro de Preço, neste ato denominado como Administrador/Contratante, e as empresas:

LA INFORMATICA, inscrita no CNPJ: 119248510001-45, sito à MARECHAL DEODORO 337 – CENTRO – CAMPOS NOVOS/SC, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. ANGELO MATOS DA CAS, inscrito pelo CPF: 015867539-83;; MAXI MOVEIS E PAPELARIA, inscrita no CNPJ: 23518341-0001/59, RUA FELIPE SCHMIDT, 265 – JOAÇABA/SC neste ato representada pelo seu representante legal Sr. LUCIANO PILATTI, inscrito pelo CPF: 021948939-46, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. RAPHAEL DEUCHER PIRES, firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

1. DO OBJETO

O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FMS DE CELSO RAMOS/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTES EDITAIS.

2. VALOR

2.1 O valor total registrado através da presente ata obedece ao disposto no PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS, seus anexos e a proposta apresentada pelo Detentor.

2.2 - DOS ITENS

3. DEVERES DO DETENTOR

3.1 Entregar os itens nas condições e formas previstas no presente Edital, vindo a responder pelos danos eventuais que comprovadamente vier a causar, em decorrência de descumprimento a quaisquer das cláusulas nele previstas;

3.2 – Entregar os produtos na sede do município, diretamente nos locais a que for autorizado, e de acordo com as marcas estabelecidas nas propostas.

3.3 – Entregar somente com autorização expressa e formal do Chefe do Departamento de Compras do município, através de apresentação do documento assinado por ele, no dia e hora que o mesmo solicitar, salvo por motivo de força maior ou urgência comprovada;

3.4 -Enviar, juntamente com a Nota Fiscal, o referido documento assinado pelo mesmo anexado a mesma;

3.5 -Entregar os produtos e serviços licitados com qualidade e que cumpram as determinações da legislação vigente, de acordo com a proposta apresentada.

3.6 - Todos os materiais devem ser de primeira linha, com garantia mínima de 6 (seis) meses em cada item LICITADO. Para que assim garanta a eficiência e qualidade na reposição de peças nos equipamentos da Prefeitura Municipal e Fundo Municipal de Saúde.

3.7 - Em caso de não funcionamento na instalação/primeiro uso de TODOS OS ITENS DESTES EDITAIS, a empresa deverá enviar um novo equipamento, lacrado.

4. SUBSTITUIÇÃO E REGISTRO DOS PRODUTOS

4.1 Na ocasião da entrega dos produtos, não havendo disponibilidade de marca, fica autorizada a substituição dos produtos ofertados na licitação, desde que os produtos substituintes também cumpram às especificações do Edital de Licitação, possuindo inclusive os mesmos registros / cadastros devidos, na conformidade da legislação vigente.

5. ENTREGA E RECEBIMENTO

5.1 O Detentor deverá entregar o objeto requisitado em até 5 dias úteis do recebimento da requisição (A.F) de Prestação de Serviços.

5.1.1 A nota fiscal deve vir com a descrição detalhada dos produtos (quando for o caso), bem como dos serviços que prestarem.

5.2 Constatadas irregularidades, a Administração poderá:

5.2.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou complementação, ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.2 Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente registrado;

5.2.3 Na hipótese do subitem anterior, o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades, recomeçando seu cômputo apenas quando da efetivação da nova entrega dos materiais substituídos ou complementados;

5.2.4 A entrega do material substituído ou complementado dar-se-á de forma provisória, nos termos do item 5.2, a fim de que seja novamente aferida a sua compatibilidade com os termos do presente Edital;

5.2.5 Verificando-se que a nova entrega está em termos, será emitido Termo de Recebimento Definitivo, nos mesmos moldes do subitem 5.2;

5.2.6 Caso a nova entrega ainda se verifique fora dos padrões do Edital, a Administração optará entre notificar novamente a Contratada ou declarar o inadimplemento da avença administrativa, com a aplicação das sanções pertinentes.

5.3 Na hipótese deste subitem 5.3 o prazo previsto no subitem 5.2 será interrompido até que sejam sanadas as irregularidades.

6. DO PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos serão efetuados até 45 dias após a emissão da Nota Fiscal emitida de acordo com empenho.

6.2 Para o faturamento deverá ser apresentado o seguinte:

a) Nota Fiscal de Faturamento e Autorização de Fornecimento;

7. REAJUSTE

7.1 Os preços registrados poderão ser revisados/alterados, em caso de oscilação do custo de produção, após 90 dias da homologação do Registro de Preços, a pedido do Contratado, comprovadamente refletida no mercado, tanto para mais como para menos.

7.2 Caso o contratado efetue o pedido de revisão, será verificado dentre os proponentes que registraram o(s) respectivo(s) item(s), o preço atualizado, reclassificando-se os preços cotados, se for o caso, bem como nas demais hipóteses previstas na Lei n. 8.666/93.

7.3 Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridos após a adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8. DAS SANÇÕES

8.1 Poderá a Administração, garantida a prévia defesa, aplicar à detentora de adjudicação as seguintes penalidades:

8.2 Suspensão temporária do direito de licitar e de contratar com o Município, pelo período de até 05 (cinco) anos, caso haja recusa em assinar a Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido.

8.3 multas pecuniárias, nas seguintes proporções: adjudicação da presente licitação, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

8.3.1 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Nota de Empenho, nos casos de recusa da detentora da Ata de Registro de Preços em aceitá-la, ato que caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida;

8.3.2 moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do material não entregue dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado, até o máximo de 30 dias, após o que poderá a critério da Administração, não mais ser recebido e aceito, configurando-se a inexecução total do ajuste, com as consequências previstas em lei e nesta cláusula;

8.3.3 de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do material não entregue – observando –se que independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da entrega se dá no memento em que é atestado o recebimento definitivo – hipótese que caracteriza, conforme o caso, inexecução total ou parcial do ajuste.

8.4 A apresentação das razões do atraso, antes da data avençada para entrega do material, embora não elida por si a penalidade, poderá contar favoravelmente à empresa quando da decisão da Administração, se cabíveis os argumentos apresentados.

8.5 Nos termos do parágrafo 3º do art. 87 da Lei 8666/93, a multa, caso aplicada após regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

8.6 Além das multas, a detentora da Ata de Registro de Preços que apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderão, garantida a prévia defesa, ser aplicadas as seguintes sanções legais:

8.6.1 advertência;

8.6.2 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 5 (cinco) anos; e

8.6.3 declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9. VIGÊNCIA

9.1 A presente Ata de Registro de Preços tem vigência de 12 (doze) meses, de 06/06/2016 à 06/06/2017.

10. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1 A presente Ata de Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na Lei 8666/93

10.2 No caso de surgirem dúvidas sobre a inteligência das cláusulas do presente Contrato, tais dúvidas serão resolvidas com o auxílio dos postulados que norteiam o Direito Administrativo e as suas leis de regência, assim como da Legislação Civil, no que couber.

11. DESPESA

11.1 – A Administração Municipal da Prefeitura de Celso Ramos poderá utilizar-se dos preços registrados através deste certame a qual utilizará as dotações orçamentárias de 2016:

PROJETO / ATIVIDADE	SECRETARIA/DESTINO
8 11	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas

13 16	SECRETARIA DE AGRICULTURA 4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas
25 24	SECRETARIA CIDADE E MEIO AMBIENTE 4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas
45 46	SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas 4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas
55 57	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas 4.4.90.00.00.00.00.00.0201 – Aplicações Diretas
73 74 82 100	FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas 4.4.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00.0081 – Aplicações Diretas 3.3.90.00.00.00.00.00.0002 – Aplicações Diretas
5 8	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE 3.3.90.00.00.00.00.00.0202 – Aplicações Diretas 4.4.90.00.00.00.00.00.0202 – Aplicações Diretas

12. RESCISÃO

12.1 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, caso se materialize uma, ou mais, das hipóteses contidas no artigo 78, itens I a XVII, da Lei nº 8.666/93.

12.2 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser revogada por razões de interesse público (art.49, caput, da Lei 8.666/93), decorrente de fato superveniente devidamente comprovado;

12.3 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida unilateralmente o ajuste nos termos do inciso I do artigo 79 da Lei nº 8666/93.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 O Detentor deverá manter durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação.

13.2 As empresas licitantes serão responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados, em qualquer época ou fase do processo licitatório;

13.3 Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos à presente licitação.

13.4 Na contagem dos prazos será observado o disposto no artigo 110 da Lei nº 8666/93.

14. DO FORO

14.1 Fica eleito o Foro da Comarca Anita Garibaldi/SC, para dirimir todas as questões desta licitação, que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil. E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor.

Celso Ramos, 06 de junho de 2016.

PREFEITA MUNICIPAL

INES TEREZINHA PEGORARO SCHONS

JOAO GUILHERME BISCARO

ASSESSOR JURIDICO

OAB/SC 28375

DETENTORES:

L.A. INFORMATICA
ANGELO MATOS DA CAS

MAXI MOVEIS E PAPELARIA
LUCIANO PILATTI

CONTRATO 85 A 90/2016

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS
 Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
370	85/2016	02/06/2016	31/12/2016	43/2016	Não	4.536,40		AQ DE BRINQUEDOS E SIMILA L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS P ESCRITOF	
	Objeto: AQUISIÇÃO DE ITENS DIVERSOS PARA A INSTRUMENTALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE DO NUCLEO RAFAELA PIZETTI SUPPI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTE EDITAL.								
371	86/2016	02/06/2016	31/12/2016	43/2016	Não	5.286,00		AQ DE BRINQUEDOS E SIMILA MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	
	Objeto: AQUISIÇÃO DE ITENS DIVERSOS PARA A INSTRUMENTALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE DO NUCLEO RAFAELA PIZETTI SUPPI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTE EDITAL.								
372	87/2016	02/06/2016	31/12/2016	43/2016	Não	2.716,40		AQ DE BRINQUEDOS E SIMILA VERONICA MARIA FERREIRA DE ALBUQUERQUE -	
	Objeto: AQUISIÇÃO DE ITENS DIVERSOS PARA A INSTRUMENTALIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL/CRECHE DO NUCLEO RAFAELA PIZETTI SUPPI, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTE EDITAL.								
373	88/2016	06/06/2016	31/12/2016	46/2016	Não	110.900,00		AQUISIÇÃO DE VEICULO OKM DE MARCO LTDA	
	Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO NOVO, ZERO KM, TIPO: VAN/MINIBUS, ESPÉCIE: PASSAGEIROS, PARA USO EM TRANSPORTE ESCOLAR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DESCRITO NO ANEXO I DESTE EDITAL.								
374	89/2016	06/06/2016	31/12/2016	48/2016	Não	13.250,00		AQUISIÇÃO DE MAT DE INFOR L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS P ESCRITOF	
	Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FMS DE CELSO RAMOS/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTE EDITAL.								
375	90/2016	06/06/2016	06/06/2017	48/2016	Não	5.825,00		AQUISIÇÃO DE MAT DE INFOR MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME	
	Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA E MÓVEIS PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS E FMS DE CELSO RAMOS/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS DESTE EDITAL.								

Total: 6

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/2016

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 17 de junho de 2016, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é a formação de registro de preços para a aquisição de lubrificantes, a serem utilizados na manutenção dos veículos lotados no Fundo de Saúde do Município de Chapadão do Lageado/SC e nos demais órgãos do Município de Chapadão do Lageado, conforme especificações contidas no Termo de Referência - Anexo II. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 07h30min às 13h30min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 07 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 221/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 221/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do Requerimento de Prorrogação de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família instruído com a solicitação do Médico do Paciente, ratificada pela Junta Médica Oficial do Município, nomeada através da Portaria nº 148/2016;

- CONSIDERANDO, as disposições constantes no Processo Administrativo SAP/DRH n. 001/2016/PRORROGAÇÃO, que caracterizou a necessidade da Servidora Requerente permanecer prestando assistência direta ao Paciente no período referido abaixo;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, II, e §§ 5º, 6º, 7º, 8º, 9º e 10, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar a Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família em favor da Servidora Pública LUCIANI PAUL KERSCHBAUM, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Assistência Social, matriculada sob o nº 2423/02, pelo período de 30.05.2016 à 28.07.2016 (60 dias), com remuneração integral de acordo com o §10, I, do art. 64 da LC n. 008/99.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 30.05.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de junho de 2016.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Portaria 222/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 222/2016

- CONSIDERANDO, a apresentação do atestado médico de 07, (sete) dias, datado de 01.06.2016;

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e em conformidade com a Lei Complementar nº. 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de Saúde a Servida Pública MARCIA MICHELS, Empregada Pública – 40 horas, na Secretaria Municipal da Saúde, pelo período de 01.06.2016 a 07.06.2016, conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 01.06.2016.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Portaria 223/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 223/2016

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 01/06/2014 à 31/05/2015, a FLAVIO DA SILVEIRA, matriculado sob o nº 230/04, ocupante do cargo efetivo de Fiscal de Tributos na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 30 (trinta) dias no período de 06.06.2016 à 05.07.2016, acrescidas de 1/3 do abono constitucional, conforme art. 46 da LC nº 008, de 23.12.99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 06 de junho de 2016.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Chapecó

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO Nº03/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 3, DE 6 DE JUNHO DE 2016.

Acata o veto integral ao Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de expedição de Receitas Médicas digitadas em computador e dá outras providências.

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e fica promulgado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica acatado o veto integral aposto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, objeto da Mensagem nº 3759/16, ao Projeto de Lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de expedição de Receitas Médicas digitadas em computador e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de junho de 2016.

JOÃO MARIA MARQUES ROSA
Presidente

ADÃO VALCIR TEODORO
Vice-Presidente

CLEBER CECCON
1º Secretário

VALMOR JUNIOR SCOLARI
2º Secretário

EXTRATO DE CONTRATO Nº 13 DE 2016

Extrato de Contrato
Contrato Administrativo nº 13/2016

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Guarda e Pimentel Ltda
Objeto: Licença de uso de Software (Antivirus)
Valor: R\$ 4.388,86
Vigência: 01/06/2016 a 31/05/2017.

Chapecó, 31 de maio de 2016
João Maria Marques Rosa
Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 14 DE 2016

Extrato de Contrato
Contrato Administrativo Nº 14/2016

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Diário SB Comunicação Ltda Me
Objeto: 25 (vinte e cinco) Assinaturas do Jornal Sul Brasil
Valor/Ano: R\$ 10.000,00
Vigência: 02/06/2016 até 01/06/2017.

Chapecó, 02 de junho de 2016.
João Maria Marques Rosa
Presidente

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15 DE 2016

Extrato de Contrato
Contrato Administrativo nº 15/2016

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Vitrine Comunicação Ltda ME
Objeto: 23 (vinte e três) assinaturas do Jornal Vitrine Comunicação
Valor/Ano: R\$ 3.450,00
Vigência: 02/06/2016 até 01/06/2017.

Chapecó, 02 de junho de 2016.
João Maria Marques Rosa
Presidente

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10 DE 2016

Processo Administrativo Nº 14/2016
Inexigibilidade de Licitação Nº 10/2016

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Diário SB Comunicação Ltda ME
Objeto: 25 Assinaturas do Jornal Sul Brasil
Valor: R\$ 10.000,00

Chapecó, 01 de junho de 2016.
João Maria Marques Rosa
Presidente

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11 DE 2016

Processo Administrativo Nº 15/2016
Inexigibilidade De Licitação Nº 11/2016

Contratante: Câmara Municipal de Chapecó
Contratada: Vitrine Comunicação Ltda ME
Objeto: 23 Assinaturas Do Jornal Vitrine Comunicação
Valor: R\$ 3.450,00

Chapecó, 01 de junho de 2016.
João Maria Marques Rosa
Presidente

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2016

O Secretário Municipal de Agricultura Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente torna público que ratificou o ato do Senhor CÉSAR PELLIZZARO, Diretor de Desenvolvimento Rural, que declarou Dispensável a Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24 da Lei Federal nº 8.666/1993 e posteriores alterações, homologada, em 03 de junho de 2016, referente a contratação de empresa para prestação de serviço de conserto, limpeza e higienização e manutenção dos aparelhos de ar condicionado da SEMADRA, a favor da empresa: WAGNER A. FASSBINDER - ME, no valor total de R\$ 1.955,00 (um mil, novecentos e cinquenta e cinco reais).

LEONIR GRIGOLLO

Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural E Meio Ambiente

PORTARIA FMC Nº 27/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA

PORTARIA FMC Nº 27/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

O Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.288, de 20 de janeiro de 1989, c/c o disposto na Lei Complementar nº 216, de 12 de dezembro de 2001 e Decreto nº 1.021/2013, de 27 de dezembro de 2013, e considerando;

- a necessidade de adequar horário de atendimento ao público externo;
- a concordância do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º Fixar a partir do dia 6 de junho de 2016, horário especial de trabalho a servidora KAREN JÚLIA COLDEBELLA FERREIRA, ocupante do cargo de Auxiliar de Biblioteca, na forma abaixo:

I – Segunda à Sexta-feira: Das 9h30 às 12h30 e das 13h30 às 18h30;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Cultura de Concórdia.

GILMAR LUIZ MONTICELLI

Diretor-Geral/Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

PORTARIA Nº 04/2016, DE 25 DE MAIO DE 2016-FUMDEMA

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – FUMDEMA

PORTARIA Nº 04/2016, DE 25 DE MAIO DE 2016.

O Superintendente da Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUMDEMA.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3.178, de 20 de setembro de 1999 e no Decreto nº 4.249, de 25 de julho de 2000, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, no mês de junho de 2016, à servidora IVETE DAHMER ALBIERO, ocupante do cargo de BIÓLOGO, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo.

Parágrafo único. A licença-prêmio a que se refere o caput deste artigo é relativa ao quinquênio – período aquisitivo de 10 de maio de 2011 a 09 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fundação Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

RONEI GARCIA DE MELLO

Diretor/Superintendente da FUMDEMA

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO N. 353/2016

DECRETO Nº353/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016

"NOMEIA ASSESSOR DE SECRETARIA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto do Art. 70 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia a partir do dia 06/06/2016 o Sr. ROBERTO CAR-RARO, para exercer o cargo de Assessor de Secretaria, com carga horária integral, ficando lotado na Secretaria Municipal de Infraes-trutura.

Art. 2º O Servidor nomeado pelo presente, sujeitar-se-á ao dispo-sto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipal – LC nº 18/2001 e ao Plano de Cargos e Salários – LC nº 93/2013 e alterações.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto, estão consignadas no orçamento Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO N. 354/2016

DECRETO Nº354/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVI-DÊNCIAS".

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto no Art. 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis:

DECRETA

Art. 1º Conceder à Servidora municipal Sra. MARGA ANGELA MO-CELLIN GIACOMIN ocupante do cargo de Técnico em Apoio Admi-nistrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, Fazen-da e Planejamento, 15 (quinze) dias de férias relativas ao período aquisitivo de 07/02/2014 a 06/02/2015, que serão gozadas a partir do dia 25/07/2016.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será paga no mês de junho de 2016.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MARGA ANGELA MOCELLIN GIACOMIN

Ciente em: ____/____/2016

DECRETO N. 355/2016

DECRETO Nº 355/2016

"Nomeia Comissão PARA REALIZAR CHAMADA PÚBLICA - Edital nº 01/2016 - E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais (Artigo 70 da Lei Orgânica Municipal),

DECRETA:

Art. 1º Constitui Comissão Especial para a realização de todas as etapas da Chamada Pública - Edital nº 01/2016 - destinado à contratação de pessoal em caráter temporário para preenchimento de vaga existente no Magistério Público Municipal no ano letivo de 2016.

Art. 2º Ficam nomeados para compor a Comissão Especial da Cha-mada Pública - Edital nº 01/2016 - sob a presidência da primeira, os seguintes servidores: Katia Ana Di Domênico; Ivanete Lourdes Pederssetti; Sonia Fatima Cenci; e Vania Cristina Graciani.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 06 de Junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI
Prefeito de Cordilheira Alta

Registrada e publicada em data supra.

EDITAL CHAMADA PÚBLICA N. 01/2016 - PROFESSOR LINGUA PORTUGUESA
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

AUCEU MAZZIONI, Prefeito do Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, TORNA PÚBLICO que realizará CHAMADA PÚBLICA visando à contratação de pessoal em caráter temporário para preenchimento de vaga existente no Magistério Público Municipal no ano letivo de 2016, em razão da abertura de vaga para cargo não ofertado no Edital de Processo Seletivo nº 01/ 2016, sempre sob amparo de excepcional interesse público, com a estrita observância dos princípios constitucionais da impessoalidade, publicidade e eficiência administrativa, a qual reger-se-á pelas Instruções Especiais contidas neste Edital, bem como pelas demais disposições legais vigentes, sob o comando da Comissão Especial, e considerando os itens a seguir:

1. DA CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO:

1.1 Ficam convocados os interessados (pessoalmente ou mediante procuração por instrumento público ou particular contendo poder específico para o ato, sendo necessário o reconhecimento de firma em cartório, pelo outorgante, com a devida apresentação de documento de identidade original daquele que efetuar a inscrição - candidato ou procurador) para inscrever-se na Chamada Pública - nos termos do Edital nº 01/2016 - mediante apresentação na Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, munidos da seguinte documentação (originais e cópia simples legível para conferência ou somente cópia autenticada em cartório): 1) Cédula de Identidade e CPF; 2) Comprovante da habilitação; 3) Comprovante de Tempo de Serviço no Magistério computado até 31/12/2015; e 4) Formulário próprio de inscrição para Chamada Pública - Anexo I deste Edital - conforme cronograma a seguir:

Data	Horário	Área de Atuação/Disciplina
10/06/2016	Das 8h às 11h	Professor de Língua Portuguesa - 20h

2. DA VAGA

CARGO	CARGA HORÁRIA	ESCOLA	TURNO	TÉRMINO CONTRATO	VAGA VINCULADA
Professor de Língua Portuguesa	20h semanais	Fernando Machado	Vespertino	23/07/16	Sim (Licença para tratamento de saúde de Professor titular)

2.1 Respeitadas as hipóteses legais autorizativas, o candidato contratado poderá ter seu contrato prorrogado, conforme necessidade da Rede Municipal.

3. DA CLASSIFICAÇÃO E CRITÉRIOS DE DESEMPATE

3.1 A classificação desta Chamada Pública ocorrerá por ordem de formação acadêmica dos candidatos.

3.2 Havendo dois ou mais candidatos para a mesma vaga será dada preferência ao que possuir maior habilitação.

3.3 Havendo dois ou mais professores habilitados será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no Magistério e, persistindo a igualdade, precederá o mais idoso.

3.4 Havendo dois ou mais professores não-habilitados, será dada preferência aos que tiverem maior tempo de serviço no Magistério e, persistindo a igualdade, precederá o de maior idade.

4. DA CONVOCAÇÃO

4.1 O candidato classificado estará sendo convocado para assumir a vaga no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar daquela data, considerando-se somente os dias úteis, devendo entregar no Departamento de Recursos Humanos do Município de Cordilheira Alta os seguintes documentos:

- Prova de ser brasileiro nato ou naturalizado, idade mínima 18 anos (cópia identidade);
- Fotocópia do CPF;
- Fotocópia do título eleitoral; Comprovante da última votação;
- Fotocópia Certidão de casamento ou nascimento ou declaração de convivência;
- Fotocópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 14 anos;
- Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Fotocópia do Diploma ou Certificado de conclusão para comprovar a escolaridade exigida e inscrição no órgão fiscalizador da profissão;
- Fotocópia de inscrição no Pis/Pasep;
- 01 foto 3x4;
- Declaração de endereço atualizado ou cópia da fatura de água, luz ou telefone;
- Declaração de não acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
- No caso de acumulação legal de cargo, função ou emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária;
- Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares;
- Declaração de BENS ou IRRF;
- Declaração de dependentes para fins de abatimento no Imposto de Renda na Fonte;
- Fotocópia do certificado militar ou dispensa CDI (masculino);
- Atestado de Aptidão Mental para o exercício do cargo; (psicóloga);
- Laudo Médico oficial para exercício do cargo (permitir-se-á prazo maior para apresentação deste documento);
- Folha Corrida Judicial;
- Certidão negativa de antecedentes criminais expedida pela Justiça Eleitoral do domicílio eleitoral dos últimos 05 (cinco) anos;
- Conta Corrente – Banco do Brasil
- Comprovante de frequência escolar, para crianças a partir de 07 (sete) anos, no caso de menor inválido que não frequente a escola por motivo de invalidez, deve ser apresentado atestado médico que confirme o fato. OBS: Deve ser também apresentado nos meses de maio e novembro de cada ano.

4.2 O candidato que deixar de assumir as suas funções no prazo de 24 (vinte e quatro) horas perderá o direito à vaga, ficando excluído da listagem do processo seletivo do ano letivo em andamento.

4.3 O candidato chamado para assumir vaga deverá entregar a documentação de que trata o item 4.1 deste Edital no Departamento de Recursos Humanos do Município de Cordilheira Alta.

5. DA REMUNERAÇÃO

5.1 A remuneração, com base na legislação municipal vigente, a ser paga é a seguinte:

Professor Habilitado	20h semanais	R\$ 1.255,58
Professor Não Habilitado	20h semanais	R\$ 1.004,46

6. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

6.1 A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na tácita aceitação das condições no inteiro teor deste Edital e das instruções específicas, expedientes dos quais não poderá alegar desconhecimento.

6.2. O candidato terá direito à remuneração a partir do primeiro dia em que entrar em exercício, desde que efetivada a sua contratação, respeitadas as disposições editais e legais pertinentes.

6.3 A inexatidão das informações, falta e/ou irregularidades de documentos, ainda que verificadas posteriormente, eliminarão o candidato do respectivo Edital de Convocação da Chamada Pública, anulando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

6.4 Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial composta pelo Decreto nº 355/2016, respeitada a legislação em vigor.

Cordilheira Alta/SC, 06 de Junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito de Cordilheira Alta

ANEXO I

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2016

Nº Inscrição: _____

(para preenchimento exclusivo SEDUC)

*Preenchimento obrigatório pelo candidato

Área de Atuação/Disciplina*: _____

Nome*: _____

Idade*: _____

Data Nascimento*: ____/____/____ Local*: _____

Estado Civil*: _____ RG*: _____ CPF*: _____

E-mail*: _____ Fone Fixo*: _____ Celular*: _____

Escolaridade*:

() Pós Graduação (Especialização/Mestrado/Doutorado) _____

() Licenciatura Plena _____

() Licenciatura Curta _____

() Estudos Adicionais _____

() Magistério _____

() Cursando _____ Período: _____

() Ensino Médio _____

() Outro: _____

Tempo de Serviço (para preenchimento exclusivo SEDUC, conforme documentação apresentada):

- Magistério Municipal: _____ anos, _____ meses, _____ dias;

- Magistério Estadual: _____ anos, _____ meses, _____ dias;

- Magistério Particular: _____ anos, _____ meses, _____ dias;

Total: _____ anos, _____ meses, _____ dias.

Assinatura do Candidato*: _____

Assinatura do Responsável pelo recebimento da Inscrição: _____

Data: ____/____/____

ATENÇÃO: O preenchimento deste documento (duas vias) em desacordo com as orientações nele contidas e/ou com as disposições editais correlatas autorizará a recusa do recebimento da respectiva inscrição.

EXTRATO DE EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N. 01/2016

ALCEU MAZZIONI, Prefeito de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que estará realizando Chamada Pública- Edital nº 01/2016 - destinada à contratação em caráter temporário e emergencial de Professor de Língua Portuguesa.

A inscrição somente será efetuada via presencial, junto à Secretaria de Educação, no endereço: Rua Celso Tozzo, 27, Centro, Cordilheira Alta/SC, no dia 10/06/2016 das 8h às 11h.

Maiores informações poderão ser obtidas pelo Fone 49 – 33589100.

Cordilheira Alta (SC), em 06 de Junho de 2016.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1059/16

DECRETO Nº 1059/16

AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO CORUPAENSE DOS ARTESÃOS - ACART, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller, no dia 11 de junho de 2016, das 08 às 17 horas, para a realização de feira, tendo como responsável a Associação Corupaense dos Artesãos - ACART.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da Associação Corupaense dos Artesãos - ACART.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 03 de junho de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº 1060/16

DECRETO Nº 1060/16

AUTORIZA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE, A FAZER USO DO ESPAÇO PÚBLICO NA PRAÇA MUNICIPAL ARTUR MÜLLER E AVENIDA GETÚLIO VARGAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto do Artigo 66, inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o artigo 152 e 155 da Lei Complementar Municipal nº 010/2009, de 29 de setembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado o uso do espaço público da Praça Artur Müller e na Avenida Getúlio Vargas, no dia 11 de junho de 2016, das 09 às 12 horas, para a realização de ação de divulgação, tendo como responsável a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, na pessoa da Sra. Claudia Robertha de Arrazão.

Art. 2º - Toda a limpeza (principalmente dos banheiros), segurança, zelo e integridade do patrimônio público, relativamente ao local da realização do evento, fica sob inteira responsabilidade da ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, na pessoa da Sra. Claudia Robertha de Arrazão.

Art. 3º - A autorização para uso do espaço público não acarreta em prejuízo a necessidade de observância aos ditames do Código de Posturas e demais Leis, inclusive no tocante a vedação ao consumo de bebidas alcoólicas em espaços públicos e vedação ao embarço a fluidez regular do trânsito.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 03 de junho de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 02/2016**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 02/2016**

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso de suas atribuições legais, torna público que estarão abertas no período de 30 de maio a 15 de junho de 2016, no horário compreendido, das 8 às 12 horas, na Secretaria Municipal de Educação de Corupá, as inscrições de candidatos para provimento de vaga específica na Administração Municipal na área da Saúde para o ano de 2016, regendo-se pelas disposições do presente Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 Este Processo Seletivo destina-se a selecionar candidatos para preenchimento da vaga criada por tempo determinado e reger-se-á pela Legislação em vigor (Lei Complementar Municipal 014/09 de 15/12/2009 e suas alterações), sendo o vínculo de trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, com contribuição para o Regime Geral de Previdência (INSS).

2. DAS INSCRIÇÕES:

2.1 Não será permitida a inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, no entanto, por procuração pública ou por instrumento particular com firma reconhecida, com poderes específicos para este Processo Seletivo, devendo o procurador entregar, além dos documentos exigidos, o instrumento de procuração original.

2.2 O candidato inscrito por procuração assume total responsabilidade pelas informações prestadas por seu procurador na ficha de inscrição, arcando o candidato com as consequências de eventuais erros de preenchimento daquele documento.

2.3 Em ocorrendo divergência entre o cargo indicado na procuração e o cargo indicado na Ficha de Inscrição, será considerado o que constar da ficha de inscrição.

2.4 O candidato deverá preencher na ficha de inscrição o código do cargo que pretende atuar, munidos da documentação relacionada no item 3 e mediante preenchimento e entrega da ficha de inscrição, conforme modelo Anexo I.

2.5 No ato da inscrição o candidato receberá seu respectivo comprovante de inscrição devidamente assinado pelo atendente.

2.6 A inscrição só terá validade se o comprovante estiver devidamente assinado.

2.7 É vedada a inscrição de ex-servidores públicos (federal, estadual ou municipal) que tenham sido demitidos a bem do serviço público, por abandono de cargo, bem como aqueles exonerados em estágio probatório em razão de inaptidão para o cargo.

2.8 Se houver inscrição de candidatos na situação mencionada no parágrafo anterior, o mesmo terá sua contratação rescindida.

3. DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO:

3.1 São condições para a inscrição:

a) Preencher corretamente a Ficha de Inscrição do Processo Seletivo, prevista no Anexo I;

b) Ser brasileiro nato ou naturalizado;

c) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos até o último dia da inscrição;

d) Encontrar-se no pleno gozo de seus direitos civis e políticos;

e) Estar quites com as obrigações militares e eleitorais;

f) Apresentar fotocópia da Cédula de Identidade (frente e verso);

g) Apresentar fotocópia do CPF;

h) Apresentar fotocópia do Comprovante de Residência (Conta de água, Telefone ou Luz), ou o candidato deverá apresentar como prova para comprovar a residência, declaração prevista no Anexo II;

i) Apresentar fotocópia do Comprovante de Escolaridade, conforme a exigência do cargo;

j) Fornecer com exatidão todos os demais dados necessários para o preenchimento da ficha de inscrição;

k) Conhecer e estar de acordo com as exigências do edital.

3.2 As inscrições serão homologadas e publicadas na data provável de 22 de junho de 2016.

4. DAS PROVAS E DE SEU LOCAL DE REALIZAÇÃO:

4.1 Para o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário haverá prova escrita em horário, data e local a serem divulgados pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo.

5. DIVULGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO:

5.1 As listagens de classificação serão afixadas no mural da Prefeitura a partir de 22 de junho de 2016 e na Secretaria Municipal Saúde.

6. DA VAGA, FUNÇÃO, REMUNERAÇÃO, CARGA HORÁRIA E GRAU DE ESCOLARIDADE:

6.1 A vaga e sua distribuição está definida, conforme quadro abaixo. A vaga é para cadastro reserva, não gerando ao município a obrigação da contratação.

	Cargo	Salário	Carga horária	Grau de Escolaridade
CR*	Auxiliar de Consultório Dentário	R\$ 1.139,38	40h	Ensino Médio

*CR = Cadastro reserva

Adicional de auxílio alimentação para carga horária acima de 30 horas R\$ 286,00, de 20 horas a 29 horas R\$ 143,00 e de 10 horas a 19 horas R\$ 71,50.

7. DA CLASSIFICAÇÃO:

7.1 A classificação do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário será pela nota da prova escrita.

7.2 O critério de desempate será o de idade, prevalecendo o candidato que tiver maior idade.

8. DO APROVEITAMENTO:

7.1. O candidato classificado será convocado para atender as necessidades que surgirem no Município de Corupá.

7.2. Para efeitos de aproveitamento, serão respeitadas as listagens de classificação decorrentes de editais anteriores a este, dentro de sua validade.

7.3. A contratação será efetuada conforme necessidade do Município de Corupá, por tempo determinado, podendo ser prorrogado ou pelo prazo previsto na Lei Complementar nº 014/09.

9. DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO:

9.1. Na admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a. Habilitação;
- b. Quitação com obrigações militares e eleitorais;
- c. CPF e título de eleitor;
- d. Carteira de Trabalho;
- e. Conta Corrente na Caixa Econômica Federal;
- f. Comprovante de residência;
- g. Certidão de Nascimento dos filhos.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1. A inscrição constará do preenchimento de ficha própria à disposição na Secretaria de Educação e Cultura;

10.2. Não será admitida inscrição condicional ou por correspondência, admitindo-se, porém por procuração, a qual deverá ser anexada à ficha de inscrição;

10.3. O processo seletivo de que trata este edital será realizado sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura e da Secretaria Municipal de Saúde.

10.4. Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Comissão Coordenadora do Processo Seletivo;

10.5. A aprovação do candidato no Processo Seletivo Simplificado não gera ao Município a obrigatoriedade de sua contratação;

10.6. A vigência do presente Processo Seletivo Simplificado será de (01) um ano.

Corupá, 25 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

MAURI EDGAR PADILHA DE LIMA
ASSESSOR JURÍDICO
OAB-SC 28.541

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO: EDITAL 02/2016

Número de inscrição: _____ Cargo: _____

I – Identificação

Nome: _____

Data Nasc.: _____ RG: _____

CPF: _____

Estado Civil: _____ No de Dependentes: _____

Portador de Necessidade Especial: () Não () Sim.

Qual ? _____

II – Endereço

Rua/Avenida: _____ Número: _____ Apto _____

Município: _____ Bairro: _____ UF: _____

Telefone: _____ E-mail: _____

III - Habilitação Profissional

() Curso Superior em: _____

IV- Tempo de Serviço

Anos	Meses	Dias

Corupá, ____ de _____ de 2016.

Assinatura do responsável pela inscrição Assinatura do candidato

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ INSCRIÇÃO PARA PROCESSO SELETIVO Nº 02/2016		
	Nome do Cargo	
Nome do (a) Candidato (a):		
Portador de Necessidade Especial Sim Não	Qual:	
Corupá(SC)	Assinatura do Candidato:	Responsável pelo Recebimento - Prefeitura
/ /	(Obs: A Assinatura deverá ser igual a constante na identidade)	Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Declaramos para fins de comprovação de Residência a Comissão Executora do Teste Seletivo do Município de Corupá/SC, que _____

(Nome do Declarante)
portador do CPF nº _____ Carteira de Identidade _____, reside no Bairro _____ deste Município, e demonstra ser uma pessoa idônea e merecedora de inteira confiança desta Comunidade.

Por ser verdade, firmamos a presente declaração, para que surta os legais e jurídicos efeitos.

Corupá (SC), em ____ de _____ de 20__.

Assinatura declarante

PORTARIA Nº 3758/16

PORTARIA Nº 3758/16

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. GILMAR JUNGTON.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, por motivo de doença, do profissional Sr. Eurico Hamann.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário de Motorista, ao SR. GILMAR JUNGTON, estipulado na Portaria nº 3729/16, para a data de 30 de junho de 2016.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3729/16.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 31 de maio de 2016.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS E O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ DE CORUPÁ/SC PROCESSO Nº TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS

MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS

TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS E O(A) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ DE Corupá/SC

PROCESSO Nº

TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS Nº 15860/2016

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DAS MULHERES, DA IGUALDADE RACIAL E DOS DIREITOS HUMANOS, com sede no Setor Comercial Sul B, quadra 9, Lote C, Ed. Parque Cidade Corporate, Torre A, 10º andar, Brasília, DF, CEP.70.308-200, inscrita no CNPJ 23.657.991/0001-85, doravante denominada DOADORA, neste ato representada pelo(a) Ministro(a) de Estado do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, NILMA LINO GOMES, brasileiro(a), portador(a) do Registro Geral nº 2451543 - SSP/MG/MG, inscrito(a) no CPF sob o nº 555.110.236-04, residente e domiciliado(a) nesta Capital, no uso da competência outorgado(a) pela Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 29 de maio de 2003, na Seção I, e nomeada pelo Decreto de 05 de outubro de 2015 - Seção 2, e PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ DE Corupá/ com sede na(o) Avenida Getulio Vargas, 443 - Centro - Corupá, CNPJ 83.102.467/0001-70, doravante denominada DONATÁRIA, neste ato representada pelo(a) Prefeito, LUIZ CALOS TAMANINI, brasileiro(a), portador(a) da Carteira de Identidade 6464769, inscrito no CPF sob o nº 381.110.559-00, no uso

da competência outorgada pelo respectivo ato de nomeação, com fundamento no art. 15, inciso V, do Decreto nº 99.658, de 10 de outubro de 1990, com a redação dada pelo Decreto nº 6.807, de 20 de abril de 2007, e no art. 17, inciso II, alínea "a" da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, têm entre si acordado o presente TERMO DE DOAÇÃO COM ENCARGOS, visando o desenvolvimento de ações conjuntas voltadas ao fortalecimento dos Conselhos Tutelares, conforme as seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo a doação, pelo Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos ao Município Corupá, de 1 (um) automóvel(veis), cujas características constam do Anexo a este Termo, denominado Resumo Operacional do Termo, para serem utilizados exclusivamente na execução das atribuições legais do(s) Conselhos Tutelares do Município DONATÁRIO.

PARÁGRAFO ÚNICO - O anexo é parte integrante e indissociável deste Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO E UTILIZAÇÃO DOS BENS

Os bens doados somente poderão ser destinados aos fins de interesse social previstos neste Termo, sendo a sua utilização restrita pelo(s) Conselhos Tutelares do Município DONATÁRIO para a exclusiva execução das suas atribuições legais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DONATÁRIA

A DONATÁRIA obriga-se a:

- a) Encaminhar documentos, formulários, comprovantes e quaisquer outras peças necessárias à instrução do processo de doação que forem solicitadas pela DOADORA;
- b) Comparecer, por meio do responsável designado, em até 15 (quinze) dias, à concessionária indicada para a retirada do(s) veículo(s) doado(s), após a realização da vistoria;
- c) Fazer constar do seu planejamento orçamentário e financeiro recursos destinados à manutenção do(s) veículo(s), inclusive quanto ao pagamento de taxas, impostos e outros emolumentos necessários à circulação do(s) veículo(s);
- d) Pagar anualmente o IPVA e o Seguro Obrigatório do(s) veículo(s) na data de vencimento, conforme indicado no respectivo Certificado de Licenciamento e Registro de Veículo - CRLV;
- e) Realizar, periodicamente, as manutenções preventivas previstas no Manual do Proprietário;
- f) Realizar os reparos eventualmente necessários, assegurando que a utilização do(s) veículo(s) pelo(s) Conselhos Tutelares seja ininterrupta;
- g) Manter as condições de cobertura da garantia de 12 (doze) meses do(s) veículo(s);
- h) Manter o(s) veículo(s) sob sua responsabilidade em local seguro e assumir, a partir da data do seu recebimento, todas as responsabilidades civis e administrativas que recaiam sobre o(s) bem(ns) doado(s), desonerando a DOADORA de quaisquer responsabilidades;
- i) Remeter à DOADORA, sempre que solicitado, os comprovantes de pagamentos afetos ao(s) veículo(s) e os documentos comprobatórios da realização das manutenções;
- j) Sujeitar-se à fiscalização da DOADORA relativamente ao uso do(s) veículo(s) pelo(s) Conselhos Tutelares e às suas condições de manutenção mecânica e documental;
- k) Conservar e manter a identificação visual do(s) veículo(s), de acordo com a padronização estabelecida pela DOADORA;
- l) Fiscalizar o uso, a guarda e a conservação do(s) bem(ns), bem como não onerar, nem alienar, o(s) veículo(s) durante 10 anos;
- m) Instalar o sistema SIPIA WEB no(s) Conselhos Tutelares, para registrar e gerenciar localmente as informações dos atendimentos realizados pelos conselheiros tutelares;
- n) Promover, periodicamente, a inscrição dos conselheiros tutelares nos cursos de formação continuada das Escolas de Conselho, conforme a oferta de vagas disponibilizadas pela DOADORA;
- o) Disseminar as ações da Campanha Nacional de Proteção Integral de Crianças e Adolescentes por meio de impressão e/ou veiculação de peças da campanha disponibilizadas pela DOADORA;
- p) Restituir o(s) bem(ns) objeto deste Termo à DOADORA, a órgão ou entidade indicada por esta, caso a DOADORA ou órgão de controle apure a utilização dos bens doados em desacordo com este Termo.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA DOADORA

A DOADORA obriga-se a:

- a) Doar o(s) veículo(s) em perfeitas condições de uso, devidamente licenciado(s) e emplacado(s);
- b) Proceder às ações de fiscalização junto à DONATÁRIA a respeito da utilização e das condições de manutenção do(s) veículo(s);

CLÁUSULA QUINTA - DA REVOGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL

O presente Termo poderá ser:

- I. Denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença.
- II. Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
 - a) Utilização do bem doado em desacordo com este Termo;
 - b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas.

Subcláusula Primeira. A revogação do Termo, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Incumbe à DOADORA exercer as atribuições de acompanhamento, fiscalização e avaliação do cumprimento das obrigações da DONATÁRIA constante deste Termo, podendo firmar parcerias com outros órgãos e entidades para o exercício das atribuições previstas nesta Cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A DONATÁRIA deverá apresentar, sempre que solicitada pela DOADORA, todos os documentos referentes ao veículo, para que a DONATÁRIA determine, quando necessário, as providências as serem adotadas para a adequação a este Termo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da constatação do fato, ou para a aplicação das penalidades previstas na legislação vigente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO DOS BENS

A DONATÁRIA, por intermédio deste instrumento, atesta, plena e irrestritamente, o recebimento de todos os bens arrolados no Anexo.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

A DONATÁRIA deverá providenciar a publicação de extrato deste Termo de Doação com Encargos no respectivo Diário Oficial, onde houver, ou em periódico de grande circulação no Município, remetendo cópia à DOADORA no prazo de 15 (quinze) dias contados da data de assinatura do instrumento.

CLÁUSULA NONA - DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

As partes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 18, inciso III, do Anexo I ao Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste instrumento, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

Fica eleito o Foro do Supremo Tribunal Federal para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes da interpretação e aplicação dos encargos previstos nesta DOAÇÃO, com renúncia expressa de qualquer outro.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam este Termo de Doação com Encargos em 2 (duas) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que surtam todos os efeitos de direito.

Brasília (DF) _____ de _____ de 2016.

NILMA LINO GOMES
Ministro(a) de Estado-Chefe do
Ministério das Mulheres, da Igualdade
Racial e dos Direitos Humanos.

LUIZ CALOS TAMANINI
Prefeito de Corupá/

TESTEMUNHAS

Nome: _____
CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

TESTEMUNHAS

Nome: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Nome: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ANEXO

RESUMO OPERACIONAL DO TERMO

Quadro 1 - Informações do donatário

Município: Corupá

Estado: SC

Nome do Prefeito: Luiz Calos Tamanini

Nome do responsável pela retirada: Silvana Wille Klettenberg

Telefone de contato: (47) 3375-2483

E-mail: bemestar.social@corupa.sc.gov.br

Quadro 2 - Descrição do Veículo

Citroën C3 Aircross 1.6 Feel, veículo automotor de passageiros, zero quilômetro de fábrica.

Quadro 3 - Dados de identificação do(s) bem(ns) doado(s)

Veículo adquirido no âmbito do Contrato 16/2015, celebrado entre o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e o(a) PEUGEOT CITROËN

Número identificador Valor unitário

935SUNFN1HB506620 R\$ 49.851,00

Quantidade: 1 Valor Total: R\$ 49.851,00

Curitibanos

PREFEITURA

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO Nº 1/2016, DE 4 DE ABRIL DE 2016. HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, APÓS FASE DE RECURSOS.

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO Nº 1/2016, DE 4 DE ABRIL DE 2016.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, APÓS FASE DE RECURSOS.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, com sede administrativa na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos, SC, CEP 89520-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor JOSÉ ANTONIO GUIDI, no uso de suas atribuições legais, torna pública a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, APÓS FASE DE RECURSOS, para preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal do Poder Público Municipal.

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO – SECRETARIA DE SAÚDE

Inscrição	Candidato	C.ESP.	PORT.	MAT.	GERAIS	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
171	JANAINA FERREIRA	2,80	1,20	0,80	0,80	5,60		5,60	APROVADO(A)	1º	06/09/1979
118	JESSICA SELBMANN	2,80	1,20	0,60	0,80	5,40		5,40	APROVADO(A)	2º	20/04/1991
174	CRISTIANE MENEGAZZO	2,60	1,00	0,80	1,00	5,40		5,40	APROVADO(A)	3º	25/12/1990
160	DANIELA IZIDORO RAULINO	2,80	0,80	0,80	0,60	5,00		5,00	APROVADO(A)	4º	16/03/1985
153	VANICE WOLINGER DAS NEVES	2,80	0,80	0,80	0,60	5,00		5,00	APROVADO(A)	5º	10/02/1992

BALSEIRO – SECRETARIA DE AGRICULTURA

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS		T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
46	NILTON PADILHA LEITE	3,50	1,00	1,50	0,00	6,00		6,00	APROVADO(A)	1º	15/02/1962

MÉDICO GINECOLOGISTA – SECRETARIA DE SAÚDE

Inscrição	Candidato	C.ESP.	PORT.	MAT.	GERAIS	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
105	PATRICIA DANIELE HOFFMANN DE SOUZA	3,80	1,40	0,60	0,40	6,20		6,20	APROVADO(A)	1º	06/03/1980

SERVENTE DE LIMPEZA – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS		T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
123	GEICIELLE NUNES SANTIAGO	3,50	1,50	2,50	0,00	7,50		7,50	APROVADO(A)	1º	29/06/1998
121	FERNANDA APARECIDA DA SILVA TOMCHAK	3,00	2,50	1,50	0,00	7,00		7,00	APROVADO(A)	2º	04/12/1979
79	SIMONE RIBEIRO	3,00	1,50	1,00	0,00	5,50		5,50	APROVADO(A)	3º	03/03/1986
162	ALINE PATRICIA DO ROSARIO	3,50	0,50	1,50	0,00	5,50		5,50	APROVADO(A)	4º	23/08/1990
23	LILIANE MACHADO LEITE	3,00	0,50	2,00	0,00	5,50		5,50	APROVADO(A)	5º	30/12/1996
26	MÔNICA APARECIDA DA LUZ DA LUZ	2,00	0,50	2,50	0,00	5,00		5,00	APROVADO(A)	6º	12/07/1982

SERVENTE DE OBRAS MASCULINO* – SECRETARIA DE OBRAS

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS		T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
14	MICHEL JOHN LIMA MARCONDES	2,00	2,00	1,00	0,00	5,00	5,50	5,35	APROVADO(A)	1º	06/10/1992

SERVENTE/MERENDEIRA – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GERAIS		T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
157	MONICA TEREZINHA NOGUEIRA DORBERTO	3,00	1,50	2,50	0,00	7,00		7,00	APROVADO(A)	1º	08/09/1985
168	ANDERSON GONCALVES COSTA	3,00	1,50	2,50	0,00	7,00		7,00	APROVADO(A)	2º	23/08/1991
195	PATRICIA DOS SANTOS SOUZA RAUEN	3,00	1,00	2,00	0,00	6,00		6,00	APROVADO(A)	3º	03/07/1983
39	DANIELE MOREIRA	3,00	0,50	2,50	0,00	6,00		6,00	APROVADO(A)	4º	04/12/1983

125	ROSILENE ORTIZ LOURENÇO	3,00	1,50	1,00	0,00	5,50		5,50	APROVADO(A)	5º	23/05/1970
150	ELIZETE MORAES DOS SANTOS	3,00	0,50	2,00	0,00	5,50		5,50	APROVADO(A)	6º	05/07/1977
25	MICHELLE MOREIRA	3,00	0,50	2,00	0,00	5,50		5,50	APROVADO(A)	7º	19/09/1985
136	ELIZANDRA DE SOUZA OLIVEIRA ORTIZ	2,50	1,00	1,50	0,00	5,00		5,00	APROVADO(A)	8º	03/11/1981
161	NOEMI ALVES	3,00	0,50	1,50	0,00	5,00		5,00	APROVADO(A)	9º	23/05/1987
48	BELILDA DE JESUS BASTOS SANTOS	2,00	0,50	2,50	0,00	5,00		5,00	APROVADO(A)	10º	25/09/1972
TÉCNICO DE TI – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO											
Inscrição	Candidato	C.ESP.	PORT.	MAT.	GERAIS	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
57	ANDRE PIER SCOLARO	3,20	0,20	1,80	0,40	5,60		5,60	APROVADO(A)	1º	09/05/1985
100	WILLIAM DE MORAIS PEREIRA	2,40	1,00	1,00	0,60	5,00		5,00	APROVADO(A)	2º	01/04/1995
191	PAULO HENRIQUE FRANÇA	1,60	1,20	1,80	0,40	5,00		5,00	APROVADO(A)	3º	17/11/1995

Curitiba, 06 de junho de 2016.

JOSÉ ANTONIO GUIDI

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 118/2016

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DA MOTONIVELADORA GD555/1 DE USO DA SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS NO SETOR DE ESTRADAS VICINAIS. CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 15:30 horas do dia 17/06/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal de Curitiba, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860, não sendo autorizada qualquer outra forma de protocolo.

A partir das 16:00 horas do dia 17/06/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos.

Os inteiros teores deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba, no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 06 de Junho de 2016.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E SERVIÇOS PARA CONSTRUÇÃO DE RAMPAS DE ACESSO AO GINÁSIO DE ESPORTES DO NÚCLEO MUNICIPAL ROTARY, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO E ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 17/06/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 17/06/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 03 de Junho de 2016.

Amaury Silva

Presidente do Fundo

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 1/2016, DE 4 DE ABRIL DE 2016. HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, APÓS FASE DE RECURSOS.

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 1/2016, DE 4 DE ABRIL DE 2016.

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, APÓS FASE DE RECURSOS.

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, SC, inscrito no CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, com sede administrativa na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitiba, SC, CEP 89520-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, senhor JOSÉ ANTONIO GUIDI, no uso de suas atribuições legais, torna pública a HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL, APÓS FASE DE RECURSOS, para preenchimento de vagas do Quadro de Pessoal do Poder Público Municipal.

ASSISTENTE SOCIAL – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL											
Inscrição	Candidato	ESP.	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
59	ANA PAULA DE SOUZA	2,40	1,20	1,00	0,80	5,40		5,40	APROVADO(A)	1º	18/09/1982
263	ROSENI MARIA DE SOUZA	2,20	0,80	1,40	0,80	5,20		5,20	APROVADO(A)	2º	22/06/1976
EDUCADOR/CAIDADOR SOCIAL – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL											
Inscrição	Candidato	ESP.	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
295	ELIZABETH JESUS SOUZA DOS SANTOS	3,20	1,80	1,00	0,80	6,80		6,80	APROVADO(A)	1º	08/02/1985
62	DAIANA GABRIELA LIMA PRANDI	2,60	2,00	1,40	0,80	6,80		6,80	APROVADO(A)	2º	02/06/1990
74	FRANCCIELLE KARINE PEREIRA	3,00	1,80	1,00	0,80	6,60		6,60	APROVADO(A)	3º	14/09/1988
326	MAICON HENRIQUE DO NASCIMENTO	2,60	2,00	1,20	0,80	6,60		6,60	APROVADO(A)	4º	01/08/1993
354	SILVIO ADRIANO DE OLIVEIRA	2,40	2,00	1,40	0,80	6,60		6,60	APROVADO(A)	5º	14/07/1972
335	GUSTAVO DUARTE CASTRO	3,00	1,80	0,60	1,00	6,40		6,40	APROVADO(A)	6º	28/10/1980
99	JOSEANE SUSIN	2,60	2,00	1,20	0,60	6,40		6,40	APROVADO(A)	7º	20/11/1986
65	VALÉRIA APARECIDA BESEN	2,60	1,80	1,00	0,80	6,20		6,20	APROVADO(A)	8º	17/10/1984
73	FRANCELISE HUBNER	2,20	2,00	1,00	1,00	6,20		6,20	APROVADO(A)	9º	02/08/1988
225	ANDRÉ MUNIZ DO PRADO	2,00	2,00	1,60	0,60	6,20		6,20	APROVADO(A)	10º	12/06/1995
304	CARMELITA ROSA DA SILVA	3,40	1,60	0,60	0,40	6,00		6,00	APROVADO(A)	11º	02/08/1973
24	FRANCINE TAYNARA LEAL DE FRANÇA PEREIRA	2,80	1,80	0,80	0,60	6,00		6,00	APROVADO(A)	12º	03/07/1993
341	CLAUDETE TEREZINHA DA SILVA	2,60	1,60	0,80	1,00	6,00		6,00	APROVADO(A)	13º	24/08/1967
278	ROSA FRANÇA DE JESUS BARBOSA	2,40	1,40	1,00	1,00	5,80		5,80	APROVADO(A)	14º	11/12/1979
196	ALLYSON	2,20	1,20	1,60	0,80	5,80		5,80	APROVADO(A)	15º	09/04/1995
334	JULIANA APARECIDA FULGIERI	1,80	1,80	1,40	0,80	5,80		5,80	APROVADO(A)	16º	29/12/1988
115	BRUNA VITÓRIA DA SILVA	2,40	1,60	1,20	0,40	5,60		5,60	APROVADO(A)	17º	08/05/1997
64	SIMONE SÖETT	2,40	1,60	0,60	1,00	5,60		5,60	APROVADO(A)	18º	20/02/1984
229	SABRINA BORGES DOS SANTOS	2,60	1,40	0,80	0,60	5,40		5,40	APROVADO(A)	19º	18/03/1991
217	ILSE MERI RODRIGUES	2,40	1,40	0,60	1,00	5,40		5,40	APROVADO(A)	20º	22/04/1967
20	HUMBERTO JOSÉ FERRAZ	2,00	1,60	1,00	0,80	5,40		5,40	APROVADO(A)	21º	26/08/1986
241	SIMONE ANTUNES DE ALMEIDA PELEGRINI	1,80	2,00	1,00	0,60	5,40		5,40	APROVADO(A)	22º	17/01/1980
314	WILLIAM GOMES DOS SANTOS	2,40	1,60	0,60	0,60	5,20		5,20	APROVADO(A)	23º	30/04/1995
305	MARIANE RIBEIRO DA LUZ	2,20	2,00	0,60	0,40	5,20		5,20	APROVADO(A)	24º	22/01/1998
221	REGILENE JANKE BIANCATO	2,20	1,80	0,60	0,60	5,20		5,20	APROVADO(A)	25º	18/07/1993
246	ANA BEATRIZ SEBEM WORDELL	2,00	1,60	0,60	1,00	5,20		5,20	APROVADO(A)	26º	18/12/1961
107	CLEITON GUILHERME DE SOUZA	2,00	1,40	0,60	1,00	5,00		5,00	APROVADO(A)	27º	27/03/1984
113	EDSONFERNANDO CAMARGO	1,80	2,00	0,40	0,80	5,00		5,00	APROVADO(A)	28º	28/03/1975
ENFERMEIRO – SECRETARIA DE SAÚDE											
Inscrição	Candidato	ESP.	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
346	VIVIANE MOREIRA SPINDOLA	4,40	1,40	1,40	1,00	8,20		8,20	APROVADO(A)	1º	16/07/1985
350	DJONATAN CESAR CORREA	3,00	1,00	1,60	1,00	6,60		6,60	APROVADO(A)	2º	05/04/1984

275	ANA PAULA FRIGERI	3,40	1,40	0,80	0,60	6,20		6,20	APROVADO(A)	3º	05/11/1978
265	LETÍCIA ALVES KRIEGER	2,60	1,00	1,20	1,00	5,80		5,80	APROVADO(A)	4º	27/07/1993
163	REJEANE DE ANDRADE BONES	2,60	1,20	0,60	0,80	5,20		5,20	APROVADO(A)	5º	26/08/1976
342	MARIELLA DE MORAES	2,40	1,00	1,20	0,60	5,20		5,20	APROVADO(A)	6º	12/09/1985
31	AMANDA CRISTINA MAYER MARTINS	2,40	1,20	0,80	0,60	5,00		5,00	APROVADO(A)	7º	20/01/1994

FARMACÊUTICO/BIOQUÍMICO – SECRETARIA DE SAÚDE

Inscrição	Candidato	ESP.	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
222	ISABELLA MARIANA MAGNABOSCO	3,20	2,00	1,40	0,80	7,40		7,40	APROVADO(A)	1º	13/09/1991
274	ANA PAULA GREIN	2,40	1,40	1,20	0,60	5,60		5,60	APROVADO(A)	2º	21/02/1989

MÉDICO CLÍNICO GERAL – SECRETARIA DE SAÚDE 40 HORAS

Inscrição	Candidato	ESP.	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
319	MARIANA FOSSATTI	3,40	1,60	1,40	1,00	7,40		7,40	APROVADO(A)	1º	13/10/1990

MÉDICO GINECOLOGISTA – SECRETARIA DE SAÚDE

Inscrição	Candidato	ESP.	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
94	PATRICIA DANIELE HOFFMANN DE SOUZA	3,00	1,60	1,20	1,00	6,80		6,80	APROVADO(A)	1º	06/03/1980

MÉDICO VETERINÁRIO – SECRETARIA DE AGRICULTURA

Inscrição	Candidato	ESP.	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
145	FELIPE MACHADO VIEIRA	3,20	1,60	1,60	0,80	7,20		7,20	APROVADO(A)	1º	14/11/1984
128	FLAVIA HARUMI SCHEFFER YAMAKAWA	2,80	2,00	1,60	0,80	7,20		7,20	APROVADO(A)	2º	04/05/1989
312	ANDRÉ DE OLIVEIRA	2,60	2,00	1,80	0,80	7,20		7,20	APROVADO(A)	3º	23/04/1992
25	MARINA BIOLCHI	3,00	1,40	1,80	0,80	7,00		7,00	APROVADO(A)	4º	22/12/1992
251	CAMILLE CESCA FAURO	3,40	1,00	1,60	0,80	6,80		6,80	APROVADO(A)	5º	25/05/1991
268	SAMUEL REISDORFER	3,00	1,40	1,60	0,80	6,80		6,80	APROVADO(A)	6º	10/03/1990
244	HENRIQUE KOERICH RAMOS	2,40	2,00	1,40	0,80	6,60		6,60	APROVADO(A)	7º	22/05/1989
340	PRISCILA ALEXSANDRA DA SILVA	2,40	2,00	1,20	1,00	6,60		6,60	APROVADO(A)	8º	15/05/1987
243	AIMÉ DE MEDEIROS FRISO	2,00	2,00	1,40	0,80	6,20		6,20	APROVADO(A)	9º	13/07/1990
117	JENNIFFER GERBER	1,60	2,00	1,40	0,80	5,80		5,80	APROVADO(A)	10º	28/12/1989
184	ANA PAULA TENCONI BORGES	2,20	1,40	1,20	0,60	5,40		5,40	APROVADO(A)	11º	01/09/1993
213	SARAH GISELE FRAGOSO	2,00	1,20	1,60	0,60	5,40		5,40	APROVADO(A)	12º	26/02/1992
167	GISLAINE COSTA DA SILVA	1,80	1,80	1,00	0,60	5,20		5,20	APROVADO(A)	13º	28/10/1988

MOTORISTA I – SECRETARIA DE AGRICULTURA

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS		T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
190	RENAN DA SILVA PEREIRA	2,00	1,50	2,50	0,00	6,00	5,00	5,30	APROVADO(A)	1º	11/09/1989
49	LUCAS BETTENCOURT	3,00	1,00	0,00	0,00	4,00	0,00	4,00	REPROVADO(A)	--	21/10/1994
261	CRISTIANO MOREIRA DE SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	AUSENTE	--	31/10/1987

MOTORISTA IV – SECRETARIA DE SAÚDE

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS		T.P.O.	PRÁTICA	Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
146	PAULO RICARDO GOMES	3,50	2,00	3,00	0,00	8,50	6,50	7,30	APROVADO(A)	1º	30/06/1974
291	LAUCIR SPRICIGO	1,50	1,50	2,50	0,00	5,50	5,00	5,20	APROVADO(A)	2º	18/01/1975

ODONTÓLOGO – SECRETARIA DE SAÚDE 20 HORAS

Inscrição	Candidato	ESP.	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
331	NATALIA BRUNA ZANELATO	2,80	1,40	1,60	0,80	6,60		6,60	APROVADO(A)	1º	01/07/1992
356	MARLON ANDRE MAZARO	2,60	1,60	1,60	0,80	6,60		6,60	APROVADO(A)	2º	18/09/1987
256	LUCIANA G. F. HENKES	2,40	1,40	1,40	1,00	6,20		6,20	APROVADO(A)	3º	09/06/1982
143	SUELE ABATTI	3,00	1,40	1,00	0,60	6,00		6,00	APROVADO(A)	4º	17/04/1992
209	LUCIANA DA SILVA COELHO	2,20	1,60	1,40	0,80	6,00		6,00	APROVADO(A)	5º	22/02/1979
353	JULIO FRANCISCO ROLOFF DE MELO	2,40	0,80	1,60	0,60	5,40		5,40	APROVADO(A)	6º	05/01/1990
54	NÁGILA GRANEMANN ADAMCHESKI	2,40	1,20	1,00	0,60	5,20		5,20	APROVADO(A)	7º	13/03/1993
286	GUILHERME SANDRI	2,00	1,60	1,00	0,60	5,20		5,20	APROVADO(A)	8º	17/04/1993

ODONTÓLOGO – SECRETARIA DE SAÚDE 40 HORAS

Inscrição	Candidato	ESP.	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
337	CARLOS ALBERTO SAEZ BROWN	4,20	1,60	1,60	0,80	8,20		8,20	APROVADO(A)	1º	29/12/1963
276	RENATA CORADINI MOURA	3,20	1,60	1,20	0,80	6,80		6,80	APROVADO(A)	2º	10/09/1990
214	RAFAEL DOS SANTOS SILVERIO	3,20	1,60	1,40	0,40	6,60		6,60	APROVADO(A)	3º	29/09/1991
34	CAROLINE CRISTINE VARELA	3,00	1,60	1,00	0,60	6,20		6,20	APROVADO(A)	4º	20/02/1993
223	CAMILA NEHME BALDASSO	3,00	1,60	0,80	0,60	6,00		6,00	APROVADO(A)	5º	13/08/1989
339	DANIELLE SCHNEIDER MARÇAL	2,60	0,80	1,40	0,60	5,40		5,40	APROVADO(A)	6º	12/08/1993
5	CAMILA ZANATTA PEREIRA	2,20	1,60	1,40	0,20	5,40		5,40	APROVADO(A)	7º	17/08/1994
164	LUANA PAULA ALBERTON	2,20	1,60	0,80	0,80	5,40		5,40	APROVADO(A)	8º	05/07/1989
349	ANA CLAUDIA FREITAS	2,20	1,20	1,00	0,80	5,20		5,20	APROVADO(A)	9º	26/04/1989
114	MAGALI BERTOLDI	2,20	1,20	1,00	0,60	5,00		5,00	APROVADO(A)	10º	16/01/1991

PSICÓLOGO – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Inscrição	Candidato	ESP.	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
313	CINTIA KARINE MACHADO	2,40	1,40	1,60	0,80	6,20		6,20	APROVADO(A)	1º	29/08/1980
150	NAYARA FÁTIMA DE SOUZA	2,40	1,40	1,00	0,80	5,60		5,60	APROVADO(A)	2º	13/05/1992
235	karla costa bussolo	2,00	1,40	1,20	0,80	5,40		5,40	APROVADO(A)	3º	28/05/1991
154	JULIANA DENISE STECKLING	2,40	1,00	1,00	0,80	5,20		5,20	APROVADO(A)	4º	13/12/1986
111	GIANFRANCESCO MENEGHINI	1,60	1,60	1,20	0,80	5,20		5,20	APROVADO(A)	5º	02/11/1990

PSICÓLOGO – SECRETARIA DE SAÚDE

Inscrição	Candidato	ESP.	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
309	ANDRÉIA APARECIDA RIBEIRO LEAL NUNES	2,00	1,20	1,60	1,00	5,80		5,80	APROVADO(A)	1º	03/11/1980

SERVENTE DE LIMPEZA – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS		T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
84	CANDIDA APARECIDA ANTUNES	1,00	1,00	2,00	0,00	4,00		4,00	APROVADO(A)	1º	20/04/1984
199	TERESINHA CORREIA DOS SANTOS	1,00	1,00	1,00	0,00	3,00		3,00	APROVADO(A)	2º	05/02/1976

231	KATHRYNN FELIPE	1,50	1,00	0,00	0,00	2,50		2,50	APROVADO(A)	3º	12/11/1990
SERVENTE I – SECRETARIA DE SAÚDE											
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS		T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
191	GEICIELLE NUNES SANTIAGO	3,50	1,00	2,00	0,00	6,50		6,50	APROVADO(A)	1º	29/06/1998
SERVENTE/MERENDEIRA – SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL											
Inscrição	Candidato	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS		T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
162	ELISETE NUNES DOS SANTOS LIMA	3,50	2,00	1,50	0,00	7,00		7,00	APROVADO(A)	1º	27/03/1982
186	ANDRESSA RODRIGUES DA VEIGA	2,00	1,00	1,50	0,00	4,50		4,50	APROVADO(A)	2º	16/09/1990
141	MÁRCIA APARECIDA BENTO	1,50	0,00	0,50	0,00	2,00		2,00	APROVADO(A)	3º	01/03/1979
85	JANETE TEREZA SOUZA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	APROVADO(A)	4º	12/04/1968
TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SECRETARIA DE SAÚDE											
Inscrição	Candidato	ESP.	PORT.	MAT.	C.GE-RAIS	T.P.O.		Total	Situação.	Class.	Dta. Nasc.
71	JOSELAINE APARECIDA DOS SANTOS ROCHA	2,80	1,60	1,00	1,00	6,40		6,40	APROVADO(A)	1º	26/12/1981
234	ROBERTA LUDWIG	2,60	1,60	1,20	0,80	6,20		6,20	APROVADO(A)	2º	21/09/1981
26	EMANUELLE ORTIZ MARQUES	3,20	1,40	0,60	0,80	6,00		6,00	APROVADO(A)	3º	04/06/1984
149	IVANICE MOREIRA DE MORAES	2,40	2,00	1,00	0,60	6,00		6,00	APROVADO(A)	4º	26/04/1985
238	POLIANA GREIN REICHERT	2,00	1,80	0,80	1,00	5,60		5,60	APROVADO(A)	5º	02/03/1985
220	ANGÉLICA VENTURELLA	1,60	2,00	1,20	0,80	5,60		5,60	APROVADO(A)	6º	26/10/1989
302	CARLA MARGARETE TAMBOSI	1,60	1,80	1,20	1,00	5,60		5,60	APROVADO(A)	7º	15/11/1974
210	DANIELA FRANÇA	2,60	1,60	0,60	0,60	5,40		5,40	APROVADO(A)	8º	19/07/1990
66	LUCIANA NOVACOSKI	2,20	1,60	1,00	0,60	5,40		5,40	APROVADO(A)	9º	05/06/1984
317	MARA REGINA PIRES ANDREON	2,20	1,40	0,60	0,80	5,00		5,00	APROVADO(A)	10º	15/12/1966
14	FABIANA JULIANA APARECIDA DIAS GONÇALVES	1,60	1,60	0,80	1,00	5,00		5,00	APROVADO(A)	11º	11/10/1975

Curitibanos, 06 de junho 2016.

JOSÉ ANTÔNIO GUIDI

Prefeito Municipal

REPUBLIÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

REPUBLIÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 22/2016

O Fundo Municipal de Educação, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Lote, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E FANTOCHES PARA USO COLETIVO NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 20/06/2016, no Protocolo Central da Prefeitura Municipal, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

A partir das 14:00 horas do dia 20/06/2016, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas, no Setor de Licitações e Contratos, sito na rua Cel. Vidal Ramos, 860, Centro, Curitibanos/SC.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 06 de Junho de 2016.

Amaury Silva

Presidente do Fundo

Erval Velho

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO 003/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERVAL VELHO

Processo Licitatório nº 004/2016

Edital de Pregão nº 003/2016

Objeto: Aquisição de material de enfermagem para o Fundo Municipal de Saúde.

Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09:00h00min do dia 17/06/2016.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: compras@ervalvelho.sc.gov.br ou no endereço citado.

Silvano Rodrigo Pratto

Gestor do Fundo Municipal de Saúde.

EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE CONTRATO 0017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
EXTRATO DE 1º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 0017/2015

Contratante: Município de Erval Velho

Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto, prorrogar o prazo de execução do contrato originário, que consiste na Execução, pelo sistema de empreitada global (materiais, serviços e equipamentos), DE REDE COLETORA DE ESGOTOS, LIGAÇÕES, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS, LINHAS DE RECALQUE E ETE – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS, NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE ERVAL VELHO / SC

Prorrogação do Prazo de Execução: Fica prorrogado o prazo de execução até 07/05/2016.

Vigência: 07/05/2016

Erval Velho/SC, 04 de março de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

EXTRATO DE SEGUNDO TERMO ADITIVO DE CONTRATO 0017/2015

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO
EXTRATO DE 2º TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 0017/2015

Contratante: Município de Erval Velho

Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto, prorrogar o prazo de execução e de vigência do contrato originário que consiste na Execução, pelo sistema de empreitada global (materiais, serviços e equipamentos), DE REDE COLETORA DE ESGOTOS, LIGAÇÕES, ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS, LINHAS DE RECALQUE E ETE – ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS, NO PERÍMETRO URBANO DA CIDADE DE ERVAL VELHO / SC

Prorrogação do Prazo de Execução até 06 de março de 2017.

Prorrogação da Vigência até 07/05/2017

Vigência: 07/05/2017

Erval Velho/SC, 06 de maio de 2016.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

CONTRATO 00762016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0076/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Agroter Construtora Ltda
Objeto: Contratação de empresa para execução de reforma de espaço físico N. S. Aparecida, localizado na r. 7 de setembro, Barra Grande, incluindo materiais e mão de obra.
Valor: R\$ 193.989,27 (cento e noventa e três mil novecentos e oitenta e nove reais e vinte e sete centavos).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0029/2016, na Modalidade Tomada de Preços nº 0002/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de junho de 2016
ODYMAR OLIVO BOMBASSARO
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

CONTRATO 00772016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º 0077/2016
Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes
Contratado: Vigionseg Monitoramento Ltda Me
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de vigilância patrimonial, através de monitoramento eletrônico.
Valor: R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0032/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0020/2016.
Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de junho de 2016
DERLY JOSÉ TAFFAREL
SECRETÁRIO DE FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

CONTRATOS DIVERSOS_1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º. 0060/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.
Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de equipamentos médico hospitalares e mobiliário para a U.B.S do bairro João José Gehlen.
Valor: R\$ 1.886,24 (mil reais oitocentos e oitenta e seis reais e vinte e quatro centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0033/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0013/2016..
Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de junho de 2016.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º. 0061/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Casa Cirúrgica Chapecó Ltda Epp
Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de equipamentos médico hospitalares e mobiliário para a U.B.S do bairro João José Gehlen.
Valor: R\$ 3.037,75 (três mil trinta e sete reais e setenta e cinco centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0033/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0013/2016..
Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de junho de 2016.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º. 0062/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Jucar Esportes e Papelaria Ltda Me
Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de equipamentos médico hospitalares e mobiliário para a U.B.S do bairro João José Gehlen.
Valor: R\$ 3.814,00 (três mil oitocentos e catorze reais)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0033/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0013/2016..
Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de junho de 2016.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º. 0063/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: plasmedic Comércio de Produtos para Uso Médico e Hospitalar Eireli.
Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de equipamentos médico hospitalares e mobiliário para a U.B.S do bairro João José Gehlen.
Valor: R\$ 3.587,52 (três mil quinhentos e oitenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)
Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0033/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0013/2016..
Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de junho de 2016.
ANGELA CRISTINA TRINDADE
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato n.º. 0064/2016
Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes
Contratado: Telecopy Equipamentos Ltda.
Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de

equipamentos médico hospitalares e mobiliário para a U.B.S do bairro João José Gehlen.

Valor: R\$ 5.310,00 (cinco mil trezentos e dez reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0033/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0013/2016..

Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de junho de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0065/2016

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Faxinal dos Guedes

Contratado: ZH Informática Ltda Me

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de equipamentos médico hospitalares e mobiliário para a U.B.S do bairro João José Gehlen.

Valor: R\$ 6.749,00 (seis mil setecentos e quarenta e nove reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0033/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0013/2016..

Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de junho de 2016.

ANGELA CRISTINA TRINDADE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE PÚBLICA

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0016/2016

Contratante: Fundo Municipal de Assistencia Social Contratado: ZH Informática Ltda Me

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada materiais permanentes para a secretaria de assistência social.

Valor: R\$ 1.860,00 (mil reais oitocentos e sessenta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0005/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0005/2016..

Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de junho de 2016.

FERNANDA DE CAMPOS

DIRETORA DE ASSISTENCIA SOCIAL

CONTRATOS DIVERSOS_1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0014/2016

Contratante: Fundo Municipal de Assistencia Social

Contratado: Jandira Capellaro Rodrigues e Cia LtdaMe.

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada materiais permanentes para a secretaria de assistência social.

Valor: R\$ 2.789,00 (dois mil setecentos e oitenta e nove reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0005/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0005/2016..

Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de junho de 2016.

FERNANDA DE CAMPOS

DIRETORA DE ASSISTENCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº. 0015/2016

Contratante: Fundo Municipal de Assistencia Social Contratado: Telecop Equipamentos Ltda.

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada materiais permanentes para a secretaria de assistência social.

Valor: R\$ 2.930,00 (dois mil novecentos e trinta reais)

Amparo Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº suas alterações e demais normas vigentes, Processo Licitatório nº 0005/2016, na Modalidade Pregão Presencial nº 0005/2016..

Faxinal dos Guedes, SC, em 06 de junho de 2016.

FERNANDA DE CAMPOS

DIRETORA DE ASSISTENCIA SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE HABILITAÇÃO E JULGAMENTO Nº. 692/2016

ATA DE HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

Processo Licitatório Nº. 692/2016

Modalidade: Tomada de Preços Nº. 06/2016

As 14:00 horas do dia 06 de junho de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 115/2016, para realizar a abertura dos envelopes da Habilitação e classificação das proposta de preço dos proponentes interessados em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA SOB REGIME DE EMPREITADA GLOBAL COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE CONTEMPLANDO ACESSIBILIDADE COM ÁREA TOTAL DE 784,75 M².

Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório os seguintes interessados: CONSTRUTORA FIEL EIRELI – ME e CM EMPREITEIRA LTDA – ME.

Iniciada a sessão com a presença dos representantes das empresas participantes, a comissão de licitações abriu os envelopes contendo os documentos para a habilitação, em seguida os documentos foram analisados e vistados pela comissão de licitações. Feito isso a comissão julgou e habilitou todas as proponentes participantes, pois atendiam as exigências contidas no edital, sendo que as empresas participantes desistiram do prazo de recurso na fase de Habilitação, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento das propostas apresentadas pelas proponentes interessadas. Após a análise e julgamento das propostas de preços do Processo Licitatório foi adjudicado o seguinte proponente:

ITENS	QUANT	UNID	VENCEDORA	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNITÁRIO
01	1,00	OBRA	CONSTRUTORA FIEL	SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA REFORMA DA UNIDADE DE SAÚDE CONTEMPLANDO ACESSIBILIDADE COM ÁREA DA UNIDADE DE SAÚDE DE 607,12m² E ÁREA DE PASSEIO DE 177,63m².	R\$ 96.027,44

Sendo um total de:

Fornecedor	Valor Total da Compra
CONSTRUTORA FIEL EIRELI - ME	96.027,44

Findos os trabalhos de Habilitação e classificação da proposta apresentada, o presidente da comissão encerrou a sessão, ficando facultado o prazo de 05 dias úteis para as empresas interpirem com recurso desta decisão, conforme lhe faculta o artigo 109, inciso I, alínea "a" e "b" da Lei Federal 8.666/93, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Flor do Sertão, aos seis dias do mês de junho de dois mil e dezesseis.

ADRIANO PEREIRA	DIOGO DE BEM	MARIA LUCIA FREIBERGER
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 699/2016

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 699/2016

Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços Nº. 19/2016

As 09:00 horas do dia 06 de junho de 2016, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 115/2016, para realizar a abertura dos envelopes da proposta de preço e realizar a habilitação do proponente interessado em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE E EMULSÃO ASFÁLTICA. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório o seguinte interessado: GAIA RODOVIAS LTDA. Iniciada a sessão com a presença do interessado, em seguida passou-se para a abertura e o julgamento da proposta apresentada pela proponente interessada. Após a análise e julgamento da proposta de preços do Processo Licitatório foi adjudicado a seguinte proponente:

ITENS	QUANT.	UNID.	VENCEDOR	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	351,06	TON	GAIA	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE	R\$ 273,00
2	2.106,00	LT	GAIA	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA	R\$ 5,40

Sendo um valor total de R\$ 107.211,78

Encerada a fase de julgamento da proposta o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto o envelope e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou a proponente.

Findos os trabalhos de classificação da proposta e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Flor do Sertão, aos seis

dias do mês de junho de dois mil e dezesseis.

MARIA LUCIA FREIBERGER	DIOGO DE BEM	ADRIANO PEREIRA
Membro da comissão	Pregoeiro	Membro da comissão

De acordo:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 699/2016 - GAIA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo Licitatório nº. 699/2016

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 19/2016

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 06/06/2016

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Rogerio Perin, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 024.900.719-39 e portador da Cédula de Identidade nº 3.456.574 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº. 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa GAIA RODOVIAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.257.777/0001-24 estabelecida na ROD BR 282 KM 607 S/N, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo Sr. RENATO ADRIANO SEIBT, inscrito no CPF/MF sob nº. 526.393.209-04 e Identidade nº. 1.612.469, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 699/2016 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 19/2016, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE E EMULSÃO ASFÁLTICA, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	351,06	TON	CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE	R\$ 273,00
2	2.106,00	LT	PINTURA DE LIGAÇÃO COM EMULSÃO ASFÁLTICA	R\$ 5,40

II - As quantidades descritas acima são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 699/2016.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - A entrega dos produtos deverá ser realizada, sem custo ao Município, conforme demanda, local e horários definido por Autorização de Compra com prazo Máximo de 05 dias, emitida pela administração do município, que autoriza e especifica local, data e horários para a entrega dos mesmos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se

observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Secretário descrito abaixo:

Secretario de Infra – Estrutura e Transporte – Nadir Luiz Piaia

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos produtos será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a entrega dos mesmos, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas oriundas deste Registro de Preços, correrão à conta da Classificação da Despesa:

Projeto atividade:

267820025.2.033000 – Manutenção das Atividades da Secretaria de Infra-Estrutura e Transporte

Elementos de Despesa:

3.3.90.30.99.00.00 – Outros Materiais de Consumo – Recursos Estaduais

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes

deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, aos 06 dias do mês de junho de 2016.

ROGERIO PERIN		RENATO ADRIANO SEIBT
CPF: 024.900.719-39		CPF: 526.393.209-04
CONTRATANTE		CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 781/2016

AVISO DE LICITAÇÃO – Pregão – Registro de Preços

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 781/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 20/2016

CRITÉRIOS DE JULGAMENTO: Menor preço – Unitário por Item

OBJETO. A presente licitação tem por objeto a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR E DEMAIS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

A íntegra do edital estará à disposição dos interessados a partir do dia 03 de junho de 2016, em horário comercial, junto ao departamento de compras no Centro Administrativo Municipal sito a Avenida Flor do Sertão nº. 696, centro, Flor do Sertão – SC.

DATA: Os interessados poderão entregar a declaração de que cumprem com os requisitos de habilitação e os envelopes com os documentos e as propostas de preços na sala de licitações junto ao prédio da Prefeitura Municipal no endereço acima mencionado, até às 14:00 horas do dia 17 de junho de 2016. A abertura da sessão para a realização do certame será às 14:01 horas do mesmo dia. Não havendo expediente na data marcada para realização da sessão será a mesma adiada para o primeiro dia útil subsequente, mantidos o mesmo local e horário.

LEGISLAÇÃO: A presente licitação está legalmente vinculada à Lei Federal nº. 10.520 de 17 de julho de 2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

Flor do Sertão – SC, aos 03 dias do mês de junho de 2016.

ROGERIO PERIN		DIOGO DE BEM
CPF: 024.900.719-39		CPF: 010.389.549-32
PREFEITO MUNICIPAL		PREGOEIRO OFICIAL

DECRETO Nº. 044

DECRETO nº. 44/2016

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 699/2016, e dá outras providências.
ROGERIO PERIN, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 115/2016, sobre o processo de licitação nº. 699/2016, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE E EMULSÃO ASFÁLTICA.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

GAIA RODOVIAS LTDA	R\$ 107.211,78
--------------------	----------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 06 dias do mês de junho de 2016.

ROGERIO PERIN	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretario de Administração

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 34/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 81/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e as empresas:

1. MÁRCIA ELIANE DA SILVA – ME, CNPJ/MF n.º 06.274.936/0001-97 estabelecida na Rua Campos Sales, 53 – Bairro São Luiz, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Vanio Nunes, brasileiro, CI 1443124, CPF 192.196.900-68;

2. GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF n.º 02.341.788/0001-25 estabelecida na Rodovia Luiz Rosso, 880 – Bairro Fabio Silva – Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Jovane Mariano, brasileiro, CI 5082684, CPF 054.594.129-60;

3. JULIO SILVESTRI ME, CNPJ/MF n.º 05.585.447/0001-24 estabelecida na Rua Luiz Magalhães de Medeiros, 1050 – Bairro Humaitá de Cima – Tubarão/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Reginaldo Cachoeira da Silva, brasileiro, CI 2.216.077-9, CPF 630.710.299-34;

4. TRATORMAX COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA, CNPJ/MF n.º 01.780.703/0001-42 estabelecida na Rua Henrique Lage, 2277 – Bairro Santa Bárbara – Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Junior Nunes Passarin, brasileiro, CI 5635007, CPF 032.450.829-83;

5. PLINIO JOSÉ LOPES GUIMARÃES RAMOS EPP, CNPJ/MF n.º 79.864.567/0001-66 estabelecida na Rua Alvaro Catão, 638 – Bairro Operária Nova – Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Plínio José Lopes Guimarães Ramos, brasileiro, CI 6352717, CPF 064.399.108-50;

6. PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA, CNPJ/MF n.º 00.444.086/0001-41 estabelecida na Rua Severino Pizzetti, 15 – Bairro Ceara – Criciúma/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. Fabiano Ferreira Constantino Ramos, brasileiro, CI 41220001, CPF 038.672.109-26;

Doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 81/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e manutenção da frota e serviços de mão de obra de máquinas pesadas do Município de Forquilha/SC,

para futuras aquisições.

1.2. Os proponentes vencedores, quando solicitados pelo setor de compras do município, deverão atender as seguintes exigências:

a) Os produtos deverão ser fornecidos e entregues, conforme solicitação do município, pôr conta e risco da licitante de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

b) O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

c) O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias.

d) Os produtos serão transportados por conta e risco da licitante fornecedora, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente.

e) Para os serviços: A licitante poderá prestar os serviços nas dependências da contratada ou da contratante. Porém, caso seja necessário o transporte do equipamento, este será transportado sobre responsabilidade da CONTRATADA.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

1.5. Os serviços executados e peças de reposição terão garantia de 06 (seis) meses.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar, necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem está delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 81/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda

Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 03 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

MÁRCIA ELIANE DA SILVA – ME,

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Vanio Nunes

CPF 192.196.900-68;

GAMAPE COM. DE PEÇAS, FERRAMENTAS E SERVIÇOS LTDA,

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Jovane Mariano

CPF 054.594.129-60;

JULIO SILVESTRI ME,

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Reginaldo Cachoeira da Silva

CPF: 630.710.299-34;

PERKSON PEÇAS E EQUIPAMENTOS LTDA Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Fabiano Ferreira Constantino

CPF: 038.672.109-26;

PLINIO JOSE LOPES GUIMARÃES RAMOS- EPP

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Plinio Jose Lopes Guimarães Ramos

CPF: 064.399.108-50;

TRATORMAX COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA

Empresa Detentora da Ata

Representante Legal: Junior Nunes Passarin

CPF: 032.450.829-83;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 35/PMF/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 35/PMF/2016
(Referente Pregão Presencial nº. 84/PMF/2016)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ALEXANDRE Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa:

1. PNEUS OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA, CNPJ/MF nº 04.209.387/0001-41, estabelecida na Rodovia RS 122, em Bom Princípio/RS, doravante denominada DETENTORA DA ATA, neste ato representada pelo Sr. Júlio César Machado, brasileiro, CI 3047202548, CPF 565.864.340-68;

Doravante denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 84/PMF/2016, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para prestar serviços de recapagem de pneus para atender as necessidades das diversas secretarias e Fundos do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de Ordens de Serviço previamente emitidas.

1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.

1.3. O prazo e o local de execução dos serviços constarão expressamente nas requisições que deverão ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias.

1.5. Os serviços, quando solicitados pelo município, deverão ser executados por profissional especializado, nas instalações da empresa detentora da ata.

1.5.1. Se necessário, a detentora da ata socorrerá o veículo em local específico, dentro do perímetro do Município de Forquilha/SC, efetuar os serviços e devolvê-lo na sede desta municipalidade.

2. O setor competente do município processará a conferência dos serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA pela entrega dos serviços em

desacordo com as especificações exigidas.

2.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser refeito pela CONTRATADA num prazo máximo de 05 (cinco) dias contados da notificação da não aceitação.

3. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução dos serviços, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

4. Nos casos da DETENTORA DA ATA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

5. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da DETENTORA DA ATA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

6. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos serviços aceitos será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria correspondente, autorizado para o recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a DETENTORA DA ATA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria correspondente, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta – Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;
1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;
1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das penalidades e Sanções

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Detentora da ata estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a detentora da ata fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurando o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 84/PMF/2016, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Segunda Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 06 de junho de 2016.
MUNICÍPIO DE FORQUILHA
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

PNEUS OST RENOVADORA DE PNEUS LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Júlio César Machado
CPF: 565.864.340-68;

AVISO DE LICITAÇÃO: TOMADA DE PREÇO Nº. 97/PMF/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Tomada de Preço Nº. 97/PMF/2016

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a construção de duas academias populares com parques infantis, nos bairros Santa Isabel e Vila Lourdes do Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 23 de junho de 2016 às 11:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 13:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.

br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 06 de junho de 2016.
VALDECIR TISCOSKI
Presidente da Comissão de Licitação

DECRETO Nº. 123 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº. 123 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES.

VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 51, incisos I e XXIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 13, incisos I e V da Lei Municipal nº 2.140 de 30 de novembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Prefeitura Municipal de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 362.500,00 (trezentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 05 – Secretaria de Educação

2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental

254 – 3390.00.06.58 – Aplicações DiretasR\$ 100.000,00

253 – 4490.00.06.58 – Aplicações DiretasR\$ 262.500,00

TOTALR\$ 362.500,00

Art. 2º - Para atender aos créditos de que trata o art. 1º, na despesa 254 e 253 será utilizado como fonte de recursos o superávit financeiro do exercício de 2015, conforme saldo na conta nº 672.001-7 da Caixa Econômica Federal.

TOTALR\$ 362.500,00

Art. 3º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da entidade Fundo Municipal de Saúde de Forquilha, do exercício de 2016, no valor de R\$ 81.691,45 (oitenta e um mil, seiscentos e noventa e um reais e quarenta e cinco centavos), distribuídos na seguinte conta:

Órgão 17 – Fundo Municipal de Saúde

1.050 – Aquisição de Área, Construção, Ampliação, Adap. e Reeq. das Unidades de Saúde/CAPS

3 – 4490.00.02.99 – Aplicações DiretasR\$ 81.691,45

TOTALR\$ 81.691,45

Art. 4º - Para atender aos créditos de que trata o art. 3º, na despesa 3 será utilizado como fonte de recursos o crédito do Convênio 2016TR00657, firmado entre o Município de Forquilha e o Estado de Santa Catarina, na conta bancária 29.754-2, do Banco do Brasil.

TOTAL R\$ 81.691,45

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de junho de 2016.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de junho de 2016.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 73/2016

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 73/2016

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – KF ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

DO OBJETO – aquisição de tubos de concreto para serem utilizados nas obras de drenagem nos Bairros Saturno e Santa Cruz, Município de Forquilha/SC, conforme Ofícios GP nº. 546 e 547/2015 dirigidos ao Governo de Santa Catarina, conforme, Convênio nº 2016TR000947, Processo nº SDR213315/2016.

VALOR – R\$ 64.642,00 (sessenta e quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2016

DOTAÇÃO – 0701.1017.4490 (131); 0702.1017.4490 (133)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 57/PMF/2016

DATA DA ASSINATURA – 25 de maio de 2016

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1177/2016

PORTARIA Nº 1177, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0699/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CELIA MARIA PIRES DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 039.110.969-33, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0090/2016-PMF RP 0053

Aviso do Pregão Presencial nº 0090/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0053/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de materiais de construção, hidráulicos e caixas d' água, para uso do Órgão Gerenciador (Município de Fraiburgo) e dos Órgãos Participantes (SANEFRAI, FMS e FME), durante os meses de junho a setembro de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: julho a setembro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 14:00 horas do dia 20.06.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 14:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 14:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 06 de junho de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0091/2016-PMF RP 0054

Aviso do Pregão Presencial nº 0091/2016 – PMF

Registro de Preços Nº 0054/2016 – PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisições futuras de leite integral longa vida UHT, para distribuição gratuita as famílias em situação de vulnerabilidade durante os meses de julho a outubro de 2016. Validade da Ata de Registro de Preços: julho a outubro de 2016. Julgamento: Menor Preço POR ITEM. Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 23.06.2016, junto a Secretaria-Executiva – Protocolo Central, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento: até às 09:15 horas junto ao Setor de Compras e Licitação do mesmo dia. Abertura: no mesmo dia às 09:15 horas. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 06 de junho de 2016.

Ivo Biazolo – Prefeito

CT16PMF78

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF78

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada....: SANTA TEREZINHA TRANSP. E TURISMO S.A. FILIAL.

Valor : 503.557,17 (quinhentos e três mil quinhentos e cinquenta e sete reais e dezessete centavos).

Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 08/08/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 17/2016.

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA OS SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DOS ALUNOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, DURANTE O PERÍODO ESTIMADO DE 26 DE MAIO DE 2016 ATÉ O DIA 08 DE AGOSTO DE 2016, ENQUANTO A LICITAÇÃO EM PARA ESTE SERVIÇO ESTAR EM FASE DE ANÁLISE DE RECURSO.

Fraiburgo, 6 de Junho de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF79

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF79

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada....: BI SONORIZAÇÃO E EVENTOS LTDA ME

Valor : 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais)

Vigência : Início: 25/05/2016 Término: 14/06/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 39/2016

Objeto : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DO GRUPO CHARLA DE GALPÃO, PARA O SHOW DO DIA 12 DE JUNHO DE

2016, A PARTIR DAS 16:00 HS, NA FESTA JUNINA MUNICIPAL, AO LADO DO CENTRO DE EVENTOS.

Fraiburgo, 6 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF80

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF80
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: MARCOS RODRIGO RIBEIRO 00108463958
Valor : 3.000,00 (três mil reais)
Vigência : Início: 25/05/2016 Término: 14/06/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 37/2016
Objeto : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DOS CANTORES: KLEITON RIBEIRO E DIEGO MORAES, PARA O SHOW NA FESTA JUNINA MUNICIPAL, NOS DIAS 11 E 12 DE JUNHO DE 2016, A PARTIR DAS 18:00 HS, AO LADO DO CENTRO DE EVENTOS.

Fraiburgo, 6 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF81

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF81
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: TCHE GAROTOS LTDA
Valor : 21.000,00 (vinte e um mil reais)
Vigência : Início: 25/05/2016 Término: 14/06/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 38/2016
Objeto : INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DO TCHÊ GAROTOS, PARA O SHOW NA FESTA JUNINA MUNICIPAL, NO DIA 11 DE JUNHO DE 2016, A PARTIR DAS 21:30 HS, AO LADO DO CENTRO DE EVENTOS.

Fraiburgo, 6 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF82

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF82
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: PAVIMÁQUINAS COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.
Valor : 6.000,00 (seis mil reais)
Vigência : Início: 30/05/2016 Término: 31/07/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2016
Objeto : AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA REPOSIÇÃO NO ROLO COMPACTADOR MULLER VAP55, FROTA Nº 37.

Fraiburgo, 6 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16PMF83

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16PMF83
Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: COOPERTRINTA-COOP. DE ARTESÃOS DE ARROIO TRINTA.
Valor : 15.075,00 (quinze mil e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 31/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 74/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, DE PRODUTOS PERECÍVEIS PROVENIENTES DA AGRICULTURA FAMILIAR E DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AS FAMÍLIAS CADASTRADAS JUNTO AO CRAS - SÃO MIGUEL.

Fraiburgo, 6 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

CT16SF20

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT16SF20
Contratante.: SANEFRAI SANEAMENTO FRAIBURGO
Contratada...: LEÃO POÇOS ARTESIANOS LTDA
Valor : 5.700,00 (cinco mil e setecentos reais)
Vigência : Início: 01/06/2016 Término: 31/07/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2016
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA A REFORMA DE DUAS BOMBAS SUBMERSAS MARCA VAMBRO DOS POÇOS ARTESIANOS DA SANEFRAI BOMBA VBSP62-08 20 HP 380 VOLTS UTILIZADA NO P11 (PARQUE DA MAÇA) E VBU45-28 07 HP 380 VOLTS UTILIZADA NO P2 (POÇO NEREU).

Fraiburgo, 6 de Junho de 2016
JOÃO ALBINO DE BARROS - Presidente

DECRETO Nº 148/2016

DECRETO Nº 148, DE 06 DE JUNHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.301.0009.2.022 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde		
3.3.50.00.00 – Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos – Recurso 0.1.0400 (9)	R\$	700.000,00
Total	R\$	700.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41922990900 – Outras Restituições	R\$	700.000,00
TOTAL	R\$	700.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 06 DE JUNHO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO Nº 149/2016

DECRETO Nº 149, DE 06 DE JUNHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2324 de 09 de Dezembro de 2015;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo crédito adicional suplementar para o exercício de 2016 no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas – Recurso 0.1.0300 (63)	R\$	150.000,00
Total	R\$	150000

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41922990900 – Outras Restituições	R\$	150.000,00
TOTAL	R\$	150.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.
FRAIBURGO, 06 DE JUNHO DE 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1163/2016

PORTARIA Nº 1163, DE 06 DE JUNHO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0711/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DERLI DE OLIVEIRA CORRÊA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 528.468.499-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES, com carga horária de 21 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1164/2016

PORTARIA Nº 1164, DE 06 DE JUNHO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0710/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DENISE CAREGNATO NERES, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 019.919.389-42, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE, com carga horária de 37 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1165/2016

PORTARIA Nº 1165, DE 06 DE JUNHO DE 2016.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0709/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DELAIR DA COSTA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 601.279.539-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES, com carga horária de 26 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1166/2016

PORTARIA Nº 1166, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0853/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIELA VANESSA LEANDRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 085.773.169-63, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1167/2016

PORTARIA Nº 1167, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0946/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIELA DIAS DE ALMEIDA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 082.739.119-69, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1168/2016

PORTARIA Nº 1168, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0854/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIELE DE LIMA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 087.150.599-10, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1169/2016

PORTARIA Nº 1169, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0855/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de DANIELI DALAGNOL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 081.064.949-77, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1170/2016

PORTARIA Nº 1170, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0708/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTOVÃO JOSÉ SCHNEIDER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 194.656.619-53, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA, com carga horária de 30 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1171/2016

PORTARIA Nº 1171, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0707/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTINA VARGAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 074.713.929-67, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1172/2016

PORTARIA Nº 1172, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0706/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CRISTIANE APARECIDA ROSA BIERHALZ, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 036.317.569-50, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1173/2016

PORTARIA Nº 1173, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0704/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEUZA DIAS DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 848.903.559-87, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1174/2016

PORTARIA Nº 1174, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0702/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo por 40 horas semanais a servidora VALDIRA MOTTER SAVIAN, que encontra-se em Auxílio-doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLAUDIA ADRIANA MELO DE ALMEIDA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 753.562.799-49, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1175/2016

PORTARIA Nº 1175, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0697/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CÉLIA INHAIA AMÉRICO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 032.557.939-39, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LIBRAS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1176/2016

PORTARIA Nº 1176, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0698/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLARICE APARECIDA GHELLER MACIEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 452.630.949-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1178/2016

PORTARIA Nº 1178, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0700/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLAUDETE CEZAR GRANEMANN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 845.375.829-87, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1179/2016

PORTARIA Nº 1179, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0701/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLAUDETE RODRIGUES DE MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 048.759.259-05, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1180/2016**

PORTARIA Nº 1180, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0694/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAMILA POBENGA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 073.030.459-02, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1181/2016**

PORTARIA Nº 1181, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0009 de 03 de fevereiro de 2016 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0695/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAROLINA APARECIDA MENEHINI CHECHI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 983.563.489-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – LÍNGUA INGLESA, com carga horária de 38 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1182/2016**

PORTARIA Nº 1182, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0847/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CARINE ALVES DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 084.282.889-33, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1183/2016

PORTARIA Nº 1183, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0848/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CAROLINI FRIGOTTO ANTUNES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 093.770.439-30, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1184/2016

PORTARIA Nº 1184, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0849/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CHEILA KELEN SCHULZE, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 068.301.519-29, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1185/2016

PORTARIA Nº 1185, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0850/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CHIRLE SOUZA DOS ANJOS DA SILVA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 047.589.069-80, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1186/2016

PORTARIA Nº 1186, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0851/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CINARA APARECIDA CARDOSO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.501.139-70, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1187/2016

PORTARIA Nº 1187, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0852/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEIDE GRANEMANN CORRÊA GULART, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 085.773.269-26, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1188/2016

PORTARIA Nº 1188, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0693/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está por 23 horas substituindo o Professor VOLNEI SESTREN, que encontra-se em Auxílio-doença;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de BRUNA DEBORTOLI PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 080.073.959-03, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – EDUCAÇÃO FÍSICA, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1189/2016

PORTARIA Nº 1189, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0692/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de BELONI DE MORAIS TAVARIOL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 657.160.279-20, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1190/2016

PORTARIA Nº 1190, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0843/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ALINE APARECIDA FERNANDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.503.429-07, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1191/2016

PORTARIA Nº 1191, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0844/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANA LUCIA RIBEIRO DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 073.109.339-90, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1192/2016

PORTARIA Nº 1192, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0845/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDREA APARECIDA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.563.389-79, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1193/2016

PORTARIA Nº 1193, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0846/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRESSA MELO MORAES SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 093.029.869-18, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1194/2016

PORTARIA Nº 1194, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0689/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ARI JAISOM WALTER, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n.º 753.561.399-34, contratado em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – MATEMÁTICA, com carga horária de 22 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1195/2016

PORTARIA Nº 1195, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0688/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANGELA BALESTRIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 656.702.999-49, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ARTES, com carga horária de 38 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1196/2016**

PORTARIA Nº 1196, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0687/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRESSA MATIAS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 049.310.749-52, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1197/2016**

PORTARIA Nº 1197, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0686/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ANDRÉA VICENTE RIBEIRO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 035.160.819-29, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento**PORTARIA Nº 1198/2016**

PORTARIA Nº 1198, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0020 de 20 de outubro de 2015 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0690/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de ARIANE DOMINGUES PIMENTEL, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 101.441.799-62, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 02 de agosto de 2016 até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO
Prefeito MunicipalANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 1199/2016

PORTARIA Nº 1199, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital nº 0019 de 03 de setembro de 2015, e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 1020/2016 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará por 20 horas substituindo a professora efetiva SIMONE PILON DELFES CONSTANTINO, que assumiu a turma da professora VÂNIA APARECIDA FAGHERAZZI KAEFER que encontra-se em Auxílio-doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário IVANIR BENKE FANTINEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 753.557.449-15, na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 07 de junho de 2016 até 24 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 06 de junho de 2016.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

habilidades. As proponentes apresentaram suas propostas nos seguintes valores totais: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA – R\$ 417.517,09 (quatrocentos e dezessete mil, quinhentos e dezessete reais e nove centavos), TERRAPLENAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA – R\$ 294.577,35 (duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e setenta e sete reais e trinta e cinco centavos) e ARAUJO CONSTRUÇÕES LTDA EPP – R\$ 376.417,80 (trezentos e setenta e seis mil, quatrocentos e dezessete reais e oitenta centavos). Em análise da planilha da proposta de preço apresentada pela licitante TERRAPLENAGEM E PRESTADORA DE SERVIÇOS EXCEL LTDA, na coluna do quantitativo não consta a quantidade de alguns itens, sendo que a comissão fez o cálculo da prova real (valor total dividido pelo valor unitário) chegando a um valor diferente no estipulado no campo quantidade da planilha do quantitativo de serviços, solicitada no Edital, não sendo possível para a comissão chegar a uma conclusão do valor correto apresentado, restando então desclassificada pela comissão. Na sequência do procedimento, foi analisada pela Comissão, a proposta de preços da segunda colocada ARAUJO CONSTRUÇÕES LTDA EPP, levando-se em consideração as normas e condições do edital e seus anexos, bem como, os dispositivos da Lei 8.666/93 e suas alterações. Desta forma, a Comissão declarou vencedora a proponente ARAUJO CONSTRUÇÕES LTDA EPP no valor total de R\$ 376.417,80 (trezentos e setenta e seis mil, quatrocentos e dezessete reais e oitenta centavos), ficando este valor abaixo do valor máximo estipulado pelo Município no item 2.4 do Edital, cumprindo, portanto, regularmente com todas as condições editalícias.

Fraiburgo (SC), 06 de junho de 2016.

João Albino de Barros

Presidente da SANEFRAI.

RECURSOS FEDERAIS 07.06.2016

NOTIFICAÇÃO DE RECEBIMENTO DE RECURSOS FEDERAIS			
O Município de FRAIBURGO-SC, nos termos da Lei Federal nº 9452 de 20/03/1997, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, a liberação do(s) seguinte(s) recursos do Governo Federal:			
Data do Crédito	Origem	Aplicação	Valor (R\$)
07.06.2016	TRANSFERÊNCIA	SALÁRIO EDUCAÇÃO	177.394,06

Secretaria de Finanças

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS - TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2016-SF

RESULTADO DO JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TOMADA DE PREÇOS Nº 0002/2016 – SF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

O Presidente da Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo – SANEFRAI torna público que na licitação em epígrafe cujo objeto é a contratação de empresa do ramo para execução dos serviços de implantação de redes de coleta de esgoto sanitário nos bairros Liberata, Macieira no Município de Fraiburgo, de acordo com os Projetos, Memoriais Descritivos e Quantitativos (ANEXOS ao PAL), quando do julgamento das PROPOSTAS DE PREÇOS. Transcorrido “in albis” o prazo recursal previsto no art. 109 Inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/93, a Presidente da Comissão passou a abertura dos ENVELOPES nº 02 – PROPOSTA DE PREÇOS das proponentes

TA16PMF66

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF66 - Contrato Nº: CT14PMF83

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: OI S/A

Vigência : Início: 16/05/2016 Término: 16/05/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 53/2014

Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, II, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA PARA O DIA 16 DE MAIO DE 2017.

Fraiburgo, 6 de Junho de 2016

IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF74

EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF74 - Contrato Nº: CT14PMF85

Contratante.: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

Contratada...: HBINFO PROVEDOR LTDA ME

Valor : 336.338,52 (trezentos e trinta e seis mil trezentos e trinta e oito reais e cinquenta e dois centavos)

Vigência : Início: 21/05/2016 Término: 21/05/2017

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2014

Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, INCISO IV, DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 21 DE MAIO DE 2017. DIANTE DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL E NOS TERMOS DO ITEM 3.1.1,

FICA REAJUSTADO COM BASE NO INPC (ÍNDICE ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES EM %) NO PERCENTUAL DE 9,8307% OS VALORES DOS SERVIÇOS MENSAIS.

Fraiburgo, 6 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF75
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF75 - Contrato Nº: CT15PMF12
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: KARINE DE OLIVEIRA TRANSPORTES EIRELI ME
Vigência : Início: 24/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 2/2015
Objeto : AS PARTES RESOLVEM EFETIVAR A INCLUSÃO DE 01 (UM) VEÍCULO (ÔNIBUS), PARA A EXECUÇÃO DO CONTRATO, CONFORME ITEM 5.9 DO TERMO DE REFERÊNCIA, AS DESCRIÇÕES A SEGUIR: PAS / ONIBUS/ VW/COMIL CAMPIONE R
- Placa: JWQ 0422
- Ano/Modelo: 2000-2000 COR BRANCA
- Chassi: 9BWY2TJB8YRY10620
- Renavam: 751578215
- Capacidade: 45 P / 206VC.

Fraiburgo, 6 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF78
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF78 - Contrato Nº: CT13PMF100
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA
Valor : 36.861,65 (trinta e seis mil oitocentos e sessenta e um reais e sessenta e cinco centavos)
Vigência : Início: 25/05/2016 Término: 01/06/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 72/2013
Objeto : AS PARTES DO CONTRATO EPIGRAFADO, DE COMUM ACORDO, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, INCISO IV, DA LEI 8.666/93 E ALTERAÇÕES, AJUSTAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA QUE CONSTA DA CLÁUSULA OITAVA, FICANDO VIGENTE ATÉ O DIA 1º DE JUNHO DE 2017. DIANTE DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL E NOS TERMOS DO ITEM 3.7 DO CONTRATO, FICA REAJUSTADO COM BASE NO IGP-M NO PERCENTUAL DE 10,6419% (ÍNDICE ACUMULADO NOS ÚLTIMOS 12 MESES EM %) OS VALORES CONSTANTES DA TABELA DA CLÁUSULA TERCEIRA ITEM 3.1.

Fraiburgo, 6 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF79
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF79 - Contrato Nº: CT16PMF72
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FUNDACAO UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE.
Vigência : Início: 30/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 33/2016
Objeto : FICA INCLUÍDO NA CLÁUSULA QUINTA DO CONTRATO A DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA Nº 65 E RECURSOS 01.0323, E ALTERAÇÃO DO COMPLEMENTO DO ELEMENTO, PASSANDO A SER 3.3.90.39.48.

Fraiburgo, 6 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF80
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF80 - Contrato Nº: CT16PMF57
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FEMAKS - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
Vigência : Início: 31/05/2016 Término: 27/06/2016
Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv.
Engenharia Nº.: 14/2016
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, DA LEI Nº 8.666/93 E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, SR. ANDRE CARLOS CHELLI, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO QUE CONSTA DA CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARA ATÉ A DATA DE 27.06.2016.

Fraiburgo, 6 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

TA16PMF81
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : TA16PMF81 - Contrato Nº: CT16PMF29
Contratante...: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO
Contratada...: FEMAKS - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.
Vigência : Início: 31/05/2016 Término: 05/07/2016
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2016.
Objeto : AS PARTES ACIMA EPIGRAFADAS, EM CONFORMIDADE COM O ART. 57, § 1º, II, DA LEI Nº 8.666/93E ALTERAÇÕES, A PEDIDO DA CONTRATADA E COM ANUÊNCIA EXPRESSA DO ENGENHEIRO FISCAL DA OBRA, SR. JAN MARCEL GOMES MARTINS, AJUSTAM E CONTRATAM A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO QUE CONSTAM DA CLÁUSULA TERCEIRA , ITEM 3.2 DO CONTRATO, PARA ATÉ A DATA DE 05 DE JULHO DE 2016.

Fraiburgo, 6 de Junho de 2016
IVO BIAZZOLO - Prefeito

Frei Rogério

PREFEITURA

RESUMO ATA Nº 03/2016= CÓPIAS, FOTOCÓPIAS E IMPRESSORAS

ATA Nº 03/2016

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO – SC TORNA PÚBLICO AOS INTERESSADOS QUE A PROPONENTE VENCEDORA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2016, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016, REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016, CUJO OBJETIVO É O REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATÉ 1.000.000 (um milhão) DE COPIAS/FOTOCOPIAS, INCLUINDO PAPEL A4, BRANCO, TONER DE BOA QUALIDADE, E ATÉ 45 (QUARENTA) IMPRESSORAS A LASER, MULTIFUNCIONAIS, COM CONFIGURAÇÕES MÍNIMAS ABAIXO DESCRITAS, EM BOAS CONDIÇÕES DE USO, BEM COMO, SE FOR O CASO, A MANUTENÇÃO SEM CUSTO ADICIONAL DAS IMPRESSORAS DE PROPRIEDADE DA CONTRATANTE, PARA MANUTENÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL, SUAS SECRETARIAS E FUNDOS CONFORME DISCRIMINADOS NO ANEXO I, ABAIXO, DURANTE O PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTES INSTRUMENTOS, FOI A PROPONENTE LIDER SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA EIRELI EPP, COM A QUAL FOI FIRMADA A SEGUINTE ATA, CUJO PRAZO DE VALIDADE EXPIRA EM 05 DE JUNHO DE 2017.

ATA Nº 03/2016

VALOR TOTAL DA ATA R\$ 01,0 (DEZ CENTAVOS DE REAL) POR CÓPIA EMITIDA

INFORMAÇÕES E ATA NA ÍNTEGRA PODERÃO SER OBTIDOS NO SETOR DE COMPRAS DA PREFEITURA MUNICIPAL PELO FONE (49) 3257-0000 E OU E-MAIL, compras@freirogerio.sc.gov.br . e ou licitacao@freirogerio.sc.gov.br

FREI ROGÉRIO - SC, 06 DE JUNHO DE 2016

OSNY BATISTA ALBERTON

PREFEITO MUNICIPAL

Garopaba

PREFEITURA

PORTARIA N.º 454/2016

PORTARIA N.º 454, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que foi encaminhado pela Secretaria de Administração o Ofício 163/2016, acompanhado do Ofício Controle Interno n.º 037/2016, solicitando a abertura de sindicância administrativa para apurar o fato relatado no ofício supra citado, em que se relata o uso indevido de veículo oficial da Secretaria de Assistência Social;

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a sindicância administrativa é o meio sumário de elucidação de irregularidades no serviço público para subsequente instauração de processo disciplinar e/ou punição do infrator".

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 172, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, a fim de apurar os fatos informados.

Art. 2º. DESIGNAR, para comporem a Comissão Sindicante, os servidores: JEAN NASCIMENTO PACHECO, GABRIELA BERNARDI ZUGLIANELLO E MARLISE GOULART DE OLIVEIRA PAES, com a presidência do primeiro.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 06 de junho de 2016.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 07/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.973, DE 06 DE JUNHO DE 2016

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.973, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI 1000 DE 06 DE DEZEMBRO DE 2005, QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz

saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. O Inciso IV, § 2º., art. 23., da Lei Complementar n.º 1.000 de 06 dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"IV – Certidão negativa expedida pelo Poder Judiciário - Cartório de Distribuição de Feitos Cíveis e Cartório de Distribuição de Feitos Criminais da(s) Comarca(s) em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos), de não existir quaisquer procedimento ordinário ou sumário, ou processo de execução promovido pela Administração Pública, que desabone sua situação funcional."

Art. 2º. O § 2º., art. 23., da Lei Complementar n.º 1.000 de 06 de dezembro de 2005, passa a vigorar acrescido do seguinte Inciso V:

"V - Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável, nos últimos 5 (cinco) anos)."

Art. 3º. O art. 32 da Lei 1000 de 06 de dezembro de 2005 passa a vigorar acrescido do parágrafo VI;

"VI – Aptidão: entende-se como aptidão a capacidade, a competência e a destreza do servidor no desempenho das atribuições do cargo".

Art. 4º. O art. 33 da Lei 1000 de 06 de dezembro de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação acrescida do parágrafo único;

"Art. 33 - O aferimento da primeira e da segunda avaliação será realizado após o transcurso de 03 (três) meses completos, a contar da data de ingresso do servidor na Administração Municipal, observando-se para cada um dos requisitos constantes do art. 32, os preceitos, notas e fórmula de cálculo dispostas em legislação municipal específica.

Parágrafo Único. Com exceção da primeira e segunda avaliação, as demais serão aferidas semestralmente".

Art. 5º. O parágrafo §3º do art. 62 da Lei 1000 de 06 de dezembro de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:

"§3º O servidor que se ausentar, em virtude da apresentação de atestados, por mais de 15 (quinze) dias, não consecutivos, em um período de 60 (sessenta) dias será submetido à avaliação de médico perito designado pela Administração Municipal".

Art. 6º. Fica acrescido ao art. 62 da Lei 1000 de 06 de dezembro de 2005 o parágrafo §6º com a seguinte redação:

"§ 6º As faltas ocorridas por motivo de doença – exclusivamente - do cônjuge ou companheiro, dos filhos de qualquer natureza, inclusive os enteados e dos pais, devem ser justificadas através da apresentação da declaração de acompanhamento".

Art. 7º. O parágrafo III do art. 137 da Lei 1000 de 06 de dezembro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação.

"III – Faltando ao serviço injustificadamente por mais de 10 (dez) dias".

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de junho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 07/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 1.974. DE 06 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 1.974, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a alienar, através de leilão público comum, na forma da Lei n.º 8.666/93, os seguintes bens, considerados inservíveis:

I - VEÍCULO FIAT/UNO MILLE ECONOMY, placa MHU-1816, Renavam: 217341195, Ano 2010, cor branca;

II - VEÍCULO VW/KOMBI, placa MHS-9096, Renavam: 216614996, Ano 2010, cor branca;

III - VEÍCULO I/M.BENZ 313 CDI SPRINTERF, placa MCZ-0995, Renavam: 860751791, Ano 2005, cor branca;

IV - VEÍCULO RENAULT/MASTERAMB RONTAN, placa MID-9676, Renavam: 223509965, Ano 2010, cor branca;

V - VEÍCULO FIAT/UNO MILLE IE, placa KCX-5376, Renavam: 654648743, Ano 1996, cor branca.

Parágrafo Único. A autorização de que trata o caput deste artigo, decorre do fato dos bens encontrarem-se em condições irreversíveis, caracterizando a condição de inservíveis ao serviço público.

Art. 2º Fica designada a Comissão para Avaliação de Bens do Patrimônio Público Municipal, instituída através da Portaria n.º 358/2016, para o estabelecimento de lotes e preços mínimos para elaboração do Leilão Público, sobre os valores registrados e estimativos de depreciação.

Art. 3º. A descrição detalhada de cada bem e valor mínimo por alienação, atende a relatório de Comissão Especial de Avaliação.
Parágrafo Único. Se, no primeiro leilão, os bens não alcançarem lance igual ou superior à sua avaliação, proceder-se-á novo leilão, com o abatimento de 10% (dez por cento) e intervalo de 10 (dez) dias, no mínimo.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de junho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 07/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 1.975, DE 06 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 1.975, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

ACRESCENTA O PARÁGRAFO - § 5º NO ART.1º DA LEI 1.634, DE 20 DE ABRIL DE 2012.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica acrescido o § 5º. no art.1º. da Lei nº. 1.634 de 20 de abril de 2012 que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 5º. Na hipótese de sobra do recurso descrito no § 1º., art. 1º., desta lei, pelo não cumprimento das metas predefinidas pelo PMAQ - Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica vigente, pelos profissionais da equipe e/ou pelo desligamento do profissional da mesma, o saldo será remanejado para o pagamento de encargos sociais e melhoria da qualidade da Atenção Básica inclusive o saldo do recurso existente anterior a esta lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de junho de 2016
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 07/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

LEI Nº 1.976, DE 06 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 1.976, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DE GAROPABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder, uma subvenção no limite de R\$ 42.800,00 (quarenta e dois mil e oitocentos reais), destinados à manutenção das atividades desenvolvidas pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Garopaba, CNPJ n.º 79.679.940/0001-09.

Art. 2º. A concessão de subvenção de que trata o artigo 1º, será dividida em parcelas mensais e disciplinada, através de Convênio a ser firmado com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Garopaba, na forma da legislação vigente.

§ 1º. O prazo para prestação de contas dos recursos recebidos será tratado no respectivo convênio.

§ 2º. A vigência do convênio supracitado será até 31 de dezembro do presente exercício.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de junho de 2015.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei no DOM/SC em 07/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 453/2016

PORTARIA N.º 453, DE 06 DE JUNHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art.1º. EXTINGUIR o Contrato de Trabalho nº 292/2015, em virtude do falecimento do servidor ROGERIO RAUPP DE SÁ, ocorrido em 02/06/2016, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 6123, lotado na Secretaria de Administração.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 02/06/2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 06 de junho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 07/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 455/2016

PORTARIA N.º 455, DE 06 DE JUNHO DE 2016.
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, DESIGNA COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente, e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 169, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar que apure o ilícito administrativo cometido, assegurada ao acusado ampla defesa";

CONSIDERANDO que o Ofício ADM nº161/2016 solicita a abertura de Processo Administrativo Disciplinar embasado no Ofício DAGP 135/2016, o qual reporta o fato da servidora Suellen Caroliny Lopes, ocupante do cargo comissionado de Diretora de Escola, não comparecer ao trabalho desde o dia 04/01/2016.

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 153, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "constitui infração disciplinar toda a ação ou omissão do servidor que possa comprometer a dignidade e o

decoro da função pública, ferir a disciplina e a hierarquia, prejudicar a eficiência dos serviços públicos ou causar prejuízo de qualquer natureza à Administração Municipal";

CONSIDERANDO que, a Constituição Federal, no art. 5º, assegura a todos o direito à ampla defesa e ao contraditório; e

CONSIDERANDO que, conforme disposto no artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, "o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições; ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido";

RESOLVE:

Art. 1º. Nos termos do artigo n.º 176, da Lei Municipal n.º 1000/2005, DETERMINAR A ABERTURA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, a fim de apurar os fatos relatados através do Ofício DAGP nº. 135/2016.

Art. 2º. DESIGNAR para comporem a Comissão os servidores LUCIANA MACHADO TEIXEIRA, ROSILENE PACHECO LIMA E LEANDRO IZALDO SILVA, para sob a presidência da primeira, conduzirem o Processo Administrativo, de que trata a presente Portaria.

Art. 3º. O prazo para a conclusão do processo será de 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do presente ato.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 5º. Publique-se e cientifiquem-se os servidores cujos nomes figuram nesta Portaria.

Garopaba, 06 de junho de 2016.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 07/06/2016, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 018/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 018/2016
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Lote

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos, pelo período contratual, com a disponibilidade de pessoal técnico e operacional, para a 23ª Festa do Colono, incluso Som e Iluminação, locação de Banheiros Químicos, Grupo Gerador de energia, locação e montagem de tendas, Segurança, limpeza, mídia impressa, mídia eletrônica, aquisição de vestidos e faixas para as rainhas e serviços para organização de eventos, conforme especificações, quantidades e condições estabelecidas no memorial descritivo, e nas demais condições previstas neste Edital.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 17/06/2016 as 08:30 horas.
A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 06 de junho de 2016.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.018, DE 03 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.018, DE 03 DE JUNHO DE 2016.

NOMEIA SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72 da Lei Orgânica do Município e considerando o disposto artigo 10, inciso I e o artigo 11 da Lei Municipal nº 1.305, de 09 de outubro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado em caráter efetivo, o candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, no cargo discriminado abaixo, com carga horária, classificação e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
MICHELLE MACHADO DA SILVA	COORDENADOR PEDAGÓGICO	40	32º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

DECRETO Nº 7.019, DE 03 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 7.019, DE 03 DE JUNHO DE 2016.

TORNA SEM EFEITO A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gaspar e no artigo 15, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Torna sem efeito a nomeação do candidato habilitado em Concurso Público regido pelo Edital nº 001/2015, abaixo relacionado, em virtude de não ter assumido no prazo legal:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO	DECRETO QUE NOMEOU
JULIANA DOS SANTOS OECHSLER	COORDENADOR PEDAGOGICO	40	26º	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	6.936/2016

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

LEI Nº 3.708, DE 02 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 3.708, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE GASPAR A RECEBER EM DOAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL A VIA DE ACESSO DA BR-470/SC A GASPAR (ENTR BR 470 – ACESSO GASPAR - SNV 470BSC9000).

O Prefeito do Município de Gaspar, nos termos do art. 72, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou o projeto, eu o sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Gaspar autorizado a receber em doação da União Federal a via de acesso da BR-470/SC a Gaspar (ENTR BR 470 – ACESSO GASPAR - SNV 470BSC9000), com extensão total de 1,70 km, nos termos da declaração em anexo.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da dotação própria consignada no orçamento vigente do Município de

Gaspar.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Gaspar – SC, em 02 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI
PREFEITO MUNICIPAL

DECLARAÇÃO

O Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, Senhor Pedro Celso Zuchi, [documentos], [estado civil], residente e domiciliado na [endereço], no Município de Gaspar, declara, para fins de doação do trecho da via de acesso da BR-470/SC a Gaspar (ENTR BR 470 – ACESSO GASPAR - snv 470bsc9000), com extensão de 1,70 km de extensão, que concorda com a transferência do referido trecho, sem nenhum ônus à União.

Desta forma, todas as despesas de construção e manutenção (investimento e custeio) realizadas no segmento a partir da data efetiva da incorporação do mesmo à malha municipal, bem como passivos ambientais e questões jurídicas ocorridas a partir dessa data são de total responsabilidade do Município de Gaspar e não poderão, sob qualquer alegação, serem reclamadas ou terem solicitação de restituição, seja administrativamente ou judicialmente.

Gaspar, [data].

Pedro Celso Zuchi
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 4.023, DE 03 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº. 4.023, DE 03 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA ELIZABETE APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora ELIZABETE APARECIDA PEREIRA DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Professor, lotada na Secretaria de Educação, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 08/06/2016 a 06/08/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de junho de 2016.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

PREGÃO PRESENCIAL 123/2016

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Aviso de Pregão Presencial Nº 123/2016

OBJETO: Aquisição de Equipamento de Resgate, Salvamento, Ferramentas e Epi's para o Corpo de Bombeiros Militar. ENVELOPES: até às 9hs do dia 20/06/2016. ABERTURA: a partir das 9hs. A íntegra do Edital está disponível no Depto. de Compras, Rua Cel Aristiliano Ramos, 435, Centro, ou no site www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar(SC), 06 de junho de 2016.

PEDRO CELSO ZUCHI – Prefeito

TOMADA DE PREÇOS Nº 131/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Tomada de preços Nº 131/2016

OBJETO: recuperação da rede pluvial da Escola Dolores L. dos Santos Krauss. ENTREGA ENVELOPES: até 09h de 28/06/2016. ABERTURA: 28/06/2016 às 09h30min. Íntegra do Edital disponível no Depto. de Compras do Paço Municipal, Rua Coronel Aristiliano Ramos, 435, Centro, Gaspar/SC, ou no site www.gaspar.sc.gov.br Gaspar(SC), 03 de junho de 2016.

MARLENE ALMEIDA – Secretária Municipal de Educação

Guaraciaba

PREFEITURA

EXTRATO AD 03.16 CONTRATO 49.2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
EXTRATO CONTRATUAL

Aditivo Nº : Ad03/16Cont49/14 - Contrato Nº: 49/2014
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA SC
Contratada...: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.
Valor : 11.875,00 (onze mil oitocentos e setenta e cinco reais)
Vigência : Início: 03/06/2016 Término: 04/06/2017
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 14/2014
Recursos : Dotação:
Objeto : RENOVAÇÃO DO SEGURO DOS VEÍCULOS FIAT UNO
MILE PLACA MFD 9369, FIAT UNO MILE PLACA MGO 7105, VEICULO
NOVO DUCATO CARGO CHASSI Nº93W245H34E2134381 PLACA MMK
7334.

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 78.16 AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS PARA CORPO DE BOMBEIROS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº78/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 95/16, Edital de Pregão Presencial Nº 78/16, Objeto: Aquisição de Combustíveis e Lubrificantes para o Corpo de Bombeiro Militar de Guaraciaba/SC; recebimento de propostas até às 09:00 horas do dia 17/06/16; a abertura do Edital será às 09:00 horas do dia 17/06/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br
Guaraciaba em 06 de junho de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

MINUTA EDITAL DE PREGÃO 79.16 TRANSPORTE DE ATLETAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACIABA-SC, EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº79/2016.

O Município de Guaraciaba, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520 de 17/07/02 promove Processo Licitatório nº 96/16, Edital de Pregão Presencial Nº 79/16, Objeto: Contratação de Empresa para prestar serviços de transporte de atletas; recebimento de propostas até às 10:00 horas do dia 17/06/16; a abertura do Edital será às 10:00 horas do dia 17/06/16, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Ademar de Barros 85, Guaraciaba – SC, maiores informações, pelo telefone: 0xx49-36452000, no Depto de Compras, das 07:30h às 11:30h e das 13:30h às 17:30 e no site www.guaraciaba.sc.gov.br

Guaraciaba em 06 de junho de 2016.

Roque Luiz Meneghini,
Prefeito Municipal

Guaramirim

PREFEITURA

ANULAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2016 - PMG

PROCESSO LICITATORIO N.º 059/2016- PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 059/2016 – PMG

ANULAÇÃO DO LOTE 01
REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

Avoco o processo licitatório.

Trata-se de pregão presencial para registro de preços para aquisição de gêneros alimentícios para atendimento aos cidadãos participantes dos projetos que serão executados pela secretaria de desenvolvimento social e habitação em eventos especiais das áreas: diretoria de projetos, gerência dos conselhos, CRAS e CREAS, bem como, no desenvolvimento de atividades educativas e de conscientização da Secretaria Municipal de Saúde.

No item 04 do lote 01 do referido processo licitatório fora inscrita a necessidade de que o refrigerante a ser licitado seja "Primeira Linha".

Considerando que tal exigência macula os princípios do procedimento licitatório, pelo fato de ser subjetivo.

E considerando o disposto na Súmula 473 do STF, in verbis:

A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Anula-se o referido item, e por consequência, o lote 01 do pregão presencial nº 059/2016.

Ademais, considerando que apenas uma licitante ofertou proposta ao lote 02.

Muito embora o pregoeiro ainda não tenha julgado a aceitabilidade da proposta, considerando que na formulação da proposta deixou de indicar marcas, tal situação acarreta na desclassificação da proposta.

Assim, e considerando a anulação do lote 01 supra, é inviável a manutenção do processo licitatório, devendo ser providenciado brevemente novo procedimento.

Para tanto, revoga-se o lote 02 do processo licitatório e, por consequência o procedimento licitatório.

Guaramirim (SC), 20 de maio de 2016.
PREFEITO MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
LAURO FRÖHLICH

ANULAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 69/2016 - PMG

PROCESSO LICITATÓRIO nº 069/2016 PMG
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA LEVE DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Parecer final:

Trata-se de pregão presencial para o registro de preços de peças para manutenção da frota leve de veículos do município. Considerando a informação contida na ata da sessão de abertura de propostas de que há itens idênticos sendo licitados neste processo e no processo licitatório nº084/2016 PMG (registro de preços de peças de elétrica para manutenção de veículos do município) e com valores distintos, o que demonstra falha na pesquisa de mercado e pode ensejar o pagamento de preços diferentes pelo mesmo objeto, opinamos pela anulação do certame para sanar o defeito, reabrindo-se em seguida a licitação para evitar prejuízos ao município.

Guaramirim, 31-05-2016.
Elton Luís Bergmann
OAB/SC 39204

Decisão

Acolho como razão de decidir os argumentos acima para anular o processo licitatório nº 069/2016 PMG e determinar a reabertura do certame sem as falhas apontadas.

Guaramirim, 31-05-2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito de Guaramirim

ANULAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 84/2016 - PMG

PROCESSO LICITATÓRIO nº 084/2016 PMG
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS ELÉTRICAS PARA MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Parecer final:

Trata-se de pregão presencial para o registro de preços de peças elétricas para manutenção da frota de veículos do município. Considerando a informação contida na ata da sessão do processo licitatório nº 69/2016 PMG (registro de preços de peças para manutenção da frota), de que há itens idênticos sendo licitados nos dois processos distintos e com valores diferentes, o que demonstra falha na pesquisa de mercado e que pode ensejar o pagamento de preços diferentes pelo mesmo objeto, opinamos pela anulação do certame para sanar o defeito, reabrindo-se em seguida a licitação para evitar prejuízos ao município.

Guaramirim, 31-05-2016.
Elton Luís Bergmann
OAB/SC 39204

Decisão

Acolho como razão de decidir os argumentos acima para anular o processo licitatório e determinar a reabertura do certame sem as falhas apontadas.

Guaramirim, 31-05-2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito de Guaramirim

AVISO REABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 79/2016 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO REABERTURA DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 79/2016 PMG
Processo Licitatório: 79/2016 PMG
Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACA, PAINEL, LETREIRO E REFORMA DE TOTEM PARA A NOVA SEDE DA DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)

Entrega dos Envelopes: 17/06/2016 às 13h30min

Abertura dos Envelopes: 17/06/2016 às 13h30min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 06 de junho de 2016.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO SUSPENSÃO LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 18/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
Edital Pregão: 18/2016 – FMS Processo Licitatório: 18/2016 – FMS
Objeto: CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PARA OS TRABALHOS DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC)
COMUNICAMOS que está suspenso o Pregão nº 18/2016 - FMS, para análise de impugnação e, para uma possível alteração do Edital. A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente.
Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.
Guaramirim (SC), 06 de junho de 2016.
LAURO FROHLICH PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 187/2016

PORTARIA Nº. 187/2016

Nomeia Daiane de Souza.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Daiane de Souza, na função de Assistente Administrativo, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Social e

Habitação, a partir de 03 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de junho de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 188/2016

PORTARIA Nº. 188/2016

Nomeia Ivone Modrock.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear Ivone Modrock, na função de Gerente de Patrimônio e Frotas, vinculada à Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 03 de junho de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de junho de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 189/2016

PORTARIA Nº. 189/2016

Exonera Cristian Vogel Ferreira.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Cristian Vogel Ferreira, da função de Auxiliar de Setor, vinculado à Secretaria de Esporte e Lazer, a partir de 31 de maio de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de junho de 2016.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 698/2016

PORTARIA Nº 698/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Contratar em Caráter Temporário, a Senhora VANESSA ALBERTI WILLMSEN (Matr. 4325), para exercer a função de Professor, Nível – 2 - Referência "A", Anexo XI da LC Nº 316/2013, 40 horas semanais, turno vespertino, Educação Infantil, junto ao CMEI Valdete Souza Nodari, em substituição à servidora Rozemari Aparecida Danieli Hack, que se encontra afastada para acompanhar familiar, a partir de 06 de junho de 2016 enquanto perdurar seu afastamento, limitado ao término do ano letivo de 2016, aprovada e classificada em 39º lugar pelo Processo Seletivo 002/2015 – SMECE de 07 de dezembro de 2015, homologado em 01 de fevereiro de 2016, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar Nº 291/2011. Sendo que seu contrato de trabalho será regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d' Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 699/2016

PORTARIA Nº 699/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora VANESA RICARDO DA SILVA DE LIMA (Matr. 2787), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência "C", 40 horas semanais, Anexo V da LC Nº 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 23 de junho de 2014 e 23 de julho de 2015, para serem gozadas a partir de 06 de junho de 2016 a 05 de julho de 2016, de conformidade com o que preceitua o art. 94 da Lei Complementar Nº. 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 700/2016

PORTARIA Nº 700/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 36 (trinta e seis) dias de Licença Prêmio, à servidora MARINEIDE PENSIN VALMÓRBIDA (Matr. 1074), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência "E", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais, nos termos do artigo 103 da Lei Complementar Nº. 281/2011, referente ao período aquisitivo de 19 de agosto de 2011 a 18 de agosto de 2014, para serem gozadas a contar de 06 de junho de 2016 a 11 de julho de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 701/2016

PORTARIA Nº 701/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar a Servidora LUCIANE BORGES DO AMARAL (Matr. 4278), a qual exerce a função de Professor - ACT, Nível/Referência – 2/A, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, a conduzir veículo público do município de Herval d' Oeste, responsabilizando-se a mesma pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 06 de junho de 2016.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 702/2016

PORTARIA Nº 702/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional ao Profissional do Magistério por Mérito – Avaliação de Desempenho, à Servidora BEATRIZ APARECIDA BENINCÁ CIARNOSCHI (Matr. 1115), nascida aos 03/06/1967, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência – 7/E, anexo XI, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência – 8/A, anexo XI, a partir de 03 de junho de 2016, de conformidade com os artigos 25, 26 e 28 a 32 da Lei Complementar Nº 316/2013 de 20 de dezembro de 2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 06 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 703/2016

PORTARIA Nº 703/2016

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

DISPENSAR a pedido conforme requerimento anexo, a Servidora MIRIAN PISSAIA (Matr. 4301), a contar de 07 de junho de 2016, a qual exercia a função de Médico, Nível – 14, Referência "A", 40 horas semanais, anexo V da LC Nº. 280/2011, de conformidade com preceitua a Lei Complementar Nº 281/2011. Sendo que seu Contrato de Trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 07 de Junho de 2016.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 022/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 039/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2016

REGISTRO DE PREÇO Nº 010/2016

A Prefeitura Municipal de Ibiam/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial Registrar preços, visando futuras possíveis aquisições, com pedidos parcelados, de Tubos de Concreto, por um período de doze meses. Entrega dos envelopes: até o dia 17/06/2016 até às 08:00 horas. Abertura dos envelopes: 17/06/2016 às 08:15 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço por Item. Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 0147/14. O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.ibiam.sc.gov.br. Ibiam, 07 de Junho de 2016.

Gilmar Fontana,
Prefeito Municipal.

Ilhota

PREFEITURA

LICITAÇÃO DESERTA - PRG 016-2016 - CARRO VIGILANCIA

AVISO
PREGÃO 16/2016

O PREGOEIRO OFICIAL DECLARA DESERTO O(A) PREGÃO 16/2016, PELA AUSÊNCIA DE LICITANTES PRESENTES NO CERTAME, DE ACORDO COM A LEI 10.520/02, LEI 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES.

Ciência aos interessados, observados as prescrições legais pertinentes.

Ilhota, 06 de junho de 2016.
ALEX MIRANDA
Pregoeiro Oficial

PORTARIA Nº 426/2016

PORTARIA Nº 426/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Sr TATEANE GONÇALVES SCHUART, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 50 horas mês, a partir de 01 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 31 de maio de 2016.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 427/2016

PORTARIA Nº 427/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

DEMITIR, o Sr BRUNO DOS SANTOS, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 02 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 31 de maio de 2016.
TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 428/2016

PORTARIA Nº 428/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

Conceder 20 (vinte) dias de férias com 10 (dez) de abono pecuniário referente ao período aquisitivo de 04/03/2015 á 03/03/2016, a Srª MARIA CLARA PASQUALINE, no cargo de TECNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, com 200 horas mês, a partir de 01 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 31 de maio de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 429/2016

PORTARIA Nº 429/2016

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei:

RESOLVE

EXONERAR, o Sr. ROBERTO POERNER, do cargo de SECRETÁRIO DE AGRICULTURA, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 02 de junho de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 430/2016

PORTARIA Nº 430/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

Conceder 2 (dois) anos de licença sem vencimento conforme art. 90 da lei complementar nº 005/2002 , a Srª RAQUEL LESSA PAPP, no cargo de PROFESSOR, a partir de 10 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 06 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 431/2016

PORTARIA Nº 431/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr PAULO RENATO DA SILVA TEIXEIRA, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 07 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 06 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 432/2016

PORTARIA Nº 432/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr RICARDO ROSA, no cargo de PROFESSOR II, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 01 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 06 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 433/2016

PORTARIA Nº 433/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr PEDRO FELIPE BENDER, no cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 100 horas mês, a partir de 01 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 06 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 434/2016

PORTARIA Nº 434/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª CAMILA MARIANA REBELLO DA CUNHA, no cargo de PROFESSOR NH, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 150 horas mês, a partir de 01 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 06 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 435/2016

PORTARIA Nº 435/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr JONATHAN DOS SANTOS, no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 06 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 06 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 436/2016

PORTARIA Nº 436/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª ANDRÉIA VITÓRIA FANTONI, no cargo de ATENDENTE DE CEIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 06 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 437/2016

PORTARIA Nº 437/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr VALDEMAR DE AZEVEDO, no cargo de PEDREIRO, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 06 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 438/2016

PORTARIA Nº 438/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, o Sr GENOAR LEONOR DO NASCIMENTO, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 02 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 06 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 439/2016

PORTARIA Nº 439/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

ADMITIR, a Srª MARIA IZAIDE DE MORAES, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, em caráter temporário, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 02 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 06 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 440/2016

PORTARIA Nº 440/2016

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e na forma da Lei:

RESOLVE

NOMEAR, o Sr SÉRGIO JOSÉ CARDOSO, no cargo de SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, em caráter em comissão, no regime jurídico estatutário e regime previdenciário geral (INSS), com 200 horas mês, a partir de 01 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 06 de junho de 2016.

DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 441/2016

PORTARIA Nº 441/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

Conceder 20 (vinte) dias de férias com 10 (dez) de abono pecuniário referente ao período aquisitivo de 04/02/2013 á 03/02/2014, ao Sr ISIDORO LUIZ, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 200 horas mês, a partir de 01 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 06 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 442/2016

PORTARIA Nº 442/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

Conceder 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 21/09/2014 á 20/09/2015, a Srª MARIA FRANCISCA B. NUNES, no cargo de TÉCNICO ADMINISTRATIVO FINANCEIRO, com 200 horas mês, a partir de 01 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 06 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 443/2016

PORTARIA Nº 443/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

Conceder 20 (vinte) dias de férias com 10 (dez) de abono pecuniário referente ao período aquisitivo de 01/10/2013 á 30/09/2014, ao Sr GILSON DA SILVA, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 200 horas mês, a partir de 01 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 06 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 444/2016

PORTARIA Nº 444/2016

Tatiana Richart Reichert, Secretária de Administração do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições Legais, e dentro do que estabelece o Decreto nº 79 de 17/07/2015, e na forma da Lei:

RESOLVE

Conceder 30 (trinta) dias de férias referente ao período aquisitivo de 01/04/2013 á 31/03/2014, ao Sr DAVI ROBERTO PFLGER, no cargo de PEDREIRO, com 200 horas mês, a partir de 01 de junho de 2016.

Dê-se ciência, publique-se e cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Ilhota.
Em 06 de junho de 2016.

TATIANA RICHART REICHERT
Secretária de Administração

Imarui**PREFEITURA****AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL FMS Nº. 005/2016**

A Prefeitura Municipal de Imaruí – SC, através do Setor de Licitação, torna publico aos interessados, que realizará no dia 20/06/2016 às 09h00min, Licitação na Modalidade Pregão Presencial, registro de preço do Tipo Menor Preço por Item, cujo objetivo visa à aquisição Medicamentos Básicos conforme a tabela do REMUME para o uso da Secretaria Municipal de Saúde. O Edital completo estará à disposição dos interessados no Setor de Licitação, situado na Rua José Inácio da Rocha, nº 109, Centro, Imaruí/SC, CEP: 88.770- 000, e através do site www.imarui.sc.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas através do e-mail: licitacao@imarui.sc.gov.br, ou através do telefone (48) 3643 0213.

Imaruí, 06 de Junho de 2016.

Manoel Viana de Sousa

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 044 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº. 044 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2016, na importância de R\$ 49.755,78 (quarenta e nove mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e oito centavos), conforme segue:

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.061	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	191	1.008	Aplicações Diretas	49.755,78
Total				49.755,78

Art. 2º b) Para atendimento da Suplementação que trata o artigo (1º) anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSP. OBRAS E SERV. URBANOS			
PROJ/ATIV. – 2.061	MANUTENÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	190	1.008	Aplicações Diretas	29.755,78
3.3.90.00.00.00.00.00	192	1.008	Aplicações Diretas	20.000,00
Total				49.755,78

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 06 de junho de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 045 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº. 045 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2016, na importância de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	5	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
Total				15.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 15	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
UNIDADE – 15.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
PROJ/ATIV. – 2.200	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	3	1.000	Aplicações Diretas	15.000,00
Total				15.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 06 de junho de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 046 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº. 046 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2016, na importância de R\$ 460.312,13 (quatrocentos e sessenta mil, trezentos e doze reais e treze centavos), conforme segue:

ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
UNIDADE – 01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERV.URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.066	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PUBLICAS			
Dotação-Elemento	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	166	1.034	Aplicações Diretas	460.312,13
Total Suplementação				460.312,13

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior será utilizado recurso proveniente de convênio – Contrato de repasse nº 822684/2015/Ministério do Turismo/CAIXA, processo nº2624.1024037-22/2015- firmado entre o Município de Imaruí com a União através do Ministério do Turismo tendo como objeto "Pavimentação e Drenagem Pluvial – Rodovia Estadual SC 436 – 1ª etapa, na comunidade de Aratingaúba, Imarui/SC" no valor total de R\$ 461.621,17, sendo o repasse da União no valor de R\$ 460.312,13:

Total Suplementação	460.312,13
---------------------	------------

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias,

2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 06 de junho de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

DECRETO Nº. 047 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº. 047 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MANOEL VIANA DE SOUSA, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Imaruí,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, exercício 2016, na importância de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), conforme segue:

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	5	1.000	Aplicações Diretas	120.000,00
Total				120.000,00

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

ÓRGÃO – 14	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
UNIDADE – 14.01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
PROJ/ATIV. – 2.100	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	2	1.000	Aplicações Diretas	120.000,00
Total				120.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2015.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imaruí, 06 de junho de 2016.

MANOEL VIANA DE SOUSA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário oficial dos Municípios – DOM.

EXTRATO DO CONTRATO PMI Nº 018/2016

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Administrativo PMI Nº 018/2016

Origem: Tomada de Preços

Processo Licitatório PMI 013/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de recuperação de pavimento de parte Rua Manoel José de Oliveira e da Rua Darcí da S. Gonçalves, Bairro Vila Paraíso no Município de Imaruí/SC.

Contratante: Município de Imaruí (82.538.851/0001-57)

Contratada: Carlos Eli Martins - ME (24.680.579/0001-49)

Órgão: 11 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Unidade: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

Proj. Ativ.: 1.066 - Pavimentação de Vias Públicas

Código Resumido: 210
Elemento Despesa: 4.4.90.00.00.00.00
Descrição: Aplicações Diretas

Órgão: 11 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Unidade: 01 - Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Proj. Ativ.: 2.060 - Manut. da Sec. de Transportes, Obras e Serviços Urbanos
Código Resumido: 187
Elemento Despesa: 4.4.90.00.00.00.00
Descrição: Aplicações Diretas

Valor Total do Contrato: R\$ 84.962,21 (oitenta e quatro mil novecentos e sessenta e dois reais e vinte e um centavos).
Assinatura: 03/06/2016

Signatário:
Pelo Município, o Senhor Manoel Viana de Sousa
Pela contratada, o Senhor Carlos Eli Martins

FLÁVIA DE SOUSA BORGES - Portaria N. 377/2015
Publicação Legal realizada nos termos do Artigo 81 da Lei Orgânica Municipal

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI Nº 101, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 101, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 4489, de 14 de março de 2016;

Considerando o Termo de Autorização SEAPI nº 004/2016

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 010/2016, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, do Processo Administrativo nº 4489/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo ao Senhor EMANUEL NASCIMENTO, inscrito no CPF sob o nº 704.897.509-15 e RG nº 2383530, nos termos do Processo Administrativo nº 4489/2016.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (Categoria especial escolar), e Serviço de Turismo constante do caput do art. 1º, deverão ser renovados anualmente.

Art. 2º Revoga-se o Decreto PMI nº 131, de 9 de julho de 2015. Parágrafo único. Ficam convalidados os atos, deveres e direitos, decorrentes do ato revogado, no período de sua vigência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 100, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 100, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 1.650, de 21

de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 4489, de 14 de março de 2016;

Considerando o Termo de Autorização SEAPI nº 003/2016

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 016/2016, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, do Processo Administrativo nº 4489/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADO A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) ao Senhor EDIO DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 342.715.709-15 e RG nº 771385, nos termos do Processo Administrativo nº 4489/2016. Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Revoga-se o Decreto PMI nº 121, de 9 de julho de 2015. Parágrafo único. Ficam convalidados os atos, deveres e direitos, decorrentes do ato revogado, no período de sua vigência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 102, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 102, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 4489, de 14 de março de 2016;

Considerando o Termo de Autorização SEAPI nº 006/2016

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 012/2016, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanês da Silva, do Processo Administrativo nº 4489/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) ao Senhor FRANCISCO PACHECO DA ROSA, inscrito no CPF sob o nº 222.829.719-49 e RG nº 596.903-4, nos termos do Processo Administrativo nº 4489/2016.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Revoga-se o Decreto PMI nº 119, de 9 de julho de 2015.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos, deveres e direitos, decorrentes do ato revogado, no período de sua vigência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 103, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 103, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 4489, de 14 de março de 2016;

Considerando o Termo de Autorização SEAPI nº 015/2016;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 029/2016; e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanês da Silva, do Processo Administrativo nº 4489/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) ao Senhor GILSON DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 567.104.109-00 e RG nº 4999498, nos termos do Processo Administrativo nº 4489/2016. Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (Categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 104, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 104, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 4489, de 14 de março de 2016;

Considerando o Termo de Autorização SEAPI nº 010/2016;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 013/2016;

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanês da Silva, do Processo Administrativo nº 4489/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo ao Senhor HUMBERTO LUIZ DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 417.607.199-00 e RG nº 1341852, nos termos do Processo Administrativo nº 4489/2016.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Revoga-se o Decreto PMI nº 123, de 9 de julho de 2015.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos, deveres e direitos, decorrentes do ato revogado, no período de sua vigência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 105, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 105, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 4489, de 14 de março de 2016;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 026/2016;

Considerando o Termo de Autorização SEAPI nº 009/2016, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, do Processo Administrativo nº 4489/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo ao Senhor ITAMAR MACHADO, inscrito no CPF sob o nº 114.718.108-01 e RG nº 2.002.511, nos termos do Processo Administrativo nº 4489/2016.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo, constante do caput do art. 1º, deverão ser renovados anualmente.

Art. 2º Revoga-se o Decreto PMI nº 124, de 9 de julho de 2015. Parágrafo único. Ficam convalidados os atos, deveres e direitos, decorrentes do ato revogado, no período de sua vigência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 106, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 106, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 4489, de 14 de março de 2016;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 011/2016;

Considerando o Termo de Autorização SEAPI nº 007/2016, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, do Processo Administrativo nº 4489/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço

de Turismo ao Senhor JEFERSON LUIZ SANTOS DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 443.510.897-68 e RG nº 3.179.635, nos termos do Processo Administrativo nº 6695/2015.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo, constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Revoga-se o Decreto PMI nº 118, de 9 de julho de 2015. Parágrafo único. Ficam convalidados os atos, deveres e direitos, decorrentes do ato revogado, no período de sua vigência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 107, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 107, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 4489, de 14 de março de 2016;

Considerando o Termo de Autorização SEAPI nº 008/2016;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 015/2016;

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, do Processo Administrativo nº 4489/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) ao Senhor SÉRGIO FERREIRA, inscrito no CPF sob o nº 289.110.679-20 e RG nº 511670, nos termos do Processo Administrativo nº 4489/2016. Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Revoga-se o Decreto PMI nº 122, de 9 de julho de 2015. Parágrafo único. Ficam convalidados os atos, deveres e direitos, decorrentes do ato revogado, no período de sua vigência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 94, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 94, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 4489, de 14 de março de 2016;

Considerando o Termo de Autorização SEAPI nº 005/2016;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 018/2016;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 019/2016; e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, do Processo Administrativo nº 4489/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) a ALVOTUR TRANSPORTES EIRELI ME, tendo como motorista do veículo os Senhores: FÁBIO LOPES, inscrito no CPF sob o nº 031.686.794-92 e RG nº 2.387.116, e CLEMILSON FERNANDES MARQUES, inscrito no CPF sob o nº 005.780.249-18 e RG nº 4603939, nos termos do Processo Administrativo nº 4489/2016.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (Categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 95, DE 18 DE MAIO DE 2016

DECRETO PMI Nº 95, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 4489, de 14 de março de 2016;

Considerando o Termo de Autorização SEAPI nº 002/2016

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 027/2016, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, do Processo Administrativo nº 4489/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo ao Senhor RICHARD RAMOS PACHECO, inscrito no CPF sob o nº 030.000.039-16 e RG nº 3028002, nos termos do Processo Administrativo nº 4489/2016.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (Categoria especial escolar) e Serviço de Turismo, constante do caput do art. 1º, deverão ser renovados anualmente.

Art. 2º Revoga-se o Decreto PMI nº 135, de 9 de julho de 2015. Parágrafo único. Ficam convalidados os atos, deveres e direitos, decorrentes do ato revogado, no período de sua vigência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba,

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 96, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 96, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 4489, de 14 de março de 2016;

Considerando o Termo de Autorização SEAPI nº 016/2016;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 024/2016;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 080/2016; e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, do Processo Administrativo nº 4489/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) a ANGI-GU- Empresa de Transporte de Passageiros e Locação de Veículos LTDA- ME, tendo como motorista do veículo os Senhores: MANOEL ANTONIO MARCOLINO, inscrito no CPF sob o nº 656.782.309-72 e RG nº 2.005.145, e ELITO SOUZA DOS PASSOS, inscrito no CPF sob o nº 041.703.839-90 e RG nº 4110047, nos termos do Processo Administrativo nº 4489/2016.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (Categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 97, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 97, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 4489, de 14 de março de 2016;

Considerando o Termo de Autorização SEAPI nº 001/2016

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 014/2016, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, do Processo Administrativo nº 4489/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo a ZIMBATUR – Empresa de Transporte e Turismo Ltda – ME, tendo como motorista do veículo os Senhores DOMINGOS JOÃO DA SILVEIRA, inscrito no CPF sob o nº 952.413.889-15 e RG nº 2713384, nos termos do Processo Administrativo nº 6695/2015. Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo, constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Revoga-se o Decreto PMI nº 120, de 9 de julho de 2015. Parágrafo único. Ficam convalidados os atos, deveres e direitos, decorrentes do ato revogado, no período de sua vigência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 98, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 98, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 4489, de 14 de março de 2016;

Considerando o Termo de Autorização SEAPI nº 016/2016;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 022/2016;

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 023/2016, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanos da Silva, do Processo Administrativo nº 4489/2016
DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, tendo como motorista do veículo os Senhores: RENATO GONÇALVES, inscrito no CPF sob o nº 398.354.309-00 e RG nº 930079/SC, e DORLI DE ESPINDOLA, inscrito no CPF sob o nº 794.444.159-53 e RG nº 2710259/SC, nos termos do Processo Administrativo nº 6392/2015. Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (Categoria especial escolar), constante do caput do art. 1º, deverá ser renovada anualmente.

Art. 2º Revoga-se o Decreto PMI nº 130, de 9 de julho de 2015. Parágrafo único. Ficam convalidados os atos, deveres e direitos, decorrentes do ato revogado, no período de sua vigência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2016.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Chefe de Gabinete

DECRETO PMI Nº 99, DE 18 DE MAIO DE 2016.

DECRETO PMI Nº 99, DE 18 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre Autorização a título precário de Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o que dispõe a Lei Complementar nº 1.650, de 21 de agosto de 1995;

Considerando o Processo Administrativo nº 4489, de 14 de março de 2016;

Considerando o Termo de Autorização SEAPI nº 011/2016

Considerando o Termo de Vistoria – Transporte Escolar DTP/ SEAPI nº 025/2016, e

Considerando o parecer exarado pela Procuradora Dra. Sabrina Machado Stefanis da Silva, do Processo Administrativo nº 4489/2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica AUTORIZADA A TÍTULO PRECÁRIO a Prestação de Serviço de Transporte Coletivo (categoria especial escolar) e Serviço de Turismo ao Senhor EDENIR SABINO DA COSTA, inscrito no CPF sob o nº 416.414.509-91 e RG nº 1057676, nos termos do Processo Administrativo nº 4489/2016.

Parágrafo único. A autorização da prestação de Serviço de Transporte Coletivo (Categoria especial escolar), e Serviço de Turismo constante do caput do art. 1º, deverão ser renovados anualmente.

Art. 2º Revoga-se o Decreto PMI nº 132, de 9 de julho de 2015.

Parágrafo único. Ficam convalidados os atos, deveres e direitos, decorrentes do ato revogado, no período de sua vigência.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Imbituba, 18 de maio de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Chefe de Gabinete

EXTRATO DE ABERTURA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEMUSA Nº 06/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEMUSA Nº 06/2016

EXTRATO DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal – CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado por Títulos, destinado a reserva técnica para preenchimento dos cargos temporários existentes no Quadros Permanente e Suplementar de Pessoal, conforme Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991, Lei Complementar nº 3.135, de 25 de julho de 2007, Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o Edital a seguir:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissional para suprir vaga(s) temporária(s) de Técnico em Higiene Bucal.

ANEXO I

Cargo	Requisitos Básicos	Total de Vagas	Jornada Semanal	Salário Base
Técnico em Higiene Bucal	Diploma de conclusão do Ensino Médio de Técnico em Higiene Bucal, ou Diploma de conclusão do Ensino Médio, acrescido de curso para qualificação profissional de Técnico em Higiene Bucal e registro no CRO.	RT	40h	R\$ 1.021,39

*RT = Reserva Técnica

1.2 Para candidatar-se à(s) vaga(s) em aberto neste edital, o candidato deverá comprovar a formação mínima exigida, conforme detalhado no quadro acima.

As inscrições serão realizadas no período de 06 de Junho a 17 de Junho de 2016 na Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública. Localizada a Rua : Ernani Cotrin,nº 601, Centro, Imbituba, Santa Catarina das 07:00 às 13:00 e/ou via SEDEX.

Edital completo: Disponível na internet www.imbituba.sc.gov.br / Editais / Editais SEMUSA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 05/2016 - SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SAÚDE

PROCESSO Nº 20/2016

INEXIGIBILIDADE Nº 05/2016

CREDENCIAMENTO 04/2016

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 08:00 horas do dia 22 de junho de 2016, licitação na modalidade de Inexigibilidade, regido pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, credenciamento de entidades privadas, filantrópicas e sem fins lucrativos, prestadoras de serviços de assistência à saúde, na área ambulatorial, para o conjunto de procedimentos de fisioterapia, grupo 03 e sub-grupo 02, da tabela de procedimentos, medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais do sus.

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 07:00 às 13:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 07 de junho de 2016.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA PMI/GGP Nº 317/2016

PORTARIA PMI/GGP Nº 317, de 06 de junho de 2016.

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença-prêmio, a servidora ROSA MARIA CARPES DAVID, Professora, inscrita no CPF sob o n.º 306.029.129-20, admitida em 22 de março de 2001, contrato nº 1216, referente ao quinquênio devido, e fruição conforme quadro abaixo:

Período aquisitivo	Períodos de Fruição
2011 a 2016	02.06.2016 a 30.08.2016

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 06 de junho de 2016.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Nicolau Corsino Bento

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Indaial

PREFEITURA

CONTRATO Nº 080/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 080/2016

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO CULTURAL INDIAIALENSE DE VIOLA CAIPIRA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente Termo, a contratação do Coro Misto Indaiá, para a apresentação em eventos realizados ou apoiados pela FIC, no total de 06 (seis) apresentações, conforme calendário de eventos.

VALOR: R\$ 12.000,00

PRAZO: 25 de maio de 2016 até 31 de dezembro de 2016.

DATA DA ASSINATURA: 25/05/2016.

CONTRATO Nº 082/2016

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO CONTRATO Nº 082/2016

CONTRATADA: SMI – CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Constitui-se como objeto do presente termo de contrato, a prestação de serviços de assessoria em relação ao mercado financeiro, capacitada a realizar diagnóstico da carteira de investimentos, para assessorar na elaboração e aplicação da política de investimentos, realizar treinamento e capacitação dos gestores e conselheiros nos assuntos relacionados ao mercado financeiro, disponibilizar software para o preenchimento das APR's – Autorização de Aplicação e Resgate, disponibilizar software para simulações dos retornos financeiros ou percentuais com os fundos da carteira de renda variável, executar controles relacionados às aplicações e investimentos, executar avaliação de risco dos ativos, analisar a rentabilidade mensal das aplicações financeiras, elaborar cenários macroeconômicos, realizar a análise e emitir parecer documentado de novos produtos financeiros, assessorar nas questões relacionadas ao enquadramento das aplicações em conformidades com as normas e princípios da Resolução do CMN nº 3.922/2010 e alterações da Resolução do CNN nº 4.392/2014, na Portaria MPS nº 519 de 24 de agosto de 2011, alterada pela Portaria MPS nº 170 de 25 de abril de 2012 e pela Portaria MPS nº 440 de 09 de outubro de 2013 e suas alterações durante a vigência do contrato E disponibilizando todos os referidos documentos, relatório e ferramentas, em ambiente web privativo da entidade previdenciária que gere o RPPS municipal, acessado exclusivamente através de login e senha.

VALOR: R\$46.800,00

PRAZO: 03 de junho de 2016 até 03 de junho de 2017.

DATA DA ASSINATURA: 03/06/2016.

Iomerê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2016

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 26/2016

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 26/2016 para serviços elétricos. A abertura das propostas se dará no dia 22/06/2016 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 06 de junho de 2016.

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

Ipumirim

PREFEITURA

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS DO PL 26, TP 2/2016/PM
ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, PARA O JULGAMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS COMERCIAIS, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 26/2016, TOMADA DE PREÇOS 2/2016.

Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis às dezesseis horas e trinta minutos, a Comissão de Licitação reuniu-se para dar prosseguimento a Licitação supramencionada. Entretanto, esgotado o prazo para a interposição de recursos das licitantes participantes, do Processo acima transcrito, a Comissão decide marcar a abertura dos envelopes de proposta das licitantes para o dia trinta de maio do ano em curso, às nove horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal. Comunica-se dessa forma todas as licitantes. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente ata, que será assinada pela Comissão.

Laudecir Frâncio
Presidente da Comissão

Jucilene Caliri
Membro de Apoio

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 02/2016/BOMBEIROS

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 02/2016

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IPUMIRIM-SC, CNPJ nº 80.912.744/0001-11.
2. OBJETO: Contribuição financeira para custeio das despesas operacionais da corporação, em especial aquelas derivadas dos serviços de transporte de pacientes e atendimento de vitimados em acidentes domésticos, de trabalho ou rodoviários.
3. DATA DE VIGÊNCIA: 03/06/2016 a 28/02/2017.
4. DATA DA ASSINATURA: 03/06/2016.
5. VALOR REPASSADO: R\$ 70.000,00.
6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella- CPF 607.586.609-44, e pela ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE IPUMIRIM-SC, VILMAR BARRO - CPF nº 837.350.329-75 - Presidente.

PORTARIA Nº. 203/2016 DE 06 DE JUNHO DE 2.016.

REVOGA PORTARIA Nº 191/2016 QUE CONCEDE LICENÇA PREMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EFETIVO.

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 125 da Lei complementar 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município, da administração direta e indireta,

R E V O G A

Fica revogada Portaria nº. 191/2016 que concede Licença Premio de 15 dias a GERSON MARCOS SERAFIN, matrícula 41-8, relativa ao período aquisitivo de 2006 a 2011.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produza efeitos a partir de 06 de Junho de 2016.

Ipumirim - SC, 03 de Junho de 2.016.
VALDIR ZANELLA
Prefeito

ATA DE ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO DO PL Nº 26, TP Nº 2-2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2016 - TP
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 26/2016 Data do Processo: 20/04/2016
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa para prestação de serviços em regime de empreitada global, de material e mão - de- obra, para execução de chafariz, localizado na rótula das Ruas: Avenida Dom Pedro II, Avenida Assis Brasil e Avenida Rio Branco, no Centro do Município de Ipumirim, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto anexo ao edital.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 16/2016 (Sequência: 1)

Ao(s) 18 de Maio de 2016, às 08:45 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 002/2016, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 26/2016, Licitação nº. 2/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA neste ato sem representante presente, F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI neste ato sem representante presente, BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP neste ato representado pelo Srº GUSTAVO BALBINOT e ACQUAFONTES PISCINAS E FONTES LUMINOSAS LTDA - ME neste ato sem representante presente.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- No dia e hora previsto, a Comissão de Licitação Permanente, nomeada através da Portaria nº 02/2016, reuniu-se para abertura do presente certame licitatório. Apresentaram-se para participar desse embate licitatório as empresas: LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA neste ato sem representante presente, F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI neste ato sem representante presente, BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP neste ato representado pelo Srº GUSTAVO BALBINOT e ACQUAFONTES PISCINAS E FONTES LUMINOSAS LTDA - ME neste ato sem representante presente. Indagado pelo Presidente da Comissão sobre a opção de Microempresa as empresas acima citada são optante de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte. Abertos os trabalhos, o presidente cumprimenta a todos os presentes e dá início ao certame licitatório. Ato contínuo o Presidente apresenta os envelopes contendo a documentação e as proposta das licitantes, devidamente lacrados, que foram rubricados pelo representante da empresa acima transcrita e a comissão de licitação. Dando continuidade ao embate licitatório foi aberto os envelopes da documentação, o qual foi conferido pela Comissão e o representante da licitante presente. Após a análise criteriosa da documentação, constatou-se que as empresa acima transcritas apresentaram a documentação conforme os requisitos mínimos fixados no presente Edital, estando, portanto habilitadas para prosseguir nas fases subsequentes do presente embate licitatório. Porém considerando que as empresas acima citadas não apresentaram o Termo de Renúncia Relativo ao Julgamento da Fase de Habilitação, abre-se prazo de 5(cinco) dias úteis para interposição de recursos, conforme artigo 109 parágrafo 6º da Lei 8.666/93. Comunica-se desta forma todas as empresas. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão e representante da empresa presente.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ipumirim, 18 de Maio de 2016

COMISSÃO:

LAUDECIRO FRANCIO	- - Presidente da Comissão de Licitação
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
ROSELI SALETE ZANATTA	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI	- - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

ATA DE ABERTURA DE PROPOSTAS DO PL Nº 26, TP Nº 2/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
 AV. DOM PEDRO II, 230
 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

TOMADA DE PREÇO
Nr.: 2/2016 - TP

Processo Administrativo:
 Processo de Licitação: 26/2016
 Data do Processo: 20/04/2016

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa para prestação de serviços em regime de empreitada global, de material e mão - de obra, para execução de chafariz, localizado na rótula das Ruas: Avenida Dom Pedro II, Avenida Assis Brasil e Avenida Rio Branco, no Centro do Município de Ipumirim, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto anexo ao edital.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 20/2016 (Sequência: 2)

Ao(s) 30 de Maio de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 002/2016, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 26/2016, Licitação nº 2/2016 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: No dia e hora marcada, foi dado prosseguimento ao presente embate licitatório. A Comissão de Licitação da início a abertura dos envelopes contendo as Propostas Comerciais das empresas: LUHEMA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, F SIGMA CONSTRUTORA EIRELI, BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELI EPP e ACQUAFONTES PISCINAS E FONTES LUMINOSAS LTDA - ME. Neste ato nem uma das empresas acima citadas se encontram com representantes presentes. Em seguida a comissão da início a abertura envelopes contendo as Propostas Comerciais, onde as mesmas foram rubricadas e conferidas pela Comissão de Licitação. Após análise criteriosa das propostas constatou-se que todas as empresas estavam em conformidade com o presente Edital. Declara-se vencedora a empresa: ACQUAFONTES PISCINAS E FONTES LUMINOSAS LTDA - ME, com o valor de R\$ 160.394,93 (cento e sessenta mil trezentos e noventa e quatro reais e noventa e três centavos). Segue anexo quadro comparativo de preço das empresas acima mencionadas, que é parte integrante do presente certame. Comunica-se todas as empresas participantes do certame. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão.

Participante: 9884 - ACQUAFONTES PISCINAS E FONTES LUMINOSAS LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Execução de chafariz com fonte luminosa, localizado na rótula das Ruas: Avenida Dom Pedro II, Avenida Assis Brasil e Avenida Rio Branco, no Centro do Município de Ipumirim, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto anexo ao edital.	UN	1,00		0,0000	160.394,93	160.394,93

Total do Participante ———> 160.394,93

Total Geral —————> 160.394,93

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Ipumirim, 30 de Maio de 2016

COMISSÃO:

LAUDECI FRANCIO - - Presidente da Comissão de Licitação
 JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
 ROSELI SALETE ZANATTA - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO
 CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI - - MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

ATA DE JULGAMENTO DE ABERTRA DOS ENVELOPES DE PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO PL Nº 12, PP Nº 5/2016/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2016 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 12/2016 Data do Processo: 18/05/2016

Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

o registro de Preços de medicamentos em farmácia, com entrega imediata regulamentados conforme normas da ANVISA para a Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 6/2016 (Sequência: 1)

Ao(s) 6 de Junho de 2016, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 1644/2009, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 12/2016, Licitação nº 5/2016 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, a Comissão de Licitação reuniu-se para dar início ao embate licitatório acima mencionado. Aberta a seção pública foi constatado que não compareceram interessados a participar do Processo acima transcrito. Diante disso a Comissão decide declarar o certame como deserto. Comunica-se o Prefeito Municipal. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da Comissão presente.

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Ipumirim, 6 de Junho de 2016

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO - - Pregoeiro(a)
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO

NOTA DE ANULAÇÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12, PP Nº 5-2016-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IPUMIRIM

CNPJ: 82.814.575/0001-02
AV. DOM PEDRO II, 230
C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 5/2016 - PR

Processo Administrativo:
Processo de Licitação: 12/2016
Data do Processo: 18/05/2016

Objeto: o registro de Preços de medicamentos em farmácia, com entrega imediata regulamentados conforme normas da ANVISA para a Unidade Básica de Saúde Ary Giombelli.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 2 / 2016

Motivo: Aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis, às nove horas, a Comissão de Licitação reuniu-se para dar início ao embate licitatório acima mencionado. Aberta a seção pública foi constatado que não compareceram interessados a participar do Processo acima transcrito. Diante disso a Comissão decide declarar o certame como deserto. Comunica-se o Prefeito Municipal. Nada mais havendo a tratar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da Comissão presente.

Ipumirim, 6 de Junho de 2016

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL Nº 26, TP Nº 2/2016/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 2/2016 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 26/2016 Data do Processo: 20/04/2016
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 26/2016
b) Licitação Nr.: 2/2016-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 06/06/2016
e) Objeto da Licitação: contratação de empresa para prestação de serviços em regime de empreitada global, de material e mão-de-obra, para execução de chafariz, localizado na rótula das Ruas: Avenida Dom Pedro II, Avenida Assis Brasil e Avenida Rio Branco, no Centro do Município de Ipumirim, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto anexo ao edital.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descrto (%) Preço Unitário Total do Item

ACQUAFONTES PISCINAS E FONTES LUMINOSAS LTDA - ME (9884)

1 Execução de chafariz com fonte luminosa, localizado na rótula das Ruas: Avenida Dom Pedro II, Avenida Assis Brasil e Avenida Rio Branco, no Centro do Município de Ipumirim, conforme memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto anexo ao edital.	UN	1,00	0,0000	160.394,93	160.394,93
---	----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 160.394,93

Total Geral: 160.394,93

Ipumirim, 6 de Junho de 2016.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

Irineópolis

PREFEITURA

ERRATA DECRETO Nº 3011/2016

ERRATA

O Decreto nº 3.011/2016, de 26 de janeiro de 2016, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, Edição nº 2.007, pág. 301 de 02 de junho de 2016, Dispõe sobre Crédito Adicional Especial Suplementar por Excesso e dá Outras Providências, onde lê-se:

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 26 de janeiro de 2.016

Passa a vigorar com a seguinte redação:

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 01 de junho de 2.016

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 06 de junho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 39/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 39/2016

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Sra. Luci Terezinha Cardoso.

Objeto: Um imóvel Rural espólio de Osmino Cardoso, neste ato representado pela Senhora Luci Terezinha Cardoso, inscrita no CPF sob o n.º 027.504.849-79 e portadora da Cédula de Identidade n.º 4.074.938-0 SSPSC, com a área de 01(um) hectare, sito à localidade de Serra Grande, em Irineópolis, Estado de Santa Catarina, matriculado sob o n.º 14.385, no Ofício do Registro de Imóveis de Porto União – SC. Valor mensal de R\$ 790,00 (setecentos e noventa reais), e no total dos 12 (doze) meses de contrato de R\$ 9.480,00 (nove mil quatrocentos e oitenta reais).

Vigência: 06.06.2016 a 05.06.2017

Base Legal – Processo Licitatório nº 29/2016 – Dispensa nº. 05/2016

Lei 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 29/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 29/2016

DISPENSA Nº. 05/2016

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da proponente: Sra. Luci Terezinha Cardoso.

Irineópolis, 06 de maio de 2016.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

Itá

PREFEITURA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 042/2016, PREGÃO PRESENCIAL N° 027/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 042/2016

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 027/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, sistema de registro de preços, no dia 30 de junho de 2016, para a possível aquisição de gêneros alimentícios para compor a merenda escolar para o primeiro semestre de 2016. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 30 de junho de 2016 e abertas as 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível no site "www.ita.sc.gov.br" as demais informações poderão ser obtidas diariamente na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda e pelo telefone (49) 3458-9508. Itá-SC, 06 de junho de 2016.

LEIDE MARA BENDER

Prefeita Municipal

Itapema

PREFEITURA

PROCESSO Nº 80 / 2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 04.050.2016 OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS AMBULATORIAIS PARA SEREM UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Estado de Santa Catarina
Município de Itapema
EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Processo nº 80 / 2016 – Pregão Presencial nº. 04.050.2016

Objeto: Registro de Preços para aquisição de medicamentos e materiais ambulatoriais para serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do dia 20(vinte) de junho de 2016.

Abertura do Pregão: 20(vinte) de junho de 2016, às 13:00(treze) horas.

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone "serviços – fornecedores – modalidades – pregão – 04.050.2016" ou pessoalmente, Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.

Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8019.

Itapema, 06 de junho de 2016.

Everaldo Darós

Diretor de Compras, Contratos e Licitações

Itapiranga

PREFEITURA

CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO Nº 95/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
CONCORRÊNCIA PARA CONCESSÃO
Nº 95/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Edital nº 95/2016, cujo objeto é a Concessão de direito real de uso do Terminal Rodoviário de Passageiros do município de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 08 de julho de 2016. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone (49) 3678-7714 ou pelo site: itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 06 de maio de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 05/2016

EDITAL Nº 05/2016
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS DE SELEÇÃO PARA FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.

O Prefeito Municipal de Itapiranga SC, Sr. Milton Simon, no uso de suas atribuições legais, e nos termos dos dispositivos da lei Orgânica do Município, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, em conformidade com a Lei complementar nº 39/2011, artigos 184, 185 e 186, Decreto nº 75 de 1º de junho de 2016 e demais dispositivos legais vigentes, torna público aos interessados que estarão abertas as inscrições para seleção de Agente de Combate a Endemias, para compor cadastro de reserva.

1 DA JUSTIFICATIVA

O presente processo seletivo simplificado, em respeito aos princípios aplicáveis à administração pública, bem como pelo interesse público, justifica-se em razão da urgente necessidade de contratação de Agentes de Combate a Endemias, considerando a grande infestação do mosquito aedes aegypti no Município, sendo necessário uma vistoria mensal, conforme manual de Normas Técnicas do Ministério da Saúde e 100% dos imóveis em área de foco deverão ser vistoriados com a base de cálculo para recursos humanos de 20 imóveis/ profissional/ dia;

2 DAS INSCRIÇÕES

2.1 A inscrição no processo se dará através de preenchimento de ficha de inscrição em local, data e horário conforme especificado:

Data: de 08 de junho a 21 de junho de 2016.

Local: Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Itapiranga SC, sito a Praça das Bandeiras, 200 Centro, Município de Itapiranga SC.

Horário: Manhã, das 08:00 horas às 11:00 horas. Tarde, das 13:30 horas às 16 horas e 30 minutos.

- a) Serão aceitas inscrições de candidatos, brasileiros natos ou naturalizados, que possuam a formação exigida para o cargo e que cumpram as disposições deste edital.
- b) As Inscrições serão apenas de forma presencial, sendo aceitas inscrições realizadas por terceiros, mediante apresentação de procuração com reconhecimento de firma em cartório.
- c) As inscrições serão gratuitas.

3 DAS VAGAS, DA REMUNERAÇÃO E DA CARGA HORÁRIA

VAGAS	FUNÇÃO	REMUNERAÇÃO	CARGA HORÁRIA	REQUISITO MÍNIMO
CR	Agente de Combate a Endemias	R\$ 1.188,13	40	Ensino fundamental completo

4 DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA A INSCRIÇÃO E DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 O candidato, para efetuar sua inscrição, deverá apresentar e entregar os seguintes documentos:

- a) Original e Fotocópia da Carteira de Identidade e CPF;
- b) Original e Fotocópia do Diploma ou comprovante de conclusão do Ensino Fundamental;

4.2 Os documentos originais podem ser substituídos por cópia autenticada em cartório.

5 DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

5.1 Considerando a urgência, a seleção é exclusivamente por meio de provas de títulos, sendo adotado(s) o(s) seguinte(s) critério(s);

a) Maior Escolaridade, independentemente do número de certificações, sendo considerado como critérios; ensino médio completo, graduação completa, pós-graduação completa, mestrado completo e doutorado completo;

5.2 Para comprovação dos títulos, os candidatos deverão apresentar, exclusivamente no momento da inscrição, a documentação pertinente em cópias autenticadas em cartório ou acompanhadas do original para verificação.

5.3 Não serão considerados na pontuação, protocolos de documentos posterior a inscrição, documentos ilegíveis ou incompletos ou que que não atendam às exigências legais.

5.4 Todos os candidatos que atendam as condições mínimas para inscrição serão classificados, tendo os critérios função classificatória.

5.5 Para aferição da pontuação final serão adotados, sucessivamente, os seguintes critérios:

- a) Maior Escolaridade;
- b) Maior idade;
- c) Sorteio;

6 DO RESULTADO

6.1 A divulgação da lista de classificação preliminar será publicada no dia 23 de junho de 2016, no Diário Oficial dos Municípios e na página www.itapiranga.sc.gov.br.

6.2 A divulgação da lista de classificação final será publicada no dia 28 de junho de 2016, no Mural Público da Prefeitura Municipal de Itapiranga, Diário Oficial dos Municípios e na página www.itapiranga.sc.gov.br.

6.3 O candidato poderá apresentar recurso da classificação preliminar até o dia 27/6/2016 e recurso da classificação final até dois dias úteis após a publicação do resultado da classificação final, ambos mediante requerimento dirigido ao Prefeito Municipal, protocolado na Sede Administrativa da Prefeitura e entregue até às 17 horas do dia.

6.4 Além da publicação no Diário Oficial do Município, todos os atos referentes ao presente Processo Seletivos, terão ampla divulgação local, através de Rádio, jornais e páginas institucionais do Município.

7 DA CONTRATAÇÃO

7.1 O candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado, quando convocado, observado a ordem de classificação, será contratado mediante instrumento contratual próprio.

7.2 A aprovação neste processo seletivo não assegura ao candidato o direito de ser contratado, mas apenas a expectativa de ser convocado, de acordo com a ordem de classificação e conforme a necessidade da municipalidade.

7.3 No ato de contratação o candidato convocado deve apresentar todos os documentos previstos pela legislação municipal e possuir idade mínima de 18 anos completos.

7.4 Os contratos de trabalho por tempo determinado serão regidos pelo regime jurídico Estatutário e Regime Geral de Previdência Social.

7.5 Este Processo Seletivo Simplificado terá validade de 01 ano a partir da data de divulgação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da Administração.

7.6 Os recursos e impugnações serão resolvidos de acordo com as previsões do Edital e da Legislação em vigor, sendo analisados pela Secretaria Executiva, Departamento de Recursos Humanos e Procuradoria Jurídica do Município de Itapiranga/SC.

Itapiranga – SC, 06 de junho de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Enivaldo Barros

Procurador Jurídico do Município de Itapiranga

OAB/SC nº. 40.253

ANEXO I– ATRIBUIÇÕES DO CARGO

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

- desenvolver, atividades sob supervisão de combate as endemias, como: dengue, a zika e a chikungunya;
- identificar e realizar eliminação de criadouros do mosquito aedes aegypti;
- executar o tratamento focal e perifocal como medida complementar de controle, aplicando larvicidas autorizadas, conforme orientação técnica;
- orientar a população com relação aos meios de prevenção dos vetores e saneamento básico;

- realizar atividades educativas;
- participar de eventos relacionadas à área de saúde;
- realizar mobilização comunitária através de mobilização de atividades relacionadas à área de saúde;
- atualizar o cadastro de imóveis, pontos estratégicos, armadilhas e outros;
- registrar as informações referentes a atividades executadas;
- participar de mutirões de limpezas, quando necessário;
- realizar atividades integradas às Unidades Básicas de Saúde;
- exercer Atividades de vigilância e controle de doenças e promoção de saúde em conformidade com as normas do SUS;
- esclarecer e orientar a população, quando solicitado e em casos de denúncias;
- preparar equipamentos e sistemas de informação e outros, quando autorizado e necessário;
- dirigir veículos leves, mediante autorização prévia, quando necessário ao exercício das atividades;
- manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade.

PORTARIA Nº 58/2016

Portaria nº 58 de 6 de junho de 2016.

Concede licença gestante à servidora municipal.

O Prefeito de Itapiranga, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com a Lei Orgânica Municipal; Lei Complementar nº 39 de 12/07/2011.

RESOLVE:

Art.1º. Conceder Licença Gestante à servidora municipal Ediane Ripplinger Melz matrícula nº 14786/04, no período de 6/6/2016 até 2/12/2016.

Art.2º. Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Itapiranga-SC, 6 de junho de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Ivair Paulo Tavares

Diretor de Recursos Humanos

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 96/2016, cujo objeto é a aquisição de forma parcelada de materiais de expediente destinados para manutenção das atividades das diversas Secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 08:30 horas do dia 20 de junho de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC., 06 de junho de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 97/2016

O Município de Itapiranga – SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços Nº 97/2016, cujo objeto é a aquisição, de forma parcelada, de cartuchos de toner originais, destinados para manutenção das atividades das diversas Secretarias desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 10:00 horas do dia 17 de junho de 2016. Informações e cópia do edital, podem ser obtidos no Setor de Compras, pelo fone (49) 3678-7714 ou no site: www.itapiranga.sc.gov.br/

Itapiranga – SC., 06 de junho de 2016.

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

CMAS: RESOLUÇÃO Nº 006/2016

RESOLUÇÃO nº 006/2016

Dispõe sobre o planejamento orçamentário para o ano de 2017 do Fundo Municipal da Assistência Social.

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) de Itapoá no uso de suas competências e das atribuições conferidas em Lei Municipal, em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 01 de junho de 2016, e CONSIDERANDO a proposta orçamentária para o ano de 2017 apresentada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, frente a previsão da despesa do Fundo Municipal de Assistência Social referente a LDO 2017, que contém o valor de custeio e de investimento de cada projeto/atividade e o referido vínculo. Acompanha a proposta o demonstrativo da Previsão de receita de 2016 dos recursos vinculados, para servir de base para a projeção de 2017. O investimento com recurso próprio em ações da assistência social para o referido exercício de 2017 será de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais). A previsão do total da folha de pagamento para 2017 é de no mínimo R\$ 923.000,00 (novecentos e vinte e três mil reais), levando em consideração a folha de abril/2016 com mais a revisão geral anual.

RESOLVE:

Aprovar a proposta orçamentária encaminhada para o ano de 2017, frente a previsão de despesa do Fundo Municipal de Assistência Social, que contém valor de custeio e investimento de cada projeto/atividade, no valor total de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais).

Itapoá, 02 de junho de 2016

Elaine Cristina Alves
Presidente do CMAS

CMDCA: ATA 015/2016

Ata: 015/2016

Reunião: Extraordinária

Data: 02/06/2016

Horário: 14h30

Local: Centro de Convivência

Aos dois dias do mês de junho de 2016, no Serviço de Convivência e Fortalecimento de vínculos - SCFV, situado na avenida das Nações Unidas número 349, balneário Princesa do Mar, Centro, Itapoá, às 14h39 foi realizada a contagem dos presentes pela presidente interina do CMDCA, havendo quórum. Encontram-se presentes os conselheiros CENITA S. DANI – SME, ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA – SMAS, LEONILDA DA LUZ ROBERTO – PAS-TORAL, ILZE TEREZINHA KAMINSKI BODDY – SMS, ELAINE CRIS-TINA ALVES – APAE, SONIA MARIA MIRA FARIAS – SAF, BRUNA DANIELE PIACENTINI – SMAS, LINCOLN PAUL PRADAL – ADO-LESCENTES, FLAVIA JORDANA SANCHES – SMAS e ELISA GONZA-LEZ CORSO – OAB. A presidente interina informou a todos que a reunião possuirá gravação em áudio e relatando a pauta enviada previamente por e-mail, sendo no expediente: Leitura de ofícios: 1. OF. 122 SMAS – Alteração de membro. A Seguir, na pauta de- liberativa, foi tratado a 2. proposta de Regimento Interno do CT, (encaminhado pelo of. 142/2016 do CT) bem como o Parecer de nr. 001/2016 da Comissão de Legislação e Políticas Públicas o qual foi encaminhado ao conselheiros em 20/05/2016. A presidente da

comissão, conselheira Elaine Alves explanou o relatório e sugestões de alterações aos presentes. DELIBEROU o conselho por aprovar de forma unânime as sugestões da comissão de legislação, de- vendo ser o relatório encaminhado ao Conselho Tutelar para as alterações necessárias no Regimento Interno do órgão, retornando novamente para apreciação e votação. 3. Na sequência, foi co- locado pela presidente a necessidade de alteração da presidên- cia da comissão eleitoral. A plenária deliberou pela nomeação dos seguintes membros: conselheira Elisa (presidente), Cenita (mem- bro), Flávia (membro) e Leonilda da Luz (membro). A secretaria emitirá portaria respectiva. 4. Em continuidade, foi proposto ao plenário a nomeação dos membros da comissão de Planejamento de Ações do CMDCA. Restaram nomeadas os seguintes membros: Flávia (presidente), Sônia (membro), Ilze (membro) e Leonilda (membro). 5. Em novo ponto, a Sra. Elaine relatou aos presentes a denúncia ocorrida em janeiro de 2016 ao Ministério Público en- volvendo supostas irregularidades nos conselhos de direito da As- sistência Social. A conselheira Alessandra efetuou a Certidão de Ar- quivamento da denúncia que se mostrou totalmente improcedente. A cópia da Certidão de Arquivamento será encaminhada ao e-mail aos conselheiros. 6. Na continuidade a conselheira Elaine Alves efe- tuou a leitura da Notificação Recomendatória encaminhada pelo MP-Contas de Santa Catarina, requerendo a adoção de medidas em cinco dias do afastamento das conselheiras tutelares Mônica, Taíza e Rosane. A conselheira Alessandra informa que o jurídico do município encaminhou respectivo documento ao conhecimento da promotora e juíza da comarca devido à existência de ação civil pública com o mesmo objeto. A presidente colocou que os conse- lheiros devem agora auxiliar as conselheiras Daniele e Ercília no que necessitarem, sugerindo após a notificação de afastamento das conselheiras sejam as conselheiras remanescentes convocadas para definição da escala de trabalho e disponibilização de servidor pela secretaria de administração e finanças até que seja concluído a eleição dos conselheiros suplentes, já em andamento. Outros As- suntos: 7. A conselheira Alessandra informa que haverá um Fórum Contra a Violência e Abuso de Crianças e Adolescentes em Itapoá em 03/08/2016, na Casa da Cultura (a confirmar), horário previsto das 13h00 às 17h00, semelhante ao fórum promovido pela AMU- NESC no mês de maio, devendo o CMDCA, articular com a rede uma grande "roda de conversa" e a promoção do evento. A conse- lheira Elaine solicitou que o SCFV repita a apresentação efetuada para os membros do CMAS e CMDCA, secretários, chefes de seção, conselheiros tutelares, demais conselhos de direito. Em novo Pon- to, 8. A conselheira Alessandra informou que em 28/06/2016 será apresentado pelas facilitadoras na AMUNESC a horta desenvolvida pelo SCFV. Que será entregue aos municípios presentes uma "hor- tinha" preparada em uma garrafa PET para divulgação do trabalho desenvolvido no município. Que a horta de Itapoá é referencial na região. Em continuidade, A Sra. Alessandra relatou que haverá uma 9. "Roda de Conversa do Conselho Tutelar" em 13 ou 15 de junho, cuja data será confirmada. 10. Em 14 de junho será defi- nido ação conjunta com prestadores de serviço do Plano Decenal, na AMUNESC. DELIBERADO a participar da reunião a Sra. Flávia J. Sanches (técnica) e o Secretário Executivo deste conselho. Que o Objetivo é a redução do custo total. 11. A conselheira Elaine relata que o CMS discutirá o orçamento para o ano de 2017. Que solici- tará o orçamento ao CMDCA para que participe apontando as ne- cessidades orçamentárias para atendimento das políticas públicas direcionadas às crianças e adolescentes. Não havendo mais nada a ser tratado a presidente interina, Sra. Cenita S. Dani encerrou a reunião às 16h00. Informou-se que a ordinária do mês de junho ocorrerá em 29/06/2016 às 09h00. Assinam a presente abaixo:

CENITA S. DANI
ELISA GONZALEZ CORSO
ELAINE CRISTINA ALVES
BRUNA DANIELE PIACENTINI
ALESSANDRA SILVEIRA OLIVEIRA
SONIA MARIA MIRA FARIAS
LINCOLN PAUL PRADAL
ILZE TEREZINHA K. BODDY
LEONILDA DA LUZ ROBERTO
FLÁVIA JORDANA SANCHES

CMDCA: PORTARIA Nº 002/2016

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PORTARIA Nº 002/2016.

De: 02 de junho de 2016.

Institui e nomeia Comissão de Planejamento de Ações do CMDCA de Itapoá SC.

Cenita Schizzy Dani, Presidente Interina do Conselho Municipal da Criança e do adolescente, no uso de suas atribuições legais:

NOMEIA

Art. 1º. Fica instituída comissão para condução dos trabalhos desta comissão os seguintes conselheiros:

1. Flávia Jordana Sanches Presidente
2. Leonilda da Luz Roberto Membro
3. Sônia Maria de Mira Farias Membro
4. Ilze Terezinha Kaminski Boddy Membro

Art. 2º. Caberá a Comissão planejar os trabalhos e as ações necessárias por parte do CMDCA, elaborar estudos e pesquisas necessários, indicar demandas presentes e futuras, monitorar avanços nos andamentos das ações previstas e indicar formas de correção e contenção de eventuais desvios. Apoiar tecnicamente projetos e atividades desenvolvidos em quaisquer unidades organizacionais, planejando, programando, coordenando, controlando, avaliando resultados e informando decisões em curto e médio prazo, propondo aperfeiçoamentos e apresentando relatórios nas assembleias ordinárias mensais, para votação do colegiado.

Art. 3º A comissão deverá entregar relatórios parciais a cada assembleia ordinária cuja versão digital, acompanhada do cronograma de trabalhos Planejado x Realizado, deverá ser encaminhada a Secretaria Executiva do CMDCA para envio aos demais conselheiros em conjunto com a pauta das assembleias ordinárias.

Art. 4º A comissão encontra-se em funcionamento desde sua nomeação advinda da ata de número 00x de 02/06/2016 em Assembleia Extraordinária do CMDCA, tendo caráter permanente durante a presente gestão.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá, 02 de junho de 2016.

Cenita Schizzy Dani

Presidente Interina do CMDCA

CMDCA: PORTARIA Nº 006/2016

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

PORTARIA Nº 006/2016.

De: 02 de junho de 2016.

Altera a portaria 003/2016 que instituiu e nomeou a Comissão Eleitoral de Conselheiros Tutelares Suplentes.

Cenita Shizzy Dani, Presidente Interina do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições legais:

DECIDE

Art. 1º. Alterar a composição dos membros da Comissão Eleitoral de Conselheiros Tutelares Suplentes nomeados pela Portaria de nº 003/2016 de 02 de fevereiro de 2016, publicada em 03/02/2016. Ficam nomeados:

1. Elisa Gonzales Corso Presidente
2. Cenita S. Dani Membro
3. Flávia Jordana Sanches Membro
4. Leonilda da Luz Roberto Membro

Art. 2º. Demais artigos permanecem inalterados.

Itapoá, 02 de junho de 2016.

Cenita Schizzy Dani

Presidente Interina do

CMDCA

DECRETO MUNICIPAL NO 2809/2016 CRIA O CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE ITAPOÁ – CEJAI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL NO 2809/2016

Data: 01 de junho de 2016.

CRIA O CENTRO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DE ITAPOÁ – CEJAI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, Considerando a Resolução nº 01/2011/CME, de 18 de julho de 2011;

Considerando a Resolução CNE/CEB nº3, de 15 de julho de 2010;

DECRETA

Art. 1º Fica criado o Centro de Educação de Jovens e Adultos de Itapoá – CEJAI.

Art. 2º O CEJAI funcionará nas dependências da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ayrton Senna, localizada à rua Madalena Hau, nº 138, Bairro Itapema do Norte.

Art. 3º O CEJAI disponibilizará ensino na modalidade semestral presencial de 1º ao 9º ano, o qual será realizado no contra turno da Escola Municipal de Ensino Fundamental Ayrton Senna.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2807/2016 EXONERA CHEFIA DA SEÇÃO DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2807/2016

Data: 01 de junho de 2016.

EXONERA CHEFIA DA SEÇÃO DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art 1º Fica exonerada a Sra. Marly Leandro Carneiro, no cargo de Chefe da Seção da Divisão de Contabilidade, do Departamento de Finanças, da Secretaria de Administração e Finanças.

Art 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2808/2016 ESTABELECE ESCALA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE NO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2808/2016

Data: 01 de junho de 2016.

ESTABELECE ESCALA DE TRABALHO DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE NO PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, prefeito do Município de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e,

Considerando a diminuição de recursos municipais, bem como de repasses estaduais e federais;

Considerando a necessidade de demissão de contratados, conforme preconiza o Inciso II do artigo 37 da Constituição Federal;

Considerando que os funcionários públicos ingressaram no serviço público com carga horária de 40 horas semanais;

Considerando a necessidade da redução do alto índice de folha de pagamento, o que fere o disposto na alínea b do Inciso III do artigo 20 da Lei de Responsabilidade fiscal;

DECRETA

Art.1º Fica estabelecida a Escala de Trabalho dos Servidores da Secretaria de Saúde, que atuam no Pronto Atendimento 24 horas, sendo de 40 horas semanais distribuídas em escala de trabalho de 12 horas, folgando às 36 horas seguintes.

§1º O servidor terá direito a duas folgas mensais, acordadas com a chefia imediata.

§2º Fica concedido pela Prefeitura Municipal aos funcionários do PA 24 horas, durante o cumprimento da jornada de 12 horas, o intervalo de 01 hora para descanso, o qual será estipulado pela chefia imediata, ficando obrigatório o devido registro no relógio ponto;

§3º Não terá direito a hora extra os servidores que trabalham em escala, exceto quando trabalhadas conforme necessidade da administração, em conformidade com o §1º do artigo 57 da Lei Complementar nº 44/2014;

Art. 2º A definição da Escala de Trabalho, bem como, a distribuição de Servidores nos turnos de trabalho, ficam sob a responsabilidade da Secretaria de Saúde, de forma a atender a todas as necessidades inerentes ao Pronto Atendimento 24 horas e a Secretaria de Saúde.

Art. 3º Os Servidores do Pronto Atendimento 24 horas deverão seguir as escalas estabelecidas pela coordenação afixadas no mural interno.

Art. 4º Fica Revogado o Decreto Municipal nº 2.480/2015.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 01 de julho de 2016.

Itapoá (SC), 01 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2810/2016 INSTAURA PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA – PSI Nº 48/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2810/2016

Data: 06 de junho de 2016.

INSTAURA PROCESSO DE SINDICÂNCIA INVESTIGATÓRIA – PSI Nº 48/2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e considerando CI SAF nº 030/2016, de 06 de junho de 2016

DECRETA

Art.1º Fica instaurado o Processo de Sindicância investigatória – PSI nº 48/2016, nos termos da Lei Complementar nº 044/2014, de 12 de setembro de 2014, que será conduzido por comissão constituída pelos seguintes servidores:

a) Sandra Regina Fernandes
.....Presidente

b) Adalberto Lupatelli
..... Membro

c) Alexandre Ribeiro
..... Membro

§ 1º Caberá à Comissão averiguar ocorrência conforme Notificação Recomendatória nº MPC/GPDRR/015/2016, documento que deverá ser retirado junto à Secretaria de Administração e Finanças, pela comissão ora nomeada.

§ 2º A Comissão terá vigência até a conclusão dos trabalhos.

§ 3º A Comissão deverá apurar os fatos no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 06 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 2811/2016 ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2762/2016, DE 09 DE MAIO DE 2016, QUE NOMEIA E COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2811/2016

Data: 06 de junho de 2016

ALTERA O DECRETO MUNICIPAL Nº 2762/2016, DE 09 DE MAIO DE 2016, QUE NOMEIA E COMPÕE O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, DO MUNICÍPIO DE ITAPOÁ.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 175/2008, de 21 de maio de 2008, alterada pelas Leis Municipais nº 235/2009, de 27 de agosto de 2009 e 573/2015, de 13 de maio de 2015, e, considerando o OF./SMAS/125/2016, de 02 de junho de 2016,

DECRETA

Art.1º Fica alterado o Decreto Municipal nº 2762/2016, de 09 de maio de 2016, conforme segue:

Governamental:

1) Flávia Jordana Sanches (SMAS) Titular

Alessandra Silveira Oliveira (SMAS) Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e altera o Decreto Municipal nº 2762/2016, de 09 de maio de 2016.

Itapoá (SC), 06 de junho de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1043/2016 - RH

PORTARIA Nº 1043/2016

De: 10 de maio de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 02 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) LUCIANO PELLISSARI, matrícula 4685, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 02.05.16.

Itapoá - SC, 10 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1044/2016 - RH

PORTARIA Nº 1044/2016.

De: 10 de maio de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 10 de maio de 2016 à 08 de junho de 2016 (30 dias), ao(a) servidor(a) KIARA COSTA VELHO, matrícula 622877, investido(a) no cargo de SUPERVISOR ESCOLAR II, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 10 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1045/2016 - RH

PORTARIA Nº 1045/2016.

De: 11 de maio de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) REGINA DOS PASSOS VENANCIO, matrícula 1270915, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 30HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1046/2016 - RH

PORTARIA Nº 1046/2016

De: 11 de maio de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 11 de maio de 2016 a 30 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) PAULO JOSÉ HENING, matrícula 624500, investido (a) no cargo de ENFERMEIRO I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 11 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1047/2016 - RH

PORTARIA Nº 1047/2016

De: 12 de maio de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 12 de maio de 2016 a 31 de maio de 2016, ao (a) servidor (a) GRAZIELA DE NOVAIS, matrícula 1211943, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 12 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1048/2016 - RH

PORTARIA Nº 1048/2016

De: 12 de maio de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). WELLINGTON RUTILIO KULIACK, matrícula 1211994, na função de PROF. N. SUP. ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 12 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1049/2016 - RH

PORTARIA Nº 1049/2016.

De: 13 de maio de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) MARCELA DEUNÍSIO OLKOSKI, matrícula 740225, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria Municipal de Assistência Social – Departamento de Gestão, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1485/2015 de 18.06.15.

Itapoá, 13 de maio de 2015.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1050/2016 - RH

PORTARIA Nº 1050/2016

De: 13 de maio de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 13 de maio de 2016 a 01 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) ANNA LUIZA STOCCO CABRAL BROCK, matrícula 6360, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1051/2016 - RH

PORTARIA Nº 1051/2016

De: 13 de maio de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 13 de maio de 2016 a 01 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) JANAINA CHAGAS VIEIRA, matrícula 1196138, investido (a) na função de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1052/2016 - RH

PORTARIA Nº 1052/2016

De: 13 de maio de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). NELMA REGINA DE OLIVEIRA, matrícula 11657405, na função de PROF. N. SUP.

ACT 40HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 13 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1053/2016 - RH

PORTARIA Nº 1053/2016

De: 15 de maio de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 15 de maio de 2016 a 03 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) ANA PAULA GALVAO S. MACHADO, matrícula 582387, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 15 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1054/2016 - RH

PORTARIA Nº 1054/2016

De: 16 de maio de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 16 de maio de 2016 a 04 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) LORIANE PEREIRA DE ARZÃO BUENO, matrícula 616311, investido (a) no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1055/2016 - RH

PORTARIA Nº 1055/2016

De: 16 de maio de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 16 de maio de 2016 a 04 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) FLAVIO ELIAS GELAMO CUSTODIO, matrícula 738697, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1056/2016 - RH

PORTARIA Nº 1056/2016

De: 16 de maio de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 16 de maio de 2016 a 14 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) RODRIGO CECHIN, matrícula 1176498, investido (a) no cargo de DIRETOR DE DEPARTAMENTO, na Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1057/2016 - RH

PORTARIA Nº 1057/2016

De: 16 de maio de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 16 de maio de 2016 a 14 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) VANESSA PEREIRA

SCHMOELLER, matrícula 11632976, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1058/2016 - RH

PORTARIA Nº 1058/2016

De: 16 de maio de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 16 de maio de 2016 a 04 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) SULMÁRIA MARIA DA SILVA, matrícula 562262, investido (a) no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO I, na Secretaria de Administração e Finanças, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1059/2016 - RH

PORTARIA Nº 1059/2016

De: 16 de maio de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 16 de maio de 2016 a 04 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) AURINEA RAMOS TEIXEIRA, matrícula 592790, investido (a) na função de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1060/2016 - RH

PORTARIA Nº 1060/2016

De: 16 de maio de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 16 de maio de 2016 a 14 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) SOLANE GODETI ZAGONEL, matrícula 602396, investido (a) no cargo de ATENDENTE DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1061/2016 - RH

PORTARIA Nº 1061/2016

De: 16 de maio de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 16 de maio de 2016 a 14 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) LUIZ ZIEMBROS, matrícula 602671, investido (a) no cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, na Secretaria de Obras e Serviços Públicos, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1062/2016 - RH

PORTARIA Nº 1062/2016.

De: 16 de maio de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ELEN DORIS RAMOS DE ALMEIDA, matrícula

1253042, investido (a) na função de PROF. N. SUP. ACT 20HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 16 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1063/2016 - RH

PORTARIA Nº 1063/2016.
De: 16 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo ENFERMEIRO I, o (a) servidor (a) LUCIANA PIANTA DA CRUZ, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 2.369,67.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 16 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1064/2016 - RH

PORTARIA Nº 1064/2016.
De: 17 de maio de 2016.
Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) LOECI CAMARA, matrícula 616230, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, para a referência Nível I - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 17 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1065/2016 - RH

PORTARIA Nº 1065/2016
De: 18 de maio de 2016.
CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). MARILENE BELLONI, matrícula 623920, na função de PROF. N. SUP. ACT 30HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1066/2016 - RH

PORTARIA Nº 1066/2016.
De: 18 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo ENFERMEIRO I, o (a) servidor (a) DAIANE SOBCZAK DA SILVA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 2.369,67.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 18 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL
_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1067/2016 - RH

PORTARIA Nº 1067/2016.
De: 18 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições das Leis Municipais nº 44/2014, 152/03 e 155/03; e considerando o resultado final do Concurso Público Edital nº 050/2015;

NOMEIA para ocupar o cargo abaixo descrito:

ARTIGO 1ª: Fica nomeado (a) para o cargo FISIOTERAPEUTA I, o (a) servidor (a) SILVANA ESTER GIACOMINI GRANJA, sendo seu vencimento inicial no valor de R\$ 2.369,67.

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá – SC, 18 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1068/2016 - RH

PORTARIA Nº 1068/2016.

De: 18 de maio de 2016.

Concede Progressão Vertical por Nova Titulação ao Servidor(a), conforme Lei nº 153/03 Art. 33 Inciso II § 2º e Resolução do Conselho Municipal de Educação nº 13/2005.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida progressão vertical por nova titulação, ao(a) servidor(a) ANA PAULA DUTKA DE MIRANDA, matrícula 562203, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II – A, conforme Lei Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 18 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1069/2016 - RH

PORTARIA Nº 1069/2016

De: 20 de maio de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 20 de maio de 2016 a 08 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) RODE ESTER PESSANHA, matrícula 606758, investido (a) no cargo de ORIENTADOR ESCOLAR II, na Secretaria de Educação, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1070/2016 - RH

PORTARIA Nº 1070/2016

De: 20 de maio de 2016.

Concede férias ao servidor (a), conforme Lei Municipal nº 76/2001 Art. 73.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Concede férias, no período de 20 de maio de 2016 a 08 de junho de 2016, ao (a) servidor (a) ROSIMERI DO NASCIMENTO, matrícula 605018, investido (a) no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, na Secretaria de Saúde, integrante no plano de carreira dos servidores municipais.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 20 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1071/2016 - RH

PORTARIA Nº 1071/2016.

De: 20 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1º: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora TATIANA CORDEIRO DA SILVA, matrícula nº 616907, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

1º membro: Fabiana Bestel Pawlina
2º membro: Ana Marilsa Reinert
3º membro: Michelle Rodrigues da Veiga
4º membro: Alair Maria Schneider Reolon

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1761/2015 de 15.09.15..

Itapoá - SC, 20 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1072/2016 - RH

PORTARIA Nº 1072/2016.

De: 20 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com a disposição da Lei Municipal nº 44/2014, que determina a formação de Comissão individual para a

avaliação do servidor em Estágio Probatório,

NOMEIA os membros para a Comissão individual:

ARTIGO 1ª: Ficam nomeados para compor a Comissão Individual de Avaliação em Estágio Probatório da servidora MARIANA BESTEL PAWLINA, matrícula nº 589950, no cargo de PROFESSOR I, os seguintes Membros:

- 1º membro: Fabiana Bestel Pawlina
- 2º membro: Vania Maria Lenzi
- 3º membro: Marcia Aparecida Partala
- 4º membro: Michelle Rodrigues da Veiga

ARTIGO 2º: Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1281/2015 de 18.05.15.

Itapoá - SC, 20 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1073/2016 - RH

PORTARIA Nº 1073/2016.

De: 20 de maio de 2016.

Dispõe sobre a Lotação do Servidor (a) Público Municipal, conforme Lei Municipal 44/2014,

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica lotado (a) o (a) Servidor (a) WALTER NIEDERHEIT-MANN, matrícula 3930, investido (a) no cargo de MOTORISTA, na Secretaria Municipal de Assistência Social – Departamento de Gestão, com carga horária de 40hs, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipal.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 0895/2015 de 27 de março de 2015.

Itapoá, 20 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1074/2016 - RH

PORTARIA Nº 1074/2016.

De: 21 de maio de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a) ANA PAULA GALVÃO S. MACHADO, matrícula 582387, ocupante do cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM I, para a referência Nível V - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 21 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1075/2016 - RH

PORTARIA Nº 1075/2016.

De: 21 de maio de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

LIZ MARY HENK, matrícula 605476, ocupante do cargo de PSICÓLOGO I, para a referência Nível VII - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 21 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1076/2016 - RH

PORTARIA Nº 1076/2016.

De: 21 de maio de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

RAFAEL RAMOS DA COSTA, matrícula 4111, ocupante do cargo de AGENTE OPERACIONAL, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 21 de maio de 2016.
SERGIO FERREIRA DE AGUIAR
Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1077/2016 - RH

PORTARIA Nº 1077/2016.

De: 21 de maio de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

CLAUDIO EDUARDO CIPRIANO, matrícula 619027, ocupante do cargo de AGENTE OPERACIONAL, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 21 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1078/2016 - RH

PORTARIA Nº 1078/2016.

De: 21 de maio de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

DANIEL AMARAL DE FARIA, matrícula 616885, ocupante do cargo de MÉDICO PSF, para a referência Nível XI - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 21 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1079/2016 - RH

PORTARIA Nº 1079/2016.

De: 21 de maio de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

DOUGLAS ANTONIO URSO, matrícula 562467, ocupante do cargo de MÉDICO PSF, para a referência Nível XI - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 21 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1080/2016 - RH

PORTARIA Nº 1080/2016.

De: 21 de maio de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

FABIANA BESTEL PAWLINA, matrícula 606340, ocupante do cargo de PROFESSOR II, para a referência Nível II - D, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 21 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1081/2016 - RH

PORTARIA Nº 1081/2016.

De: 21 de maio de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

JAIR APARECIDO CUNHA, matrícula 1783, ocupante do cargo de AGENTE OPERACIONAL, para a referência Nível II - E, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 21 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1082/2016 - RH

PORTARIA Nº 1082/2016.

De: 21 de maio de 2016.

Dispõe sobre Progressão Automática, do Padrão de Vencimento de Servidor, conforme Lei Municipal nº 186/03, Art. 2º.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º- Fica concedida à progressão automática, do (a) servidor (a)

LUIZ ZIEMBROS, matrícula 602671, ocupante do cargo de OPERADOR DE MÁQUINAS, para a referência Nível III - P, conforme Lei Municipal nº 186/03 Art. 2º.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 21 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1083/2016 - RH

PORTARIA Nº 1083/2016.

De: 25 de maio de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) JOCELIA TELES DOS SANTOS, matrícula 1200593, investido (a) na função de PROF. SUP. INC. ACT 30HS, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 25 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1084/2016 - RH

PORTARIA Nº 1084/2016

De: 25 de maio de 2016.

CONTRATA SERVIDOR EM CARATER TEMPORARIO

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais; de acordo com as disposições da Lei Complementar Municipal nº 016/2007 e considerando o Edital de Convocação 046/2015 da Secretaria de Educação,

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Contrata temporariamente o (a) Sr. (a). GABRIELA DE PAULA NASCIMENTO, matrícula 616958, na função de PROF. N.

SUP. ACT 30HS, na Secretaria de Educação.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 25 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1085/2016 - RH

PORTARIA Nº 1085/2016.

De: 25 de maio de 2016.

Dispõe sobre concessão de Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor(a), conforme Lei Municipal nº 044/2014, Art. 106, § 1º ao 2º, Inciso I, II e III, Art. 107,108, § 1º ao 3º, e Art. 109 ao 112.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

CONCEDE:

ARTIGO 1º - Fica concedida licença prêmio por assiduidade, a partir de 05 de maio de 2016 à 03 de junho de 2016 (30 dias), ao(a) servidor(a) CLEUSA GALVÃO NUNES, matrícula 617121, investido(a) no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do plano de carreira dos Servidores Municipais.

ARTIGO 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo à 05.05.16.

Itapoá - SC, 25 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1086/2016 - RH

PORTARIA Nº 1086/2016.

De: 31 de maio de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) ARIADNE ALESSANDRA NASCIMENTO, matrícula 776890, investido (a) na função de ENFERMEIRO I, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 31 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

_____/_____/_____

PORTARIA Nº 1087/2016 - RH

PORTARIA Nº 1087/2016.

De: 31 de maio de 2016.

RESCINDE O CONTRATO, POR TÉRMINO.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

ARTIGO 1º- Fica rescindido o contrato por término do mesmo, do (a) servidor (a) TICIANA REIS ABRANTES, matrícula 11633042, investido (a) na função de RECEPCIONISTA, conforme Lei Complementar Municipal 016/2007 e Lei Municipal 44/2014.

ARTIGO 2º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Itapoá - SC, 31 de maio de 2016.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

PUBLICADO EM EDITAL

TERMO ADITIVO Nº 18/2016

TERMO ADITIVO Nº 18/2016 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 40/2013 (4º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges n.º 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Diretora de Finanças, a Sra. MARIA IZABEL BLANSKI, inscrita no CNPJ/MF: 248.71.419-34 e CI.RG. 2/R 037.212-2/SC, e pelo Prefeito Municipal, Sr. SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, brasileiro, casado, inscrito no CNPJ/MF nº 230944279-87 e CI.RG nº 873994 SSP/PR, residente e domiciliado à Estrada José Alves, nesta cidade, e de outro lado a empresa CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, com sede à Rua Getulio Vargas, nº 470, Centro, na cidade de São José/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.719.963/0001-77 e Inscrição Estadual nº Isento, representada neste ato pelo sócio administrador Sr. DILMO WANDERLEY BERGER portador do CNPJ/MF nº 538.063.959-34 e do CI.RG nº 1/R 1.161.147 SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA(O), ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa especializada em serviços de vigilância e segurança patrimonial com monitoramento eletrônico de alarme para a sede da Prefeitura Municipal de Itapoá, conforme especificações constantes no Anexo V do Edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2013 – PROCESSO Nº 39/2013 de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal nº 8.078/90 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente Termo Aditivo visa prorrogar a vigência do respectivo Contrato Administrativo em 12 (doze) meses e conceder a reajuste dos valores, conforme proposta da contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 40/2013, em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 06/06/2016, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO E DO REAJUSTE

Altera cláusula terceira "do preço" reajustando, segundo proposta da contratada, o preço do item 1 (posto fixo de vigilância) o qual passará ao valor mensal de R\$ 19.800,00 (dezenove mil e oitocentos reais) mantendo-se o valor mensal do item 2 (serviço de monitoramento e alarme), ao valor mensal de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) totalizando o valor de R\$ 261.600,00 (duzentos e sessenta e um mil e seiscentos reais) para o período de prorrogação, conforme segue:

Item	Descrição	Un.	Quant.	Valor Unit. (Mês)	Valor Total 12 meses
1	Posto fixo de vigilância desarmada – 24 horas – de segunda á segunda.	Posto	1	R\$ 19.800,00	R\$ 237.600,00
2	Serviço de monitoramento de alarme composto por 71 (setenta e um) pontos, incluindo, em caráter de locação os equipamentos listados abaixo, mantendo-os em perfeitas condições, e substituindo imediatamente, a expensas da Contratada, qualquer dos equipamentos que apresentem defeitos ou eventuais problemas em seu funcionamento.	Monitoramento	1	R\$ 2.000,00	R\$ 24.000,00
2.1	Relação de equipamentos: Piso térreo Secretarias/Departamentos: Assistência Social, Fiscalização, Informática, Saúde, Tributação, Telefonista.				
	Descrição do objeto			Quant.	
2.1.1	CENTRAL EVO192 NB			01	

2.1.2	PLACA EXPANSORA ZX8	02
2.1.3	TECLADOS K641	02
2.1.4	SIRENES 120db	02
2.1.5	CAIXAS METÁLICAS CENTRAL UNIVERSAL	03
2.1.6	TRAFOS 2,5 amp	02
2.1.7	BATERIAS 12 vts - 7 amp	03
2.1.8	FONTE DE ALIMENTAÇÃO ELETRÔNICA 12 vts	01
2.1.9	FONTE AUXILIAR 12vts - 2amp	01
2.1.10	MÓDULO GPRS	01
2.1.11	PLUGS (conectores para alimentação elétrica para trafos e fontes)	06
2.1.12	SENSORES IVP NV500	41
2.1.13	MTRS CABO CCI 4 VIAS - 4X50	1900
2.2	Relação de equipamentos: 1º Piso Secretarias/Departamentos: Educação, Planejamento, Controladoria, Almoxarifado, Cozinha, Patrimônio, Meio Ambiente, Obras, Planejamento.	
	Descrição do objeto	Quant.
2.2.1	PLACAS EXPANSORAS ZX8	02
2.2.2	TECLADOS K641	02
2.2.3	SIRENES 120db	02
2.2.4	CAIXAS METÁLICAS CENTRAL UNIVERSAL	02
2.2.5	TRAFOS 2,5amp	02
2.2.6	BATERIAS 12 vts - 7 amp	02
2.2.7	FONTES DE ALIMENTAÇÃO ELETRÔNICA 12 vts	02
2.2.8	PLUGS (conectores para alimentação elétrica para trafos e fontes)	04
2.2.9	SENSORES IVP NV500	16
2.2.10	SENSORES DG 75	07
2.2.11	MTRS CABO CCI 4 VIAS - 4X50	1250
2.3	Relação de equipamentos: 2º Piso Secretarias/Departamentos: Administração e Finanças, Chefia de Gabinete, Gabinete do Prefeito, Convênios e Orçamento, Licitações e Contratos, Recursos Humanos, Procuradoria Jurídica, Tesouraria e Contabilidade.	
	Descrição do objeto	Quant.
2.3.1	PLACAS EXPANSORAS ZX8	02
2.3.2	TECLADOS K641	02
2.3.3	SIRENES 120db	02
2.3.4	CAIXAS METÁLICAS CENTRAL UNIVERSAL	02
2.3.5	TRAFOS 2,5amp	02
2.3.6	BATERIAS 12 vts - 7 amp	02
2.3.7	FONTES DE ALIMENTAÇÃO ELETRÔNICA 12 vts	02
2.3.8	PLUGS (conectores para alimentação elétrica para trafos e fontes)	04
2.3.9	SENSORES IVP NV500	15
2.3.10	SENSORES DG 75	05
2.3.11	MTRS CABO CCI 4 VIAS - 4X50	850
Total		R\$ 261.600,00

CLÁUSULA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 40/2013, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 40/2013, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscreita.

Itapoá/SC, 03 de junho de 2016.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR PREFEITO MUNICIPAL	CONTRATADA CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA DILMO WANDERLEY BERGER
---	--

CONTRATANTE
MARIA IZABEL BLANSKI
DIRETORA DE FINANÇAS

Testemunhas:

Nome:
CNPJ/MF:

Nome:
CNPJ/MF:

Ituporanga

PREFEITURA

EXTRATOS DOS CONTRATOS E ADITIVOS FIRMADOS NO MÊS DE MAIO DE 2016 DO MUNICÍPIO E DO FUNDO DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 05/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA
CONTRATADAS: SEBOLD COMERCIO DE ALIMENTOS EIRELI – CNPJ 82.776.477/0001-28 – R\$ 5.617,75 (cinco mil, seiscentos e dezessete reais e setenta e cinco centavos); JLM DISTRIBUIDORA BR EIRELI - ME – CNPJ 13.965.228/0001-68 – R\$ 13.411,30 (treze mil, quatrocentos e onze reais e trinta centavos); ALFREDO COMÉRCIO VAREJISTA LTDA - ME – CNPJ 21.593.746/0001-26 – R\$ 6.925,05 (seis mil, novecentos e vinte e cinco reais e cinco centavos); CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME – CNPJ 18.531.205/0001-69 – R\$ 192,00 (cento e noventa e dois reais); ALINE RAITZ - ME – CNPJ 23.970.820/0001-01 – R\$ 28.835,05 (vinte e oito mil, oitocentos e trinta e cinco reais e cinco centavos).
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA E HIGIENE PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

Assinatura: 18 de Maio de 2016

WALTER REICHMUTH DAY

Secretário de Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 06/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2016

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITUPORANGA
CONTRATADAS: CELIA REGINA W. SANI - MEI – CNPJ 04.195.853/0001-87 – R\$ 28.626,25 (vinte e oito mil, seiscentos e vinte e seis reais e vinte e cinco centavos); JLM DISTRIBUIDORA BE EIRELI - ME – CNPJ 13.965.228/0001-68 – R\$ 20.245,00 (vinte mil, duzentos e quarenta e cinco reais); IMPÉRIO DO PAPEL COMÉRCIO DE PAPEIS LTDA - ME – CNPJ 20.081.724/0001-14 – R\$ 11.392,65 (onze mil, trezentos e noventa e dois reais e sessenta e cinco centavos); BOZZANO E BOZZANO LTDA - ME – CNPJ 85.323.392/0001-82 – R\$ 16.354,75 (dezesseis mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e setenta e cinco centavos).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO.

Assinatura: 18 de Maio de 2016

WALTER REICHMUTH DAY

Secretário de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 14/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA
CONTRATADA: TPA TELECOMUNICAÇÕES LTDA – CNPJ 02.255.187/0001-08 – R\$ 722.600,00 (setecentos e vinte e dois mil e seiscentos reais).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INTERLIGAÇÃO DE 26 (vinte e seis) PONTOS COM REDE VIA RÁDIO, 11 (onze) PONTOS DE REDE DE FIBRA ÓPTICA E 2 LINKS IP DEDICADO 50mbps CADA, E PONTOS DE ACESSO RESERVA TÉCNICA PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC.

Assinatura: 11 de Maio de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 15/2016 PREGÃO PRESENCIAL

Nº 13/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA
CONTRATADA: LEGALLE CONCURSOS E SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA – CNPJ 20.951.635/0001-81 – R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE INTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR OU EMPRESA VINCULADA QUE OFEREÇA ENSINO SUPERIOR, PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO, COMPOSTO DE ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO EXECUÇÃO, CORREÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC.

Assinatura: 18 de Maio de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 16/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA
CONTRATADA: KLETTENBERG SERVIÇOS DE TERRAPLENAGEM EIRELI – CNPJ 86.993.490/0001-90 – R\$ 248.400,00 (duzentos e quarenta e oito mil e quatrocentos reais).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CASCALHO BRUTO, NÃO BRITADO PARA AS ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA.

Assinatura: 03 de Maio de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 19/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA
CONTRATADA: JJJ IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP – CNPJ 00.313.537/0001-010 – R\$ 10.512,00 (dez mil, quinhentos e doze reais); ALINE RAITZ – ME – CNPJ 23.970.820/0001-01 – R\$ 1.666,50 (Hum mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE HORTIFRÚTIS PARA A ALIMENTAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV).

Assinatura: 24 de Maio de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 21/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA
CONTRATADA: PORTAL GÁS LTDA EPP – CNPJ 08.756.034/0001-12 – R\$ 102.650,00 (cento e dois mil, seiscentos e cinquenta reais).
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GÁS 13KG E P-45, E ÁGUA MINERAL 20 LITROS PARA AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO.

Assinatura: 24 de Maio de 2016.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO 22/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA
CONTRATADA: BRITAGEM SANTA TEREZA EIRELI - ME – CNPJ

05.909.258/0001-29 –R\$ 313.600,00 (trezentos e treze mil e seiscentos reais). OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CASCALHO BRITADO DETONADO, PARA SER UTILIZADO PARA REPAROS EM ESTRADAS VICINAIS DO MUNICÍPIO. Assinatura: 25 de Maio de 2016.
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS
Espécie: Termo Aditivo. Tomada de Preços nº 10/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS HEXAGONAIS NA RUA DUQUE DE CAXIAS NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC. Espécie: Segundo Termo Aditivo. Tomada de Preços nº 10/2014. O prazo do Contrato passa a vencer em 31/12/2016. Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal n 8.666/93. Data da assinatura: 17 de Maio de 2016.
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS
Espécie: Termo Aditivo. Tomada de Preços nº 13/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: UNIÃO PROJETOS ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA ME. Objeto: AMPLIAÇÃO E REFORMA DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITUPORANGA-SC. Espécie: Quarto Termo Aditivo. Tomada de Preços nº 13/2014. O presente termo aditivo, objetiva aditar o valor de R\$ 9.128,15 (nove mil, cento e vinte e oito reais e quinze centavos), que representa 6,610827% do valor contratado inicialmente. Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal n 8.666/93.. Data da assinatura: 01 de Maio de 2016.
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS
Espécie: Termo Aditivo. Carta Convite nº 02/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: SINACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA EIRELI EPP. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE PINTURA, COM FORNECIMENTO DE TINTA, PARA AS VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC. Espécie: Primeiro Termo Aditivo. Carta Convite nº 02/2015. O presente termo aditivo, objetiva aditar o valor de R\$ 5.100,00 (cinco mil e cem reais), que representa 3,5196687% do valor contratado inicialmente. O prazo do Contrato passa a vencer em 14/08/2016 Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal n 8.666/93.. Data da assinatura: 16 de Maio de 2016.
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS
Espécie: Termo Aditivo. Tomada de preços nº 03/2014. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: WILSON EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO DO CENTRO EDUCACIONAL INFANTIL PEQUENO PRÍNCIPE NO BAIRRO VILA NOVA NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC. Espécie: Segundo Termo Aditivo. Tomada de preços nº 03/2014. O presente termo aditivo, objetiva aditar o valor de R\$ 23.606,56 (vinte e três mil, seiscentos e seis reais e cinquenta e seis centavos), que representa 8,1853536% do valor contratado inicialmente. O prazo do Contrato passa a vencer em 21/08/2016 Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal n 8.666/93.. Data da assinatura: 25 de Maio de 2016.
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS
Espécie: Termo Aditivo. Tomada de preços nº 01/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: JMK ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO COM LAJOTAS HEXAGONAIS DE CONCRETO, MEIO FIO, CAIXAS DE JUNÇÃO/ BACA DE LOBO/ INSPEÇÃO E TUBOS DE CONCRETO EM RUAS A SEREM DEFINIDAS NO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC. Espécie: Primeiro Termo Aditivo. Tomada de preços nº 01/2015. O presente termo aditivo, objetiva aditar o valor de R\$ 83.997,50 (oitenta e três mil, novecentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), que representa 25% do valor contratado inicialmente. O prazo do Contrato passa a vencer em 31/12/2016 Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal n 8.666/93.. Data da assinatura: 16 de Maio de 2016.
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS
Espécie: Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 23/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratada: JMK ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME. Objeto: AQUISIÇÃO DE LAJOTAS, MEIO FIO, GRELHAS PARA BOCA DE LOBO E PAVER, PARA SEREM UTILIZADAS EM CALÇAMENTOS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC. Espécie: Primeiro Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 23/2015. O presente termo aditivo, objetiva aditar o valor de R\$ 223.125,00 (duzentos e vinte e três mil, cento e vinte e cinco reais), que representa 25% do valor contratado inicialmente. O prazo do Contrato passa a vencer em 31/12/2016 Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal n 8.666/93.. Data da assinatura: 16 de Maio de 2016.
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS
Espécie: Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 13/2015. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA/SC. Contratadas: FRANCISCO C. SEBOLD ME; FABRICON ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME; FRONZA ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TUBOS PARA UTILIZAÇÃO DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SECRETARIA DE URBANISMO DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA-SC. Espécie: Primeiro Termo Aditivo. Pregão Presencial nº 13/2015. O prazo dos Contratos passa a vencer em 31/12/2016 Fundamento Legal: art. 57, inciso II, da Lei Federal n 8.666/93.. Data da assinatura: 10 de Maio de 2016.
ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO
Prefeito do Município

Jacinto Machado

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 009/2016/PMJM PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 009/2016/PMJM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2016/PMJM

Homologação: 26/04/2016

Contratado: ECCO SAUDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL LTDA - EPP

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SEGURANÇA DO TRABALHO. SERVIÇOS PRESTADOS: ELABORAÇÃO DO PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais); ELABORAÇÃO DO LTCAT (Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho) e INSPEÇÕES TÉCNICAS DE SEGURANÇA DO TRABALHO COM EMISSÃO DE RELATÓRIO TÉCNICO ESPECIFICANDO EVENTUAIS NECESSIDADES DE MELHORIAS. DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Valor da Despesa: R\$ 7.861,60 (sete mil oitocentos e sessenta e um reais e sessenta centavos)

Fundamento: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Jacinto Machado – SC, 26 de Abril de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 010/2016/PMJM PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 010/2016/PMJM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 049/2016/PMJM

Homologação: 16/05/2016

Contratado: MECANICA MR SILVA DIESEL LTDA - ME

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CONserto DE DIFERENCIAL DO VEÍCULO ÔNIBUS IMP/M.BENZ OF 1620 DE PLACA: AGH-0561 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE JACINTO MACHADO/SC.

Valor da Despesa: R\$ 7.910,00 (sete mil novecentos e dez reais)

Fundamento: Art. 24, inciso II da Lei de Licitações.

Jacinto Machado – SC, 16 de Maio de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 082/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: MECANICA MR SILVA DIESEL LTDA - ME
Valor Global: R\$ 78.769,20 (setenta e oito mil setecentos e sessenta e nove reais e vinte centavos).
Vigência: Início: 09/05/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2016/PMJM
Dotação: 2.008.3390.00 - 103 - 32/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 695 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 95 - 30/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 104 - 33/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS MICROÔNIBUS E ÔNIBUS DE USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE JACINTO MACHADO, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 9 de Maio de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 083/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: MECANICA MR SILVA DIESEL LTDA - ME
Valor Global: R\$ 7.910,00 (sete mil novecentos e dez reais).
Vigência: Início: 16/05/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 010/2016/PMJM
Dotação: 2.008.3390.00 - 695 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA PARA CONserto DE DIFERENCIAL DO VEÍCULO ÔNIBUS IMP/M.BENZ OF 1620 DE PLACA: AGH-0561 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 16 de Maio de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 084/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 084/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
Contratada: SETEP CONSTRUÇÕES S/A
Valor Global: R\$ 228.882,37 (duzentos e vinte e oito mil oitocentos e oitenta e dois reais e trinta e sete centavos).
Vigência: Início: 19/05/2016 Término: 30/12/2016
Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 002/2016/PMJM
Dotação: 1.039.4490.00 - 95 - 67/2016 - PAV. RECUPERAÇÃO DE VIAS, RODOVIAS, LOGRADOUROS E
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM, OBRAS DE ARTE CORRENTE E SINALIZAÇÃO NA RUA JOSÉ RECCO COM EXTENSÃO DE 354,12 m, LOCALIZADA NO BAIRRO GÁVEA, MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.

Jacinto Machado – SC, 19 de Maio de 2016.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2016/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 085/2016/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: CELITO CARLESSI & CIA LTDA ME

Valor Global: R\$ 12.619,10 (doze mil seiscientos e dezenove reais e dez centavos).

Vigência: Início: 20/05/2016 Término: 30/12/2016

Licitação: Convite p/ Compras e Serviços Nº 022/2016/PMJM

Dotação: 2.008.3390.00 - 695 - 35/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.008.3390.00 - 104 - 33/2016 - MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2.019.3390.00 - 80 - 57/2016 - MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS PARA SEREM UTILIZADOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS E PELO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2016.

Jacinto Machado – SC, 20 de Maio de 2016.

ANTONIO JOÃO DE FÁVERI

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO 07 AO CONTRATO 126/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
TERMO ADITIVO 07 AO CONTRATO 126/2014/PMJM

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO

Contratada: CONSTRUTORA OLIVEIRA POSSAMAI DELLA LTDA EPP

Vigência: Início: 02/05/2016 Término: 03/08/2016

Licitação: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº 008/2014 - TP

Objeto: FICA PACTUADA A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO CONTRATADO COM NOVO VENCIMENTO FINAL PREVISTO PARA O DIA 03/08/2016.

Jacinto Machado – SC, 2 de Maio de 2016.

Antonio João de Fáveri

Prefeito Municipal

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 10.909/2016

D E C R E T O Nº 10.909/2016

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07/12/2015, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.161/2015, de 07 de dezembro de 2015,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 576.075,40 (Quinhentos e setenta e seis mil, setenta e cinco reais e quarenta centavos), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.122.07502.651 - Manutenção patrimonial - Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.133 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

15.01.10.302.07532.679 - Pagamento dos servidores da Saúde - MAC

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.01.90 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 516.348,98

15.01.10.301.07542.685 - Pagamento dos servidores da Saúde - Farmácia

Popular do Brasil

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

15.01.134 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 29.726,42

TOTAL R\$ 576.075,40

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2015, do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente dos recursos vinculados aos Recursos PAB, no valor de R\$ 516.348,98 (Quinhentos e dezesseis mil, trezentos e quarenta e oito reais e noventa e oito centavos); ao Incentivo à Farmácia Popular, no valor de R\$ 29.726,42 (Vinte e nove mil, setecentos e vinte e seis reais e quarenta e dois centavos); e aos Próprios - Taxa Fiscalização Vigilância Sanitária, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 03 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 42/2016 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

E D I T A L

TOMADA DE PREÇOS Nº 42/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

EXCLUSIVO PARA ME/EPP

TIPO: Menor Preço Global

RESULTADO DE JULGAMENTO

O Município de Jaraguá do Sul através do Presidente da Comissão

Especial de Licitação, designado pelo Decreto nº 10.903/2016, comunica aos interessados na Tomada de Preços acima, que em atendimento a LC 147/2014, esta Tomada de Preços foi exclusiva para participação de empresas que estiverem nos termos do artigo 3º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, enquadradas como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, e pelo fato de não atingir o número mínimo de 3 (três) empresas enquadradas nesta situação, esta Tomada de Preços restou FRUSTRADA.

Jaraguá do Sul (SC), 06 de Junho de 2016.

Humberto José Travi

Presidente da Comissão Especial de Licitações

Decreto nº 10.903/2016

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 189/2016 INEXIGIBILIDADE Nº 17/2016-FMS

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 189/2016

Inexigibilidade nº 17/2016-FMS

ERRATA

O Município de Jaraguá do Sul, através do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e o Gestor do FMS, tornam público para conhecimento dos interessados, que em função de equívoco de digitação, fica corrigido o nome do contratado para VIDA LABORATÓRIO CLÍNICO LTDA ME.

Jaraguá do Sul (SC), 06 de junho de 2016.

Dieter Janssen

Prefeito Municipal

Dalton Fernando Fischer

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 429/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
--	--

PORTARIANº 429/2016 - de 1º/06/2016

Instaura Processo de Revisão Relativo ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 009/2013, Instaurado em Face de ROSA MARGARETE XAVIER.

Publicada na forma do artigo 91, §1º, da LOM.

PORTARIA Nº 430/2016

PORTARIANº 430/2016

Declara Vacância de Cargo.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal MARIA MARITZA KLOSOWSKI, concedida pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, através do Processo Nº 723/2015; CONSIDERANDO que a concessão da aposentadoria implica em

vacância do cargo público, conforme disposto no artigo 38, III, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 218/2016/Sema-DGP, de 1º/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DECLARAR a vacância do cargo público de provimento efetivo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, em virtude da aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição da servidora pública municipal MARIA MARITZA KLOSOWSKI, concedida através da Portaria Nº 280/2016, pelo Issem - Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais, em 1º/06/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 431/2016

PORTARIANº 431/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 197/2016/DGP/Sema, de 25/05/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/06/2016, MARIA MARITZA KLOSOWSKI do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - Sema, da Diretoria de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 019/2015, de 22/01/2015.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 432/2016

PORTARIANº 432/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 218/2016/Sema-DGP, de 1º/06/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/06/2016, a servidora pública municipal MARIA MARITZA KLOSOWSKI da COMISSÃO DE READAPTAÇÃO E REMANEJAMENTO PROFISSIONAL, constituída pela Portaria Nº 074/2013, de 22/01/2013.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 074/2013, de 22/01/2013, no que se refere a designação de Maria Maritza Klosowski.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 433/2016

PORTARIANº 433/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 38 a 40, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 197/2016/DGP/Sema, de 25/05/2016, da Diretoria de Gestão de Pessoas;

RESOLVE :

Art.1º NOMEAR, a partir de 02/06/2016, MARIA MARITZA KLOSOWSKI para exercer o cargo de provimento em comissão de GERENTE DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL - Sema, da Diretoria de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal da Administração, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 434/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
--	--

PORTARIANº 434/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor da Portaria Nº 229/2016, de 11/04/2016;

RESOLVE :

Art.1º DISPENSAR, a partir de 1º/04/2016, a servidora pública municipal MAGALI MUELLER RADÜNZ da COMISSÃO DE READAPTAÇÃO E REMANEJAMENTO PROFISSIONAL, constituída pela Portaria Nº 074/2013, de 22/01/2013.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 074/2013, de 22/01/2013, no que se refere a designação de Magali Mueller Radünz.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeitos a partir de 1º/04/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 435/2016

PORTARIANº 435/2016

Substitui Conselheiro do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Comped).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 011/2016/Controle Social, de 02/06/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR FERNANDA MARIA SANTANA DO BOMFIM, como conselheira suplente, em substituição a Rogério Jung, para representar a Secretaria Municipal da Educação, na qualidade de Representante do Poder Público, no Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Comped).

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 137/2016, de 14/03/2016, no que se refere a designação de Rogério Jung.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 05/09/2016.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 436/2016

PORTARIANº 436/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 654/2016/Cogem, de 31/05/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 30/05/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Nº 003/2014, instaurado pela Portaria Nº 268/2014, de 21/02/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 30/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 437/2016

PORTARIANº 437/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 655/2016/Cogem, de 31/05/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 27/05/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Nº 013/2013, instaurado pela Portaria Nº 1586/2013, de 29/10/2013.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 438/2016

PORTARIANº 438/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 656/2016/Cogem, de 31/05/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 26/05/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Nº 003/2013, instaurado pela Portaria Nº 1016/2013, de 12/06/2013.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 26/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 439/2016

PORTARIANº 439/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 657/2016/Cogem, de 31/05/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 19/05/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 004/2014, instaurado pela Portaria Nº 357/2014, de 06/03/2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 19/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 440/2016

PORTARIANº 440/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 658/2016/Cogem, de 31/05/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 21/05/2016, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 017/2015, instaurado pela Portaria Nº 456/2015, de 1º/04/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/05/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 441/2016

PORTARIANº 441/2016

Substitui Conselheira do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Memorando Nº 010/2016/Controle Social, de 18/05/2016, da Secretaria Municipal da Assistência Social, Criança e Adolescente;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR FRANCIELI ROBERTA MARTINS SAVALLISCH, como conselheira suplente, em substituição à Andreia Silva, para representar a Secretaria Municipal da Habitação e Regularização Fundiária, na qualidade de Representante Governamental, no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS).

Art.2º Em consequência, fica revogado o artigo 1º, da Portaria Nº 1234/2015, de 19/10/2015.

Art.3º O mandato encerrar-se-á em 12/02/2017.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 02 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 442/2016

PORTARIANº 442/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 411 do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 135/2016/Sema-GAS, de 1º/06/2016, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º READAPTAR a servidora pública municipal MARILI ALVES DE OLIVEIRA, matrícula 9557, do cargo de Agente de Limpeza e Conservação, lotada na Secretaria Municipal da Administração, para exercer as atribuições do cargo de Telefonista, junto à Secretaria Municipal da Administração, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se a Secretaria Municipal da Administração para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.4º Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Agente de Limpeza e Conservação.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 443/2016

PORTARIANº 443/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 663/2016/Cogem, de 1º/06/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 05/06/2016, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo

Disciplinar Nº 002/2016, instaurado pela Portaria Nº 108/2016, de 02/03/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 444/2016

PORTARIANº 444/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Capítulo IV, do Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 662/2016/Cogem, de 1º/06/2016, da Controladoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 08/06/2016, por mais 90 (noventa) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar Nº 030/2015, instaurado pela Portaria Nº 1121/2015, de 09/09/2015.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 445/2016

PORTARIANº 445/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no artigo 127, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03 de novembro de 2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 16628/2016;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR A LICENÇA, sem remuneração, da servidora pública municipal CINTIA BRANDÃO ARAÚJO, lotada na Secretaria Municipal da Educação, a partir de 21 de julho de 2016, encerrando-se em 20 de julho de 2018.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/07/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 446/2016

PORTARIANº 446/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 067/2016/Semob, de 30/05/2016, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos;

RESOLVE :

Art.1º EXONERAR, a partir de 1º/06/2016, GILSON VIEIRA do cargo de provimento em comissão de GERENTE DE OBRAS GERAIS, COMUNITÁRIAS E CONVENIADAS - Semob, da Diretoria de Obras e Serviços Públicos, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Em consequência, fica revogada a Portaria Nº 640/2014, de 07/04/2014.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 447/2016

PORTARIANº 447/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e de conformidade com o disposto nos artigos 38 a 40, da Lei Complementar Municipal Nº 101/2010, de 06/10/2010, alterada pelas Leis Complementares Municipais Nºs 118/2012, de 24/02/2012, 121/2012, de 23/03/2012, 127/2012, de 25/06/2012, 164/2015, de 20/08/2015, 167/2015, de 15/10/2015, e 172/2016, de 28/03/2016; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 730/2016/PGM, de 02/06/2016, da Procuradoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR, a partir de 06/06/2016, ANDRÉA ROSANA SARDÁ MAIOCHI, matrícula 7774, ocupante do cargo efetivo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria-Geral do Município, para exercer o cargo de provimento em comissão de DIRETORA DO PROCON MUNICIPAL - Progem, da Procuradoria-Geral do Município, do Poder Executivo do Município.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 448/2016

PORTARIANº 448/2016

Designa Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (Comdecon).

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos dos Decretos Municipais Nºs 3.134/1995, de 13/03/1995; 3.517/1997, de 13/03/1997; e 6.595/2009, de 04/03/2009; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 730/2016/PGM, de 02/06/2016, da Procuradoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR ANDRÉA ROSANA SARDÁ MAIOCHI, Presidente do Conselho Municipal de Defesa do Consumidor (Comdecon).

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 449/2016

PORTARIANº 449/2016

Substitui Conselheiro do Conselho Municipal de Saneamento Básico.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 730/2016/PGM, de 02/06/2016, da Procuradoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR ANDRÉA ROSANA SARDÁ MAIOCHI, como conselheira titular, em substituição a Luís Fernando Almeida, para representar o Procon Municipal, na qualidade de Representante dos Órgãos Governamentais, no Conselho Municipal de Saneamento Básico.

Art.2º Em consequência, fica parcialmente revogada a Portaria Nº 214/2015, de 20/02/2015, no que se refere a designação de Luís Fernando Almeida.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

PORTARIA Nº 450/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JARAGUÁ DO SUL
--	--

PORTARIANº 450/2016

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e nos termos do §2º, do artigo 1º, da Lei Municipal Nº 3.547/2004, de 15/04/2004, alterado pela Lei Municipal Nº 5.184/2009, de 03/04/2009; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 730/2016/PGM, de 02/06/2016, da Procuradoria-Geral do Município;

RESOLVE :

Art.1º DESIGNAR ANDRÉA ROSANA SARDÁ MAIOCHI, matrícula 7774, Diretora do PROCON Municipal, como GESTORA do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos Difusos (FMDD), delegando-lhe competência para a execução das atribuições previstas no artigo 1º, combinado com o artigo 2º, da Lei Municipal Nº 3.547/2004, de 15/04/2004, alterada pela Lei Municipal Nº 5.184/2009, de 03/04/2009.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/06/2016.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 03 de junho de 2016.

DIETER JANSSEN

Prefeito

SAMAE - AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 100/2016

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE JARAGUÁ DO SUL – SC

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº 100/2016

O SAMAE de Jaraguá do Sul (SC) comunica que está contratando a empresa LONATEC COMÉRCIO DE LONAS LTDA -EPP, através de inexigibilidade de Licitação, para FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE DECANTAÇÃO DE LONAS, ao valor de R\$ 99.800,00 (Noventa e nove mil e oitocentos reais).

Fundamento Legal: do Art. 25, I da Lei 8.666/93.

Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone 47 2106-9100.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

SEMED - PORTARIA Nº 0245/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0245/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, SALETE BOSCHEN DA LUZ, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental- Anos Iniciais, na EMEF Pe Alberto Jacobs, a partir de 03/02/2016.

Em consequência, fica revogada a Portaria nº 075//2015 no que se refere a contratação do mesmo.

Jaraguá do Sul, 31 de maio de 2016.
ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0246/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0246/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, LUIZ FERREIRA DA LUZ, admitido em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental- Anos Iniciais, na EMEF Max Schubert, a partir de 03/02/2016.

Em consequência, fica revogada a Portaria nº 066//2015 no que se refere a contratação do mesmo.

Jaraguá do Sul, 31 de maio de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0247/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0247/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, FRANCISCA BARBOSA DA SILVA, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Auxiliar de Sala, no CMEI Jader Marcolla, a partir de 05/02/2016.

Em consequência, fica revogada a Portaria nº 117//2015 no que se refere a contratação do mesmo.

Jaraguá do Sul, 31 de maio de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0248/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0248/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 008/2013/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, RICARDO DEMARCHI, admitido em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental - Anos Finais, na Disciplina de Educação Física, na EMEF Albano Kanzler e na EMEF Ricieri Marcatto, a partir de 11/02/2016.

Em consequência, fica revogada a Portaria nº 051//2014 no que se refere a contratação do mesmo.

Jaraguá do Sul, 31 de maio de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0249/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0249/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, NEUCI RAMALHO LEVEK, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor do Ensino Fundamental na EMEF Santo Estêvão, a

partir de 11/02/2016.

Em consequência, fica revogada a Portaria nº 168/2015 no que se refere a contratação do mesmo.

Jaraguá do Sul, 31 de maio de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0250/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0250/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 001/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, LONI MARLICE KOCH, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Auxiliar de Sala no CMEI Apolônia Stählin, a partir de 12/02/2016.

Em consequência, fica revogada a Portaria nº 375/2015 no que se refere a contratação da mesma.

Jaraguá do Sul, 31 de maio de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0251/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0251/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 008/2013/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, FRANCIELE STEIN RONCHI, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental - Anos Finais, na Disciplina de Arte, na EMEF Waldemar Schmitz, a partir de 12/02/2016.

Em consequência, fica revogada a Portaria nº 257/2014 no que se refere a contratação do mesmo.

Jaraguá do Sul, 31 de maio de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0252/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0252/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, FABÍOLA OLIVEIRA DOS SANTOS ENGELMANN, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor de Ensino Fundamental - Anos Finais, na Disciplina de Português, na EMEF Jonas Alves de Souza, a partir de 18/02/2016.

Em consequência, fica revogada a Portaria nº 338/2015 no que se refere a contratação do mesmo.

Jaraguá do Sul, 31 de maio de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0253/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0253/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 003/2015/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, JEANE TERESA DE MORAES DE OLIVEIRA, admitida em Caráter

Temporário, para atuar como Intérprete de Libras na EMEF PROF Francisco Solamon, a partir de 22/02/2016.

Em consequência, fica revogada a Portaria nº 405/2015 no que se refere a contratação do mesmo.

Jaraguá do Sul, 31 de maio de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0254/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DIRETORIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR
--	---

PORTARIA Nº 0254/2016

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições subdelegadas pelo Decreto nº 9.112/2013, de 31 de janeiro de 2013, de acordo com o disposto na Lei Complementar Nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010 e Processo Seletivo Simplificado Unicamente com Base no Exame de Títulos, realizado através do Edital Nº 010/2014/SEMED/PMJS.

RESOLVE:

DISPENSAR A PEDIDO, nos termos do Artigo 10, inciso II, da Lei Complementar nº 102/2010, de 12 de novembro de 2010, ARLETE DA SILVA, admitida em Caráter Temporário, para atuar como Professor do Ensino Fundamental - Anos Iniciais na EMEF Santo Estêvão, a partir de 08/03/2016.

Em consequência, fica revogada a Portaria nº 172/2015 no que se refere a contratação do mesmo.

Jaraguá do Sul, 31 de maio de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0268/2016

PORTARIANº 0268/2016/Semed

ELSON QUIL CARDOZO, Secretário Municipal da Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o teor do Decreto Municipal Nº 8.539/2012, disciplinando a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa e nomeando servidores para comporem as duas Comissões criadas com a incumbência de apurar fatos tipificados pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores Sérgio Antônio de Tofel, matrícula 8448-4; Sônia Maria Roweder, matrícula 9057; e Cleonis Rosalia Tomazelli, matrícula 80161-5, Sindicância Administrativa Nº 002/2016, instaurada pela Portaria Nº 156/2016/ Semed, em desfavor das servidoras Denise Alice Tambosi; Laurici Clarice Kath Bortolini; Maria Aparecida Possamai Petry; Mariane do Rocio Peters Kravice; Fernanda Raulino; Ana Caroline Ramos Souza; Adriana Fugel Ruda; Karine Lima de Moraes;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 053/2016, datado de 01 de junho de 2016, e subscrito pelo Presidente da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE:

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 04/06/2016, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos afetos à Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria Nº 0156/2016/Semed, de 05 de abril de 2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04/06/2016.

Jaraguá do Sul, 06 de junho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

SEMED - PORTARIA Nº 0269/2016

PORTARIANº 0269/2016/Semed

ELSON QUIL CARDOZO, Secretário Municipal da Educação, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO o teor do Decreto Municipal Nº 8.539/2012, disciplinando a Comissão Permanente de Sindicância Administrativa e nomeando servidores para comporem as duas Comissões criadas com a incumbência de apurar fatos tipificados pelo Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores Sérgio Antônio de Tofel, matrícula 8448-4; Sônia Maria Roweder, matrícula 9057; e Cleonis Rosalia Tomazelli, matrícula 80161-5, Sindicância Administrativa Nº 006/2016, instaurada pela Portaria Nº 211/2016/ Semed, em desfavor da servidora Thais Lenz Pszybalski;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 052/2016, datado de 01 de junho de 2016, e subscrito pelo Presidente da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 30 (trinta) dias;

RESOLVE:

Art.1º Fica prorrogado, a partir de 25/05/2016, por mais 30 (trinta) dias, o prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos afetos à Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, instaurada pela Portaria Nº 0211/2016/Semed, de 25 de abril de 2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 25/05/2016.

Jaraguá do Sul, 06 de junho de 2016.

ELSON QUIL CARDOZO
Secretário Municipal da Educação

Joaçaba

PREFEITURA

EXTRATO PP 10/2016/FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS

JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº14/2016/FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2016/FMS

Objeto: Aquisição de 01 (um) veículo tipo van, novo, zero quilômetro, ano/modelo 2016, destinado ao atendimento dos programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Joaçaba, SC. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Data da abertura: Dia 23/06/2016, a partir das 14 horas, na sala do Setor de Compras e Licitações, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14 horas do dia 23/06/2016, no Setor de Compras e Licitações. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa – Setor de Compras e Licitações, na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8805 / 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 06 de junho de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PAULA GIOVANA KLEBER - Secretária

HOMOLOG PL 42/2016 PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 42/2016/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2016/PMJ

O Secretário de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação

ALTEVIR DA CÁS, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 42/2016/PMJ.

- Modalidade: PP 28/2016/PMJ.

Objeto: o Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 21.500,00 m³ (vinte e um mil e quinhentos metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior e a pavimentação e conservação de vias públicas do Município de Joaçaba, bem como, a prestação de serviços agrícolas (nos termos da Lei nº 4684/2016).

-Empresas Vencedoras:

AVELINO BORSOI

VALOR R\$ 6.475,00

EDEMAR ORIDES BILIBIO

VALOR R\$ 6.475,00

JOVELINO DE MARCO

VALOR R\$ 6.475,00

LUIZ CARDOSO DA SILVA

VALOR R\$ 6.475,00

MARLENE APARECIDA LAGNI HOLLERWEGER

VALOR R\$ 10.360,00

NELSON BALDISSERA

VALOR R\$ 6.475,00

SADY ZAGO

VALOR R\$ 6.475,00

SILVESTRE SYCHOSKI

VALOR R\$ 6.475,00

FISCAL: JOSE MARTINS E VALDECIR VALENTIN DAROLD

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 03 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Secretário de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação.

ALTEVIR DA CAS

RESOLUÇÃO Nº 03 - CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RESOLUÇÃO Nº 03, de 10 de maio de 2016

Aprova roteiro com os critérios mínimos que devem compor a estrutura organizacional dos Projetos Político Pedagógicos das Unidades Escolares da rede pública municipal de Joaçaba.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 3º do Regimento Interno deste Conselho, e o deliberado na Reunião Ordinária do dia 10 de maio de 2016, pelo Parecer nº 03/2016,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o roteiro com os critérios mínimos que devem compor a estrutura organizacional dos Projetos Político Pedagógico das Unidades Escolares da rede municipal de Joaçaba.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a fevereiro de 2015.

Joaçaba-SC, 10 de maio de 2016.

Ricardo Marcelo de Menezes

Presidente do Conselho Municipal de Educação

ATA 14/2016 PMJ

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016

Número do Registro de Preços: 14/2016		Data do Registro: 03/06/2016		Válido até: 03/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 21.500,00 m³ (vinte e um mil e quinhentos metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior e a pavimentação e conservação de vias públicas do Município de Joaçaba, bem como, a pr							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

1	Material pétreo de cascalheira localizada na Zona 01 Abrangência: " Linha Pato Roxo Baixo " Linha Santo Antonio do Caraguatá " Linha Nossa Senhora das Graças (baixo)	M3	SADY ZAGO (7473)		0	2.5900	1
2	Material pétreo de cascalheira localizada na Zona 02 Abrangência: " Linha Vieceli " Linha Borgaro " Km 16	M3	Nelson Baldissera (11615)		0	2.5900	1
3	Material pétreo de cascalheira localizada na Zona 03 Abrangência: " Linha Abatti / Nossa Senhora de Lourdes " Km 20 " Linha Santa Clara	M3	LUIZ CARDOSO DA SILVA (10509)		0	2.5900	1
4	Material pétreo de cascalheira localizada na Zona 04 Abrangência: " Vila Santa Helena " Linha Santa Lúcia	M3	Jovelino de Marco (11454)		0	2.5900	1
5	Material pétreo de cascalheira localizada na Zona 05 Abrangência: " Linha Ferreirinha " Linha Antinha	M3	EDEMAR ORIDES BILUBIO (11072)		0	2.5900	1
6	Material pétreo de cascalheira localizada na Zona 06 Abrangência: " Linha Bonitinha " Linha Duas Casas " São Brás	M3	AVELINO BORSOI (10987)		0	2.5900	1

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016

Número do Registro de Preços: 14/2016		Data do Registro: 03/06/2016		Válido até: 03/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 21.500,00 m³ (vinte e um mil e quinhentos metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior e a pavimentação e conservação de vias públicas do Município de Joaçaba, bem como, a pr							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
7	Material pétreo de cascalheira localizada na Zona 07 Abrangência: " Linha do Alto Tigre " Linha Tigre " Linha Alto Rochedo	M3	SILVESTRE SYCHOSKI (11071)		0	2,5900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 3/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016

Número do Registro de Preços: 14/2016		Data do Registro: 03/06/2016		Válido até: 03/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 21.500,00 m³ (vinte e um mil e quinhentos metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior e a pavimentação e conservação de vias públicas do Município de Joaçaba, bem como, a pr							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Material pétreo de cascalheira localizada na Zona 08 Abrangência: " Santa Clara Alta " Santa Clara Baixa	M3	Marlene Aparecida Lagni Hollerweger (11614)		0	2.5900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 14/2016

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 14/2016		Data do Registro: 03/06/2016		Válido até: 03/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando eventuais requisições futuras de material pétreo, com volume total estimado de 21.500,00 m³ (vinte e um mil e quinhentos metros cúbicos), destinado à manutenção das estradas do interior e a pavimentação e conservação de vias públicas do Município de Joaçaba, bem como, a pr							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2016
PROCESSO Nº 42/2016

- (7473) - SADY ZAGO
- (10509) - LUIZ CARDOSO DA SILVA
- (10987) - AVELINO BORSOI
- (11071) - SILVESTRE SYCHOSKI
- (11072) - EDEMAR ORIDES BILIBIO
- (11454) - Jovelino de Marco
- (11614) - Marlene Aparecida Lagni Hollerweger
- (11615) - Nelson Baldissera

Joaçaba, 3 de Junho de 2016.

HOMOLOGAÇÃO PL 30/2016/PMJ - CC 2/2016/PMJ

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA	CONCORRÊNCIA Nr.: 2/2016 - CC
CNPJ: 82.939.380/0001-99 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 31/2016 Processo de Licitação: 30/2016 Data do Processo: 25/04/2016
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 30/2016
b) Licitação Nr.: 2/2016-CC
c) Modalidade: Concorrência p/ Compras e Serviços
d) Data Homologação: 06/06/2016
e) Data da Adjudicação: 06/06/2016 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Permissão para o exercício do comércio ambulante contínuo de alimentos, em logradouros públicos no Município de Joaçaba.

		(em Reais R\$)			
g) Fornecedores e Itens Vencedores:		Unid.	Qtidade	Descto (%)	Preço Unitário Total do Item
<u>Claudete Aparecida da Silva (11620)</u>					
2 PONTO 2 - Avenida Barão do Rio Branco - em frente ao nº 149	VM	1,00	0,0000	350,00	350,00
Total do Fornecedor:					350,00
<u>Eliane Sufredini Alves (11619)</u>					
1 PONTO 1 - AVENIDA XV DE NOVEMBRO - EM FRENTE AO Nº 779 - COMÉRCIO AMBULANTE CONTÍNUO ALIMENTOS.	VM	1,00	0,0000	400,00	400,00
Total do Fornecedor:					400,00
Total Geral:					750,00

Joaçaba, 6 de Junho de 2016.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

CONCORRÊNCIA**Nr.: 2/2016 - CC**

Processo Administrativo: 31/2016

Processo de Licitação: 30/2016

Data do Processo: 25/04/2016

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Joaçaba, 6 de Junho de 2016.

RESPONSÁVEL PELA PASTA (carimbo e assin.)

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA 005/2016 - DIÁRIO CATARINENSE**

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 009/2016
DISPENSA NR. 005/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor JUCELINO JORGE FERRAZ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nr. 8.666/1993, torna pública a DISPENSA DE LICITAÇÃO referente à assinatura comercial semestral do jornal diário impresso denominado "Diário Catarinense", com entrega de segunda a sexta-feira na Câmara de Vereadores de Joaçaba - SC.

FORNECEDOR: RBS – ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A.

VALOR: R\$ 414,00 (quatrocentos e quatorze reais).

FUNDAMENTO LEGAL: artigo 24, inciso II da Lei n.º 8.666/1993.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas provenientes da execução desta dispensa correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária: CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA 01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00.00–MANUTENÇÃO DO PODER LEGISLATIVO COMPLEM.: 3.3.90.39.01.00.00.00 FONTE DE RECURSOS: 1001 – RECURSOS ORDINÁRIOS.

Joaçaba (SC), 06 de junho de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara de Vereadores de Joaçaba

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Licitações

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PP 003/2016

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
PROCESSO DE LICITAÇÃO NR. 007/2016
PREGÃO PRESENCIAL NR. 003/2016

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente, Senhor JUCELINO JORGE FERRAZ, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei nr. 8.666/1993 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve HOMOLOGAR a presente licitação nos seguintes termos:

Processo de licitação nr.: 007/2016.

Pregão presencial nr.: 003/2016.

Data da homologação: 06/06/2016.

Objeto da licitação: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente, informática e afins destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.

Fornecedores e valores:

a) CONCÓRDIA SISTEMAS LTDA – EPP: R\$ 1.195,00 (hum mil, cento e noventa e cinco reais);

b) FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA – EPP: R\$ 12.195,00 (doze mil, cento e noventa e cinco reais);

c) MAXI MÓVEIS E PAPELARIA LTDA – ME: R\$ 37.236,10 (trinta e sete mil, duzentos e trinta e seis reais e dez centavos);

d) ROBERTO TESSARO & CIA LTDA – EPP: R\$ 9.057,11 (nove mil, cinquenta e sete reais e onze centavos).

Joaçaba (SC), 06 de junho de 2016.

JUCELINO JORGE FERRAZ

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

CAMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Licitações

ATA REGISTRO PREÇOS - PP 003/2016

Página: 1/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 06/06/2016		Válido até: 06/06/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente, informática e afins destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
1	Adaptador wireless conexão USB; velocidade 300 Mbps.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	TP Link	0	47,0000	1	
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	TP-LINK	0	81,3300	2	
2	Alicate de bico: cabo emborrachado; acabamento acetinado por banho de níquel contra oxidação; empunhadura revestida em PVC, com isolação para trabalhos.	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MULTILASER	0	24,1600	1	
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	Vonder	0	39,0000	2	
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	HIKARI	0	40,0000	3	
3	Alicate de corte diagonal: forjados em aço carbono; cabos revestidos em PVC.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	Vonder	0	35,0000	1	
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	HIKARI	0	40,8300	2	
4	Alicate de crimpar: conectores compatíveis RJ11 e RJ45; deve possuir desencapador de cabos e catraca.	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MULTILASER	0	39,8000	1	
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	KIX	0	49,0000	2	
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	TDA	0	51,8700	3	
5	Antena para TV digital: Canais: UHF: canais 14 ao 69 e compatível com o Sinal Digital; VHF: canais 2 ao 6, 7 ao 13; Frequência: FM 88 a 108Mhz; Impedância 75 Ohms; Peso: 450g; Tipo: interna/externa; Dimensões: 14x23x5,5cm (A x L x P).	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	Intelbras	0	85,0000	1	
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	AQUARIUM	0	87,0000	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 2/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2016			Data do Registro: 06/06/2016		Válido até: 06/06/2017		
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente, informática e afins destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Antivírus servidor compatível com Windows Server Standard 2012 R2 64 bit; recursos mínimos: antivírus, anti-malware e firewall; licença: 01 ano com suporte técnico.	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	WINDOS	0	829,0000	1
7	Ar condicionado: capacidade de refrigeração de 18000btu's; modos de operação resfriar, aquecer, desumidificar, ventilar e automático; filtro antibacteriano e antifúngico; controle de temperatura e ventilação; controle com display LCD; tensão 220 V. * instalação: consiste na remoção do ar condicionado instalado na sala de informática, instalação deste na copa e instalação do ar condicionado novo na sala de informática.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	Komeco	0	3.050,0000	1
8	Cabo de áudio com 01 conector P2; 01 conector P10; tamanho: 25m.	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MULTILASER	0	119,0000	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	KNUP	0	120,0000	2
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	CIRILO CABO	0	129,1100	3
9	Cabo hdmi 05 metros.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	KNUP	0	31,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MULTILASER	0	35,0000	2
10	Caneta Esferográfica 1.0, com: - Ponta de aço com esfera de Tungstênio - Retrátil - Grip em borracha macia - Esfera de 1,0mm (média) - Corpo fumê - Cores: preta, azul e vermelha - Caixa com 12 unidades	CX	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	Compactor	0	29,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	PILOT	0	42,0000	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Página: 3/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 06/06/2016		Válido até: 06/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente, informática e afins destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

11	Chave de fenda simples 1/4"x12".	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	IREL	0	17,0000	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	Vonder	0	18,0000	2
12	Chave de fenda simples 1/8"x6".	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	IREL	0	6,5000	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	Vonder	0	9,0000	2
13	Chaves de fenda cruzada (Philips) 1/8"x6".	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	IREL	0	8,0000	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	Vonder	0	11,0000	2
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	GEDORE	0	57,4000	3
14	Chaves de fenda cruzada (Philips) 3/16"x4".	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	IREL	0	9,0000	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	Vonder	0	13,0000	2
15	Chaves de fenda cruzada (Philips) 3/8"x8".	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	IREL	0	19,0000	1
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	GEDORE	0	19,3200	2
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	Vonder	0	32,0000	3
16	Coador de café de malha - 1,40 mm	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MARKSON	0	8,8000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Página: 4/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 06/06/2016		Válido até: 06/06/2017				
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente, informática e afins destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.								
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)		0	12,0000	2	
17	Computador Desktop. Processador: frequência mínima 3.6 GHz; cache 3MB; Dual Core; Memória RAM: capacidade 8GB; tipo DDR3; Disco rígido: capacidade 1TB; conexão SATA 2; Unidade ótica: DVD/RW, conexão SATA; Fonte: 230W (Real) ou superior; Placa mãe: som/vídeo/rede: onboard, rede 10/100/1000, 04 conectores SATA ou mais; Gabinete: tipo ATX torre, 03 ou 04 baías, 02 USB frontais, entrada e saída de áudio frontais; Sistema Operacional Windows 10 PRO 64 bit; Office Home and Business 2016; Monitor: tela de 18.5" antirreflexo, iluminação LED, resolução 1366x768 (HD); Mouse: conexão USB, resolução mínima 800dpi; Teclado: conexão USB, padrão ABNT 2, teclas silenciosas; Cor: preta.	1	FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (717)	OEM WiseCas	0	2.439,0000	1	
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	WISECASE	0	2.440,0000	2	
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	PAUTA	0	2.619,1200	3	
18	Desumidificador de papel: tipo de papel: A4; capacidade: 600 folhas (ou superior); tensão de alimentação: 220v ou bivolt.	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MENNO	0	190,0000	1	
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	MENNO	0	199,0000	2	
19	Fone de ouvido: tipo headphone; conectividade P2; potência 1000 mW; impedância 24 ohm a 1kHz; sensibilidade 102 dB/mW; resposta da frequência 12Hz - 22,000Hz; plugue de fone alto-falante Mini plug estéreo em formato de L, driver unit 30mm.	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MULTILASER	0	55,0000	1	
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	C3 TECH	0	90,0000	2	
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	SONY	0	251,3400	3	
20	Fonte para computador ATX: potência mínima de 200W; tensão 110/220V; mínimo de 02 conectores SATA.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	WISECASE	0	51,0000	1	
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MULTILASER	0	52,0000	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 5/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 06/06/2016		Válido até: 06/06/2017		Objeto da Compra: Registro para a aquisição eventual e futura de material de expediente, informática e afins destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	WISECASE	0	58,5400	3		
21	Fonte para notebook: tensão 19V; corrente 3.42A; compatível com emachines e 732.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	INFOKIT	0	59,0000	1		
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	KYNGSTON	0	80,0000	2		
22	Garrafa térmica com corpo externo em polipropileno, capacidade da ampola de 1,8l, pressão pump, com alça em polipropileno.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	MOR	0	40,5000	1		
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	MOR	0	40,9000	2		
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MOR	0	42,0000	3		
23	HD externo: capacidade 500GB; conexão USB 3.0; cor preta.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	HITACHI	0	256,0000	1		
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	SEAGATE	0	257,0000	2		
24	HD para computador: capacidade 500 GB; conexão Sata 2.	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	VISION	0	220,0000	1		
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	SEAGATE	0	275,0000	2		
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	SEAGATE	0	297,3400	3		
25	HD para notebook: capacidade 500 GB; conexão: Sata.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	SEAGATE	0	265,0000	1		
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	TOSHIBA	0	330,0000	2		

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Página: 6/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 06/06/2016		Válido até: 06/06/2017		Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente, informática e afins destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)		0	340,0000	3	
26	Impresso encadernado do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Joaçaba, com as seguintes especificações: capa colorida, texto interno em duas colunas, preto e branco, com 101 páginas, encadernamento tipo livro, tamanho aprox. 21,5x15,5cm. Acabamento de bloco, grampear.	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	GRAFICA ICL	0	7,0000	1	
27	Impressora multifuncional: jato de tinta; sistema de impressão: colorido; reservatório de tinta de 70 ml; resolução máxima de 5760x1440 dpi; conexão USB e WIFI; cor preta; compatibilidade com Windows 7, 8, 8.1, 10 (32 e 64 bit).	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	EPSON	0	1,085,0000	1	
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	EPSON TANQ	0	1,089,0000	2	
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	EPSON	0	1,168,5000	3	
28	Leitor de código de barras: fonte de luz diodo laser visível (650 nm) +/- 10nm; tecnologia de leitura varredura única de linha - laser; resolução 3 Mlis; conexão USB.	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MULTILASER	0	229,0000	1	
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	FEASSO	0	230,0000	2	
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	FEASSO	0	281,2000	3	
29	Limpa contato aerossol 300ml.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	KN	0	49,0000	1	
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	NOBRE	0	55,0000	2	
30	Memória para notebook: conexão DDR2; 800 MHz; capacidade 2 GB.	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MULTILASER	0	90,0000	1	
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	MARKVISION	0	104,0000	2	

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 7/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 06/06/2016		Válido até: 06/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente, informática e afins destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

31	Memória para notebook: conexão DDR3; 1333 MHz; capacidade 4 GB.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	KINGSTON	0	190,0000	3
32	Memória RAM para computador: conexão DDR2; 800 MHz; capacidade 2 GB.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	KINGSTON	0	119,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MULTILASER	0	119,5000	2
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	KINGSTON	0	128,7500	3
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	KINGSTON	0	175,0000	1
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	KINGSTON	0	176,0000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MULTILASER	0	197,0000	3
33	Memória RAM para computador: conexão DDR3; 1333 MHz; capacidade 4 GB.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	KINGSTON	0	130,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MULTILASSR	0	139,0000	2
34	Mexedor plástico para café - embalagem com 500 unidades.	PCT	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	NOBRE	0	8,5300	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	MELITA	0	19,0000	2
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	PASTFOOD	0	31,0000	3
35	Mouse: conexão USB; resolução mínima 1000dpi; cor preta.	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MULTILASER	0	11,0000	1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Página: 8/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 06/06/2016		Válido até: 06/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente, informática e afins destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

36	Nobreak: potência 600 VA; tensão de entrada 220V; tensão de saída 110V; tomadas: 04 compatíveis com a NBR 14136 10A/250V - pino de 4mm de diâmetro; bateria: quantidade: 01, tensão: 12V, corrente: 7A; cor: preta.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	PISC	0	15.0000	2
			CONCORDIA SISTEMAS LTDA - EPP (718)	T/S-Shara	0	239,0000	1
			FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (717)	RagTech	0	279,0000	2
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	ENERGILUX	0	279,0000	3
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	ENERGYLUX	0	327,8700	4
37	Notebook: Tela: 15,6", resolução mínima 1366x768 (HD), iluminação LED; Processador: frequência mínima 2,5 GHz, cache 3 MB; Memória RAM: 8GB; HD: 1 TB; Teclado: deve possuir teclado numérico; Sistema operacional Windows 10 PRO 64 bit; Office Home and Business 2016.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	LENOVO	0	3.060,0000	1
			CONCORDIA SISTEMAS LTDA - EPP (718)	Dell Inspiron 15	0	3.090,0000	2
			FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (717)	Acer	0	3.130,0000	3
38	Office versão Home and Business 2016.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	MICROSOFT	0	483,0000	1
			FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - EPP (717)	Microsoft	0	484,0000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MICROSOFT	0	490,0000	3
			CONCORDIA SISTEMAS LTDA - EPP (718)	Microsoft Office	0	499,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA

Página: 9/12

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 06/06/2016		Válido até: 06/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente, informática e afins destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	MICROSOFT	0	675,0000	5
39	Pasta térmica 15g.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	CDA	0	4,8000	1
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	CDA	0	5,2000	2
40	Pen drive: capacidade 8 GB; conexão USB 2.0 ou superior.	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MULTILASER	0	17,0000	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	SANDISK	0	17,1000	2
41	Porta copo descartável loop preto 50ml; em polipropileno; pacote com 12un.	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	COLUMBUS	0	17,0000	1
			MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	GUARANY	0	24,0000	2
42	Roteador: velocidade 300Mbps; interface 04 portas LAN e 01 porta WAN; padrões: IEEE 802.11n, IEEE 802.11g, IEEE 802.11b; antenas: 03 onidirecionais.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	TP LINK	0	110,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MULTILASER	0	119,0000	2
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	TP-LINK	0	154,6700	3
43	Serviço de encadernação tipo mola - tamanho A4 (com capa e contra capa em PVC transparente e espiral de plástico incluídos) até 500 folhas.	1	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	DINAMICA	0	9,0000	1
44	Suporte de teto para projetor, compatível com LG BE320 SD.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	MULTIFORMA	0	98,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	VISOGRAPH	0	158,0000	2

Página: 10/12

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 06/06/2016		Válido até: 06/06/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente, informática e afins destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
45	Teclado: conexão USB; padrão ABNT 2; teclas silenciosas; cor preta.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	PISC	0	23.5000	1
			L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME (672)	NEWLINK	0	23.8800	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MULTILASER	0	26.5200	3
46	Windows 10 versão PRO 64 bit.	1	MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME (712)	MICROSOFT	0	690.0000	1

Página: 11/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 06/06/2016		Válido até: 06/06/2017			
Objeto da Compra:		Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente, informática e afins destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP (667)	MICROSOFT	0	735,0000	2

Página: 12/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 2/2016		Data do Registro: 06/06/2016		Válido até: 06/06/2017			
Objeto da Compra: Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de material de expediente, informática e afins destinados à manutenção das atividades da Câmara de Vereadores de Joaçaba, em conformidade com as especificações do Edital e seus anexos.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 2/2016
PROCESSO N º 7/2016

- (667) - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA EPP
- (672) - L.A. CN INFORMATICA LTDA - ME
- (712) - MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA - ME
- (717) - FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA - EPP
- (718) - CONCORDIA SISTEMAS LTDA - EPP

Joaçaba, 6 de Junho de 2016.

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 169/2016**

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 169/2016 DE 03.06.2016

Paulo Cesar Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Reginaldo da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Operações, enquadrado no P-2, N-1, Ref. G-2, sob nº da CNH 02405974571 ,para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a dirigir o veículo Fiat Doblo Placa MCI 9064 do Setor de Manutenção de Eletromecânica, a partir de 03 de Junho de 2016, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB. O atendimento a lei complementar 313/2015 que trata das atividades do condutor de veículos.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 03 de Junho de 2016.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Adjunto

PORTARIA JHL 170/2016

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 170/2016 DE 03.06.2016

Paulo Cesar Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Destituir, o servidor Edson Rodrigo Besbati, sob nº da CNH 02036049404 ocupante do cargo de Mecânico de Manutenção, P-4, N-1, Ref. D-1, da Função de Condutor do veículo conforme Portaria JHL 214/2015 de 10.09.2015

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 03 de junho de 2016.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Adjunto

PORTARIA JHL 172/2016

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 172/2016 DE 03.06.2016

Paulo Cesar Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Alcimar dos Santos, ocupante do cargo de Agente Administrativo, enquadrado no P-3, N-1, Ref.A, sob nº da CNH 06489243205, para exercer a atividade de Condutor de Veículo da Autarquia, estando autorizado a pilotar a motocicleta Honda Brós Placa MMD - 7522 no período de 06.06.2016 à 25.06.2016, por motivo de Férias do titular, que será exercida cumulativamente com as atribuições de seu cargo, fazendo jus à um Adicional de 20% (vinte por cento) tendo por base de cálculo a Referência "A", do Nível 1, do Padrão 4, cujo adicional será pago juntamente com os vencimentos de seu cargo, de acordo com Art.36 da Lei Complementar 193 de 06/09/10, proporcional aos dias trabalhados.

Art. 2º- O servidor designado como condutor é responsável pela locomoção de servidores em serviço e no transporte de materiais/equipamentos devendo observar todas as regras do Código de Trânsito Brasileiro – CTB. O atendimento a lei complementar 313/2015 que trata das atividades do condutor de veículos.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 06 de junho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 03 de junho de 2016.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Adjunto

PORTARIA JHL 173/2016

PORTARIA SIMAE JHL Nº – 173/2016 DE 03.06.2016

Paulo Cesar Lamin, Diretor Adjunto do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- ENQUADRAR, o servidor Alcimar dos Santos ao adicional de periculosidade - 30% no período de 06.06.2016 à 25.06.2016 por motivo de férias do titular, tendo por base de cálculo o vencimento da Referência "A", do Nível 01, do Padrão correspondente ao seu cargo de lotação, com base no LTCAT - Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho e nos Artigos 10º, 11º, 13º da Lei Complementar 193/2010 de 06.09.2010 e no Decreto nº 3661/2010 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art.2º- O direito do servidor ao adicional de periculosidade cessará com a eliminação do risco à sua saúde ou integridade física, comprovado por laudo e perícias técnicas específicas, determinados pela administração do SIMAE.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor a partir de 06 de junho de 2016, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 03 de junho de 2016.

Paulo Cesar Lamin

Diretor Adjunto

Lages

PREFEITURA

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO A ARP 09/2015 STARMED SMS

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO: 1º TERMO ADITIVO A
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2015

PROCESSO Nº 46/205

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para Aquisição de Materiais de Enfermagem para unidades de Saúde e pronto atendimento da Secretaria Municipal da Saúde de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo I do Edital Correlato.

STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA – CNPJ 02.223.342/0001-04 – RUA BENJAMIN ANTO ANSAI, 180 – NOVO MUNODO CURITIBA/PR CEP 81.030-490.

Conforme solicitação de reajuste, postulada pela empresa, proc. Adm. Nº 5579/2016, com anuência da Secretaria da Fazenda nº 132/2016 e com parecer Jurídico Favorável, nº 461/2016, fica reajustado os itens abaixo:

ITEM 09 - AGULHA DESC. 30x7: Passando De R\$0,05 (Cinco Centavos) Para R\$ 0,06 (Seis Centavos), Reajuste De 20%;

ITEM 11 - AGULHA DESC. 40x12: Passando de R\$ 0,05 (cinco centavos), Para R\$ 0,06 (seis Centavos), reajuste de 20%;

ITEM 43 – BOLSA COLETORA DE URINA SISTEMA FECHADO; Passando de R\$ 1,95 (um real e noventa e cinco centavos), Para R\$ 2,43 (dois reais e quarenta e seis centavos), reajuste de 24,61%;

ITEM 98 – ELETRODO DESC. ADULTO PCT COM 50 UND.: Passando de R\$ 9,40 (nove e quarenta), Para R\$ 11,75 (onze reais e setenta e cinco centavos), reajuste de 25%;

ITEM 164 – LAMINA PARA CABO DE BISTURI Nº 24: Passando de R\$ 12,66 (doze reais e sessenta e seis centavos), Para R\$ 15,82 (quinze reais e oitenta e dois centavos), reajuste de 24,96%;

ITEM 165 – LAMINA PARA CABO DE BISTURI Nº 10: Passando de R\$ 12,66 (doze reais e sessenta e seis centavos), Para R\$ 15,82 (quinze reais e oitenta e dois centavos), reajuste de 24,96%;

ITEM 166 – LAMINA PARA CABO DE BISTURI Nº 11: Passando de R\$ 12,66 (doze reais e sessenta e seis centavos), Para R\$ 15,82 (quinze reais e oitenta e dois centavos), reajuste de 24,96%;

ITEM 167 – LAMINA PARA CABO DE BISTURI Nº 12: Passando de R\$ 12,66 (doze reais e sessenta e seis centavos), Para R\$ 15,82 (quinze reais e oitenta e dois centavos), reajuste de 24,96%;

ITEM 168 – LAMINA PARA CABO DE BISTURI Nº 15: Passando de R\$ 12,66 (doze reais e sessenta e seis centavos), Para R\$ 15,82 (quinze reais e oitenta e dois centavos), reajuste de 24,96%;

ITEM 169 – LAMINA PARA CABO DE BISTURI Nº 20: Passando de R\$ 12,66 (doze reais e sessenta e seis centavos), Para R\$ 15,82 (quinze reais e oitenta e dois centavos), reajuste de 24,96%;

ITEM 173 – LANCETAS PARA COLETA DE SANGUE COM DISP. SEGURANÇA: Passando de R\$ 0,19 (dezenove centavos), Para R\$ 0,238 (vinte e três centavos e oito décimos de centavos), reajuste de 25,26%;

ITEM 177 – LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL TAMANHO 6,5: Passando de R\$ 0,77 (setenta e sete centavos), para R\$ 0,96 (noventa e seis centavos), reajuste de 24,67%;

ITEM 181 – LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL TAMANHO 8,5 Passando de R\$ 0,77 (setenta e sete centavos), para R\$ 0,96 (noventa e seis centavos), reajuste de 24,67%;

ITEM 192 – MASCARA CIRURGICA DESCARTÁVEL: Passando de R\$ 0,08 (oito centavos), Para R\$ 0,11 (onze Centavos), reajuste de 37,50%;

ITEM 267 – SONDA FOLEY 2 Nº 16: Passando de R\$ 1,78 (um real e setenta e oito centavos), Para R\$ 2,22 (dois reais e vinte e dois centavos), reajuste de 24,71%;

ITEM 268 – SONDA FOLEY 2 Nº 18: Passando de R\$ 1,78 (um real e setenta e oito centavos), Para R\$ 2,22 (dois reais e vinte e dois centavos), reajuste de 24,71%;

ITEM 269 – SONDA FOLEY 2 Nº 20: Passando de R\$ 1,78 (um real e setenta e oito centavos), Para R\$ 2,22 (dois reais e vinte e dois centavos), reajuste de 24,71%;

ITEM 270 – SONDA FOLEY 2 Nº 22: Passando de R\$ 1,78 (um real e setenta e oito centavos), Para R\$ 2,22 (dois reais e vinte e dois centavos), reajuste de 24,71%;

ITEM 298 – TUBO ENDOTRAQUIAL COM BASTÃO Nº 6,0: Passando de R\$ 2,26 (dois reais e vinte e seis centavos), Para R\$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos), reajuste de 24,78%;

ITEM 299 – TUBO ENDOTRAQUIAL COM BASTÃO Nº 6,5: Passando de R\$ 2,26 (dois reais e vinte e seis centavos), Para R\$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos), reajuste de 24,78%;

ITEM 300 – TUBO ENDOTRAQUIAL COM BASTÃO Nº 7,0: Passando de R\$ 2,26 (dois reais e vinte e seis centavos), Para R\$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos), reajuste de 24,78%;

ITEM 301 – TUBO ENDOTRAQUIAL COM BASTÃO Nº 7,5: Passando de R\$ 2,26 (dois reais e vinte e seis centavos), Para R\$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos), reajuste de 24,78%;

ITEM 302 – TUBO ENDOTRAQUIAL COM BASTÃO Nº 8,0: Passando de R\$ 2,26 (dois reais e vinte e seis centavos), Para R\$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos), reajuste de 24,78%;

ITEM 303 – TUBO ENDOTRAQUIAL COM BASTÃO Nº 8,5: Passando de R\$ 2,26 (dois reais e vinte e seis centavos), Para R\$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos), reajuste de 24,78%;

ITEM 304 – TUBO ENDOTRAQUIAL COM BASTÃO Nº 9,0: Passando de R\$ 2,26 (dois reais e vinte e seis centavos), Para R\$ 2,82 (dois reais e oitenta e dois centavos), reajuste de 24,78%;

As demais cláusulas e condições do contrato ora aditado permanecem em vigor.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 03 vias de igual teor e forma, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Prefeito Municipal

Elizeu Mattos

EXTRATO ARP 15/2016 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PÚBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 15/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016

PROCESSO Nº 24/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Aquisição de Meio Fio de concreto para uso em diversos serviços de manutenção da SEMASA. Conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLÁUSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA MUNICIPAL DE AGUAS E SANEAMENTO - SEMASA, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em

igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O Valor registrado é de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo:
LEÃO INDUSTRIA CONSTRUTORA LTDA INSCRITA NO CNPJ N.º 07.302396/0001-70, COM SEDE RUA VALDOMIRO KOECHE, 320 – GETHAL – LAGE/SC CEP 88.520-450.

Lages, 24 de MAIO de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 50/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 44/2016

PROCESSO Nº 72/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços “por hora cheia trabalhada,” de Retroescavadeira com carregadeira sobre Pneus mínimo de 75 HP com conversor de torque, 4x4, incluindo manutenção/operação e combustível, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS, não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na tabela abaixo, de acordo com a respectiva classificação no Pregão nº 44/2016.

O valor registrado é de R\$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais), sendo:

MARCIA DA CUNHA VENTURA EPP INSCRITA NO CNPJ SOB N.º 04.498.706/0001-86, COM ENDEREÇO A RUA JUCELINO KUBST-CHEK DE OLIVEIRA, 2510 – BAIRRO MARIA LUIZA, CEP 88.519-400 – LAGES/SC

Lages, 24 de maio de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 51-A/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 51-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2016

PROCESSO Nº 78/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aquisição de Material Hospitalar para as Atividades de Atendimento Pré Hospitalar do 5º Batalhão de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 1.538,63 (um mil quinhentos e trinta e oito reais e sessenta e três centavos), sendo:

ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA, INSCRITA NO CNPJ: 00.802002/0001-02 COM SEDE A ESTRADA BOA ESPERANÇA, 2320 – FUNDO CANOAS CEP 89.163-554 – RIO DO SUL/SC Lages, 31 de maio de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 51-B/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 51-B/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2016

PROCESSO Nº 78/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aquisição de Material Hospitalar para as Atividades de Atendimento Pré Hospitalar do 5º Batalhão de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 9.832,65 (nove mil oitocentos e trinta e dois reais e sessenta e cinco centavos), sendo:

MF DE ALMEIDA & CIA LTDA - EPP, INSCRITA NO CNPJ: 11.840.546/0001-77 COM SEDE A RUA SEBASTIÃO FURTADO, 101, CENTRO – CEP 88.501-140 – LAGES/SC.

Lages, 31 de maio de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 51-C/2016 PML

O MUNICIPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:

ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 51-C/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2016

PROCESSO Nº 78/2016

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aquisição de Material Hospitalar para as Atividades de Atendimento Pré Hospitalar do 5º Batalhão de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 10.926,04 (dez mil novecentos e vinte e seis reais e quatro centavos), sendo:

METROMED COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB N. 83.157.032/0001-22, SEDIADA A ESTRADA DA BOA ESPERANÇA, 1918 – FUNDO CANOAS – RIO

DO SUL/SC, CEP 89.163-920.
Lages, 31 de maio de 2016.
Elizeu Mattos
Prefeito Municipal

EXTRATO ARP 51-D/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES TORNA PUBLICO:
ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 51-D/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2016
PROCESSO Nº 78/2016
VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aquisição de Material Hospitalar para as Atividades de Atendimento Pré Hospitalar do 5º Batalhão de Bombeiros Militar de Lages, em conformidade com as especificações prescritas no Anexo II – Termo de Referência, que passa a fazer parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA II – DA VALIDADE DOS PREÇOS

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, a PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES/ FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS não será obrigada a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do Registro preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLAÚSULA IV – DOS PREÇOS

O valor registrado é de R\$ 11.294,46 (onze mil duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos), sendo:

SERMEDICAL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - EPP, INSCRITA NO CNPJ SOB N. 93.726.446/0001-89, SEDIADA A RUA ADELINO BOSCHETTI MATEUS, 805 – PICADAS DO SUL – SÃO JOSÉ/SC, CEP 88.106-120.

Lages, 31 de maio de 2016.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 13/2016 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 13/2016 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA EDEAL USINAGEM LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 12.480.799/0001-40, com Rua Dr. Blumenau Indaial/SC CEP 89.130.000.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 25/2016, correlato ao Pregão Presencial nº 22/2016.

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de Elos de Esteira para a Manutenção Corretiva das Correias da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto) Caça e Tiro, nesta cidade, conforme memorial descritivo, conforme as especificações constantes no termo de referência, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, Conta-se da data da assinatura do contrato até sua vigência que será até 31/12/2016.

2.3 De Entrega Incluindo o descarregamento em até 35(trinta e cinco) dias da(s) solicitação (oes) na ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), Rua Barão de Laguna S/N, bairro Caça e Tiro

CLAÚSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 158.000,64 (cento e cinquenta e oito mil reais e sessenta e quatro centavos).

Lages, 30 de maio de 2016.

Elizeu Mattos.
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 41/2016 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 41/2016 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC – CEP: 88.501.900.

CONTRATADA: CENTROSERRA CONVETION CENTER LTDA, inscrita no CNPJ n.º 95.826.335/0001-70. Com sede a Rua Luiz Gonzaga Proença, 445 – Universitário – Lages/SC. CEP 88.511-120.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 91/2016, correlato à Inexigibilidade 04/2016 homologada em 25/05/2016.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Locação de espaço para uso da Secretaria de Educação para Realização do 11º Congresso de Educação do Munic.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 Da Montagem, dia 27/07/2016 das 08:00h às 18:00h;

2.2 De Execução, nos dias 28/07/2016 e 29/07/2016, 75% + palco e acessórios (camarins, banheiros) e estacionamento;

2.3 da Desmontagem dia 30/07/2016

2.3 Do Contrato, do dia 27/07/2016 a 30/07/2016.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor a ser pago será de R\$ 35.960,00 (trinta e cinco mil novecentos e sessenta reais).

Lages, 06 junho de 2016

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 12/2016 SEMASA

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO: CONTRATO, N.º 12/2016 SEMASA

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO – SEMASA, inscrita no CNPJ sob n.º 05.532.421/0001-87, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages/SC.

CONTRATADA BLUMETERRA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA inscrita no CNPJ sob n.º 95.832.200/0001-17, com Rua Ari Barroso, 280 Blumenau/SC CEP 89.065-130.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 22/2016, correlato ao Pregão Presencial nº 19/2016.

CLAÚSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa de Engenharia, para destinação do lodo da ETE (Estação de Tratamento de Esgoto), Rua Barão de Laguna S/N, Bairro Caça e Tiro, conforme descritivo em anexo, conforme planilha de quantitativos no anexo II, parte integrante do Edital Correlato.

CLAÚSULA SEGUNDA – DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Presente Contrato;

2.2 De Execução, a contar da data da assinatura do Presente Contrato até 31/12/2016;

2.3 De Entrega(s), Em até (10) dias após análise dos serviços, mediante Certificado de Recepção de dejetos industriais, endereçado a SEMASA, aos cuidados do Responsável Técnico pelo acompanhamento e fiscalização, para efeito de vistorias, e da adequação do objeto as condições contratadas

CLAUSULA TERCEIRA – DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 90.000,00 (noventa mil reais).

Lages, 17 de maio de 2016.

Elizeu Mattos.

Prefeito Municipal

RERRATIFICAÇÃO Nº 02 TP 10-2016 PML**RERRATIFICAÇÃO Nº 02**

ASSUNTO: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 10/2016-PML
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL AUTÔNOMO NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL OU ARQUITETURA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA, ANÁLISE DE PROJETO DE PREVENÇÃO CONTRA INCÊNDIO, EMISSÃO DE PARECER TÉCNICO E VISTORIAS, NA SEÇÃO DE ATIVIDADES TÉCNICAS DO CORPO DE BOMBEIROS DE LAGES.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fizeram necessárias algumas alterações no Edital. As alterações encontram-se disponibilizadas no site: www.lages.sc.gov.br

Em consequência, adia-se a data de abertura da sessão, marcada para às 13:30 horas do dia 17/06/2016, para às 13:30 do dia 28/06/2016.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 06 de junho de 2016.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lajeado Grande

PREFEITURA

DECRETO Nº 027/2016 DE 18/05/2016 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 027/2016

De 18/05/2016

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES E ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALMIR LOCATELLI, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 5º da Lei Municipal nº 664/2015, de 08/12/2015.

DECRETA

Art. 1º - Ficam abertos créditos suplementares no Orçamento Geral do Município no presente Exercício, no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) conforme segue:

Órgão 08 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS
Unidade Orçamentária 0801 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS

Função 26 TRANSPORTE

Sub-função 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa 2601 ESTRADAS VICINAIS

Projeto/Atividade 2044 Manutenção das Atividades Rodoviárias

Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS

Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 25.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 1301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função 10 SAÚDE

Sub-função 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa 1001 SAÚDE COM QUALIDADE

Projeto/Atividade 2024 Manutenção das Atividades da Saúde

Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS

Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.02 R\$ 25.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO NESTE ARTIGO R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para cobertura dos créditos suplementares do Artigo anterior no montante de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), serão reduzidas as seguintes dotações orçamentárias.

Órgão 08 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS
Unidade Orçamentária 0801 SEC. MUNIC. DE TRANSP. OBRAS, SERV. URBANOS

Função 26 TRANSPORTE

Sub-função 782 TRANSPORTE RODOVIÁRIO

Programa 2601 ESTRADAS VICINAIS

Projeto/Atividade 2044 Manutenção das Atividades Rodoviárias

Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.00 R\$ 25.000,00

Órgão 13 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária 1301 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função 10 SAÚDE

Sub-função 301 ATENÇÃO BÁSICA

Programa 1001 SAÚDE COM QUALIDADE

Projeto/Atividade 2024 Manutenção das Atividades da Saúde

Elemento 3.3.00.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

Elemento 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.02 R\$ 25.000,00

TOTAL ANULADO NESTE ARTIGO R\$ 50.000,00

Art. 3º - Ficam abertos créditos suplementares no Orçamento Geral do Município no presente Exercício, no montante de R\$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais) conforme segue:

Órgão 07 SEC. MUNIC. DE HABITAÇÃO E DESENV. SOCIAL

Unidade Orçamentária 0702 DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Função 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

Sub-função 244 ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

Programa 0801 ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL

Projeto/Atividade 1052 Obras de Infraestrutural Social

Elemento 4.4.00.00.00 INVESTIMENTOS

Elemento 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas – Fonte 11.34 R\$ 105.000,00

Art. 4º - Para cobertura dos créditos suplementares do Artigo anterior no montante de R\$ 105.000,00 (Cento e cinco mil reais), será utilizado o excesso de arrecadação apurado na respectiva fonte de recurso, pelo recebimento de convênio.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina em 18 de maio de 2016.

VALMIR LOCATELLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins

Servidora Designada

PORTARIA Nº 130/2016 DE 06/06/2016 REDISTRIBUI O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL DAIANE MAROCCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

PORTARIA n. 130/2016

DE 06/06/2016

"REDISTRIBUI O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL DAIANE MAROCCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

VALMIR LOCATELLI - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, em especial o Art. 98, inciso II, letra "b" da Lei Orgânica Municipal c/c Art.37 parágrafo único da Lei Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001

E CONSIDERANDO as atribuições do cargo comissionado de Chefe de Divisão, detalhadas no anexo único da lei Complementar 32/2014 de 23/07/2014. CONSIDERANDO que a Administração Pública pode suprimir, transformar e alterar os cargos públicos ou serviços independentemente da anuência de seu titular, não possuindo o servidor direito adquirido à imutabilidade de suas

atribuições, nem à continuidade de suas funções originárias, sendo permitida a remoção ou transferência, como também o remanejamento do horário desempenhado pelo servidor, desde que não haja arbitrariedade e ilegalidade. CONSIDERANDO que o servidor não possui direito de permanecer sempre lotado em um mesmo local ou no mesmo horário de trabalho, reconhecendo-se à autoridade competente da Administração Pública o direito de proceder a alteração das suas condições de trabalho, mas de forma motivada, considerando-se a conveniência, a razoabilidade, a necessidade e a oportunidade do ato, que deve espelhar o interesse público, que é pressuposto de toda atividade administrativa; CONSIDERANDO a necessidade do ajustamento do quadro de pessoal às necessidades do serviço público municipal, o que vem justificar o interesse público

DECIDE:

Art. 1º - REDISTRIBUIR o Servidor Público Municipal DAIANE MAROCCO, Chefe de divisão, 40 horas, da Secretaria Municipal de Agricultura, Fomento Agropecuário e Meio Ambiente para a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as considerações acima.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 06 de junho de 2016.

Valmir Locatelli
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Jaqueline Fortes Martins
Servidora Designada

Lauro Muller

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO MAIO /2016 PMLM/FMS/HMHL

EXTRATO DE CONTRATO MAIO /2016 PMLM/FMS/HMHL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MULLER

EXTRATO DE CONTRATO 98/2016 PMLM

Contrato 98/2016

Processo Licitatório nº 30/2016 – Inexigibilidade de Licitação Nº. 30/PMLM/2016

Objeto: contrato para aquisição de gêneros alimentícios, diretamente da Agricultura Familiar para a Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação de LAURO MULLER/SC., conforme resolução nº26 do FNDE. Conforme a proposta da contratada, especificações e anexos, que fazem parte integrante do edital.

Contratado: ANDREA SERGIO

Valor global: R\$ 11.192,00 (onze mil cento e noventa e dois reais) a ser dividido entre todos os credenciados

Vigência : 20/05/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 101/2016 PMLM

Contrato 101/2016

Processo Licitatório nº 38/2016 – TOMADA DE PREÇO Nº. 38/ PMLM/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de veiculação de mídia do Município de Lauro Muller/SC e Fundo Municipal de Saude, durante o exercício de 2016.

Contratado: MULLER AGÊNCIA DE PUBLICIDADE

Valor global: R\$119.500,00 (CENTO E DEZENOVE MIL E QUINHENTOS REAIS)

Vigência : 03/06/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 100/2016 PMLM

Contrato 100/2016

Processo Licitatório nº 41/2016 – PREGAO PRESENCIAL Nº. 41/ PMLM/2016

Objeto: A presente licitação tem por objeto a escolha da melhor proposta para contratação de empresa ou profissional habilitado para prestação de serviços especializados de consultoria e assessoria no processo gerador de informação contábil, compras e licitações para prestação de contas aos sistemas governamentais E-SFINGE, SICONFI, SIGPC a ser executada de acordo com as necessidades da administração do Município de Lauro Muller – SC.

Contratado: ALINEA CONSULTORIA CONTABEL LTDA

Valor global: R\$24.640,00 (vinte e quatro mil seiscentos e quarenta reais)

Vigência : 10/05/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 99/2016 PMLM 52/FMS

Contrato 99/2016

Processo Licitatório nº 42/2016 – PREGAO PRESENCIAL Nº. 42/ PMLM/2016

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para locação com montagens e desmontagens de sistemas de sonorização para eventos promovidos pelas Secretarias do Município de Lauro Muller/SC com cerimonial e serviços de carro de som, durante o ano de 2016.

Contratado: ROSIMERE ELIAS CARDOSO LTDA

Valor global PMLM : R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Valor global FMS: R\$ 5.900,00 9 (cinco mil e novecentos reais)

Vigência : 10/05/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 104/2016 PMLM 52/FMS

Contrato 104/2016

Processo Licitatório nº 43/2016 – PREGAO PRESENCIAL Nº. 43/ PMLM/2016

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada de materiais para atendimento das necessidades da Secretaria de Assistência Social do município , durante o exercício de 2016

Contratado: ANDREZA POSSAMAI DELLA GAMA ME

Valor global: R\$ 8.157,97 (oito mil cento e cinquenta e sete reais e noventa e sete centavos).

Vigência : 18/05/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 105/2016 PMLM

Contrato 105/2016

Processo Licitatório nº 43/2016 – PREGAO PRESENCIAL Nº. 43/ PMLM/2016

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de forma parcelada de materiais para atendimento das necessidades da Secretaria de Assistência Social do município , durante o exercício de 2016

Contratado: LG COMERCIO ATACADISTA DE CAMA MESA E BANHO LTDA

Valor global: R\$ 6.191,88 (seis mil cento e noventa e um reais e oitenta e oito centavos)

Vigência : 18/05/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 106/2016 PMLM

Contrato 106/2016

Processo Licitatório nº 44/2016 – PREGAO PRESENCIAL Nº. 44/ PMLM/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gênero alimentício e copa e cozinha, para entrega PARCELADA, no exercício de 2016, para atender ao Grupo Bem Viver Terceira Idade da Secretaria de Assistência Social.

Contratado: LOLI COMERCIO DE ALIMENTO LTDA

Valor global: R\$ 13.957,80 (treze mil novecentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos)

Vigência : 31/05/2016 a 31/12/2016

Fabricio Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 107/2016 PMLM

Contrato 107/2016

Processo Licitatório nº 44/2016 – PREGAO PRESENCIAL Nº. 44/ PMLM/2016

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de gênero alimentício e copa e cozinha, para entrega PARCELADA, no exercício de 2016, para atender ao Grupo Bem Viver Terceira Idade da Secretaria de Assistência Social.

Contratado: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA LTDA

Valor global: R\$ 9.974,00 (nove mil novecentos e setenta e quatro reais)

Vigencia : 31/05/2016 a 31/12/2016

Fabricao Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 108/2016 PMLM

Contrato 108/2016

Processo Licitatório nº 45/2016 – PREGAO PRESENCIAL Nº. 45/ PMLM/2016

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de combustível, para frota oficial pertencente ao município de Lauro Muller para manutenção das estradas municipais conforme preconiza o convenio nº2016TR000767, conforme condições fixadas nas especificações no termo de homologação.

Contratado: RUDIPEL RUDNICK PETROLEO LTDA

Valor global: R\$ 499.999,94 (quatrocentos e noventa e nove mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e quatro centavos).

Vigencia : 01/06/2016 a 31/12/2016

Fabricao Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 109/2016 PMLM

Contrato 109/2016

Processo Licitatório nº 47/2016 – TOMADA DE PRECO Nº. 47/ PMLM/2016

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para execução das obras de pavimentação, drenagem, obras de arte correntes, sinalização, e acessibilidade da Rua Pedro Raimundo com 133,31 m de extensão, sito Centro de Lauro Muller/SC, proveniente do convenio firmado entre o municipio e o governo do estado de Santa Catarina.

Contratado: BCL EMPREENDIMENTOS LTDA.

Valor global: R\$ 87.264,36 (oitenta e sete mil duzentos e sessenta e quatro reais e trinta e seis centavos).

Vigencia : 02/06/2016 a 31/12/2016

Fabricao Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO DE VALOR 001/2016 AO CONTRATO 144/2014 PMLM

Contrato Original: CONTRATO 144/2014 PMLM

Processo Licitatório nº 73/2014

Objeto: Contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução das Obras de Construção do Centro Integrado de Desporto e Lazer, localizado no Bairro Itanema no Município de Lauro Muller/SC., de acordo com o Convênio com o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios - FUNDAM, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratado: CONSTRUTORA NELGUILTDA

Prazo de Vigência: 31/12/2016

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAURO MULLER

EXTRATO DE CONTRATO 51/2016 PMLM

Contrato 51/2016

Processo Licitatório nº 16/2016 – DISPENSA DE LICITACAO Nº. 16/ PMLM/2016

Objeto: PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO QUE VISA A LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA A FUNCIONAMENTO DO SAMU.

Contratado: HR IMOVEISE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA

Valor global: R\$ 7.920,00 (sete mil novecentos e vinte reais).

Vigencia : 13/05/2016 a 31/12/2016

Fabricao Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 52/2016 FMS

Contrato 52/2016

Processo Licitatório nº 14/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/ FMS /2016

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de material permanente para as unidades de saude de Sumaré e Itanema e seis equipamentos de saude bucal.

Contratado: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA

Valor global: R\$ 42.223,61 (quarenta e dois mil duzentos e vinte e três reais e sessenta e um centavos).

Vigencia : 20/05/2016 a 31/12/2016

Fabricao Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 53/2016 FMS

Contrato 53/2016

Processo Licitatório nº 14/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/ FMS /2016

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de material permanente para as unidades de saude de Sumaré e Itanema e seis equipamentos de saude bucal.

Contratado: DIGIPLUS TECNOLOGIA LTDA

Valor global: R\$ 26.240,00 (vinte e seis mil duzentos e quarenta reais).

Vigencia : 20/05/2016 a 31/12/2016

Fabricao Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 54/2016 FMS

Contrato 54/2016

Processo Licitatório nº 14/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/ PMLM/2016

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de material permanente para as unidades de saude de Sumaré e Itanema e seis equipamentos de saude bucal.

Contratado: CRISTAL COMERCIO DE DIVISORIAS LTDA

Valor global: R\$ 8.080,00 (oito mil e oitenta reais).

Vigencia : 20/05/2016 a 31/12/2016

Fabricao Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 55/2016 FMS

Contrato 55/2016

Processo Licitatório nº 14/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/ FMS 2016

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de material permanente para as unidades de saude de Sumaré e Itanema e seis equipamentos de saude bucal.

Contratado: TM SCHILIKKIMAN LTDA

Valor global: R\$ 6.513,00 (seis mil quinhentos e treze reais).

Vigencia : 20/05/2016 a 31/12/2016

Fabricao Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 56/2016 FMS

Contrato 56/2016

Processo Licitatório nº 14/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/ FMS /2016

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de material permanente para as unidades de saude de Sumaré e Itanema e seis equipamentos de saude bucal.

Contratado: MM SÃO JOSE LTDA

Valor global: R\$ 9.937,00 (nove mil novecentos e trinta e sete reais).

Vigencia : 20/05/2016 a 31/12/2016

Fabricao Kusmin Alves

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 57/2016 FMS

Contrato 57/2016

Processo Licitatório nº 14/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/ FMS /2016

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para

fornecimento de material permanente para as unidades de saúde de Sumaré e Itanema e seis equipamentos de saúde bucal.
Contratado: NADINE ALBERTON VIERA LTDA ME
Valor global: R\$ 16.042,16 (dezesseis mil quarenta e dois reais e dezesseis centavos).
Vigência : 20/05/2016 a 31/12/2016
Fabricio Kusmin Alves
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 58/2016 FMS
Contrato 58/2016
Processo Licitatório nº 14/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/ FMS 2016
Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de material permanente para as unidades de saúde de Sumaré e Itanema e seis equipamentos de saúde bucal.
Contratado: TECNOFORTE SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO LTDA
Valor global: R\$ 4.852,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta e dois reais).
Vigência : 20/05/2016 a 31/12/2016
Fabricio Kusmin Alves
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 59/2016 FMS
Contrato 59/2016
Processo Licitatório nº 14/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/ FMS /2016
Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para fornecimento de material permanente para as unidades de saúde de Sumaré e Itanema e seis equipamentos de saúde bucal.
Contratado: ALFRS INDUSTRIA DE MOVEIS LTDA ME
Valor global: R\$ 27.392,60 (vinte e sete mil trezentos e noventa e dois reais e sessenta centavos).
Vigência : 20/05/2016 a 31/12/2016
Fabricio Kusmin Alves
Prefeito Municipal

HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE.
EXTRATO DE CONTRATO 38/2016 HMHL
Contrato 38/2016
Processo Licitatório nº 13/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/ HMHL/2016
Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de material de raio X remanescente de certame anterior para atender as demandas do Hospital Municipal Henrique Lage para o exercício de 2016
Contratado: DIMACI MATERIAIS CIRURGICOS LTDA
Valor global: R\$ 7.080,00 (sete mil e oitenta reais).
Vigência : 18/05/2016 a 31/12/2016
Fabricio Kusmin Alves
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 39/2016 HMHL
Contrato 39/2016
Processo Licitatório nº 13/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/ HMHL/2016
Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de material de raio X remanescente de certame anterior para atender as demandas do Hospital Municipal Henrique Lage para o exercício de 2016
Contratado: POLLIMED COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Valor global: R\$ 3.233,00 (três mil duzentos e trinta e três reais)
Vigência : 18/05/2016 a 31/12/2016
Fabricio Kusmin Alves
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 40/2016 HMHL
Contrato 40/2016
Processo Licitatório nº 13/2016 – PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/

HMHL/2016
Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de material de raio X remanescente de certame anterior para atender as demandas do Hospital Municipal Henrique Lage para o exercício de 2016
Contratado: JOHNNY FELIPE CONTESINI DE ONLIVEIRA
Valor global: R\$ 2.334,00 (dois trezentos e trinta e quatro reais)
Vigência : 18/05/2016 a 31/12/2016
Fabricio Kusmin Alves
Prefeito Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL N° 1550/2016

Lei Municipal nº 1.550/2016, 06 de junho de 2016.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder á abertura de um Crédito Adicional Especial, no valor R\$. 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais) ao orçamento Geral do Município.

LUDOVINO LABAS, Prefeito do Município de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei, faz saber, a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder á abertura de um Crédito Adicional Especial ao Orçamento Geral do Município, no valor de R\$. 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais), na forma abaixo especificada:

Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		
	Função	8	Assistência Social
	Subfunção	243	Assistência à Criança e ao Adolescente
	Programa	27	Atenção a Criança e ao Adolescente
	Ação	2.40	Manutenção do Fundo Municipal da Criança e Adolescente
	Fonte de Recurso	0.3.09	FIA – Imposto de Renda
	Despesa	258	3.3.50.00 – Transferências Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$. 152.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃOR\$. 152.000,00

Art. 2º. A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através do superávit do exercício anterior, arrecadados pela fonte de Recurso 0.1.09 – Fia Imposto de Renda.

Art. 3º. Fica modificado o Plano Plurianual – PPA 2014/2017, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º. Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentarias – LDO do exercício de 2016, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 5º. Os recursos de que trata este projeto serão destinados a transferências de recursos a entidades sem fins lucrativos e de cunho social, que venham desenvolver atividades de capacitação profissional e oficinas, contribuindo para a promoção, garantia, defesa, e atendimento de crianças e adolescentes.

Art. 6º. Fica o Conselho Municipal dos Direitos da Criança do Adolescente de Lebon Régis (CMDCA/FIA), responsável pela elaboração, fiscalização e acompanhamento dos Editais de chamamento público das entidades, bem como da avaliação dos projetos apresentados.

Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lebon Régis, 06 de junho 2016.

Ludovino Labas
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada no Diário Oficial dos Municípios.

Cleuza Maria Redolfi Tomacheuski
Secretária de Administração e Finanças

Leoberto Leal

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016 - PMLL

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 038/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

TIPO: Menor Preço por Lote. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de pó de brita, rejeito de brita tipo macadame e brita, conforme especificações constantes no Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 026/2016. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, nº 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze horas), do dia 17 de junho de 2016. Cópia do Edital pode ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212. Em 06/06/2016. TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA - Prefeita Municipal.

LEI Nº 1.224/2016

LEI Nº 1.224, DE 07 DE JUNHO DE 2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber à todos os habitantes deste município que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica a chefe do Poder Executivo autorizada a suplementar dotação do Orçamento Fiscal, no valor de até R\$ 5.000,00, de acordo com as especificações abaixo:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO	5.000,00
Função	27	Desporto e Lazer	5.000,00
Sub-Função	812	Desporto Comunitário	5.000,00
Programa	0005	Cultura, Esporte e Turismo	5.000,00
Projeto/ Atividade	1.011	Construção de um Ginásio Municipal de Esportes - Esporte	5.000,00
Categoria Econômica	4.0.00.00.00	Despesas de Capital	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	4.4.00.00.00	Investimento	5.000,00
Modalidade de aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recurso	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			5.000,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta da anulação, na seguinte dotação com a seguinte classificação e valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	04	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	5.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	5.000,00
Função	13	Cultura	5.000,00
Sub-função	392	Difusão Cultural	5.000,00

Programa	0005	Cultura, Esporte e Turismo	5.000,00
Atividade	2.041	Promoções e Eventos	5.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	5.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	5.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	5.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0000	Recursos Ordinários	5.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			5.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 07 de junho de 2016.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal



Lontras

PREFEITURA

EDITAL N° 049/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

TOMADA DE PREÇO N.º 049/2016

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obra de ampliação do galpão de tratamento de madeira (autoclave). Entrega dos Envelopes: até às 08 horas do dia 23/06/2016; Abertura dos Envelopes: 08 horas e 30 minutos do dia 23/06/2016. Maiores Informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br, – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 06 de junho de 2016. MARTINA ZUCATELLI. Prefeita.

Luzerna

PREFEITURA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 045/2016 - TP 002/2016 - PASSARELA - PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório 045/2016 - PML

Tomada de Preço nº 002/2016 - PML

O Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 045/2016, nos seguintes termos:

- Modalidade: Tomada de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de cabeceira e pilar de concreto armado e passarela metálica sobre o Rio Limeira, a qual liga a Rua Limeira, bairro Vila Alemanha a rua Dois Irmãos bairro Centro, no Município de Luzerna/SC, conforme projeto, memorial descritivo, orçamento máximo e cronograma em anexo.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* DALLASIL FABRICACAO DE ESQUADRIAS METALICAS LTDA.

- Valor total: R\$ 125.395,43

Luzerna (SC), 7 de junho de 2016.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA 107/16

PORTARIA Nº 107/16 de 06 de junho de 2016.

“NOMEIA SERVIDORA QUE ESPECIFICA”

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- NOMEAR GABRIELA MAZZARINO, Coordenadora do Setor de Saúde, para responder pelo cargo de provimento em comissão de Secretário de Saúde e Bem Estar Social, Nível CC-1, da Tabela de Cargos e Vencimentos de Cargos de Provimento em Comissão, constante do Anexo III da Lei Complementar nº 035/04 de 18 de março de 2004, com percepção do subsídio fixado em Lei para os cargos de Secretários Municipais, a partir de 06 de junho de 2016.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de junho de 2016.

Luzerna(SC), 06 de junho de 2016.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO RESUMIDA- ATAS DE RP Nº 26 E 27/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA - SC
PUBLICAÇÃO RESUMIDA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0039/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0025/2015
REGISTO DE PREÇO Nº 0014/2015

TERMO ADITIVO DE ATA – ACRESCIMO DE QUANTITATIVOS ESTIMADOS

Objeto: Registro de Preços para contratações futuras, com pedidos parcelados, para o fornecimento de refeições prontas (marmitex nº 09), destinadas á alimentação dos servidores públicos de Macieira, que se encontrarem em trabalho externo, conforme especificações do edital e seus anexos.

2º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 26/2015.

Contratada: CAMUZZATO E CAMUZZATO LTDA ME

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT ACRESCIDA	VALOR UNIT. REGISTRADO
1.1	Fornecimento de refeições prontas (marmitex nº 09), devendo conter: 01 (uma) porção de arroz, 01 (uma) porção de feijão, ½ (meia) porção de massa (macarrão, lasanha, panqueca ou outra), 01 (uma) porção de carne (gado, porco, frango ou peixe), 01 (uma) porção complementar (aipim, suflê, batata, polenta, legume ou outro), 02 variedades de salada, 01 (um) copo de suco natural ou polpa de fruta (de no mínimo 300 ml) e 01 (uma) fruta fresca (maçã, banana, laranja, ponka, ou 01 (uma) fatia de melancia) todos os dias. Destinados aos trabalhadores que se encontrarem em trabalho externo na localidade 01.	100	R\$ 15,50

2º Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 27/2015.

Contratada: IVORLEI RODRIGUES ME

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT ACRESCIDA	VALOR UNIT. REGISTRADO
2.1	Fornecimento de refeições prontas (marmitex nº 09), devendo conter: 01 (uma) porção de arroz, 01 (uma) porção de feijão, ½ (meia) porção de massa (macarrão, lasanha, panqueca ou outra), 01 (uma) porção de carne (gado, porco, frango ou peixe), 01 (uma) porção complementar (aipim, suflê, batata, polenta, legume ou outro), 02 variedades de salada, 01 (um) copo de suco natural ou polpa de fruta (de no mínimo 300 ml) e 01 (uma) fruta fresca (maçã, banana, laranja, ponka, ou 01 (uma) fatia de melancia) todos os dias. Destinados aos trabalhadores que se encontrarem em trabalho externo na localidade 02.	100	R\$ 15,50

Macieira – SC, 31 de maio de 2016.

REJANE SPANHOLLO ABRAÃO
Pregoeira

Mafra

PREFEITURA

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 129/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: PAULO DA SILVA EXTINTORES

CNPJ Nº 85.241.693/0001-67

Valor Registrado: R\$ 15.704,94 (quinze mil setecentos e quatro reais e noventa e quatro centavos).

Objeto: aquisição de novos extintores, recarga e reteste destinados as Secretarias Municipais, Polícia Militar e Polícia Civil.

Origem: Processo nº 160/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 053/2016

Data de Assinatura: 01 de junho de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 01 de junho de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 132/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSP. LTDA

CNPJ Nº 00.802.002/0001-02

Valor Registrado: R\$ 21.141,45 (vinte e um mil cento e quarenta e um reais e quarenta e cinco centavos).

Objeto: aquisição de cargas de oxigênio medicinal e materiais de atendimento pré-hospitalar destinados ao Corpo de Bombeiros Militar, com recursos do FUNREBOM

Origem: Processo nº 184/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 064/2016

Data de Assinatura: 31 de maio de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 31 de maio de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 130/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: M. MOBILE EIRELI

CNPJ Nº 15.764.033/0001-85

Valor Registrado: R\$ 177.000,00 (cento e setenta e sete mil reais).

Objeto: aquisição de mobiliário e divisória destinados as Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 183/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 063/2016

Data de Assinatura: 01 de junho de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 01 de junho de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 133/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA - EPP

CNPJ Nº 93.726.446/0001-89

Valor Registrado: R\$ 10.530,00 (dez mil, quinhentos e trinta reais).

Objeto: aquisição de cargas de oxigênio medicinal e materiais de atendimento pré-hospitalar destinados ao Corpo de Bombeiros Militar, com recursos do FUNREBOM

Origem: Processo nº 184/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 064/2016

Data de Assinatura: 31 de maio de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 31 de maio de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 131/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Empresa Registrada: PAPELARIA MAURO FONSECA LTDA

CNPJ Nº 77.509.602/0001-01

Valor Registrado: R\$ 620.184,10 (seiscentos e vinte mil cento e oitenta e quatro reais e dez centavos).

Objeto: aquisição de mobiliário e divisória destinados as Unidades da Secretaria Municipal de Saúde, através do Fundo Municipal de Saúde.

Origem: Processo nº 183/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 063/2016

Data de Assinatura: 01 de junho de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 01 de junho de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 134/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: TECSUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - ME

CNPJ Nº 93.726.446/0001-89

Valor Registrado: R\$ 10.680,55 (dez mil, seiscentos e oitenta reais e cinquenta e cinco centavos).

Objeto: aquisição de cargas de oxigênio medicinal e materiais de atendimento pré-hospitalar destinados ao Corpo de Bombeiros Militar, com recursos do FUNREBOM

Origem: Processo nº 184/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 064/2016

Data de Assinatura: 31 de maio de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 31 de maio de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2016

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 135/2016

Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA

Empresa Registrada: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

CNPJ Nº 03.033.589/0001-12

Valor Registrado: R\$ 18.504,50 (dezoito mil quinhentos e quatro reais e cinquenta centavos).

Objeto: aquisição de cargas de oxigênio medicinal e materiais de atendimento pré-hospitalar destinados ao Corpo de Bombeiros Militar, com recursos do FUNREBOM

Origem: Processo nº 184/2016, PREGÃO PRESENCIAL - RP nº 064/2016

Data de Assinatura: 31 de maio de 2016.

Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 31 de maio de 2017.

Foro: Comarca de Mafra

Maracajá

PREFEITURA

DECRETO 48/2016

DECRETO Nº 48 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ (PROVENTOS PROPORCIONAIS) AO SERVIDOR JOÃO SÉRGIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por João Sérgio;
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 002/2016 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por João Sérgio;
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 13 de janeiro de 2016, a Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) do servidor JOÃO SÉRGIO, brasileiro, nascido em 18 de novembro de 1954, portador do CPF nº 377.516.629-72, ocupante do cargo de Motorista de Automóvel, matrícula nº 0343.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 002/2016 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera o servidor JOÃO SÉRGIO, brasileiro, nascido em 18 de novembro de 1954, portador do CPF nº 377.516.629-72, ocupante do cargo de Motorista de Automóvel, matrícula nº 0343, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 01 de Junho de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 01 de Junho de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

DECRETO 49/2016

DECRETO Nº 49 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

HOMOLOGA PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ (PROVENTOS PROPORCIONAIS) AO SERVIDOR CÉSAR AUGUSTO ROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, o processo administrativo de Aposentadoria por Invalidez requerida por César Augusto Rosso;
Considerando, o laudo da junta médica oficial do município que invalida definitivamente para o trabalho o servidor;
Considerando, o teor da Lei Municipal Complementar nº 28/2011;
Considerando, o parecer administrativo nº 001/2016 do Presidente do FUMPREVI e os documentos que a instruem;
Considerando, a decisão do Conselho administrativo do FUMPREVI que aprovou a Aposentadoria por Invalidez requerida por César Augusto Rosso;
Considerando, o Parecer do Controlador Interno do Município de Maracajá/SC.

DECRETA:

Art. 1º Homologa o processo administrativo que concedeu, em 28 de novembro de 2015, a Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) do servidor CÉSAR AUGUSTO ROSSO, brasileiro, nascido em 03 de maio de 1967, portador do CPF nº 609.435.309-97, ocupante do cargo de Motorista de Ônibus, matrícula nº 0673.

Art. 2º Com fundamento na legislação vigente, a análise técnica do Parecer Administrativo nº 001/2016 do FUMPREVI, indica a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez (Proventos Proporcionais) com o valor de R\$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), com vigência na data de publicação do respectivo ato de aposentadoria do servidor, sendo os proventos reajustáveis através do critério do valor real, nos mesmos índices e na mesma data dos benefícios do regime geral de previdência, nos termos do parágrafo 8º do artigo 40 da Constituição Federal.

Parágrafo Único – Os proventos de aposentadoria por Invalidez do servidor homologado no art. 1º deste decreto, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nacional.

Art. 3º Exonera o servidor CÉSAR AUGUSTO ROSSO, brasileiro, nascido em 03 de maio de 1967, portador do CPF nº 609.435.309-97, ocupante do cargo de Motorista de Ônibus, matrícula nº 0673, em razão do pedido de Aposentadoria por Invalidez, homologada no art.1º desse Decreto.

Art. 4º Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 01 de Junho de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal, na Secretaria de Administração em 01 de Junho de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

DECRETO 50/2016

DECRETO Nº 50 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FÓRUM MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, usando da competência que lhe confere Decreto Municipal nº 23 de 23 de Abril de 2013;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Fórum Municipal de Educação do Município de Maracajá, conforme segue:

Departamento Municipal de Educação:

A- Denner Lucas Casagrande

B - Bruna dos Santos

Representante do Conselho Municipal de Educação:

A - Lúcio Vânio Moraes

B - Elinéia Acordi Dordet

Representante dos Gestores Municipais e Estaduais:

A - Cleiane de Souza

B - Simone Laurentino Costa

Representante da Educação de Jovens e Adultos:

A - Cirlene Maria Barcelos Shaeffer

B - Daniel de Souza

Representante de Pais de Alunos:

A - Rosinéia Aparecida Gonçalves

B - Geovana Trevisol Teixeira

Representante da Educação Especial:

A - Fátima Regina Borges Leandro

B - Cristiane Masiero da Rocha

Representante da Assistência Social:

A - Karine dos Santos Marques Dal Toé

B - Suelen Calegári Monteiro Zandonadi

Representante do Sindicato Rural:

A - José Carlos Cichella

B - Tairine Scarpari

Representante da Educação Básica Secundarista:

A - Nycellen Garcia de Bem

B - Marcelo Prudêncio Costa

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 01 de Junho de 2016.

Wagner da Rosa

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto Municipal na Secretaria de Administração em 01 de Junho de 2016.

Valmir Carradore

Secretário de Administração

DECRETO 51/2016

DECRETO Nº 51 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE MARACAJÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica do Município, e:

Considerando, a homologação do resultado final do Concurso Público pelo Decreto nº 55 de 22 de junho de 2015;

Considerando, a necessidade do provimento de Cargos Públicos Efetivos;

Considerando, o disposto no Edital de Concurso Público nº 01/2015;

Considerando, que o ente público dispõe do prazo de 02 (dois) anos para a convocação dos candidatos aprovados no certame;

Considerando, o relevante interesse público,

DECRETA:

Art. 1º Ficam CONVOCADOS, em primeiro momento, os candidatos aprovados no concurso público, citados e relacionados no ANEXO I deste Decreto Municipal, fazendo parte integrante desta convocação, para comparecerem pessoalmente no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, sito à Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Cidade de Maracajá/SC, no prazo de 10 (dez) dias úteis após sua convocação pessoal e/ou através do edital de convocação e de posse nº 12/2016, no horário das 14 h às 17 h, munido dos documentos necessários para a posse e dos exames médicos, cuja relação se encontra no Edital de Convocação e de Posse nº 12/2016, publicado na íntegra no Diário Oficial do Município de Maracajá e no site oficial cujo endereço eletrônico é: www.maracaja.sc.gov.br.

Parágrafo único - Esta convocação pertence a décima segunda chamada pública ao concurso público nº 01/2015.

Art. 2º Fica Homologado o Edital de Convocação e de Posse nº 12, anexo a este Decreto.

Art. 3º Todos os candidatos aqui chamados deverão estar munidos da documentação especificada no Edital de Convocação e de Posse nº 12, para a pretendida admissão.

Parágrafo Único - Não serão admitidos os exames médicos exigidos, que tenham sido realizados há mais de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do presente Decreto e do Edital de Convocação e de Posse nº 12.

Art. 4º Se o candidato convocado não se apresentar para fazer a entrega de toda a documentação no prazo estabelecido, será considerado DESISTENTE do direito de ser nomeado para o cargo ao qual foi aprovado no Concurso Público.

Art. 5º Após a apresentação de toda a documentação, o candidato considerado apto será nomeado e empossado no cargo respectivo, devendo o servidor empossado no cargo público entrar em efetivo exercício no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da data da posse.

Art. 6º Se o candidato não tomar posse no cargo, a Portaria de nomeação será revogada, ficando caracterizado a desistência do candidato.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Maracajá/SC, Gabinete do Prefeito, 06 de Junho de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 06 de Junho de 2016.

Rosane Savi Costa
Secretária de Administração

ANEXO I

RELAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS - POR CARGO

ENSINO SUPERIOR

MÉDICO ESF

Inscrição	Nome	Classificação
77268	Guilherme Augusto Tomasi Rocha	1º

Maracajá/SC, 06 de Junho de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal
Maracajá/SC

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO E DE POSSE Nº 12
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015**

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARACAJÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a homologação do resultado do Concurso Público de nº 001/2015 para Provimento de Cargos Efetivos pertencentes ao Quadro de Pessoal do Município de Maracajá, CONVOCA os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para os cargos efetivos, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO DE INTERESSE NA VAGA

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital deverão comparecer no Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Maracajá, sito à Avenida Getúlio Vargas, 530, Centro, Cidade de Maracajá/SC, no prazo de 10 (dez) dias úteis, após sua convocação pessoal e/ou através deste edital depois de sua publicação, no horário das 14 h às 17 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II, exames

relacionados no Anexo III deste Edital e para a assinatura do Termo de Interesse na Vaga.

1.1 Por ordem de chegada dos candidatos serão distribuídas senhas limitadas à capacidade de atendimento no período.

1.2 Não serão recebidos documentos de forma parcial, sendo que a falta de qualquer documento constante no anexo II e III acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.

1.2.1 Caso algum exame solicitado não fique pronto em tempo hábil, o candidato deverá apresentar justificativa escrita e protocolo ou comprovante de que o exame está agendado ou realizado, faltando somente o resultado, sendo que a apresentação do(s) exame(s) faltante(s) deverá(am) ocorrer antes da data agendada para a Perícia Médica.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará na renúncia tácita do convocado e, conseqüentemente na perda do direito a nomeação ao cargo para o qual o candidato aprovado foi convocado.

DOS EXAMES MÉDICOS

2. Os candidatos deverão apresentar os exames constantes no Anexo III deste Edital. Na apresentação dos documentos constantes no Anexo II e III, o Setor de Pessoal agendará dia e horário para a Avaliação pela Junta Médica Oficial do município de Maracajá.

2.1 Todos os documentos constantes nos Anexos II e III ficarão de posse do Setor de Recursos Humanos do Município que arquivará em pasta individual de cada candidato.

2.2 O custo para a realização dos exames solicitados no Anexo III deste edital são de responsabilidade do candidato e o Atestado Médico para admissão do novo servidor de responsabilidade do município.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

3. A avaliação da Junta Médica Oficial dar-se-á, em momento anterior à posse, da seguinte forma:

3.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, cada candidato deverá comparecer à Junta Médica Oficial do Município de Maracajá, em local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos, munidos dos exames constantes no Anexo III deste edital para submissão à referida avaliação.

3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

3.3 A não apresentação dos exames solicitados e a não avaliação pela junta médica, caracteriza renúncia tácita de direitos, ficando o Município de Maracajá devidamente autorizado a convocar outros classificados e aprovados no referido Concurso Público em sua substituição, obedecendo à ordem legal.

DOS ATOS DE NOMEAÇÃO

4. A publicação dos atos de nomeação se dará por meio de Portaria Municipal e será termo inicial para a posse do candidato, na forma da Lei Complementar nº 46/2015 (Estatuto dos Servidores), da Lei nº 985/2014 (Plano de Cargos e Salários) e da Lei Complementar nº 06/2003 do Município de Maracajá – SC, devidamente publicado no diário oficial do município de Maracajá.

DA POSSE

5. Cumpridas as exigências constantes neste Edital, será dada posse ao candidato, nos termos da Lei Complementar nº 46/2015 (Estatuto dos Servidores), Lei Complementar nº 06/2003 e da Lei nº 985/2014 (Plano de Cargos e Salários) do Município de Maracajá – SC em data, horário e local definidos pela administração municipal e informado individualmente a cada candidato.

6. Empossado, o candidato terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar-se na Secretaria de Administração para receber instruções sobre o seu local de trabalho.

DA APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

7. Salvo interesse do candidato em utilizar dos prazos legais, cumpridas todas as exigências do presente edital, poderá ser solicitado a apresentação do novo servidor para início das atividades conforme portaria individual de cada candidato, sendo que o ato oficial de nomeação ocorrerá em local, data e horário a ser informado a cada candidato.

Maracajá/SC, 06 de Junho de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal
Maracajá/SC

ANEXO I
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

RELAÇÃO DE CONVOCAÇÃO DE APROVADOS - POR CARGO

ENSINO SUPERIOR

ARQUITETO E URBANISTA

Inscrição	Nome	Classificação
77268	Guilherme Augusto Tomasi Rocha	1º

Maracajá/SC, 06 de Junho de 2016.

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal
Maracajá/SC

ANEXO II

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS PARA POSSE

- 1) 01 (uma) Foto 3x4 recente e colorida;
- 2) Cópia da Carteira de Trabalho – CTPS (frente e verso);
- 3) Cópia do Pis/Pasep;
- 4) Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:
 - 4.1 CPF;
 - 4.2 Identidade (RG);
 - 4.3 Título de Eleitor;
 - 4.4 Comprovante de quitação eleitoral;
 - 4.5 Certidão de casamento;
 - 4.6 Certidão de nascimento ou RG de filhos com até 21 (vinte e um) anos;
 - 4.7 Carteira de vacinação dos filhos menores de 14 (quatorze) anos;
 - 4.8 Certificado de reservista para os homens;
 - 4.9 Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
 - 4.10 Comprovante de Residência atual;
 - 4.11 Carteira de Órgão de Classe Profissional no caso de carreira regulamentada;
 - 4.12 Quando exigido para o cargo, comprovante de habilitação em órgão profissional.
- 5) Declaração/Relação de Bens assinada (modelo em anexo), podendo ser substituída pela declaração de imposto de renda;
- 6) Declaração assinada de que o candidato não exerce outro cargo na Administração Pública ou que possui acumulação legal de cargos (modelos em anexo);
- 7) Termo de Interesse no Cargo preenchido e assinado pelo candidato (modelo em anexo);
- 8) Dados para contato: número de telefone e endereço eletrônico (cadastro de funcionário preenchido no momento da entrega dos documentos);
- 9) Declaração assinada de que o candidato não sofreu penalidades no exercício na Administração Pública (modelo em anexo);
- 10) Abertura de conta no Banco do Brasil ou dados de conta existente (caso não possua conta no Banco do Brasil, solicitar junto ao Setor de Pessoal documento de autorização);

DECLARAÇÃO DE BENS

Declaro, nos termos da Lei, que nesta data, possuo os seguintes bens:

- () Não possuo bens a declarar
() Possuo bens a declarar, conforme segue abaixo:

Casa, Apartamento ou Terreno			
Endereço	Data da Aquisição	Valor de Aquisição	Valor de Venda Atual

Veículo				
Tipo	Ano	Data da Aquisição	Valor de Aquisição	Valor de Venda Atual

Outros

Fontes de Renda

NOME COMPLETO: _____

CARGO: _____

LOCAL E DATA: Maracajá/SC, _____ de Junho de 2016.

Assinatura

D E C L A R A Ç Ã O

Eu, _____, brasileiro(a), portador (a) da Carteira de Identidade número _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, residente e domiciliado(a) na _____, número _____, bairro _____, cidade de _____, declaro nos termos do artigo 37, incisos XVI, XVII e §10 da Constituição Federal, não ocupar cargo, emprego e/ou função pública, bem como não receber proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos artigos 42 e 142 da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de _____ deste Poder.

E por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.
Maracajá/SC, _____ de Junho de 2016.

Assinatura do Candidato

D E C L A R A Ç Ã O (acumulação legal de cargos)

Eu, _____, brasileiro(a), portador (a) da Carteira de Identidade número _____, inscrito(a) no CPF sob o número _____, residente e domiciliado(a) na _____, número _____, bairro _____, cidade de _____, declaro ocupar legalmente outro cargo, emprego e/ou função pública, conforme o artigo 37, incisos XVI, XVII da Constituição Federal, não comprometendo, desta forma, minha nomeação para o cargo de _____ deste Poder.

Segue informações desse:

Cargo: _____

Órgão: _____

Carga Horária: _____

Declaro ainda, que não percebo proventos de aposentadoria decorrentes do artigo 40 ou dos artigos 42 e 142 da Constituição Federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração para que surta seus efeitos legais.
Maracajá/SC, _____ de Junho de 2016.

Assinatura do Candidato

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, inscrito no CPF sob o número ... _____ frente à aprovação no Concurso Público da Prefeitura Municipal de Maracajá, confirmo o interesse de tomar posse no Cargo de ... _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Maracajá/SC, ... _____ de Junho de 2016.

Assinatura do Candidato

D E C L A R A Ç Ã O

_____, portador (a) da carteira de identidade número _____, inscrito (a) no CPF sob o número _____, declaro para os devidos que no exercício de cargo ou função pública, não sofri penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Maracajá/SC, ____ de Junho de 2016.

Assinatura do Candidato

ANEXO III
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 12
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015

RELAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS

1. EXAMES DE EXIGÊNCIA BÁSICA DE CARÁTER GERAL (Todos os cargos):

1.1 EXAMES LABORATORIAIS:

- 1.1.1 Hemograma
- 1.1.2 Glicose
- 1.1.3 Parcial de Urina

1.2 EXAMES PARA MAIORES DE 40 ANOS DE IDADE:

- 1.2.1 Exames Laboratoriais descritos no item anterior
- 1.2.1 Colesterol
- 1.2.2 Triglicerídeos
- 1.2.3 Eletrocardiograma com laudo
- 1.2.4 Acuidade visual

Wagner da Rosa
Prefeito Municipal
Maracajá/SC

RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 38/2016

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Maracajá

Resultado do Pregão Presencial nº 38/2016

O Município de Maracajá, torna público o resultado final do Processo Licitatório nº 38/2016 – Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, para contratação de empresa para o transporte coletivo de estudantes do município de Maracajá que cursam o ensino superior e técnico, para a Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina – Unesc, ESUCRI, SATC e CEDUP no Município de Criciúma, através de aquisição de passagem, nas condições, horários e itinerários descritos no memorial descritivo, que gerou o seguinte resultado: Item – 01 adjudicado para a empresa Bigotur Transporte e Turismo Ltda – ME, valor Adjudicado R\$ 5,32 (cinco reais e trinta e dois centavos), Valor Total Adjudicado R\$ 106.400,00 (cento e seis mil e quatrocentos centavos)

Maracajá/SC, 06 de junho de 2016.

Marcio Michel Jumes de Sousa
Pregoeiro

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 529/2016

DECRETO Nº 529, DE 3 DE JUNHO DE 2016

Demite servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto demitido a pedido o servidor público EDINAR LUIS ZARDO, matrícula nº 390101, ocupante do cargo de Diretor, 40 horas semanais, a partir de 1º de junho de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de junho de 2016.

Maravilha – SC, 3 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Decreto nº 530/2016

DECRETO Nº 530, DE 6 DE JUNHO DE 2016

Nomeia servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeado EDINAR LUIS ZARDO, para assumir o cargo de Diretor Geral, a partir de 2 de junho de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 2 de junho de 2016.

Maravilha – SC, 6 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra. Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 05/2016

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº 05/2016

ROSIMAR MALDANER, Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei n.º 195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei Municipal n.º 1942/93 de 15 de dezembro de 1993 e Lei Complementar n.º 75/2015 de 15 de julho de 2015 faz saber a quem interessar possa, que o Município de Maravilha lança EDITAL DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário público municipal, dos valores despendidos nas obras de pavimentação com pedras irregulares (calçamento), compreendendo a seguinte via pública da cidade de Maravilha:

1 DELIMITAÇÃO DA ZONA BENEFICIADA:

1.1 RUA SÃO JOSÉ (trecho compreendido entre a Rua São Jorge e a Rua Nidolfo Mattje) na extensão de 909,00m².

2 MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

2.1 O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação com pedras irregulares em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 2.355/2015 na modalidade de nº 016/2015, e de acordo com o orçamento global da obra efetuado pelo engenheiro civil Jorge Luiz Dummer.

2.2 As obras compreenderam os seguintes serviços:

1. Terraplenagem;
2. Drenagem pluvial;
3. Pavimentação com pedras irregulares;
4. Meio Fio

3 CUSTO TOTAL DA OBRA

3.1 O custo total para a realização da obra com as melhorias realizadas, de acordo com a planilha quantitativa e orçamentária publicada no Edital de Contribuição de melhoria nº. 12/2015 de 20 de agosto de 2015 foi de R\$ 48.002,37 (quarenta e oito mil, dois reais e trinta e sete centavos) com o custo de R\$ 52,81 (cinquenta e dois reais e oitenta e um centavos) por metro quadrado de área pavimentada.

4 DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

4.1 A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo da obra (item 3 do edital) computadas as despesas de estudo, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios dela decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis da zona de influência.

A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de 10% (dez por cento) do valor total da obra. O Município participa no custo da obra com a importância de 90% (vinte por cento) do valor total da obra.

5 DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

5.1 O fator de absorção do benefício da zona atingida tem como base à valorização dos imóveis, tendo como limite máximo o custo da obra da rua e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel, apurada mediante procedimento administrativo, realizado por comissão designada.

6 OPÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos poderão ser efetuados nas seguintes formas:

- em até 3 (três) parcelas fixas, mensais e consecutivas com desconto de 10% (dez por cento);
- em até 36 (trinta e seis) parcelas fixas, mensais e consecutivas, sem desconto.

O vencimento da primeira parcela será no dia 15 de agosto de 2016.

6.2 De acordo com o parágrafo único do art. 13 da Lei Complementar n.º 75/2015, o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

6.3 Ficará a critério do contribuinte a opção pela condição de pagamento que melhor lhe convir.

7 DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos e a respectiva valorização, conforme anexo I do presente edital.

7.2 Os proprietários, os titulares do domínio útil ou os possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata este edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, durante o horário de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

7.3 A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos e número de prestações.

8 DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte na Secretaria Municipal do Planejamento, Administração e Fazenda.

Maravilha, SC, 02 de junho de 2016.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

ANEXO I

AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 05/2016

Cadastro	Proprietário	Quadra	Lote	Valor venal territorial antes da obra (R\$)	Valorização (R\$)	Valor venal territorial após a obra (R\$)	Valor da Contribuição de Melhoria (R\$)
260013-0	EDUARTE DE SOUZA	77	P31"A"	42.693,75	3.696,44	46.390,19	369,64
260105-0	ROSANGELA F.MANFRIN	77	P32"F"	44.467,50	3.850,01	48.317,51	385,00
260106-0	ANDRE LUIZ WOLFF / VANESSA M. DA CRUZ	77	P32"G"	44.467,50	3.850,01	48.317,51	385,00
260107-0	SADI ADÃO TEODORO	77	P32"H"	44.467,50	3.850,01	48.317,51	385,00
260108-0	MIGUEL BERTHOLDO BRIXNER	77	P32"I"	44.467,50	3.850,01	48.317,51	385,00
260109-0	ANILDO HERPICH	77	P32"J"	98.983,50	8.570,03	107.553,53	857,00
260306-0	LURDES DE SOUZA	83	P34"A"	37.125,00	3.214,30	40.339,30	321,43
260209-0	ANILDO HERPICH	83	P35"I"	49.797,83	4.311,51	54.109,34	431,15
260208-0	ANILDO HERPICH	83	P35"H"	49.087,50	4.250,01	53.337,51	425,00
260207-0	ANILDO HERPICH	83	P35"G"	49.087,50	4.250,01	53.337,51	425,00
260206-0	ANILDO HERPICH	83	P35"F"	49.780,50	4.310,01	54.090,51	431,00

Massaranduba

PREFEITURA

CRC 2016 - UNIAO OBRAS E INSTALACOES ESPECIAIS LTDA ME
CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL

RAZÃO SOCIAL: UNIAO OBRAS E INSTALACOES ESPECIAIS LTDA ME
CNPJ: 21.054.884/0001.37
INSCR. EST.: 257749683
CÓDIGO FORNECEDOR: 23164.9
ENDEREÇO: RUA ERICH BELZ, Nº 1110
MUNICÍPIO/UF: BLUMENAU/SC - CEP: 89068-060
FONE: (47) 3339-2750

RAMO:

RAMO DE ATIVIDADE	
RAMO	SUB-RAMO
MATERIAL E SERVICOS	PAVIMENTAÇÃO

DOCUMENTOS:

CERTIDÃO	Nº DOCUMENTO	DATA EXPEDIÇÃO	DATA VALIDADE
CERTIDAO NEGATIVA FEDERAL	A7A3.0A69.3C94.D169	01/02/2016	30/07/2016
CERTIDAO NEGATIVA ESTADUAL	160140038201387	10/05/2016	09/07/2016
CERTIDAO NEGATIVA MUNICIPAL	37051005165	10/05/2016	06/11/2016
CERTIDAO NEGATIVA FGTS	201606012390918912600	01/06/2016	30/06/2016
FALENCIA E CONCORDATA	3310702	10/05/2016	10/07/2016
CERTIDAO NEGATIVA DE AÇÕES TRABALHISTAS	10316337/2016	13/01/2016	10/07/2016

CERTIFICAMOS que a empresa acima está inscrita no cadastro de fornecedores da PREFEITURA DE MASSARANDUBA, em consequência, habilitada a participar de licitações, nos termos das Leis Nº 8.666/93, 8.883/94 e 10.520/02, ressalvada outras exigências complementares no respectivo Edital.

DATA DE EMISSAO: 06/06/2016

VALIDADE ATÉ: 31/12/2016

Juliana Poletto da Silva Kreutzfeld
Responsável Cadastros

PMM LIC 37.2015 AD 02 - EQUIPE DE ARBITRAGEM
SEGUNDO TERMO ADITAMENTO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2015

Processo Licitatório Nº 37/2015 - Pregão Presencial Nº 29/2015

Ao quarto dia do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC), pessoa jurídica de direito público, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, Centro, município de Massaranduba, estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, SR. MÁRIO FERNANDO REINKE, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal 2051/2010 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, homologado pelo Prefeito Municipal, abaixo assinado, resolve registrar os valores oferecidos para a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE CAMPEONATOS/EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE CAMPEONATOS/EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

CLÁUSULA SEGUNDA – QUANTITATIVO

2.1. Este termo de aditamento deu-se em virtude da quantidade estimada não ser o suficiente para suprir as necessidades da Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo. Segue abaixo as especificações, bem como os quantitativos.

ITEM	LICITANTE	DESCRIÇÃO	UNID	MARCA	QTDE LICITADA	QTDE ADITIVO	R\$ UNIT	R\$ TOTAL
02	ADEVI - ASSOCIACAO DESPORTIVA VALE DO ITAJAI	EQUIPE DE ARBITRAGEM PARA A MODALIDADE DE FUTSAL NA CATEGORIA ADULTO MASCULINO CAMPEONATO MUNICIPAL DE 2ª DIVISÃO. ESPECIFICAÇÃO COMPLETA CONFORME EDITAL.	JOGO	ADEVI	50	12	R\$ 155,00	R\$ 1.860,00
	TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 1.860,00							

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Integra esta ata, o edital do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 37/2015 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2015.

3.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente ata.

3.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, e demais normas aplicáveis.

3.4. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que originou este termo.

Massaranduba – SC,	01	de	Junho	de	2016
--------------------	----	----	-------	----	------

MÁRIO FERNANDO REINKE
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ADEVI - ASSOCIACAO DESPORTIVA VALE DO ITAJAI
ARLINDO VIEIRA
CONTRATADA

Meleiro

PREFEITURA

ANALISE INSCRICOES SAMU PROCESSO SELETIVO ACT 001-2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE MELEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO SELETIVO ACT - EDITAL 001/2016

RETIFICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES APÓS ANÁLISE DE DOCUMENTAÇÃO PARA OS CARGOS DO SAMU

Como forma de manter a transparência, igualdade e justiça entre todos os candidatos, a comissão do Processo Seletivo 001/2016 da Secretaria de Saúde de Meleiro, no uso de suas atribuições, juntamente com a PS Concursos torna público as retificações das inscrições relacionadas abaixo, após constatação de documentação, referente ao tempo de serviço já prestado na área de atuação, não coerente com o declarado pelo candidato na sua inscrição:

INSCRIÇÃO	ANÁLISE	RESULTADO
26749	O candidato declarou em sua inscrição possuir mais de dois anos de experiência de técnico em enfermagem do SAMU, mas conforme documentação entregue a informação não confere, uma vez em que seus comprovantes apresentados, datas chocam-se em municípios diferentes, não conferindo assim, 2 anos de tempo de serviço realmente.	Candidato continua inscrito, porém não receberá pontuação referente à experiência no cargo.
26740	O candidato declarou em sua inscrição possuir mais de dois anos de experiência no cargo de Motorista/Socorrista do SAMU, mas conforme documentação entregue a informação não confere, uma vez em que seus comprovantes apresentados, datas chocam-se em municípios diferentes, não conferindo assim, 2 anos de tempo de serviço realmente.	Candidato continua inscrito, porém não receberá pontuação referente à experiência no cargo.

MELEIRO, 07 de Junho de 2016

ANA DA COSTA OSTETTO

Secretária Municipal de Saúde

Fica homologada a Retificação das Inscrições após Análise de Documentação para os cargos do SAMU do PROCESSO SELETIVO N.º 001/2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº256-2016

PORTARIA n.º 256/2016

TRATA DA EXONERAÇÃO DE MÉDICO-ESF

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições e em conformidade com o artigo 51 da Lei Orgânica Municipal, Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Leis Complementares n.º 027/2009, nº 032/2010 e nº 034/2011, resolve:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido do senhor SANDRO EFFTING, do cargo de Médico da Estratégia de Saúde da Família - ESF, com suas atividades vinculadas à Secretaria de Saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 1º/06/2016.

Art. 3.º Revoga-se as disposições em contrário.

Meleiro, 06 de Junho de 2016.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Mondaí

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO CONTRATO 125/2016

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: AUTO POSTO ZP LTDA

OBJETO: a redução de valor do saldo a retirar dos itens 01, 02 e 03 – gasolina no percentual de redução de 2,11% (dois virgula onze por cento), conforme solicitação.

ORIGEM: Edital de Pregão nº 130/2015.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 07 DE JUNHO de 2016 até o dia 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 07 de junho de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO 53/2015

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: FAEE SUPRIMENTOS E LOCAÇÃO DE SISTEMAS LTDA.

OBJETO: Fica acrescido no objeto do contrato nº 053/2015, o sistema de Importação SICONFI, para importação de dados para alimentação dos anexos do Siconfi, RREO, RGF e DCA para exercício de 2016, no valor de R\$ 875,00 (Oitocentos e setenta e cinco reais).

ORIGEM: Pregão Presencial nº 048/2015.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 01 de junho de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 011.2015 FMS

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 011/2015

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ

CONTRATADA: RAFAEL NICOLODI

OBJETO: restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro com base no IGP-M acumulado dos últimos 12 (doze) meses (fevereiro de 2015 a janeiro de 2016), num percentual de 10,96% (Dez virgula noventa e seis por cento), conforme cláusula 8 do contrato supramencionada e Art. 65, inc. II, alínea "d" da Lei nº 8.666/1993.

ORIGEM: Convite nº 001/2015.

VALOR: R\$ 686,63 (Seiscentos e oitenta e seis reais e sessenta e três centavos)

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de 01 de junho de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Mondaí – SC, 30 de maio de 2016.

LENOIR DA ROCHA

Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 76/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 76/2016

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 05/2016

OBJETO: Pavimentação em Pedra Irregular de Basalto com Drenagem Pluvial e Sinalização Viária da Rua Senhorinha Aparecida da Silva – Bairro São José – Monte Carlo/SC, com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária para a execução do objeto, conforme projetos, memorial descritivo e orçamento em anexo

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 07/06/2016, até as 10:00 do dia 24/06/2016; ABERTURA: às 10:30 do mesmo dia

TIPO MENOR PREÇO – JULGAMENTO GLOBAL. INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROJETO COMPLETO:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 08:00 as 12:00 horas; 13:30 às 18:00 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

d) e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 06 de Junho de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 77/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 77/2016

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2016

OBJETO: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇO para futura aquisição PARCELADA CONCRETO ASFALTICO USINADO A QUENTE- C.A.U.Q nos casos especificados conforme delimitações constantes neste Edital.O objeto devera ser colocado a disposição do Município de Monte Carlo-SC.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: a partir das 08:00 horas do dia 07/junho/2016 até as 08:45 horas do dia 17/junho/2016; ABERTURA: às 09:00 até as 17/junho/2016.

TIPO MENOR PREÇO INFORMAÇÕES E ENTREGA:

a) Presencial: Prefeitura Municipal de Monte Carlo - SC, SC 452 km 25, nº 1551 - Centro.

HORÁRIO: Das 08:00 as 12:00 horas; 13:30 às 17:30 horas.

b) Telefone nº 49/3546.0194 ramal 231,

c) Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br

d) e-Mail: compras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 06 de Junho de 2016

MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA

Prefeito Municipal

Morro da Fumaça

PREFEITURA

DECRETO Nº 044/2016

DECRETO Nº 044/2016

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016 DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, USANDO COMO RECURSOS ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO."

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.736/2016, de 06 de Junho de 2016,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça - Município de Morro da Fumaça, no valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais)

Órgão 05: SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP., CULT. E TUR.

Atividade 2.027: Apoio ao Transporte Escolar do Ensino Superior
Modalidade de Aplicação: (70) 3.3.90.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 900.000,00
TOTAL R\$ 900.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão por conta dos seguintes créditos orçamentários.

I – Por conta da anulação parcial e/ou total dos seguintes créditos orçamentários do exercício em curso:
Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO

Atividade 1.059: Construção de Capela Mortuária
Modalidade de Aplicação: (1) 4.4.90.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 8.500,00

Atividade 2.048: Manutenção do Convênio de Multa de Trânsito
Modalidade de Aplicação: (6) 3.3.90.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 27.700,00

Atividade 2.048: Manutenção do Convênio de Multa de Trânsito
Modalidade de Aplicação: (8) 4.4.90.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 17.000,00
TOTAL R\$ 53.200,00

Órgão 03: SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO

Atividade 2.088: Ações ao Encargo do CIGA
Modalidade de Aplicação: (12) 3.3.93.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
TOTAL R\$ 8.000,00

Órgão 04: SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA

Atividade 1.004: Aquisição de Terreno para Implantação de Área Industrial
Modalidade de Aplicação: (24) 4.4.90.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Atividade 1.016: Construção de Ponte e Pontilhões
Modalidade de Aplicação: (46) 4.4.90.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Atividade 1.029: Ampliação da Rede Pluvial e de Saneamento Básico
Modalidade de Aplicação: (39) 4.4.90.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Atividade 1.067: Implantação de Equipamentos Públicos (Praças, lixeiras)
Modalidade de Aplicação: (31) 4.4.90.00.00.00.00.0109 –

Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Atividade 2.020: Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Modalidade de Aplicação: (43) 3.3.90.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Atividade 2.047: Manutenção da Iluminação Pública
Modalidade de Aplicação: (37) 3.3.90.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Atividade 2.084: Sistema de Coleta de Lixo
Modalidade de Aplicação: (36) 4.4.90.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL R\$ 390.000,00

Órgão 05: SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP., CULT. E TUR.

Atividade 1.014: Aquisição de Ônibus/ Microônibus e Veículos Utilitários
Modalidade de Aplicação: (53) 4.4.90.00.00.00.00.0184 –
Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Atividade 1.015: Aquisição de Área, Construção, Reforma e Ampliação de Creches
Modalidade de Aplicação: (71) 4.4.90.00.00.00.00.0184 –
Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Atividade 1.056 Construção de Ginásios de Esportes e Quadras poliesportivas para as escolas
Modalidade de Aplicação: (55) 4.4.90.00.00.00.00.0184 –
Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Atividade 2.029 Manutenção do Ensino Infantil (Pré-escolar)
Modalidade de Aplicação: (77) 3.3.90.00.00.00.00.0184 –
Aplicações Diretas R\$ 117.800,00

Atividade 2.030 Manutenção da Educação Especial
Modalidade de Aplicação: (87) 3.3.50.00.00.00.00.0184 –
Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Atividade 2.052 Manutenção do Transporte Escolar - Infantil
Modalidade de Aplicação: (80) 3.3.90.00.00.00.00.0184 –
Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Atividade 2.053 Manutenção do Transporte Escolar - Fundamental
Modalidade de Aplicação: (61) 3.3.90.00.00.00.00.0184 –
Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL
..... R\$ 448.800,00

Art. 3º - Ficam ajustadas nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017 – Lei Municipal nº. 1.563/2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2016 - Lei Municipal nº. 1.720/2015 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2016 - Lei nº. 1.729/2015, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes do presente Decreto.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 06 de Junho de 2016.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra

LEI 1736 2016

Lei 1736 2016
DECRETO Nº 044/2016

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2016 DO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA, USANDO COMO RECURSOS ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO.”

AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.736/2016, de 06 de Junho de 2016,

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao orçamento da Prefeitura Municipal de Morro da Fumaça - Município de Morro da Fumaça, no valor de R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais)

Órgão 05: SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP., CULT. E TUR.

Atividade 2.027: Apoio ao Transporte Escolar do Ensino Superior
Modalidade de Aplicação: (70) 3.3.90.00.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 900.000,00
TOTAL
..... R\$ 900.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão por conta dos seguintes créditos orçamentários.

I – Por conta da anulação parcial e/ou total dos seguintes créditos orçamentários do exercício em curso:
Órgão 02: GABINETE DO PREFEITO

Atividade 1.059: Construção de Capela Mortuária
Modalidade de Aplicação: (1) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 8.500,00

Atividade 2.048: Manutenção do Convênio de Multa de Trânsito
Modalidade de Aplicação: (6) 3.3.90.00.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 27.700,00

Atividade 2.048: Manutenção do Convênio de Multa de Trânsito
Modalidade de Aplicação: (8) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 17.000,00
TOTAL
..... R\$ 53.200,00

Órgão 03: SECRETARIA DO SISTEMA ECONÔMICO

Atividade 2.088: Ações ao Encargo do CIGA
Modalidade de Aplicação: (12) 3.3.93.00.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 8.000,00
TOTAL
..... R\$ 8.000,00

Órgão 04: SECRETARIA DO SISTEMA DE INFRAESTRUTURA

Atividade 1.004: Aquisição de Terreno para Implantação de Área Industrial
Modalidade de Aplicação: (24) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Atividade 1.016: Construção de Ponte e Pontilhões
Modalidade de Aplicação: (46) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Atividade 1.029: Ampliação da Rede Pluvial e de Saneamento Básico
Modalidade de Aplicação: (39) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Atividade 1.067: Implantação de Equipamentos Públicos (Praças, lixeiras)
Modalidade de Aplicação: (31) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Atividade 2.020: Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Modalidade de Aplicação: (43) 3.3.90.00.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Atividade 2.047: Manutenção da Iluminação Pública
Modalidade de Aplicação: (37) 3.3.90.00.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

Atividade 2.084: Sistema de Coleta de Lixo
Modalidade de Aplicação: (36) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 –
Aplicações Diretas R\$ 10.000,00
TOTAL
..... R\$ 390.000,00

Órgão 05: SECRETARIA DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO, ESP., CULT. E TUR.

Atividade 1.014: Aquisição de Ônibus/ Microônibus e Veículos Utilitários
Modalidade de Aplicação: (53) 4.4.90.00.00.00.00.00.0184 –
Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Atividade 1.015: Aquisição de Área, Construção, Reforma e Ampliação de Creches
Modalidade de Aplicação: (71) 4.4.90.00.00.00.00.00.0184 –
Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

Atividade 1.056 Construção de Ginásios de Esportes e Quadras poliesportivas para as escolas
Modalidade de Aplicação: (55) 4.4.90.00.00.00.00.00.0184 –
Aplicações Diretas R\$ 20.000,00
Atividade 2.029 Manutenção do Ensino Infantil (Pré-escolar)

Modalidade de Aplicação: (77) 3.3.90.00.00.00.00.0184 –
Aplicações Diretas R\$ 117.800,00

Atividade 2.030 Manutenção da Educação Especial
Modalidade de Aplicação: (87) 3.3.50.00.00.00.00.0184 –
Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

Atividade 2.052 Manutenção do Transporte Escolar - Infantil
Modalidade de Aplicação: (80) 3.3.90.00.00.00.00.0184 –
Aplicações Diretas R\$ 75.000,00

Atividade 2.053 Manutenção do Transporte Escolar - Fundamental
Modalidade de Aplicação: (61) 3.3.90.00.00.00.00.0184 –
Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL
..... R\$ 448.800,00

Art. 3º - Est Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 06 de Junho de 2016.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

FERNANDO DILTON TEIXEIRA
Secretário do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal
na data supra

REGISTRO DE PREÇO 068/2016

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para
Registro de Preço 068/2016. Objeto: AQUISIÇÃO DE TUBOS DE
CONCRETO E MEIO FIO conforme anexo I. Data: 17/06/2016 às
09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefei-
to Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município.
FERNANDO D. TEIXEIRA – Secretário do Sistema Econômico.

Navegantes

PREFEITURA

ATA PREGÃO 11/2016 FMS - PARECER DA COMISSÃO

Pregão 11/2016 FMS medicamentos de A z
ATA DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS
PARECER DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

NO DIA 25 DE MAIO DE 2016, FOI ABERTO O CERTAME COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES MATRIZ COMÉRCIO FARMACÊUTICO LTDA E SESI (SERVIÇO SOCIAL DA INDÚSTRIA – FARMÁCIA 523) DEVIDAMENTE CREDENCIADAS. SOMENTE A EMPRESA MATRIZ SE ENQUADRA COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE OS REPRESENTANTES VISTARAM OS DOCUMENTOS DOS CREDENCIAMENTOS.

NA SEQUENCIA FORAM ABERTOS OS ENVELOPES RELATIVOS ÀS PROPOSTAS, CONSTATANDO-SE QUE AS MESMAS CUMPRIRAM COM O EXIGIDO NO EDITAL, SENDO VISTADAS PELOS PRESENTES.

APÓS A SESSÃO DE LANCES (MAIOR DESCONTO) FOI VERIFICADO OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA E CONSTATOU-SE QUE CUMPRIA COM O EDITAL. APÓS ASSINATURAS DAS EMPRESAS PRESENTES, NÃO HOUVE MENÇÃO DE RECURSO E ENCERROU -SE O CERTAME.

Pregoeira: Carla Claudino

Membros: Tatiana de Alencar Carlini

Miroslava Marin

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 68/2016 PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SETOR DE COMPRAS DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2016 PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para o OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE BOBINAS TERMICAS PARA SUPRIMENTO DOS RELOGIOS DE PONTOS BIOMETRICOS LOCALIZADOS NO PAÇO MUNICIPAL, SECRETARIAS E FUNDAÇÕES DO MUNICIPIO DE NAVEGANTES/SC. Data da entrega dos envelopes: 17/06/2016 até às 08:50 hs. Abertura envelopes: 17/06/2016 às 09:00 hs. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC ou no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. Navegantes, 07 de junho de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito.

AVISO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO 03/2016 FMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2016 FMAS REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE HIGIENE E PRODUTO DE LIMPEZA, DESTINADOS A MANUTENÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLOHIMENTO MUNICIPAL "ANILDO DE SOUZA", ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIAL SOCIAL DE NAVEGANTES/SC.

Navegantes, 06 de junho de 2016. ROBERTO CARLOS DE SOUZA - Prefeito

DECRETO Nº 077 DE 06 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 77 DE 06 DE JUNHO DE 2016
DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela da Lei nº 3107 de 06/06/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 27 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

Função: 06 – Segurança Pública

Programa: 27– Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar

Subfunção: 181 – Policiamento

1.079 – Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar

Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos

02 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

T O T A L
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 27 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

Função: 06 – Segurança Pública

Programa: 27– Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar

Subfunção: 181 – Policiamento

2.102 – Manutenção e Funcionamento do FUMREBOM

Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos

07 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

T O T A L
..... R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMpra-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 06 de Junho de 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de Junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 078 DE 06 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 78 DE 06 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 3108 de 06/06/2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 122.500,00 (Cento e vinte e dois mil e quinhentos reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 08 – Bloco Investimento

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 47 – Infra-estrutura em Saúde

1.065 – Construção, Reforma e Ampliação da Unidades de Saúde

Fonte de Recursos – 016300 – Transferência de convênios – Estado/Saúde

72 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 58.000,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 40 – Atenção Especializada

1.055 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários p/ Unidades de Atenção Especializada

Fonte de Recursos – 016300 – Transferência de convênios – Estado/Saúde

74 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.000,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial

Programa: 102 – Atendimento Hospitalar

1.101 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para Unidades Hospitalares

Fonte de Recursos – 016300 – Transferência de convênios – Estado/Saúde

82 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 41 – Atenção Básica

1.066 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários p/ Unidades de Saúde

Fonte de Recursos – 010200 – Receita e Transferência de impostos - Saúde

33 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

T O T A L
..... R\$ 122.500,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa

Função: 10 – Saúde

Subfunção: 301 – Atenção Básica

Programa: 49 – Serviços de Saúde

1.067 – Aquisição de Veículos p/ Saúde

Fonte de Recursos – 016300 – Transferência de convênios – Estado/Saúde

09 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 112.000,00

Fonte de Recursos – 010200 – Receita e Transferência de impostos - Saúde

01 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

T O T A L
..... R\$ 122.500,00

Art. 3º - Esta Decreto em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 06 de Junho de 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de Junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI Nº 3107 DE 06 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 3107 DE 06 DE JUNHO DE 2016

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 27 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

Função: 06 – Segurança Pública

Programa: 27– Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar

Subfunção: 181 – Policiamento

1.079 – Construção do Quartel do Corpo de Bombeiros Militar

Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos

02 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

T O T A L
..... R\$ 50.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

ÓRGÃO: 27 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

UNIDADE: 01 – Fundo Municipal Reequipamento Corpo Bombeiros de Navegantes

Função: 06 – Segurança Pública

Programa: 27– Infraestrutura p/o Corpo de Bombeiros Militar

Subfunção: 181 – Policiamento

2.102 – Manutenção e Funcionamento do FUMREBOM

Fonte de Recursos – 010600 – Recursos diretamente arrecadados pela administração indireta e fundos

07 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 50.000,00

T O T A L
..... R\$ 50.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 06 de Junho de 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 06 de Junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

LEI Nº 3108 DE 06 DE JUNHO DE 2016

LEI Nº 3108 DE 06 DE JUNHO DE 2016

“Dispõe sobre a anulação parcial de dotações orçamentárias para efeito de suplementação”

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso de suas atribuições legais. Faço saber que a Câmara de Vereadores votou e aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de R\$ 122.500,00 (Cento e vinte e dois mil e quinhentos reais) das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE: 08 – Bloco Investimento
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 47 – Infra-estrutura em Saúde
1.065 – Construção, Reforma e Ampliação da Unidades de Saúde
Fonte de Recursos – 016300 – Transferência de convênios – Estado/Saúde
72 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 58.000,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 40 – Atenção Especializada
1.055 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários p/ Unidades de Atenção Especializada
Fonte de Recursos – 016300 – Transferência de convênios – Estado/Saúde
74 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 29.000,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE: 09 – Bloco Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 102 – Atendimento Hospitalar
1.101 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para Unidades Hospitalares

Fonte de Recursos – 016300 – Transferência de convênios – Estado/Saúde

82 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE: 05 – Bloco Atenção Básica
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 41 – Atenção Básica
1.066 – Aquisição de Equipamentos e Mobiliários p/ Unidades de Saúde
Fonte de Recursos – 010200 – Receita e Transferência de impostos - Saúde
33 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

T O T A L
..... R\$ 122.500,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação das seguintes dotações:

ÓRGÃO: 25 – Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE: 01 – Diretoria Administrativa
Função: 10 – Saúde
Subfunção: 301 – Atenção Básica
Programa: 49 – Serviços de Saúde
1.067 – Aquisição de Veículos p/ Saúde
Fonte de Recursos – 016300 – Transferência de convênios – Estado/Saúde
09 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 112.000,00
Fonte de Recursos – 010200 – Receita e Transferência de impostos - Saúde
01 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 10.500,00

T O T A L
..... R\$ 122.500,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Prefeitura de Navegantes - SC, 06 de Junho de 2016.
Roberto Carlos de Souza
PREFEITO MUNICIPAL

Esta Lei foi Registrada e Publicada na Secretaria de Administração, nesta data.

Prefeitura de Navegantes - SC, 06 de Junho de 2016.

Nádia Braz Bins
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1267/2016 EXONERA

PORTARIA Nº 1267 DE 13 DE MAIO DE 2016
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) MONICA RAQUEL SARTURNINO ANTONIO, da função de Assessor Técnico II a partir de 02.05.2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 13 DE MAIO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 13 de maio de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1473/2016 EXONERA

PORTARIA N º 1473 DE 02 DE JUNHO DE 2016

EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido, a servidora ANA CLAUDIA FIGUEIREDO, do cargo de ASSISTENTE SOCIAL DO CREAS/SUAS, pertencente ao quadro dos servidores públicos municipais efetivos, a partir de 01/06/2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1478 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICANCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1478 DE 2 DE JUNHO DE 2016

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais – e Douglas Lemos – Monitor de Educação Infantil - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA Apurar possíveis maus tratos às crianças.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1479 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICANCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N º 1479 DE 2 DE JUNHO DE 2016

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais – e Douglas Lemos – Monitor de Educação Infantil - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA Apurar possíveis maus tratos a criança.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1480 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICANCIA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1480 DE 2 DE JUNHO DE 2016
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais – e Douglas Lemos – Monitor de Educação Infantil - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA Apurar possível violência contra crianças.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 2 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 2 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1481/2016 EXONERA

PORTARIA N.º 1481 DE 02 DE JUNHO DE 2016
EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 7 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I – EXONERAR a pedido o (a) servidor (a) SHEILA MARIA SAGAS MACHADO, da função de Diretora do Tesouro a partir de 01.06.2016.

II – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1482/2016 CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE

PORTARIA N.º 1482 DE 02 DE JUNHO DE 2016
CONCEDE ADICIONAL PERICULOSIDADE AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município em seu art. 60, III, combinado com o Decreto n.º 44 de 22/1/2015, RESOLVE:

I CONCEDER adicional periculosidade ao servidor JAN PIERRE HENCKEL, por utilizar a motocicleta placa MJJ 4671, para o desempenho das suas atividades laborais.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 01/06/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 02 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 02 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1489/2016 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAR POSSIVEL IRREGULARIDADE NA SUPRESSÃO DE VALORES DA FOLHA DE PAGAMENTO DO SERVIDOR J.S.V

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n.º 100 - Centro
CEP - 88.370-446 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br

PORTARIA N.º 1489 DE 3 DE JUNHO DE 2016
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes, RESOLVE:

I - DESIGNAR os servidores Vanessa Faim – Atendente de Posto de Saúde -, Alessandra Regina Lucas – Agente de Serviços Gerais -, Douglas Lemos – Monitor de Educação Infantil - para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar possível irregularidade na supressão de valores da folha de pagamento do servidor J.S.V..

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE JUNHO DE 2016.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 1491/2016 COGEMFRI

PORTARIA N º 1491 DE 06 DE JUNHO DE 2016

Dispõe sobre a indicação dos representantes do sistema Municipal de Ensino de Navegantes para o Colegiado de Gestão em Educação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí – CoGEMFRI e dá outras providências.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais e

Considerando o Acordo de Cooperação Intermunicipal firmado entre o Chefe do Poder Executivo desse Município, a AMFRI-Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí e o Instituto Positivo para desenvolver as ações do CoGEMFRI,

DETERMINA:

Art. 1º O (A) Dirigente Municipal de Educação é membro nato do CoGEMFRI.

Art. 2º - São indicados para representar o Sistema Municipal de Ensino de Navegantes:

I. Silvana Maria Mendes Francisco, servidora de carreira nesse município desde 19/09/1991 no cargo de Professora, com 40 horas semanais e exerce a função de Assessora Técnica.

II. Tatiane Nascimento, servidora de carreira nesse município desde 08/02/2010 no cargo de Monitora, com 30 horas semanais e exerce a função de Diretora de Departamento.

III. Luiza Ramos de Lima Couto, servidora de carreira nesse município desde 18/02/2015 no cargo de Professora, com 20 horas semanais exerce a função de Chefe de Departamento Pedagógico.

Art 3º Os representantes do município exercerão as atividades a partir das orientações do Protocolo de Intenções e Ações do CoGEMFRI.

Art. 4º As liberações para a representação no CoGEMFRI dependerão da análise e consequente aprovação do(a) Dirigente Municipal de Educação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 06 DE JUNHO DE 2016.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

PREFEITO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 06 de junho de 2016.

Nádia Braz Bins

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO 053/2016

CONTRATO Nº 053/2016

Origem: Processo Licitatório Nº 034/2016, Credenciamento nº 002/2016. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, com sede em Nova Trento, Estado de Santa Catarina, sito a Rua Nereu Ramos, 164, centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.858.200/0001-91. Contratada: CCDL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA., inscrita no CNPJ nº 24.244.514/0001-50, estabelecida na Rua 3300, nº 360, Sala 108 A-9, Centro, Balneário Camboriú/SC. Objeto do Contrato: O presente contrato tem por objetivo credenciar pessoas jurídicas para prestação de serviço de cirurgias de Ligamento Cruzado Anterior e Lesão Meniscal, sem caráter de exclusividade, nos quantitativos estabelecidos pela Secretaria Municipal de Saúde ou Deliberação CIB/SUS (se houver), e de acordo com a Tabela de Procedimentos do SUS, divulgada pelo Ministério da Saúde. Valor: O valor a ser pago pelo Município será mediante o encaminhamento por AIH mais complemento, por procedimento, até atingir o(s) valor(es) fixados no anexo I do edital de credenciamento. Vigência: 28/04/2016 à 31/12/2016.

Nova Trento, 28 de abril de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

CONTRATO 067/2016

CONTRATO Nº 067/2016

Origem: Processo Licitatório Nº 047/2016 - Pregão Presencial Nº 036/2016.

Contratante: Prefeitura de Nova Trento. Endereço: Rua Santo Inácio, 126, Praça Del Comune, Centro, 88270-000, CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: ATAIDE HENRIQUE MARCOLLA, inscrito no CPF nº 167.665.989-72, residente na Estrada Geral de Pitanga, município de Nova Trento/SC. Objeto do Contrato: O presente contrato tem por objeto a locação de um veículo CAMINHÃO, com no mínimo 8 metros de prancha, com capacidade mínima de 23 toneladas, ano de fabricação não inferior a 2007, para transporte de uma Escavadeira Hidráulica, dentro do município de Nova Trento, sem fornecimento de mão de obra (motorista), para atender a necessidade da Administração. Valor do Contrato: R\$ 2.500,00 (Dois mil e quinhentos reais) mensais. Vigência: 23 de maio de 2016 a 23 de maio de 2017.

Nova Trento, 23 de maio de 2016.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito

CONTRATO 070/2016

CONTRATO Nº 070/2016

Origem: Processo Licitatório Nº 068/2016 – Pregão Presencial nº 044/2016

Contratante: O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público, sito à Rua Santo Inácio, 126, Praça Del Comune, centro, inscrito no CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: TERRAPLANAGEM NH LTDA., inscrita no CNPJ nº 81.006.215/0001-11, estabelecida à Rua Maximiliano Furbringer, 480, Sala 01 – Souza Cruz, cidade de Brusque/SC, CEP 88354-670. Objeto do Contrato: Contratação de serviços de ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAÇAMBA, TRATOR DE ESTEIRA e RETROESCAVADEIRA, para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, com a prestação de serviço no Município de

Nova Trento, em distância não superior a 30 KM da sede do Município de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I. O valor parcelado de R\$ 10.125,00 (Dez mil, cento e vinte e cinco reais) – serviços de Escavadeira Hidráulica 1,7m3 – equivalente a 75 horas e o valor parcelado de R\$ 200.025,00 (Duzentos mil e vinte e cinco reais) – serviços de Transporte com Caçamba – equivalente a 2.667 horas, idraulica referente a Ata de Registro de Preços nº 019/2015. Vigência: 01/06/2016 à 31/12/2016.

Nova Trento, 30 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

CONTRATO 071/2016

CONTRATO Nº 071/2016

Origem: Processo Licitatório Nº 068/2016 – Pregão Presencial nº 044/2016

Contratante: O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público, sito à Rua Santo Inácio, 126, Praça Del Comune, centro, inscrito no CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: ULLER LOCAÇÃO DE MÁQUINAS LTDA. ME., inscrita no CNPJ nº 08.654.833/0001-88, estabelecida à Rua Paulo Hodecker, nº 22, Águas Claras, cidade de Brusque/SC, CEP 88353-616. Objeto do Contrato: Contratação de serviços de ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAÇAMBA, TRATOR DE ESTEIRA e RETROESCAVADEIRA, para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, com a prestação de serviço no Município de Nova Trento, em distância não superior a 30 KM da sede do Município de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I. O valor parcelado de R\$ 8.788,00 (Oito mil, setecentos e oitenta e oito reais) – serviços de Escavadeira Hidráulica 0,90m3 – equivalente a 87,88 horas, idraulica referente a Ata de Registro de Preços nº 019. Vigência: 01/06/2016 à 31/12/2016.

Nova Trento, 30 de maio de 2016.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

CONTRATO 072/2016

CONTRATO Nº 072/2016

Origem: Processo Licitatório Nº 068/2016 – Pregão Presencial nº 044/2016

Contratante: O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público, sito à Rua Santo Inácio, 126, Praça Del Comune, centro, inscrito no CNPJ nº 82.925.025/0001-60. Contratada: TERRAPLANAGEM KREUSCH LTDA. ME., inscrita no CNPJ nº 10.289.581/0001-87, estabelecida à Rua João Batista Debatim, nº 82, Águas Claras, cidade de Brusque/SC, CEP 88353-680. Objeto do Contrato: Contratação de serviços de ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CAÇAMBA, TRATOR DE ESTEIRA e RETROESCAVADEIRA, para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, com a prestação de serviço no Município de Nova Trento, em distância não superior a 30 KM da sede do Município de Nova Trento, conforme quantidades, necessidades e especificações constantes do anexo I. O valor parcelado de R\$ 21.812,70 (Vinte e um mil, oitocentos e doze reais e setenta centavos) – serviços com Retroescavadeira – equivalente a 273 horas, idraulica referente a Ata de Registro de Preços nº 019/2015.

Vigência: 01/06/2016 à 31/12/2016.
Nova Trento, 30 de maio de 2016.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 440/2016

PORTARIA Nº 440/ 2016

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através da Portaria nº 026/2013, de 07 de janeiro de 2013, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014;

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, de 20/01/2016, convocada conforme Decreto nº 097/2016, ANDRESA CRISTINA GEANESINI LOPES, matrícula nº 7203, para exercer o cargo de Auxiliar de Sala, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Agutí, Município de Nova Trento, a contar de 01 de junho de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (término do ano letivo), por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/14.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de junho de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Adérico Edílio Dalri
Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2016

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominada MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora ANDRESA CRISTINA GEANESINI LOPES, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Eugenio Dalsenter Filho, nº 105, Bairro Carmelo de Dentro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 021.793.019-01, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições do cargo de Auxiliar de Sala, com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Agutí - Agutí,

Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 860,07 (oitocentos e sessenta reais e sete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de junho de 2016 a 20 de dezembro de 2016 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de junho de 2016.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Andresa Cristina Geanesini Lopes
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de junho de 2016.

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

Orleans

PREFEITURA

CONTRATO 13/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

SAMAE DE ORLEANS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 13/2016

Contratante.: SAMAE DE ORLEANS

Contratada : COENCO ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA

Valor : 38.850,00 (trinta e oito mil oitocentos e cinquenta reais reais) anual.

Vigência : Início: 23/05/2016 Término: 31/12/2016

Objeto : aquisição de concreto betuminoso usinado a quente

Orleans-SC., 06 de junho de 2016

EDITAL DE INSCRITOS NO PROCESSO SELETIVO Nº007/2016

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS

A Comissão Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna pública a Lista dos Candidatos que tiveram sua inscrição deferida, conforme estabelecido no Edital de nº007/2016.

CARGO DE TÉCNICO DE ENFERMAGEM SOCORRISTA

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
1	01	ANDRESON DOS SANTOS DE OLIVEIRA	03/05/1979	DEFERIDA
2	02	MARILEIA DOS SANTOS	08/01/1976	DEFERIDA
3	03	GERUSA DA SILVA AMANCIO	01/03/1982	DEFERIDA

Orleans, 06 de junho de 2016.

VALDAIR DELLA GIUSTINA BAGIO

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

ERRATA PP 08/2016 - SAMAE

Errata de PP 08/2016

O SAMAE de Orleans anuncia a ERRATA do Pregão Presencial 08/2016 , aquisição de material de construção.

Anexo I – Item 2

Onde se lê – tabua pinus 3m x 25cm

Leia – se - tabua pinus 3m x 15cm

Permanecem inalterados os demais itens e condições do edital.

Orleans-SC., 06 de junho de 2016

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO DISPENSA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2016

Objeto:Aquisição de óleos, filtros e serviço mecânico para manutenção da motoniveladora Volvo G940 do setor rodoviário do Município. Amparo legal lei 8.666/93 e suas alterações Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 06 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº004/2016

Objeto:Realização de capacitação e apoio técnico a gestão municipal do Programa Bolsa Família,com vistas ao desenvolvimento de atividades que promovam o debate sobre os direitos sociais de cidadania e inclusão social,tendo como prioridade a proteção de crianças e adolescentes. Amparo legal lei 8.666/93 e suas alterações Informações: Secretaria Geral de ADM e setor de licitações da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007, Ouro Verde (SC), 07 de junho de 2016. Rosane Minetto Selig Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL - RP 68/2016 - AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 68/2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 21 de junho de 2016, às 09:00 h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL- REGISTRO DE PREÇO Nº. 68/2016, que tem por objeto a aquisição de material de higiene para atender as necessidades do serviço de acolhimento institucional – Casa Lar do Município de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 07 de junho de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 070/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 20 de junho de 2016, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 070/2016, que tem por objeto a aquisição de um veículo zero quilômetros para o Conselho Tutelar de Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 06 de junho de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

REPUBLICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 043/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
REPUBLICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2016

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 17 de junho de 2016, às 09:00h, o recebimento e abertura das propostas e a sessão de lances do PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2015, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, que tem por objeto a aquisição de Minicarregadeira e Miniescavadeira para Secretaria Municipal de Abastecimento e Esgoto - SAMAE – Palhoça. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 08:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 06 de junho de 2016. A PREGOEIRA.

RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 055/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
RESULTADO
PROCESSO LICITATÓRIO
PREGÃO PRESENCIAL nº 055/2016

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 055/2016, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a contratação de empresa especializada em pavimentação de recomposição e tapa buracos, a ser utilizado em diversas ruas deste Município, através de Registro de Preços, conforme discriminado no anexo I do edital.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

A empresa RADIAL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES EIRELI ficou classificada em 1º lugar, totalizando R\$1.149.000,00 (hum milhão, cento e quarenta e nove mil reais).

Palhoça, 07 de junho de 2016.

TOMADA DE PREÇO Nº 069-2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 069 /2016

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 24 de junho de 2016, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da Tomada de Preço Nº. 069 /2016, que tem por objeto a contratação de empresa para Implantação de medida moderadora de tráfego (RÓTULA) na Avenida Vidal Procópio Lonh com a Rua Jacob Weingartner, Centro (LOTE 01), Implantação de medida moderadora de tráfego (RÓTULA) na Avenida Vidal Procópio Lonh com a Avenida Rio Grande, Centro (LOTE 02). O edital que está embasado na lei de licitações se encontra à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 06 de junho de 2016. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, Prefeito Municipal.

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº67/2016**

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº67/2016 – Pregão Presencial 28/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa GERLI ADRIANE CORDOVA ME. OBJETO: Contratação de empresa para a manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças para equipamentos médico hospitalares, odontológicos, fisioterapia e laboratório. Manutenção corretiva nos relógios ponto com fornecimento de peças.

DATA: 03/06/2016 à 02/06/2017.

Nome da Empresa: GERLI ADRIANE CORDOVA ME				CNPJ: 07.415.281/0001-92	
Lote 1: Equipamentos Médico hospitalares e odontológicos					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos médico-hospitalares e odontológicos da rede Municipal de Saúde					
1	12,00	SERV		R\$2.717,0800	R\$32.604,9600
Especificação: Fornecimento de peças para manutenção de equipamento médico - hospitalar e odontologia.					
2	1,00	PÇ		R\$51.395,0400	R\$51.395,0400
Valor Total		(oitenta e quatro mil reais)			R\$84.000,00

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº68/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº68/2016 – Pregão Presencial 28/2016 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa JOSIANE MACHADO KAHL ME. OBJETO: Contratação de empresa para a manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças para equipamentos médico hospitalares, odontológicos, fisioterapia e laboratório. Manutenção corretiva nos relógios ponto com fornecimento de peças.

DATA: 03/06/2016 à 02/06/2017.

Nome da Empresa: JOSIANE MACHADO KAHL ME				CNPJ: 20.132.123/0001-93	
Lote 2: Equipamentos de Fisioterapia					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos de Fisioterapia da rede Municipal de Saúde					
1	12,00	SERV		R\$1.100,0000	R\$13.200,0000
Especificação: Fornecimento de peças para manutenção de equipamento de fisioterapia.					
2	1,00	PÇ		R\$7.016,0000	R\$7.016,0000
Lote 3: Equipamentos de Laboratório					
Item	Quantidade	Unidade	Marca e Modelo	Preço Unitário	Preço Total
Especificação: Manutenção preventiva e corretiva nos equipamentos Laboratório da rede Municipal de Saúde					
1	12,00	SERV		R\$2.000,0000	R\$24.000,0000
Especificação: Fornecimento de peças para manutenção de equipamento de laboratório					
2	1,00	PÇ		R\$22.273,0000	R\$22.273,0000
Valor Total		(sessenta e seis mil e quatrocentos e oitenta e nove reais)			R\$66.489,00

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2016.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 32/2016 – Registro de Preços, objeto: aquisição de materiais de construção, elétrico, hidráulico, pintura, ferramentas e equipamentos, para manutenção das Unidades da rede Municipal de saúde e demais setores da Secretaria Municipal de Saúde, no dia 17 de junho de 2016, às 13:30h, recebimento e abertura das propostas, lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site palhoca.atende.net. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 06 de junho de 2016.

Eronete Gilda Gomes Oliveira

Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2016.

O Município de Palhoça, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, que se acha aberto edital de licitação, na modalidade Pregão Presencial nº 34/2016 – Registro de Preços, objeto: aquisição de um grupo gerador, linha diesel, com potência nominal mínima de 80 kva (100kva) em stand by, incluindo a instalação, para a Unidade de Pronto Atendimento – UPA, no dia 20 de junho de 2016, às 13:30h, recebimento e abertura das propostas, lances e abertura dos envelopes de habilitação, na Sala de Licitações da Sec. de Saúde, Centro Comercial Pagani (Prédio do Banco do Brasil), 3º andar, sito na Av. Atílio Pagani, 855 – Bairro Pagani-Palhoça/SC. O edital convocatório, encontram-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, bem como no site palhoca.atende.net. Maiores informações fone: (48) 3047-5557, das 13:00 às 19:00 horas.

Palhoça, 06 de junho de 2016.

Eronete Gilda Gomes Oliveira

Pregoeira Oficial Sec. de Saúde

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2016

PARTES: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos de Palhoça – IPPA e Pericial Sul Perícias Médicas Saúde e Segurança do Trabalho Ltda.

OBJETO: Prestação de serviços periciais médicos para reavaliação de aposentadoria por invalidez, já concedidas, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça – IPPA, conforme artigo 32, da Lei nº 1.320/2001.

PRAZO CONTRATUAL: Imediato.

VALOR DO CONTRATO: R\$ 78,00 (setenta e oito reais) por perícias realizada, limitado a 100 (cem) perícias.

DATA: 05/05/2016

Milton Luiz Espíndola

Presidente do IPPA.

PORTARIA Nº 029/2016

	ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA
--	--

PORTARIA Nº 29/2016

O Prefeito Municipal de Palhoça, Sr. Camilo Nazareno Pagani Martins e o Presidente Autárquico do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Palhoça - IPPA, Sr. Milton Luiz Espíndola, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVEM:

NOMEAR POR CONCURSO Soraya Regina Becker, para ocupar o cargo da categoria funcional de Técnica Previdenciária, com carga horária de 40 (quarenta) horas/semanais, do Quadro Único de Pessoal Civil do IPPA, de acordo com a Lei Complementar nº 086/2009, 159/2014 e Lei 991/2000, que institui o Estatuto e Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais de Palhoça e suas alterações da Administração Indireta desta Autarquia, admitido através de Concurso Público Edital nº.003/2015, homologado em 14/01/2016.

Palhoça, SC, em 01 de junho de 2016.

CAMILO N. P. MARTINS

Prefeito Municipal

MILTON L. ESPÍNDOLA

Presidente do IPPA

Palmitos

PREFEITURA

PROCESSO 12/2016 SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 12/2016. Modalidade: TOMADA DE PREÇO 01/2016. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOBREAVISO MÉDICO, PEQUENOS PROCEDIMENTOS E EXAMES AMBULATORIAIS. Data da entrega dos envelopes: 23/06/2016 até as 08:30 horas. Data da abertura: 23/06/2016 até às 09:00 horas. Edital disponível no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 6 de Junho de 2016. Tânia de Fátima Henchen – Gestora do Fundo.

PROCESSO 68/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 68/2016. Modalidade: Leilão Nº 001/2016. Objeto VENDA DE ATIVOS INSERVÍVEIS DO MUNICÍPIO DE PALMITOS - SC. Data da abertura: 06/07/2016 até às 14:00 horas. Edital disponível no site: www.palmitos.sc.gov.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura. Palmitos, 06 de junho de 2016. Norberto Paulo Gonzatti – Prefeito Municipal.

Papanduva

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 056/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA

Dispensa de Licitação nº 056/2016. Objeto Contratação de empresa especializada em consultoria e assessoria técnica de gestão administrativa, contábil e jurídica. Contratada: INSTITUTO GAMMA DE ASSESSORIA A ORGAOS PÚBLICOS LTDA - EPP. Justificativa Em atendimento à solicitação da Secretaria Municipal de Administração e, considerando a necessidade que possui esta municipalidade em manter assessoria técnica em gestão pública nas áreas como administração, contabilidade, jurídica, controle interno e outras; considerando o que disciplina o art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93, faz-se necessária a realização desta dispensa de licitação. Valor total: R\$ 4.620,00.

Papanduva, 03 de junho de 2016
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2016 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 050/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA.
MUNICÍPIO DE PAPANDUVA.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 050/2016 Inexigibilidade de Licitação nº 050/2016. Objeto: Prestação de serviços técnicos especializados no gerenciamento, divulgação e publicação on-line de Atos Oficiais de efeito externo. Totalizando o montante de R\$ 10.500,00. Contratada: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA. Fundamento Legal: Artigo 25 da Lei de Licitações em vigor.

Papanduva, 03 de junho de 2016
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Paraíso

PREFEITURA

PARECER REEQUILIBRIO PL. 59-2015

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 59/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2015

PEDIDO DE REEQUILIBRIO FINANCEIRO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO, SC, neste ato representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, O Senhor ERNI GIACOMINI, vem apresentar sua decisão sobre os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro da Empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda, nos seguintes termos:

A empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda, vem requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, em alguns itens a qual a mesma logrou êxito no processo licitatório.

Entendo que no caso de registro de preço, a empresa vencedora deve manter a disponibilidade do produto, o qual ficou de entregar, nas condições de sua proposta no processo licitatório.

Quando da oferta de lances, no processo licitatório, a empresa licitante tem consciência que ela deverá garantir o preço pelo lapso temporal, o qual vige o registro de preço. Sendo que se isso não acontecer estaremos prejudicando os licitantes perdedores, pois, a princípio, o preço por estes informadores seriam até o final do prazo do registro de preço.

Sendo assim, nego o pedido de o reequilíbrio econômico-financeiro feito pela Empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda.

No caso em tela, em caso de não ocorrer à entrega dos produtos por parte da Empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda, deve-se rescindir o contrato de forma parcial ou total (depende de quantos itens não serão entregues). E ser chamada a segunda colocada nos produtos não entregues.

Tal possibilidade existe, conforme explicação contida no sítio eletrônico <http://www.zenite.blog.br/decreto-no-7-8922013-solucao-para-o-remanescente-de-ata-de-registro-de-precos/#.V1VwBzUrLIU> (acesso em 06/06/2016):

“...

Naquele contexto, entendíamos possível estender à hipótese a disciplina do art. 24, inc. XI, da Lei nº 8.666/93: será dispensável a licitação “na contratação de remanescente de obra, serviço ou fornecimento em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido”.

Com base em raciocínio por analogia, aplicável justamente em vista da omissão normativa, desde que exista uma semelhança entre as situações concretas (regulada e não regulada), manifestávamos pela viabilidade de convocar o próximo licitante classificado no certame, e desde que regularmente habilitado (e mantido o valor da proposta do 1º), para formalizar ata abarcando o remanescente do primeiro instrumento obrigacional.

O Decreto nº 7.892/2013, que atualmente regulamenta o sistema de registro de preços no âmbito da Administração Pública federal, resolveu esta questão.

Nos moldes do art. 11 do regulamento, após “a homologação da licitação, o registro de preços observará, entre outras, as seguintes

condições”, “I – será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame; “II – o preço registrado com indicação dos fornecedores será divulgado no Portal de Compras do Governo federal e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços; e”, “III – a ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações”. (Destacamos.)

E o parágrafo primeiro do mesmo dispositivo indica a intenção do legislador: “O registro a que se refere o caput tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado na ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21”. (Destacamos.)

Com a disciplina do atual Decreto, na etapa de conclusão do certame e formação da ata, a questão em apreço é dirimida.

Vale dizer, se outros licitantes aceitarem fornecer o bem/serviço pelo mesmo valor do vencedor, então também terão suas propostas registradas e, nessa medida, será formado o cadastro de reserva, o qual atenderá situações de exclusão do beneficiário da ata (1º colocado).

...”

III - DECISÃO

Diante do exposto indefiro o pedido de reequilíbrio-financeiro feito pela Empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda. Intime-se a mesma da decisão e para a entrega dos produtos.

Em caso de não ocorrer à entrega rescinda-se o contrato (quanto aos produtos não entregues) e chame-se a segunda colocada para entregar os produtos nas condições em que a Empresa AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda, entregaria.

Paraíso, 06/06/2016

ERNI GIACOMINI

PREFEITO MUNICIPAL DE PARAÍSO - SC

Passos Maia

PREFEITURA

EDITAL N. 0048/2016

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0048/2016

PREGÃO PRESENCIAL N. 0028/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0028/2016, EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NOS TERMOS DO ARTIGO 48 DA LEI COMPLEMENTAR 147 DE 07/08/2014 – Objeto – Registro de

Preços para aquisição de gêneros alimentícios, utensílios de cozinha e gás de cozinha, conforme as especificações constantes no Anexo do deste Edital. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até as 14:00 horas/minutos do dia 20 de junho de 2016, iniciando a sessão pública as 14:15 horas/minutos, do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 08:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone 0**49- 3437-0010.

Passos Maia, 06 de junho de 2016.

IVANDRE BOCALON

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 007/2016

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 007/2016

“INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE SERVIDORES QUE ESTÃO CUMPRINDO ESTÁGIO PROBATÓRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROSANI DE FÁTIMA NERVIS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 27, III, da Lei Orgânica Municipal, c/c o artigo 24, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar nº 004/99 de 31 de agosto de 1999, mais o art. 41 § 4º da Constituição Federal.

Considerando a necessidade de constituir uma Comissão Especial para avaliar os servidores que estão cumprindo período de estágio probatório em obediência à legislação de regência, em especial, as Leis e regulamentos supra mencionados.

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial para realizar a avaliação de desempenho dos servidores que estão cumprindo Estágio Probatório, composta por 3 (três) membros, a saber:

- ALVANIR ANTONIO TIRELLI;
- ADRIANO LINCK; E
- ANDRÉIA MARTINS MICHELON.

Art. 2º Os membros da Comissão ora nomeada deverão desempenhar seu mister em obediência aos ditames do Decreto nº 004/2014 e também nos seguintes procedimentos:

- a) aferir o desempenho de cada servidor com base nos parâmetros definidos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, mediante acompanhamento nos respectivos locais de trabalho, realização de diligências junto aos colegas e aos usuários do serviço público, verificação das anotações da ficha funcional, análise das reclamações da sociedade que forem feitas por escrito e todas as demais exigências e requisitos previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
- b) atribuir as notas em relatório individual, de 0 (zero) a 10 (dez), para cada item avaliado;
- c) dar ciência aos servidores avaliados e vistas dos autos para o exercício do contraditório e da ampla defesa;
- d) receber e processar defesas tempestivamente protocoladas;
- e) proceder ao reexame da matéria, reconsiderando ou não as

notas anteriormente atribuídas;

f) apresentar parecer conclusivo e encaminhar o processo devidamente instruído para decisão final da autoridade superior.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto Legislativo CMV nº 003/2015 e demais disposições em contrário.

Registre-se e publique-se,

Passos Maia, SC, 1º de junho de 2016.

ROSANI DE FÁTIMA NERVIS

Presidente

Certifico que o presente Decreto Legislativo foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI

Secretário Executivo

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 008/2016

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 008/2016

“INSTITUI COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÕES, LICITAÇÕES, CONTRATOS E AVALIAÇÕES, E NOMEIA SEUS MEMBROS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANI DE FÁTIMA NERVIS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o Artigo 27, Parágrafo Único, da Lei Orgânica Municipal c/c Artigo 51, Inciso 4º, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações:

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Permanente de Pregões, Licitações, Contratos e Avaliações, são compostos pelos seguintes membros:

Presidente: ALVANIR ANTONIO TIRELLI;

Secretário: ADRIANO LINCK;

Membro: ANDRÉIA MARTINS MICHELON.

Art. 2º Compete à Comissão Municipal Permanente de Pregões, Licitações, Contratos e Avaliações:

I – Processar, julgar e aprovar o registro cadastral de fornecedores, bem como fornecer Certificado de Registro Cadastral;

II – Publicar edital de chamamento para atualização e registro de novos fornecedores, no mínimo uma vez por ano;

III – Processar e julgar os processos licitatórios em todas as suas modalidades;

IV – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis que compõem o patrimônio público municipal;

V – Avaliar, sempre que convocada, os bens móveis e imóveis de terceiros, desde que haja interesse do município;

VI – Processar e julgar, todos os processos e avaliações necessárias para o cumprimento da Lei n. 8.666/93 e suas posteriores alterações;

Parágrafo Único – Das Sessões – A Comissão deverá lavrar ata circunstanciada para cada caso, expondo o objeto do julgamento e as considerações pertinentes.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto Legislativo CMV nº 004/2015 e demais disposições em contrário.

Registre-se e publique-se,

Passos Maia/SC, 1º de junho de 2016.

ROSANI DE FÁTIMA NERVIS

Presidente

Certifico que o presente Decreto Legislativo foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI

Secretário Executivo

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 009/2016

DECRETO LEGISLATIVO CMV Nº 009/2016

“INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL PARA AVALIAÇÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ROSANI DE FÁTIMA NERVIS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 27, III, da Lei Orgânica Municipal, c/c o artigo 36, § 1º da Lei Complementar nº 004/1999, de 31 de agosto de 1999, e artigo 24 da Lei Complementar nº 005/1999 de 31 de outubro de 1999;

Considerando a necessidade de constituir uma Comissão Especial para avaliar os servidores que solicitem progressão funcional em obediência à legislação de regência, em especial, as Leis e regulamentos supra mencionados;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial para realizar a avaliação de progressão funcional, composta por 3 (três) membros, a saber:

- ALVANIR ANTONIO TIRELLI;
- ADRIANO LINCK; E
- ANDRÉIA MARTINS MICHELON.

Art. 2º Os membros da Comissão ora nomeada deverão desempenhar seu mister em obediência aos ditames dos artigos 22 e 23 da Lei Complementar nº 005/1999, de 31 de outubro de 1999.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto Legislativo CMV nº 006/2015 e demais disposições em contrário.

Registre-se e publique-se,

Passos Maia, SC, 1º de Junho de 2016.

ROSANI DE FÁTIMA NERVIS

Presidente

Certifico que o presente Decreto Legislativo foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI

Secretário Executivo

PORTARIA 005/2016

PORTARIA CMV Nº 005/2016

“CONCEDE FERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ROSANI DE FÁTIMA NERVIS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Resolução nº 004/2010, de 27/09/2010 e Lei Complementar nº 004/99, de 31/08/1999,

CONSIDERANDO o pedido formulado pelo servidor e a conveniência para o Legislativo Municipal na concessão de férias, em conformidade com o requerimento protocolado sob nº 032/2016, em 1º/06/2016.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS, nos termos do Art.72, § 1º, da Lei Complementar nº 004, de 31 de agosto de 1999, a servidora ANDRÉIA MARTINS MICHELON, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo (CPE) Nível 01 Código 1001 de SERVIÇOS GERAIS, com a competência, atribuições e vencimento previsto na Resolução nº 004/2010, jornada de trabalho 20 horas/semanais, referentes ao período aquisitivo de 01/05/2015 a 01/05/2016, para serem gozadas do dia 06/06/2016 a 06/07/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Passos Maia – SC, 1º de junho de 2016.

ROSANI DE FÁTIMA NERVIS

Presidente

Certifico que a presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A, da Lei Orgânica Municipal.

ALVANIR ANTONIO TIRELLI

Secretário Executivo

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA Nº 189/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 189/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, a Servidora Pública Municipal, NEUSA PEREIRA FERMIANO BOTECA, brasileira, efetiva e estável, portadora do CPF nº 800.273.429-72, matrícula nº 325, ocupante do Cargo de Técnica de Enfermagem, a disposição da Secretaria Municipal de Saúde com gozo no período de 01/06/2016 á 30/06/2016, referente ao quinquênio de 01/03/2009 31/05/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 01 de junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 190/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 190/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR FALECIMENTO EM PESSOA DA FAMÍLIA, o Servidor Público Municipal, Domingos Máximo Pereira, brasileiro, portador do CPF nº 003.694.909-40 matrícula nº 10417, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, à disposição da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, de 29/05/2016 até 05/06/2016, conforme Certidão de Óbito em anexo.

Município de Paulo Lopes – SC, em 01 de junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 191/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 191/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Público Municipal, ZENON BERTO BORGES, brasileiro, efetivo e estável, portador do CPF nº 344.676.539-53, matrícula nº 84, ocupante do Cargo de Auxiliar Contábil Financeiro II, a disposição da Secretaria Municipal de Finanças com gozo no período de 02/06/2016 á 01/07/2016, referente ao quinquênio de 30/04/1981 á 29/04/1986, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 02 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 192/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 192/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Jair da Silva Gonçalves, brasileiro, Ensino médio completo, residente e domiciliado na cidade de Garopaba – SC, portador do CPF nº 715.991.699-91, matrícula nº 11225, para ocupar o Cargo em Comissão de Chefe de Serviços Gerais, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes - SC, em 06 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 193/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 193/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, JOICE DE BORBA LEANDRO, brasileira, portadora do CPF nº 049.439.849-32, residente e domiciliada no Município Paulo Lopes/SC, matrícula nº 11226, aprovada em Segundo lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Auxiliar de serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 06/06/2016 à 05/06/2019 sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 06 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 194/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 194/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, MARIA APARECIDA DE JESUS, brasileira, portadora do CPF nº 942.180.219-53, residente e domiciliada no Município Paulo Lopes/SC, matrícula nº 11227, aprovada em Terceiro lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 004/2016, para ocupar o Cargo de Auxiliar de serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 06/06/2016 à 05/06/2019 sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Público Municipal), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 06 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 195/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 195/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, artigo 17º, item I, resolve:

NOMEAR POR CONCURSO, LUCIANO JOSÉ PEREIRA, brasileiro, portador do CPF nº 031.221.669-83, residente e domiciliado no Município Paulo Lopes/SC, matrícula nº 11228, aprovado em Quarto lugar no Concurso Público, edital nº 001/2015, homologado pelo decreto nº 005/2016, para ocupar o Cargo de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, constante no Quadro de Carreira dos Servidores Público Municipal, com vencimentos fixados no mesmo. Cumprirá Estágio Probatório de 06/06/2016 à 05/06/2019 sob Regime Estatutário (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), com vínculo contributivo ao Regime Geral Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 06 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 196/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 196/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

EXONERAR A PEDIDO, o Servidor Público Municipal, Marcelo Santana, brasileiro, ocupante do Cargo de Motorista, portador do CPF nº 015.003.239-00, matrícula nº 11195, nomeado pela Portaria nº 077/2016, a disposição da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e serviços Urbanos, conforme documento em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, 06 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 197/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 197/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER PROGRESSÃO HORIZONTAL, de H para I, a servidora Pública Municipal efetiva e estável, brasileira, Sônia Mara Rosa Mendes, Portadora do CPF nº 833.703.079-87, matrícula nº 33, nomeada pela Portaria nº 048/1992, a disposição na Secretaria Municipal de Educação.

Município de Paulo Lopes – SC, em 06 de Junho 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 198/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 198/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Carlos Eduardo Moiseis, brasileiro, portadora do CPF nº 916.119.209-06, matrícula nº 1009 ocupante do Cargo de Assistente Administrativo II, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, de 01/06/2016 à 15/06/2016. Encaminhando a pericia no (16º) décimo sexto dia conforme atestado em anexo, que ora regularizamos.

Município de Paulo Lopes – SC, em 06 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 199/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 199/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO, ao Servidor Público Municipal, ADEMIR JOÃO MACHADO, brasileiro, efetivo e estável, portador do CPF nº 552.321.169-91, matrícula nº 39, ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, a disposição da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos com gozo no período de 06/06/2016 à 05/07/2016, referente ao quinquênio de 01/06/2008 à 31/05/2012, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 06 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 200/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 200/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, ao Servidor Público Municipal, efetivo e estável, Antônio Marcelino, brasileiro, portador do CPF nº 594.473.549-04, matrícula nº 1004 ocupante do Cargo de Auxiliar de Manutenção e Conservação, à disposição da Secretaria Municipal de Transporte, Obras e Serviços Urbanos, até 30/09/2016 conforme benefício nº 6143192190, que ora regularizamos.

Município de Paulo Lopes – SC, em 06 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 201/2016ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 201/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Fernanda Dalosto Machado Durão, brasileira, portadora do CPF nº 078.029.999-01 matrícula nº 11230, Ensino superior Incompleto, classificada em primeiro lugar no Processo Seletivo nº 001/2016, para atuar no Cargo de Professora de Matemática, com carga horária de 20hs semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/06/2016 até 17/06/2016 ou retorno da titular Clarissa Campos

da Silva Bernardo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 06 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 202/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PAULO LOPES

PORTARIA Nº 202/2016

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Deise Alexandre Cabral, brasileira, portadora do CPF nº 017.991.119-89 matrícula nº 11231, Ensino Superior Completo, classificada em oitavo lugar no Processo Seletivo nº 001/2016, para atuar no Cargo de Professora II, com carga horária de 20hs semanais, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 06/06/2016 até o fim do ano letivo, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 06 de Junho de 2016.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2015 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Penha, vem por meio desta convocar o(a) candidato(a) para se apresentar na Prefeitura Municipal de Penha, ao departamento de Recursos Humano, endereço Avenida Nereu Ramos, nº 08 - Centro, até o dia 20/06/2016, das 08:00hs às 11:30hrs ou das 13:30hs às 17:00hrs, conforme Edital Concurso Público nº 01/2015.

Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM
COLOCAÇÃO Nº INSCRIÇÃO NOME
6º. 25032 KELEN FABIANA RODRIGUES

O(a) candidato(a) deverá apresentar os seguintes documentos:

- Fotocópia Cédula de Identidade;
- Fotocópia Certidão de Nascimento ou de Casamento, conforme o caso;
- Fotocópia Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
- Fotocópia Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
- Fotocópia Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
- Original Certidão de quitação eleitoral atualizada emitida pela justiça eleitoral que poderá ser retirada pelo site www.tse.gov.br;
- Fotocópia Documento que comprove a escolaridade exigida para assumir o emprego;
- Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, se for masculino;
- Fotocópia Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição;
- Original Declaração de que não se encontra em situação de acúmulo ilegal de proventos, funções, empregos e cargos públicos, nos termos do inciso XVI do Art. 37 da Constituição Federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 1;
- Original Declaração de bens e valores que integram o patrimônio privado, conforme resolução Tc 10/94 e Lei Complementar 202/00, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 2;
- Original Duas fotografias 3x4, recentes, de frente e iguais;
- Original Declaração de não demissão do serviço público municipal, estadual ou federal, devidamente preenchida e assinada, Conforme anexo 3;
- Original Declaração de não ter benefício ou aposentadoria, autenticada em cartório, conforme anexo 4;
- Fotocópia Comprovante da idade mínima de 18 anos e da nacionalidade brasileira, ou estrangeira na forma da lei, mediante apresentação de fotocópia da Certidão de Nascimento ou da certidão de Casamento;
- Original Atestado de antecedentes criminal Estadual pelo site www.tjsc.jus.br / Federal pelo site www.trf4.jus.br passado pelo Distribuidor Público, do local de residência ou domicílio do candidato;
- Original Carteira de trabalho, junto com uma cópia onde consta o número, a série e a qualificação da mesma;
- Fotocópia do comprovante de registro profissional, quando o emprego exigir;
- Fotocópia do comprovante de endereço atualizado;
- Original Aptidão física e mental para exercício da função mediante apresentação de atestado laboral, emitido pelo médico do trabalho;
- Fotocópia Cartão da Conta no Banco Bradesco, agência 2835-5.

OBS:

Os documentos previstos nos itens acima deverão ser apresentados na forma de fotocópia autenticada ou mera fotocópia, desde que o candidato apresente o original para conferência no local da entrega.

O não cumprimento dos prazos, a não apresentação da documentação prevista ou a não comprovação do requisito para a nomeação no emprego especificado neste Edital, mesmo para os que vierem a ser criados em legislação superveniente ou forem considerados necessários, impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso Público, e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis, sendo convocado o candidato seguinte para preencher a vaga, atendendo-se ao estabelecido neste edital.

Penha/SC, 06 de junho de 2016.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ANEXO 1 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa inte-

ressar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO
- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), __, de _____, de 2016.

ANEXO 2 DECLARAÇÃO DE BENS E PARENTESCO

(Preencher de próprio punho, em letra cursiva, com caneta esferográfica de tinta preta ou azul e sem rasuras)

1 – IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE:

NOME: _____

_____, brasileiro (a),

() SOLTEIRO (A) () CASADO (A) (A) OUTROS _____

CPF nº. _____, RG nº. _____

Rua= _____

_____, nº. _____

_____, Bairro: _____, Cidade de _____

_____/SC.

Declaro a quem possa interessar que:

- Acumulo cargo ou função pública, conforme legislação aplicável;
() SIM () NÃO

- Sofri qualquer penalidade disciplinar no exercício de função pública exercida anteriormente.
() SIM () NÃO

4 – VÍNCULO FUNCIONAL DO SERVIDOR:

Entrada _____

() Efetivo Cargo: _____/_____/____

() Contratado (ACT) Cargo: ____/____/____
 () Efetivo ocupante de cargo comissionado Cargo: ____/____/____
 () Efetivo em função gratificada Cargo: ____/____/____
 () Comissionado Cargo: ____/____/____
 5 – FONTES DE RENDA:
 DENOMINAÇÃO/CNPJ: _____

ENDEREÇO: _____

RENDA ANUAL: _____

6 – RELAÇÃO DOS BENS NA POSSE

ESPECIFICAÇÃO	DATA AQUISIÇÃO	VALOR

7 – RELAÇÃO DAS OCUPAÇÕES DE DIREÇÃO NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS

8 – DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com prefeito ou Vice-Prefeito?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui grau de parentesco, até 3º grau, com dirigentes dos órgãos da administração pública direta ou indiretamente (secretário, diretor, coordenador e chefe de setor)?

() SIM () NÃO QUAL? _____

Possui relação familiar ou parentesco até 3º grau, com servidores ocupantes de cargos efetivos ou funções gratificadas nesta Prefeitura Municipal de Penha - SC

() SIM () NÃO QUAL? _____

Sob pena de responsabilidade Penal, Cível e Administrativa, nos termos do art. 299 do código Penal Brasileiro, e para dar cumprimento ao que dispõe a Constituição Federal, DECLARO O GRAU DE PARENTESCO, consanguíneo ou civil, em linha reta, colateral ou de afinidades (art. 1591 e seg. CC/2002) com as autoridades, acima mencionadas. Base legal: código penal, falsidade ideológica e súmula vinculante nº13.

Posse: _____ *Penha (SC), _____, de _____, de _____.

Assinatura

ANEXO 3 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

ANEXO 4 DECLARAÇÃO

Eu, _____, brasileiro (a), inscrito no CPF nº. _____, com RG nº. _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº. _____, Cidade de _____/SC, declaro a quem possa interessar que não sofri demissão do serviço público municipal, estadual ou federal.

_____/SC, declaro a quem possa interessar que:

() NÃO me encontro em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

() SIM, estou em benefício de Aposentadoria do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.

E por ser verdade, firmo a presente declaração.

Penha (SC), _____, de _____, de 2016.

Reconhecer em cartório a assinatura por autenticidade ou por verdadeira.

DECRETO Nº 2661/2016

DECRETO Nº 2661/16

NOMEIA SECRETÁRIO DA SAÚDE

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeado, o Sr. REGINALDO WALTRICK, para ocupar o cargo em comissão de Secretário da Saúde e Saneamento, a contar desta data.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Penha, 06 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE

Secretária da Administração

DECRETO Nº 2662/2016

DECRETO Nº 2662/16

NOMEIA – SECRETÁRIO DE GOVERNO

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 92, inciso I, L, da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar 57/2013.

DECRETA:

Art. 1º -	Fica nomeado o Sr. EVALDO EREDES DOS NAVEGANTES, para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIO DE GOVERNO, do Gabinete do Prefeito a contar desta data.
Art. 2º -	Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha, 06 de junho de 2016.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezesseis.

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
Secretária da Administração

ALINE CRISTINA DOMECIANO ROPELATTO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA
DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

RETIFICAÇÃO DO EDITAL 04/2016

Retificação do Edital do Processo Seletivo nº04/2016

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais e com fulcro na Lei Municipal nº. 2775/2015 retifica o item 3.4 e o item 4.5 do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº. 04/2016, destinado ao preenchimento de vaga de ASSISTENTE SOCIAL, permanecendo conforme segue:

"3.4 Para fins de análise curricular, no próprio ato da inscrição os candidatos deverão encaminhar os documentos previstos nos quadros do item 4.8."

"4.5 Os documentos previstos nos quadros do item 4.8, devem estar em perfeitas condições de modo a permitir com clareza a leitura dos documentos entregues sendo que, aqueles que estiverem ilegíveis serão desconsiderados."

Os demais itens do Edital permanecem inalterados.

Penha, 06 de junho de 2016.
Evandro Eredes dos Navegantes
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 368/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 368/2016 – PMP
AO CONTRATO Nº 41/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 368/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 41/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , ALINE CRISTINA DOMECIANO ROPELATTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 010.804.579-09, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Luiz Unger, nº 301, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Educação de Jovens e Adultos - EJA, no período de 06/06/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 06 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

TERMO ADITIVO Nº 369/2016 PMP

TERMO ADITIVO Nº 369/2016 – PMP
AO CONTRATO Nº 86/2016

Pelo presente Termo Aditivo nº 369/2016 ao Contrato Administrativo Temporário de Prestação de Serviço nº 86/2016, que entre si fazem, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, com sede à Av. Nereu Ramos nº 190, nesta Cidade, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES, brasileiro, casado, neste ato denominada simplesmente de PREFEITURA, e do outro lado o(a) Sr.(a) , LETICIA CLEDINEIA BENTO, brasileiro(a), portador(a) do CPF nº 051.771.879-00, residente e domiciliado(a) na cidade de Penha/SC, Rua: Umbelino Alberto Lessa, nº 982, Armação, neste ato denominado(a) simplesmente de CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a carga horária de trabalho do (a) CONTRATADO (A) de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Escola Municipal "Maria Emília da Costa", no período de 06/06/2016 até 16/12/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 06 de junho de 2016.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

LETICIA CLEDINEIA BENTO
CONTRATADO (A)

TESTEMUNHA

DANIELE SCHWEGER DE SOUZA LUNGE
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA N° 02/2016 - PREGÃO PRESENCIAL 01/2016****CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA**

ESTADO DE SANTA CATARINA

**ERRATA N° 02
PROCESSO LICITATÓRIO 03/2016
PREGÃO PRESENCIAL 01/2016**

Em atendimento ao Ofício 003/2016 – PL 03/2016 – PP 01/2016 emitido pela Pregoeira, segue Errata N° 02 ao Edital do Processo Licitatório N° 03/2016 – Pregão Presencial 01/2016.

Onde se lê:

**ANEXO I
PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2016
PROCESSO LICITATÓRIO N° 03/2016
TERMO DE REFERÊNCIA**

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.2 Constitui objeto do presente certame a aquisição de equipamento de informática conforme as especificações constantes a seguir:

LOTE 1 – Computador I5			
Item	Objeto	Unidade	Quantidade
01	PROCESSADOR INTEL CORE I5 <ul style="list-style-type: none">• Processador da última geração: I5-4460S de núcleo quadruplo com Clock de 3.40GHz com tecnologia turbo boost.• Memória cache de 6 MB;• BIOS:<ul style="list-style-type: none">• Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento; as atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante;• BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante;• Mostra no monitor de vídeo o nome do fabricante do equipamento sempre que o equipamento for inicializado;• Possui recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS;• Possui tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock do processador com base na utilização da CPU.• MEMÓRIA PRINCIPAL:<ul style="list-style-type: none">• Mínimo de 4 (quatro) GB de memória instalada DDR3;• Possibilidade de expansão para no mínimo 16 (Dezesseis) GB.• UNIDADES INTERNAS DE ARMAZENAMENTO:<ul style="list-style-type: none">• Unidade de disco rígido, com as seguintes características: padrão	unidade	12

Avenida Antonio Joaquim Tavares, 101 CEP 88385-000 Penha Santa Catarina
(47) 3345-5859 atendimento@cvp.com.br www.cvp.com.br CNPJ 83.551.515/0001-07

Página 1 de 19



CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

<p>Serial ATA III ou superior; velocidade mínima de 7.200 (sete mil e duzentas) rotações por minuto; mínimo de 1TB de capacidade; conectada à Controladora Serial ATA, integrada ao equipamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unidade de DVD com bandeja (Le e grava em DVD/CD); • Leitor de cartão 8 em 1; • CONTROLADORAS: • Controladoras de rede Ethernet, com as seguintes características mínimas: Em conformidade com os padrões IEEE; possibilidade de operar a 10/100/1000 Mbps com reconhecimento automático da velocidade da rede; • conector RJ-45 fêmea. • Controladora de rede sem fio (wi-fi), com as seguintes características mínimas, em conformidade com o padrão IEEE 802.11n ou mais atual; Incorporada à placa mãe (onboard) ou montada por interface PCI Express. • PORTAS DE I/O: • Mínimo 08(oito) portas USB(6 na versão 2.0 e 2 na versão 3.0) sendo no mínimo 2 frontais; • Uma porta VGA e uma HDMI; • Conectores frontais para fone de ouvido e para microfone; • Porta RJ-45. • VIDEO: • Incorporado à placa mãe (onboard); • deve possibilitar expansão para até 1,7GB MB de memória, podendo ser compartilhado com a memória do sistema on-board; • suportar pelo menos a resolução de 1920 X 1080 à 60 Hz; • suportar tecnologias DX11 e OpenGL 3.1; • o conector de vídeo esta identificado pela cor segundo padronização da indústria de microcomputadores. • ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA E REFRIGERAÇÃO: • Fonte de Alimentação com PFC Ativo, com capacidade para suportar a configuração máxima do equipamento; • PERIFÉRICOS EXTERNOS: • Teclado wireless, padrão ABNT-2 com conexão USB da mesma marca do fabricante, wireless com chave de perfil baixo e controle óptico; • Mouse óptico ou laser, wireless, com 2 botões e rolagem com conexão USB da marca do mesmo fabricante. • SLOTS: • Mínimo de 01 (um) slot PCI Express X16; • Mínimo de 01 (um) slot PCI Express X1/x4. • SOFTWARES: • Sistema operacional Microsoft Windows 8.1 Professional com downgrade para Windows 7.1professional. • GABINETE: • Gabinete com as seguintes características: • Tipo Small Form, podendo ser utilizado tanto no sentido vertical quanto horizontal; • LEDs indicativos de equipamento ligado e de uso do disco rígido; • sistema de LEDs com indicativo de falha; • botão de Power-on; 	
--	--



CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

<ul style="list-style-type: none"> • o gabinete deverá estar em conformidade com as normas "RoHS" para sua fabricação, ou seja, não agride o meio ambiente. • SEGURANÇA: <ul style="list-style-type: none"> • - Possuir função que permita aos usuários travarem automaticamente dados através da codificação de arquivos e pastas; • - Software de gerenciamento desenvolvido pelo fabricante Dell • - Condições de operar em ambiente típico de escritório, segundo as normas da ABNT; • GARANTIA DE FÁBRICA: • APRESENTAR CÓPIA JUNTO COM A PROPOSTA COMERCIAL <ul style="list-style-type: none"> • Documentação completa (incluindo catálogos e/ou mostruários e manuais de referência) sobre o equipamento original, emitida pelo fabricante. • A CPU, teclado, mouse e monitor, sendo este de no mínimo de 19,5", deverão ser todos da mesma marca, sendo aceito em regime de OEM. (Comprovados através de contrato ou declaração do fabricante original indicando o modelo do equipamento). • Deverá ser anexado à proposta comprovante de compatibilidade do Desktop e monitor ofertado com ambiente operacional Microsoft, a ser comprovado através do site: https://sysdev.microsoft.com/pt-br/Hardware/LPL/ • Deverá ser apresentado compatibilidade comprovada com o protocolo DMI (Desktop Management Interface) DMI 2.0. O Fabricante do produto deverá ser membro do conselho (listmember) do consórcio DMTF (Desktop Management Task Force) - desenvolvedor do protocolo DMI - nas categorias Board ou Leadership, comprovação através do site: http://www.dmtf.org/about/list. • Apresentar resultados em dB como comprovação Cópia do atestado de conformidade, para o desktop, emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou Documento internacional similar, comprovando que o Computador estão em conformidade com as normas IEC60950 (Safety of Information Technology Equipment Including Electrical Business Equipment), e EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool), da agência de proteção ambiental (EPA), com certificado GOLD ou SILVER, para a segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos e que os resíduos materiais destes equipamentos através do site: www.epeat.net. <p>Deverá ser apresentado certificação ENERGY STAR® 6.0 (ou atual) do equipamento ofertado, através do site: www.energystar.gov ou apresentar relatório técnico de ensaios de Conformidade de consumo de energia, emitido por Laboratório de Ensaio acreditado pela CGCRE – Coordenação Geral de Acreditação do INMETRO, de acordo com a norma NBR/ISO IEC 17025. O relatório deverá descrever os componentes certificados para o modelo (Processador, Fonte, HD, Unidade Óptica, Memória) atendendo ao mínimo solicitado na configuração.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O computador deverá possuir certificado quanto à imunidade eletromagnética (norma CISPR24 / EN55024) comprovado através de certificado emitido por entidade competente; 	
--	--



CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

	O equipamento ofertado deverá estar em acordo com as normas de emissão de ruídos para ambientes de escritório, NBR 10152 testado em situação de máxima emissão com drive óptico em funcionamento, na forma dos procedimentos definidos pela ISO 7779 e ISO 9296, apresentar certificado ou declaração de conformidade.		
--	--	--	--

LOTE 2 - Computador I3			
Item	Objeto	Unidade	Quantidade
01	<ul style="list-style-type: none"> PROCESSADOR INTEL CORE I3 <ul style="list-style-type: none"> Processador da última geração: I3-4170 de núcleo duplo com Clock de 3.40GHz com tecnologia turbo boost. Memória cache de 6 MB; BIOS: <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento; as atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante; BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante; Mostra no monitor de vídeo o nome do fabricante do equipamento sempre que o equipamento for inicializado; Possui recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS; Possui tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock do processador com base na utilização da CPU. MEMÓRIA PRINCIPAL: <ul style="list-style-type: none"> Mínimo de 4 (quatro) GB de memória instalada DDR3; Possibilidade de expansão para no mínimo 16 (Dezesseis) GB. UNIDADES INTERNAS DE ARMAZENAMENTO: <ul style="list-style-type: none"> Unidade de disco rígido, com as seguintes características: padrão Serial ATA III ou superior; velocidade mínima de 7.200 (sete mil e duzentas) rotações por minuto; mínimo de 1TB de capacidade; conectada à Controladora Serial ATA, integrada ao equipamento; Unidade de DVD com bandeja (Le e grava em DVD/CD); Leitor de cartão 8 em 1; CONTROLADORAS: <ul style="list-style-type: none"> Controladoras de rede Ethernet, com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none"> Em conformidade com os padrões IEEE; possibilidade de operar a 10/100/1000 Mbps com reconhecimento automático da velocidade da rede; conector RJ-45 fêmea. Controladora de rede sem fio (wi-fi), com as seguintes características mínimas, em conformidade com o padrão IEEE 802.11n ou mais atual; Incorporada à placa mãe (onboard) ou montada por interface PCI Express. 	Unidade	11

Avenida Antonio Joaquim Tavares, 101 CEP 88385-000 Penha Santa Catarina
 (47) 3345-5859 atendimento@cvp.com.br www.cvp.com.br CNPJ 83.551.515/0001-07



CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

<ul style="list-style-type: none"> • • PORTAS DE I/O: • • Mínimo 08(oito) portas USB(6 na versão 2.0 e 2 na versão 3.0) sendo no mínimo 2 frontais; • Uma porta VGA e uma HDMI; • Conectores frontais para fone de ouvido e para microfone; • Porta RJ-45. • VIDEO: • Incorporado à placa mãe (onboard); • deve possibilitar expansão para até 1,7GB MB de memória, podendo ser compartilhado com a memória do sistema on-board; • suportar pelo menos a resolução de 1920 X 1080 à 60 Hz; • suportar tecnologias DX11 e OpenGL 3.1; • o conector de vídeo esta identificado pela cor segundo padronização da indústria de microcomputadores. • ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA E REFRIGERAÇÃO: • Fonte de Alimentação com PFC Ativo, com capacidade para suportar a configuração máxima do equipamento; • PERIFÉRICOS EXTERNOS: • Teclado wireless, padrão ABNT-2 com conexão USB da mesma marca do fabricante; • • • Mouse óptico ou laser, wireless, com 2 botões e rolagem com conexão USB da marca do mesmo fabricante. • SLOTS: • Mínimo de 01 (um) slot PCI Express X16; • Mínimo de 01 (um) slot PCI Express X1/x4. • SOFTWARES: • Sistema operacional Microsoft Windows 8.1 Professional com downgrade para Windows 7.1professional. • GABINETE: • Gabinete com as seguintes características: • Tipo Small Form, podendo ser utilizado tanto no sentido vertical quanto horizontal; • LEDs indicativos de equipamento ligado e de uso do disco rígido; • sistema de LEDs com indicativo de falha; • botão de Power-on; • o gabinete deverá estar em conformidade com as normas "RoHS" para sua fabricação, ou seja, não agride o meio ambiente. • SEGURANÇA: • - Possuir função que permita aos usuários travarem automaticamente dados através da codificação de arquivos e pastas; • - Software de gerenciamento desenvolvido pelo fabricante Dell • - Condições de operar em ambiente típico de escritório, segundo as normas da ABNT; • • GARANTIA DE FÁBRICA: 		
---	--	--

LOTE 3 – Computador I7

Avenida Antonio Joaquim Tavares, 101 CEP 88385-000 Penha Santa Catarina
 (47) 3345-5859 atendimento@cvp.com.br www.cvp.com.br CNPJ 83.551.515/0001-07



CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
01	<ul style="list-style-type: none"> • PROCESSADOR INTEL CORE I7 • PROCESSADOR E CHIPSET: INTEL I7-4790 • Da quarta geração ou superior; • Processador de núcleo quadruplo com clock de 3.60GHz(Nominal sem turbo boost), DMI de 5 GT/S e 8 MB de Cache; • ChipSet: Da Mesma marca do processador; • BIOS: • Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright ano 2013/2014, neste caso, comprovar através de declaração do desenvolvedor) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas;As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante; • BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante; • Mostrar no monitor de vídeo o nome do fabricante do equipamento sempre que o equipamento for inicializado; • Possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS; • Possuir tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock do processador com base na utilização da CPU. • • MEMÓRIA PRINCIPAL: • Mínimo de 16 (Dezesseis) GB de memória instalada DDR3 - 1600Mhz. • Possibilidade de expansão para no mínimo 32 (trinta e dois) GB. • • • UNIDADES INTERNAS DE ARMAZENAMENTO: • Unidade de disco rígido, com as seguintes características: • Padrão Serial ATA III ou superior. • Velocidade mínima de 7.200 (sete mil e duzentas) rotações por minuto. • Mínimo de 1TB de capacidade. • 64MB de Cache • Tecnologia Smart IV. • Conectada à Controladora Serial ATA 3.0 ou superior, integrada ao equipamento. • Unidade leitora e gravadora de CD-ROM e DVD, da mesma cor do gabinete;; • CONTROLADORAS: • Controladora de rede Gigabit Ethernet, com as seguintes características mínimas: • Em conformidade com os padrões IEEE. • • Possibilidade de operar a 10, 100 e 1000 Mbps com reconhecimento automático da velocidade da rede; • Conector RJ-45 fêmea; • PORTAS DE I/O: • Mínimo 10(dez) portas USB no mínimo 4(quatro) frontais. Sendo 6(seis) na versão 2.0 e 4(quatro) na versão 3.0; 	Unidade	1

Avenida Antonio Joaquim Tavares, 101 CEP 88385-000 Penha Santa Catarina
 (47) 3345-5859 atendimento@cvp.com.br www.cvp.com.br CNPJ 83.551.515/0001-07

Página 6 de 19



CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

<ul style="list-style-type: none"> • Mínimo 1(uma) porta VGA e 1(uma) HDMI; • Mínimo 1 (um) conectores frontais para fone de ouvido e para microfone e 1(um) conector traseiro para fone de ouvido e microfone; • Mínimo 1 (uma) porta RJ-45. • VIDEO: • • Placa de vídeo Off board modelo GTX 745 com 4GB de memória DDR3 dedicada PCI 3.0; • Resolução de 4096x2160; • Possuir no mínimo para conector 1(uma) VGA e 1(uma) DVI-D e 1 HDMI; • Suportar tecnologias DX11 e OpenGL 4.0; • • O conector de vídeo esta identificado pela cor segundo padronização da indústria de microcomputadores; • ALIMENTAÇÃO ELETRICA E REFRIGERAÇÃO: • Fonte de Alimentação com consumo(Output) máximo de 460-watt PFC Ativo (100V/240V automática); • • Possuir fonte de energia com 90% de eficiência a 50% de carga para um melhor rendimento; • Possuir certificação 80 Plus (Apresentar junto a proposta) • • PERIFÉRICOS EXTERNOS: • Teclado wireless, padrão ABNT2 com interface USB; • Mouse óptico ou laser wireless com 2 botões de rolagem disponíveis como USB, ou mouse a laser USB com 2 botões de rolagem, wireless • SLOTS: • Mínimo de 01 (um) slot PCI Express X16; • Mínimo de 03 (três) slot PCI Express X1/X4; • SOFTWARES: • Sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional 64 bits, com downgrade para Windows 7 prof ou superior em português e acompanhado da respectiva licença de uso; • • • Todos os drivers necessários para o pleno funcionamento do equipamento com atualização disponibilizadas via website; • Software de gerenciamento do sistema do mesmo fabricante do microcomputador; • Software de Backup e Recovery do mesmo fabricante do microcomputador. • • • GABINETE: • Gabinete com as seguintes características: • Tipo Mini Torres; • 2 (dois) Alto-falante Externo ao gabinete. • O gabinete com características "tool less", ou seja, não utiliza ferramentas para: abertura do gabinete, colocação/fixação e remoção de disco rígido, unidade óptica placas PCI e módulos de memória. Não sendo aceito a utilização de parafusos recartilhados no disco rígido, placas PCI e unidade óptica. • 		
---	--	--

Avenida Antonio Joaquim Tavares, 101

CEP 88385-000

Penha

Santa Catarina

(47) 3345-5859

atendimento@cvp.com.br

www.cvp.com.br

CNPJ 83.551.515/0001-07



CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

	<ul style="list-style-type: none"> • Possuir local apropriado, já desenvolvido no projeto do produto, para colocação de lacres ou cadeados mecânicos ou eletrônicos sem adaptações; • Acabamento interno com superfícies não cortantes; • Ventilação forçada sendo a entrada de ar na parte frontal, com saída de ar exclusivamente na parte traseira; • Baías: 3 (Tres) 3,5" Interna e 2 (duas) baía de 5,25" Externa • Leds indicativos de equipamento ligado e de uso do disco rígido; • Sistema de Leds com indicativo de falha; • Botão de Power-on; • O gabinete esta em conformidade com as normas "RoHS" para sua fabricação, ou seja, não agride o meio ambiente; • Possuir sensor de intrusão; • SEGURANÇA: • Condições de operar em ambiente típico de escritório, segundo as normas da ABNT; • Possuir chip de segurança TPM 1.2, integrado a placa-mãe; 		
--	--	--	--

LOTE 4 - Armazenamento de dados			
Item	Objeto	Unidade	Quantidade
01	<ul style="list-style-type: none"> • HD 1T Interface 3.0 compatível com USB 2.0 • Conector USB 3.0 de 9 pinos Micro-B Tomada/USB 2.0, 5 pin-Micro-B soquete • Transferência de dados USB 3.0, até 5Gbit/s; USB 2.0 até 480 Mbit/s • • Potência Bus-powered USB • Compatível com os Sistemas Operacionais Windows 7, Windows Vista, Windows XP e MAC OS X (10.5 ou mais recente) • Navegadores Internet Explorer (7 ou mais recente), MAC Safari (4 ou mais recente). • Incluso disco rígido portátil, software de backup local e nuvem pré carregado, Cabo USB 3.0 (compatível com USB 2.0) e guia de Início Rápido. • Garantia de 24meses 	Unidade	03
02	<ul style="list-style-type: none"> • HD 500GB Interface 3.0 compatível com USB 2.0 • Conector USB 3.0 de 9 pinos Micro-B Tomada/USB 2.0, 5 pin-Micro-B soquete • • • Transferência de dados USB 3.0, até 5Gbit/s; USB 2.0 até 480 Mbit/s • Potência Bus-powered USB • Compatível com os Sistemas Operacionais Windows 7, Windows Vista, Windows XP e MAC OS X (10.5 ou mais recente) • Navegadores Internet Explorer (7 ou mais recente), MAC Safari (4 ou mais recente). • Incluso disco rígido portátil, software de backup local e nuvem pré carregado, Cabo USB 3.0 (compatível com USB 2.0) e guia de Início Rápido. • Garantia de 24meses 	Unidade	03

Avenida Antonio Joaquim Tavares, 101 CEP 88385-000 Penha Santa Catarina
 (47) 3345-5859 atendimento@cvp.com.br www.cvp.com.br CNPJ 83.551.515/0001-07



CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

03	PEN DRIVE 8GB Capacidade de armazenamento de 8GB Velocidade de gravação mínimo 11MB/s Velocidade de Leitura mínimo 33,0 MB/s Conexão Plug e Play Compatível com Linux, Macintosh, Microsoft Windows Garantia de 1 ano	Unidade	20
04	PEN DRIVE 16GB Capacidade de armazenamento de 16GB Velocidade de gravação mínimo 11,0MB/s Velocidade de Leitura mínimo 33,0 MB/s Conexão Plug e Play Compatível com Linux, Macintosh, Microsoft Windows Garantia de 1 ano	Unidade	10
05	PEN DRIVE 32 Capacidade de armazenamento de 32GB Velocidade de gravação mínimo 04,0MB/s Velocidade de Leitura mínimo 33,0 MB/s Conexão Plug e Play Compatível com Linux, Macintosh, Microsoft Windows Garantia de 1 ano	Unidade	05

LOTE 5 - Outros			
Item	Objeto	Unidade	Quantidade
01	Estabilizador 1,5/ 2 VA Banda larga de tensão: estabilizar tensão mesmo em redes elétricas com tensão muito baixa (89,1V) ou muito alta (264V). Proteção contra subtensão, sobretensão, sobrecarga, sobreaquecimento, curtos-circuitos e surtos de tensão. Proteção linha telefônica contra picos e surtos. Transformar 220V em 115. Seleção de tensão automática. Microprocessado: identificar e corrigir, em milissegundos, as falhas da rede elétrica. Filtragem de ruídos da rede elétrica. Evita desligamento acidental com chave liga e desliga embutida. No mínimo 6 tomadas de saída. Para aplicação em computadores com monitores, impressoras laser, áudio, vídeo e automação. Potência mínima de 1500W.	Unidade	26

Leia-se:

ANEXO I PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

Avenida Antonio Joaquim Tavares, 101 CEP 88385-000 Penha Santa Catarina
(47) 3345-5859 atendimento@cvp.com.br www.cvp.com.br CNPJ 83.551.515/0001-07

Página 9 de 19





CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 03/2016 TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.3 Constitui objeto do presente certame a aquisição de equipamento de informática conforme as especificações constantes a seguir:

LOTE 1 – Computador I5			
Item	Objeto	Unidade	Quantidade
01	<p>PROCESSADOR INTEL CORE I5</p> <ul style="list-style-type: none"> Processador da última geração: I5-4460S BIOS: <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento; as atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante; BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante; Mostra no monitor de vídeo o nome do fabricante do equipamento sempre que o equipamento for inicializado; Possui recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS; Possui tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock do processador com base na utilização da CPU. MEMÓRIA PRINCIPAL: <ul style="list-style-type: none"> Mínimo de 4 (quatro) GB de memória instalada DDR3; Possibilidade de expansão para no mínimo 16 (Dezesseis) GB. UNIDADES INTERNAS DE ARMAZENAMENTO: <ul style="list-style-type: none"> Unidade de disco rígido, com as seguintes características: padrão Serial ATA III ou superior; velocidade mínima de 7.200 (sete mil e duzentas) rotações por minuto; mínimo de 1TB de capacidade; conectada à Controladora Serial ATA, integrada ao equipamento; Unidade de DVD com bandeja (Le e grava em DVD/CD); Leitor de cartão 8 em 1; CONTROLADORAS: <ul style="list-style-type: none"> Controladoras de rede Ethernet, com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none"> Em conformidade com os padrões IEEE; possibilidade de operar a 10/100/1000 Mbps com reconhecimento automático da velocidade da rede; conector RJ-45 fêmea. Controladora de rede sem fio (wi-fi), com as seguintes características mínimas, em conformidade com o padrão IEEE 802.11n ou mais atual; Incorporada à placa mãe (onboard) ou montada por interface PCI Express. PORTAS DE I/O: <ul style="list-style-type: none"> Mínimo 08(oito) portas USB(6 na versão 2.0 e 2 na versão 3.0) sendo no mínimo 2 frontais; Uma porta VGA e uma HDMI; Conectores frontais para fone de ouvido e para microfone; Porta RJ-45. VIDEO: 	unidade	12

Avenida Antonio Joaquim Tavares, 101 CEP 88385-000 Penha Santa Catarina
(47) 3345-5859 atendimento@cvp.com.br www.cvp.com.br CNPJ 83.551.515/0001-07

Página 10 de 19



CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

<ul style="list-style-type: none"> • Incorporado à placa mãe (onboard); • deve possibilitar expansão para até 1,7GB MB de memória, podendo ser compartilhado com a memória do sistema on-board; • suportar pelo menos a resolução de 1920 X 1080 à 60 Hz; • suportar tecnologias DX11 e OpenGL 3.1; • o conector de vídeo esta identificado pela cor segundo padronização da indústria de microcomputadores. • ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA E REFRIGERAÇÃO: • Fonte de Alimentação com PFC Ativo, com capacidade para suportar a configuração máxima do equipamento; • PERIFÉRICOS EXTERNOS: • Teclado wireless, padrão ABNT-2 com conexão USB da mesma marca do fabricante, wireless com chave de perfil baixo e controle óptico; • Mouse óptico ou laser, wireless, com 2 botões e rolagem com conexão USB da marca do mesmo fabricante. • SLOTS: • Mínimo de 01 (um) slot PCI Express X16; • Mínimo de 01 (um) slot PCI Express X1/x4. • SOFTWARES: • Sistema operacional Microsoft Windows 8.1 Professional com downgrade para Windows 7.1professional. • GABINETE: • Gabinete com as seguintes características: • Tipo Small Form, podendo ser utilizado tanto no sentido vertical quanto horizontal; • LEDs indicativos de equipamento ligado e de uso do disco rígido; • sistema de LEDs com indicativo de falha; • botão de Power-on; • o gabinete deverá estar em conformidade com as normas "RoHS" para sua fabricação, ou seja, não agride o meio ambiente. • SEGURANÇA: • - Possuir função que permita aos usuários travarem automaticamente dados através da codificação de arquivos e pastas; • - Software de gerenciamento desenvolvido pelo fabricante • - Condições de operar em ambiente típico de escritório, segundo as normas da ABNT; • GARANTIA DE FÁBRICA: APRESENTAR CÓPIA JUNTO COM A PROPOSTA COMERCIAL • Documentação completa (incluindo catálogos e/ou mostruários e manuais de referência) sobre o equipamento original, emitida pelo fabricante. • A CPU, teclado, mouse e monitor, sendo este de no mínimo de 19,5", deverão ser todos da mesma marca, sendo aceito em regime de OEM. (Comprovados através de contrato ou declaração do fabricante original indicando o modelo do equipamento). • Deverá ser anexado à proposta comprovante de compatibilidade do Desktop e monitor ofertado com ambiente operacional Microsoft, a ser comprovado através do site: https://sysdev.microsoft.com/pt-br/Hardware/LPL/ • Deverá ser apresentado compatibilidade comprovada com o protocolo DMI (Desktop Management Interface) DMI 2.0. O Fabricante do produto deverá ser membro do conselho (listmember) do consórcio DMTF (Desktop Management Task Force) - desenvolvedor do protocolo DMI – 	
---	--



CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

	<p>nas categorias Board ou Leadership, comprovação através do site: http://www.dmtf.org/about/list.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar resultados em dB como comprovação Cópia do atestado de conformidade, para o desktop, emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou Documento internacional similar, comprovando que o Computador estão em conformidade com as normas IEC60950 (Safety of Information Technology Equipment Including Electrical Business Equipment), e EPEAT (Electronic Product Environmental Assessment Tool), da agência de proteção ambiental (EPA), com certificado GOLD ou SILVER, para a segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos e que os resíduos materiais destes equipamentos através do site: www.epeat.net. <p>Deverá ser apresentado certificação ENERGY STAR® 6.0 (ou atual) do equipamento ofertado, através do site: www.energystar.gov ou apresentar relatório técnico de ensaios de Conformidade de consumo de energia, emitido por Laboratório de Ensaio acreditado pela CGCRE – Coordenação Geral de Acreditação do INMETRO, de acordo com a norma NBR/ISO IEC 17025. O relatório deverá descrever os componentes certificados para o modelo (Processador, Fonte, HD, Unidade Óptica, Memória) atendendo ao mínimo solicitado na configuração.</p> <ul style="list-style-type: none"> • O computador deverá possuir certificado quanto à imunidade eletromagnética (norma CISPR24 / EN55024) comprovado através de certificado emitido por entidade competente; • O equipamento ofertado deverá estar em acordo com as normas de emissão de ruídos para ambientes de escritório, NBR 10152 testado em situação de máxima emissão com drive óptico em funcionamento, na forma dos procedimentos definidos pela ISO 7779 e ISO 9296, apresentar certificado ou declaração de conformidade. • Prazo mínimo de 24 meses com assistência <i>on site</i>. 		
--	--	--	--

LOTE 2 - Computador I3			
Item	Objeto	Unidade	Quantidade
01	<ul style="list-style-type: none"> • PROCESSADOR INTEL CORE I3 • Processador da última geração: I3-4170 <p>BIOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento; as atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante; • BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante; • Mostra no monitor de vídeo o nome do fabricante do equipamento sempre que o equipamento for inicializado; • Possui recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS; • Possui tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock do processador com base na utilização da CPU. <p>MEMÓRIA PRINCIPAL:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mínimo de 4 (quatro) GB de memória instalada DDR3; • Possibilidade de expansão para no mínimo 16 (Dezesseis) GB. <p>UNIDADES INTERNAS DE ARMAZENAMENTO:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unidade de disco rígido, com as seguintes características: padrão 	Unidade	11

Avenida Antonio Joaquim Tavares, 101 CEP 88385-000 Penha Santa Catarina
 (47) 3345-5859 atendimento@cvp.com.br www.cvp.com.br CNPJ 83.551.515/0001-07

Página 12 de 19





CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

<p>Serial ATA III ou superior; velocidade mínima de 7.200 (sete mil e duzentas) rotações por minuto; mínimo de 1TB de capacidade; conectada à Controladora Serial ATA, integrada ao equipamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Unidade de DVD com bandeja (Le e grava em DVD/CD); • Leitor de cartão 8 em 1; • CONTROLADORAS: • Controladoras de rede Ethernet, com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none"> • Em conformidade com os padrões IEEE; possibilidade de operar a 10/100/1000 Mbps com reconhecimento automático da velocidade da rede; • conector RJ-45 fêmea. • Controladora de rede sem fio (wi-fi), com as seguintes características mínimas, em conformidade com o padrão IEEE 802.11n ou mais atual; • Incorporada à placa mãe (onboard) ou montada por interface PCI Express. • PORTAS DE I/O: • Mínimo 08(oito) portas USB(6 na versão 2.0 e 2 na versão 3.0) sendo no mínimo 2 frontais; • Uma porta VGA e uma HDMI; • Conectores frontais para fone de ouvido e para microfone; • Porta RJ-45. • VIDEO: • Incorporado à placa mãe (onboard); • deve possibilitar expansão para até 1,7GB MB de memória, podendo ser compartilhado com a memória do sistema on-board; • suportar pelo menos a resolução de 1920 X 1080 à 60 Hz; • suportar tecnologias DX11 e OpenGL 3.1; • o conector de vídeo esta identificado pela cor segundo padronização da indústria de microcomputadores. • ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA E REFRIGERAÇÃO: • Fonte de Alimentação com PFC Ativo, com capacidade para suportar a configuração máxima do equipamento; • PERIFÉRICOS EXTERNOS: • Teclado wireless, padrão ABNT-2 com conexão USB da mesma marca do fabricante; • Mouse óptico ou laser, wireless, com 2 botões e rolagem com conexão USB da marca do mesmo fabricante. • SLOTS: • Mínimo de 01 (um) slot PCI Express X16; • Mínimo de 01 (um) slot PCI Express X1/x4. • SOFTWARES: • Sistema operacional Microsoft Windows 8.1 Professional com downgrade para Windows 7.1professional. • GABINETE: • Gabinete com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none"> • Tipo Small Form, podendo ser utilizado tanto no sentido vertical quanto horizontal; • LEDs indicativos de equipamento ligado e de uso do disco rígido; • sistema de LEDs com indicativo de falha; • botão de Power-on; • o gabinete deverá estar em conformidade com as normas "RoHS" para sua fabricação, ou seja, não agride o meio ambiente. • SEGURANÇA: 		
--	--	--

Avenida Antonio Joaquim Tavares, 101 CEP 88385-000 Penha Santa Catarina
 (47) 3345-5859 atendimento@cvp.com.br www.cvp.com.br CNPJ 83.551.515/0001-07

Página 13 de 19



CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

	<ul style="list-style-type: none"> • - Possuir função que permita aos usuários travarem automaticamente dados através da codificação de arquivos e pastas; • - Condições de operar em ambiente típico de escritório, segundo as normas da ABNT; • GARANTIA DE FÁBRICA: APRESENTAR CÓPIA JUNTO COM A PROPOSTA COMERCIAL • Documentação completa (incluindo catálogos e/ou mostruários e manuais de referência) sobre o equipamento original, emitida pelo fabricante. • A CPU, teclado, mouse e monitor, sendo este de no mínimo de 19,5", deverão ser todos da mesma marca, sendo aceito em regime de OEM. (Comprovados através de contrato ou declaração do fabricante original indicando o modelo do equipamento). • Deverá ser anexado à proposta comprovante de compatibilidade do Desktop e monitor ofertado com ambiente operacional Microsoft, a ser comprovado através do site: https://sysdev.microsoft.com/pt-br/Hardware/LPL/ • Deverá ser apresentado compatibilidade comprovada com o protocolo DMI (Desktop Management Interface) DMI 2.0. O Fabricante do produto deverá ser membro do conselho (listmember) do consórcio DMTF (Desktop Management Task Force) - desenvolvedor do protocolo DMI – nas categorias Board ou Leadership, comprovação através do site: http://www.dmtf.org/about/list. • Apresentar resultados em dB como comprovação Cópia do atestado de conformidade, para o desktop, emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou Documento internacional similar, comprovando que o Computador estão em conformidade com as normas IEC60950 (Safety of Information Technology Equipment Including Eletrical Business Equipment), e EPEAT (Eletronic Product Environmental Assessment Tool), da agência de proteção ambiental (EPA), com certificado GOLD ou SILVER, para a segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos e que os resíduos materiais destes equipamentos através do site: www.epeat.net. • Deverá ser apresentado certificação ENERGY STAR® 6.0 (ou atual) do equipamento ofertado, através do site: www.energystar.gov ou apresentar relatório técnico de ensaios de Conformidade de consumo de energia, emitido por Laboratório de Ensaio acreditado pela CGCRE – Coordenação Geral de Acreditação do INMETRO, de acordo com a norma NBR/ISO IEC 17025. O relatório deverá descrever os componentes certificados para o modelo (Processador, Fonte, HD, Unidade Óptica, Memória) atendendo ao mínimo solicitado na configuração. • O computador deverá possuir certificado quanto à imunidade eletromagnética (norma CISPR24 / EN55024) comprovado através de certificado emitido por entidade competente; • O equipamento ofertado deverá estar em acordo com as normas de emissão de ruídos para ambientes de escritório, NBR 10152 testado em situação de máxima emissão com drive óptico em funcionamento, na forma dos procedimentos definidos pela ISO 7779 e ISO 9296, apresentar certificado ou declaração de conformidade. • Prazo mínimo de 24 meses com assistência on site. 		
--	---	--	--

LOTE 3 – Computador I7

Avenida Antonio Joaquim Tavares, 101 CEP 88385-000 Penha Santa Catarina
 (47) 3345-5859 atendimento@cvp.com.br www.cvp.com.br CNPJ 83.551.515/0001-07



CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

Item	Objeto	Unidade	Quantidade
01	<ul style="list-style-type: none"> PROCESSADOR: INTEL I7-4790 Da quarta geração ou superior; BIOS: <ul style="list-style-type: none"> Desenvolvida pelo mesmo fabricante do equipamento, ou, este deve ter direitos (copyright ano 2013/2014, neste caso, comprovar através de declaração do desenvolvedor) sobre essa BIOS, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas; As atualizações, quando necessárias, devem ser disponibilizadas no site do fabricante; BIOS com disponibilização do número identificador do equipamento, único para o fabricante; Mostrar no monitor de vídeo o nome do fabricante do equipamento sempre que o equipamento for inicializado; Possuir recursos de controle de permissão através de senhas, uma para inicializar o computador e outra para acesso e alterações das configurações do BIOS; Possuir tecnologia de ajuste dinâmico do consumo de energia através do controle do clock do processador com base na utilização da CPU. MEMÓRIA PRINCIPAL: <ul style="list-style-type: none"> Mínimo de 16 (Dezesseis) GB de memória instalada DDR3 -1600Mhz. Possibilidade de expansão para no mínimo 32 (trinta e dois) GB. UNIDADES INTERNAS DE ARMAZENAMENTO: <ul style="list-style-type: none"> Unidade de disco rígido, com as seguintes características: <ul style="list-style-type: none"> Padrão Serial ATA III ou superior. Velocidade mínima de 7.200 (sete mil e duzentas) rotações por minuto. Mínimo de 1TB de capacidade. 64MB de Cache Tecnologia Smart IV. Conectada à Controladora Serial ATA 3.0 ou superior, integrada ao equipamento. Unidade leitora e gravadora de CD-ROM e DVD, da mesma cor do gabinete;; CONTROLADORAS: <ul style="list-style-type: none"> Controladora de rede Gigabit Ethernet, com as seguintes características mínimas: <ul style="list-style-type: none"> Em conformidade com os padrões IEEE. Possibilidade de operar a 10, 100 e 1000 Mbps com reconhecimento automático da velocidade da rede; Conector RJ-45 fêmea; PORTAS DE I/O: <ul style="list-style-type: none"> Mínimo 10(dez) portas USB no mínimo 4(quatro) frontais. Sendo 6(seis) na versão 2.0 e 4(quatro) na versão 3.0; Mínimo 1(uma) porta VGA e 1(uma) HDMI; Mínimo 1 (um) conectores frontais para fone de ouvido e para microfone e 1(um) conector traseiro para fone de ouvido e microfone; Mínimo 1 (uma) porta RJ-45. VIDEO: <ul style="list-style-type: none"> Placa de vídeo Off board modelo GTX 745 com 4GB de memória DDR3 dedicada PCI 3.0; Resolução de 4096x2160; Possuir no mínimo para conector 1(uma) VGA e 1(uma) DVI-D e 1 HDMI; 	Unidade	1

Avenida Antonio Joaquim Tavares, 101 CEP 88385-000 Penha Santa Catarina
 (47) 3345-5859 atendimento@cvp.com.br www.cvp.com.br CNPJ 83.551.515/0001-07

Página 15 de 19



CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

<ul style="list-style-type: none"> • Suportar tecnologias DX11 e OpenGL 4.0; • O conector de vídeo esta identificado pela cor segundo padronização da indústria de microcomputadores; • ALIMENTAÇÃO ELETRICA E REFRIGERAÇÃO: • Fonte de Alimentação com consumo(Output) máximo de 460-watt PFC Ativo (100V/240V automática); • Possuir fonte de energia com 90% de eficiência a 50% de carga para um melhor rendimento; • Possuir certificação 80 Plus (Apresentar junto a proposta) • PERIFÉRICOS EXTERNOS: • Teclado wireless, padrão ABNT2 com interface USB; • Mouse óptico ou laser wireless com 2 botões de rolagem disponíveis como USB, ou mouse a laser USB com 2 botões de rolagem, wireless • SLOTS: • Mínimo de 01 (um) slot PCI Express X16; • Mínimo de 03 (três) slot PCI Express X1/X4; • SOFTWARES: • Sistema operacional Microsoft Windows 10 Professional 64 bits, com downgrade para Windows 7 prof ou superior em português e acompanhado da respectiva licença de uso; • Todos os drivers necessários para o pleno funcionamento do equipamento com atualização disponibilizadas via website; • Software de gerenciamento do sistema do mesmo fabricante do microcomputador; • Software de Backup e Recovery do mesmo fabricante do microcomputador. • GABINETE: • Gabinete com as seguintes características: • Tipo Mini Torres; • 2 (dois) Alto-falante Externo ao gabinete. • O gabinete com características "tool less", ou seja, não utiliza ferramentas para: abertura do gabinete, colocação/fixação e remoção de disco rígido, unidade óptica placas PCI e módulos de memória. Não sendo aceito a utilização de parafusos recartilhados no disco rígido, placas PCI e unidade óptica. • Possuir local apropriado, já desenvolvido no projeto do produto, para colocação de lacres ou cadeados mecânicos ou eletrônicos sem adaptações; • Acabamento interno com superfícies não cortantes; • Ventilação forçada sendo a entrada de ar na parte frontal, com saída de ar exclusivamente na parte traseira; • Baías: 3 (Tres) 3,5" Interna e 2 (duas) baia de 5,25" Externa • Leds indicativos de equipamento ligado e de uso do disco rígido; • Sistema de Leds com indicativo de falha; • Botão de Power-on; • O gabinete esta em conformidade com as normas "RoHS" para sua fabricação, ou seja, não agride o meio ambiente; • Possuir sensor de intrusão; • SEGURANÇA: • SEGURANÇA: • - Possuir função que permita aos usuários travarem automaticamente dados através da codificação de arquivos e pastas; • - Condições de operar em ambiente típico de escritório, segundo as normas da ABNT; 		
---	--	--

Avenida Antonio Joaquim Tavares, 101 CEP 88385-000 Penha Santa Catarina
 (47) 3345-5859 atendimento@cvp.com.br www.cvp.com.br CNPJ 83.551.515/0001-07

Página 16 de 19



CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

	<p>APRESENTAR CÓPIA JUNTO COM A PROPOSTA COMERCIAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Documentação completa (incluindo catálogos e/ou mostruários e manuais de referência) sobre o equipamento original, emitida pelo fabricante. • A CPU, teclado, mouse e monitor, sendo este de no mínimo de 19,5", deverão ser todos da mesma marca, sendo aceito em regime de OEM. (Comprovados através de contrato ou declaração do fabricante original indicando o modelo do equipamento). • Deverá ser anexado à proposta comprovante de compatibilidade do Desktop e monitor ofertado com ambiente operacional Microsoft, a ser comprovado através do site: https://sysdev.microsoft.com/pt-br/Hardware/LPL/ • Deverá ser apresentado compatibilidade comprovada com o protocolo DMI (Desktop Management Interface) DMI 2.0. O Fabricante do produto deverá ser membro do conselho (listmember) do consórcio DMTF (Desktop Management Task Force) - desenvolvedor do protocolo DMI – nas categorias Board ou Leadership, comprovação através do site: http://www.dmtf.org/about/list. • Apresentar resultados em dB como comprovação Cópia do atestado de conformidade, para o desktop, emitido por um órgão credenciado pelo INMETRO ou Documento internacional similar, comprovando que o Computador estão em conformidade com as normas IEC60950 (Safety of Information Technology Equipment Including Eletrical Business Equipment), e EPEAT (Eletronic Product Environmental Assessment Tool), da agência de proteção ambiental (EPA), com certificado GOLD ou SILVER, para a segurança do usuário contra incidentes elétricos e combustão dos materiais elétricos e que os resíduos materiais destes equipamentos através do site: www.epeat.net. • Deverá ser apresentado certificação ENERGY STAR® 6.0 (ou atual) do equipamento ofertado, através do site: www.energystar.gov ou apresentar relatório técnico de ensaios de Conformidade de consumo de energia, emitido por Laboratório de Ensaio acreditado pela CGCRE – Coordenação Geral de Acreditação do INMETRO, de acordo com a norma NBR/ISO IEC 17025. O relatório deverá descrever os componentes certificados para o modelo (Processador, Fonte, HD, Unidade Óptica, Memória) atendendo ao mínimo solicitado na configuração. • O computador deverá possuir certificado quanto à imunidade eletromagnética (norma CISPR24 / EN55024) comprovado através de certificado emitido por entidade competente; • O equipamento ofertado deverá estar em acordo com as normas de emissão de ruídos para ambientes de escritório, NBR 10152 testado em situação de máxima emissão com drive óptico em funcionamento, na forma dos procedimentos definidos pela ISO 7779 e ISO 9296, apresentar certificado ou declaração de conformidade. • Prazo mínimo de 24 meses com assistência on site. 		
--	--	--	--

LOTE 4 - Armazenamento de dados			
Item	Objeto	Unidade	Quantidade
01	<ul style="list-style-type: none"> • HD 1T Interface 3.0 compatível com USB 2.0 • Conector USB 3.0 de 9 pinos Micro-B Tomada/USB 2.0, 5 pin-Micro-B soquete • Transferência de dados USB 3.0, até 5Gbit/s; USB 2.0 até 480 Mbit/s 	Unidade	03

Avenida Antonio Joaquim Tavares, 101 CEP 88385-000 Penha Santa Catarina
 (47) 3345-5859 atendimento@cvp.com.br www.cvp.com.br CNPJ 83.551.515/0001-07

Página 17 de 19



CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

	<ul style="list-style-type: none"> • Potência Bus-powered USB • Compatível com os Sistemas Operacionais Windows 7, Windows Vista, Windows XP e MAC OS X (10.5 ou mais recente) • Navegadores Internet Explorer (7 ou mais recente), MAC Safari (4 ou mais recente). • Incluso disco rígido portátil, software de backup local e nuvem pré carregado, Cabo USB 3.0 (compatível com USB 2.0) e guia de Início Rápido. • Garantia de 24meses 		
02	<ul style="list-style-type: none"> • HD 500GB Interface 3.0 compatível com USB 2.0 • Conector USB 3.0 de 9 pinos Micro-B Tomada/USB 2.0, 5 pin-Micro-B soquete • Transferência de dados USB 3.0, até 5Gbit/s; USB 2.0 até 480 Mbit/s • Potência Bus-powered USB • Compatível com os Sistemas Operacionais Windows 7, Windows Vista, Windows XP e MAC OS X (10.5 ou mais recente) • Navegadores Internet Explorer (7 ou mais recente), MAC Safari (4 ou mais recente). • Incluso disco rígido portátil, software de backup local e nuvem pré carregado, Cabo USB 3.0 (compatível com USB 2.0) e guia de Início Rápido. • Garantia de 24meses 	Unidade	03
03	PEN DRIVE 8GB Capacidade de armazenamento de 8GB Velocidade de gravação mínimo 11MB/s Velocidade de Leitura mínimo 33,0 MB/s Conexão Plug e Play Compatível com Linux, Macintosh, Microsoft Windows Garantia de 1 ano	Unidade	20
04	PEN DRIVE 16GB Capacidade de armazenamento de 16GB Velocidade de gravação mínimo 11,0MB/s Velocidade de Leitura mínimo 33,0 MB/s Conexão Plug e Play Compatível com Linux, Macintosh, Microsoft Windows Garantia de 1 ano	Unidade	10
05	PEN DRIVE 32 Capacidade de armazenamento de 32GB Velocidade de gravação mínimo 04,0MB/s Velocidade de Leitura mínimo 33,0 MB/s Conexão Plug e Play Compatível com Linux, Macintosh, Microsoft Windows Garantia de 1 ano	Undade	05

LOTE 5 - Outros			
Item	Objeto	Unidade	Quantidade
01	Estabilizador 1,5/ 2 VA Banda larga de tensão: estabilizar tensão mesmo em redes elétricas com tensão muito baixa (89,1V) ou muito alta (264V). Proteção contra subtensão, sobretensão, sobrecarga, sobreaquecimento, curtos-circuitos e surtos de tensão. Transformar 220V em 115. Seleção de tensão automática. Microprocessado: identificar e corrigir, em milissegundos, as	Unidade	26

Avenida Antonio Joaquim Tavares, 101 CEP 88385-000 Penha Santa Catarina
 (47) 3345-5859 atendimento@cvp.com.br www.cvp.com.br CNPJ 83.551.515/0001-07

Página 18 de 19

**CÂMARA DE VEREADORES DE PENHA****ESTADO DE SANTA CATARINA**

	falhas da rede elétrica. Filtragem de ruídos da rede elétrica. Evita desligamento acidental com chave liga e desliga embutida. No mínimo 6 tomadas de saída. Para aplicação em computadores com monitores, impressoras laser, áudio, vídeo e automação. Potência mínima de 1500W.		
--	---	--	--

Diante da modificação acima, a abertura do certame será realizada no dia 22 de junho de 2016 às 10:00 na sede da Câmara de Vereadores de Penha, respeitado o disposto na Lei 8.666/93 e na Lei Nº 10.520/2002.

Clóvis Bergamaschi
Presidente

Peritiba

PREFEITURA

RGF 1º QUADRIMESTRE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC - PODER EXECUTIVO
MUNICIPIO DE PERITIBA - PREFEITURA
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.722.714,46	409,09
Pessoal Ativo	5.614.773,22	409,09
Pessoal Inativo e Pensionista	83.814,76	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	24.126,48	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	374,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	374,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	5.722.340,46	409,09
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	12.062.134,36	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	5.722.749,55	47,44
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.513.552,55	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.187.874,93	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.862.197,30	48,60

FONTE:

PERITIBA, 24/05/2016

GILBERTO TAKECHI GENTA
Contador CRC RS- 093270/O-1

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
Auditor de Controle Interno

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Ordenador de Despesa

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA CONSOLIDADA</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	162.389,84	143.126,38	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	106.301,16	90.010,99	0,00	0,00
Interna	106.301,16	90.010,99	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não P	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	56.088,68	53.115,39	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	2.072.830,94	2.356.809,32	—	—
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.082.216,43	2.675.264,44	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	707,40	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	10.092,89	318.455,12	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.910.441,10	-2.213.682,94	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.746.039,84	12.062.134,36	0,00	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	1,38%	1,19%		
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-16,26%	-18,35%		0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	14.095.247,81	14.474.561,23	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	12.685.723,03	13.027.105,11	0,00	0,00

<u>DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	106.301,16	90.010,99	0,00	0,00
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	106.301,16	90.010,99	0,00	0,00

<u>OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC</u>	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	21.362,94	91.384,13	0,00	0,00
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	291.514,32	2.946.404,81	0,00	0,00

FONTE:

Continua 1/2

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016

Continuação 2/2

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas - Inclusive precatórios vencidos e não pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

PERITIBA, 24/05/2016

GILBERTO TAKECHI GENTA
Contador CRC RS- 093270/O-1

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
Auditor de Controle Interno

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Ordenador de Despesa

FONTE:

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL DE 2016

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.746.039,84	12.062.134,36	0,00	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	2.584.128,76	2.653.669,56	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	2.325.715,89	2.388.302,60	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

MEDIDAS CORRETIVAS:

FONTE:

PERITIBA , 24/05/2016

 GILBERTO TAKECHI GENTA
 Contador CRC RS- 093270/O-1

 NEUSA KLEIN MARASCHINI
 Prefeita Municipal

 ADRIANA BOLL
 Auditor de Controle Interno

 TARCISIO REINALDO BERVIAN
 Ordenador de Despesa

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	33.526,42	33.526,42
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	33.526,42	33.526,42
Interna	33.526,42	33.526,42
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	33.526,42	33.526,42
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	33.526,42	33.526,42
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.062.134,36	—
OPERAÇÕES VEDADAS	0,00	0,00
DO PERÍODO DE REFERÊNCIA (III)	0,00	0,00
DE PERÍODOS ANTERIORES AO DE REFERÊNCIA	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)	33.526,42	0,28
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.929.941,50	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	1.736.947,35	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	844.349,41	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	33.526,42	0,28

FONTE:

PERITIBA , 24/05/2016

GILBERTO TAKECHI GENTA
Contador CRC RS- 093270/O-1

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
Auditor de Controle Interno

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Ordenador de Despesa

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")										R\$ 1,00
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	
		Restos a Pagar Exercícios Anteriores		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados Exercícios Anteriores		Demais Obrigações Financeiras				
		(a)	(b)	(c)	(d)					(e)
Alienações de Bens Diversos	1.321,96	0,00	0,00	0,00	923,66	0,00	398,30	0,00	0,00	
Apoio a Creches	1.411,09	0,00	0,00	575,00	0,00	0,00	836,09	875,50	0,00	
ASPS - Ações e Serviços Públicos de Saúde	98.425,65	19,60	30.370,68	17.056,38	409,09	0,00	50.569,90	575.305,27	0,00	
Assistência Farmaceutica - Estado	2.458,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.458,62	6.386,20	0,00	
Atenção Básica	(8.480,80)	0,00	5.412,65	2.262,63	0,00	0,00	(16.156,08)	11.022,87	0,00	
BL GDF- FNAS	17.546,35	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.546,35	0,00	0,00	
BL GSUAS - FNAS	7.954,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.954,00	0,00	0,00	
BL PBS(CRAS/SCFV) FNAS	36.545,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.545,79	0,00	0,00	
BPC NA ESCOLA	211,39	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	211,39	0,00	0,00	
BSOR-SM - Programa Brasil Soridente - Rede Brasil Sem Miséria	31.927,96	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	31.927,96	3.042,00	0,00	
CEO - Centro de Especialidades Odontológicas	37.148,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.148,06	0,00	0,00	
Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumin	2.859,94	0,00	3.047,96	0,00	0,00	0,00	(188,02)	0,00	0,00	
Contribuição para o Custeio dos Serviços de Ilumin	3.499,45	193,71	0,00	0,00	0,00	0,00	3.305,74	72.882,74	0,00	
Conv. MEC/FNDE/PAR Mobiliário e Equipamentos	601,82	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	601,82	0,00	0,00	
Conv. Min. Cidades Pavimentação (7898888/2013)	1.217,85	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.217,85	0,00	0,00	
Conv. SDR Passeios Públicos	13.491,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.491,29	0,00	0,00	
Convênio FNS - Equipamentos e Material Permanente	82.629,65	0,00	48.850,00	0,00	0,00	0,00	33.779,65	24.940,87	0,00	
Convênio Transito	8.199,19	0,00	1.500,40	0,00	0,00	0,00	6.698,79	605,00	0,00	
Farmacia Básica - União	2.125,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.125,52	0,00	0,00	
FMAS - SBPC(benefício prestação continuada)	6,23	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6,23	0,00	0,00	
FUNDAM - Redes de Água	702.960,21	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	702.960,21	0,00	0,00	
Fundeb 40%	62.617,60	0,00	3.165,31	2.365,91	0,00	0,00	57.086,38	1.481,75	0,00	
Fundeb 60%	56.584,82	0,00	11.189,56	7.507,25	0,00	0,00	37.888,01	0,00	0,00	
IGD - Social	7.102,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.102,20	0,00	0,00	
IGD/SUAS	(5.236,96)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(5.236,96)	0,00	0,00	
MAC - Média e Alta Complexidade	132.231,47	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	132.231,47	59.758,04	0,00	
NASF - Nucleo de Apoio a Saude da Familia	32.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32.000,00	0,00	0,00	
PAR - Inst. Musicais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.083,00	0,00	

R\$ 1,00

Continua 1/3

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")		Continuação 2/3 R\$ 1,00						
IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras			
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício					
PAR - Mobiliário Escolar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23.789,00	0,00
Piso Básico Vaiavel II	6.256,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.256,48	0,00
PMAQ	47.613,45	0,00	808,91	0,00	0,00	0,00	46.804,54	0,00
PNAB - Programa Nacional de Alimentação Escolar	5.698,36	0,00	699,25	0,00	0,00	0,00	4.999,11	0,00
PNATE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte E	3.276,73	0,00	730,27	0,00	0,00	0,29	2.546,17	0,00
Proteção Social Básica	(21.443,41)	0,00	849,23	0,00	0,00	1.372,27	(23.664,91)	0,00
Receltas de Impostos/Trans Imp. - Saude	523.544,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	523.544,88	0,00
Salário Educação	39.042,43	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	39.042,43	0,00
SCFV - Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	(17.510,23)	0,00	2.104,80	0,00	0,00	124,32	(19.739,35)	0,00
SIES/Co-financeamento	37.559,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	37.559,77	0,00
SUAS Estado / Benefícios Eventuais	5.359,80	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.359,80	0,00
Superávit - FUNDAM - Redes de Água	(67.018,63)	0,00	0,00	0,00	0,00	6.782,09	(73.800,72)	0,00
Superávit - IGD - SUAS	(1.500,00)	0,00	1.599,90	0,00	0,00	0,00	(3.099,90)	0,00
Superávit - PAB	(3.208,50)	0,00	594,49	0,00	0,00	0,00	(3.802,99)	0,00
Superávit - SCFV	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit ASPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Conv. Creche	4.513,01	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.513,01	0,00
Superávit Fundeb	(31.848,61)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(31.848,61)	0,00
Superávit MAC	(12.436,27)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(12.436,27)	0,00
Superávit MDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit MDE	(6.548,01)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(6.548,01)	0,00
Superávit Proteção Social Básica	0,00	0,00	171,62	0,00	0,00	0,00	(171,62)	0,00
Superávit Proteção Social Básica	(3.013,66)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.013,66)	0,00
Superávit Vigilância	(3.401,09)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.401,09)	0,00
SUS/Estado Farmacia Basica	1.842,31	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.842,31	0,00
Transf. do SUS - Requalificação de UBS	1.921,97	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.921,97	0,00
Transf. Rec.Estado - CEO - Serviços Odontológicos	11.166,44	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.166,44	0,00
Transferências de Convênios - Educação	26,20	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26,20	0,00
Vigilância em Saúde	55.459,17	0,00	1.299,45	0,00	0,00	39,00	54.120,72	0,00

Continua 2/3

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/QUADRIMESTRE JANEIRO - ABRIL

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

Continuação 3/3
R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS					DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)				
Vigilância em Saúde	55.459,17	0,00	1.299,45	0,00	39,00	54.120,72	7.675,78	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	1.904.712,94	213,31	112.969,48	1.332,75	37.510,14	1.752.687,26	1.569.637,59	0,00	0,00
Receitas de Impostos/Trans Imp. - Educação	(110.900,67)	0,00	26.621,03	0,00	6.263,11	(143.784,81)	114.131,72	0,00	0,00
RECURSOS ORDINÁRIOS	0,00	11.276,64	167.374,66	60.278,99	0,00	(238.930,29)	1.195.839,90	0,00	0,00
Recursos Ordinários	674.614,74	0,00	0,00	0,00	362,40	674.252,34	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários	215.051,11	0,00	0,00	0,00	47.248,48	167.802,63	0,00	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Superávit	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.183,86	0,00	0,00
Recursos Ordinários - Superávit	(8.213,68)	0,00	0,00	0,00	0,00	(8.213,68)	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	770.551,50	11.276,64	193.995,69	60.278,99	53.873,99	451.126,19	1.315.155,48	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	2.675.264,44	11.489,95	306.965,17	61.611,74	91.384,13	2.203.813,45	2.884.793,07	0,00	0,00
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Nota: ¹ A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

PERITIBA , 24/05/2016

GILBERTO TAKECHI GENTA
Contador CRC RS- 093270/O-1

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
Auditor de Controle Interno

TARCÍSIO REINALDO BERVIAN
Ordenador de Despesa

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 1º Quadrimestre de 2016

L.R.F., Artigo 48 - Anexo 6

R\$ 1,00

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O BIMESTRE	
Receita Corrente líquida	12.062.134,36	
DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	6.134.672,61	50,86
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	7.237.280,62	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	6.875.416,59	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-2.213.682,94	-18,35
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	14.474.561,23	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	2.653.669,56	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	33.526,42	0,28
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.929.941,50	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	844.349,41	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	2.884.793,07	2.203.813,45

FONTE:

PERITIBA, 24/05/2016

 GILBERTO TAKECHI GENTA
 Contador CRC RS- 093270/O-1

 NEUSA KLEIN MARASCHINI
 Prefeita Municipal

 ADRIANA BOLL
 Auditor de Controle Interno

 TARCISIO REINALDO BERVIAN
 Ordenador de Despesa

RREO 2º BIMESTRE

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2015 a 2089

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 01/03/2016 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

PERITIBA , 24/05/2016

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Ordenador de Despesa

ADRIANA BOLL
Auditor de Controle Inte

GILBERTO TAKECHI GENTA
Contador CRC RS- 093270/O-1

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RRERO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	14.650.000,00	14.650.000,00	2.065.749,58	14,10	4.267.139,50	10.382.860,50	
RECEITA TRIBUTÁRIA	13.840.000,00	13.840.000,00	1.910.876,83	13,81	4.089.448,66	9.750.551,34	
IMPOSTOS	482.100,00	482.100,00	95.553,12	19,82	192.626,43	289.473,57	
TAXAS	395.000,00	395.000,00	57.286,02	14,50	131.237,30	263.762,70	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	87.100,00	87.100,00	38.267,10	43,93	61.389,13	25.710,87	
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	142.000,00	142.000,00	26.783,55	18,86	54.580,29	87.419,71	
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	140.000,00	140.000,00	26.783,55	19,13	54.580,29	85.419,71	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	50.000,00	50.000,00	42.794,94	85,59	74.142,28	-24.142,28	
RECEITA DE SERVIÇOS	50.000,00	50.000,00	42.794,94	85,59	74.142,28	-24.142,28	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	490.000,00	490.000,00	27.205,85	5,55	46.798,02	443.201,98	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.339.380,00	12.339.380,00	1.536.047,69	12,45	3.435.133,84	8.904.246,16	
TRANSF. DE CONV.	12.244.380,00	12.244.380,00	1.536.047,69	12,54	3.420.280,96	8.824.099,04	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	95.000,00	95.000,00	0,00	0,00	14.852,88	80.147,12	
MULTAS E JUROS DE MORA	336.520,00	336.520,00	182.491,68	54,23	286.167,80	50.352,20	
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	14.520,00	14.520,00	6.611,34	45,53	11.591,14	2.928,86	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	0,00	0,00	160.584,09	0,00	248.337,33	-248.337,33	
RECEITAS DIVERSAS	45.000,00	45.000,00	12.592,04	27,98	22.684,95	22.315,05	
	277.000,00	277.000,00	2.704,21	0,98	3.554,38	273.445,62	
RECEITAS DE CAPITAL	810.000,00	810.000,00	154.872,75	19,12	177.690,84	632.309,16	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	650.000,00	650.000,00	0,00	0,00	0,00	650.000,00	
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	160.000,00	160.000,00	31.947,75	19,97	54.761,76	105.238,24	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	122.925,00	0,00	122.929,08	-122.929,08	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	4,08	-4,08	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	122.925,00	0,00	122.925,00	-122.925,00	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	14.650.000,00	14.650.000,00	2.065.749,58	14,10	4.267.139,50	10.382.860,50	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)						
Mobiliária						
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	14.650.000,00	14.650.000,00	2.065.749,58	14,10	4.267.139,50	10.382.860,50
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	14.650.000,00	14.650.000,00	2.065.749,58	14,10	4.267.139,50	10.382.860,50
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	986.175,19	—	—	228.752,25	—
Superávit Financeiro	—	986.175,19	—	—	228.752,25	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.650.000,00	15.953.440,83	2.357.881,03	6.707.974,74	9.245.466,09	2.138.788,97	3.823.181,67	12.130.259,16	3.516.216,50
DESPESAS CORRENTES	12.232.500,00	12.656.231,25	1.488.423,23	5.587.069,58	7.069.161,67	1.825.585,75	3.455.570,76	9.200.660,49	3.227.898,49
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.132.800,00	6.241.634,77	1.008.759,63	2.178.656,31	4.062.978,46	1.010.832,32	2.068.086,17	4.173.548,60	1.986.679,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	10.000,00	14.500,00	4.500,00	13.813,09	686,91	1.996,50	5.555,41	8.944,59	5.555,41
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.089.700,00	6.400.096,48	475.163,60	3.394.600,18	3.005.496,30	812.756,93	1.381.929,18	5.018.167,30	1.235.663,74
DESPESAS DE CAPITAL	2.392.500,00	3.272.209,58	869.457,80	1.120.905,16	2.151.304,42	313.203,22	367.610,91	2.904.598,67	288.318,01
INVESTIMENTOS	2.082.500,00	2.901.709,58	757.957,80	898.068,51	2.003.641,07	236.327,68	264.821,03	2.636.888,55	201.528,13
INVERSOES FINANCEIRAS	190.000,00	214.000,00	75.000,00	75.000,00	139.000,00	50.000,00	50.000,00	164.000,00	34.000,00
AMORTIZACAO DA DÍVIDA	120.000,00	156.500,00	36.500,00	147.836,65	8.663,35	26.875,54	52.789,88	103.710,12	52.789,88
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	14.650.000,00	15.953.440,83	2.357.881,03	6.707.974,74	9.245.466,09	2.138.788,97	3.823.181,67	12.130.259,16	3.516.216,50

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	14.650.000,00	15.953.440,83	2.357.881,03	6.707.974,74	9.245.466,09	2.138.788,97	3.823.181,67	12.130.259,16	3.516.216,50
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	443.957,83	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	14.650.000,00	15.953.440,83	2.357.881,03	6.707.974,74	—	2.138.788,97	4.267.139,50	—	3.516.216,50

FONTE:

PERITIBA , 24/05/2016

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita MunicipalTARCÍSIO REINALDO BERVIAN
Ordenador de DespesaADRIANA BOLL
Auditor de Controle InternoGILBERTO TAKECHI GENTA
Contador CRC RS- 093270/O-1

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			RECEITAS REALIZADAS		
PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	Até o Bimestre (b)		% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)					
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	400.520,00	136.466,27		34,07	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	95.000,00	131,28		0,14	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	60.000,00	17.487,27		29,15	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	120.000,00	69.505,67		57,92	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	120.000,00	43.957,22		36,63	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.320,00	395,03		29,93	
Dívida Ativa dos Impostos	3.000,00	3.106,26		103,54	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	1.200,00	1.883,54		156,96	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	12.434.700,00	3.344.586,69		26,90	
Cota-Parte FPM	8.000.000,00	2.043.168,44		25,54	
Cota-Parte ITR	900,00	77,75		8,64	
Cota-Parte IPVA	240.000,00	88.699,04		36,96	
Cota-Parte ICMS	4.100.000,00	1.189.669,09		29,02	
Cota-Parte IPI-Exportação	58.200,00	18.222,57		31,31	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	35.600,00	4.749,80		13,34	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	35.600,00	4.749,80		13,34	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.835.220,00	3.481.052,96		27,12	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE					
PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	Até o Bimestre (d)		% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS					
Provenientes da União	739.000,00	274.811,73		37,19	
Provenientes dos Estados	682.000,00	248.127,53		36,38	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	57.000,00	26.684,20		46,81	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00		0,00	
8.000,00	8.000,00	77.447,18		968,09	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	747.000,00	352.258,91		47,16	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)					
DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.981.500,00	3.103.470,60	52,33	957.260,48	30,84
Pessoal e Encargos Sociais	1.442.000,00	1.624.029,34	35,17	507.137,45	35,17
Outras Despesas Correntes	1.539.500,00	1.116.891,89	67,22	450.123,03	27,09
DESPESAS DE CAPITAL	287.000,00	392.056,26	51,64	134.270,07	34,25
Investimentos	287.000,00	202.466,13	51,64	134.270,07	34,25

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	287.000,00	392.056,26	202.466,13	51,64	134.270,07	34,25
Investimentos	287.000,00	392.056,26	202.466,13	51,64	134.270,07	34,25
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.268.500,00	3.495.526,86	1.826.495,47	52,25	1.091.530,55	31,23
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	793.000,00	1.014.970,60	463.471,77	25,37	288.148,38	26,40
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	793.000,00	1.014.970,60	463.471,77	25,37	288.148,38	26,40
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	793.000,00	1.014.970,60	463.471,77	25,37	288.148,38	26,40
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.475.500,00	2.480.556,26	1.363.023,70	74,63	803.382,17	73,60
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VI%) = (VI / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						23,08
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI(i) - (15 x IIIb)/100]⁶						281.224,23

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA									
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE					
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º									
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)					
0,00			0,00	0,00					
0,00			0,00	0,00					
TOTAL (VIII)									
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26									
SALDO INICIAL		DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)					
-		-		-					
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)									
Atenção Básica	2.153.500,00	2.308.556,26	940.297,10	50,35	773.487,69	70,10			
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	756.000,00	833.600,00	738.932,80	39,57	255.006,40	23,11			
Suporte Profilático e Terapêutico	341.000,00	341.000,00	162.925,88	8,72	66.967,25	6,07			
Vigilância Epidemiológica	34.000,00	54.000,00	25.369,09	1,36	7.878,61	0,71			
TOTAL	3.284.500,00	3.537.156,26	1.867.524,87	100,00	1.103.339,95	100,00			

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

2 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

3 O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times \text{IIIb})/100]$

Continua 3/4

Continuação 4/4

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PERITIBA , 24/05/2016

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita MunicipalTARCISIO REINALDO BERVIAN
Ordenador de DespesaADRIANA BOLL
Auditor de Controle InternoGILBERTO TAKECHI GENTA
Contador CRC RS- 093270/O-1

Município de PERITIBA - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS			
Previsão Inicial		—	14.650.000,00
Previsão Atualizada		—	14.650.000,00
Receitas Realizadas		2.065.749,58	4.267.139,50
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	228.752,25
DESPESAS			
Dotação Inicial		—	14.650.000,00
Créditos Adicionais		—	1.303.440,83
Dotação Atualizada		—	15.953.440,83
Despesas Empenhadas		2.357.881,03	6.707.974,74
Despesas Liquidadas		2.138.788,97	3.823.181,67
Superávit Orçamentário		—	443.957,83
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			
Despesas Empenhadas		2.357.881,03	6.707.974,74
Despesas Liquidadas		2.138.788,97	3.823.181,67
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			
Receita Corrente Líquida			12.062.134,36
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)
Resultado Nominal		1.303.110,00	-303.241,84
Resultado Primário		1.380.000,00	373.399,08
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	291.514,32	0,00	220.782,58
EXECUTIVO	291.514,32	0,00	220.782,58
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	10.092,89	0,00	7.722,94
EXECUTIVO	10.092,89	0,00	7.722,94
TOTAL:	301.607,21	0,00	228.505,52
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais
			% Mínimo a Aplicar no Exercício
			% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		955.117,65	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		270.067,22	60%
Liquidadas		0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito		0,00	650.000,00

Continua 1/2

Município de PERITIBA - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14					R\$ 1,00	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2016	2024	2034	2049
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)			0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)			0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
					% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde			803.382,17		15,00	23,08
Liquidadas			0,00			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados			0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP			Valor apurado no exercício corrente			
Total das despesas/RCL (%)			0,00			

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PERITIBA, 24/05/2016

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Ordenador de Despesa

ADRIANA BOLL
Auditor de Controle Interno

GILBERTO TAKECHI GENTA
Contador CRC RS- 093270/O-1

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)				
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		%	(b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%	(d/Total d)
									R\$ 1,00			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	Legislativa	14.650.000,00	15.953.440,83	2.357.881,03	6.707.974,74	100,00		9.245.466,09	2.138.788,97	3.823.181,67	100,00	12.130.259,16
		720.000,00	720.000,00	68.984,13	239.595,53	3,57		480.404,47	82.974,31	163.604,26	4,28	556.395,74
	Ação Legislativa	720.000,00	720.000,00	68.984,13	239.595,53	3,57		480.404,47	82.974,31	163.604,26	4,28	556.395,74
	Administração	2.037.400,00	2.041.300,00	237.323,33	808.474,92	12,05		1.232.825,08	256.894,46	497.515,71	13,01	1.543.784,29
	Administração Geral	1.762.400,00	1.766.300,00	218.420,26	720.015,97	10,73		1.046.284,03	233.151,08	450.634,36	11,79	1.315.665,64
	Administração Financeira	275.000,00	275.000,00	18.903,07	88.458,95	1,32		186.541,05	23.743,38	46.881,35	1,23	228.118,65
	Segurança Pública	86.500,00	86.500,00	4.417,40	10.200,40	0,15		76.299,60	3.981,96	6.920,54	0,18	79.579,46
	Policimento	36.500,00	36.500,00	2.737,40	6.825,40	0,10		29.674,60	2.301,96	3.545,54	0,09	32.954,46
	Defesa Civil	50.000,00	50.000,00	1.680,00	3.375,00	0,05		46.625,00	1.680,00	3.375,00	0,09	46.625,00
	Assistência Social	585.600,00	675.230,00	66.528,77	201.241,22	3,00		473.988,78	87.069,98	156.443,95	4,09	518.786,05
	Assistência ao Idoso	38.200,00	39.700,00	345,76	11.121,91	0,17		28.578,09	1.199,55	2.015,80	0,05	37.684,20
	Assistência à Criança e ao Adolescente	50.000,00	50.000,00	616,00	2.143,75	0,03		47.856,25	0,00	1.527,75	0,04	48.472,25
	Assistência Comunitária	497.400,00	585.530,00	65.567,01	187.975,56	2,80		397.554,44	85.870,43	152.900,40	4,00	432.629,60
	Saúde	3.284.500,00	3.537.156,26	527.022,14	1.867.524,87	27,84		1.669.631,39	641.237,83	1.103.339,95	28,86	2.433.816,31
	Atenção Básica	2.153.500,00	2.308.556,26	393.508,65	940.297,10	14,02		1.368.259,16	467.951,59	773.487,69	20,23	1.535.068,57
	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	756.000,00	833.600,00	35.029,40	738.932,80	11,02		94.667,20	134.588,60	255.006,40	6,67	578.593,60
	Suporte Profilático e Terapêutico	341.000,00	341.000,00	95.311,57	162.925,88	2,43		178.074,12	33.132,52	66.967,25	1,75	274.032,75
	Vigilância Epidemiológica	34.000,00	54.000,00	3.172,52	25.369,09	0,38		28.630,91	5.565,12	7.878,61	0,21	46.121,39
	Educação	2.654.200,00	2.804.621,55	414.906,18	1.255.934,74	18,72		1.548.686,81	426.223,65	835.681,44	21,86	1.968.940,11
	Alimentação e Nutrição	49.000,00	64.000,00	8.166,65	20.809,03	0,31		43.190,97	14.849,96	17.022,32	0,45	46.977,68
	Ensino Fundamental	1.567.200,00	1.640.048,61	256.989,53	759.121,67	11,32		880.926,94	258.026,20	544.483,77	14,24	1.095.564,84
	Ensino Médio	95.000,00	95.000,00	8.883,12	29.633,12	0,44		65.366,88	5.739,35	6.569,35	0,17	88.430,65
	Ensino Superior	122.000,00	122.000,00	0,00	120.000,00	1,79		2.000,00	19.305,00	19.305,00	0,50	102.695,00
	Educação Infantil	816.000,00	878.572,94	140.866,88	326.370,92	4,87		552.202,02	128.303,14	248.301,00	6,49	630.271,94
	Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00		5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	Cultura	278.000,00	299.594,00	53.392,53	102.285,25	1,52		197.308,75	33.433,88	49.992,95	1,31	249.601,05
Difusão Cultural	278.000,00	299.594,00	53.392,53	102.285,25	1,52		197.308,75	33.433,88	49.992,95	1,31	249.601,05	
Direitos da Cidadania	7.000,00	7.000,00	0,00	6.427,20	0,10		572,80	1.285,44	1.928,16	0,05	5.071,84	
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	7.000,00	7.000,00	0,00	6.427,20	0,10		572,80	1.285,44	1.928,16	0,05	5.071,84	
Urbanismo	408.000,00	408.000,00	36.640,46	181.737,03	2,71		226.262,97	52.735,34	92.937,01	2,43	315.062,99	
Infra-Estrutura Urbana	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00		25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	
Serviços Urbanos	383.000,00	383.000,00	36.640,46	181.737,03	2,71		201.262,97	52.735,34	92.937,01	2,43	290.062,99	
Habitação	298.000,00	298.000,00	75.000,00	100.000,00	1,49		198.000,00	52.651,62	55.034,25	1,44	242.965,75	
Habitação Rural	174.000,00	174.000,00	12.000,00	18.000,00	0,27		156.000,00	8.488,55	8.714,50	0,23	165.285,50	
Habitação Urbana	124.000,00	124.000,00	63.000,00	82.000,00	1,22		42.000,00	44.163,07	46.319,75	1,21	77.680,25	

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	14.650.000,00	15.953.440,83	2.357.881,03	6.707.974,74	100,00	2.138.788,97	3.823.181,67	12.130.259,16
Saneamento	55.000,00	646.140,32	591.140,32	591.140,32	8,81	73.800,72	73.800,72	572.339,60
Saneamento Básico Rural	30.000,00	621.140,32	591.140,32	591.140,32	8,81	73.800,72	73.800,72	547.339,60
Saneamento Básico Urbano	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Gestão Ambiental	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	35.000,00	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35.000,00
Agricultura	1.314.500,00	1.408.600,00	140.186,49	502.148,60	7,49	179.767,85	362.351,40	1.046.248,60
Extensão Rural	1.276.000,00	1.370.100,00	140.186,49	502.148,60	7,49	179.767,85	362.351,40	1.007.748,60
Promoção da Produção Agropecuária	38.500,00	38.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.500,00
Indústria	236.000,00	236.000,00	0,00	21.504,00	0,32	0,00	0,00	236.000,00
Promoção Industrial	224.000,00	224.000,00	0,00	21.504,00	0,32	0,00	0,00	224.000,00
Produção Industrial	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12.000,00
Comércio e Serviços	55.000,00	55.000,00	142,00	142,00	0,00	142,00	142,00	54.858,00
Turismo	55.000,00	55.000,00	142,00	142,00	0,00	142,00	142,00	54.858,00
Comunicações	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Telecomunicações	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Energia	155.000,00	155.000,00	3.285,58	115.642,29	1,72	28.338,99	42.759,55	112.240,45
Energia Elétrica	155.000,00	155.000,00	3.285,58	115.642,29	1,72	28.338,99	42.759,55	112.240,45
Transporte	1.835.300,00	1.935.298,70	95.660,28	370.259,59	5,52	140.499,01	224.374,68	1.710.924,02
Transportes Coletivos Urbanos	6.000,00	6.000,00	183,45	183,45	0,00	72,95	72,95	5.927,05
Transporte Rodoviário	1.829.300,00	1.929.298,70	95.476,83	370.076,14	5,52	140.426,06	224.301,73	1.704.996,97
Desporto e Lazer	124.000,00	124.000,00	14.504,18	34.572,56	0,52	7.893,10	14.002,65	109.997,35
Desporto Comunitário	124.000,00	124.000,00	14.504,18	34.572,56	0,52	7.893,10	14.002,65	109.997,35
Encargos Especiais	441.000,00	441.000,00	28.747,24	299.144,22	4,46	69.858,83	142.352,45	298.647,55
Serviço da Dívida Interna	441.000,00	441.000,00	28.747,24	299.144,22	4,46	69.858,83	142.352,45	298.647,55

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de PERITIBA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.650.000,00	15.953.440,83	2.357.881,03	6.707.974,74	9.245.466,09	2.138.788,97	3.823.181,67	12.130.259,16
	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	25.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	14.650.000,00	15.953.440,83	2.357.881,03	6.707.974,74	9.245.466,09	2.138.788,97	3.823.181,67	12.130.259,16

FONTE:

PERITIBA, 24/05/2016

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

GILBERTO TAKECHI GENTA
Contador CRC RS- 093270/O-1

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Ordenador de Despesa

ADRIANA BOLL
Auditor de Controle Interno

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2016	
ESPECIFICAÇÃO		Maio/2015	Jun/2015	Jul/2015	Ago/2015	Sep/2015	Out/2015	Nov/2015	Dez/2015	Jan/2016	Fev/2016	Mar/2016	Abr/2016	TOTAL (ULT. 12 MESES)	RS 1,00
RECEITAS CORRENTES (I)		1.189.107,93	1.200.564,48	1.029.723,86	1.041.997,35	942.463,44	1.076.147,64	1.151.103,05	1.595.091,16	1.161.348,65	1.396.204,37	1.081.920,79	1.129.642,46	13.975.316,18	16.426.964,00
RECEITA TRIBUTÁRIA		37.393,05	145.098,46	36.128,35	50.547,73	36.227,99	30.696,70	55.222,94	75.591,16	22.576,90	74.396,41	66.413,20	29.773,35	659.469,24	482.100,00
I.P.T.U.		2.822,36	87.617,08	4.745,24	3.820,70	1.085,73	103,61	640,38	4.282,99	131,28	0,00	0,00	0,00	105.247,37	95.000,00
I.R.P.F.		4.307,15	22.894,81	9.920,29	10.002,96	12.095,47	4.934,26	21.708,40	32.240,70	13.841,89	23.462,08	14.975,25	16.258,29	162.267,12	120.000,00
I.S.S.		14.867,15	20.398,71	15.330,28	20.792,48	16.161,72	15.473,03	22.397,55	25.785,13	13.841,89	23.462,08	15.943,41	16.258,29	220.974,72	120.000,00
I.T.B.I.		9.253,85	6.150,00	3.125,76	12.756,00	1.740,00	7.874,63	7.697,00	5.340,00	5.368,00	3.242,00	5.472,00	3.405,27	71.424,51	60.000,00
Outras Receitas Tributárias		6.132,54	7.947,86	3.009,78	3.175,59	5.185,07	2.039,17	2.789,61	7.852,34	3.335,73	19.796,30	30.022,54	8.277,99	99.553,52	87.100,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES		12.688,60	0,00	8.449,32	12.910,90	12.317,18	13.150,68	12.854,16	13.440,78	14.890,56	12.938,18	12.898,57	13.894,98	140.391,91	142.000,00
RECEITA PATRIMONIAL		10.548,59	10.343,73	10.029,88	10.833,98	9.348,56	11.436,55	10.754,26	26.198,45	13.870,60	17.476,74	23.810,21	18.984,73	173.634,88	50.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS		14.152,57	11.076,34	9.195,75	9.347,21	11.606,81	15.475,35	9.404,86	7.959,99	11.633,18	11.633,18	14.288,90	12.916,95	135.120,92	490.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES		1.104.024,61	1.023.519,52	953.033,30	953.989,07	866.206,81	926.872,05	970.772,60	1.282.995,77	1.083.498,96	1.174.552,34	872.885,26	963.813,83	12.186.164,12	14.926.344,00
Cota-Parte do FPM		591.411,98	514.589,39	381.036,57	445.648,92	371.540,26	422.874,40	477.453,38	549.022,36	521.721,09	653.119,36	396.716,85	471.611,14	5.796.749,70	8.000.000,00
Cota-Parte do LCM.S.		288.211,44	282.791,64	274.746,56	263.922,88	275.467,02	284.829,99	286.539,47	279.727,22	340.917,35	278.168,51	281.330,00	289.253,23	3.425.905,31	4.100.000,00
Cota-Parte do IPVA		24.470,69	25.089,17	33.457,05	28.694,88	24.982,37	23.184,69	17.071,57	3.972,76	14.704,76	21.489,02	25.019,74	26.485,52	269.612,22	240.000,00
Cota-Parte do ITR		24,07	26,18	92,04	42,88	1.079,43	1.520,21	55,54	63,11	0,00	35,52	35,97	6,26	2.981,21	900,00
Outras Transferências Correntes		99.069,61	105.144,65	172.007,83	121.329,10	102.908,19	98.396,53	95.109,08	353.085,46	107.026,67	123.643,66	74.876,73	78.157,00	1.530.744,51	1.371.844,00
Transferências da LC 61/1989		4.487,96	4.274,80	3.937,94	4.190,18	4.178,26	4.846,79	4.415,55	4.360,09	5.914,04	4.133,03	4.035,13	4.140,37	52.914,14	58.200,00
Transferências da LC 87/1996		1.187,97	1.187,97	1.187,97	1.187,97	1.187,97	1.180,01	1.187,97	1.187,97	1.187,97	1.187,97	1.187,97	1.187,97	14.253,60	35.000,00
Transferências do FUNDEB		95.190,89	90.416,72	86.567,34	88.992,26	84.863,31	90.041,43	88.935,04	91.576,80	102.027,60	92.775,79	88.683,39	92.972,86	1.093.003,43	1.120.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES		10.310,51	10.526,43	12.889,26	4.368,86	6.756,09	78.514,31	92.094,23	178.890,99	8.485,64	95.207,52	91.624,65	90.889,62	680.536,11	336.520,00
DEDUÇÕES (II)		181.999,34	165.591,43	138.891,37	148.735,30	135.886,89	147.686,88	157.345,52	167.666,54	177.338,74	191.626,41	142.114,81	158.536,59	1.913.181,82	2.596.964,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB		181.959,34	165.591,43	138.891,37	148.735,30	135.886,89	147.686,88	157.345,52	167.666,54	177.338,74	191.626,41	142.114,81	158.536,59	1.913.181,82	2.596.964,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		1.007.148,59	1.034.973,05	890.832,49	893.262,05	806.576,55	928.460,76	993.757,53	1.427.424,62	984.010,91	1.194.577,96	939.805,98	971.105,87	12.062.134,36	13.840.000,00
FONTE:															
PERITIBA, 24/05/2016															
NEUSA KLEIN MARASCHINI Prefeita Municipal	TARCISIO REINALDO BERVIAN Ordernador de Despesa	ADRIANA BOLL Auditor de Controle Interno													
GILBERTO TAKECHI GENTA Contador CRC RS- 0832700-1															

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

PREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)					
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					Continua 1/4

Continua 1/4

Município de PERITIBA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	-	-	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR						
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS						
Plano Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras						0,00
Recursos para Formação de Reserva						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
Plano Previdenciário						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro						0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial						0,00
Outros Aportes para o RPPS						0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS						
Valor						0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS						
			PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			2016	2015		
Caixa			0,00	0,00		

Continua 2/4

Município de PERITIBA - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	2016		2015	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)				
RECEITAS CORRENTES (VIII)				
Recetta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 3/4

Município de PERITIBA - SC

Continuação 4/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XII) = (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

PERITIBA, 24/05/2016

NEUSA KLEIN MARASCHINI	TARCISIO REINALDO BERVIAN	ADRIANA BOLL	GILBERTO TAKECHI GENTA
Prefeita Municipal	Ordenador de Despesa	Auditor de Controle Interno	Contador CRC RS- 093270/O-1

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	162.389,84	136.475,50	143.126,38
DEDUÇÕES (II)	2.072.830,94	2.540.152,88	2.356.809,32
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.082.216,43	2.730.686,42	2.675.264,44
Demais Haveres Financeiros	707,40	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	10.092,89	190.533,54	318.455,12
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.910.441,10	-2.403.677,38	-2.213.682,94
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.910.441,10	-2.403.677,38	-2.213.682,94

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2016 (C - A)
VALOR	189.994,44	-303.241,84

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	1.303.110,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2015 (A)	Em 29 Feb 2016 (B)	Em 30 Abr 2016 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

PERITIBA , 24/05/2016

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
Auditor de Controle Interno

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Ordenador de Despesa

GILBERTO TAKECHI GENTA
Contador CRC RS- 093270/O-1

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	13.790.000,00	4.015.306,38	3.747.422,74
Receita Tributária	482.100,00	192.626,43	141.128,47
I.P.T.U.	95.000,00	131,28	280,56
I.S.S.	120.000,00	69.505,67	43.744,58
I.T.B.I.	60.000,00	17.487,27	15.819,09
I.R.R.F.	120.000,00	44.113,08	27.781,47
Outras Receitas Tributárias	87.100,00	61.389,13	53.502,77
Receita de Contribuição	142.000,00	54.580,29	35.174,86
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	142.000,00	54.580,29	35.174,86
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	50.000,00	74.142,28	25.983,46
(-) Aplicações Financeiras	50.000,00	74.142,28	25.983,46
Transferências Correntes	12.339.380,00	3.435.133,84	3.474.424,08
F.P.M.	6.300.000,00	1.634.534,88	1.710.147,02
I.P.V.A	192.000,00	70.709,50	67.480,49
I.C.M.S.	3.280.000,00	951.735,64	948.291,93
Convênios	95.000,00	14.852,88	7.426,44
Outras Transferências Correntes	2.472.380,00	763.300,94	741.078,20
Demais Receitas Correntes	826.520,00	332.965,82	96.695,33
Dívida Ativa	45.000,00	22.684,95	4.172,80
Diversas Receitas Correntes	781.520,00	310.280,87	92.522,53
RECEITAS DE CAPITAL (II)	810.000,00	177.690,84	701.580,00
Operações de Crédito (III)	650.000,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	160.000,00	54.761,76	53.271,20
Alienação de Ativos (V)	0,00	0,00	50.300,00
Transferências de Capital	0,00	122.929,08	598.008,80
Convênios	0,00	122.925,00	598.008,80
Outras Transferências de Capital	0,00	4,08	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	122.929,08	598.008,80
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.790.000,00	4.138.235,46	4.345.431,54

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	12.656.231,25	5.587.069,58	5.435.992,77	3.455.570,76	3.425.374,64
Pessoal e Encargos Sociais	6.241.634,77	2.178.656,31	1.927.472,07	2.068.086,17	1.839.138,36
Juros e Encargos da Dívida (IX)	14.500,00	13.813,09	53.999,00	5.555,41	9.912,68
Outras Despesas Correntes	6.400.096,48	3.394.600,18	3.454.521,70	1.381.929,18	1.576.323,60
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	12.641.731,25	5.573.256,49	5.381.993,77	3.450.015,35	3.415.461,96
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.272.209,58	1.120.905,16	1.005.543,82	367.610,91	425.691,92
Investimentos	2.901.709,58	898.068,51	786.443,82	264.821,03	352.671,19
Inversões Financeiras	214.000,00	75.000,00	56.000,00	50.000,00	19.000,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	56.000,00	0,00	19.000,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	214.000,00	75.000,00	0,00	50.000,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	156.500,00	147.836,65	163.100,00	52.789,88	54.020,73

Município de PERITIBA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

<u>DESPESAS PRIMÁRIAS</u>	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2015
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.272.209,58	1.120.905,16	1.005.543,82	367.610,91	425.691,92
Amortização da Dívida (XIV)	156.500,00	147.836,65	163.100,00	52.789,88	54.020,73
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	3.115.709,58	973.068,51	786.443,82	314.821,03	352.671,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	25.000,00	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	15.782.440,83	6.546.325,00	6.168.437,59	3.764.836,38	3.768.133,15
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.992.440,83	-2.408.089,54	-1.823.006,05	373.399,08	577.298,39
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	228.752,25	0,00
Superávit Financeiro	-	-	-	228.752,25	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				1.380.000,00	

PERITIBA , 24/05/2016

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Ordenador de Despesa

ADRIANA BOLL
Auditor de Controle Interno

GILBERTO TAKECHI GENTA
Contador CRC RS- 093270/O-1

3REO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

FONTE:

PERITIBA

EUSSA KLEIN MARI
Prefeita Municipal

ADRIANA BOLL
Auditor de Contrôles

GILBERTO TAKECHI GENTA
Contador CRC RS- 093270/O-1

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	399.420,00	399.420,00	136.239,42	34,11
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	99.320,00	99.320,00	5.116,08	5,15
1.1.1- IPTU	95.000,00	95.000,00	131,28	0,14
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	220,00	220,00	10,52	4,78
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	3.000,00	3.000,00	3.094,09	103,14
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.100,00	1.100,00	1.880,19	170,93
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	60.000,00	60.000,00	17.487,27	29,15
1.2.1- ITBI	60.000,00	60.000,00	17.487,27	29,15
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	120.100,00	120.100,00	69.522,99	57,89
1.3.1- ISS	120.000,00	120.000,00	69.505,67	57,92
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	1,80	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	12,17	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	100,00	100,00	3,35	3,35
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	120.000,00	120.000,00	44.113,08	36,76
1.4.1- IRRF	120.000,00	120.000,00	44.113,08	36,76
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.434.700,00	12.434.700,00	3.344.586,69	26,90
2.1- Cota-Parte FPM	8.000.000,00	8.000.000,00	2.043.168,44	25,54
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	8.000.000,00	8.000.000,00	2.043.168,44	25,54
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	—	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.100.000,00	4.100.000,00	1.189.669,09	29,02
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	35.600,00	35.600,00	4.749,80	13,34
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	58.200,00	58.200,00	18.222,57	31,31
2.5- Cota-Parte ITR	900,00	900,00	77,75	8,64
2.6- Cota-Parte IPVA	240.000,00	240.000,00	88.699,04	36,96
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	12.834.120,00	12.834.120,00	3.480.826,11	27,12

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	225.000,00	225.000,00	72.457,37	32,20
5.1- Transferências do Salário-Educação	140.000,00	140.000,00	49.982,64	35,70
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	55.000,00	55.000,00	11.082,00	20,15
5.4- Transferências Diretas - PNATE	30.000,00	30.000,00	6.958,44	23,19
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	3.181,64	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	1.252,65	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	95.000,00	95.000,00	14.852,88	15,63
6.1- Transferências de Convênios	95.000,00	95.000,00	14.852,88	15,63
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	58.394,00	58.394,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	378.394,00	378.394,00	87.310,25	23,07

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.586.964,00	2.586.964,00	669.616,55	25,88
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.700.000,00	1.700.000,00	408.633,56	24,04
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	820.000,00	820.000,00	237.933,45	29,02
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	7.128,00	7.128,00	949,96	13,33
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	11.655,00	11.655,00	4.094,50	35,13
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	181,00	181,00	15,54	8,59
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	48.000,00	48.000,00	17.989,54	37,48
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.120.000,00	1.120.000,00	378.167,87	33,76
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.120.000,00	1.120.000,00	376.459,64	33,61
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	1.708,23	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.466.964,00	-1.466.964,00	-293.156,91	19,98
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB				

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	855.000,00	795.000,00	270.067,22	33,97	270.067,22	33,97
13.1- Com Educação Infantil	340.000,00	280.000,00	152.007,27	54,29	152.007,27	54,29
13.2- Com Ensino Fundamental	515.000,00	515.000,00	118.059,95	22,92	118.059,95	22,92
14- OUTRAS DESPESAS	265.000,00	325.000,00	99.869,14	30,73	98.387,39	30,27
14.1- Com Educação Infantil	0,00	60.000,00	6.931,39	11,55	6.931,39	11,55
14.2- Com Ensino Fundamental	265.000,00	265.000,00	92.937,75	35,07	91.456,00	34,51
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.120.000,00	1.120.000,00	369.936,36	33,03	368.454,61	32,90
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						–
16.1 - FUNDEB 60%						–
16.2 - FUNDEB 40%						–
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						368.454,61
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						71,41
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						26,02
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						2,57
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA (a)		RECEITAS REALIZADAS	
					Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	3.208.530,00		3.208.530,00		870.206,53	27,12
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	771.000,00	771.000,00	259.715,03	33,69	219.355,38	28,45
23.1- Creche	311.000,00	311.000,00	57.152,89	18,38	40.291,89	12,96
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	311.000,00	311.000,00	57.152,89	18,38	40.291,89	12,96
23.2- Pré-escola	460.000,00	400.000,00	195.630,75	48,91	172.132,10	43,03
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	340.000,00	280.000,00	152.007,27	54,29	152.007,27	54,29
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	120.000,00	120.000,00	43.623,48	36,35	20.124,83	16,77
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.313.000,00	1.354.000,00	554.019,40	40,92	444.313,59	32,81
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	780.000,00	780.000,00	210.997,70	27,05	209.515,95	26,86
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	533.000,00	574.000,00	343.021,70	59,76	234.797,64	40,91
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.084.000,00	2.125.000,00	813.734,43	38,29	663.668,97	31,23
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-293.156,91
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)						1.708,23
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						–
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS À C/ ENSINO						–
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 j)						–
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)						-291.448,68
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						955.117,65
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS DE MDE5 ((38) / (3) x 100) %						27,44
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	140.000,00	140.000,00	116.403,17	83,15	53.977,24	38,56
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	80.000,00	115.632,55	48.598,28	42,03	45.326,53	39,20
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	220.000,00	255.632,55	165.001,45	64,55	99.303,77	38,85
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.304.000,00	2.380.632,55	978.735,88	41,11	762.972,74	32,05

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2016 (j)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		31.379,92	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		376.459,64	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		-1.138,64	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		-1.138,64	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.708,23	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		410.686,43	0,00

PERITIBA, 24/05/2016

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Ordenador de Despesa

ADRIANA BOLL
Auditor de Controle Interno

GILBERTO TAKECHI GENTA
Contador CRC RS- 093270/O-1

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada.
No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de PERITIBA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)		650.000,00	0,00		650.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.272.209,58	1.120.905,16	367.610,91	0,00	2.151.304,42
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	3.272.209,58	1.120.905,16	367.610,91	0,00	2.151.304,42
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.622.209,58	-1.120.905,16	-	-	-1.501.304,42

FONTE:

FONTE:

PERITIBA , 24/05/2016

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita MunicipalTARCISIO REINALDO BERVIAN
Ordenador de DespesaADRIANA BOLL
Auditor de Controle InternoGILBERTO TAKECHI GENTA
Contador CRC RS- 093270/O-1

Município de PERITIBA - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2016/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025

NADA A DECLARAR

FONTE:

PERITIBA , 24/05/2016

NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

GILBERTO TAKECHI GENTA
Contador CRC RS- 093270/O-1

TARCISIO REINALDO BERVIAN
Ordenador de Despesa

ADRIANA BOLL
Auditor de Controle Interno

Petrolândia

PREFEITURA

PREGÃO 16 2016 - OFICINAS SAÚDE ALIMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 17/2016 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2016, tendo por objetivo a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TREINAMENTO E CONSULTORIA, PARA A REALIZAÇÃO DE OFICINAS RELACIONADAS À SAÚDE ALIMENTAR, DESTINADAS A PROMOÇÃO DA SAÚDE NAS ESCOLAS MUNICIPAIS. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 08:30h no dia 17/06/2016, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 07 de junho de 2016. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 24 2016 - LOCAÇÃO DE MÁQUINAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 32/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 32/2016 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2016, tendo por objetivo a LOCAÇÃO DE MÁQUINAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MULTIFUNCIONAL DE IMPRESSORA, COPIADORA, FAX, SCANNER, INCLUINDO A MANUTENÇÃO E O FORNECIMENTO DE TONNER. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal as 10:30h no dia 17/06/2016, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto a Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo fone 47-3536-1151. Petrolândia, 07 de junho de 2016. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

AVISO DE EDITAL - PROCESSO SELETIVO N.º 002/2016

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL - PROCESSO SELETIVO N.º 002/2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER a todos, que se encontra em aberto as inscrições do processo seletivo simplificado para provimento de cargo em caráter temporário, para a seguinte função: Odontólogo - PSF.

Período de inscrições: As inscrições serão realizadas pelo site da empresa organizadora do processo seletivo www.institutoexcelenciapr.com.br no período das 17:00 horas do dia 06 de junho de 2016 a 15 de junho de 2016 até às 12:00 horas

Centro Administrativo, 06 de junho de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS Nº 172/2016

LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS Nº 172/2016

Contrato de "FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS" firmado entre o Município de Pinheiro Preto a empresa ROBERTO TESSARO E CIA LTDA, autorizado através do Processo n. 092/2016 Licitação n. 028/2016 Modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede) Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Empresa: ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

CNPJ-MF nº. 85.248.680/0001-10

Endereço: Rua XV de Novembro, 818, Centro, CEP: 89600-000 Joaçaba - SC

Representada por: ROBERTO ANTONIO TESSARO

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação nº 028/2016, modalidade Pregão Presencial, bem como Proposta de aquisição de equipamento/material permanente nº 10642.703000/1140-01, emenda João Alberto Pizzolatti Junior.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA A UNIDADE DE SAÚDE, com as seguintes características:

Item	Qtde	Equipamento	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
02	02	Mesas de Escritório	Base de Aço/ Ferro Pintado, com 03 a 04 gavetas, tamanho 140x140x60 com material madeira / MDP/MDF ou similar, composição em formato "L".	Dalpra	R\$ 394,00	R\$ 788,00
		VALOR TOTAL				R\$ 788,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço global de R\$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais) devendo a despesa correr à conta da seguinte dotação orçamentária, exercício 2016:

Unidade Gestora: 3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário: 3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária: 3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função: 10 - Saúde
Subfunção: 301 - Atenção Básica
Programa: 9 - Saúde Com Qualidade
Ação: 2.50 - Manutenção das Atividades da Saúde.

2.2 - O pagamento será efetuado em uma única parcela, no prazo de cinco dias após a emissão do documento de recebimento dos equipamentos, mediante apresentação da Nota Fiscal ou documento equivalente, observado o cumprimento integral das disposições contidas no edital convocatório e neste contrato.

2.3. Fica vedado reajuste de preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ:

- a) Início: 16/05/2016
- b) término: 16/05/2017 - COM O TERMO DA GARANTIA.

Parágrafo Único: Os equipamentos terão garantia, por defeitos de fabricação pelo período de 01 ano.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 05 (cinco) dias de atraso na entrega do objeto especificado na cláusula primeira deste instrumento, poderá o Município rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 % sobre o valor do contrato, sem ônus da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa na ordem de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso calculado sobre o valor total do contrato, até o limite de 10 % (dez por cento);

4.1.3 - Em caso de tolerância, após os primeiros 10 (dez) dias de atraso, e não rescindindo o Contrato, se este atraso for repetido, O MUNICÍPIO aplicará multa em dobro.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de licitar, junto à Administração Pública.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria Município, sito na Av. Mal. Costa e Silva, 111, Pinheiro Preto - SC.

4.2. DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato de Fornecimento poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 Inobservância das especificações acordadas e/ou rejeição dos equipamentos na inspeção e recebimento.

4.2.3 Inadimplência de qualquer cláusula contratual e/ou da proposta ofertada.

4.2.4 Falência, liquidação judicial ou extrajudicial, concordata preventiva da fornecedora, requeridas, homologadas ou decretadas.

4.2.5 A Contratada, reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa, de que trata o Art. 77 da Lei 8.666/93 e alterações da Lei 8.883.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato, sob pena da aplicação do disposto na Cláusula Quarta.

5.3. O presente contrato fica vinculado a licitação nº 028/2016, modalidade pregão presencial; Lei nº 10.250/2002; Decreto Municipal nº 2.785/07; e pela Lei nº 8.666/93. Nos casos omissos será aplicado o disposto na Lei 8.666/93.

5.5. A contratada obriga-se a efetuar a entrega dos equipamentos na Unidade de Saúde do Município, sem qualquer ônus ou custo adicional.

5.6. A contratada obriga-se a garantir, pelo prazo de até cinco anos após o término da garantia, o fornecimento de peças de reposição.

5.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 13 de maio de 2016.

CONTRATANTE

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 200/2016.

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 200/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS PARA USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa AGROPAZ – AGROPECUÁRIA PAZINI, autorizado através do Processo nº 151/2016, Dispensa de Licitação nº. 0092/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: AGROPAZ – AGROPECUÁRIA PAZINI

CNPJ: 80.476.138/0001-09

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, Centro

PINHEIRO PRETO -SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A COMPRA DE MATERIAIS PARA USO DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 2.806,70 (dois mil oitocentos e seis reais e setenta centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Proj/Atividade...: MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA

Mod. Aplicação...: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

- 4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.
- 4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.
- 4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada:
- 4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:
- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
 - b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
 - c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
 - d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
 - e) a dissolução da empresa;
 - f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
 - g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
 - h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.
- 4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- 4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.
- 4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
 - Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
 - Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
 - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
 - Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.
- Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 03 de Junho de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZÉBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
AGROPAZ – AGROPECUÁRIA PAZINI

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 199/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO N. 199/2016.

Termo de Contrato, REFERENTE A PEÇAS PARA CONserto DO VEÍCULO CAMINHÃO LzM-0956 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa FLORKAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, autorizado através do Processo nº 150/2016, Dispensa de Licitação nº. 0091/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Representada por: EUZÉBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: FLORKAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 81.331.308/0001-11

Endereço: ROD. SC 453 KM 53,7

VIDEIRA -SC

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO

Constitui objeto do presente contrato REFERENTE A PEÇAS PARA CONserto DO VEÍCULO CAMINHÃO LzM-0956 DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS, MODALIDADE DISPENSA, que passam a fazer parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer o material no valor de R\$ 4.972,96 (quatro mil novecentos e setenta e dois reais e noventa e seis centavos).

2.2. O MUNICÍPIO se compromete a efetuar o pagamento quando da entrega do documento fiscal, comprovada a entrega dos serviços.

2.3. O pagamento dar-se-á exclusivamente por ordem de crédito, correndo pela Dotação Orçamentária:

Órgão : PODER EXECUTIVO

Unidade Orçament.: SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Proj/Atividade....: MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

Mod. Aplicação....: APLICAÇÕES DIRETAS

2.4. O pagamento será efetuado, consoante o disposto nos itens anteriores, através de depósito bancário, em instituição financeira pública e diretamente na conta da contratada, no prazo de 5 (cinco) dias, após certificado o cumprimento das cláusulas contratuais, mediante entrega da via da respectiva Nota Fiscal, certificada pela Tesouraria do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA E PRAZO DE ENTREGA

Para fins de execução, o CONTRATO VIGORARÁ ATÉ A DATA DA ENTREGA TOTAL DOS SERVIÇOS.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1 - O proponente vencedor deverá no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da data do recebimento da notificação, assinar o contrato.

4.2. O contrato terá início na data da assinatura e término com a entrega total do objeto licitado.

4.3. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666, de 21 de

junho de 1993, atualizada:

4.4. Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

- a) a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;
- b) o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a entrega do material, assim como as de seus superiores;
- c) o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada;
- d) a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- e) a dissolução da empresa;
- f) a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;
- g) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e
- h) a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

4.5. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

4.6. Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.7. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

4.8. PENALIDADES

4.8.1 - A Contratada que não cumprir com as obrigações assumidas ou com os preceitos legais poderá sofrer as seguintes penalidades isolada ou conjuntamente, a critério da Comissão Permanente de Licitações:

- Advertência;
 - Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
 - Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
 - Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
 - Rescisão contratual sem que decorra do ato de qualquer natureza ao Contratada.
- Além das penas acima citadas, a Contratada que não cumprir com as obrigações contratuais sofrerá penalidades.

Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.8.2 - Ainda nos termos do artigo 7º da Lei n.10.520, de 17 de julho de 2002, se a licitante, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não veda, a qualquer tempo, a exigência do cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual litígio oriundo do presente Contrato.

Pinheiro Preto - SC, 03 de Junho de 2016.

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO

CONTRATADA
FLORKAR MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 198/2016

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 198/2016.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 005/2015, sob regime administrativo especial.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Representada por: EUZEBIO CALISTO VIECELI

CONTRATADA: Josana Miotelli Frizzo
CPF n. 066.697.809-31
Endereço: Rua Albino Eugênio Menoncin, nº S/N
TANGARÁ- SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito EUZEBIO CALISTO VIECELI, adiante denominado Contratante, e de outro lado Josana Miotelli Frizzo, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

1.1. 1 O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto na Lei Complementar Municipal n. 115 de 22 de junho de 2004 e pelo edital nº 005/2015.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS para a função de Profissional de Apoio I - Área II, ano letivo de 2016, em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 005/2015 e Lei Complementar Municipal nº 115 de 22 de junho de 2004, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 766,64 (setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTP's na forma legal, sendo que a carga horária é de 20 horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. O contrato vigorará da data de 01 de junho de 2016 até o término do ano letivo de 2016.

3.2 . A contratada executará as seguintes funções:

Auxiliar e cooperar com professor regente, atendimento especial às crianças com maior dificuldade, limpeza corporal da criança conforme a necessidade, colaborar na organização do ambiente escolar, atendimento na hora da alimentação, participar de reuniões quando houver ajuste de horários e outros encontros que envolvam a escola, ser pontual com o horário estabelecido.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Advertência;

4.1.2.2 – Rescisão contratual.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1 O presente contrato retroagirá à data de 01 de junho de 2016.

5.2 Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 02 de junho de 2016.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Josana Miotelli Frizzo

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital Processo Seletivo n. 001/2016, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, a candidata aprovada, abaixo relacionada:

IDENTIFICAÇÃO (Nº do RG)	NOME DO CANDIDATO	CARGO (regime celetista)
4.182.785	Raquel Aparecida Caregnato	Nutricionista

A candidata acima relacionada deverá no prazo máximo de 10 dias, contados do primeiro dia útil seguinte à ciência desta convocação, providenciar o exame de Saúde Admissional, expedido por médico indicado pelo município e os seguintes documentos:

- formulário de Dados Cadastrais; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Dependência; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Bens; (anexo Modelo);
- formulário de Declaração de Não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções pública; (anexo Modelo);
- Carteira de Identidade;
- Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos

civis e políticos;
g. Certificado de Reservista;
h. Certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
i. Documento com o nº do PIS/PASEP, ou extrato de inexistência de registro obtido, junto ao Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal);
j. CPF - Cartão do Cadastro de Pessoa Física;
k. Carteira nacional do S.U.S;
l. Certidão de Casamento;
m. Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
n. Laudo médico (obtido mediante perícia médica);
o. Carteira de Trabalho (CTPS);
p. Comprovante de conta corrente bancária;
q. comprovante de residência (conta de luz ou água ou telefone não superior a 90 dias);
r. 01 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual;
s. Documentos exigidos para cargos específicos:
Comprovante expedida pelo conselho profissional, comprovando a inscrição e a regularidade do registro para os cargos exigidos.

A entrega da documentação dar-se-a no Setor de Recursos Humanos, sito na Av.Arthur Costa e Silva ,111, Município de Pinheiro Preto –SC, no horário das 07:30 hs as 11:30hs e das 13:30hs as 17:30hs.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de junho de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 332, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 332, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO REFERENTE EDITAL N. 002/2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

RESOLVE:

Art. 1º Institui comissão de Processo Seletivo Simplificado referente Edital n. 002/2016, para provimento de cargo em caráter temporário, para a seguinte função: Odontólogo-PSF, nomeando os seguintes membros para compô-la:

I – Silvana Mugnol – Auxiliar de Tesouraria;

II –Barbara Ventorim Zucco- Auxiliar Administrativo;

III – Andreia Eliza Bortolozo- Auxiliar Administrativo;

IV –Gislaine Rodrigues da Silva- Telefonista.

Parágrafo único. Incumbirá precipuamente à comissão, a fiscalização de todas as etapas do certame.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 06 DE JUNHO DE 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 323 DE 02 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 323 DE 02 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR GUILHERME ANTONIO FLAVIO MATTANA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor GUILHERME ANTONIO FLAVIO MATTANA, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referência "A", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "B", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 02 de junho de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 324 DE 02 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 324 DE 02 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR IDERALDO LUIZ BEAL, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor IDERALDO LUIZ BEAL, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, nível TSO-04 Referencia "A", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de transportes e Obras, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "B", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 02 de junho de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 325 DE 02 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 325 DE 02 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO AO SERVIDOR ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA, OCUPANTE DO CARGO DE OPERADOR TRATOR AGRICOLA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, ao servidor ANTONIO CARLOS DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE TRATOR AGRICOLA, nível TSO-03 Referencia "A", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotado na Secretaria de Agricultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "B", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 02 de junho de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 326 DE 02 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 326 DE 02 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO A SERVIDORA PATRÍCIA HACK DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE ATENDENTE DE BIBLIOTECA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; de acordo com os artigos 25 a 32 da Lei complementar nº. 142/2008, de 25 de março de 2008 e Decreto nº 3.140 de 06 de novembro de 2009;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, Progressão Funcional horizontal, por Desempenho, a servidora PATRÍCIA HACK DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de ATENDENTE DE BIBLIOTECA, nível ATM-01 Referencia "A", carga horária de 40 horas semanais, do quadro de cargos e vencimentos do Poder Executivo, Lotada na Secretaria de Educação e Cultura, tendo em vista a apresentação pela Comissão de Avaliação do Comprovante de Avaliação e do Termo final de Avaliação, passando para referência "B", do mesmo nível.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de 01 de abril de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 02 de junho de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 327 DE 02 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 327, DE 02 DE junho DE 2016.
CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR IZIDORO IRI RUBINI.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o que dispõe a Lei Complementar 016/92,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao servidor IZIDORO IRI RUBINI, ocupante do cargo efetivo de motorista, 30 (trinta) dias de FÉRIAS, referente ao período aquisitivo de 02/04/2015 a 01/04/2016, cujo gozo dar-se-á no período de 01 de junho de 2016 a 30 de junho de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2016.

Centro Administrativo Municipal, 02 de junho de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 328 DE 02 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 328, DE 02 DE junho DE 2016.
NOMEIA Josana Miotelli Frizzo PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Profissional de apoio I.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e no disposto nas Leis Complementares Municipais nº 115/2004 e 117/2005, que regulamentam a contratação de Professores Admitidos em Caráter Temporário, e ainda de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 005/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Josana Miotelli Frizzo, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº. 066.697.809-31, para exercer a função em caráter temporário de Profissional de apoio I, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, a partir de 01 de junho de 2016 e término ao final do ano letivo de 2016.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2016.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 02 de junho de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 331 DE 06 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº. 331, DE 06 DE junho DE 2016.
EXONERA LARISSA ZANON CORDEIRO DO EXERCÍCIO Da FUNÇÃO TEMPORÁRIA DE odontóloga.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar, a pedido LARISSA ZANON CORDEIRO, brasileira, inscrita no CPF n.º 082.496.499-31, da função temporária de “Odontóloga”, lotada na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, nomeada através da Portaria 279, de 28 de julho de 2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 06 de junho de 2016.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL Nº 002/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL Nº 002/2016

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob n. 82.827.148/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal EUZÉBIO CALISTO VIECELI, tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, torna público a abertura das inscrições para o PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO de provas para provimento de cargos em caráter temporário, no quadro de servidores do MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO – SC, com sede na Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111, Centro, (49) 3562-2000, PINHEIRO PRETO – SC, regido de acordo com as Instruções Especiais que ficam fazendo parte integrante desse Edital, com inscrições no período de 06 de junho de 2016 a 15 de junho de 2016.

O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO reger-se-á exclusivamente pelas disposições contidas neste edital, Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 016/1992 (Estatuto do Servidor).

DAS VAGAS

As vagas destinam-se aos cargos/funções abaixo delineadas, e deverão ser preenchidas por candidatos que disponham da escolaridade mínima informada no presente Edital, de acordo com o cargo/função a que pretendem concorrer:

CARGO	Nº DE VAGAS	REQUISITOS	JORNADA HORAS/ SEMANAL	VENCIMENTO BASE	TAXA DE INSCRIÇÃO
Odontólogo-PSF	01	Ensino Superior em odontologia	40	R\$ 4.014,76	80,00

O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será regido pelas instruções a seguir:

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 - O presente PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será regido pelas instruções especiais constantes do presente Edital elaborado em conformidade com os ditames das Legislações Federal e Municipal vigente e pelas normas cabíveis que vierem a surgir.

1.2 - Os cargos, as quantidades de vagas e os valores das inscrições encontram-se no Anexo I do presente Edital.

1.3 - As atribuições que caracterizam cada cargo estão descritas no Anexo II do presente Edital.

1.4 - O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO compreenderá a aplicação de Prova Escrita Objetiva de caráter classificatório.

1.5 - A prova objetiva será realizada na Centro Educacional Padre Trudo Plessers, na Rua Oclides Scortegagna, nº 66 | Centro - 89570-000 - Pinheiro Preto – SC, Fone/Fax: 49 35622019 - 35621316

1.6 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este concurso e/ou a divulgação desses documentos no quadro de avisos da Prefeitura do Município de Pinheiro Preto-SC, localizada na Avenida Marechal Costa e Silva, 111 - Centro, Pinheiro Preto- SC, em jornal local com circulação no município e na Internet, nos endereços eletrônicos www.pinheiropreto.sc.gov.br e www.institutoexcelenciapr.com.br.

1.7 - Todos os horários referenciados neste edital terão por base o horário oficial de Brasília/DF.

2 - DAS INSCRIÇÕES:

2.1 - Antes de efetuar a inscrição, o candidato deverá inteirar-se deste Edital e certificar-se de que preenche ou preencherá conforme o caso, até o ato da contratação, todos os requisitos exigidos para provimento do cargo, sendo que, todos os atos inerentes a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO serão exclusivamente realizados pela internet no site da empresa organizadora:

a) Em hipótese alguma será devolvido o valor pago com inscrição realizada de forma incorreta.

b) Em hipótese alguma serão aceitos pedidos de alteração de opção referente ao cargo,

c) Em hipótese alguma será aceita transferência de inscrição entre pessoas, alterações de locais de realização de provas e alteração da inscrição do concorrente na condição de ampla concorrência para a condição de portador de deficiência, ou outra qualquer.

2.2 - São condições para a contratação:

2.2.1 - Ser brasileiro nato ou naturalizado, ou gozar das prerrogativas previstas no artigo 12 da Constituição Federal e demais disposições de leis, no caso de estrangeiro;

2.2.2 - Ter no mínimo 18 (dezoito) anos completos, até a data da contratação;

2.2.3 - Estar quite com o Serviço Militar, para candidatos do sexo masculino, que deverá ser comprovado através de certidão expedida pelo órgão competente;

2.2.4 - Estar em gozo dos seus direitos civis e políticos;

2.2.5 - Estar quite com a Justiça Eleitoral, que deverá ser comprovado através de certidão emitida pelo órgão competente;

2.2.6 - Não registrar antecedentes criminais, que deverá ser comprovado através de certidão expedida pela Secretaria de Segurança Pública;

2.2.7 - Não ter sido exonerado a bem do serviço público ou justa causa (Federal, Estadual, ou Municipal) em consequência de processo administrativo;

2.2.8 - Possuir os requisitos exigidos para as atividades do cargo;

2.2.9 - Possuir inscrição no órgão de classe competente se aplicável, nos termos da legislação pertinente.

2.3 - A apresentação dos documentos comprobatórios das condições exigidas no subitem 2.2 será feita no ato da contratação. A não apresentação é fator de cancelamento de todos os efeitos da inscrição.

2.4 - O candidato deverá ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, bem como não ser portador de deficiência incompatível com o exercício das atividades que competem ao cargo.

2.5 - Para efetuar a inscrição, o candidato deverá proceder na seguinte forma:

2.5.1 - Acessar o site da empresa organizadora do concurso www.institutoexcelenciapr.com.br no período de 06 de junho de 2016 a 15 de junho de 2016 até às 12h.

2.5.2 - Localizar o link destinado a este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO identificado pelo nome do Município de Pinheiro Preto-SC e acessar o Formulário de inscrição on-line.

2.5.3 - Preencher corretamente o Formulário de Inscrição, conferir todos os dados preenchidos e confirmar.

2.5.4 – Após se cadastrar no site da empresa, para confirmar a inscrição o candidato deverá clicar no link GERAR BOLETO, disponível no site da empresa, no menu do candidato que irá direcionar para o site da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto –SC, onde irá escolher o cargo de acordo com o cadastrado no site da empresa organizadora.

2.5.5 – Após o cadastro no site da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto-SC, seguir o procedimento e imprimir o boleto para efetuar o pagamento.

2.5.6 - O comprovante de Inscrição é o boleto bancário devidamente quitado

2.6 - O Município de Pinheiro Preto-SC e a empresa Instituto Excelência Ltda – ME, não se responsabilizarão por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamentos das linhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados. Assim é recomendável que o candidato realize sua inscrição e respectivo pagamento com a devida antecedência.

2.7 - Após as 12:00h do dia 15 de junho de 2016 não será possível acessar o formulário de inscrição.

2.8 - O pagamento do valor da inscrição deverá ser realizado até o dia 15 de junho de 2016.

2.9 - É vedada a transferência do valor pago a título de inscrição para terceiros, assim como a transferência da inscrição para outros cargos do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, ou ainda para outros Processos Seletivos.

2.10 - Não serão aceitas inscrições por via postal, condicional e/ou extemporânea.

2.11 - Não será aceito, como pagamento do valor da inscrição, comprovante de agendamento bancário ou depósito bancário.

2.12 - O candidato que desejar concorrer à vaga reservada para portadores de deficiência deverá, obrigatoriamente, no ato da inscrição, informar em campo específico do Formulário de Inscrição online, e proceder conforme estabelecido no item 4 deste Edital.

2.13 - Não haverá devolução do valor de inscrição, salvo no caso de cancelamento do certame.

2.14 - O candidato que preencher incorretamente seu Formulário de Inscrição ou que fizer qualquer declaração falsa, inexata ou, ainda, que não possa satisfazer todas as condições estabelecidas no Edital, terá sua inscrição cancelada, tendo, em consequência, anulados todos os atos decorrentes dela, mesmo que aprovado nas provas e exames, ainda que o fato seja constatado posteriormente.

2.14.1 - O candidato responde civil, criminal e administrativamente pelas informações prestadas no Formulário de Inscrição.

2.15 - Erros referentes a nome, documento de identidade ou data de nascimento, deverão ser comunicados no dia da realização da Prova Escrita Objetiva para que o Fiscal de Sala faça a devida correção na lista de presença.

2.16 - Verificando-se, a qualquer tempo, o recebimento de inscrição que não atenda a todos os requisitos exigidos, será ela cancelada.

2.17 - Os candidatos não poderão se inscrever para mais de um cargo, sob sua responsabilidade se se inscreverem, cientes de que não haverá a possibilidade de reembolso do valor pago com a título de taxa de inscrição.

3 - DAS ISENÇÕES:

3.1 - Não haverá isenção total ou parcial do valor da taxa de inscrição.

4 - DO CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA:

4.1 Em cumprimento ao disposto no art. 37, inciso VIII, da Constituição Federal, no Decreto Federal nº 3.298/99, será reservado o percentual de 5% (cinco por cento) das vagas que vierem a surgir no prazo de validade do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

4.2 Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias relacionadas no artigo 4º do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça – STJ.

4.3 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu artigo 40, participarão do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas, e à nota mínima exigida para aprovação.

Os benefícios previstos no referido artigo, §§ 1º e 2º, deverão ser requeridos no Formulário de Inscrição online no campo específico, durante o período das inscrições destinados a estes, e após realizada a inscrição enviar via Sedex ou Aviso de Recebimento (AR), à empresa Instituto Excelência Ltda - Me, considerando, para este efeito, a data da postagem.

4.4 O candidato deverá declarar, quando da inscrição, ser pessoa com deficiência, especificando-a no Formulário de Inscrição, e que deseja concorrer às vagas reservadas, e enviar laudo médico comprovando a deficiência conforme (ANEXO IV), no período do dia 06 de junho a 15 de junho de 2016.

4.5 Será considerando, para este efeito, somente laudos enviados dentro do prazo e com os documentos a seguir:

a) Laudo Médico (original ou cópia autenticada) expedido no prazo máximo de 03 (três) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência, contendo a assinatura e o carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão; anexando ao Laudo Médico as seguintes informações: nome completo, número do documento de identidade (RG), número do CPF e nome do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO;

b) O candidato com deficiência visual, que necessitar de prova especial em Braille ou Ampliada ou Leitura de sua prova, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito, dentro do prazo previsto, especificando o tipo de deficiência;

c) O candidato com deficiência auditiva, que necessitar do atendimento do Intérprete de Língua Brasileira de Sinais, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação por escrito;

d) O candidato com deficiência física, que necessitar de atendimento especial, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá solicitar, por escrito, mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova, designação de fiscal para auxiliar no manuseio das provas dissertativas (quando houver) e transcrição das respostas, salas de fácil acesso, banheiros adaptados para cadeira de rodas etc., especificando o tipo de deficiência.

e) O candidato com deficiência que necessitar de tempo adicional para realização das provas, além do envio da documentação indicada na letra “a” deste item, deverá encaminhar solicitação com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área de sua deficiência, dentro do prazo de envio do laudo.

4.6 Aos deficientes visuais (cegos) que solicitarem prova especial em Braille serão oferecidas provas nesse sistema e suas respostas deverão ser transcritas também em Braille. Os referidos candidatos deverão levar para esse fim, no dia da aplicação da prova, reflete punção, podendo, ainda, utilizar-se de soroban.

4.7 Aos deficientes visuais (baixa visão) que solicitarem prova especial Ampliada serão oferecidas provas nesse sistema.

4.7.1 Sua prova Ampliada será em fonte 24.

4.8 O candidato que encaminhar laudo médico, de acordo com o especificado no item 4.5 letra "a", e que, não tenha indicado no ato da inscrição se deseja concorrer às vagas reservadas, automaticamente será considerado como "concorrendo às vagas reservadas".

4.9. Os candidatos que, dentro do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 4 deste Capítulo e seus subitens serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.

4.10. O candidato que declarar ser deficiente deverá:

4.10.1 Estar ciente das atribuições do Cargo pretendido e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de habilitação durante o estágio probatório.

4.10.2 Informar se deseja concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

4.11 O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes deste Capítulo não poderá interpor recurso administrativo em favor de sua condição.

4.12 O candidato com deficiência, se classificado na forma deste Edital, além de figurar na lista de classificação geral, terá seu nome constante da lista específica de candidatos com deficiência.

4.13 O candidato com deficiência aprovado no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, quando convocado, deverá, munido de documento de identidade original, submeter-se à avaliação a ser realizada pela Junta Médica do Município de Pinheiro Preto ou por ela credenciada, objetivando verificar se a deficiência se enquadra na previsão do artigo 4º e seus incisos do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações, e na Súmula 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), observadas as seguintes disposições:

4.14 A avaliação de que trata este item, de caráter terminativo, será realizada por equipe prevista pelo artigo 43 do Decreto Federal nº 3.298/99 e suas alterações.

4.15 A avaliação ficará condicionada à apresentação, pelo candidato, de documento de identidade original e terá por base o Laudo Médico encaminhado no período das inscrições, conforme item 4 deste Capítulo, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença – CID, bem como a provável causa da deficiência.

4.16 Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato com deficiência à avaliação.

4.17 Se a deficiência do candidato não se enquadrar na previsão do art. 4º e seus incisos do Decreto Federal nº 3.298/1999 e suas alterações, na Súmula 377 STJ ele será classificado em igualdade de condições com os demais candidatos.

4.18 Não caberá recurso contra decisão proferida pela Junta Médica do Município de Pinheiro Preto e/ou por ela credenciada.

4.19 A não observância, pelo candidato, de qualquer das disposições deste Capítulo implicará a perda do direito a ser nomeado para as vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

4.20. O laudo médico apresentado terá validade somente para este PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO e não será devolvido.

4.21 O candidato com deficiência, depois de contratado, será acompanhado por Equipe Multiprofissional, que avaliará a compatibilidade entre as atribuições do Cargo e a sua deficiência durante o período contratado.

4.22 Será exonerado o candidato com deficiência que, no decorrer do contrato, tiver verificada a incompatibilidade de sua deficiência com as atribuições do Cargo.

4.23 Após a contratação do candidato, a deficiência não poderá ser arguida para justificar a concessão de readaptação ou aposentadoria por invalidez.

4.24 As candidatas lactantes que desejarem, amamentar durante a realização da Prova, deverá enviar solicitação via correios para Organizadora, para o endereço citado no Anexo IV.

5 - DA PROVA ESCRITA OBJETIVA:

5.1. - A avaliação será realizada com base em instrumentos que mensuram as habilidades e conhecimentos exigidos pelo cargo conforme indicação do Anexo I: Prova Escrita Objetiva de Conhecimentos Básicos (POCB) esta compreendendo questões de Língua Portuguesa e Conhecimentos Específicos (POCE).

5.1.1 - O programa relativo à prova de conhecimentos básicos e específicos é o estabelecido no Anexo III do presente Edital.

5.1.2 - Para todos os cargos a prova conterà 20 (vinte) questões, sendo atribuídos a pontuação conforme tabela abaixo, a prova objetiva será de caráter classificatório.

CARGOS	ÁREA DO CONHECIMENTO	Nº DE QUESTÕES	VALOR POR QUESTÕES	TOTAL POR CADERNO
	ESPECÍFICO	10	5,0	50,0
ENSINO SUPERIOR	LÍNGUA PORTUGUESA	10	5,0	50,0
TOTAL		20	---	100

5.1.2.1 - As Provas Escritas Objetivas desenvolver-se-ão em forma de testes, através de questões de múltipla escolha, com 4 (quatro) alternativas para respostas, sendo apenas 01 (uma) a alternativa correta.

5.1.2.2 - Os pontos relativos às questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos presentes à prova.

5.1.3 - A duração das provas será de 3 (três) horas, já incluído o tempo para preenchimento da folha de resposta.

CARGO	POCB	POCE	AVALIAÇÃO
ODONTÓLOGO - PSF	10 Língua Portuguesa	10 Conhecimentos Específicos	POCB+POCE

LEGENDA (FORMAS DE AVALIAÇÃO):

POCB - Prova Escrita Objetiva de Conhecimentos Básicos;

POCE - Prova Escrita Objetiva Conhecimentos Específicos;

6 - DA EXECUÇÃO DA PROVA ESCRITA OBJETIVA:

6.1 - A convocação para a Prova Escrita Objetiva será afixada no quadro de avisos da Prefeitura do Município, e divulgada nos sites www.institutoexcelenciapr.com.br e www.pinheiropreto.sc.gov.br a partir do dia 21 de junho de 2016, contendo informações quanto ao horário e

local de realização da prova, que deverá ser na data de 26 de junho de 2016, no período da manhã.

6.2 - Os candidatos deverão comparecer ao local de realização da prova, pelo menos 30 (trinta) minutos antes da hora designada para a abertura dos portões, munidos do protocolo de inscrição, caneta esferográfica azul ou preta, e um dos documentos de identidade original com foto:

6.2.1 - Original de um dos seguintes documentos de identificação com foto, conforme o caso: Cédula de Identidade (RG), Carteira de Órgão ou Conselho de Classe; ou Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou Certificado de Alistamento Militar ou Carteira Nacional de Habilitação expedida nos termos da Lei Federal nº 9.503/97 ou Passaporte.

6.2.1.1 - Os documentos deverão estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato.

6.3 - Não será admitido na Sala de Prova o candidato que se apresentar após o horário estabelecido para o fechamento dos portões do prédio ou que não estiver de posse dos documentos hábeis previstos no tem 6.2.

6.4 - Durante a prova não será permitida comunicação entre os candidatos ou pessoa estranha ao Processo Seletivo, bem como consulta de nenhuma espécie a livros, revistas ou folhetos, nem uso de máquina calculadora, celulares ou qualquer outro aparelho eletrônico.

6.5 - Os candidatos deverão manter seus celulares e outros aparelhos eletrônicos desligados, enquanto permanecerem no recinto de realização da prova, sob pena de exclusão sumária do certame.

6.6 - O candidato não poderá ausentar-se da sala ou local de prova, salvo em caso de extrema necessidade, desde que acompanhado por Fiscal Credenciado e autorizado pelo Fiscal da Sala.

6.7 - As instruções dadas pelos Fiscais, assim como as contidas na prova, deverão ser respeitadas pelos candidatos.

6.8 - O Cartão de Respostas será identificado, em campo específico, pelo próprio candidato com sua assinatura.

6.9 - As respostas deverão ser assinaladas pelos candidatos com caneta esferográfica azul ou preta.

6.10 - Não serão computadas questões não assinaladas, questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta), emendas ou rasuras, ainda que legíveis, ou ainda aquelas respondidas a lápis.

6.11 - Não haverá, em hipótese alguma, substituição das Folhas de Respostas.

6.12 - A duração da prova será de 3 (três) horas, já incluído o tempo para preenchimento da Folha de Resposta.

6.13 - O candidato só poderá retirar-se do local de aplicação da prova, após 01 (uma) hora do início da mesma, devendo entregar ao Fiscal da Sala o Caderno de Prova e o respectivo Cartão de Resposta, ambos devidamente identificados pelo nome e assinatura do candidato; em hipótese alguma o candidato poderá levar o Caderno de Prova.

6.13.1 - Será permitido, entretanto ao candidato transcrever o espelho da prova realizada em espaço destacável disponibilizado no caderno de Provas.

6.13.2 - O Caderno de Prova será disponibilizado pela empresa organizadora no site www.institutoexcelenciapr.com.br através do link específico do Processo Seletivo.

6.13.3 - Encerrada as Provas, os cadernos de provas deverão ser acondicionados em envelopes de segurança e lacrados em sala, na presença de no mínimo 03 (três) candidatos, devidamente identificados no próprio envelope, sendo que estes também assinarão o lacre a fim de impossibilitar a violação dos mesmos; igual procedimento deverá ser adotado com os cartões respostas, porém em envelopes distintos.

6.1.3. Os envelopes com lacre contendo os cadernos de provas deverão ser entregues à Administração Pública que os arquivará, de forma indevassável, junto ao Departamento de Recursos Humanos por prazo mínimo de 05 (cinco) anos. Somente através de ordem judicial poderão ser abertos.

6.1.4 Os cartões de respostas também deverão ser entregues pela empresa responsável pelo concurso à Administração Pública, em envelope lacrado, a fim de que também sejam arquivados no Departamento de Recursos Humanos.

6.14 - Será automaticamente excluído do concurso o candidato que não devolver o Cartão de Respostas.

6.15 - Não haverá, em hipótese alguma, segunda chamada, vista, revisão de provas, seja qual for o motivo alegado.

6.16 - As provas não serão aplicadas em outra data, local e/ou horário, senão aqueles previstos no Edital de Convocação.

6.17 - Havendo candidata lactante, desde que enviado a solicitação nos termos deste edital, esta poderá ausentar-se temporariamente, acompanhada por um fiscal, para amamentar durante a realização da prova, e permanecerá em sala reservada para esta finalidade.

6.17.1 - Não haverá compensação do tempo de amamentação em favor da candidata.

6.17.2 - O lactente deverá ser acompanhado de adulto responsável por sua guarda (familiar ou terceiro indicado pela candidata).

6.17.3 - Na sala reservada para amamentação ficarão somente a candidata lactante, o lactente e um fiscal, sendo vedada a permanência de babá ou quaisquer outras pessoas que tenham grau de parentesco ou de amizade com a candidata.

6.18 - Em casos de comportamentos inadequados, desobediência a qualquer regulamento constante deste Edital, persistência em comunicação entre os candidatos e consultas vedadas no subitem 6.4, deste Edital, o candidato será eliminado do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

7 - DA CLASSIFICAÇÃO:

7.1 - A Lista de Classificação Final será em ordem decrescente de acordo com a nota final.

7.2 - Haverá 01 (uma) lista de classificação final para todos os candidatos aprovados, destacando-se, na mesma, os portadores de deficiência e uma lista contendo a classificação desses últimos.

7.3 - Em caso de igualdade de classificação, na Lista de Classificação Final, o desempate ocorrerá da seguinte forma:

7.3.1 - Terá preferência o candidato com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da Lei Federal nº 10.741, de 1 de outubro de 2003 – Estatuto do Idoso, na data do término das inscrições.

7.3.2 – Aplicado o disposto no item 7.3.1 e persistindo o empate, o desempate beneficiará o candidato que, na ordem a seguir, tenha obtido, sucessivamente, em cada cargo:

a) O maior número de pontos na prova de Conhecimento Específico.

b) O maior número de pontos na prova de Conhecimento Português.

c) O maior número de pontos na prova de Conhecimento Matemática.

7.4 - A Comissão responsável pela realização do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO dará publicidade ao Edital, às convocações, e resultados no Quadro de Avisos da Sede da Prefeitura, em jornal local com circulação no município e no site do Município www.pinheiropreto.sc.gov.br e no site da empresa www.institutoexcelenciapr.com.br.

8 - DOS RECURSOS:

8.1 – Recursos que serão exclusivamente pela internet no site da organizadora, quanto às questões aplicadas, ao gabarito e quanto às notas atribuídas deverão ser feitos no prazo de 2 (dois) dias, da publicação do Edital a que se pretende recorrer, ininterruptamente, contados da data de divulgação ou do fato que lhe deu origem, devendo, para tanto, o candidato acessar o endereço eletrônico www.institutoexcelenciapr.com.br e seguir as instruções contidas, constando o nome do candidato, a opção da função, o número de inscrição e telefone.

8.2 - Somente serão apreciados os recursos interpostos exclusivamente no site da organizadora, através do menu do candidato, dentro do prazo estabelecido e que possuírem fundamentação e argumentação lógica e consistente que permita sua adequada avaliação, noutros casos serão considerados manifestamente desertos e conseqüentemente desprovidos.

8.3 - Não serão aceitos recursos interpostos por fax, e-mail, telegrama ou outro meio que não seja o especificado no item 8.1 deste Edital.

8.4 - A Comissão de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

8.5 - Será admitido recurso contra:

a) Homologação das inscrições

b) Gabarito Provisório da Prova Objetiva;

c) Edital de Classificação Preliminar.

8.6 - Os candidatos deverão acessar o site www.institutoexcelencia.pr.com.br e protocolar seu recurso, no link específico para tal.

8.7 - Será admitido um único recurso por candidato, para cada evento referido.

8.8- A decisão dos recursos deferidos será publicada no site www.institutoexcelenciapr.com.br procedendo-se, caso necessário, a reclassificação dos candidatos e divulgação de nova lista de aprovados.

9 - DA CONTRATAÇÃO:

9.1 - Os candidatos aprovados serão convocados para contratação, atendendo às necessidades da Administração Pública, seguindo-se rigorosamente a ordem de classificação até o limite de vagas estabelecido neste edital ou aquelas vagas surgidas durante a validade do Processo Seletivo.

9.2 - Os candidatos classificados serão mantidos em cadastro durante o prazo de validade do Processo Seletivo e poderão ser convocados em função da disponibilidade de vagas futuras, ficando sob sua responsabilidade o acompanhamento das nomeações no site oficial do município ocorrido durante o prazo de validade do Processo Seletivo.

9.3 - Para efeito da contratação, fica o candidato sujeito à aprovação em exame médico, realizado e/ou requerido pela Medicina do Trabalho do Município de Pinheiro Preto - SC, que avaliará sua aptidão física e mental para o exercício da função.

9.4 - É facultado à Administração exigir dos candidatos classificados, quando da contratação, além da documentação prevista no item 2.2 deste Edital, outros documentos comprobatórios de bons antecedentes criminais e administrativos.

9.5 - Identificado a qualquer tempo irregularidade na apresentação dos documentos acima mencionados, o candidato responsável será eliminado do PROCESSO SELETIVO.

9.6 - No ato da contratação o candidato deverá declarar, sob as penas da lei, se é ou já foi funcionário público (municipal, estadual ou federal), seja como celetista, estatutário ou contratado. Em caso positivo, deverá o candidato juntar certidão comprovando que não foi punido anteriormente com pena de demissão.

9.7 - A não apresentação da declaração de que trata o item 10.6, ou da conseqüente certidão, culminará no indeferimento da contratação.

9.8 - A convocação para contratação será feita por telegrama, sendo de inteira responsabilidade do candidato a atualização dos dados fornecidos no ato da inscrição (endereço, telefone).

9.9 – O candidato convocado para o exercício de sua atividade fica obrigado a participar de todos os cursos e treinamentos oferecidos pela prefeitura ou por ela indicados, sob pena de perder sumariamente o direito a contratação ou se já contratado, será rescindido de pleno direito o seu contrato, dando direito a contratante de convocar o próximo candidato da lista de classificação.

10 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

10.1 - A inscrição do candidato implica no conhecimento das presentes instruções e na tácita aceitação das condições do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, tais como se acham estabelecidas no Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

10.2 - Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, até a data da convocação dos candidatos para as provas correspondentes, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado.

10.3 - A inexistência das afirmativas ou irregularidades de documentação, ainda que verificada posteriormente, eliminará o candidato do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, cancelando-se todos os atos decorrentes da inscrição.

10.4 - O prazo de validade do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será de 01 (um) ano, contado a partir da data de sua homologação, podendo ser prorrogado por igual período segundo interesse da Administração.

10.5 - O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO será homologado pelo Senhor Prefeito Municipal e nos termos da Legislação vigente.

10.6 - A Comissão de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO e a empresa organizadora não se responsabilizam pela comercialização de apostilas, bem como pelo teor das mesmas.

10.7 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO.

10.8 - É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria de cargo, emprego ou função pública, ressalvados, os cargos acumuláveis previstos na Constituição Federal, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre contratação e exoneração, conforme determinam os incisos XVI e XVII e o § 10 do artigo 37 da Constituição Federal.

10.9 - Não serão admitidas inscrições de candidatos que possuam, com qualquer dos membros do quadro societário da empresa contratada para aplicação e correção do presente certame, a relação de parentesco definida e prevista nos arts. 1591 a 1595 do Código Civil, valorizando-se assim os princípios de moralidade e impessoalidade que devem nortear a Administração Pública. Constatada a tempo, será a inscrição indeferida pela Comissão Organizadora e, posterior à homologação, será o candidato eliminado do PROCESSO SELETIVO, SIMPLIFICADO sem prejuízo de responsabilidade civil, penal e administrativa.

10.10 - Em qualquer hipótese, a aprovação neste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, não implica em hipótese alguma na obrigatoriedade de contratação e eventual e respectiva posse, podendo estas ser convocadas a critério da administração conforme conveniência e oportunidade.

10.11 - A contratação dos candidatos portadores de deficiência aprovados e classificados neste PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO observará, para cada cargo, a proporcionalidade e a alternância com os candidatos de ampla concorrência.

10.12 - Sem prejuízo das sanções criminais cabíveis a qualquer tempo, a Comissão Organizadora poderá anular a inscrição, prova, ou admissão do candidato, desde que sejam verificadas falsidades de declaração ou irregularidade a prova.

10.13 - A Organização do presente PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO, bem como a aplicação e correção das provas ficarão a cargo da empresa Instituto Excelência Ltda - ME.

Pinheiro Preto - SC, 06 de junho de 2016.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal de Pinheiro Preto-SC

ANEXO I – REQUISITOS

CARGO	Nº DE VAGAS	REQUISITOS	JORNADA HORAS/ SEMANAL	VENCIMENTO BASE	TAXA DE INSCRIÇÃO
Odontólogo-PSF	01	Ensino Superior em odontologia	40	R\$ 4.014,76	80,00

ANEXO II – ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS e EMPREGOS

ODONTÓLOGO -PSF

- Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adscrita;
- Realizar os procedimentos clínicos definidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde - NOB/SUS 96 - e na Norma Operacional Básica da Assistência à Saúde (NOAS);
- Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adscrita;
- Encaminhar e orientar os usuários que apresentam problema complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento;
- Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências;
- Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais;
- Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados;
- Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência;
- Executar as ações de assistência integral, aliado a atuação clínica à saúde coletiva, assistindo as famílias, indivíduos ou grupo específicos, de acordo com planejamento local;
- Coordenar ações coletivas voltadas para promoção e prevenção em saúde bucal;
- Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas;
- Capacitar as equipes de saúde da família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal;
- Supervisionar o trabalho desenvolvido pelo THD e o ACD.

ANEXO III – CONTEUDO PROGRAMÁTICO

Língua Portuguesa: Leitura e análise do texto: compreensão e significado contextual das palavras e expressões do texto; interpretação do texto; gêneros e tipologias textuais; Fonética e Fonologia: ortografia; acentuação gráfica; Morfologia: as classes de palavras; Sintaxe: frase, oração, período; termos essenciais da oração; termos integrantes da oração (objeto direto, indireto, complemento nominal); termos acessórios da oração; Conjunções coordenativas (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); conjunções subordinativas adverbiais (relação de sentido entre as conjunções e as orações do texto); concordância verbal e nominal; Suplemento ou Apêndice: crase; pontuação; funções do QUE e do SE; figuras de linguagem; vícios de linguagem. Sinônimos e Antônimos; Divisão silábica; Tipos de Frases; Aumentativo e Diminutivo, Noção de conotação, denotação, polissemia, sinonímia, antonímia, homonímia, parônima, e ambiguidade. Coesão e coerência. A intertextualidade na produção de textos, funções da linguagem. Variação linguística: emprego da linguagem formal e da informal.

ANEXO IV – CONHECIMENTO ESPECÍFICO PARA CADA CARGO

Odontólogo (Nível Superior em odontologia):

Ética profissional, responsabilidade e trabalho em equipe. Educação em Saúde: conceitos básicos. Odontopediatria, Dentística, Cirurgia e Traumatologia, Odonto Social e Preventiva, Ortodontia Preventiva, Antibióticoterapia, Desinfecção, Periodontia, Endodontia, Prótese, Radiologia, Anestesiologia, Semiologia. Defeitos de desenvolvimento da região maxilofacial e oral, Anomalias dos dentes, Doação da polpa e do periápice, Infecções bacterianas, Patologia epitelial, Patologias das glândulas salivares, Tumores dos tecidos moles, Distúrbios hematológicos, manifestações orais de doenças sistêmicas, Doenças dermatológicas, Dor facial e doenças neuromusculares, Anatomia do periodonto, Epidemiologia e microbiologia da doença periodontal, Placa e cálculos dentais, Patogênese da periodontite, Antissépticos, Filosofia do tratamento de canais radiculares, Obstrução dos canais radiculares, Assepsia e anti-sepsia em Endontia, Cirurgias parendodônticas, Urgências em Endodontia, Classificação dos preparos cavitários, Cavidade classe I, II, III, IV e V de Black, Cavidades atípicas, Preparo cavitário para amálgamas e compósitos, Preparo cavitário para restauração metálicas fundidas, Materiais de restauração, Restaurações metálicas com ligas nobres e não nobres, Características e considerações clínicas quanto ao seu emprego, Materiais odontológicos para cimentação, Patologias oclusais e disfunções craniomandibulares: considerações relacionadas à prótese fixa e reabilitação oral. Preparo de dentes com finalidade protética. Núcleos, Coroas provisórias, Moldagem e modelo de trabalho, Registros oclusais e montagem em articuladores semi-ajustáveis, Forma e características das infra-estruturas para próteses metalocerâmicas, Prova dos retentores, remoção em posição para soldagem e remontagem, Seleção de cor e ajuste funcional e estético, Cimentação provisória e definitiva, Extrações seriadas, Cárie dental, Prevenção da cárie

ANEXO IV – DECLARAÇÃO PARA CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA/LACTANTE

Dados do candidato

NOME	
CARGO	
INSCRIÇÃO	RG
TELEFONE	CELULAR

DEFICIÊNCIA DECLARADA	CID

NOME DO MEDICO QUE ASSINAR O LAUDO EM ANEXO	NUMERO DO CRM

NECESSITA DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DA PROVA () SIM () NÃO	
() SALA DE FÁCIL ACESSO (ANDAR TERREO COM RAMPAS)	
() MESA PARA CADEIRANTE	
() LEDOR	
() PROVA EM BRAILLE	
() PROVA COM FONTE AMPLIADA – FONTE TAMANHO ____	
() INTERPRETE DE LIBRAS	
() OUTRA.	
QUAL	

ATENÇÃO Esta Declaração e o respectivo Laudo Médico deverão ser encaminhados via sedex ou carta registrada com aviso de recebimento para a empresa Instituto Excelência Ltda – ME, localizada na Avenida Brasil, 884, Zona 08, CEP 87.050-465, Maringá/PR, até o último dia do período de inscrição para este, na via original ou cópia reprográfica e na Declaração deverá haver o reconhecimento de firma, em cartório. Pinheiro Preto-SC, ____ de ____ de ____.

Assinatura do candidato

Assinatura do Responsável p/ recebimento

ANEXO V – CRONOGRAMA

PREVISÃO DE CRONOGRAMA (*)	
Publicação do Edital de Abertura do PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO	06/06/2016
Abertura das Inscrições (pelo site da empresa)	Às 17:00 de 06/06/2016
Prazo para solicitação PNE (portador de necessidades especiais), envio de documentos	06/06/2016 a 15/06/2016
Encerramento das Inscrições	Às 12:00h do dia 15/06/2016
Publicação Edital de Inscrições Homologadas	17/06/2016

Prazo para recurso das inscrições homologadas	17/06/2016 á 18/06/2016
Publicação do resultado dos recursos contra a homologação das inscrições	20/06/2016
Publicação edital de homologação final das inscrições com local e horário da Prova Objetiva	21/06/2016
Realização das Provas Objetivas (manhã)	26/06/2016
Publicação do Gabarito Preliminar das Provas Objetivas	27/06/2016
Prazo de recurso contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva	27/06/2016 a 28/06/2016
Publicação da análise dos recursos do gabarito preliminar, Publicação do gabarito final, Publicação Classificação Preliminar da prova objetiva	29/06/2016
Prazo de recurso da classificação preliminar prova objetiva	29/06/2016 a 30/06/2016
Publicação do resultado dos recursos da classificação preliminar e publicação do resultado da classificação final.	30/06/2016
Publicação do Edital de Homologação do Resultado Final do Processo Seletivo	01/07/2016

(*)Observação: As datas acima e as demais constantes neste edital, são previsões para a execução do certame, podendo sofrer alterações, que serão devidamente informadas em Edital.

RETIFICACAO DE AVISO DE LICITAÇÃO 042 - BRITADOR MÓVEL

RETIFICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO Nº 042/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, faz saber a todos, que julga parcialmente procedente a impugnação ao edital nº 042/2016 – modalidade pregão presencial, movida por THEWES e MOUSQUER LTDA objeto: Aquisição de um Britador Móvel. Assim altera a CLÁUSULA PRIMEIRA da minuta do Contrato, onde lê-se § 1º O equipamento deverá ser entregue no prazo de 10(dez) dias, contados da ordem de entrega. Leia-se: § 1º O equipamento deverá ser entregue no prazo de 45(quarenta e cinco) dias, contados da ordem de entrega. DATA DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTA DE PREÇO: 21/06/2016, até às 10:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 10:15 hs. Maiores informações poderão ser obtidas na Sede Administrativa de Pinheiro Preto, sito na Av. Mal. Costa e Silva, n. 111, fone (49) 3562 2000, ou através do site www.pinheiropreto.sc.gov.br .

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO-SC, 06 de junho de 2016.

EUZEBIO CALISTO VIECELI

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXOS LRF RELATIVO AO RREO 2º BIMESTRE 2016



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				Em Reais	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	SALDO (a-c)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (1)	15.711.896,14	15.711.896,14	2.348.457,25	14,95	5.147.890,24	32,76	10.564.005,90	
RECEITAS CORRENTES	15.700.872,14	15.700.872,14	2.335.137,06	14,87	5.000.383,00	31,85	10.700.489,14	
RECEITA TRIBUTÁRIA	851.080,00	851.080,00	112.687,59	13,24	197.793,23	23,24	653.286,77	
Impostos	575.960,00	575.960,00	81.228,63	14,10	143.614,79	24,93	432.345,21	
Taxas	238.820,00	238.820,00	31.458,96	13,17	54.178,44	22,69	184.641,56	
Contribuição de Melhoria	36.300,00	36.300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	36.300,00	
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	619.000,00	619.000,00	108.977,57	17,61	174.799,70	28,24	444.200,30	
Contribuições Sociais	539.000,00	539.000,00	95.845,06	17,78	146.338,25	27,15	392.661,75	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contribuição de Iluminação Pública	80.000,00	80.000,00	13.132,51	16,42	28.461,45	35,58	51.538,55	
RECEITA PATRIMONIAL	557.314,00	557.314,00	224.949,10	40,36	512.391,15	91,94	44.922,85	
Receltas Imobiliárias	9.240,00	9.240,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.240,00	
Receltas de Valores Mobiliários	502.094,00	502.094,00	222.284,23	44,27	507.654,33	101,11	-5.560,33	
Recelta de Concessões e Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recelta Decorrente do Direito de Exploração de Bens Públicos em Áreas de Domínio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recelta da Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receltas Patrimoniais	45.980,00	45.980,00	2.664,87	5,80	4.736,82	10,30	41.243,18	
RECEITA AGROPECUÁRIA	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00	
Recelta da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recelta da Produção Animal e Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receltas Agropecuárias	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00	
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recelta da Indústria Extrativa Mineral	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recelta da Indústria de Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recelta da Indústria de Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Receltas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITA DE SERVIÇOS	50.000,00	50.000,00	10.077,00	20,15	11.957,00	23,91	38.043,00	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.464.885,14	13.464.885,14	1.841.889,69	13,68	4.046.805,45	30,05	9.418.079,69	
Transferências Intergovernamentais	13.338.885,14	13.338.885,14	1.841.889,69	13,81	4.022.952,98	30,16	9.315.932,16	
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	
Transferências de Convênios	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	23.852,47	19,08	101.147,53	
Transferências para o Combate à Fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	

1 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

PRRPO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)										Continuação
OUTRAS RECEITAS CORRENTES										Em Reais
	157.383,00		157.383,00		36.556,11	23,23	56.636,47	35,99	100.746,53	
Multas e Juros de Mora	27.324,00		27.324,00		12.036,57	44,05	20.961,67	76,72	6.362,33	
Indenizações e Restituições	6.655,00		6.655,00		3.331,95	50,07	3.331,95	50,07	3.323,05	
Receita da Dívida Ativa	18.470,00		18.470,00		13.079,81	70,82	20.694,76	112,05	-2.224,76	
Receitas Decorrentes de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas Correntes Diversas	104.934,00		104.934,00		8.107,78	7,73	11.648,09	11,10	93.285,91	
RECEITAS DE CAPITAL	11.024,00		11.024,00		13.320,19	120,83	147.507,24	1.338,06	-136.483,24	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	2,00		2,00		0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	
Operações de Crédito Internas	2,00		2,00		0,00	0,00	0,00	0,00	2,00	
Operações de Crédito Externas	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	11.000,00		11.000,00		13.320,19	121,09	24.582,24	223,47	-13.582,24	
Alienação de Bens Móveis	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens Imóveis	11.000,00		11.000,00		13.320,19	121,09	24.582,24	223,47	-13.582,24	
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	22,00		22,00		0,00	0,00	122.925,00	558,75	-122.903,00	
Transferências Intergovernamentais	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Instituições Privadas	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do Exterior	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Pessoas	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Outras Instit. Públicas	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências de Convênios	22,00		22,00		0,00	0,00	122.925,00	558,75	-122.903,00	
Transferências para o Combate à Fome	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Integralização do Capital Social	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Div. Ativa Prov. da Amortiz. Emp. e Financ.	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de Capital Diversas	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.118.060,00		1.118.060,00		164.587,29	14,72	248.708,66	22,24	869.351,34	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	16.829.956,14		16.829.956,14		2.513.044,54	14,93	5.396.598,90	32,07	11.433.357,24	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Externas	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Mobiliária	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contratual	0,00		0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	16.829.956,14		16.829.956,14		2.513.044,54	14,93	5.396.598,90	32,07	11.433.357,24	
DÉFICIT (VI)										
TOTAL (VII) = (V + VI)	16.829.956,14		16.829.956,14		2.513.044,54	14,93	5.396.598,90	32,07	11.433.357,24	

Continua 2/4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

Continuação

Em Reais

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)

SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (Utilizados para créditos adicionais)

Superávit Financeiro

Reabertura de Créditos Adicionais

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	15.711.896,14	17.965.745,81	3.476.397,90	7.159.204,07	10.806.541,74	2.346.220,94	4.193.077,73	4.038.014,81	13.772.668,08
DESPESAS CORRENTES	14.652.749,14	14.866.004,69	3.333.250,22	6.668.631,56	8.197.373,13	2.194.756,15	3.912.926,56	3.763.473,46	10.953.078,13
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.474.529,20	7.511.769,86	1.560.510,15	2.622.094,65	4.889.675,21	1.132.215,83	2.174.261,33	2.147.522,74	5.337.508,53
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	82.280,00	82.280,00	2.006,64	4.274,66	78.005,34	2.006,64	4.274,66	4.139,31	78.005,34
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	7.095.939,94	7.271.954,83	1.770.733,43	4.042.262,25	3.229.692,58	1.060.533,68	1.734.390,57	1.611.811,41	5.537.564,26
DESPESAS DE CAPITAL	829.755,00	2.870.349,12	143.147,68	490.572,51	2.379.776,61	151.464,79	280.151,17	274.541,35	2.590.197,95
INVESTIMENTOS	553.755,00	2.594.349,12	118.918,83	446.407,92	2.147.941,20	127.235,94	235.986,58	235.843,58	2.358.362,54
INVERSÕES FINANCEIRAS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	275.000,00	275.000,00	24.228,85	44.164,59	230.835,41	24.228,85	44.164,59	38.697,77	230.835,41
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	14.100,00	14.100,00	0,00	0,00	14.100,00	0,00	0,00	0,00	14.100,00
RESERVA DO RPPS	215.292,00	215.292,00	0,00	0,00	215.292,00	0,00	0,00	0,00	215.292,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.118.060,00	1.118.060,00	257.507,68	342.564,30	775.495,70	257.507,68	342.564,30	249.131,40	775.495,70
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	16.829.956,14	19.083.805,81	3.733.905,58	7.501.768,37	11.582.037,44	2.603.728,62	4.535.642,03	4.287.146,21	14.548.163,78
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	16.829.956,14	19.083.805,81	3.733.905,58	7.501.768,37	11.582.037,44	2.603.728,62	4.535.642,03	4.287.146,21	14.548.163,78
SUPERÁVIT (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	16.829.956,14	19.083.805,81	3.733.905,58	7.501.768,37	11.582.037,44	2.603.728,62	5.396.598,90	4.287.146,21	14.548.163,78

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS CORRENTES	1.118.060,00	1.118.060,00	164.587,29	14,72	248.708,66	22,24	869.351,34
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	1.118.060,00	1.118.060,00	163.063,23	14,58	246.172,19	22,02	871.887,81
Contribuições Sociais	1.118.060,00	1.118.060,00	163.063,23	14,58	246.172,19	22,02	871.887,81
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	1.524,06	0,00	2.536,47	0,00	-2.536,47

Continua

3 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas “a” e “b” do inciso II e § 1º)		Continuação	
Multas e Juros de Mora	0,00	1.524,06	2.536,47
TOTAL	1.118.060,00	164.587,29	869.351,34

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	SALDO (i) = (e-h)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS CORRENTES	1.058.060,00	1.058.060,00	238.992,22	311.705,20	746.354,80	238.992,22	311.705,20	224.444,12	746.354,80
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.046.060,00	1.046.060,00	236.571,88	308.272,45	737.787,55	236.571,88	308.272,45	221.907,65	737.787,55
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	12.000,00	12.000,00	2.420,34	3.432,75	8.567,25	2.420,34	3.432,75	2.536,47	8.567,25
DESPESAS DE CAPITAL	60.000,00	60.000,00	18.515,46	30.859,10	29.140,90	18.515,46	30.859,10	24.687,28	29.140,90
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	60.000,00	60.000,00	18.515,46	30.859,10	29.140,90	18.515,46	30.859,10	24.687,28	29.140,90
TOTAL	1.118.060,00	1.118.060,00	257.507,68	342.564,30	775.495,70	257.507,68	342.564,30	249.131,40	775.495,70

FONTE: Sistema e-Pública (2316-2739-093). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 02/06/2016 e hora de emissão: 17:30.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS
Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Junho 2016

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 2

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE
PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Junho 2016

RREO - ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)						Continuação
						R\$ 1,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2071	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2088	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2089	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1537-1405-279). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 03/06/2016 e hora de emissão: 07:57.

EUZEBIO CALISTO VIECELIPrefeito Municipal
Ordenador da Despesa**DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS**Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Dezembro 2016

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

RECEITAS		PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)			Em Reais	
						SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)	
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)		12.430,00				59.113,23	-46.683,23
Alienação de Bens Móveis		1.430,00				28.397,63	-26.967,63
Alienação de Bens Imóveis		11.000,00				30.715,60	-19.715,60
DESPESAS							
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	DESPESAS DE CAPITAL	320.555,17	5.150,00	2.555,38	2.555,38	2.594,62	317.999,79
	Investimentos	320.555,17	5.150,00	2.555,38	2.555,38	2.594,62	317.999,79
	Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO A APLICAR		2015 (h)	2016 (i) = (Ib - (IIe + IIIf))			SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIIj)	
VALOR (III)		15.619,07				56.557,85	72.176,92

FONTE: Sistema e-Pública (1460-6842-949). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 03/06/2016 e hora de emissão: 07:57.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS
Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	586.487,00	586.487,00	145.157,46	24,75
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	113.740,00	113.740,00	0,00	0,00
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	72.600,00	72.600,00	23.331,73	32,14
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	220.220,00	220.220,00	62.481,81	28,37
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	169.400,00	169.400,00	57.801,25	34,12
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	1.815,00	1.815,00	27,26	1,50
Dívida Ativa dos Impostos	6.050,00	6.050,00	878,07	14,51
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	2.662,00	2.662,00	637,34	23,94
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	13.604.030,00	13.604.030,00	4.112.916,67	30,23
Cota-parte FPM	7.659.300,00	7.659.300,00	2.043.168,44	26,68
Cota-parte ITR	3.630,00	3.630,00	338,41	9,32
Cota-parte IPVA	508.200,00	508.200,00	158.881,29	31,26
Cota-parte ICMS	5.324.000,00	5.324.000,00	1.875.194,68	35,22
Cota-parte do IPI - Exportação	77.440,00	77.440,00	27.844,81	35,96
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	31.460,00	31.460,00	7.489,04	23,80
Desoneração ICMS (LC 87/96)	31.460,00	31.460,00	7.489,04	23,80
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	14.190.517,00	14.190.517,00	4.258.074,13	30,01

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	991.948,14	991.948,14	459.064,48	46,28
Provenientes da União	781.501,14	781.501,14	270.049,95	34,56
Provenientes dos Estados	52.032,00	52.032,00	31.747,70	61,02
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	158.415,00	158.415,00	157.266,83	99,28
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	2,00	2,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	991.950,14	991.950,14	459.064,48	46,28

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	3.444.395,69	3.528.985,13	1.804.622,43	51,14	1.001.078,06	28,37	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	1.756.760,00	1.764.982,72	523.937,59	29,69	523.937,59	29,69	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.687.635,69	1.764.002,41	1.280.684,84	72,60	477.140,47	27,05	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	129.775,00	387.389,61	63.574,47	16,41	63.074,97	16,28	0,00
Investimentos	129.775,00	387.389,61	63.574,47	16,41	63.074,97	16,28	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.574.170,69	3.916.374,74	1.868.196,90	47,70	1.064.153,03	27,17	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	712.468,14	1.054.672,19	334.192,95	17,89	244.525,42	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	675.815,14	1.010.919,68	327.601,37	17,54	240.977,02	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	36.653,00	43.752,51	6.591,58	0,35	3.548,40	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	712.468,14	1.054.672,19	334.192,95	17,89	244.525,42	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	2.861.702,55	2.861.702,55	1.534.003,95	82,11	819.627,61	77,02	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL	19,25
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]⁶	180.916,49

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2012 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2012	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2012 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2012	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2011	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2011 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	3.561.149,69	3.903.353,74	1.868.196,90	100,00	1.064.153,03	100,00	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.020,00	9.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vigilância Epidemiológica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	4.001,00	4.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.574.170,69	3.916.374,74	1.868.196,90	100,00	1.064.153,03	100,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1986-6722-245). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 03/06/2016 e hora de emissão: 07:58.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestreSaldo Final.**EUZEBIO CALISTO VIECELI**Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa**DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS**Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22,25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31/12/2015 (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2016		Saldo Total (c) = (a+b)									
		No bimestre	Até o bimestre(b)										
TOTAL DE ATIVOS													
Direitos Futuros													
Ativos Contabilizados na SPE													
Contrapartida para Provisões de PPP													
TOTAL DE PASSIVOS(I)													
Obrigações Não Relacionadas a Serviços													
Contrapartida para Ativos da SPE													
Provisões de PPP													
GARANTIAS DE PPP(II)													
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP(III)=(I-II)													
PASSIVOS CONTINGENTES													
Contraprestações Futuras													
Riscos Não Provisionados													
Outros Passivos Contingentes													
ATIVOS CONTINGENTES													
Serviços Futuros													
Outros Ativos Contingentes													
DESPESAS DE PPP		2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
Do Ente Federado (IV)													
Das Estadais Não-dependentes													
TOTAL DAS DESPESAS													
RECEITAS CORRENTES LÍQUIDA(RCL)(V)													
TOTAL DAS RECEITAS/RCL(%) (VI)=(IV)/(V)													

FONTE: Sistema e-Pública (1588-3410-415). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data de emissão: 03/06/2016 e hora de emissão: 07:59.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS
Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Em Reais

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		Até o Bimestre		
RECEITAS				
Previsão Inicial		16.829.956,14		
Previsão Atualizada		16.829.956,14		
Receitas Realizadas		5.396.598,90		
Déficit Orçamentário		0,00		
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados por Créditos Adicionais)		1.007.999,67		
DESPESAS				
Dotação Inicial		16.829.956,14		
Créditos Adicionais		2.253.849,67		
Dotação Atualizada		19.083.805,81		
Despesas Empenhadas		7.501.768,37		
Despesas Liquidadas		4.535.642,03		
Despesas Pagas		4.287.146,21		
Superávit Orçamentário		860.956,87		
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO		Até o Bimestre		
Despesas Empenhadas		7.501.768,37		
Despesas Liquidadas		4.535.642,03		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA – RCL		Até o Bimestre		
Receita Corrente Líquida		14.591.031,17		
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		Até o Bimestre		
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)		633.024,53		
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		212.918,69		
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		420.105,84		
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-215.000,00	-729.595,72	339,35
Resultado Primário		-83.816,00	411.451,40	-490,90
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00
Poder Executivo	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	361.603,39	0,00	96.788,20	264.815,19
Poder Executivo	361.603,39	0,00	96.788,20	264.815,19
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	364.903,39	0,00	96.788,20	268.115,19
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de impostos em MDE		1.285.994,96	25,00	30,20
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		291.087,80	60,00	72,06
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	10,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		819.627,61	15,00	19,25
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE: Sistema e-Pública (1341-0680-007). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 03/06/2016 e hora de emissão: 08:00.

1 Serão demonstradas as projeções do exercício anterior ao de referência.

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO****RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

LRF, Art. 48 – Anexo 14

Continuação
Em Reais**EUZEBIO CALISTO VIECELI**Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa**DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS**Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		Em Reais (e) = (d - e)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)	% (b/total b)	No Bimestre	Até o bimestre (d)	% (d/total d)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.711.896,14	17.965.745,81	3.476.397,90	7.159.204,07	95,43	2.346.220,94	4.133.077,73	92,45
LEGISLATIVA	730.000,00	730.000,00	64.845,55	146.353,89	1,95	66.455,35	139.774,79	3,08
Ação Legislativa	730.000,00	730.000,00	64.845,55	146.353,89	1,95	66.455,35	139.774,79	3,08
ADMINISTRAÇÃO	2.356.430,00	2.358.632,60	632.467,89	1.146.325,09	15,28	389.920,60	666.261,01	14,69
Administração Geral	2.356.430,00	2.358.632,60	632.467,89	1.146.325,09	15,28	389.920,60	666.261,01	14,69
SEGURANÇA PÚBLICA	70.169,00	122.211,50	9.182,30	21.908,90	0,29	5.553,30	16.919,90	0,37
Policimento	35.789,00	87.831,50	4.270,15	11.888,60	0,16	641,15	8.259,60	0,18
Defesa Civil	34.380,00	34.380,00	4.912,15	10.020,30	0,13	4.912,15	8.660,30	0,19
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.034.791,00	1.088.242,93	146.686,89	315.999,32	4,21	149.621,21	258.530,43	5,70
Assistência ao Idoso	15.000,00	15.000,00	298,56	298,56	0,00	298,56	298,56	0,01
Assistência à Criança e ao Adolescente	11.000,00	11.000,00	77,00	462,45	0,01	77,00	462,45	0,01
Assistência Comunitária	1.008.791,00	1.062.242,93	146.311,33	315.236,31	4,20	149.245,65	257.769,42	5,68
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.300.150,00	1.300.150,00	539.327,37	645.555,01	8,61	106.691,05	212.918,69	4,69
Previdência do Regime Estatutário	1.300.150,00	1.300.150,00	539.327,37	645.555,01	8,61	106.691,05	212.918,69	4,69
SAÚDE	3.344.370,69	3.686.574,74	719.321,48	1.827.158,55	24,36	517.031,80	1.023.114,68	22,56
Atenção Básica	3.331.349,69	3.673.553,74	719.321,48	1.827.158,55	24,36	517.031,80	1.023.114,68	22,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	9.020,00	9.020,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	4.001,00	4.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	2.477.069,25	2.648.113,59	543.649,91	1.101.787,59	14,69	464.452,41	800.275,04	17,64
Ensino Fundamental	2.178.908,25	2.349.952,59	464.033,01	981.379,57	13,08	402.241,51	697.273,02	15,37
Ensino Superior	65.000,00	65.000,00	4.750,00	12.350,00	0,16	4.750,00	12.350,00	0,27
Educação Infantil	207.751,00	207.751,00	51.658,90	84.850,02	1,13	51.658,90	84.850,02	1,87
Educação Especial	25.410,00	25.410,00	23.208,00	23.208,00	0,31	5.802,00	5.802,00	0,13
CULTURA	208.500,00	208.500,00	781,96	854,21	0,01	781,96	854,21	0,02
Diffusão Cultural	208.500,00	208.500,00	781,96	854,21	0,01	781,96	854,21	0,02
URBANISMO	288.433,00	1.175.404,06	31.079,56	323.660,55	4,31	41.897,17	100.887,94	2,22
Infra-Estrutura Urbana	55.004,00	937.820,00	0,00	243.468,73	3,25	7.179,38	35.757,89	0,79
Serviços Urbanos	233.429,00	237.584,06	31.079,56	80.191,82	1,07	34.717,79	65.130,05	1,44
HABITAÇÃO	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habituação Urbana	501,00	501,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SANEAMENTO	6.001,00	6.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	6.001,00	6.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 02 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

Continuação

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	
								% (d/total d)
GESTÃO AMBIENTAL	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	665.852,00	740.483,71	182.179,56	378.170,66	5,04	164.229,51	250.631,07	5,53
Extensão Rural	650.850,00	650.850,00	115.219,56	311.210,66	4,15	97.269,51	183.671,07	4,05
Promoção da Produção Agropecuária	15.002,00	89.633,71	66.960,00	66.960,00	0,89	66.960,00	66.960,00	1,48
INDÚSTRIA	6.001,00	6.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial	6.001,00	6.001,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	12.000,00	12.000,00	843,61	1.229,29	0,02	843,61	1.229,29	0,03
Turismo	12.000,00	12.000,00	843,61	1.229,29	0,02	843,61	1.229,29	0,03
TRANSPORTE	2.335.030,20	3.006.331,68	536.845,59	1.109.220,19	14,79	370.806,74	581.949,86	12,83
Transporte Rodoviário	2.335.030,20	3.006.331,68	536.845,59	1.109.220,19	14,79	370.806,74	581.949,86	12,83
DESPORTO E LAZER	130.001,00	130.001,00	17.980,04	41.595,92	0,55	16.730,04	40.345,92	0,89
Desporto Comunitário	130.001,00	130.001,00	17.980,04	41.595,92	0,55	16.730,04	40.345,92	0,89
ENCARGOS ESPECIAIS	513.205,00	513.205,00	51.206,19	99.384,90	1,32	51.206,19	99.384,90	2,19
Outros Encargos Especiais	513.205,00	513.205,00	51.206,19	99.384,90	1,32	51.206,19	99.384,90	2,19
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	229.392,00	229.392,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	229.392,00	229.392,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.118.060,00	1.118.060,00	257.507,68	342.564,30	4,57	257.507,68	342.564,30	7,55
TOTAL (III) = (I + II)	16.829.956,14	19.083.805,81	3.733.905,58	7.501.768,37	100,00	2.603.728,62	4.535.642,03	100,00
								14.548.163,78

Continua 2 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a - b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a - d)
			No Bimestre	Até o bimestre (b)		No Bimestre	Até o bimestre (d)	

Continuação

DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	1.118.060,00	1.118.060,00	257.507,68	342.564,30	775.495,70	257.507,68	342.564,30	775.495,70
LEGISLATIVA	20.000,00	20.000,00	1.005,85	2.973,50	17.026,50	1.005,85	2.973,50	17.026,50
Ação Legislativa	20.000,00	20.000,00	1.005,85	2.973,50	17.026,50	1.005,85	2.973,50	17.026,50
ADMINISTRAÇÃO	168.350,00	168.350,00	40.244,75	51.959,99	116.390,01	40.244,75	51.959,99	116.390,01
Administração Geral	168.350,00	168.350,00	40.244,75	51.959,99	116.390,01	40.244,75	51.959,99	116.390,01
ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.000,00	10.000,00	3.285,18	4.135,29	5.864,71	3.285,18	4.135,29	5.864,71
Assistência Comunitária	10.000,00	10.000,00	3.285,18	4.135,29	5.864,71	3.285,18	4.135,29	5.864,71
SAÚDE	254.100,00	254.100,00	45.033,92	59.638,35	194.461,65	45.033,92	59.638,35	194.461,65
Atenção Básica	254.100,00	254.100,00	45.033,92	59.638,35	194.461,65	45.033,92	59.638,35	194.461,65
EDUCAÇÃO	307.610,00	307.610,00	84.502,06	108.316,92	199.293,08	84.502,06	108.316,92	199.293,08
Educação Infantil	265.260,00	265.260,00	69.668,94	89.566,47	175.693,53	69.668,94	89.566,47	175.693,53
Educação Fundamental	42.350,00	42.350,00	14.833,12	18.750,45	23.599,55	14.833,12	18.750,45	23.599,55
AGRICULTURA	73.000,00	73.000,00	17.560,05	22.842,33	50.157,67	17.560,05	22.842,33	50.157,67
Extensão Rural	73.000,00	73.000,00	17.560,05	22.842,33	50.157,67	17.560,05	22.842,33	50.157,67
TRANSPORTE	213.000,00	213.000,00	44.940,07	58.406,07	154.593,93	44.940,07	58.406,07	154.593,93
Transporte Rodoviário	213.000,00	213.000,00	44.940,07	58.406,07	154.593,93	44.940,07	58.406,07	154.593,93
ENCARGOS ESPECIAIS	72.000,00	72.000,00	20.935,80	34.291,85	37.708,15	20.935,80	34.291,85	37.708,15
Outros Encargos Especiais	72.000,00	72.000,00	20.935,80	34.291,85	37.708,15	20.935,80	34.291,85	37.708,15
TOTAL	1.118.060,00	1.118.060,00	257.507,68	342.564,30	775.495,70	257.507,68	342.564,30	775.495,70

FONTE: Sistema e-Pública (1639-8406-285). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 02/06/2016 e hora de emissão: 17:15.

EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS
Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses											
	Maio/2015	Junho/2015	Julho/2015	Agosto/2015	Setembro/2015	Outubro/2015	Novembro/2015					
RECEITAS CORRENTES (I)	1.505.463,29	1.497.026,31	1.368.789,65	1.221.518,43	1.234.432,16	1.366.731,91	1.374.862,93					
Receita Tributária	76.576,25	173.837,34	67.163,28	43.446,78	53.781,23	51.034,14	48.852,17					
IPJU	1.365,16	45.554,62	5.363,15	999,73	1.598,31	1.244,46	435,04					
ISS	41.416,73	17.148,78	24.744,72	18.605,06	26.732,12	13.743,33	8.864,05					
ITBI	1.440,84	20.929,95	13.373,59	2.976,10	4.682,83	13.080,00	779,22					
IRRF	22.099,27	12.996,52	10.304,83	14.944,45	15.328,88	12.304,65	31.504,98					
Outras Receitas Tributárias	10.254,25	77.207,47	13.376,99	5.921,44	5.439,09	10.661,70	7.268,88					
Receitas de Contribuições	50.951,14	52.916,10	51.603,16	51.567,77	52.824,01	53.151,76	92.711,20					
Receita Patrimonial	100.777,14	72.430,87	107.685,99	18.647,54	61.142,36	134.160,34	70.577,99					
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Receita de Serviços	6.335,00	3.650,00	15.270,00	3.350,00	7.770,00	7.865,00	5.992,00					
Transferências Correntes	1.263.096,85	1.178.457,90	1.115.586,92	1.096.445,21	1.046.155,28	1.103.721,01	1.135.353,32					
Cota-Parte FPM	591.411,98	514.588,39	450.762,43	445.648,92	371.540,26	422.874,40	477.458,38					
Cota-Parte do ICMS	430.753,07	412.798,41	416.731,56	400.314,40	417.824,35	432.025,97	434.618,87					
Cota-Parte do IPVA	54.618,53	54.634,67	59.813,27	46.511,38	37.527,05	46.251,91	32.776,63					
Cota-Parte do ITR	0,00	13,34	0,00	15,00	550,68	1.786,66	13,77					
Transferências da LC 87/1996	1.801,90	1.801,90	1.801,90	1.801,90	1.801,90	1.801,90	1.801,90					
Transferências da LC 61/1989	6.807,30	6.483,96	5.973,04	6.355,58	6.337,54	7.351,04	6.697,44					
Transferências do FUNDEB	95.133,33	90.390,52	86.542,29	88.956,56	84.838,75	90.015,37	88.909,87					
Outras Transferências Correntes	82.570,74	97.746,71	93.962,43	106.841,47	125.734,75	101.613,76	93.076,46					
Outras Receitas Correntes	7.726,91	15.734,10	11.480,30	8.061,13	12.759,28	17.399,66	21.376,25					
DEDUÇÕES (II)	237.905,71	218.555,50	193.980,93	201.115,58	188.296,14	204.117,80	233.109,98					
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	20.827,34	20.491,57	20.909,89	20.986,36	21.179,98	21.699,65	42.436,79					
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00					
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	217.078,37	198.063,93	173.071,04	180.129,22	167.116,16	182.418,15	190.673,19					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.267.557,58	1.278.470,81	1.174.808,72	1.020.402,85	1.046.136,02	1.162.614,11	1.141.752,95					



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 03 (LRF, Art. 53, inciso I) Continuação

ESPECIFICAÇÃO	Evolução da Receita Realizada nos Últimos 12 Meses										Previsão atualizada 2016
	Dezembro/2015	Janeiro/2016	Fevereiro/2016	Março/2016	Abril/2016	Total Últimos 12 Meses	Total Últimos 12 Meses	Total Últimos 12 Meses	Total Últimos 12 Meses	Total Últimos 12 Meses	
RECEITAS CORRENTES (I)											
Receita Tributária	1.805.348,18	1.510.664,85	1.601.730,41	1.279.220,42	1.431.349,84	17.201.138,38	17.201.138,38	17.201.138,38	17.201.138,38	17.201.138,38	18.366.018,14
IPTU	111.962,86	37.649,22	47.456,42	56.880,16	55.807,43	824.447,28	824.447,28	824.447,28	824.447,28	824.447,28	851.080,00
ISS	609,17	0,00	0,00	0,00	0,00	57.169,64	57.169,64	57.169,64	57.169,64	57.169,64	113.740,00
ITBI	61.051,98	14.567,36	8.440,18	23.744,45	15.729,82	274.788,58	274.788,58	274.788,58	274.788,58	274.788,58	220.220,00
ITRIRF	17.538,16	4.405,35	10.096,69	0,00	8.829,69	98.132,42	98.132,42	98.132,42	98.132,42	98.132,42	72.600,00
Outras Receitas Tributárias	26.055,60	13.984,06	10.892,52	15.014,38	17.910,29	203.340,43	203.340,43	203.340,43	203.340,43	203.340,43	169.400,00
Receitas de Contribuições	6.707,95	4.692,45	18.027,03	18.121,33	13.337,63	191.016,21	191.016,21	191.016,21	191.016,21	191.016,21	275.120,00
Receita Patrimonial	83.873,18	11.637,73	54.194,40	53.820,95	55.156,62	664.398,02	664.398,02	664.398,02	664.398,02	664.398,02	619.000,00
Receita Agropecuária	138.148,00	168.741,46	118.700,59	97.013,28	127.935,82	1.215.961,38	1.215.961,38	1.215.961,38	1.215.961,38	1.215.961,38	557.314,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.210,00
Receita de Serviços	6.170,00	1.720,00	160,00	2.322,00	7.755,00	67.759,00	67.759,00	67.759,00	67.759,00	67.759,00	50.000,00
Transferências Correntes	1.461.902,25	1.286.545,71	1.365.519,37	1.056.457,97	1.160.864,92	14.270.106,71	14.270.106,71	14.270.106,71	14.270.106,71	14.270.106,71	16.130.031,14
Cota-Parte FPM	807.350,66	521.721,09	653.119,36	396.716,85	471.611,14	7.659.300,00	7.659.300,00	7.659.300,00	7.659.300,00	7.659.300,00	7.659.300,00
Cota-Parte do ICMS	424.286,14	536.961,39	438.590,39	443.575,12	456.067,78	5.244.547,45	5.244.547,45	5.244.547,45	5.244.547,45	5.244.547,45	5.324.000,00
Cota-Parte do IPVA	20.815,05	25.313,62	41.343,75	46.687,78	45.536,14	511.829,78	511.829,78	511.829,78	511.829,78	511.829,78	508.200,00
Cota-Parte do ITR	5,00	0,00	0,00	266,89	71,52	2.722,86	2.722,86	2.722,86	2.722,86	2.722,86	3.630,00
Transferências da LC 87/1996	1.801,90	1.872,26	1.872,26	1.872,26	1.872,26	21.904,24	21.904,24	21.904,24	21.904,24	21.904,24	31.460,00
Transferências da LC 61/1989	6.613,30	8.437,83	6.516,56	6.362,23	6.528,19	80.464,01	80.464,01	80.464,01	80.464,01	80.464,01	77.440,00
Transferências do FUNDEB	91.550,30	108.515,88	98.713,92	94.370,12	98.923,53	1.116.860,44	1.116.860,44	1.116.860,44	1.116.860,44	1.116.860,44	1.200.000,00
Outras Transferências Correntes	109.479,90	83.723,64	125.363,13	66.606,72	80.254,36	1.166.974,07	1.166.974,07	1.166.974,07	1.166.974,07	1.166.974,07	1.326.001,14
Outras Receitas Correntes	7.291,89	4.370,73	15.709,63	12.726,06	23.830,05	158.465,99	158.465,99	158.465,99	158.465,99	158.465,99	157.383,00
DEDUÇÕES (II)											
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	243.239,46	218.861,05	250.281,84	201.640,95	219.002,27	2.610.107,21	2.610.107,21	2.610.107,21	2.610.107,21	2.610.107,21	2.967.646,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	42.730,89	0,00	21.993,57	22.544,95	22.665,07	278.466,06	278.466,06	278.466,06	278.466,06	278.466,06	302.500,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	200.508,57	218.861,05	228.288,27	179.096,00	196.337,20	2.331.641,15	2.331.641,15	2.331.641,15	2.331.641,15	2.331.641,15	2.665.146,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.566.108,72	1.291.803,80	1.351.448,57	1.077.579,47	1.212.347,57	14.591.031,17	14.591.031,17	14.591.031,17	14.591.031,17	14.591.031,17	15.398.372,14

FONTE: Sistema e-Pública (1683-6404-462). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 03/06/2016 e hora de emissão: 07:50.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS
Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS PREV. RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (I)	602.500,00	602.500,00	429.902,01	258.767,25
RECEITAS CORRENTES	602.500,00	602.500,00	429.902,01	258.767,25
Receitas de Contribuição dos Segurados	302.500,00	302.500,00	67.203,59	58.327,55
Pessoal Civil	302.500,00	302.500,00	67.203,59	58.327,55
Ativo	302.500,00	302.500,00	67.203,59	58.327,55
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Patrimoniais	250.000,00	250.000,00	362.698,42	200.439,70
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Valores Mobiliários	250.000,00	250.000,00	362.698,42	200.439,70
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (II)	912.942,00	912.942,00	203.122,52	165.217,32
TOTAL DAS RECEITAS PREV. RPPS (III)=(I+II)	1.515.442,00	1.515.442,00	633.024,53	423.984,57

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	1.294.150,00	1.294.150,00	645.555,01	609.237,52	212.918,69	204.761,76
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA	1.294.150,00	1.294.150,00	645.555,01	609.237,52	212.918,69	204.761,76
Pessoal Civil	0,00	0,00	642.565,01	599.467,15	209.928,69	194.991,39
Aposentadorias	0,00	0,00	557.441,88	520.079,32	184.389,96	169.002,60
Pensões	0,00	0,00	85.123,13	79.387,83	25.538,73	25.988,79
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	1.294.150,00	1.294.150,00	2.990,00	9.770,37	2.990,00	9.770,37
Compensação Prev. do RPPS para a RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	1.294.150,00	1.294.150,00	2.990,00	9.770,37	2.990,00	9.770,37
DESPESAS PREV. RPPS (INTRA-ORÇAM) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. RPPS (VI)=(IV+V)	1.294.150,00	1.294.150,00	645.555,01	609.237,52	212.918,69	204.761,76
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII)=(III-VI)	221.292,00	221.292,00	-12.530,48	-185.252,95	420.105,84	219.222,81



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PLANO PREVIDENCIÁRIO

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)

Em Reais

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	APORTES REALIZADOS
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00
Plano Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Plano Previdenciário	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	215.292,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2016	2015
Caixa	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	16,90 D	0,00
Investimentos	0,00	4.958.455,04 D
Outros Bens e Direitos	6.104.604,81 D	0,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
RECEITAS CORRENTES (VIII)	912.942,00	912.942,00	203.122,52	165.217,32
Receita de Contribuições	912.942,00	912.942,00	200.586,05	165.217,32
Patronal	840.942,00	840.942,00	175.898,77	151.916,67
Pessoal Civil	840.942,00	840.942,00	175.898,77	151.916,67
Ativo	840.942,00	840.942,00	175.898,77	151.916,67
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	72.000,00	72.000,00	24.687,28	13.300,65
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	2.536,47	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS PREV INTRA-ORÇAM - RPPS (XI)=(VIII+IX-X)	912.942,00	912.942,00	203.122,52	165.217,32

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015	Até o Bimestre 2016	Até o Bimestre 2015
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2 / 3

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
PLANO PREVIDENCIÁRIO****ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

						Continuação
RREO - ANEXO 04 (LRF, Art. 53, inciso II)						Em Reais
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV. INTRA-ORÇAM - RPPS (XIII)=(XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1343-4333-613). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 03/06/2016 e hora de emissão: 07:51.

EUZÉBIO CALISTO VIECELIPrefeito Municipal
Ordenador da Despesa**DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS**Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 05 (LRF, Art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/12/2015 (a)	Bimestre Anterior (b)	Bimestre Atual (c)
Dívida Consolidada (I)	476.803,15	447.928,66	416.822,99
Deduções (II)	3.614.429,22	4.495.751,41	4.284.044,78
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.617.686,67	4.498.602,23	4.286.836,47
Demais Haveres Financeiros	42,55	449,18	508,31
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	3.300,00	3.300,00	3.300,00
Dívida Consolidada Líquida (III = I - II)	-3.137.626,07	-4.047.822,75	-3.867.221,79
Receita Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida (VI = III + IV - V)	-3.137.626,07	-4.047.822,75	-3.867.221,79

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	180.600,96	-729.595,72

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
Meta de resultado nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência	-215.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/12/2015	Bimestre Anterior	Bimestre Atual
Dívida consolidada previdenciária (VII)	9.371.690,16	9.371.690,16	9.371.690,16
Passivo Atuarial	9.371.690,16	9.371.690,16	9.371.690,16
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00
Deduções (VIII)	5.684.515,87	5.885.758,20	6.104.621,71
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	5.885.758,20	6.104.621,71
Investimentos	5.684.515,87	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a pagar processados (Exceto precatórios)	0,00	0,00	0,00
Dívida consolidada líquida previdenciária (IX = VII - VIII)	3.687.174,29	3.485.931,96	3.267.068,45
Passivos Reconhecidos (X)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária (XI = IX - X)	3.687.174,29	3.485.931,96	3.267.068,45

FONTE: Sistema e-Pública (1470-9317-191). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 03/06/2016 e hora de emissão: 07:52.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS

Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

	RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Em Reais
			Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)		16.315.628,14	4.741.437,33	4.515.104,29	
Recargas Tributárias		851.080,00	197.793,23	142.286,16	
IPTU		113.740,00	0,00	0,00	
ISS		220.220,00	62.481,81	43.257,90	
ITBI		72.600,00	23.331,73	19.121,93	
IRRF		169.400,00	57.801,25	38.560,46	
Outras Receitas Tributárias		275.120,00	54.178,44	41.345,87	
Recargas de Contribuições		1.737.060,00	420.971,89	359.358,91	
Recargas Previdenciárias		1.215.442,00	267.789,64	223.544,87	
Outras Receitas de Contribuições		521.618,00	153.182,25	135.814,04	
Recarga Patrimonial Líquida		55.220,00	4.736,82	7.295,94	
Recarga Patrimonial		557.314,00	512.391,15	317.268,33	
(-) Aplicações Financeiras		502.094,00	507.654,33	309.972,39	
Transferências Correntes		13.464.885,14	4.046.805,45	3.966.804,37	
FPM		6.183.100,00	1.634.534,88	1.710.147,02	
ICMS		4.259.200,00	1.500.156,13	1.418.699,99	
Convênios		125.000,00	23.852,47	11.926,22	
Outras Transferências Correntes		2.897.585,14	888.261,97	826.031,14	
Demais Receitas Correntes		207.383,00	71.129,94	39.358,91	
Dívida Ativa		18.470,00	20.694,76	12.981,26	
Diversas Receitas Correntes		188.913,00	50.435,18	26.377,65	
RECEITAS DE CAPITAL (II)		11.024,00	147.507,24	628.375,18	
Operações de Crédito (III)		2,00	0,00	0,00	
Amortização de Empréstimos (IV)		0,00	0,00	0,00	
Alienação de Bens (V)		11.000,00	24.582,24	45.309,11	
Transferência de Capital		22,00	122.925,00	583.066,07	
Convênios		22,00	122.925,00	583.066,07	
Outras Transferências de Capital		0,00	0,00	0,00	
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)		22,00	122.925,00	583.066,07	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)		16.315.650,14	4.864.362,33	5.098.170,36	



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III) Continuação

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
		Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015	Até o Bimestre/2016	Até o Bimestre/2015
DESPESAS CORRENTES (VIII)	15.924.064,69	6.980.336,76	5.882.977,70	4.224.631,76	3.851.132,22
Pessoal e Encargos Sociais	8.557.829,86	2.930.367,10	2.439.328,11	2.482.533,78	2.034.852,35
Juros e Encargos da Dívida (IX)	94.280,00	7.707,41	18.087,84	7.707,41	18.087,84
Outras Despesas Correntes	7.271.954,83	4.042.262,25	3.425.561,75	1.734.390,57	1.798.192,03
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	15.829.784,69	6.972.629,35	5.864.889,86	4.216.924,35	3.833.044,38
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.930.349,12	521.431,61	960.544,95	311.010,27	695.697,55
Investimentos	2.594.349,12	446.407,92	859.833,93	235.986,58	594.986,53
Inversões Financeiras	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Aquis. Títulos Capital já Integralizado (XIII)		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	335.000,00	75.023,69	100.711,02	75.023,69	100.711,02
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.595.349,12	446.407,92	859.833,93	235.986,58	594.986,53
Reserva de Contingência (XVI)	14.100,00				
Reserva RPPS (XVII)	215.292,00				
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	18.654.525,81	7.419.037,27	6.724.723,79	4.452.910,93	4.428.030,91
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-2.338.875,67	-2.554.674,94	-1.626.553,43	411.451,40	670.139,45
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00	0,00	1.007.999,67	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE	
Meta de resultado primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO para o exercício de referência					
				-83.816,00	

FONTE: Sistema e-Pública (1416-4355-603). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 03/06/2016 e hora de emissão: 07:53.

Continua 2 / 3

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

RESULTADO PRIMÁRIO**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO - ANEXO 06 (LRF, Art. 53, inciso III)

Continuação
Em Reais**EUZÉBIO CALISTO VIECELI**Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa**DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS**Contadora
CRC/SC 039946/O-8

3 / 3



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					Saldo Total (a + b)
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo (a)	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo (b)
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2015				
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00	16.025,82	345.577,57	96.788,20	96.788,20	0,00	268.115,19
EXECUTIVO											
Município de Pinheiro Preto	0,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00	16.025,82	345.577,57	96.788,20	96.788,20	0,00	268.115,19
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	3.300,00	0,00	0,00	3.300,00	16.025,82	345.577,57	96.788,20	96.788,20	0,00	268.115,19

FONTE: Sistema e-Pública (1469-7613-861). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 03/06/2016 e hora de emissão: 07:54.

EUZÉBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS
Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100	
1-Receita de impostos	586.487,00	586.487,00	145.157,46	24,75	
1.1-Receita resultante do IPTU	122.210,00	122.210,00	1.490,85	1,22	
1.1.1-IPTU	113.740,00	113.740,00	0,00	0,00	
1.1.2-Multas, Juros e outros encargos do IPTU	1.210,00	1.210,00	0,00	0,00	
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	4.840,00	4.840,00	857,14	17,71	
1.1.4-Multas, juros, Outros encargos Dívida Ativa do IPTU	2.420,00	2.420,00	633,71	26,19	
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2-Receita resultante do ITBI	72.600,00	72.600,00	23.331,73	32,14	
1.2.1-ITBI	72.600,00	72.600,00	23.331,73	32,14	
1.2.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3-Receita resultante do ISS	222.277,00	222.277,00	62.533,63	28,13	
1.3.1-ISS	220.220,00	220.220,00	62.481,81	28,37	
1.3.2-Multas, Juros e Outros encargos do ISS	605,00	605,00	27,26	4,51	
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	1.210,00	1.210,00	20,93	1,73	
1.3.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ISS	242,00	242,00	3,63	1,50	
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4-Receita resultante do IRRF	169.400,00	169.400,00	57.801,25	34,12	
1.4.1-IRRF	169.400,00	169.400,00	57.801,25	34,12	
1.4.2-Multas, Juros e Outros encargos do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5-Receita resultante do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.1-ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2-Multas, Juros e Outros encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4-Multas, Juros, Outros encargos da Dívida ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2-Receitas de transferências constitucionais e legais	13.604.030,00	13.604.030,00	4.112.916,67	30,23	
2.1-Cota Parte FPM	7.659.300,00	7.659.300,00	2.043.168,44	26,68	
2.1.1-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea b	7.659.300,00	7.659.300,00	2.043.168,44	26,68	
2.1.2-Parcela referente à CF art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2-Cota Parte ICMS	5.324.000,00	5.324.000,00	1.875.194,68	35,22	
2.3-ICMS Desoner. L.C. nº 87/96	31.460,00	31.460,00	7.489,04	23,80	
2.4-Cota Parte IPI-Exportação	77.440,00	77.440,00	27.844,81	35,96	
2.5-Cota-Parte ITR	3.630,00	3.630,00	338,41	9,32	
2.6-Cota-Parte IPVA	508.200,00	508.200,00	158.881,29	31,26	
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	0,00	0,00	0,00	0,00	
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	14.190.517,00	14.190.517,00	4.258.074,13	30,01	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100	
4-Receita da aplicação financeira de outros recursos de impostos vinculados ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	
5-Transferências do FNDE	216.590,00	216.590,00	68.997,29	31,86	
5.1-Transferências do Salário-Educação	133.100,00	133.100,00	49.911,29	37,50	
5.2-Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
5.3-Transferências Diretas - PNAE	36.300,00	36.300,00	8.704,00	23,98	

1 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

5.4-Transferências Diretas - PNATE	45.980,00	45.980,00	8.344,50	18,15
5.5-Outras transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6-Aplicações financeiras de recursos do FNDE	1.210,00	1.210,00	2.037,50	168,39
6-Transferências de convênios	126.213,00	126.213,00	29.314,61	23,23
6.1-Transferências de convênios	125.003,00	125.003,00	23.852,47	19,08
6.2-Aplicações financeiras dos recursos de convênios	1.210,00	1.210,00	5.462,14	451,42
7-Receita de Operações de créditos	0,00	0,00	0,00	0,00
8-Outras receitas para financiamentos do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00
9-TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINAN. DO ENSINO (4+5+6+7+8)	342.803,00	342.803,00	98.311,90	28,68

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% c= (b/a)x100
10-Receitas destinadas ao FUNDEB	2.665.146,00	2.665.146,00	822.582,52	30,86
10.1-Cota Parte FPM (20% de 2.1.1)	1.476.200,00	1.476.200,00	408.633,56	27,68
10.2-Cota Parte ICMS (20% de 2.2)	1.064.800,00	1.064.800,00	375.038,55	35,22
10.3-ICMS Desoneração (20% de 2.3)	6.292,00	6.292,00	1.497,80	23,80
10.4-Cota Parte IPI-Exportação (20% de 2.4)	15.488,00	15.488,00	5.568,97	35,96
10.5-Cota Parte ITR ou ITR destinado Fundeb (20% de (1.5 + 2.5))	726,00	726,00	67,67	9,32
10.6-Cota-Parte IPVA (20% de 2.6)	101.640,00	101.640,00	31.775,97	31,26
11-Receitas recebidas do FUNDEB	1.206.050,00	1.206.050,00	403.976,82	33,50
11.1-Transferências de Recursos do FUNDEB	1.200.000,00	1.200.000,00	400.523,45	33,38
11.2-Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3-Receita de Aplicação Financ. Recursos do FUNDEB	6.050,00	6.050,00	3.453,37	57,08
12-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.465.146,00	-1.465.146,00	-422.059,07	28,81

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o bimestre (e)	% f=(e/d)x100	Até o bimestre (g)	% h=(g/d)x100	
13-PAGTO PROFISSIONAIS MAGISTÉRIO	1.011.560,00	1.011.560,00	291.087,80	28,78	291.087,80	28,78	0,00
13.1-Com Educação Infantil	129.200,00	129.200,00	55.488,36	42,95	55.488,36	42,95	0,00
13.2-Com Ensino Fundamental	882.360,00	882.360,00	235.599,44	26,70	235.599,44	26,70	0,00
14-OUTRAS DESPESAS	194.490,00	194.490,00	90.625,87	46,60	90.625,87	46,60	0,00
14.1-Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2-Com Ensino Fundamental	194.490,00	194.490,00	90.625,87	46,60	90.625,87	46,60	0,00
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	1.206.050,00	1.206.050,00	381.713,67	31,65	381.713,67	31,65	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB

	Valor
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS SEM DISPON. FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1- FUNDEB 60%	0,00
16.2- FUNDEB 40%	0,00
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	5.607,25
17.1- FUNDEB 60%	0,00
17.2- FUNDEB 40%	5.607,25
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	5.607,25
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18) ¹	376.106,42
19.1- Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	72,06
19.2- Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	21,05
19.3- Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100- (19.1 + 19.2)) %	6,89
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE	Valor
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2015 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	5.607,25
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2016 ²	5.607,25

Continua 2 / 4



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

Continuação

RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB									
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS						
			Até o Bimestre (b)		% c= (b/a)x100				
22-Impostos e transf. destinadas à MDE (25% de 3) ³			3.547.629,25		3.547.629,25		1.064.518,53		30,01
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10			
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	379.301,00	384.908,25	164.696,08	42,79	164.696,08	42,79	0,00		
23.1-Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
23.1.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
23.1.2-Custeadas com outros recursos de impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
23.2-Pré-escola	379.301,00	384.908,25	164.696,08	42,79	164.696,08	42,79	0,00		
23.2.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	129.200,00	134.807,25	61.095,61	45,32	61.095,61	45,32	0,00		
23.2.2-Custeadas com outros recursos de impostos	250.101,00	250.101,00	103.600,47	41,42	103.600,47	41,42	0,00		
24-ENSINO FUNDAMENTAL	2.140.328,25	2.140.328,25	934.449,38	43,66	708.300,43	33,09	0,00		
24.1-Custeadas com recursos do FUNDEB	1.076.850,00	1.076.850,00	326.225,31	30,29	326.225,31	30,29	0,00		
24.2-Custeadas com outros recursos de impostos	1.063.478,25	1.063.478,25	608.224,07	57,19	382.075,12	35,93	0,00		
25-Ensino Médio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
26-Ensino Superior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
27-Ensino Profissional nao integrado ao ensino regular	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
28-Outras	25.410,00	25.410,00	23.208,00	91,33	5.802,00	22,83	0,00		
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.545.039,25	2.550.646,50	1.122.353,46	44,00	878.798,51	34,45	0,00		
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL						Valor			
30-Resultado líquido das transferências do FUNDEB = (12)						-422.059,07			
31-Despesas custeadas com a complementação do FUNDEB no exercício						0,00			
32-Receita de aplicação financeira dos recursos do FUNDEB até o bimestre = (50h)						3.453,37			
33-Despesas custeadas com o superávit financeiro, do exercício anterior, do FUNDEB						5.607,25			
34-Despesas custeadas com superávit financeiro, do exercício anterior, de outros recursos impostos						0,00			
35-Restos a pagar inscritos no exercício sem disponibilidade financeira de recursos de impostos vinculados ao ensino						0,00			
36-Cancelamento, no exercício, de restos a pagar inscritos com dispon financ de rec de impostos vinculados ao ensino = (46g)						0,00			
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30+31+32+33+34+35+36)						-412.998,45			
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))						1.285.994,96			
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38) / (3) x 100) %						30,20			
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE									
OUTRAS DESPESAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)		
			Até o Bimestre (e)	% f= (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% h=(g/d)x10			
40-Custeadas com aplic finan de outros rec de imposto vinculadas ao ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
41-Custeadas com contrib social salário-educação	133.705,00	133.705,00	28.137,18	21,04	24.005,72	17,95	0,00		
42-Custeadas com operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
43-Custeadas com outras receitas para finan do ensino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
44-TOTAL OUTRAS DESPESAS (40+41+42+43)	133.705,00	133.705,00	28.137,18	21,04	24.005,72	17,95	0,00		
45-TOTAL GERAL DESPESAS COM MDE (29+44)	2.678.744,25	2.684.351,50	1.150.490,64	42,86	902.804,23	33,63	0,00		
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE					0,00		0,00		
46.1-Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino					0,00		0,00		
46.2-Executadas com Recursos do FUNDEB					0,00		0,00		
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS					VALOR				
					FUNDEB (h)		FUNDEF		
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015					5.607,25		0,00		
48-(+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE					401.471,71		0,00		
49-(-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE					338.498,25		0,00		

Continua 3 / 4

**MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO**

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Abril 2016/Bimestre Março-Abril

		Continuação
RREO – ANEXO 08 (LDB, art. 72)		R\$ 1,00
49.1-Orçamento do Exercício (+ extras)	338.498,25	0,00
49.2 Restos a Pagar (+ extras)	0,00	0,00
50-(+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.453,37	0,00
51-(=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	72.034,08	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (2092-8492-654). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 03/06/2016 e hora de emissão: 07:55.

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.**EUZÉBIO CALISTO VIECELI**Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa**DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS**Contadora
CRC/SC 039946/O-8



MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2016

RREO - ANEXO 9 (LRF, art. 53, § 1º, inciso I)

		Em Reais		
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)	2,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	2,00	0,00		2,00
DESPESAS				
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
				(f) = (d - e)
DESPESAS DE CAPITAL	3.574.113,29	542.906,15	324.387,81	218.518,34
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	3.574.113,29	542.906,15	324.387,81	218.518,34
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	(a - d)	(b - e)	-	(c - f)
	-3.574.111,29	-542.906,15		-3.031.205,14

Fonte: Sistema e-Pública (1993-5104-288). Unidade Responsável: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO. Data da emissão: 03/06/2016 e hora de emissão: 07:56.

Notas:

1 - <Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>

EUIZÉBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal
Ordenador da Despesa

DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS

Contadora
CRC/SC 039946/O-8

Pomerode

PREFEITURA

DECRETO Nº 3.091 DE 03 DE JUNHO DE 2016

DECRETO Nº 3.091 DE 03 DE JUNHO DE 2016

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, DA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE E DO FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere o Art. 9º item I, II e III e o Art.12º da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, e o Art. 43, parágrafo 1º, item I, II e III da Lei nº 4.320 de 17/03/1964.

DECRETA:

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015, NA UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS.

Art. 1º - Fica suplementado na importância de R\$ 193.575,00 (cento e noventa e três mil e quinhentos e setenta e cinco reais) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, na Unidade Gestora Fundo Municipal da Saúde de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19.000 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 19.001 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 10.301.0060.2043 – Manut.da Secr.de Saúde Recursos SUS

Elemento: 339000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03380101 - SAMU - Serviço Atend. Móvel de Urgência R\$ 5.000,00

Elemento: 449000.00 – Aplicações Diretas

Vinc. p/Fonte Recursos: 03380305 - MAC Amb.e Hosp. Invest (Proc.25000.1223303/2014-17) R\$ 188.575,00

TOTAL R\$ 193.575,00

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2015 DO FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DE POMERODE POR DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Art. 2º - Fica suplementado na importância de R\$ 18.522,13 (dezoito mil quinhentos e vinte e dois reais e treze centavos) por fonte de recurso do Superávit Financeiro de 2015, do Fundo Municipal para a Criança e o Adolescente de Pomerode, conforme prevê o Artigo 9º, item III da Lei nº 2.742 de 08/10/2015, Art. 43, parágrafo 1º, item I da Lei 4.320 de 17/03/1964, destinado aos seguintes Programas e Dotações abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 18.000 – FUNDO MUNICIPAL PARA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE DE POMERODE

Unidade Orçamentária: 18.001 – Fundo Municipal para a Criança e Adolescente

Projeto/Atividade: 08.243.0160.2046 – Manutenção de Assistência a Criança e Adolescente

Elemento: 335000.00 – Transferências a instituições privadas s/ fins lucrativos

Vinc. p/ Fonte Recursos: 03000000 – Recursos Ordinários R\$ 18.522,13

TOTAL R\$ 18.522,13

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode, 03 de junho de 2016.

ROLF NICOLODELLI

MÔNICA SUSAN ZIMMER

Prefeito Municipal

Secretária de Gestão Admin. e Faz.

DECRETO Nº 3.092, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

DECRETO Nº 3.092, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DE PREVENÇÃO AO ÓBITO MATERNO, INFANTIL E FETAL.

O Prefeito Municipal de Pomerode, ROLF NICOLODELLI, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e

CONSIDERANDO a necessidade de se estabelecer uma rede municipal de investigação, prevenção e vigilância de óbitos fetais, infantis (menores de um ano) e maternos (até um ano após o parto), bem como conhecimento adequado da saúde e outras instituições que dão suporte às crianças e às mulheres;

CONSIDERANDO a edição da Portaria nº 653, de 28 de maio de 2003, do Ministro de Estado da Saúde, que estabelece a notificação compulsória do óbito materno;

CONSIDERANDO a edição da Portaria nº 1.119, de 05 de junho de 2008, do Ministro de Estado da Saúde, que determina a obrigatoriedade da investigação dos óbitos maternos e dos óbitos de mulheres em idade fértil;

CONSIDERANDO a edição da Portaria nº 72, de 11 de janeiro de 2010, do Ministro de Estado da Saúde, que estabelece a obrigatoriedade da vigilância do óbito infantil nos serviços de saúde, públicos e privados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS);

CONSIDERANDO a importância das mortalidades materna, infantil e fetal como indicadores de qualidade de vida de uma população;

CONSIDERANDO a necessidade da investigação e análise das causas reais e dos fatores determinantes dos óbitos materno, infantil e fetal;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Comitê Municipal de Prevenção dos Óbitos Materno, Infantil e Fetal (COMPOMIF) no Município de Pomerode, como órgão técnico-científico interinstitucional, multiprofissional, de caráter confidencial, responsável pela proposição de medidas de prevenção e controle das mortalidades materna, infantil e fetal.

Parágrafo Único. O COMPOMIF estará vinculado diretamente à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º O COMPOMIF deverá ser composto por um representante das seguintes instituições:

I - Secretaria de Municipal de Saúde

a) NASF

b) Vigilância em Saúde/Vigilância Epidemiológica

c) Coordenação de Enfermagem

d) Diretoria de Políticas Públicas

e) Médicos Pediatras

f) Médicos Ginecologistas

g) Médico cardiologista

h) Diretor Clínico/Técnico.

II – Hospital e Maternidade Rio do Testo.

Art. 3º O CEPOMIF terá como finalidades:

I - Avaliar as investigações dos óbitos materno, infantil e fetal, seguindo os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde/Comitê Nacional/Comitê Estadual incluindo o levantamento das seguintes informações:

- a) Analisar os óbitos ocorridos até um ano após a gravidez ou parto;
- b) Analisar os óbitos fetal e infantil de crianças menores de um ano;
- c) Classificar os óbitos ocorridos em evitáveis, inevitáveis ou inconclusivos, com parecer técnico do Comitê;
- d) Identificar fatores de evitabilidade;
- e) Elaborar estatísticas de mortalidade materna, infantil e fetal classificados pelos períodos de sua ocorrência;
- f) Tomar medidas cabíveis, preventivas e corretivas, com vistas à redução da mortalidade materna, infantil e fetal.

II - reunir dados levantados a nível municipal/regional, promovendo avaliações contínuas das mudanças nos índices de mortalidade materna, infantil e fetal e dos fatores que a provocam;

III - sistematizar e consolidar as informações e produzir relatórios sobre a avaliação das mortalidades materna, infantil e fetal para encaminhar aos gestores do Município e Conselho Municipal de Saúde;

IV- mobilizar gestores para a formulação e execução de políticas de saúde, sobre as causas e os efeitos das mortalidades materna, infantil e fetal no Município;

V - Assessorar, acompanhar e apoiar tecnicamente a coleta de dados;

VI - Propor ações, normas, capacitações e reciclagem das equipes de saúde, atividades de educação, conscientização pública e medidas que se fizerem necessárias para a diminuição desses índices;
VII - Promover e favorecer a articulação e a integração entre Entidades, profissionais e setores ligados, que envolvem a investigação, a análise, a assistência e a proteção à mulher e à criança para o adequado planejamento e organização das intervenções de assistência à saúde, a fim de prevenir novas ocorrências;

VIII - Identificar os principais problemas observados na análise e estudo dos óbitos materno, infantil e fetal;

IX - propor ações destinadas à prevenção, ao controle e à redução das mortalidades materna, infantil e fetal;

X - monitorar a prevenção, o controle e a redução das mortalidades materna, infantil e fetal em Pomerode;

XI - Elaborar relatório descritivo e estatístico com a consolidação dos números e percentuais referentes aos nascimentos e óbitos do Município de Pomerode/SC.

Art. 4º O COMPOMIF será regulamentado por Regimento Interno a ser proposto e aprovado pelos membros constituídos, por meio de ato legal, em reunião ordinária.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 06 de junho de 2016.

Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 007 / 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE OBRAS - SEOB
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 007 / 2016

Processo Administrativo n.º 037 / 2016.

Locador: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Locadores: NORBERTO GLATZ e GUISELA GLATZ.

Objeto: EXPLORAÇÃO DE JAZIDA DE MACADAME PARA A EXTRAÇÃO DE SAIBRO COM OBJETIVO DE UTILIZAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE OBRAS MUNICIPAIS, VIAS PÚBLICAS NÃO PAVIMENTADAS E BASE PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, EM CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL n.º 2.817, DE 21/12/2015.

DA COMPENSAÇÃO:

Valor Unitário / mensal fixado pela Lei Municipal n.º 2.817/2015: R\$1.586,13 (um mil, quinhentos e oitenta e seis reais e treze centavos).

Valor total a ser compensado: R\$19.033,56 (dezenove mil, trinta e três reais e cinquenta e seis centavos).

Prazo de vigência – 12 meses: 31/05/2017.

Pomerode / SC, 06 de Junho de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 016 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 016 / 2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 038 / 2016.

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), MATERIAIS DE SEGURANÇA E UNIFORMES DIVERSOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 20/06/2016.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 20/06/2016.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, Fone: (47) 3387-7229 ou pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode / SC, 06 de Junho de 2016.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

LEI ORDINÁRIA Nº 2.831, DE 1º DE JUNHO DE 2016.
LEI ORDINÁRIA Nº 2.831, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

REVOGA A LEI Nº 1.298 DE 27 DE JUNHO DE 1996 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei nº 1.298 de 27 de junho de 1996, que "Institui a semana da bicicleta e DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Art. 2º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Município de Pomerode, 1º de junho de 2016.
Rolf Nicolodelli
Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO Nº 005/2016/COMAS
RESOLUÇÃO Nº 005/2016/COMAS

Dispõe sobre a aprovação do Parecer nº 001/2016/Comissão de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, realizada no dia 3 de Junho de 2016;
RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Parecer nº 001/2016 da Comissão de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, referente o indeferimento do requerimento de inscrição do Projeto "Recuperar para a Sociedade" da Casa da Solidariedade (anexo).

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 06 de Junho de 2016.

Michelle Vitória Marchetto
Coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

Pomerode, 01 de Junho de 2016.
Parecer 001/2016/Comissão de Normas

Sra.
MICHELLE VITÓRIO MARCHETTO
Coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

Prezada Senhora,

Informamos que a Comissão de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode esteve reunida no dia 01 de Junho de 2016, com o objetivo de analisar o requerimento de inscrição do Projeto "Recuperar para a Sociedade" da Casa da Solidariedade, recebido no dia 25 de Abril de 2016, às 16h30min.

Segundo a Resolução nº 14/2014 do Conselho Nacional de Assistência Social, Art. 11, a primeira etapa da análise da inscrição de um projeto, é a verificação dos documentos da entidade.

Sendo assim, após analisar a documentação apresentada verificou-se que os documentos conferem com o Artigo 10 da Resolução CNAS nº 14/2014, sendo: I - requerimento, na forma do modelo anexo III; II - cópia do Estatuto Social (atos constitutivos) registrado em cartório; III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório e IV - plano de ação.

Ao analisar o plano de ação, identificou-se que o objetivo do projeto, estatuto social (Art.2º) e descrição da atividade econômica principal no CNPJ fere o Art. 2º da Resolução CNAS nº 14/2014, invalidando o Art. 5º. Isto é, o projeto da entidade se caracteriza para a área da saúde, enquanto a Resolução CNAS nº 14/2014 é voltado para os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Diante das informações prestadas acima, a Comissão de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode indefere o requerimento da inscrição do Projeto "Recuperar para a Sociedade" da Casa da Solidariedade.

Por fim, sugere-se a apresentação de um novo requerimento de inscrição de projeto sociassistencial baseado no Serviço de Acolhimento Institucional no modelo de Casa de Passagem para adultos masculinos, conforme a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada através da Resolução CNAS nº 109/2009.

Atenciosamente,

Michelle Vitória Marchetto
Comissão de Normas e Regulamentação
Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

Thamires Negishi Camargo
Comissão de Normas e Regulamentação
Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

Anderson Amauri Parini
Comissão de Normas e Regulamentação
Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

Magliane Cristina Siveris
Comissão de Normas e Regulamentação
Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

RESOLUÇÃO Nº 006/2016/COMAS
RESOLUÇÃO Nº 006/2016/COMAS

Dispõe sobre a aprovação do Parecer nº 002/2016/Comissão de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com a deliberação da Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, realizada no dia 3 de Junho de 2016;
RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Parecer nº 002/2016 da Comissão de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode, referente o indeferimento do requerimento de inscrição do Projeto "Centro-dia" do Centro de Convivência Pommernheim (anexo).

Art. 6º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 06 de Junho de 2016.
Michelle Vitória Marchetto
Coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social de

Pomerode

Pomerode, 01 de Junho de 2016.

Parecer 002/2016/Comissão de Normas

Sra.

MICHELLE VITÓRIO MARCHETTO

Coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

Prezada Senhora,

Informamos que a Comissão de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode esteve reunida no dia 01 de Junho de 2016, com o objetivo de analisar o requerimento de inscrição do Projeto "Centro Dia" do Centro de Convivência Pommernheim.

Segundo a Resolução nº 14/2014 do Conselho Nacional de Assistência Social, Art. 11, a primeira etapa da análise da inscrição de um projeto, é a verificação dos documentos da entidade.

Sendo assim, após analisar a documentação apresentada verificou-se que os documentos conferem com o Artigo 10 da Resolução CNAS nº 14/2014, sendo: I - requerimento, na forma do modelo anexo III; II - cópia do Estatuto Social (atos constitutivos) registrado em cartório; III - cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria, registrada em cartório e IV - plano de ação.

É importante destacar que para analisar o plano de ação foi utilizado como base a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, aprovada através da Resolução CNAS nº 109/2009; as Orientações Técnicas: Serviço de Proteção Social Especial Para Pessoas com Deficiência e Suas Família, Ofertado Em Centro-Dia De Referência do Ministério de Desenvolvimento Social (2013) e a Nota Técnica – 001/2012 Aprovada em Reunião Ordinária da CIB/SC realizada em 28 de Maio de 2012, que consiste nas Orientações para Elaboração do Projeto Técnico de Centro-Dia para Idosos.

O Centro-dia de Referência é uma Unidade de oferta do Serviço de Proteção Social Especial referenciada ao CREAS - Centro de Referência Especializada da Assistência Social.

O reconhecimento do Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias, ofertado em Centro-dia de referência como referenciado ao CREAS, implica, necessariamente em:

- Alinhamento às normativas e aos parâmetros do SUAS;
- Gratuidade na oferta dos serviços;
- Observação do público alvo do serviço específico;
- Observância das orientações técnicas sobre o serviço;
- Observância dos critérios de acesso, permanência e desligamento do serviço;
- Participação da rede de serviços do SUAS integrando a referência e contra referência na rede de serviços do SUAS;
- Reconhecimento da centralidade na família, no trabalho social especializado;
- Definição do papel, delimitação e distinção de competências da Unidade, seu serviço e suas atividades;
- Estabelecimento de compromissos, relações e procedimentos comuns, específicos e/ou complementares;
- Definição de fluxos de encaminhamentos e troca de informações;
- Apontamento de trabalhos e atividades que possam ser desenvolvidos em parceria;
- Definição de mecanismos e instrumentos para registros de atendimento e acompanhamento às famílias e indivíduos; compartilhamento de concepções que devem nortear a oferta da atenção.

É importante salientar que a gratuidade na oferta do serviço não ocorre no projeto citado, considerando que a capacidade da instituição para o Centro-dia é de 08 (oito) idosos, sendo que somente 3 (três) vagas serão gratuitas. Destaca-se também que segundo a Nota Técnica 001/2012 Aprovada em Reunião Ordinária da CIB/SC realizada em 28 de Maio de 2012, a capacidade instalada do

serviço deve ser para o atendimento de 25 usuários por turno.

Além disso, o Centro-dia tem por objetivos:

- Apoiar e fortalecer as famílias no seu papel protetivo;
- Prestar apoio e orientação aos cuidadores familiares alertando para a importância dos autocuidados;
- Promover a capacitação e a descoberta de novos saberes sobre cuidados pessoais;
- Identificar novas tecnologias de ajuda e autonomia no cotidiano das pessoas com deficiência e suas famílias;
- Identificar novas redes de apoio aos cuidadores familiares;
- Mobilizar a família de origem, a família ampliada, a família estendida, conforme o caso, os amigos, os vizinhos e a comunidade para a facilitação de processos de convivência e cooperação para a superação das situações de isolamento social e das barreiras de inclusão social de cuidados e cuidadores.

De acordo com as Orientações Técnicas do MDS (2013, p. 21) "O atendimento no Centro-dia tem início com a acolhida e a escuta qualificada do usuário e sua família e a elaboração conjunta de um Plano Individual e/ou Familiar de Atendimento. No Centro-dia serão realizadas um conjunto variado de atividades, por uma equipe multidisciplinar, sob distintas metodologias de escuta e expressão das relações (reuniões, leituras, vídeos, música, grupos focais, atenção individualizada, atividades do tipo "oficinas diversificadas" como, música, teatro, atividades com água, dentre outras), não apenas nos espaços físicos da unidade, mas envolvendo o domicílio, o bairro, a comunidade, clubes, cinemas, praças, entre outros." Ou seja, deverá haver atendimento individualizado e em grupos; oficinas; palestras; atividades internas e externas ao Centro-dia; na comunidade e no domicílio; convites a profissionais de outros serviços como saúde, educação, cultura, promovendo a articulação entre as políticas públicas. Neste contexto, justifica-se a necessidade da equipe multiprofissional citada nas orientações técnicas (p.49), composta por: "01 Coordenador Geral do Serviço, profissional de nível superior; 01 Assistente Social; 01 Psicólogo; 01 Terapeuta Ocupacional; 10 Técnicos de nível médio na função de cuidador." No projeto apresentado, não cita que será realizada acolhida, escuta qualificada, elaboração de Plano Individual e/ou Familiar, visita ao domicílio, articulação com outras políticas públicas. Além disso, o mesmo também não compreende todos os profissionais necessários.

O Serviço em Centro-dia destina-se: "Prioritariamente para pessoas idosas e suas famílias/cuidadores que tiveram suas limitações agravadas por violações de direitos, tais como: exploração da imagem, isolamento, confinamento, atitudes discriminatórias e preconceituosas no seio da família, falta de cuidado adequado por parte do cuidador, alto grau de estresse do cuidador, desvalorização da potencialidade/capacidade da pessoa, dentre outras que agravam a dependência e comprometem o desenvolvimento da autonomia (vide Resolução CIB nº 8/2012). Conforme Resolução CIT nº7, de 10/09/09, deve-se priorizar o atendimento de idosos beneficiários do BPC ou em situação de pobreza inseridos no CadÚnico. Sugere-se que o Centro-dia atenda idosos com Graus de Dependência I e II." (Nota Técnica – 001/2012, 2012). Isto é, o público-alvo apresentado no projeto, difere da nota técnica citada. Salienta-se que de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais do SUAS, a forma de acesso ao serviço se dará por meio:

- De demanda espontânea de membros da família e/ou da comunidade;
- Da busca ativa do CRAS;
- De encaminhamentos dos demais serviços socioassistenciais do SUAS e das demais políticas públicas setoriais no território;
- Por de encaminhamento dos órgãos do Sistema de Garantia e de Defesa de Direitos.

Neste sentido, verifica-se que os objetivos específicos do projeto apresentado, diferem da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, no que tange a forma de acesso ao Centro-dia.

O imóvel onde funcionará o Centro-dia de Referência deverá ser

exclusivo. Verificou-se que a localização do equipamento não está em conformidade com as orientações técnicas, uma vez que o fácil acesso é fator determinante para a implantação do serviço.

Além disso, dentro do princípio da legalidade, publicização e transparência dos atos públicos, o processo de seleção de Entidades ou Organizações de Assistência Social abrangidas pela LOAS para oferta conjunta do serviço, quando for o caso e, de acordo com as diretrizes de descentralização do SUAS, é de responsabilidade do gestor municipal, devendo ser observado (Orientações Técnicas do MDS, 2013, p.62):

- O caráter público e gratuito da oferta do serviço, ou seja, embora prestado por entidade privada, tem um caráter público, gratuito, de interesse da sociedade brasileira, especialmente dos usuários deste serviço no SUAS (Orientações Técnicas do MDS, 2013, p.63);
- A clareza no processo de seleção por meio de chamada pública, mesmo que simplificada, a partir de um edital contendo princípios, diretrizes, exigências técnicas e responsabilidades, para a oferta conjunta do serviço, a partir de critérios pactuados com o Conselho de Assistência Social. Os critérios para a seleção da entidade devem destacar aspectos como: a) a observância das orientações técnicas sobre o serviço e das competências das partes; b) o compromisso da Entidade com a garantia da qualidade do serviço a partir da destinação de materiais, equipamentos e espaço físico exclusivo e identificado, com tamanho adequado, localização acessível, com acessibilidade arquitetônica e de comunicação para pessoas com deficiência; c) a contratação da equipe de referência exclusiva; d) contratação dos outros trabalhadores e serviços essenciais para o funcionamento do Centro-dia; d) apoio ao deslocamento acessível do usuário até o serviço; e) oferta de alimentação dos usuários em atendimento durante o dia; f) compromisso com a construção conjunta do Plano de Trabalho da Unidade, com o uso das estratégias metodológicas acessíveis definidas para o serviço; g) participação na definição dos critérios de acesso do usuário, na definição de atividades no serviço e nos processos de avaliação de resultados; h) participação em reuniões de articulações; i) produção de relatórios, realização de registros e troca de informações, dentre outras atividades (Orientações Técnicas do MDS, 2013, p.63);

· A verificação da capacidade técnica da Entidade para a prestação do serviço, considerando o público ao qual se destina o serviço, observando as orientações técnicas constantes deste documento e demais orientações emanadas pelo MDS e pelo órgão gestor (Orientações Técnicas do MDS, 2013, p.63).

Cabe destacar que o Gestor Municipal deve assinar o Termo de Aceite e realizar o planejamento para implantação de unidades de Centro-dia, analisar a demanda do município, incluir o serviço no Plano Municipal de Assistência Social, Referenciar ao CREAS o Serviço ofertado em Centro-dia de Referência, etc. A execução do serviço em Centro-dia em parceria com Entidade ou Organização da Assistência Social não exime o órgão gestor local da assistência social de suas competências de gestão de um serviço público do SUAS, mesmo sendo ofertado de forma não estatal.

Diante das informações prestadas acima, a Comissão de Normas e Regulamentação do Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode indefere o requerimento da inscrição do Projeto "Centro-dia" do Centro de Convivência Pommernheim, por não atender as exigências das orientações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Atenciosamente,
Michelle Vitório Marchetto
Comissão de Normas e Regulamentação
Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

Thamires Negishi Camargo
Comissão de Normas e Regulamentação
Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

Anderson Amauri Parini
Comissão de Normas e Regulamentação
Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

Magliane Cristina Siveris
Comissão de Normas e Regulamentação
Conselho Municipal de Assistência Social de Pomerode

SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE POMERODE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 005/2016

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 05/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O SETOR TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DO SAMAE.

VIA D'ÁGUA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE MEDIÇÃO HIDRÁULICA E SANEAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 16.637.264/0001-90

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
94	CAPS SOLDAVEL 50 MM	UNIDADE	TIGRE	20,00000	R\$1,8000	R\$36,0000
92	CAP SOLD 50MM	UNIDADE	TIGRE	10,00000	R\$1,5000	R\$15,0000
91	VASELINA SÓLIDA BRANCA (BALDE DE 3 KG)	UNIDADE	QUIMIDROL	10,00000	R\$80,4000	R\$804,0000
19	CAP SOLDAVEL 32MM	UNIDADE	TIGRE	10,00000	R\$0,5900	R\$5,9000
109	Nípel Galvanizado Duplo de Redução de 2x1.	PEÇA	IPC	10,00000	R\$27,0000	R\$270,0000
73	VENTOSA PARA TUBULAÇÃO DE ÁGUA SOLDAVEL ¾" (25mm)	PEÇA	TIGRE	10,00000	R\$12,0000	R\$120,0000

60	UNIÃO DE COMPRESSÃO P/ TUBO PEAD 20MM (C/ MACANISMO DE TRAVA EM UNICA PEÇA)	PEÇA	HIFERSANI	800,00000	R\$6,2000	R\$4.960,0000
58	TÊ PVC ROSCÁVEL ½" COM ANEL DE REFORÇO METÁLICO	PEÇA	TIGRE	200,00000	R\$7,0500	R\$1.410,0000
52	REGISTRO DE ESFERA SOLDÁVEL "VS" 60mm (COM UNIÃO ROSCÁVEL)	PEÇA	TIGRE	10,00000	R\$30,0000	R\$300,0000
51	REGISTRO DE ESFERA SOLDÁVEL "VS" 25mm (COM UNIÃO ROSCÁVEL)	PEÇA	TIGRE	10,00000	R\$8,0000	R\$80,0000
49	REGISTRO DE ESFERA COM BORBOLETA ¾" PVC (NBR - 11306)	PEÇA	TIGRE	400,00000	R\$3,4300	R\$1.372,0000
48	REGISTRO DE ESFERA COM BORBOLETA ½" PVC (NBR - 11306)	PEÇA	TIGRE	800,00000	R\$1,9500	R\$1.560,0000
44	LUVA ROSCAVEL 1/2 COM ANEL REFORÇO METALICO	PEÇA	TIGRE	300,00000	R\$4,4500	R\$1.335,0000
34	JOELHO SOLD 32MM 45	PEÇA	TIGRE	200,00000	R\$0,9500	R\$190,0000
24	COLAR DE TOMADA DE POLIETILENO C/ TRAVAS C/ SAÍDA ROSCÁVEL C/ INSERTO METÁLICO (60 X 3/4) Conforme NBR 11821	PEÇA	IPAL	1.600,00000	R\$6,4400	R\$10.304,0000
20	CAP. SOLDAVEL 40 MM	PEÇA	TIGRE	20,00000	R\$1,0000	R\$20,0000
17	BUCHA DE REDUCAO SOLD. CURTA 50 X 40	PEÇA	TIGRE	20,00000	R\$1,0000	R\$20,0000
16	BUCHA DE REDUCAO SOLDAVEL CURTA 40 X 32	PEÇA	TIGRE	20,00000	R\$0,6000	R\$12,0000
87	TUBO PVC/PBA DE-140 BARRA DE 6m - CLASSE 12 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	CEB	10,00000	R\$335,0000	R\$3.350,0000
83	TUBO PVC/PBA DE-50 BARRA DE 6m - CLASSE 15 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	amanco	10,00000	R\$52,0000	R\$520,0000
Total do Fornecedor:						R\$26.683,90
Total Geral dos Itens:						R\$26.683,90

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 005/2016
Validade: A partir de 18.05. 2016 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 18 de Maio de 2016.
EDSON PISKE
Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 006/2016 SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 06/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O SETOR TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DO SAMAE.

C.E. MACEDO E CIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 07.965.552/0001-83

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
112	TUBO PVC/PBA DE 60- BARRA DE 6M - CLASSE 20 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	UNIDADE	ASPERBRAS	200,00000	R\$68,9900	R\$13.798,0000
111	Tubo VINILFER DN 150mm com junta elástica integrada.	UNIDADE	ASPERBRAS	20,00000	R\$420,0000	R\$8.400,0000

88	TUBO VINILFER 100 MM BARRA 6 M	UNIDADE	ASPERBRAS	10,00000	R\$181,9900	R\$1.819,9000
78	REGISTRO FOFO CABEÇOTE COM CUNHA EMBORRACHADA COM GACHETA 60MM	UNIDADE	IVALVULAS	10,00000	R\$290,0000	R\$2.900,0000
72	UNIÃO GALVANIZADA COM ACENTO CÔNICO 2"	UNIDADE	IPC	10,00000	R\$40,0000	R\$400,0000
26	CONEXÕES PARA EXTREMIDADE DE HIDROMETRO CURTO 3/4 EM COBRE OU BRONZE (TUBETE , PORCA) E (ARRUELA/JUNTA DE BORRACHA)	UNIDADE	METAL SAF	50,00000	R\$13,0000	R\$650,0000
25	CONEXÕES PARA EXTREMIDADE DE HIDROMETRO CURTO 1/2 EM COBRE OU BRONZE (TUBETE,PORCA)E ARRUELA / JUNTA DE BORRACHA	UNIDADE	METAL SAF	600,00000	R\$7,5000	R\$4.500,0000
8	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 25 X 3/4	UNIDADE	PLASTILIT	50,00000	R\$0,3400	R\$17,0000
110	JUNTA GIBALT FOFO DN 125	PEÇA	FANUEL	6,00000	R\$300,0000	R\$1.800,0000
108	Nípel de Redução 2 x 1½ Galvanizado.	PEÇA	IPC	10,00000	R\$15,9000	R\$159,0000
106	CURVA 90º F/F GALVANIZADA DE 2"	PEÇA	IPC	10,00000	R\$39,7000	R\$397,0000
105	TÊ PVC L/R COM INSERTO METÁLICO 25 X ¾ X 25 (ABNT - NBR-5648)	PEÇA	PLASTILIT	100,00000	R\$4,0000	R\$400,0000
104	REGISTRO GAVETA PBA DN-100MM C/ CUNHO EMBORRACHADO/ CABEÇOTE	PEÇA	IVALVULAS	10,00000	R\$639,0000	R\$6.390,0000
102	Nípel Galvanizado Duplo de Redução de 1¼x1.	PEÇA	IPC	10,00000	R\$8,7300	R\$87,3000
97	JOELHO 90 G 25 MM	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$0,2300	R\$46,0000
96	JOELHO 90º SOLDAVEL 20MM	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$0,2100	R\$42,0000
95	COLAR DE TOMADA DE POLIETILENO P/ TUBO PVC C/ TRAVAS E C/ SAIDA ROSCAVEL C/ ANEL 32 X 3/4	PEÇA	IPAL	100,00000	R\$3,4000	R\$340,0000
93	CAP SOLDÁVEL 110mm	PEÇA	krona	10,00000	R\$22,5000	R\$225,0000
84	TUBO PVC/PBA DE-75 BARRA DE 6m - CLASSE 15 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	PEÇA	TIGRE	10,00000	R\$100,0000	R\$1.000,0000
74	COLAR DE TOMADA FOFO 110 X 3/4	PEÇA	FANUEL	20,00000	R\$12,5000	R\$250,0000
62	LUVA GALVANIZADA 1.1/4	PEÇA	IPC	5,00000	R\$6,7000	R\$33,5000
57	TÊ PVC L/R COM INSERTO METÁLICO 25 X ½ X 25 (ABNT - NBR-5648)	PEÇA	PLASTILIT	100,00000	R\$3,4000	R\$340,0000
56	TE 90º PBA C/ BOLSAS 85MM	PEÇA	amanco	5,00000	R\$33,0000	R\$165,0000
55	TE 90º PBA C/ BOLSAS 60MM	PEÇA	amanco	20,00000	R\$14,0000	R\$280,0000
50	REGISTRO DE ESFERA ROSCÁVEL ¾" "VS" (COM UNIÃO ROSCÁVEL)	PEÇA	krona	20,00000	R\$10,0000	R\$200,0000
47	REDUÇÃO PVC/PBA 110X60	PEÇA	amanco	10,00000	R\$25,4800	R\$254,8000
46	LUVA SOLDAVEL 20 MM	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$0,2000	R\$40,0000
45	LUVA ROSCAVEL 3/4 COM ANEL DE REFORÇO METÁLICO	PEÇA	HIFERSANE	100,00000	R\$4,2000	R\$420,0000
43	LUVA L/R REDUÇÃO 25 X ½" (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (NBR 5648)	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$2,4000	R\$480,0000
40	LUVA DE CORRER VINILFER 150MM C/ JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	PEÇA	C&M	30,00000	R\$70,0000	R\$2.100,0000
39	LUVA DE CORRER VINILFER 100mm COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	PEÇA	C&M	30,00000	R\$60,0000	R\$1.800,0000
38	LUVA DE CORRER PARA TUBO PVC/PBA DE-110mm COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA - CLASSE 15	PEÇA	C&M	40,00000	R\$39,0000	R\$1.560,0000
37	LUVA DE CORRER PARA TUBO PVC/PBA DE-85mm COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (longa - 19 cm de comprimento) - CLASSE 15	PEÇA	C&M	20,00000	R\$24,6500	R\$493,0000
36	LUVA DE CORRER P/ TUBO PVC/PBA DE 60MM COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA (LONGA - 15,7 CM DE COMPRIMENTO) CLASSE 15	PEÇA	C&M	300,00000	R\$13,7000	R\$4.110,0000
35	LUVA DE CORRER P/ TUBO PVC/PBA DE 40MM COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA - CLASSE 15	PEÇA	C&M	50,00000	R\$11,6500	R\$582,5000
33	JOELHO 90º R/R 1/2 X 1/2 (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (ABNT - NBR - 5648)	PEÇA	TIGRE	100,00000	R\$5,4000	R\$540,0000
32	JOELHO 90º POLIETILENO R/R 3/4 X 3/4	PEÇA	Polierg	200,00000	R\$7,0000	R\$1.400,0000
31	JOELHO 90º POLIETILENO R/R 3/4 X 1/2.	PEÇA	Polierg	800,00000	R\$6,4000	R\$5.120,0000

29	JOELHO 90° L/R 25 X 1/2 (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (ABNT-NBR-5648)	PEÇA	PLASTILIT	200,00000	R\$1,7500	R\$350,0000
27	JOELHO 45° SOLDÁVEL 25mm	PEÇA	PLASTILIT	50,00000	R\$0,5300	R\$26,5000
23	COLAR DE TOMADA DE POLIETILENO C/ TRAVAS E C/ SAÍDA ROSCÁVEL C/ ANEL (40 X 3/4) Conforme NBR 11821	PEÇA	amanco	200,00000	R\$11,1000	R\$2.220,0000
18	BUCHA DE REDUCAO SOLDAVEL LONGA 60 X 40	PEÇA	PLASTILIT	20,00000	R\$3,8000	R\$76,0000
10	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 40 X 1.1/4	PEÇA	PLASTILIT	20,00000	R\$3,5000	R\$70,0000
9	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO C/ BOLSA E ROSCA 32 X 1	PEÇA	PLASTILIT	10,00000	R\$0,9000	R\$9,0000
6	ADAPTADOR PVC PBA BOLSA/ROSCA LONGO 110 X 4	PEÇA	C&M	15,00000	R\$47,0000	R\$705,0000
5	ADAPTADOR PVC PBA BOLSA/ROSCA LONGO 85 X 3	PEÇA	C&M	20,00000	R\$24,0000	R\$480,0000
4	ADAPTADOR PVC PBA BOLSA/ROSCA 60 X 2	PEÇA	C&M	80,00000	R\$15,1800	R\$1.214,4000
3	ADAPTADOR COM REGISTRO BORBOLETA 20 X 3/4 (PVC AZUL) p/ LIGAÇÃO DE RAMAL PREDIAL.	PEÇA	VICAP	400,00000	R\$6,5900	R\$2.636,0000
2	ADAPTADOR P/ TUBO PEAD 20X3/4 COFME NORMA ABNT-BBR9052	PEÇA	IPAL	800,00000	R\$2,7500	R\$2.200,0000
1	ADAPTADOR 20 X 1/2 PEAD	PEÇA	ESAPLAST	3.000,00000	R\$2,7000	R\$8.100,0000
113	TUBO PVC/PBA DE-60 BARRA DE 6m - CLASSE 15 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	ASPERBRAS	400,00000	R\$55,9900	R\$22.396,0000
103	TUBO GALVANIZADO DE 2" NBR5580 PR BARRA 6 METROS ESP. 3,00MM NO MINIMO	BARRA	TUPER	5,00000	R\$557,0000	R\$2.785,0000
90	TUBO VINILFER 250MM BARRA 6M	BARRA	ASPERBRAS	2,00000	R\$944,0000	R\$1.888,0000
89	TUBO VINILFER 200 BARRA DE 6m	BARRA	ASPERBRAS	5,00000	R\$615,0000	R\$3.075,0000
86	TUBO PVC/PBA DE-110 BARRA DE 6m - CLASSE 15 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	PRECON	200,00000	R\$200,0000	R\$40.000,0000
85	TUBO PVC/PBA DE-85 BARRA DE 6m - CLASSE 15 COM JUNTA ELÁSTICA INTEGRADA	BARRA	PRECON	100,00000	R\$120,0000	R\$12.000,0000
82	TUBO PVC 32 BARRA DE 6m - CLASSE 15	BARRA	PLASTILIT	20,00000	R\$22,0000	R\$440,0000
59	TUBO PEAD 20MM COM ESPESSURA 2,3MM ROLO 100 MTRS	ROLO	amanco	100,00000	R\$194,9900	R\$19.499,0000
Total do Fornecedor:						R\$183.709,9000
Total Geral dos Itens:						R\$183.709,90

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 006/2016
Validade: A partir de 19.05. 2016 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 19 de Maio de 2016.
EDSON PISKE
Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 007/2016

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 07/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O SETOR TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DO SAMAE.

DANNA COMERCIAL EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 13.550.358/0001-30

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
71	UNIÃO GALVANIZADA COM ACENTO CÔNICO 1"	UNIDADE	IPC	5,00000	R\$17,5900	R\$87,9500
66	LUVA GALVANIZADA 4"	UNIDADE	IPC	2,00000	R\$53,8700	R\$107,7400
63	LUVA GALVANIZADA 1"	UNIDADE	IPC	6,00000	R\$4,7200	R\$28,3200

107	CURVA 45° MF GALVANIZADA 2"	PEÇA	IPC	10,00000	R\$29,9900	R\$299,9000
101	Nípel Galvanizado Duplo de Redução de 1½X1.	PEÇA	IPC	10,00000	R\$9,9900	R\$99,9000
100	Nípel Galvanizado Duplo de Redução de 2x1¼.	PEÇA	IPC	10,00000	R\$14,4900	R\$144,9000
99	Nípel Duplo Galvanizado de Redução 2½ x 2 Polegadas.	PEÇA	IPC	10,00000	R\$37,0000	R\$370,0000
98	JUNCAO GALVANIZADA 2	PEÇA	IPC	10,00000	R\$64,9900	R\$649,9000
67	NIPEL GALVANIZADO 1	PEÇA	IPC	5,00000	R\$3,9900	R\$19,9500
65	LUVA GALV 3	PEÇA	IPC	2,00000	R\$31,9900	R\$63,9800
64	LUVA GALVANIZADA 2	PEÇA	IPC	10,00000	R\$14,8900	R\$148,9000
61	LUVA GALVANIZADA 1/2	PEÇA	IPC	50,00000	R\$2,1400	R\$107,0000
Total do Fornecedor:						R\$2.128,4400
Total Geral dos Itens:						R\$2.128,44

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 007/2016
Validade: A partir de 19.05. 2016 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 19 de Maio de 2016.

EDSON PISKE

Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 008/2016

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 08/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O SETOR TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DO SAMAE.

CENTER SPONCHIADO LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.418.934/0001-07

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
70	REGISTRO DE ESFERA MONOBLOCO LATÃO COM ALAVANCA E COM ROSCA (PASSAGEM PLENA) 3"	UNIDADE	higiban	5,00000	R\$349,0000	R\$1.745,0000
68	REGISTRO DE ESFERA MONOBLOCO LATÃO COM ALAVANCA E COM ROSCA (PASSAGEM PLENA) 2"	UNIDADE	higiban	15,00000	R\$118,0000	R\$1.770,0000
42	LUVA L/R 25X3/4 (PVC AZUL) C/ INSERTO METALICO (NBR 5648)	UNIDADE	PLASTUBOS	200,00000	R\$1,9500	R\$390,0000
69	REGISTRO DE ESFERA MONOBLOCO LATÃO COM ALAVANCA E COM ROSCA (PASSAGEM PLENA) 1¼"	PEÇA	higiban	5,00000	R\$39,0000	R\$195,0000
54	TE 90° SOLDÁVEL 60MM	PEÇA	PLASTUBOS	10,00000	R\$14,9000	R\$149,0000
53	TEE SOLDÁVEL 20 MM	PEÇA	PLASTUBOS	50,00000	R\$0,2900	R\$14,5000
41	LUVA L/R 20 X ½" (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (NBR 5648)	PEÇA	PLASTUBOS	500,00000	R\$1,3900	R\$695,0000
30	JOELHO 90° L/R 25 X 3/4 (PVC AZUL) COM INSERTO METÁLICO (ABNT- NBR-5648)	PEÇA	PLASTUBOS	200,00000	R\$3,2300	R\$646,0000
28	JOELHO 90° L/R 20 X 1/2 E COM INSERTO METÁLICO (ABNT-NBR-5648)	PEÇA	PLASTUBOS	500,00000	R\$4,3000	R\$2.150,0000
22	CAP SOLD 85MM	PEÇA	krona	10,00000	R\$28,5000	R\$285,0000
21	CAP SOLDÁVEL 60MM	PEÇA	PLASTUBOS	50,00000	R\$7,5000	R\$375,0000
15	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL CURTA 25X20MM	PEÇA	PLASTUBOS	20,00000	R\$0,1600	R\$3,2000
14	BUCHA DE REDUCAO ROSCAVEL 3/4 X 1/2	PEÇA	PLASTUBOS	100,00000	R\$0,7200	R\$72,0000
12	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA 85 X 3	PEÇA	krona	10,00000	R\$22,0000	R\$220,0000
11	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO C/ BOLSA E ROSCA 60 X 2	PEÇA	PLASTUBOS	20,00000	R\$4,6000	R\$92,0000

7	ADAPTADOR SOLD. CURTO C/ BOLSA E ROSCA 20X1/2	PEÇA	PLASTUBOS	100,00000	R\$0,1700	R\$17,0000
13	ADESIVO PLASTICO PARA TUBOS E CONEXÕES DE PVC - FRASCO 175 G COM PINCEL APLICADOR	FRASCO	PLASTUBOS	50,00000	R\$11,8000	R\$590,0000
Total do Fornecedor:						R\$9.408,7000
Total Geral dos Itens:						R\$9.408,7000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 008/2016

Validade: A partir de 19.05. 2016 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 19 de Maio de 2016.

EDSON PISKE

Presidente do SAMAE

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS 009/2016

SAMAE POMERODE

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 09/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA O SETOR TÉCNICO DE MANUTENÇÃO DO SAMAE.

AGC FIGUEIREDO VALVULAS - EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 04.752.205/0001-84

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário	Valor Total
81	REGISTRO GAVETA Ø150mm / FLANGE / FoFo	PEÇA	BGT	1,00000	R\$870,0000	R\$870,0000
80	REGISTRO FoFo COM CABEÇOTE, COM CUNHA EMBORRACHADA, COM GACHE-TA, 110 mm	PEÇA	BGT	10,00000	R\$410,0000	R\$4.100,0000
79	REGISTRO FoFo COM CABEÇOTE, COM CUNHA EMBORRACHADA, COM GACHE-TA, 85 mm	PEÇA	BGT	10,00000	R\$340,0000	R\$3.400,0000
77	COLAR DE TOMADA FoFo 200 X ¾"	PEÇA	BGT	5,00000	R\$26,0000	R\$130,0000
76	COLAR DE TOMADA FoFo 150 X ¾"	PEÇA	BGT	10,00000	R\$18,7000	R\$187,0000
75	COLAR DE TOMADA FoFo 125 X ¾"	PEÇA	BGT	20,00000	R\$16,9900	R\$339,8000
Total do Fornecedor:						R\$9.026,8000
Total Geral dos Itens:						R\$9.026,8000

- ATA REGISTRO DE PREÇO nº 009/2016

Validade: A partir de 19.05. 2016 validade (12 MESES).

POMERODE (SC), 19 de Maio de 2016.

EDSON PISKE

Presidente do SAMAE

Ponte Serrada

PREFEITURA

LEI 2.282/2016 INSTITUI O DIA E A SEMANA DA AGRICULTURA FAMILIAR

LEI Nº 2.282/2016, DE 17 DE MAIO DE 2016.

INSTITUI O DIA E A SEMANA MUNICIPAIS DA AGRICULTURA FAMILIAR EM PONTE SERRADA.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, FAZ SABER que, ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - São instituídos e incluídos no Calendário Oficial de Eventos do Município de Ponte Serrada, o Dia Municipal da Agricultura Familiar, a ser comemorado, anualmente, no dia 24 de julho e a Semana Municipal da Agricultura Familiar, a ser comemorada, anualmente, na semana em curso, a partir do dia 24 de julho.

Art. 2º - As comemorações alusivas ao Dia e a Semana Municipais da Agricultura Familiar têm como objetivos:

I - fortalecer, apoiar e incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar e suas formas associativas e cooperativas de produção, gestão, comercialização, processamento e agroindustrialização;

II - incentivar a criação de políticas públicas para o fortalecimento da agricultura familiar;

III - viabilizar, profissionalizar e ofertar alternativas para o agricultor familiar;

IV - criar espaços para os agricultores discutirem questões locais relacionadas ao tema e seu desenvolvimento.

Art. 3º - O Poder Executivo, através do órgão municipal competente, poderá promover atividades e eventos como palestras, cursos e seminários visando ampliar o acesso às ações de apoio à agricultura familiar, aos produtores e produtoras do Município, bem como a conscientização e divulgação desta Lei.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 17 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra na forma da lei.

DECRETO 427/2016

DECRETO Nº 427/2016, DE 19 DE MAIO DE 2016.

"EXONERA DIRETORA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

EXONERA:

Art. 1º - Fica exonerada a Sra. MARIVANI DE FATIMA PALHANO MARIANI, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 01 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO 428/2016

DECRETO Nº 428/2016 DE 19 DE MAIO DE 2016.

"PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reduzida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Sra. CLAUDIA BATISTA ALLEGRI NI MARTELLO, matrícula 28, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O benefício n. 6141813414 foi concedido até o dia 19 de maio de 2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 19 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 429/2016

DECRETO Nº 429/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.

"NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO classificação no Concurso Público 001/2016;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado o Sr. ROBERTO MACHADO DA SILVA, portador do RG n. 5.143.468 e do CPF n. 072.908.519-86 para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto

correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 430/2016

DECRETO Nº 430/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. FRANCIELI HABECH, matrícula 6383, PROFESSORA, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 10:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 02 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 431-A 2016

DECRETO Nº 431/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora SIDIMARA MACIEL, matrícula 6407, ocupante do cargo de PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 30 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 02 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 432/2016

DECRETO Nº 432/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora MIRIAN CARNIEL MORANDI, matrícula 5767, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de administração e Fazenda.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 02 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 433/2016

DECRETO Nº 433/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local

de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora ELIS ANDREIA BRUSTOLIN, matrícula 6359, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de administração e Fazenda.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 02 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 434/2016

DECRETO Nº 434/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora SUZANA APARECIDA PAIN, matrícula 1476, ocupante do cargo em comissão de CHEFE DE SETOR, com 40 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de administração e Fazenda.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 02 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 435/2016

DECRETO Nº 435/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE NOVA LOTAÇÃO DE SERVIDORA PÚBLICA".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO a necessidade de o município transferir o local de trabalho de alguns de seus servidores, com vistas a atender ao interesse público, sobretudo no tocante à excelência na prestação dos serviços de responsabilidade do ente público,

DECRETA:

Art. 1º - Fica determinado que a servidora JANDIRA APARECIDA BARBIERI MENEZES, matrícula 6368, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 horas semanais, passará a ser lotada na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 02 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 436/2016

DECRETO Nº 436/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.

"ALTERA CARGA HORARIA TEMPORARIAMENTE COMO ESPECIFICA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

CONSIDERANDO, que o art. 17 da Lei Municipal Complementar n. 080/2007 prevê a possibilidade da Administração em regime suplementar e temporário alterar a carga horária dos professores desde que preenchidos os requisitos (ar. 17,§3º);

CONSIDERANDO, que o assunto já foi debatido pelo Tribunal de Contas deste Estado, no Prejulgado 1449, sessão em 22.09.2003 e assim decidido:

"A alteração da carga horária de servidor público é assunto de interesse local, sendo de competência dos municípios disciplinar acerca da matéria, conforme determina o inciso I do art. 30 da Constituição Federal.

No regime estatutário, o Município detém poder discricionário para unilateralmente, mediante lei formal, modificar as condições do serviço e a remuneração dos ocupantes de cargos públicos, inclusive a carga horária de trabalho, a cujo cumprimento estão eles obrigados, haja vista não terem direito adquirido em relação a ela, salvo se a lei que regulamentar sua alteração dispuser de modo diverso. (...)".

DECRETA:

Art. 1º. – Fica alterada a carga horária da servidora pública municipal Sra. SIMONE MARQUES DE OLIVEIRA, matrícula 1641, PROFESSORA CARGO EM EXTINÇÃO, com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, para responder temporariamente por mais 20:00 horas.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir de 02 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 437/2016

DECRETO Nº 437/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.

"CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. MARCIA GOMES FAGUNDES DA SILVA, portadora do RG n. 4.850.584-6 e do CPF n. 048.698.399-46, para exercer o cargo de PROFESSORA com 30:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, produzindo efeito retroativo a partir do dia 09 de maio de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 438/2016

DECRETO Nº 438/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência,

CONSIDERANDO o atestado apresentado pela servidora PATRICIA FRANZEN de licença para tratamento de saúde de seu filho menor; CONSIDERANDO que o estatuto dos servidores públicos municipais, previsto na LC 022/2002, prevê a concessão de Licença de até 30 dias nesses casos.

DECRETA:

Art. 1 – Fica concedida a licença por motivo de doença em pessoa da família por um período de 07 dias, a contar do dia 20 de maio de 2016, a servidora pública municipal Srª PATRICIA FRANZEN, matrícula 1458, AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra na forma da Lei.

DECRETO 439/2016

DECRETO Nº 439/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA CASAMENTO"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida licença casamento a Funcionária Pública Municipal Sra. KAORY APARECIDA RODRIGUES SANTANA, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 05 (cinco) dias consecutivos, nos termos do art. 106, inciso II, alínea "a" da Lei Complementar 022/2003, conforme certidão de casamento em anexo.

Art. 2º - O período do gozo da licença será de 14 de maio de 2016 a 18 de maio de 2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 440/2016

DECRETO Nº 440/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE"

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. AMANDA FAVERO, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 15 (quinze) dias, a contar do dia 17 de maio de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 441/2016

DECRETO Nº 441/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. CLAUDIA GAZZONI, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 15 (quinze) dias, a contar do dia 19 de abril de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 442/2016

DECRETO Nº 442/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. ERLI MARIA SANTIN DE ABREU, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 10 (dez) dias, a contar do dia 26 de abril de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 443/2016

DECRETO Nº 443/2016 DE 23 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da

legislação de regência,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratar de Assuntos Particulares, a Funcionária Pública Municipal Sra. CLAUDIA BATISTA ALLEGRI NI MARTELLO, Matrícula 28, ocupante do cargo efetivo de PROFESSORA, com 20:00 horas/semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a contar do dia 20 de maio de 2016 a 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado em data supra.

DECRETO 444/2016

DECRETO Nº 444/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. SAIONARA DALLALIBERA, matrícula 6183 ocupante do cargo de PROFESSORA, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 15 (quinze) dias, a contar do dia 09 de maio de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 445/2016

DECRETO Nº 445/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE".

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. JANETE VARGAS, matrícula 1616 ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com 40:00

horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 30 (trinta) dias, a contar do dia 09 de maio de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 446/2016

DECRETO Nº 446/2016, DE 23 DE MAIO DE 2016.

“CONTRATA SERVIDORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da Lei Orgânica do município de Ponte Serrada, combinada com a Lei Municipal Complementar n. 082/2007 e:

CONSIDERANDO a aprovação e classificação no Processo Seletivo nº 002/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada a Sra. CLAUDIA DO AMARAL LUBACHEVSKI, portadora do RG n. 7.098.050 e do CPF n. 636.357.390-49, para exercer o cargo de PROFESSORA com 20:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 23 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 447/2016

DECRETO Nº 447/2016, DE 24 DE MAIO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. CLAUDIA GAZZONI, Matrícula 1556, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por um período de 30 dias, referente ao período aquisitivo de 24/02/2015 a 23/02/2016, para serem gozadas de 14/06/2016 a 13/07/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto

correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 448/2016

DECRETO Nº 448/2016, DE 24 DE MAIO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido férias ao Servidor Público Municipal Sr. PAULO MARCELO DE CARVALHO, Matrícula 6264, ocupante do cargo em efetivo de OPERADOR DE TRATOR AGRÍCOLA, com 40:00 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, por um período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 05/03/2015 a 04/03/2016, para serem gozadas de 01/06/2016 a 30/06/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 449/2016

DECRETO Nº 449/2016, DE 24 DE MAIO DE 2016.

“CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida férias a Servidora Pública Municipal Sra. GRAZIELA ALVES DOS SANTOS, Matrícula 6165, ocupante do cargo em comissão de DIRETORA, com 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, por um período de 15 dias, referente ao período aquisitivo de 06/01/2015 a 05/01/2016, para serem gozadas de 30/05/2016 a 13/06/2016.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

DECRETO 450/2016

DECRETO Nº 450/2016, DE 25 DE MAIO DE 2016.

“CONCEDE LIÇENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE”.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, na forma da legislação de regência;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida a Licença para Tratamento de Saúde da Funcionária Pública Municipal Srª. ERLI MARIA SANTIN DE ABREU, ocupante do cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAUDE, com 40:00 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - O período dos atestado médico é de 15 (quinze) dias, a contar do dia 10 de maio de 2016, conforme cópia em anexo.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão por conta da dotação orçamentária específica no orçamento vigente.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra, na forma da lei.

EXTRATO AF REGISTRO 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

Nº do Processo	Nº AF	Fornecedor	Valor (R\$)
29/2016	341	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	12.474,00
29/2016	342	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	6.696,50
29/2016	343	ROBERTO MISTURA-ME	13.929,00
29/2016	344	SCS COMERCIO LTDA ME	21.847,00
29/2016	350	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME	68,53
29/2016	351	SCS COMERCIO LTDA ME	590,58
29/2016	352	ROBERTO MISTURA-ME	376,60
29/2016	353	JUCAR ESPORTES E PAPELARIA LTDA	66,65
29/2016	354	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	80,40
29/2016	367	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME	91,05
29/2016	368	SCS COMERCIO LTDA ME	66,86
29/2016	369	ROBERTO MISTURA-ME	74,74
29/2016	370	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	147,35
29/2016	371	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	248,45
29/2016	372	ROBERTO MISTURA-ME	282,20
29/2016	373	SCS COMERCIO LTDA ME	213,11
29/2016	374	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME	147,15
29/2016	392	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME	17.310,50
29/2016	393	OBJETIVA COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME	850,00
17/2016	134	MARCIO ANTONIO MORAS ME	14.473,20
17/2016	135	JANDIRA CAPPELARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	9.642,85
17/2016	137	RICARL DISTRIBUIDORA EIRELI ME	2.778,00
17/2016	204	MARCIO ANTONIO MORAS ME	6.016,40
17/2016	207	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	1.286,25
17/2016	273	SIONE MARIA GEREMIAS SCHAEFER ME	322,50
17/2016	274	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA	352,75
17/2016	275	JANDIRA CAPPELARO RODRIGUES E CIA LTDA ME	4.285,70
17/2016	276	MARCIO ANTONIO MORAS ME	3.484,70
17/2016	395	MARCIO ANTONIO MORAS ME	375,00
18/2016	128	R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME	5.720,00
18/2016	129	AUTO MECANICA BRANSALES LTDA ME	4.175,90

18/2016	130	ROBERTO MISTURA-ME	4.080,00
18/2016	142	PNEU BOM LTDA EPP	3.320,00
18/2016	143	R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME	13.000,00
18/2016	156	AUTO MECANICA BRANSALES LTDA ME	724,00
18/2016	238	AUTO MECANICA BRANSALES LTDA ME	362,00
18/2016	394	R.K. KASCZUK & CIA LTDA ME	2.760,00
14/2016	131	OUROLUZ PROD. E SOLUÇÕES ELETRICA LTDA EPP	10.918,75
14/2016	132	OUROLUZ PROD. E SOLUÇÕES ELETRICA LTDA EPP	7.657,96
14/2016	133	OUROLUZ PROD. E SOLUÇÕES ELETRICA LTDA EPP	3.510,22
05/2016	100	PANIFICADORA CRISAEI LTDA ME	226,80
05/2016	101	PANIFICADORA CRISAEI LTDA ME	184,10
05/2016	102	PANIFICADORA CRISAEI LTDA ME	80,00
05/2016	144	PADARIA E CONFEITARIA SUPER PÃO LTDA ME	953,80
05/2016	145	PADARIA E CONFEITARIA SUPER PÃO LTDA ME	1.192,60
05/2016	221	PANIFICADORA CRISAEI LTDA ME	290,23
05/2016	222	PANIFICADORA CRISAEI LTDA ME	313,75
05/2016	257	PADARIA E CONFEITARIA SUPER PÃO LTDA ME	1.168,60
05/2016	258	PADARIA E CONFEITARIA SUPER PÃO LTDA ME	474,25
05/2016	291	PANIFICADORA CRISAEI LTDA ME	190,70
05/2016	292	PANIFICADORA CRISAEI LTDA ME	893,40
05/2016	417	PANIFICADORA CRISAEI LTDA ME	159,80
05/2016	418	PANIFICADORA CRISAEI LTDA ME	932,60
06/2016	98	PADARIA E CONFEITARIA SUPER PÃO LTDA ME	2.385,00
06/2016	99	PANIFICADORA CRISAEI LTDA ME	1.670,00
06/2016	141	PADARIA E CONFEITARIA SUPER PÃO LTDA ME	170,90
06/2016	412	PADARIA E CONFEITARIA SUPER PÃO LTDA ME	1.966,50
06/2016	413	PANIFICADORA CRISAEI LTDA ME	949,20
02/2016	70	DISK GÁS CASA LTDA	760,50R
02/2016	202	DISK GÁS CASA LTDA	760,50
02/2016	223	GAS FAXINAL LTDA	1.677,00
02/2016	224	GAS FAXINAL LTDA	258,00
02/2016	225	GAS FAXINAL LTDA	64,50
02/2016	419	DISK GÁS CASA LTDA	253,50
02/2016	420	DISK GÁS CASA LTDA	1.521,00
02/2016	432	GAS FAXINAL LTDA	4.321,50
01/2016	30	IRMÃOS DE GREGORI	13.041,86
01/2016	31	ADAJU CARNES LTDA ME	1.500,00
01/2016	32	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS	3.161,78
01/2016	33	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	3.669,30
01/2016	34	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	4.662,06
01/2016	35	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	1.028,40
01/2016	36	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	1.997,10
01/2016	37	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	1.189,25
01/2016	60	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	1.036,65
01/2016	61	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	1.374,35
01/2016	62	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	1.817,93
01/2016	63	ADAJU CARNES LTDA ME	1.500,00

01/2016	64	IRMÃOS DE GREGORI	1.358,91
01/2016	65	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	770,45
01/2016	66	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	1.208,95
01/2016	67	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	1.419,79
01/2016	68	ADAJU CARNES LTDA ME	875,00
01/2016	69	IRMÃOS DE GREGORI	377,73
01/2016	78	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	947,97
01/2016	80	IRMÃOS DE GREGORI	1.330,20
01/2016	81	ADAJU CARNES LTDA ME	775,00
01/2016	82	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	59,85
01/2016	83	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	3.043,67
01/2016	84	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	374,00
01/2016	85	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	411,20
01/2016	86	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	881,60
01/2016	87	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	237,32
01/2016	88	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	73,50
01/2016	89	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	1.504,90
01/2016	90	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	26,80
01/2016	91	ADAJU CARNES LTDA ME	250,00
01/2016	92	IRMÃOS DE GREGORI	158,31
01/2016	113	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	727,51
01/2016	114	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	765,85
01/2016	115	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	1.483,92
01/2016	116	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	1.290,13
01/2016	117	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	1.193,45
01/2016	118	ADAJU CARNES LTDA ME	600,00
01/2016	119	IRMÃOS DE GREGORI	1.843,62
01/2016	120	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	531,54
01/2016	121	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	754,25
01/2016	122	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	468,24
01/2016	123	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	959,89
01/2016	124	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	557,50
01/2016	125	ADAJU CARNES LTDA ME	625,00
01/2016	126	IRMÃOS DE GREGORI	903,36
01/2016	146	IRMÃOS DE GREGORI	1.797,60
01/2016	147	ADAJU CARNES LTDA ME	287,50
01/2016	148	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	970,94
01/2016	149	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	1.659,40
01/2016	150	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	365,08
01/2016	151	IRMÃOS DE GREGORI	1.067,17
01/2016	152	ADAJU CARNES LTDA ME	250,00
01/2016	153	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	657,80
01/2016	154	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	308,18
01/2016	155	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	671,40
01/2016	157	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	757,55
01/2016	158	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	528,40
01/2016	159	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	921,00
01/2016	160	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	1.732,89
01/2016	161	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	2.203,99
01/2016	162	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	302,34
01/2016	163	ADAJU CARNES LTDA ME	700,00
01/2016	164	IRMÃOS DE GREGORI	1.424,56
01/2016	167	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	196,50
01/2016	168	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	99,80
01/2016	169	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	342,00
01/2016	170	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	804,64
01/2016	171	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	1.853,40
01/2016	172	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	74,07
01/2016	173	ADAJU CARNES LTDA ME	250,00
01/2016	174	IRMÃOS DE GREGORI	391,86
01/2016	208	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	1.002,22
01/2016	209	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	921,55
01/2016	210	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	623,40
01/2016	211	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	953,36

01/2016	212	ADAJU CARNES LTDA ME	700,00
01/2016	213	IRMÃOS DE GREGORI	1.674,93
01/2016	214	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	294,22
01/2016	215	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	783,80
01/2016	216	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	246,00
01/2016	217	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	638,30
01/2016	218	ADAJU CARNES LTDA ME	500,00
01/2016	219	IRMÃOS DE GREGORI	506,82
01/2016	226	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	118,66
01/2016	227	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	1.329,20
01/2016	228	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	1.109,87
01/2016	229	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	367,10
01/2016	230	ADAJU CARNES LTDA ME	150,00
01/2016	231	IRMÃOS DE GREGORI	1.361,03
01/2016	232	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	237,32
01/2016	233	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	1.448,45
01/2016	234	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	1.333,53
01/2016	235	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	800,05
01/2016	236	ADAJU CARNES LTDA ME	250,00
01/2016	237	IRMÃOS DE GREGORI	1.695,24
01/2016	241	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	531,54
01/2016	242	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	324,80
01/2016	243	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	496,20
01/2016	244	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	324,00
01/2016	245	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	1.804,80
01/2016	246	ADAJU CARNES LTDA ME	375,00
01/2016	247	IRMÃOS DE GREGORI	949,13
01/2016	248	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	768,86
01/2016	249	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	392,15
01/2016	250	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	617,00
01/2016	251	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	706,80
01/2016	252	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	3.042,90
01/2016	253	ADAJU CARNES LTDA ME	100,00
01/2016	254	IRMÃOS DE GREGORI	2.967,14
01/2016	259	IRMÃOS DE GREGORI	1.497,85
01/2016	260	ADAJU CARNES LTDA ME	200,00
01/2016	261	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	39,00
01/2016	262	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	1.412,90
01/2016	263	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	843,95
01/2016	264	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	593,30
01/2016	265	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	85,35
01/2016	266	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	766,20
01/2016	267	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	1.091,59
01/2016	268	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	296,93
01/2016	269	ADAJU CARNES LTDA ME	375,00
01/2016	270	IRMÃOS DE GREGORI	831,62
01/2016	279	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	418,80
01/2016	280	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	2.382,60
01/2016	281	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	971,25
01/2016	282	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	1.016,60
01/2016	283	ADAJU CARNES LTDA ME	937,50
01/2016	284	IRMÃOS DE GREGORI	1.784,72
01/2016	285	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	1.080,90
01/2016	286	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	1.901,85
01/2016	287	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	1.909,15
01/2016	289	ADAJU CARNES LTDA ME	262,50
01/2016	290	IRMÃOS DE GREGORI	1.946,75
01/2016	324	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	294,22
01/2016	325	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	180,55
01/2016	326	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	330,80
01/2016	327	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	1.030,80
01/2016	328	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	1.662,54
01/2016	329	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	626,90
01/2016	330	ADAJU CARNES LTDA ME	250,00

01/2016	332	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	441,33
01/2016	333	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	741,15
01/2016	334	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	583,80
01/2016	335	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	1.973,65
01/2016	336	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	3.193,72
01/2016	337	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	1.138,40
01/2016	338	ADAJU CARNES LTDA ME	337,50
01/2016	339	IRMÃOS DE GREGORI	3.649,44
01/2016	357	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	621,75
01/2016	358	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	739,15
01/2016	359	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	670,22
01/2016	360	ADAJU CARNES LTDA ME	262,50
01/2016	361	IRMÃOS DE GREGORI	879,60
01/2016	362	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	384,43
01/2016	363	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	730,90
01/2016	364	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	912,95
01/2016	365	ADAJU CARNES LTDA ME	125,00
01/2016	366	IRMÃOS DE GREGORI	1.005,44
01/2016	377	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	85,35
01/2016	378	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	722,04
01/2016	379	ADAJU CARNES LTDA ME	687,50
01/2016	380	IRMÃOS DE GREGORI	1.269,07
01/2016	381	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	711,96
01/2016	382	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	1.860,60
01/2016	383	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	1.239,10
01/2016	384	ADAJU CARNES LTDA ME	575,00
01/2016	385	IRMÃOS DE GREGORI	1.780,24
01/2016	386	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	1.165,00
01/2016	390	IRMÃOS DE GREGORI	1.243,85
01/2016	391	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	355,98
01/2016	397	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	244,25
01/2016	398	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	594,00
01/2016	399	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	332,20
01/2016	401	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	456,02
01/2016	402	ADAJU CARNES LTDA ME	625,00
01/2016	403	IRMÃOS DE GREGORI	1.047,99
01/2016	404	MS TRANSPORTES E COMERCIO EIRELI ME	775,38
01/2016	405	HORTIFRUTIGRANGEIROS FRUTOLANDIA LEORATTO LTDA ME	744,60
01/2016	406	TEREZINHA DE OLIVEIRA LUZ ME	1.041,00
01/2016	407	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA ME	48,00
01/2016	409	AP OESTE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	1.612,53
01/2016	410	ADAJU CARNES LTDA ME	350,00
01/2016	411	IRMÃOS DE GREGORI	2.109,47
01/2016	414	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	3.505,98
01/2016	415	MERCADO E AÇOUGUE CENTRAL LTDA ME	2.326,40

Informações Complementares: Demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30min e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br , ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 06 de Junho de 2016.

EDUARDO COPPINI

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 40/2016

PROCESSO LICITATÓRIO 035/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016

CONTRATO Nº 040/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA –SC

CONTRATADO: H E P TRANSPORTE LTDA ME

CNPJ: 04.862.544/0001-13

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORES DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA OS ALUNOS DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DURANTE O ANO LETIVO DE 2016

VALOR: R\$ 49.062,00 (Quarenta e nove mil e sessenta e dois reais)

VIGÊNCIA: 01/06/2016 ATÉ 01/06/2017

Ponte Serrada, 01 de JUNHO de 2016.
EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 41/2016

PROCESSO LICITATÓRIO 035/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016

CONTRATO Nº 041/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA –SC

CONTRATADO: TRANSPORTE RCST LTDA ME

CNPJ: 13.471.910/0001-02

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORES DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA OS ALUNOS DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DURANTE O ANO LETIVO DE 2016

VALOR: R\$ 333.302,84 (Trezentos e trinta e três mil trezentos e dois reais e oitenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: 01/06/2016 ATÉ 01/06/2017

Ponte Serrada, 01 de JUNHO de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 42/2016

PROCESSO LICITATÓRIO 035/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2016

CONTRATO Nº 042/2016

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PONTE SERRADA –SC

CONTRATADO: NADIR BAGNINI MARTINI ME

CNPJ: 05.490.877/0001-21

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORES DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR, PARA OS ALUNOS DA REDE DE ENSINO DO MUNICÍPIO DURANTE O ANO LETIVO DE 2016

VALOR: R\$ 73.964,80 (Setenta e três mil novecentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos)

VIGÊNCIA: 01/06/2016 ATÉ 01/06/2017

Ponte Serrada, 01 de JUNHO de 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

LEI 2.283/2016 MEDIDAS PARA CRIADOUROS DE MOSQUITOS AEDES

LEI Nº 2.283/2016, DE 24 DE MAIO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE SE ADOTAR MEDIDAS PARA EVITAR EXISTÊNCIA DE CRIADOUROS DOS MOSQUITOS AEDES AEGYPTI, AEDES ALBOPICTUS E OUTROS VETORES TRANSMISSORES DE DOENÇAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDUARDO COPPINI, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são asseguradas pela legislação em vigor, FAZ SABER que, ouvido o Plenário, a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Em estabelecimentos comerciais, industriais, residenciais ou públicos (Municipal, Estadual, Federal), ficam os proprietários, locatários, responsáveis ou possuidores a qualquer gênero, obrigados a manter os reservatórios, caixas de água, cisternas ou similares, devidamente tampados, de forma a não permitir a proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e/ou *Aedes albopictus*.

Parágrafo único. No que se refere a "público" compreende-se também praças, vias, parques, terrenos entre outros sob responsabilidade do Poder Público.

Art. 2º Os proprietários e/ou responsáveis por borracharias, recauchutadoras, ferro-velho, oficinas mecânicas, empresas de reciclagem, depósitos de contêineres, depósito de material de construção, construtoras com seus respectivos canteiros de obras e similares e por estabelecimentos que comercializam sucatas em geral, deverão providenciar o acondicionamento dos materiais em cavaletes e/ou estrados que possibilitem o fácil acesso para inspeção e verificação, devendo manter cobertura total para esses materiais ou outros meios, bem como realizar a manutenção e limpeza dos locais sob sua responsabilidade, providenciando o descarte ecologicamente correto de materiais que possam vir a se tornar inservíveis e que possam acumular água.

Art. 3º Os proprietários e/ou responsáveis por estabelecimentos e atividades constantes do art. 2º desta Lei, são considerados locais de risco e/ou pontos estratégicos e ficam obrigados a adotar medidas que visem evitar a existência de criadouros, depósitos e abrigos de insetos em geral e em especial *Aedes aegypti* e/ou *Aedes albopictus*, bem como de outros vetores transmissores de doenças, evitando o acúmulo de água e consequente proliferação do mosquito.

Art. 4º Os proprietários e/ou responsáveis por floriculturas, comercialização de plantas exóticas ornamentais, nativas, de vasos, floreiras e/ou similares, deverão adotar cobertura total, de modo a impedir o acúmulo de água nos recipientes, bem como espécies que possuam tanques naturais acumuladores de água (família das bromeliáceas), salvo exceções para algumas espécies com características próprias de não acumulador de água.

Art. 5º Os responsáveis e/ou proprietários ou possuidores de imóveis em que haja construção civil, bem como execução de obras, seja em áreas públicas e/ou privadas, ficam obrigados a adotar medidas de proteção que visem o não acúmulo de água, seja oriundo ou não de chuva (caixas e cisternas), bem como realizar a manutenção e limpeza adequada dos locais, sob sua inteira responsabilidade, providenciando o gerenciamento e descarte adequado dos materiais inservíveis, estando a obra paralisada ou em andamento.

Art. 6º Nos cemitérios (sepulturas, túmulos ou monumentos funerários) somente será autorizada a utilização de vasos, floreiras ou quaisquer outros tipos de recipientes que acumulem água, se estiverem devidamente perfurados e/ou preenchidos com areia.

Art. 7º Ficam os proprietários, locatários, responsáveis e/ou possuidores, a qualquer gênero, de imóveis colocados à venda e/ou desocupados, obrigados a mantê-los com os vasos sanitários vedados, bem como caixas de água e ralos externos.

Art. 8º Os imóveis que possuem piscina deverão ter tratamento semanal à base de cloro, de modo a evitar que tal depósito sirva de oviposição do mosquito *Aedes aegypti* e/ou *Aedes albopictus*.

Art. 9º Os proprietários, locatários, responsáveis ou possuidores a qualquer gênero, de imóveis residenciais ou não, deverão adotar medidas mínimas de manutenção, tais como manter seus imóveis limpos, sem acúmulo de lixo, e no caso de serem pantanosos e/ou alagadiços, drenados e aterrados, manter vasos, floreiras ou quaisquer outros tipos de recipientes que acumulem água devidamente perfurados e/ou preenchidos com areia, evitando assim qualquer possibilidade de proliferação do mosquito *Aedes aegypti* e/ou *Aedes albopictus*.

Art. 10. Sempre que caracterizada a existência de vetor de doenças, com potencial de proliferação ou de disseminação, de forma a representar a risco ou ameaça à saúde pública, no que concerne a indivíduos, grupos populacionais e ambiente, a Secretaria Municipal de Saúde e/ou a Coordenadoria de Defesa Civil deverá determinar as medidas necessárias para o controle e contenção da referida doença.

§ 1º Inclui-se dentre as medidas que podem ser determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e/ou a Coordenadoria de Defesa Civil, para a contenção de doenças, o ingresso forçado nos estabelecimentos particulares elencados no art. 2º desta Lei e imóveis residenciais, no caso de estarem fechados, abandonados ou com acesso não permitido pelo proprietário, quando esse procedimento se mostrar fundamental para a contenção da doença ou do agravo à saúde pública.

§ 2º Quando houver a necessidade de ingresso forçado, nos casos do § 1º, o agente público da Secretaria Municipal de Saúde, no exercício da ação de vigilância, lavrará auto de infração e ingresso forçado, no local da infração, contendo:

I - o nome do infrator e/ou de seu estabelecimento, endereço e os demais elementos necessários à sua qualificação civil ou jurídica, quando houver;

II - o local, data e hora da lavratura do auto de infração e ingresso forçado;

III - a descrição do ocorrido, a menção do dispositivo legal ou regulamentar transgredido;

IV - a pena a que está sujeito o infrator;

V - a declaração do autuado de que está ciente e de que responderá pelo fato administrativa e penalmente;

VI - a assinatura do autuado ou, no caso de ausência ou recusa, a de duas testemunhas e a do autuante; e

VII - o prazo para defesa ou impugnação do auto de infração e ingresso forçado, quando cabível.

Art. 11. O descumprimento desta Lei acarretará ao infrator, além da possibilidade da execução forçada da determinação, as seguintes penalidades, a serem aplicadas progressivamente e em caso de reincidência:

I - advertência através de notificação, para que o infrator cesse a irregularidade, no prazo de 10 (dez) dias, salvo no caso de declarada situação de excepcional emergência, onde o prazo para cessar a irregularidade será de 48 (quarenta e oito) horas;

II - multa, através de auto de infração, no valor de 50 (uma) até 20 (vinte) UFIR;

III - suspensão das atividades, por 30 (trinta) dias;

IV - cassação de autorização de funcionamento.

Parágrafo único. Um percentual de 20% (vinte por cento) das multas arrecadadas em decorrência do disposto no caput será destinado ao Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil.

Art. 12. Se o proprietário e/ou possuidor infrator não for encontrado, as notificações do Art. 10, § 2º e do Art. 11, serão feitas por edital, publicado no jornal do município, com dados obtidos no cadastro municipal de imóveis, correndo os prazos para defesa ou regularização a partir da data da publicação da notificação.

Art. 13º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 24 DE MAIO DE 2016.

EDUARDO COPPINI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Porto Belo

PREFEITURA

DECRETO Nº 1.424, DE 28 DE ABRIL DE 2016

DECRETO Nº 1.424, DE 28 DE ABRIL DE 2016.

"Suspende a aprovação de projetos na área de amortecimento da Lagoa do Perequê e dá outras providências□.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,
Considerando a necessidade de proteção do eco-sistema da Lagoa do Perequê;
Considerando a área de amortecimento da Lagoa do Perequê;
Considerando que o crescimento desordenado da área poderá acarretar danos ambientais;
Considerando que o Poder Executivo encaminhará Projeto de Lei referente aos parâmetros urbanísticos na área;
Considerando as deliberações da 3º Conferência Municipal da Cidade, aprovadas em plenário, com 404 participantes;

DECRETA:

Art. 1º Suspende-se por 90 dias a aprovação de qualquer projeto que possua mais de 3 (três) pavimentos na área de amortecimento da Lagoa do Perequê, a seguir delimitada:

Ao norte com a vala e limite do loteamento Gian e Giovanni; Ao Sul com a Avenida Dorvalino Voltolini, e o final do Loteamento Gian e Giovanni; À Leste com o Rio Perequê e Parte da Lagoa do Perequê; À Oeste com a Rua Manoel Sergio Pereira.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo – SC, aos 28 dias do mês de abril do ano de 2016.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

Prefeito Municipal

Porto União

PREFEITURA

PORTARIA N.º 259/2016 - RH

PORTARIA Nº 259, de 20 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 05 de maio a 30 de dezembro de 2016 ou até a realização de concurso público municipal, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Vanessa Adriane Furlan, para exercer as funções do cargo de Médico (Clínico Geral), com carga horária de cinco (05) horas semanais, com vencimentos na Classe "11", referência "A" previsto nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades junto à Unidade de Saúde São Bernardo do Campo, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 05 de maio de 2016.

Porto União - SC, em 20 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 260/2016 - RH

PORTARIA Nº 260, de 20 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada Vanessa Adriane Furlan, ocupante do cargo de Médico (Clínico Geral), de 5h (cinco) horas semanais para 40h (quarenta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda da Unidade de Saúde São Bernardo do Campo e por não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC,

Porto União - SC, em 20 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 262/2016 - RH

PORTARIA Nº 262, de 23 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Juliano Hassan, das funções do cargo de Médico (Clínico Geral), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 11 de maio de 2016.

Porto União - SC, em 23 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 263/2016 - RH

PORTARIA Nº 263, de 23 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 12 de maio a 30 de dezembro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, JULIANO HASSAN, para exercer as funções do cargo de Médico (Clínico Geral) com vencimentos na Classe "11", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda e em razão de não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto a Unidade de Saúde Centro, vinculado a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de maio de 2016.

Porto União - SC, em 23 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 264/2016 - RH

PORTARIA Nº 264, de 23 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado Juliano Hassan, ocupante do cargo de Médico (Clínico Geral), de 5h (cinco) horas semanais para 30h (trinta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a crescente demanda dos serviços médicos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de maio de 2016.

Porto União - SC, em 23 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 266/2016 - RH

PORTARIA Nº 266, de 23 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 02 de maio de 2016 a 30 de dezembro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Fernanda Rech Gomes Gregol para exercer as funções do cargo de Médico (Dermatologista), com vencimentos na Classe "11", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em razão de não haver candidatos inscritos no Concurso Público para o cargo.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2016.

Porto União - SC, em 23 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 267/2016 - RH

PORTARIA Nº 267, de 25 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da servidora contratada Fernanda Rech Gomes Gregol, ocupante do cargo de Médico (Dermatologista), de 5h (cinco) horas semanais para 15h (trinta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a crescente demanda dos serviços médicos da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2016.

Porto União - SC, em 25 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 270/2016 - RH

PORTARIA Nº 270, de 25 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 03 de maio a 30 de dezembro de 2016, sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Antônio Carlos Pigatto Caus para exercer as funções do cargo de Médico (Clínico Geral) com vencimentos na Classe "11", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, para atender a demanda e em razão de não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º O servidor contratado acima mencionado, exercerá suas atividades junto as Unidades de Saúde do Interior, vinculados a Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2016.

Porto União - SC, em 25 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 271/2016 - RH

PORTARIA Nº 271, de 25 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária do servidor contratado Antônio Carlos Pigatto Caus, ocupante do cargo de Médico (Clínico Geral), de 5h (cinco) horas semanais para 40h (quarenta) horas semanais, conforme estabelecido na Lei Municipal 3.934, de 21 de novembro

de 2011, para atender a demanda e em razão de não haver candidatos concursados para o cargo.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de maio de 2016.

Porto União - SC, em 25 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 275/2016 - RH

PORTARIA Nº 275, de 25 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o Contrato de Trabalho nº 113/2015, de Natalia Saty Kliemann, que exerce as funções do cargo de Médico - Plantonista, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, no período de 04 de maio 30 de dezembro de 2016 ou até a efetiva convocação do candidato aprovado em concurso público para o cargo.

Art. 2º A servidora contratada acima mencionada, exercerá suas atividades, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde, deste Município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 04 de maio de 2016.

Porto União - SC, em 25 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 276/2016 - RH

PORTARIA Nº 276, de 25 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º RESCINDIR o contrato de trabalho de Sonia de Jesus Braga, das funções do cargo de Professor Docente Educação Infantil, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, em razão do término do prazo.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 25 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 277/2016 - RH

PORTARIA Nº 277, de 30 de maio de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a partir de 30 de maio de 2016, referente ao período aquisitivo de fevereiro de 2011 a fevereiro de 2016, de 90 (noventa) dias consecutivos, com todos os direitos e vantagens de seu cargo efetivo, de acordo com o Art. 132 e seu § único, da Lei Municipal 2055/94, que instituiu o Regime Jurídico Único para os servidores Públicos do Município, ao servidor Edison Paulino da Costa, ocupante do cargo de provimento efetivo de Mecânico de Veículos Pesados, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 30 de maio de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH

Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 278/2016 - RH

PORTARIA Nº 278, de 01 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, de 02 de maio a 16 de dezembro de 2016, a carga horária do professor efetivo Valter Buennemeyer, ocupante do cargo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (Educação Física), para mais 10 (dez) horas semanais, com vencimentos na Classe "C", referência "006", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em virtude do desdobramento de turma no Núcleo Educacional Frei Deodato.

Art. 2º O servidor mencionado no artigo anterior exercerá suas atividades vinculado à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2016.

Porto União, SC em 01 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA

Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secetário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 279/2016 - RH

PORTARIA Nº 279, de 01 de junho de 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º REVOGAR A PEDIDO a Portaria nº 252, de 20 de maio de 2016, que altera a carga horária da professora efetiva Ilza Terezi-nha Reinbold Andrade, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Docente 6º ao 9º anos finais (História), do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União - SC, em 01 de junho de 2016.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secetário Municipal de Administração e Esporte

Pouso Redondo

PREFEITURA

2 TERMO ADITIVO KURTZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47-3545-1133

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

2º TERMO ADITIVO CT Nº017/2015

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, inscrita no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e a empresa Kurtz Empreendimentos Imobiliários Ltda., estabelecida na Rua Canadá, nº400, Ituporanga, inscrita no CNPJ sob nº13.624.323/0001-06, CPF 027.401.349-59., Processo licitatório realizado de modalidade Concorrência Pública nº03/2015, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 57 Inciso II, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica prorrogado o prazo do contrato até 21 de julho de 2016, devido ao atraso na liberação dos recursos, em virtude deste fato atraso na construção da obra, Conforme justificativas anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 19 de fevereiro de 2016.

NAIR GOULART – Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Pouso Redondo – Contratante

KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

CNPJ: 13.624.323/0001-06

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

3 TERMO ADITIVO KURTZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

CNPJ 83.102.681/0001-26

Rua Antonio Carlos Thiesen, 74 – Fone 47-3545-1133

89.172-000 — Pouso Redondo — Santa Catarina

3º TERMO ADITIVO CT Nº017/2015

SUPRESSÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO, inscrita no CNPJ Nº 83.102.681/0001-26 e a empresa Kurtz Empreendimentos Imobiliários Ltda., estabelecida na Rua Canadá, nº400, Ituporanga, inscrita no CNPJ sob nº13.624.323/0001-06, CPF 027.401.349-59., Processo licitatório realizado de modalidade Concorrência Pública nº03/2015, de comum acordo resolvem aditar o presente contrato, nos termos da Lei Nº 8.666/93, Art. 57 Inciso II, nas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto deste termo a supressão de valor descritos na Cláusula Quinta – Do valor e da garantia de adimplemento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA SUPRESSÃO

Ficam suprimidos do termo contratual, a saber:

a) Faz-se reduzir o valor do contrato supra citado, do valor original de R\$ 241.920,30 (duzentos e quarenta e um mil, novecentos e vinte reais e trinta centavos), para o valor de R\$ 235.252,97 (duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e cinquenta e dois reais e noventa e sete centavos)

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Pouso Redondo (SC), 06 de junho de 2016.

NAIR GOULART – Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Pouso Redondo – Contratante

KURTZ EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

CNPJ: 13.624.323/0001-06

Representante Legal

TESTEMUNHAS:

CPF:

CPF:

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO CHAMADA PÚBLICA 02/2016

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2016

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei Nº 11.947/2009 e pela Resolução Nº 38/2009 do Ministério da Educação, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 13:30 (treze horas e trinta minutos) do dia 21 (vinte e um) de junho de 2016, no Setor de Licitações, as propostas para CHAMADA PÚBLICA, que tem como objeto a aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para o preparo da merenda escolar dos alunos da Rede Municipal de Ensino, para o ano letivo de 2016, do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital. O Município de Presidente Castello Branco fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 03 DE JUNHO DE 2016.

Claudio Sartori

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

CONTRATO 29/2016 - NUTRICIONISTA

CONTRATO Nº 29/2016 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE NUTRICIONISTA
PARA REDE DE MUNICIPAL DE ENSINO

Que entre si fazem o Município de PRESIDENTE NEREU -SC, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ 83.102.699/0001-28, com sede na PRACA LEAO DEHON, em PRESIDENTE NEREU -SC, neste ato representado pela Prefeito Municipal, Sr. ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI, brasileiro, casado, no exercício de cargo de Prefeito, residente e domiciliado na Estrada Geral, s/n - PRESIDENTE NEREU -SC, de ora em diante denominado de contratante, e de outro lado, JÚLIA MARIA DOS ANJOS pessoa Física, inscrita no CPF sob N.º 005.129.419-20, residente na Rua XV de novembro, nº 1176, Bairro Laranjeiras, Rio do Sul, ora em diante denominada de Contratada, tem entre si acordado as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Constitui o objeto do presente contrato, CONTRATAÇÃO SERVIÇO DE NUTRICIONISTA para atender a Rede Municipal de Ensino em carga horária de 20 horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para pagamento de que trata este Contrato, serão provenientes do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta do orçamento:

05	DEPTO DE EDUCACAO E CULTURA
001	DEPTO DE EDUCACAO E CULTURA
2010	ENSINO INFANTIL
3390360600000	Outros serviços- pessoa física

CLÁUSULA QUARTA – DOS SERVIÇOS A EXECUTAR

- I – Atender ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) da rede municipal de ensino;
- II – Elaboração de cardápios adequados as faixas etárias e os perfis epidemiológicos das crianças atendidas;
- III – Respeito aos hábitos alimentares de cada localidade e a sua vocação agrícola;
- IV – Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela qualidade e conservação dos produtos, observando sempre as boas práticas higiênicas e sanitárias;
- V – Capacitar as merendeiras observando as normas sanitárias vigentes, entre outros.
- VI – Substituição de alimentos da merenda atual por outros com valor nutricional maior, proporcionando uma alimentação saudável;
- VII – Desenvolver a avaliação antropométrica anual das crianças seguindo as recomendações da OMS ;
- VIII- Seguir as orientações deixadas pelo CECANE.

CLAUSULA QUINTA: DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS

- I - O valor global do presente instrumento contratual é de R\$ 1.660,00 (hum mil e seiscentos e sessenta reais) , sendo pago em uma (01) vez de R\$1.660,00 (hum mil seiscentos e sessenta reais);
- II - O(s) pagamento(s) devido(s) à(s) adjudicado(s) será efetuado em até o 10º dia útil de cada mês subsequente ao serviço executado;

CLÁUSULA QUINTA: DO REAJUSTE

O preço poderá ser reajustável pelo índice IGPM no final de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: VIGÊNCIA

A contagem do prazo deste contrato terá início no dia da assinatura e término previsto para o dia 06 de julho de 2016, podendo ser prorrogável por mais períodos até o limite de 60 meses conforme lei 8666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

- a) A CONTRATADA deverá cumprir rigorosamente o estabelecido objeto deste contrato seus adendos.
- b) Fornecer ao Município, sempre que solicitado quaisquer informações e/ou esclarecimentos sobre o objeto do presente contrato.
- c) A contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, sob pena de rescisão do Contrato por não cumprimento do mesmo.

d) Cumprir todas as demais obrigações constantes no presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido conforme as disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei 8.666/93, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, através de comunicação por escrito, de qualquer uma das partes interessadas na rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES

Ao contratado total ou parcialmente inadimplente serão aplicadas as sanções legais, conforme segue:

- a) advertência;
- b) multa administrativa graduável conforme a gravidade da infração, não excedendo, em seu total, o equivalente a 10% (dez por cento) do valor contratado, cumulável com as demais sanções;
- c) suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a administração por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos da punição, ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

*As inadimplências supra, bem como as penalidades consequentes, serão julgadas e propostas pela Comissão Permanente de Licitações, ao Chefe do Poder Executivo, que as aplicará através de Decreto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Quaisquer modificações entre as partes, com relação aos assuntos relacionados a este contrato, serão formalizadas por escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, e que constituirá prova de sua efetiva entrega.

A fiscalização do contrato ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação tendo como o Responsável pelo Contrato o Secretário Municipal de Educação o Senhor Valdemar Petri.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

Para questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias de igual teor, e forma sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos efeitos.

PRESIDENTE NEREU-SC, 06 de junho de 2016.

ANTONIO FRANCISCO COMANDOLI
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

JÚLIA MARIA DOS ANJOS
CONTRATADA

Testemunhas:

ELISANDRA DELA BENETA KNIHS
CPF: 067.001.199-65

DINEIDE MEYER COMANDOLI
CPF: 035.668.809-73

DECRETO 50/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU - SC

CNPJ 83.102.699/0001-28
Praça Leão Dehon, 50 – Centro – CEP 89184-000 - PRESIDENTE NEREU - SC
Fone: 0** 47 3362-1108 – Fax: 0** 47 3362-1108

- e-mail: prefeitura@presidentenereu.sc.gov.br
Numero Lei: 1482
Ano lei : 2015

Data Lei: 14/12/2015

DECRETO Nº 50, de 31 de maio de 2016

Dispõe sobre a abertura de Crédito Suplementar

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRESIDENTE NEREU , SANTA CATARINA
no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e de acordo com a Lei Municipal 1452, de 03 de

dezembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º É aberto, ao orçamento do exercício de 2016, em favor das Unidades Orçamentárias a seguir relacionadas, créditos adicionais Suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), observadas as seguintes classificações funcionais programáticas.

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0004.0122.1301.2030.33900000000000.01000000 8.000,00

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrerão de anulação, no mesmo valor do crédito adicional suplementar, das seguintes dotações orçamentárias. Anulação de Dotação : R\$8.000,00 (oito mil reais)

Unidade Orçamentária Dotação Valor

DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0004.0122.1301.2030.31900000000000.01000000 6.000,00

DEPTO DE ADMINISTRACAO 03.001.0004.0122.1301.2030.44900000000000.01000000 2.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PRESIDENTE NEREU - SANTA CATARINA, 31 de maio de 2016

ANTONIO F. COMANDOLI

ALINE L. TILLMANN

Prefeito Municipal

Contadora

Princesa

PREFEITURA

DECRETO 102 DE 06.06.2016

DECRETO Nº. 102, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

“CONVOCA A POPULAÇÃO MUNICIPAL, EM AUDIÊNCIA PÚBLICA, PARA APRESENTAR O DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PRINCESA E AS ALTERAÇÕES CORRESPONDENTES NO PLANO DIRETOR”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos V, IX e XV, do Artigo 69 da Lei Orgânica do Município; mais o disposto na Lei Federal 10.257, d 10 de julho de 2011; em respeito ao disposto no Artigo 182 da Constituição Federal de 1988; art. 178, da Lei Complementar n.009/2010, e, tendo presentes razões e motivos de interesse Público Municipal,

DECRETA

Art. 1º. Ficam convocados todos os cidadãos e interessados deste Município a participarem de Audiência Pública, para apreciar a APRESENTAÇÃO do Diagnóstico Socioambiental do Município de Princesa, Estado de Santa Catarina, e as alterações correspondentes na Lei Complementar nº 009, de 03 de maio de 2010 – PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE PRINCESA, a ser realizada às 19h00min, do dia 21 DE JUNHO DE 2016, nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores, na sede do Município.

Parágrafo único. O Diagnóstico Socioambiental tem o intuito de relatar a atual situação da interação sociedade e meio ambiente no Município de Princesa, e apresenta produtos técnicos que irão auxiliar os gestores públicos e a população na organização do espaço público.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
06 de junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC em: ____ / ____ / ____
Responsável:

DECRETO 104 DE 06.06.2016

DECRETO Nº. 104, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

“NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA RECEBIMENTO DE OBJETO DE PROCESSO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente as contidas no inciso IX e XXIX, do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal, tudo combinado com as disposições do § 8 do Art.15, e alínea “b” do Inciso II do Art. 73, ambos da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada Comissão Especial, encarregada de receber objeto, Trator de Esteiras Komatsu ano/modelo 2016, conforme Processo Licitatório nº 28/2016 do Município de Princesa-SC, modalidade Pregão Presencial nº 23/2016, para avaliar se o objeto em questão está de acordo com as especificações do Edital e com a proposta da empresa vencedora, a comissão fica assim constituída pelos membros abaixo relacionados, presidida pelo primeiro.

I – Odair José Noll -Secretário de Infra estrutura, de obras, urbanismo e dos transportes interino;

II – Silmar C. S. Franco- Presidente do Legislativo;

III – Ângela Fantinel - Secretária de Administração e Fazenda interina;

IV- Andrey L. Geller- Assessor Jurídico;

V- Gustavo Mantovani- Operador de Equipamentos;

VI- Adriano Philipsen- Mecânico.

§ 1. Cabe a comissão emitir termo de conformidade do respectivo objeto.

Art. 2º. Os serviços prestados pela comissão são considerados de excepcional interesse público, não gerando, por isso, ônus a nenhuma das partes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
06 de Junho de 2016.

OLI DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO 45.2106-PM - CONCORRÊNCIA 01.2016-PM - CONCESSÃO MÓDULO ESPORTIVO

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC

Processo Licitatório nº 45/2016-PM

Concorrência nº 01/2016-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Concorrência, do tipo Maior Lance por ITEM, destinado a “Concessão de DIREITO REAL DE USO de espaço físico do MÓDULO ESPORTIVO do Município de Princesa, com área de 279,2 m², situado às margens da Estrada de Acesso à Linha Marmeleiro. A Concessão tem finalidade principal a conservação do espaço, manutenção de suas instalações e desenvolver as atividades culturais e esportivas do Município.”. A Sessão Pública será realizada no dia 07 de julho de 2016, às 08h30min, na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidos no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 01 de junho de 2016. Oli do Nascimento – Prefeito Municipal.

Rio do Sul

PREFEITURA

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: 31/05/2016

Aos trinta e um dias do mês de maio de 2016, na Sala de Reuniões da Procuradoria Jurídica da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, sede provisória da Comissão Processante, designada pelo Decreto nº 4922, de 30 de setembro de 2015, publicada em 30 de setembro de 2015, se fizeram presentes os membros da COMISSÃO DE ANÁLISE E REVISÃO DOS PROCESSOS DE IMUNIDADES, ISENÇÕES, REMISSÕES E INCENTIVOS DO IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO: I – Membro do Cadastro Multifinalitário da Secretaria Municipal da Fazenda: Patricia Soares; II – Membro do Controle Interno do Município: Ronaldo da Rocha; III – Membro do Departamento de Arrecadação da Secretaria Municipal da Fazenda: Jonny Schmidt; IV – Assistente Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação: Ana Paula Nunes; V – Fiscal Tributário da Secretaria Municipal da Fazenda: José Luiz do Nascimento; VI – Advogado da Procuradoria Geral do Município: Jaison Fernando de Souza;. Aberta a audiência, a Secretária fez a leitura da ata da Reunião anterior, a qual foi aprovada em unanimidade pelos membros. O Presidente declarou aberta a audiência e, em ato contínuo, os Relatores iniciaram a leitura dos Relatórios elaborados devido aos Processos de Isenção, inicialmente indeferidos pela Comissão; apresentando seus votos e, para os quais, os demais membros deveriam analisar e votar. Assim, os demais membros acompanharam o voto do Relator, tanto para os Processos DEFERIDOS, quanto para os Processos INDEFERIDOS, vejamos:

Nº DO PROTOCOLO	BENEFICIADO	PROCURADOR	RELATOR	VOTO
158672/2016	MADALENA DE FATIMA RIBEIRO	-	Jonny Schmidt	INDEFERIDO
158371/2016	NORMELINA BRUNER	-	Ana Paula Nunes	INDEFERIDO
158711/2016	NADIR NILSEN	-	Ana Paula Nunes	INDEFERIDO
158357/2016	MAFALDA STEDILE	-	Ana Paula Nunes	DEFERIDO
158498/2016	TEREZINHA MATILDE KLITZKE	-	Ana Paula Nunes	DEFERIDO
158466/2016	OSVALDINA MERIZ	-	Ana Paula Nunes	DEFERIDO

Findo a leitura dos Processos, o Presidente solicitou que a Secretária providencie a comunicação via Ofício, para todos os processos julgados. Cabe salientar que, se fez presente, a requerente Mafalda Stedile, para a oitiva do relatório de seu processo. Contudo, como o respectivo processo já havia sido votado, apenas comunicamos à mesma, que seu processo havia sido DEFERIDO pela Comissão. Encerrada a sessão.

Ronaldo da Rocha
Presidente da Comissão

Patricia Soares José Luiz do Nascimento Ana Paula Nunes Jonny Schmidt

Jaison Fernando de Souza

PORTARIA Nº. 0675/RH

PORTARIA Nº 0675/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, a OSNELDA CHRISTEN, (Protocolo 159788/2016), em virtude do falecimento ocorrido no dia 27/05/2016, do servidor público municipal, EDSON IVO CHRISTEN, conforme Certidão de óbito Nº 108936 01 55 2016 4 00006 238 0001650 71, de acordo com o Art. 275, da Lei Complementar nº. 309/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de junho de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vfb

PORTARIA Nº. 665

PORTARIA Nº 0665/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder auxílio-funeral, a CLARICE SCHMITT ROPELATO, (Protocolo 159513/2016), em virtude do falecimento ocorrido no dia 07/05/2016, do servidor público municipal, CANISIO SCHMITT, conforme Certidão de óbito Nº 105262 01 55 2016 4 00047 262 0017566 67, de acordo com o Art. 275, da Lei Complementar nº. 309/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 03 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vfb

PORTARIA Nº. 0666/RH

PORTARIA Nº. 0666/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/06/2016, o cargo de provimento efetivo de Motorista de Caminhão, ocupado pelo(a) servidor(a) HAROLDO SWAROWSKI, em virtude de sua Aposentadoria, por idade, com proventos integrais e sem paridade, conforme Decreto nº 5310, de 25 de maio de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Ed

PORTARIA Nº. 0667/RH

PORTARIA Nº. 0667/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/06/2016, o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais Masculino, ocupado pelo(a) servidor(a) Waldemar Paulo dos Santos, em virtude de sua Aposentadoria voluntária, por tempo de contribuição, com proventos integrais e paridade, conforme Decreto nº 5316, de 25 de maio de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Ed

PORTARIA Nº. 0668/RH

PORTARIA Nº. 0668/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/06/2016, o cargo de provimento efetivo de Professor (40h), ocupado pelo(a) servidor(a) Erondina Marchi, em virtude de sua Aposentadoria, por tempo de contribuição – especial de magistério, com proventos integrais e paridade, conforme Decreto nº 5317, de 25 de maio de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Ed

PORTARIA Nº. 0669/RH

PORTARIA Nº. 0669/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/06/2016, o cargo de provimento efetivo de Técnico de Enfermagem, ocupado pelo(a) servidor(a) Ironi Bichoff, em virtude de sua Aposentadoria, por idade, com proventos integrais e sem paridade, conforme Decreto nº 5319, de 25 de maio de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Ed

PORTARIA Nº. 0670/RH

PORTARIA Nº. 0670/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/06/2016, o cargo de provimento efetivo de Professor (40h), ocupado pelo(a) servidor(a) Celestina Laurete, em virtude de sua Aposentadoria, por tempo de contribuição – especial de magistério, com proventos integrais e paridade, conforme Decreto nº 5311, de 25 de maio de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Ed

PORTARIA Nº. 0671/RH

PORTARIA Nº. 0671/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/06/2016, o cargo de provimento efetivo de Professor (40h), ocupado pelo(a) servidor(a) Elenise Maria Beber Casatti, em virtude de sua Aposentadoria, por tempo de contribuição – especial de magistério, com proventos integrais e paridade, conforme Decreto nº 5312, de 25 de maio de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Ed

PORTARIA Nº. 0672/RH

PORTARIA Nº. 0672/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/06/2016, o cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos, ocupado pelo(a) servidor(a) Olegário Darolt, em virtude de sua Aposentadoria voluntária, por tempo de contribuição, com proventos integrais e paridade, conforme Decreto nº 5313, de 25 de maio de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Ed

PORTARIA Nº. 0673/RH

PORTARIA Nº. 0673/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/06/2016, o cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos, ocupado pelo(a) servidor(a) Luiz Diazir Rosa, em virtude de sua Aposentadoria voluntária, por tempo de contribuição, com proventos integrais e paridade, conforme Decreto nº 5314, de 25 de maio de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de junho de 2016.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Ed

PORTARIA Nº. 0674/RH

PORTARIA Nº. 0674/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/06/2016, o cargo de provimento efetivo de Operador de Equipamentos, ocupado pelo(a) servidor(a) Osvaldo de Mattos, em virtude de sua Aposentadoria voluntária, por tempo de contribuição, com proventos integrais e paridade, conforme Decreto nº 5315, de 25 de maio de 2016.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de junho de 2016.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Ed

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 906/2016

PORTARIA No 906, DE 06 DE JUNHO DE 2016
Autoriza pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Fernando Guedes

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, nos termos do art. 152, § 2º, da Lei Complementar nº 309, de 01 de dezembro de 2015 e Resolução nº 615, de 13 de maio de 2011, Licença Prêmio, em pecúnia, ao servidor municipal FERNANDO GUEDES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Analista Legislativo – Área Contábil, referente ao quinquênio compreendido entre 02 de maio de 2011 a 01 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 06 de junho de 2016.
GIOVANI NASCIMENTO
Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa

PORTARIA Nº 907/2016

PORTARIA No 907, DE 06 DE JUNHO DE 2016
Autoriza pagamento de Licença Prêmio ao Servidor Luís Fernando Schweder

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, nos termos do art. 152, § 2º, da Lei Complementar nº 309, de 01 de dezembro de 2015 e Resolução nº 615, de 13 de maio de 2011, Licença Prêmio, em pecúnia, ao servidor municipal LUIS FERNANDO SCHWEDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico Legislativo – Área Informática, referente ao quinquênio compreendido entre 02 de maio de 2011 a 01 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 06 de junho de 2016.
GIOVANI NASCIMENTO
Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa

RESOLUÇÃO Nº 858, DE 3 DE JUNHO DE 2016

RESOLUÇÃO No 858 DE 3 DE JUNHO DE 2016
Autoriza pagamento de meia diária e indenização de transporte a vereadora e assessor parlamentar.

A Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, etc...

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de meia diária a Vereadora Zeli da Silva no valor de R\$ 170,80 (cento e setenta reais e oitenta centavos) e ao Assessor Parlamentar Felipe Batisti, no valor de R\$ 131,15 (cento e trinta e um reais e quinze centavos)) para cumprir agenda durante o dia 7 de junho do corrente ano, na cidade de Florianópolis junto a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e também na Secretaria de Segurança Pública, com o objetivo de entregar e cobrar a instalação de um posto de Polícia Militar no bairro Barra do Trombudo.

Art. 2º A indenização de transporte, em veículo próprio, no trecho compreendido entre a cidade de Rio do Sul e a cidade de Florianópolis, será ressarcida de acordo com o que regulamenta a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Resolução correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 3 de junho de 2016.

MÁRIO MIGUEL	CARISO SÁVIO GIACOMINI
Presidente da Mesa	Vice-Presidente

JANARA MAFRA	DIONÍSIO MAÇANEIRO
1ª Secretária	2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 859, DE 6 DE JUNHO DE 2016

RESOLUÇÃO No 859, DE 6 DE JUNHO DE 2016.
Homologa resultado do Processo Licitatório nº 11/2016, representado pelo Pregão Presencial nº 4/2016.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, no uso de sua atribuição prevista no Art. 115 do Regimento Interno - Resolução 597/2010.

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Licitatório nº 11/2016, representado pelo Pregão Presencial nº 4/2016, de acordo com decisão do Pregoeiro, nomeado pela Resolução nº 883, de 7 de janeiro de 2016, cujo resumo está representado no Termo de Adjudicação incluído nos autos e vez que todos os atos foram praticados dentro da legalidade e nos preceitos da Lei Federal nº 10.520/02 e Lei Federal nº 8.666/93, ficando autorizada a contratação.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 6 de junho de 2016.
MARIO MIGUEL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DO SUL**PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2016**

Prefeitura Municipal de Rio do Sul
Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul
Departamento de Licitações e Contratos

Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº 13/2016

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de assessoria e suporte técnico e administrativo especializados, para acompanhamento e orientação escrita e verbal nas áreas: administrativa, financeira, contábil, orientações de ordem operacional das rotinas administrativas/financeiras.

Tipo: Menor preço por item

Entrega dos envelopes e abertura das propostas: Até o dia 17/06/2016, às 10:30 h.

Credenciamento e abertura da sessão de lances: às 11:00 h do dia 17/06/2016.

Local: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul sita à Praça 25 de julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC.

O edital poderá ser obtido em horário comercial na Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul no endereço Rua Tiuti, 154 – Centro, Rio do Sul/SC 07:30 às 13:30 no departamento de licitações, por e – mail através do endereço luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou através do site: www.riodosul.sc.gov.br/

Garibaldi Antonio Ayroso
Prefeito Municipal

Rodrigo Duarte
Secretário Municipal de Saúde

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2016

Prefeitura Municipal de Rio do Sul
Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul
Departamento de Licitações e Contratos

Aviso de Licitação

Pregão Presencial nº 15/2016

Objeto: Contratação de serviços de locação de veículos, para a Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul.

Tipo: Menor preço por item

Entrega dos envelopes e abertura das propostas: Até o dia 20/06/2016, às 08:30 h.

Credenciamento e abertura da sessão de lances: às 09:00 h do dia 20/06/2016.

Local: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul sita à Praça 25 de julho, 01, Centro, Rio do Sul/SC.

O edital poderá ser obtido em horário comercial na Secretaria Municipal de Saúde de Rio do Sul no endereço Rua Tiuti, 154 – Centro, Rio do Sul/SC 07:30 às 13:30 no departamento de licitações, por e – mail através do endereço luis.oliveira@riodosul.sc.gov.br ou através do site: www.riodosul.sc.gov.br/

Garibaldi Antonio Ayroso
Prefeito Municipal

Rodrigo Duarte
Secretário Municipal de Saúde

Rio Fortuna

PREFEITURA

PROCESSO SELETIVO FMS 03 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA Prefeitura Municipal de Rio Fortuna/SC
--

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PMRF N° 003/2016

O MUNICIPIO DE RIO FORTUNA-SC, através da Comissão de Processo Seletivo Simplificado, no uso de suas atribuições legais, torna público que estarão abertas as inscrições para realização do Processo Seletivo Simplificado PMRF N° 003/2016 para preenchimento de vagas de caráter temporário.

Cargos: ODONTÓLOGO, EDUCADOR FÍSICO E AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS.

Inscrições serão realizadas no período de 08/06/2016 a 22/06/2016.

O Edital completo e as demais resoluções decorrentes estarão afixados no mural das publicações da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna/SC e disponibilizados no sites www.riofortuna.sc.gov.br.

Telefone para contato:(48) 3653 1122

Rio Fortuna/SC, 07 de junho de 2016.

Romelândia

PREFEITURA

DECRETO 3.733/2016

DECRETO Nº 3.733/2016

DETERMINA A ADEQUAÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO INSS, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI.

CONSIDERANDO Parecer Jurídico desta Municipalidade, concluindo pela não incidência da contribuição previdenciária sobre a verba de 1/3 de férias e 15 dias de auxílio doença de acordo com a lei e ainda, com recentes entendimentos proferidos pelos Tribunais superiores;

CONSIDERANDO que no Município de Romelândia a contribuição previdenciária estava incidindo sobre a verba indenizatória do 1/3 de férias e sobre os primeiros quinze dias de auxílio doença;

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinada a exclusão (não incidência) de contribuição previdenciária sobre a verba indenizatória 1/3 de férias e sobre a verba indenizatória consoante nos primeiros quinze (15) dias de auxílio doença.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Romelândia, 03 de junho de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

DECRETO 3.734/2016

DECRETO Nº 3.734/2016

DESIGNA SERVIDOR PARA ANÁLISE E PROVIDÊNCIAS REFERENTES A COMPENSAÇÃO DE VERBAS PREVIDENCIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOCI SAUL, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI.

Considerando Parecer Jurídico desta Municipalidade, concluindo pela não incidência da contribuição previdenciária sobre a verba de 1/3 de férias e 15 dias de auxílio doença;

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado o servidor municipal LUCIMAR LUIZ FERRARI, ocupante do Cargo de Contador para além das atribuições de seu cargo, tomar as providências necessárias para viabilizar a compensação das verbas previdenciárias (INSS) recolhido a maior nos últimos 5 (cinco) anos, sobre a verba de 1/3 de férias e 15 dias de auxílio doença.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 07 de abril de 2016.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Romelândia, 03 de junho de 2016.

VALDOCI SAUL

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

DECRETO Nº 044/2016 LOTAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS

DECRETO Nº 044/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016
DISPÕE SOBRE A LOTAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO PARA O EXERCÍCIO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 41, incisos V e VII, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica pelo presente decreto alterada a lotação dos veículos e máquinas do Município para o exercício de 2016, conforme a seguir discriminado:

Gabinete do Prefeito Municipal:
Fiat/ Siena PLACAS MLV - 6742

Fundo da Infância e Adolescência (Conselho Tutelar)
Fiat/ Pálio Weekend PLACAS MLM - 2970

Secretaria da Administração
Fiat/ Uno Mille PLACAS MLI - 6240

Secretaria Municipal de Educação:
Micro Ônibus PLACAS MLH - 7455
Micro Ônibus PLACAS MKW - 6886
Ônibus Placa PLACAS MLN - 3555
Ônibus Placa PLACAS LBE - 9266
Ônibus Placa PLACAS MHJ - 3781
Micro Ônibus PLACAS MGC - 5389
Kombi Placa PLACAS LZQ - 9676
Fiorino PLACAS AIU - 2301
Gol PLACAS HSA - 4843

Secretaria Municipal de Saúde Pública:
Fiat/Siena PLACAS MLI - 6230
Fiat/Palio Weekend PLACAS MJM - 8733
Fiat/Doblô PLACAS MJZ - 3892
Fiat/Ducato PLACAS MGC - 0247
Fiat/Ducato PLACAS OKH - 7923
Ambulância PLACAS MHM - 0646
Fiat/Uno Way PLACAS MLM - 7091
Fiat/Pálio PLACAS MDB - 6817

Secretaria Municipal de Infraestrutura:
Fiat/Uno PLACAS MLF - 1217
Caminhão M. Benz Eletrônico (01) PLACAS MGK - 3928
Caminhão M. Benz Eletrônico (02) PLACAS MGK - 3988
Caminhão VW/17.210 Motor MWM PLACAS MBI - 3024
Caminhão Basculante Ford/ Cargo 2422 PLACAS ATE - 2422
Caminhão Basculante Iveco/ Tector 260E28 PLACAS QHD - 5594
Caminhão Basculante M. Benz/ Atron 2729 K PLACAS OKH - 1225
Logan PLACAS MHK - 8759
Gol PLACAS DEE - 6726
Motoniveladora Velha
Motoniveladora New Holland RG140B
Pá Carregadeira W20
Trator de Pneu John Deer (01)
Retroescavadeira Randon RD-406 (1)

Retroescavadeira Randon RD-406 (2)
Rolo Compactador VW 115

Secretaria Municipal de Assistência Social:
GM/ Corsa PLACAS MLV - 1476

Secretaria Municipal de Agricultura:
Moto PLACAS MDC - 5595
Fiat Strada Working PLACAS MLV - 6622
Caminhão Basculante Ford/ Cargo 2422 PLACAS ATE - 2422
Caminhão Basculante M. Benz/ Atron 2729 K PLACAS OKH - 1225
Trator New Holland (02)
Trator de Pneu John Deer 4x4 5605 (03)
Trator de Pneu New Holland TL 75 E (04)
Trator Masse Ferguson MF 4275 (05)
Trator de Pneu John Deer (06)
Motoniveladora Caterpillar 120K
Escavadeira Hidráulica Doosan
Retroescavadeira Caterpillar 416E
Trator de Esteiras New Holland D140
Trator Agrícola New Holland TL95E Cabinado 104 CV
Trator Agrícola New Holland TL75E 78 CV

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso - SC,
06 de Junho de 2016.
JACOB GILMAR JUNGES
Prefeito

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2016 CONCURSO PÚBLICO (ESTATUTÁRIO)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2016
MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO | SC
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2015 (ESTATUTÁRIO)

O município de Santa Terezinha do Progresso/SC, por sua Secretaria Municipal de Administração, tendo em vista a homologação do resultado do resultado do Concurso Público para provimento de cargos do quadro de pessoal efetivo do município, homologado pelo Decreto Municipal Nº 098/2015, de 21 de Maio de 2015.

RESOLVE:

1 – Convocar os candidatos relacionados no item '7' deste para, no prazo de 05 dias corridos a contar da publicação do presente edital, comparecerem perante o departamento de Recursos Humanos da Prefeitura, localizada na Avenida Tancredo Neves, 337, Centro – horário das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h – fone (49) 3657-0001 munidos da documentação relacionada no item '6' do presente.

2 – O não pronunciamento do convocado no prazo referido ocasionará a convocação do próximo candidato pela ordem de classificação.

3 – A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no prazo de até 30 dias, contado da publicação da nomeação do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM).

4 – Será tornado sem efeito o ato de nomeação se a posse não ocorrer neste prazo, bem como, não serem apresentados todos os documentos solicitados pelo município de Santa Terezinha do Progresso/SC, ocasionando a convocação do próximo candidato pela ordem de classificação.

5 – Os documentos abaixo relacionados deverão ser apresentados em duas (02) vias ou autenticadas, ou em cópias a serem autenticadas pela Secretaria Municipal de Administração, mediante apresentação conjunta dos originais.

6 – Documentos a serem apresentados: o candidato nomeado deverá apresentar cópia dos seguintes documentos como condição para sua posse: Comprovante de Inscrição no Cadastro de Pessoa Física (CPF); Cédula de Identidade; Certidão de Nascimento ou Casamento; PIS PASEP; Carteira de Trabalho e Previdência Social; Título de Eleitor, Certidão de Quitação Eleitoral; Certidão de Reservista ou Dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masculino); última declaração do imposto de renda apresentada a Secretaria de

Receita Federal, com as devidas atualizações e/ou complementação e, no caso nomeado, não ser declarante, declaração firmada por ele próprio, nos termos da Lei Nº 8.429/92, duas fotografias ¾ recentes (colorida com fundo branco); declaração de não acumulo de cargo público assinado pelo servidor; certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos; carteira do conselho da categoria profissional (se for o caso); comprovante de curso técnico profissionalizante na área específica, com registro no conselho de classe específico para os cargos que exigido; comprovante de Carteira Nacional de habilitação (CNH) de acordo com a categoria exigida para o respectivo cargo; comprovante de endereço atualizado (água, luz, telefone, etc); certificado de residência médica (quando for o caso); comprovante de escolaridade exigido para o exercício do cargo, conforme os requisitos especificados no edital; certidão de Ações e Execuções Cíveis e Fiscais; certidão de antecedentes criminais; certidão de negativas de débitos trabalhistas; certidão negativa de tributos federais; certidão negativa de tributos estaduais; certidão negativa de tributos municipais; dados bancários (conta corrente); declaração de bens; atestado de saúde ocupacional comprovando que o candidato está apto a ocupar o cargo e declaração por escrito se aceita ou não tomar posse do cargo para o qual concorreu no Concurso Público 002/2015.

7 – RELAÇÃO DE CONVOCADOS:

Professor de Ensino Fundamental de 1º a 4º Series

Nome do candidato: Vanilce Ferri Grandi

Ciência do candidato: _____

Eroni Allebrandt

Secretário Municipal de Administração

Santa Terezinha do Progresso | SC, 06 de Junho de 2016.

PORTARIA Nº 135/2016 CONCEDE LICENÇA PREMIO

PORTARIA Nº 135/2016

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Concede licença prêmio de 03 (três) meses a funcionária

MARCIA ANDREIA BECCHI, matrículas nº 736/6, ocupante do cargo de provimento efetivo de PROFESSORA, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o que dispõe o art. 73, da Lei Complementar nº 10 de 16 de dezembro de 2009, iniciando-se em 01 de Junho de 2016 e terminando em 29 de Agosto de 2016, conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01/06/2016.

Santa Terezinha do Progresso, SC, 03 de Junho de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS

MATRICULA Nº1300/5

PORTARIA Nº 136/2016 ALTERA LOTAÇÃO DE SERVIDOR

PORTARIA Nº 136/2016

ALTERA LOTAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha do Progresso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 41, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º. Fica alterada a lotação da Senhora LUCIMARA MANTEUFEUL, CPF nº 031.967.009-65 RG nº 4040382, aprovada no CONCURSO PÚBLICO nº 002/2015, função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, carga horária de 40 horas semanais, código 1002, do Quadro Geral de Cargos Permanentes dos Servidores Públicos Municipais, conforme Anexo I da Lei Complementar nº 11 de 21 de Janeiro de 2010, lotado na Secretaria Municipal de SAÚDE, passando para desempenhar atividades na Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Santa Terezinha do Progresso - SC, 06 de Junho de 2016.

JACOB GILMAR JUNGES

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO EM DATA SUPRA:

ELISANGELA SASSI

Diretora de Recursos Humanos

Matricula nº 1300/2

Santiago do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 195/2016 - DE 31 DE MAIO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

DECRETO Nº 195/2016 - DE 31 DE MAIO DE 2016.
DISPÕE SOBRE HORÁRIO ESPECIAL DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO NO DIA 03 DE JUNHO DE 2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal, de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Inciso VIII do Art. 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul;

CONSIDERANDO, a realização de Palestra Motivacional com o tema "Ouse fazer melhor e com mais comprometimento" para todos os Servidores Públicos Municipais;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado horário especial de atendimento ao público em todas as repartições públicas do Município de Santiago do Sul no dia 03 de junho de 2016, o qual acontecerá somente no período matutino (7:30h às 11:30h), em razão da realização da palestra motivacional para todos os servidores municipais.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 31 de maio de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração.

DECRETO Nº 192/2016 - DE 25 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre o destino e a utilização de veículo a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul.

CONSIDERANDO a necessidade de utilização do veículo pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social de 26 de maio de 2016 a 28 de maio de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica destinado para utilização pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, o veículo Renault Logan Placas QHP0658, de propriedade do Município, a partir das 05:00h do dia 26 de maio de 2016 às 13:00h ao dia 28 de maio de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 25 de maio de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

DECRETO Nº 191/2016 – DE 25 DE MAIO DE 2016

DECRETO Nº 191/2016 – DE 25 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no orçamento do Município, e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado na Lei Municipal Nº.817/2016, de 23 de maio de 2016,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 219.985,50 (Duzentos e dezenove mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 06.01 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0023 – PRÓ VIAS

Ação: 1.035 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários
Projeto: 1.035 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.64 – Aplicações Diretas
..... R\$ 219.985,50

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, autorizado pela Lei Municipal nº817/2016, de 23 de maio de 2016, serão provenientes de recursos do provável excesso de arrecadação relativos ao Convênio nº 2016TR740 Processo nºSDR32 00000383/2016, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, através da Agência de Desenvolvimento Regional de Quilombo, no valor de R\$ 219.985,50, com publicação no Diário Oficial – SC – Nº20.298 de 16/05/2016.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,

em 25 de Maio de 2016.

Registrado e Publicado em data supra VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 193/2016 – DE 25 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 193/2016 – DE 25 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 14.514,50 (Quatorze mil, quinhentos e quatorze reais e cinquenta centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Unidade Orçamentária: 06.01 – Sec. Munic. de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 – Transporte

Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário

Programa: 0023 – PRÓ VIAS

Ação: 1.035 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários

Projeto: 1.035 – Aquisição de Máquinas e Equipamentos Rodoviários

Natureza de Despesa: 4.4.90.00 - D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 14.514,50

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários – Exercícios Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 25 de maio de 2016.

Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

DECRETO Nº 194/2016 – DE 31 DE MAIO DE 2016.

DECRETO Nº 194/2016 – DE 31 DE MAIO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Art. 67, da Lei Orgânica do Município e conforme autorizado no Inciso III do Art. 6º da Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015 de 08/12/2015, no valor de R\$ 3.100,00 (Três mil e cem reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 04.00 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes

Unidade Orçamentária: 04.01 – Secr. Munic. Educação, Cultura e Esportes

Função: 12 – Educação

Sub-Função: 361 – Ensino Fundamental

Programa: 0007 – TODA CRIANÇA NA ESCOLA

Ação: 2.013 – Manut. Atividades da Educação Cultura e Esportes

Atividade: 2.013 – Manut. Atividades da Educação Cultura e Esportes

Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.3.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 3.100,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da utilização dos recursos decorrentes do Superávit Financeiro - Fonte de Recursos: 0.3.00 – Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 31 de maio de 2016.

Registrado e Publicado em data supra. VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto

Diretora da Secr. de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N. 820/2016 – DE 06 DE JUNHO DE 2016.

LEI MUNICIPAL N. 820/2016 – DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar no orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 7.000,00 (Sete mil reais), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 05.00 – SECR. MUNIC. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Munic. de Assistência Social - FMAS

Função: 8 – Assistência Social

Sub-Função: 243 – Assistência a Criança e ao Adolescente

Programa: 0016 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

Ação: 2.042 – Manut. Serviços de Proteção Social Especial

Atividade: 2.042 – Manut. Serviços de Proteção Social Especial

Natureza de Despesa: 3.3.50.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 7.000,00

Art. 2º Os recursos para a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo anterior, serão provenientes da anulação das dotações discriminadas a seguir:

Órgão: 05.00 – SECR. MUNIC. DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade Orçamentária: 05.02 – Fundo Munic. de Assistência Social - FMAS

Função: 8 – Assistência Social
Sub-Função: 243 – Assistência a Criança e ao Adolescente
Programa: 0016 – PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
Ação: 2.041 – Manut. do Prédio do CRAS
Atividade: 2.041 – Manut. do Prédio do CRAS
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.00 – Aplicações Diretas
..... R\$ 7.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 06 de Junho de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N.817/2016 – DE 23 DE MAIO DE 2016 - RETIFICADA.

LEI MUNICIPAL N.817/2016 – DE 23 DE MAIO DE 2016.
Dispõe sobre a alteração do PPA 2014/2017 - Lei Municipal Nº 687/2013, LDO de 2016, Lei Municipal Nº 778/2015 e LOA de 2016
Lei Municipal Nº 806/2015, abre crédito adicional suplementar e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Plano Plurianual de Santiago do Sul, constantes dos anexos I, II e III da Lei Municipal nº 687/2013 de 22 de Agosto de 2013, a meta financeira, passando de R\$ 928.000,00 (novecentos e vinte e oito mil reais) para R\$ 1.147.985,50 (um milhão cento e quarenta e sete mil novecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta centavos) conforme discriminação abaixo:

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 – Transporte
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0023 – PRÓ VIAS
Ação: 1.035 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos Rodoviários
Projeto: 1.035 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos Rodoviários
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.64 – Aplicações Diretas
..... R\$ 219.985,50
Produto: Máquina/Equipamento Rodoviário
Unidade Medida: Unidade
Meta Física: 08
Meta Financeira: R\$ 1.147.985,50
Recursos: 0.1.00 - R\$ 100.000,00
Recursos: 0.1.64 - R\$ 219.985,50
Recursos: 0.1.83 - R\$ 800.000,00
Recursos: 0.1.89 - R\$ 28.000,00

Art. 2º - De conformidade com a alteração do artigo 1º desta Lei fica incluída na Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO 2.016, Lei nº 778/2015 a Ação abaixo discriminada:

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 – Transporte
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0023 – PRÓ VIAS
Ação: 1.035 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos Rodoviários
Projeto: 1.035 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos Rodoviários
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.64 – Aplicações Diretas
..... R\$ 219.985,50
Produto: Máquina/Equipamento Rodoviário
Unidade Medida: Unidade
Meta Física: 02
Meta Financeira: R\$ 1.147.985,50
Recursos: 0.1.00 - R\$ 100.000,00
Recursos: 0.1.64 - R\$ 219.985,50
Recursos: 0.1.83 - R\$ 800.000,00
Recursos: 0.1.89 - R\$ 28.000,00

Art. 3º Conforme alterações efetuadas nos artigos 1º e 2º desta Lei fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento vigente - Lei Orçamentária anual de 2016 – um crédito adicional suplementar conforme descrição abaixo:

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos

Função: 26 – Transporte
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0023 – PRÓ VIAS
Ação: 1.035 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos Rodoviários
Projeto: 1.035 – Aquisição de Máquinas, Equipamentos Rodoviários
Natureza de Despesa: 4.4.90.00 – D.R. 0.1.64 – Aplicações Diretas
..... R\$ 219.985,50

Art. 5º Os recursos para abertura do crédito adicional suplementar de que trata a presente Lei serão provenientes de recursos da Agência de Desenvolvimento Regional de Quilombo, através de convênio com o Governo do Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 219.985,50.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 23 de Maio de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

LEI MUNICIPAL N.821/2016 – DE 06 DE JUNHO DE 2016.

LEI MUNICIPAL N.821/2016 – DE 06 DE JUNHO DE 2016.
Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial no Orçamento do Município e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento do Município, Lei Municipal Nº 806/2015, de 08 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 79.999,99 (setenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e nove centavos), conforme discriminação a seguir:

Órgão: 06.00 – SECR. MUNIC. DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade Orçamentária: 06.01 – Secr. Munic. de Obras e Serviços Públicos
Função: 26 – Transporte
Sub-Função: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 0023 – PRÓ VIAS
Ação: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais
Atividade: 2.053 – Manut. Atividades – Estradas Vicinais
Natureza de Despesa: 3.3.90.00 – D.R. 0.1.34 – Aplicações Diretas
..... R\$ 79.999,99

Art. 5º Os recursos para abertura do crédito adicional especial de que trata a presente Lei serão provenientes de recursos da Agência de Desenvolvimento Regional de Quilombo, através de convênio nº 2016TR16754, firmado com o Governo do Estado de Santa Catarina, no valor de R\$ 79.999,99.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 06 de Junho de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.
Registrado e Publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora da Secr. de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 064/2016 - DE 24 DE MAIO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 064/2016 - DE 24 DE MAIO DE 2016.
Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal PATRICIA MARA CHIODELLI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 98 da Lei Federal nº 9.504/97;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora PATRICIA MARA CHIODELLI, ocupante do Cargo em Comissão de Chefe de Setor, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no período de 24 de maio de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 24 de maio de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº 065/2016 - DE 24 DE MAIO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 065/2016 - DE 24 DE MAIO DE 2016.
Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor Municipal CONSTANTINO FURLAN e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 98 da Lei Federal nº 9.504/97;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor CONSTANTINO FURLAN, ocupante do Cargo de Operador de Máquinas II, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, pelo período de 01 (um) dia, ou seja, no período de 24 de maio de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 24 de maio de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº 068/2016 - DE 31 DE MAIO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 068/2016 - DE 31 DE MAIO DE 2016.
Concede férias ao Servidor Público Municipal ADIR GREGOLON.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 62 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal ADIR GREGOLON, ocupante do Cargo de Motorista, com carga horária de 40 horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, 30 (Trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 05 de Junho de 2014 a 04 de Junho de 2015, para Gozo de 01 de junho de 2016 até 30 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 31 de maio de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração.

PORTARIA Nº 070/2016 - DE 31 DE MAIO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 070/2016 - DE 31 DE MAIO DE 2016.

Concede Licença Maternidade a Servidora Municipal CLEDENICE APARECIDA LUNEDO PACAZZA e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul, de conformidade com o Inciso XVIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal e Artigo 155, da Lei Complementar nº009/2001, de 07 de novembro de 2001, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE a Servidora CLEDENICE APARECIDA LUNEDO PACAZZA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas, nomeada através do Decreto Nº090/2009, de 01 de abril de 2009, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, pelo período de 120 (Cento e Vinte) Dias, a contar de 28 de maio de 2016 a 24 de setembro de 2016, conforme atestado médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 31 de maio de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº 071/2016 - DE 01 DE JUNHO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 071/2016 - DE 01 DE JUNHO DE 2016.

Concede Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Municipal CARMEM FACHIN GENTILINI e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso VIII, do Art. 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 98 da Lei Federal nº 9.504/97;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora CARMEM FACHIN GENTILINI, ocupante do Cargo de AGENTE DE SAÚDE PÚBLICA, Lotada na Secretaria Municipal de Saúde

e Assistência Social, pelo período de 02 (dois) dias, ou seja, no período de 01 de junho de 2016 a 02 de junho de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 01 de junho de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº 072/2016 - DE 02 DE JUNHO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº 072/2016 - DE 02 DE JUNHO DE 2016.

Concede Licença por motivo de doença em pessoa da família à Servidora Municipal EDICLERI VANZIN PELINSON e dá outras providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII do Artigo 67 da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 70 da Lei Complementar nº009/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a Servidora EDICLERI VANZIN PELINSON, ocupante do Cargo de Professora de Educação Infantil, Lotada na Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esporte, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme – CID Z76.3 - Pessoa em boa saúde acompanhando pessoa doente, ou seja, no período de 02 de junho de 2016 a 16 de junho de 2016, conforme atestado médico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 02 de junho de 2016.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec. Administração

PORTARIA Nº066/2016 - DE 30 DE MAIO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº066/2016 - DE 30 DE MAIO DE 2016.

Concede férias ao Servidor Público Municipal JOSEMAR LUIS LUMI.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 62 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal JOSEMAR LUIS LUMI, ocupante do Cargo de TÉCNICO EM CONTROLE INTERNO, Lotado na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, 30 (trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 05 de maio de 2011 a 04 de maio de 2012, para Gozo de 11 de junho de 2016 até 30 de junho de 2016.

Art. 2º CONVERTER 1/3 (um terço) das Férias em Abono Pecuniário, conforme requerimento em anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 30 de maio de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec.Administração.

PORTARIA Nº067/2016 - DE 30 DE MAIO DE 2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº067/2016 - DE 30 DE MAIO DE 2016.

Concede férias ao Servidor Público Municipal DOMINGOS SEVERINO SPONCHIADO.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Artigo 62 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de Novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER ao Servidor Público Municipal DOMINGOS SEVERINO SPONCHIADO, ocupante do Cargo de CONTADOR, Lotado na Secretaria Municipal da Administração e Finanças, 30 (trinta) Dias de Férias Regulamentares, relativas ao Período Aquisitivo de 20 de dezembro de 2010 a 19 de dezembro de 2011, para Gozo de 06 de junho de 2016 até 25 de junho de 2016.

Art. 2º CONVERTER 1/3 (um terço) das Férias em Abono Pecuniário, conforme requerimento em anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 30 de maio de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec.Administração.

PORTARIA Nº069/2016 - DE 31 DE MAIO DE 2016.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

PORTARIA Nº069/2016 - DE 31 DE MAIO DE 2016.

Concede falta justificada por motivo de Nascimento de Filho ao Servidor PEDRO LUIS PACAZZA e dá Outras Providências.

VOLMIR ANTONIO SOTILLE, Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Inciso VIII, do Artigo 67, da Lei Orgânica do Município de Santiago do Sul e de conformidade com o Inciso III, do Artigo 77 da Lei Complementar Nº009/2001, de 07 de novembro de 2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FALTA JUSTIFICADA POR MOTIVO DE NASCIMENTO DE FILHO ao servidor Público PEDRO LUIS PACAZZA, ocupante do Cargo de MOTORISTA, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, carga horária 40 horas semanais, pelo período de 05 (Cinco) Dias Consecutivos, a contar do dia 28 de maio de 2016 a 01 de junho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santiago do Sul, Estado de Santa Catarina,
em 31 de maio de 2016.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
Prefeito Municipal
Registrado e publicado em data supra.

Tatiane Cristina Gluzezak Saretto
Diretora de Departamento/Sec.Administração

São Bento do Sul

PREFEITURA

LEI Nº 3680/2016

LEI Nº 3680, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 620, DE 15 DE AGOSTO DE 2000, QUE CRIA A BANDA MARCIAL MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

O PREFEITO MUNICIPAL

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1º Os artigos da Lei nº 620, de 15 de agosto de 2000, a seguir mencionados, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º Fica criada a BANDA MARCIAL MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, composta por alunos da Rede Municipal de Ensino e comunidade em geral, subordinada à Fundação Cultural de São Bento do Sul.” (NR)

“Art. 2º A BANDA MARCIAL MUNICIPAL tem como objetivo: representar o município em eventos; aprimorar a técnica musical dos componentes; valorizar e incentivar o trabalho dos integrantes das Bandas e Fanfarras escolares; valorizar a escola, tornando-a uma referência forte e agradável para os estudantes; despertar o gosto pela música; preservar a cultura musical do município; oportunizar às crianças, adolescentes e adultos o conhecimento de estilos musicais; despertar a musicalidade e trabalhar os potenciais criativos e de sensibilidade, promovendo o autoconhecimento e crescimento.” (NR)

“Art. 3º Caberá à Fundação Cultural de São Bento do Sul elaborar, em no máximo 90 (noventa) dias, as normas que orientarão o funcionamento da BANDA MARCIAL MUNICIPAL.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de junho de 2016.

FERNANDO TURECK

Prefeito Municipal

RETIFICAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 9/2016 EMHAB

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL- EMHAB

RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016

A Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul, com sede na Rua Benjamin Constant, nº 118, sala 02, centro, cidade de São Bento do Sul, inscrita no CNPJ sob o nº 04.927.953/0001-50, no uso de suas atribuições, vem a público RETIFICAR O EDITAL Nº 009/2016, no seguinte item: 5.8

ONDE SE LÊ:

Prazo de entrega: CONFORME SOLICITAÇÃO DA EMHAB.

LEIA-SE:

Prazo de entrega: CONFORME SOLICITAÇÃO DA EMHAB, SENDO 72 HORAS APÓS SOLICITAÇÃO FORMAL, POR EMAIL.

AS DEMAIS ESPECIFICAÇÕES PERMANECEM AS MESMAS. ENTENDA-SE, PORTANTO, RETIFICADO O ACIMA EXPOSTO E, PARA QUE ESTA PRODUZA OS SEUS EFEITOS CONFORME LEI, cumprir o contido no art. 26 da Lei 8.666/93.

São Bento do Sul, 06 de junho de 2016.

LUIZ CARLOS PEDROZO

DIRETOR PRESIDENTE DA EMHAB

JOCEMARI TELMA TEIXEIRA

PREGOEIRA MUNICIPAL

SUSPENSÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 39/2016 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

SUSPENSÃO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2016 FMS

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Presidente do Fundo Municipal de Saúde, amparado pela conveniência e o interesse da Administração Pública e de acordo com o caput do art. 49 da Lei 8.666/93, resolve SUSPENDER LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE CÂMARAS REFRIGERADAS VERTICAL PARA ARMAZENAMENTO DE VACINAS, PARA UNIDADES DE SAÚDE DA SEMUS, CONFORME ANEXO. Vem através deste comunicar que, devido a impugnações e a questionamentos e inconsistência de informações no edital, e para sanar os problemas nele existentes, suspende-se o processo licitatório Pregão Presencial 39/2016 FMS à vistas de publicação de nova data.

São Bento do Sul, 06 de junho de 2016.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Presidente do Fundo Municipal de Saúde

FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL

PORTARIA Nº 008/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016

PORTARIA Nº 008/2016, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Torna público o resultado da etapa de HABILITAÇÃO do Edital de Apoio à Cultura concurso nº 001/2016.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, atendendo o disposto na Lei 3152, de 28 de março de 2013 e no Edital de Apoio à Cultura 001/2016, publicado no DOM/SC em 25 de abril de 2016, Edição nº 1981, págs. 939-953,

RESOLVE:

Art. 1º Tornar público o resultado da etapa de habilitação do Edital de Apoio à Cultura 001/2016, conforme listas abaixo:

Projetos Habilitados		
Nº SMC	Nome do Projeto	Nome do Proponente
2016001	ACORDEON FESTIVAL 2016 (9ª EDIÇÃO – RICHARD GALLIANO)	LEANDRO PANNEITZ
2016002	3 TONS DE POESIA	MAURÉLIO MACHADO
2016003	PÁGINAS DE MIM	CINTIA FLAVIANE PRUESS RANK
2016004	PROFESSORA SE ESCRIVE COM LETRA MAIÚSCULA	IVANILDE KIEM DRANKA
2016005	SHOW NACIONAL COM PAULINHO MIXARIA	FELIPE WEILLER
2016006	CONTOS DA VOVÓ LUCI "SETE HISTÓRIAS NATALINAS"	VERA LUCIA HERTZING OLESKOWICZ
2016007	DVD "UM TAL DE SOM DO CLUBE DE MÚSICOS"	ALCEU MILCZEWSKY
2016008	RECEITAS MÁGICAS PARA O DIA A DIA	CHRISTIANY GROSSL
2016009	"SÓCRATES SERÁ JESUS? - UM DESAFIO À FILOSOFIA E ÀS CIÊNCIAS PSÍQUICAS"	FÍDIAS TELLES DE CARVALHO
2016010	CHORO NA CIDADE VIII	MARIA LUISA NORILLER TASCHEK
2016011	PAZ EM TODOS OS AMBIENTES	VERÔNICA VIEIRA CAMPESTRINI
2016012	SOBREVÔO SOBRE A CIDADE DOS MÓVEIS, DA MÚSICA E DO FOLCLORE	LUIS FABIANO WITT
2016013	CONTA? CONTO!	QUERIANE ARIN RODRIGUES PEREIRA
2016014	PLÁTANO E PÂNTANO	ELVIS CRISTIAN LOZEJKO
2016015	CORAL SANTO ESTANISLAU	SOELI MARIA ZACALUZNE
2016016	VOA SÃO BENTO – A CIDADE VISTA DO ALTO	ALESSANDRO BECKER
2016017	ESTAÇÃO CULTURAL	JOACIR DA SILVA E SOUZA
2016018	CIRCULAÇÃO DO PROJETO "REPERTÓRIOS"	RAFAEL RODRIGUES DA SILVA NAGEL
2016019	PRODUÇÃO FONOGRÁFICA DO CD DA BANDA RHUS TOX	JEAN CARLO SCHWENDNER
2016020	LIVRO COM TÍTULO "INOVANDO PARA O FUTURO – TRAJETÓRIA DE OSVALDO ZIPPERER – O PREFEITO DO 1º CENTENÁRIO DE SÃO BENTO DO SUL"	MAURÍCIO FERNANDES TREVISAN
2016021	DESPERTANDO TALENTOS	JOSÉ AUGUSTO SLUMINISKI
2016022	OFICINA DE VIOLA CAIPIRA	APP ESCOLA DE MÚSICA DONALDO RITZMANN
2016023	MINHAS COMPOSIÇÕES	TIAGO LUIS ZANETTI
2016024	ENCONTRO GASTRONÔMICO "HAUSBAU UND RICHTFEST"	LEONARDO VINICIUS CELESKI
2016025	FARRANCHO – CAMPEIRO E FANDANGUEIRO	JOSÉ HILÁRIO SCHROEDER
2016026	DOCUMENTÁRIO BANDA TREML	NEY ODRACIR MAIA

Projetos Inabilitados			
Nº SMC	Nome do Projeto	Nome do Proponente	Motivo da inabilitação
2016027	BANDA MARCIAL NA ESCOLA	LAERCIO RODRIGUES DE OLIVEIRA	Não atende aos subitens: a), d), e), e h) do quadro de documentos exigidos para habilitação proponente pessoa física, disposto no Item 3.1.5 do Edital de Apoio à Cultura 001/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de junho de 2016.

CLEUSA PICCOLI VIEIRA

Diretora Presidente

Fundação Cultural de São Bento do Sul

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL - IPRESBS**PORTARIA IPRESBS Nº 166/2016**

PORTARIA IPRESBS Nº 166/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 26/05/2016 a 09/06/2016, a servidora MARCIA ADRIANE WITCOSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 11/05/2016 a 25/05/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/05/2016.

São Bento do Sul, 02/06/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 167/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 167/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/06/2016 a 15/07/2016, concedido ao servidor DEOCLÉCIO PETSCHOW ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, através da Portaria IPRESBS nº 120/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/06/2016.

São Bento do Sul, 02/06/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 168/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 168/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 02/06/2016 a 24/06/2016, concedido a servidora IVONETE MARIA DE MORAES DENKER ocupante do cargo de provimento efetivo de Atendente Educativo, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 108/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da

Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02/06/2016.

São Bento do Sul, 02/06/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 169/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 169/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 07/05/2016 a 30/09/2016, a servidora BARBARA PACHEWSKY ocupante do cargo de provimento efetivo de Recepcionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 22/04/2016 a 06/05/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 07/05/2016.

São Bento do Sul, 02/06/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 170/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 170/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 01/06/2016 a 22/08/2016, a servidora LUCINEIA KROHL SIQUEIRA ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Finais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 17/05/2016 a 31/05/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/06/2016.

São Bento do Sul, 02/06/2016.

PAULO ROBERTO SCHEIDE

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 171/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 171/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 21/05/2016 a 30/06/2016, concedido a servidora MARIA IRIS SANOCKI REICHARDT ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 097/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/05/2016.

São Bento do Sul, 02/06/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 172/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 172/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 21/06/2016 a 30/09/2016, concedido a servidora DANIELE NOGUEIRA GONÇALVES ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 059/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/06/2016.

São Bento do Sul, 02/06/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 173/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 173/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/06/2016 a 31/08/2016, concedido a servidora ROSELI SOUZA XAVIER ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 111/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/06/2016.

São Bento do Sul, 03/06/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 174/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 174/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/06/2016 a 31/08/2016, concedido a servidora MARCIA MARGARETE FLENIK KVITSCHAL ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 232/2015, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/06/2016.

São Bento do Sul, 03/06/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 175/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 175/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 01/06/2016 a 31/07/2016, concedido a servidora ZENILDA MARIA RODRIGUES DA LUZ RANK ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Berçário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 079/2013, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/06/2016.

São Bento do Sul, 03/06/2016.

Paulo Roberto Scheide

Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 176/2016

PORTARIA IPRESBS Nº 176/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, pelo período de 21/05/2016 a 17/06/2016, concedido a servidora LIRIAN GROSSL PSCHIEDT ocupante do cargo de provimento efetivo de Secretária de Escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria IPRESBS nº 141/2016, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21/05/2016.

São Bento do Sul, 03/06/2016.
Paulo Roberto Scheide
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 177/2016
PORTARIA IPRESBS Nº 177/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006. RESOLVE:

Art. 1º. Conceder AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, no período de 26/05/2016 a 10/06/2016, ao servidor LAURINDO PIEKARSKI ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. O pagamento dos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento, referente ao período 11/05/2016 a 25/05/2016, competem ao Município.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 26/05/2016.

São Bento do Sul, 03/06/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

PORTARIA IPRESBS Nº 178/2016
PORTARIA IPRESBS Nº. 178/2016

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o § 9º do art. 116 e Capítulo IV, Seção VI da Lei Municipal nº. 1718, de 24/11/2006,

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o AUXÍLIO POR INCAPACIDADE TEMPORÁRIA, em decorrência de acidente de trabalho, pelo período de 01/06/2016 a 30/09/2016, concedido à servidora ANDREA CRISTINA DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, através da Portaria IPRESBS nº. 198/2014, conforme perícia médica e de acordo com o art. 40 e seguintes da Lei Municipal nº 1718, de 24/11/2006.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01/06/2016.

São Bento do Sul, 03/06/2016.
PAULO ROBERTO SCHEIDE
Diretor Presidente

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 32/2016

Pregão Presencial nº 32/2016
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 32/2016
MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 20 de junho de 2016, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de Cloreto de sódio (sal comum), isento de iodo, próprio para consumo humano.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

(32) 3.3.90.30.00.00.00 – Setor de Abastecimento de Água – Exercício Vigente

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 06 de junho de 2016.
OSVALCIR PETERS
Diretor Presidente

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 39/2016

PARTES: Município de São João do Oeste e E.J.F Empreendimentos Ltda

ORIGEM: Tomada de Preço Nº 03/2016

OBJETO: "Fornecer toda mão de obra e material necessário em regime de empreitada global para a implantação de infra-estrutura e pavimentação asfáltica de parte da Rua Fortaleza, Linha Cristo Rei, interior de São do Oeste".

VALOR: R\$ 540.033,09

VIGÊNCIA: 06.06.2016 até 30.11.2016

São João do Oeste – 06 de junho de 2016

Sérgio Luís Theisen – Prefeito Municipal

PP 47/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 79/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2016

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de peças para manutenção da motoniveladora Komatsu GD 555, do setor de obras do município de São João do Oeste

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 14:00 horas do dia 17 de junho de 2016 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 07 de junho de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 48/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 80/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2016

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Locação de sistema de informática para a secretaria da Educação e da Saúde do município de São João do Oeste

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 16:00 horas do dia 17 de junho de 2016 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 07 de junho de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

PP 49/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2016

O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de sistema de monitoramento analógico, micro-ondas e bebedouro para as diversas secretarias do município de São João do Oeste

Tipo: menor preço por item.

Entrega dos envelopes até as 08:30 horas do dia 20 de junho de 2016 e abertura no mesmo dia e horário, no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações e cópia do edital junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste, pelo fone (49) 3636.1122 no horário de expediente ou pelo e-mail compras@saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 07 de junho de 2.016. SÉRGIO LUIS THEISEN – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 087 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 087 DE 02 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor DANIEL RODRIGUES, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 088 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 088 DE 02 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor DONIZETE PEREIRA ALEXANDRE, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 093 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 093 DE 02 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor HERCULANO CALVETE ESTRELA, ocupante do cargo efetivo de Médico, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 096 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 096 DE 02 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora ANGELICA SANTOS MELO, ocupante do cargo efetivo de Fiscal da Fazenda, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.
JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 098 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 098 DE 02 DE MAIO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora LUCIANE BITENCOURT DE SOUZA, contratado para exercer as funções do cargo de Psicóloga, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 100 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 100 DE 02 DE MAIO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora NEUZA MARIZETE CARDOSO, contratado para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 101 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 101 DE 02 DE MAIO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora QUELI SALA BROCCA, contratado para exercer as funções do cargo de Auxiliar Administrativo, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 102 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 102 DE 02 DE MAIO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor RITA DE CASSIA LUIZ DE BORBA, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Programas Sociais, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 103 DE 03 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 103 DE 03 DE MAIO DE 2016.

"LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso V do artigo 55, da Lei Orgânica do Município c/c o artigo 87 da Lei Complementar nº 005 de 23 de dezembro de 2009 - Plano de Cargos e Carreira do Magistério Municipal;

RESOLVE:

Conceder Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família, para a servidora ZANETE DE MATOS CLEZAR, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Física, por 30(trinta) dias, no período de 03/05/2016 à 01/06/2016, para cuidar de sua mãe Maria Leite de Matos Clezar, que se encontra hospitalizada conforme atestado médico, para tratamento de Neoplasia Maligna cólon

- CID 10 C 18.9, necessitando de acompanhamento integral e cuidados especiais.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 03 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos três dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 083 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 083 DE 02 DE MAIO DE 2016.
"EXONERAR SERVIDOR A PEDIDO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor ROGÉRIO BITENCOURT DE SOUZA, ocupante do cargo em comissão de Secretário Municipal de Administração e Finanças, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 084 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 084 DE 02 DE MAIO DE 2016.
"EXONERAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a servidora TAISE DOS SANTOS ALVES, do cargo em comissão de Gerente de Finanças, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 085 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 085 DE 02 DE MAIO DE 2016.
"NOMEAR SERVIDOR"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso I do artigo 55, da Lei Orgânica do Município em conformidade com a Lei nº 1679, de 06 de agosto de 2013;

RESOLVE:

Nomear TAISE DOS SANTOS ALVES, para exercer o cargo de Secretária Municipal de Finanças e cumulativamente, sem remuneração, o cargo de Secretária Municipal de Administração, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 086 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 086 DE 02 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor ANDRÉ LUIZ DE FAVERI, contratado para exercer as funções do cargo de Motorista II, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 089 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 089 DE 02 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor JOSÉ CARLOS ALEXANDRE DOS

SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Motorista I, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 090 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 090 DE 02 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora GEDI DA ROSA MATOS RAUPP, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 091 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 091 DE 02 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora MARIA IVONETE MOTTA, ocupante do cargo efetivo de Fiscal Sanitarista Auxiliar, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2014/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 092 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 092 DE 02 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor PAULO DA SILVA MELO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2013/2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 094 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 094 DE 02 DE MAIO DE 2016.
"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para o Servidor JOSÉ ADRIANO ANACLETO, contratado para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 095 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 095 DE 02 DE MAIO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora PABLIANA BAUER CARDOSO, contratado para exercer as funções do cargo de Auxiliar Administrativo, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 097 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 097 DE 02 DE MAIO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora JOSSANA MACHADO SOUZA OLIVEIRA, contratado para exercer as funções do cargo de Auxiliar Administrativo, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 099 DE 02 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 099 DE 02 DE MAIO DE 2016.

"CONCEDE FÉRIAS"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art. 90, c/c art. 93 da Lei 1063 de 01 de novembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Férias para a Servidora MARIA DAS GRAÇAS ROCHO, contratado para exercer as funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, no período de 02/05/2016 a 31/05/2016, referente ao período aquisitivo 2015/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 02 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos dois dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 104 DE 13 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 104 DE 13 DE MAIO DE 2016.

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1551 de 10 de agosto de 2010, que altera a redação do art. 74 da Lei 1063, de 01 de outubro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

RESOLVE:

Conceder Licença Maternidade para a Servidora BRUNA JOÃO MARTINS, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, por 180 dias, no período de 13/05/2016 a 08/11/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 13 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos treze dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 105 DE 23 DE MAIO DE 2016.

PORTARIA Nº. 105 DE 23 DE MAIO DE 2016.

"EXONERAR SERVIDOR A PEDIDO"

JOÃO RUBENS DOS SANTOS, Prefeito Municipal de São João do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso IX do artigo 55, da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor NATAN SCARIOT SELAU, ocupante do cargo em comissão de Gerente do Ensino Fundamental, a contar da presente data.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sul,
em 23 de maio de 2016.

JOÃO RUBENS DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria aos vinte e três dias do mês de maio de dois mil e dezesseis.

TAISE DOS SANTOS ALVES
Secretária de Administração e Finanças

São Joaquim

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2015 - TÉCNICO ADMINISTRATIVO - DIOGO XAVIER

São Joaquim, 06 de Junho de 2016.

Prezado Senhor,

Em decorrência do Concurso Público 02/2015 realizado por esta Municipalidade em 17/01/2016, solicitamos seu contato urgente ou sua presença na Diretoria de Administração de Pessoal desta Prefeitura, no prazo de 48 horas úteis, a contar do recebimento deste, para tratar de sua documentação.

Caso não haja interesse em assumir a vaga, será necessário formalizar a desistência da mesma.

O seu não comparecimento dentro do prazo causará perca definitiva da referida vaga.

Atenciosamente,
Departamento de Administração de Pessoal

DIOGO XAVIER
2º lugar - Técnico Administrativo.

São José

PREFEITURA

DECRETO Nº 6555/2016

DECRETO Nº 6555/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor ARLI JOSÉ SAGAZ do cargo de Assessor II – ADMINISTRATIVO - CCM 2, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de junho de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6556/2016

DECRETO Nº 6556/2016
NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica nomeada VALDA FERREIRA para exercer o cargo de Assessor II – ADMINISTRATIVO - CCM 2, com lotação na Secretaria de Educação, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de junho de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6557/2016

DECRETO Nº 6557/2016
EXONERA SERVIDOR.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado o servidor DOUGLAS FARIAS do cargo de Assessor II – ADMINISTRATIVO - CCM 2, com lotação na Secretaria da Receita.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de junho de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de junho de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

DECRETO Nº 6568/2016

DECRETO Nº 6568/2016

DEMITE SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, IV, da Lei Orgânica Municipal, do Art. 31 e 160, II da Lei N.º 2.248/1991, e,

CONSIDERANDO o relatório final constante nos autos do Processo Administrativo Disciplinar n.º 004/2015 (Apenso: 7.898/2014) – IP nº 023/2015, no qual ficou configurado o abandono de emprego;

DECRETA:

Art. 1º - Fica demitido o servidor CLAUMIR JORGE DE MELO ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente operacional, com lotação na Secretaria de Serviços Públicos.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de maio de 2016.

Paço Municipal em São José (SC), 03 de junho de 2016.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

PORTARIA - SA - N.º 496/2016

P O R T A R I A- SA - N.º 496/2016

O Secretário da Administração, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo único do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 1º da Lei 4.474/2006 que altera a redação dos artigos 114, 115, 116 e 117 da Lei nº 2.248/91 – Estatuto dos Servidores Municipais e,

RESOLVE:

I - Autorizar o retorno às atividades, do (a) servidor (a) JULIANE VIEIRA DE SOUZA, matrícula nº 23340-4, lotado (a) na Fundação Municipal Educacional de São José, no cargo de Contador, que estava em Licença para tratar de interesses particulares desde 05.08.2013, tendo em vista ter sido convocada a retornar as suas atividades, conforme ofício nº 055/2016/SMA, de acordo com o disposto no artigo 116 da Lei nº 2.248/90, alterado pela Lei nº 4.476/04.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de Junho de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 497/2016

PORTARIA- SA - Nº 497/2016

O Secretário da Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 66, parágrafo único, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

I – Que a servidora Sra. JULIANE VIEIRA DE SOUZA, matrícula nº 23340-4, lotada na Fundação Municipal Educacional de São José, no cargo de Contador, está cedida a São José Previdência, a partir de 06.06.2016, com ônus integral para o destino.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de Junho de 2016.

III - Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC) 06 de Junho de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

PORTARIA - SA - N.º 498/2016

PORTARIA- SA – Nº 498/2016

O Secretário de Administração usando das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, c/c art.38, incisos IV e V da CRFB/88, e art. 129, inciso XI da Lei nº 2.2248/91 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

Considerando despachos exarados no Processo Administrativo nº 30036/2015 de 22.12.2015.

RESOLVE:

I – Conceder licença para cumprimento de mandato eletivo, ao (a) servidor (a) Sr. (a) ADRIANO DE BRITO, matrícula nº 1840-6, lotado (a) na Secretaria de Educação, no cargo de Professor, referente ao mandato eletivo 2009/2012.

II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2009, revogando as disposições em contrário, em especial a portaria nº 914/2011.

III – Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de Junho de 2016.
VERA SUELY DE ANDRADE
Secretária de Administração

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2016 - Processo nº 043/2016. Fornecedores: DENTARIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA; BMI PROSPER EIRELI EPP; SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA EPP e DENTAL CREMER PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSUMO DE ODONTOLOGIA

PARA SEREM UTILIZADOS NAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E NO CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 75.178,40 – setenta e cinco mil, cento e setenta e oito reais e quarenta centavos. Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2016 - Processo nº 135/2016. Fornecedor: ESTÂNCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL EM GARRAFAS, COPOS E BOMBONAS, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDOS, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 109.180,49 – cento e nove mil, cento e oitenta reais e quarenta e nove centavos. Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 050/2016 - Processo nº 168/2016. Fornecedor: LAZERTUR TURISMO E LOCAÇÕES LTDA – ME. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VAN, PARA O TRANSPORTE DE ATLETAS NAS COMPETIÇÕES ESPORTIVAS, DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE SÃO JOSÉ/SC. Valor Total: R\$ 43.500,00 – quarenta e três mil, quinhentos reais. Cláudia Schweitzer Pflieger - Diretora de Compras.

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N.º 005/2016 PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016**

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N.º 005/2016

PREGÃO PRESENCIAL N.º 002/2016

DSITRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ - SC

DISTRATADA: AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO, INFORMÁTICA E PAPELARIA EIRELI.

OBJETO: Rescisão amigável do Contrato n.º 005/2016, firmado entre as partes em 18/05/2016, que consistiu na contratação de empresa para o fornecimento de produtos de forma fracionada, a medida das necessidades da contratante, de materiais de expediente.

DATA DA ASSINATURA: 01/06/2016

PUBLICAÇÃO DA VENCEDORA E EXTRATO DE CONTRATO N.º 01/2016

Publicação da Vencedora e Extrato de Contrato n.º 01/2016

PREGÃO Presencial N° 001/2016

Processo Administrativo n° 03/2016

A Câmara Municipal de São José torna pública que a empresa CLARO S/A sagrou-se vencedora da Licitação do Pregão Presencial n.º 001/2016, realizada em 04 de maio de 2016.

Celebrado o Contrato n.º 01/2016 em 23 de maio de 2016, com prazo de vigência até 23/05/2017, para contratação de empresas para prestação de serviços de telefonia móvel e pacote de dados, com a concessão, por comodato, de aparelhos celulares para atender a Câmara Municipal de São José, sob a dotação orçamentária: 3.3.90.39. O valor global da empresa CLARO S/A do referido contrato a quantia de R\$ 77.467,20 (setenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos).

São José/SC, 06 de junho de 2016.

ADRIANA ISOLETE DE SOUZA

DIRETORA ADMINISTRATIVA

São José do Cedro

PREFEITURA

DECRETO Nº 102/2016/DF

DECRETO Nº. 102/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2015/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$10.196,73 (dez mil cento e noventa e seis reais e setenta e três centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

10 SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS
03 DEPTO DE TRANSPORTES E DO INTERIOR
1.038 CANALIZAÇÃO DE ÁGUAS PLUVIAIS, Córregos e Rios
"457"4.4.90.51.00.00.3.0089 Obras e Instalações
..... R\$10.196,73

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos da alienação de bens destinados a outros programas, Fonte 3.0089, no valor de R\$10.196,73 (dez mil cento e noventa e seis reais e setenta e três centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de maio de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 103/2016/DF

DECRETO Nº. 103/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

17 SECRETARIA DO PLANEJ, E DESENV ECONÔMICO
01 DEPTO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO
"318"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$3.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo

anterior, fica reduzido o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), Recursos Ordinários, Fonte 1.0000, das verbas a seguir discriminadas:

17 SECRETARIA DO PLANEJ, E DESENV ECONÔMICO
01 DEPTO DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
2.113 MANUTENÇÃO DA EXPOCEDRO
"319"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$3.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 31 de maio de 2016.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 104/2016/DF

DECRETO Nº. 104/2016 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.440/2016/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$10.000,00 (dez mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL
"112"3.3.90.39.00.00.1.0001 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica...R\$10.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$ R\$10.000,00 (dez mil reais) de Recursos de Transferências de Impostos Educação, fontes 1.0001, das verbas a seguir discriminadas:

06 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
01 DEPTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
2.019 TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL
"108"3.1.90.11.00.00.1.0001 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil...R\$10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.811/2016

DECRETO Nº 5.811, DE 31 DE MAIO DE 2016.
“LIBERA CAUÇÃO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica liberada a caução, garantida pelos Lotes urbanos abaixo relacionados, todos do Loteamento Graf, Município de São José do Cedro/SC, de propriedade de Conkist Loteamentos Ltda, CNPJ 19.123.079/0001-76, e registrados no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro – SC, tendo em vista o cumprimento das exigências constantes na Lei Complementar nº029, de 08 de novembro de 2011 e suas alterações:

Lote Urbano nº 3, Quadra 226, área 338,00m2, Matrícula nº 12.860;
Lote Urbano nº 4, Quadra 226, área 341,00m2, Matrícula nº 12.861;
Lote Urbano nº 11, Quadra 227, área 323,625m2, Matrícula nº 12.868;
Lote Urbano nº 12, Quadra 227, área 320,25m2, Matrícula nº 12.869;
Lote Urbano nº 13, Quadra 227, área 312,50m2, Matrícula nº 12.870;
Lote Urbano nº 14, Quadra 227, área 328,75m2, Matrícula nº 12.871;
Lote Urbano nº 18, Quadra 228, área 384,875m2, Matrícula nº 12.875;
Lote Urbano nº 21, Quadra 228, área 362,50m2, Matrícula nº 12.878;
Lote Urbano nº 27, Quadra 229, área 305,50m2, Matrícula nº 12.884;
Lote Urbano nº 28, Quadra 229, área 340,00m2, Matrícula nº 12.885;
Lote Urbano nº 29, Quadra 229, área 340,00m2, Matrícula nº 12.886;
Lote Urbano nº 30, Quadra 229, área 340,00m2, Matrícula nº 12.887;
Lote Urbano nº 31, Quadra 229, área 340,00m2, Matrícula nº 12.888;
Lote Urbano nº 35, Quadra 230, área 516,289m2, Matrícula nº 12.892;
Lote Urbano nº 85, Quadra 234, área 300,00m2, Matrícula nº 12.942;
Lote Urbano nº 87, Quadra 234, área 300,00m2, Matrícula nº 12.944.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 31 de maio de 2016.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.812/2016

DECRETO Nº 5.812, DE 31 DE MAIO DE 2016.
“LIBERA CAUÇÃO DE IMÓVEL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica liberada a caução, garantida pelo Lote urbano nº 02, Quadra 223, com área de 1.200,00m2, Matrícula nº 11.766 do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, localizado no Loteamento Hartmann, Município de São José do Cedro/SC, de propriedade de Hartmann Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ nº 14.711.836/0001-09, tendo em vista o cumprimento das exigências constantes na Lei Complementar nº029, de 08 de novembro de 2011 e suas alterações.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 31 de maio de 2016.

ANTÔNIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.813/2016

DECRETO Nº 5.813, DE 01 DE JUNHO DE 2016
“INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias do funcionário público municipal MAURICIO FRANCISCO KUHN, ocupante do cargo de Dentista ESF, Matrícula nº 2687, no período de 01 a 19 de junho de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 01 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.814/2016

DECRETO Nº 5.814, DE 01 DE JUNHO DE 2016

“NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO”

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1. Fica NOMEADA a funcionária pública municipal, AMANDA CADONA, para exercer o cargo de NUTRICIONISTA, carga horária de 160 horas mensais, regida pelo Regime Jurídico Estatutário, conforme Lei Municipal nº 2020/93, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2014, homologado através do Decreto nº. 5.504, de 18 de dezembro de 2014, classificada em 3º lugar, média final 8,00, a partir de 01 de junho de 2016, com os vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 01 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.815/2016

DECRETO Nº 5.815, DE 02 DE JUNHO DE 2016

“APROVA O LOTEAMENTO DENOMINADO ALTA COLINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto no artigo 69, IX, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 669, de 15 de outubro de 1982;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Loteamento denominado “ALTA COLINA”, cujo projeto foi também aprovado pela Lei Municipal nº 3.745, de 09 de julho de 2010, para fins de construções e averbações, em razão do cumprimento da Lei Municipal nº 669, de 15 de outubro de 1982.

Art. 2º. A aprovação definitiva do loteamento, não elide o seu proprietário de executar ações futuras de sua responsabilidade, conforme consta no Termo de Compromisso que é parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 02 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito municipal

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

DECRETO Nº 5.816/2016

DECRETO Nº 5.816, DE 06 DE JUNHO DE 2016

“INTERROMPE FÉRIAS DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL”.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na Seção II, Artigo 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica interrompido o período de férias da funcionária pública municipal MARLENE ALVES GARCIA GOMERCINDO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Grupo TSG, Nível 01, Matrícula nº 2.616, no período de 06 a 13 de junho de 2016, por motivo de superior interesse público.

Art. 2º. As despesas com a execução do presente Decreto correm por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de junho de 2016.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Registrado e publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.10/2016

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº10/2016 – Registro de Preço

O Fundo Municipal de Saúde, do Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013 promove Processo Licitatório nº 10/2016, Edital de Pregão Nº 10/2016, para Registro de Preço, sendo o Objeto: AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS INFANTIS, SUPLEMENTOS ALIMENTARES DE USO PEDIÁTRICO FRALDAS GERIÁTRICAS, PARA PACIENTES RESIDENTES E DOMICILIADOS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ATENDENDO NECESSIDADES PREVISTAS NA LEI MUNICIPAL Nº. 3.624/2009, DE 19 DE MAIO DE 2009, QUE INSTITUI O PROGRAMA "SAÚDE MAIS". Recebimento do credenciamento, envelope de proposta e habilitação até às 14:00 horas do dia 17/06/2016. Abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 17/06/2016, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, telefone: 0xx49-36430247, no Departamento de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30. São José do Cedro. Fernando Julio Will – Responsável pelo FMS.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2015

2º TERMO ADITIVO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 173/2015, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 111/2015

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 83.021.873/0001-08, com sede à Rua Duque de Caxias, nº 789, Centro, São Lourenço do Oeste - SC, representado pelos senhores: Prefeito Municipal, Sr. Geraldino Cardoso, brasileiro, casado, portador do RG nº 12/R-1.272.260, inscrito no CPF sob o nº 460.328.009-20; e Secretário Municipal de Educação, Sr. Claudiomiro da Silva, brasileiro, portador do RG nº 3.129.863 e inscrito no CPF nº 894.498.279-15, residentes e domiciliados em São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e a empresa RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Rio de Janeiro, n. 119, Sala 01, Bairro Perpétuo Socorro, no Município de São Lourenço do Oeste - SC, CEP: 89.990-000, inscrita no CNPJ sob o nº 13.397.299/0001-01, neste ato representada por sua representante legal, Sra. Renata Cristina Radin Ricardi, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 925.404.499-72 e portadora da Cédula de Identidade sob o nº 5.281.004-6, residente e domiciliada no Município de São Lourenço do Oeste - SC, doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da Lei 8.666/93, resolvem;

CONSIDERANDO a solicitação de Termo Aditivo ao Processo Licitatório nº 173/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 111/2015, expedida pela Secretaria Municipal de Educação, para que se faça o acréscimo de aproximadamente 18,92% (dezoito vírgula noventa e dois por cento) ao valor total contratado para o fornecedor, referente ao Processo supracitado, pois se faz necessário para que se possa atender aos alunos das escolas da rede pública municipal de ensino.

CONSIDERANDO que o valor total do aditivo é R\$ 12.656,40 (doze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos) o que perfaz aproximadamente 18,92% (dezoito vírgula noventa e dois por cento) do valor total contratado.

Considerando que a Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993 em seu artigo 65, § 1º prevê um acréscimo de até 25% do valor inicial atualizado do contrato, e que este Termo Aditivo respeita esta condição;

Fica aditado ao objeto do Processo Licitatório nº 173/2015, Modalidade Pregão Presencial nº 111/2015, que trata da AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR CONSUMO 1º SEMESTRE DE 2016, os seguintes itens:

Contratada: RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME;

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDADE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
20	CARNE BOVINA (Paleta sem osso em cubos) – Resfriada, contendo no máximo 6% de gordura, isenta de cartilagens, cortada em cubos pequenos, congelada, isento de aditivos ou substâncias estranhas que sejam impróprias ao consumo e que alterem suas características naturais como, aspecto, cor, cheiro e sabor próprio, embalagem plástica atóxica e resistente (máximo 5 kg) com etiqueta de identificação da data de embalagem/validade, peso, registro no SIF, SIM ou CISPOA, marcas e carimbos oficiais de acordo com as portarias do ministério da agricultura e vigilância sanitária. O transporte deverá preservar as características do alimento congelado.	200 Kg	R\$ 14,86	R\$ 2.972,00
32	COXA e SOBRECORA DE FRANGO – Cortada em 3 partes, Congelada a temperatura de - 18°C ou inferior, com tolerância de -12°C. Aspecto próprio, não amolecido, nem pegajoso, cor, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades. Embalagens individualizadas em pacotes de polietileno com no máximo 5 kg em cada pacote. O transporte deverá preservar as características do alimento congelado. Devendo constar data de embalagem/validade, peso, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as portarias do ministério da agricultura e vigilância sanitária. Registro no SIM, SIF ou CISPOA.	1.240 Kg	R\$ 7,81	R\$ 9.684,40
TOTAL				R\$ 12.656,40

O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 12.656,40 (doze mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e quarenta centavos).

São Lourenço do Oeste - SC, 30 de maio de 2016.

GERALDINO CARDOSO Prefeito Municipal	RENATA CRISTINA RADIN RICARDI ME Renata Cristina Radin Ricardi Me
CLAUDIOMIRO DA SILVA Secretário Municipal de Educação	

LEI Nº 2.282, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

LEI Nº 2.282, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

Autoriza à baixa e a doação de bens móveis do Patrimônio Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à baixa dos bens especificados nos Anexos I e II desta Lei, do Patrimônio Municipal.

Parágrafo único. A baixa de que trata o caput deste artigo tem como objetivo proceder à doação dos mencionados bens móveis para instituições públicas, conforme relacionado nos Anexos desta Lei.

Art. 2º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à doação:

I - dos bens relacionados no Anexo I desta Lei, ao Corpo de Bombeiros Militar de São Lourenço do Oeste, por intermédio do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 06.096.391/0001-76;

II - dos bens relacionados no Anexo II desta Lei, à Polícia Militar de São Lourenço do Oeste, por intermédio da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 83.931.550/0001-51.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 06 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Lei nº 2.282, de 06 de junho de 2016)

RELAÇÃO DE BENS QUE SERÃO DOADOS AO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, POR INTERMÉDIO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, INSCRITO NO CNPJ SOB O Nº 06.096.391/0001-76

Código Patrimonial	Descrição	Recursos	Valor de Aquisição
19675	PROJETOR MULTIMÍDIA EPSON POWERLITE S17+	FUNREBOM	R\$ 1.700,00
19725	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL	FUNREBOM	R\$ 131,97
19726	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL	FUNREBOM	R\$ 131,97
19727	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL	FUNREBOM	R\$ 131,97
19728	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL	FUNREBOM	R\$ 131,97
19729	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL	FUNREBOM	R\$ 131,97
19730	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL	FUNREBOM	R\$ 131,97
19731	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL	FUNREBOM	R\$ 131,97
19732	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL	FUNREBOM	R\$ 131,97
19733	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL	FUNREBOM	R\$ 131,97
19734	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL	FUNREBOM	R\$ 131,97
19735	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL	FUNREBOM	R\$ 131,97
19736	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL	FUNREBOM	R\$ 131,97
19737	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL	FUNREBOM	R\$ 131,97
19738	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL	FUNREBOM	R\$ 131,97
19739	CADEIRA UNIVERSITÁRIA COM PRANCHETA ESCAMOTEÁVEL	FUNREBOM	R\$ 131,97
19768	ARMÁRIO EM MDF COM 2,52 M	FUNREBOM	R\$ 2.291,93
19769	ARMÁRIO EM MDF COM 2,46 M	FUNREBOM	R\$ 1.743,87
19770	ARMÁRIO EM MDF COM 2,46 M	FUNREBOM	R\$ 1.743,87
19771	ARMÁRIO EM MDF COM 2,46 M	FUNREBOM	R\$ 876,92
19772	ARMÁRIO EM MDF COM 2,46 M	FUNREBOM	R\$ 876,92
19773	ESCRIVANINHA DE CANTO EM MDF	FUNREBOM	R\$ 976,57
19774	ESCRIVANINHA DE CANTO EM MDF	FUNREBOM	R\$ 976,57
19775	ARMÁRIO MULTIUSO EM MDF	FUNREBOM	R\$ 946,67
19776	ARMÁRIO MULTIUSO EM MDF	FUNREBOM	R\$ 946,67
19821	ARMÁRIO METÁLICO COM MEDIDAS 360X180X60 PARA ACONDICIONAMENTO DE EPI'S DE COMBATE À INCÊNDIO	FUNREBOM	R\$ 2.305,31
19822	ARMÁRIO METÁLICO COM MEDIDAS 360X180X60 PARA ACONDICIONAMENTO DE EPI'S DE COMBATE À INCÊNDIO	FUNREBOM	R\$ 2.305,31
19823	ARMÁRIO METÁLICO COM MEDIDAS 480x180x60 PARA ACONDICIONAMENTO DE EPI'S DE COMBATE À INCÊNDIO	FUNREBOM	R\$ 2.989,39

19909	TELA DE PROJEÇÃO COM SUPORTE PARA PROJETOR MULTIMÍDIA, MEDIDAS 210X150	FUNREBOM	R\$ 493,33
19951	FOGÃO A GÁS, MARCA PROGÁS, MODELO PMS-510N	FUNREBOM	R\$ 1.235,00
19973	TURBO VENTILADOR C/ MOTOR À COMBUSTÃO HONDA/ARP FIRE MOD. 236	FUNREBOM	R\$ 22.000,00
20113	CAMINHÃO RÍGIDO VOLVO, CHASSI 93KP0S1D7GE156934, MODELO VM330 6X4R, MOTOR DIESEL 6 CIL., POT. 330CV/DIN A 2200 RPM. CX. CÂMBIO VOLVO - AT2612D, DIF 4.10, CABINE LEITO NORMAL, EIXO TRAS. RTS2163, CMT 63T, 1 TLD 280L, 1 TLE 280L, NA COR VERMELHA, COM 10 PNEUS 295-80X22.5, PNEU SOBRE MOLAS SEMI-ELIPT, FERR. E ACESSOR. PCTE ACABAM. PADRÃO LX, ANO FAB./MOD. 2016/2016, CAIXA PC 070364 SR 2100052966 DIFER. PC 041289 SR OSR00418760, DIFER. 2 PC 041909 SR OSR00398486, MOTOR Y1A032251, RENAVAM 319144- FINAME 2915034	FUNREBOM	R\$ 244.640,00
Valor total:			R\$ 291.027,88

São Lourenço do Oeste, SC, 06 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

ANEXO II

(Lei nº 2.282, de 06 de junho de 2016)

RELAÇÃO DE BENS QUE SERÃO DOADOS À POLÍCIA MILITAR DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, POR INTERMÉDIO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 83.931.550/0001-51

Código Patrimonial	Descrição	Recursos	Valor de Aquisição
19751	CADEIRA GIRATÓRIA, TIPO POLTRONA DIRETOR	CONVÊNIO TRÂNSITO	R\$ 795,20
19752	CADEIRA GIRATÓRIA, TIPO POLTRONA DIRETOR	CONVÊNIO TRÂNSITO	R\$ 795,20
19880	ARQUIVO DE AÇO, COM 04 GAVETAS, MARCA LUNASA	CONVÊNIO TRÂNSITO	R\$ 320,00
19881	ARQUIVO DE AÇO, COM 04 GAVETAS, MARCA LUNASA	CONVÊNIO TRÂNSITO	R\$ 320,00
19941	TABLET SAMSUNG GALAXY TAB ACTIVE 4G SM -T365M	CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA	R\$ 2.479,00
19942	IMPRESSORA DE CÓDIGO DE BARRAS ZEBRA IMZ320	CONVÊNIO RÁDIO PATRULHA	R\$ 2.990,00
19974	ESTABILIZADOR ENERMAX EXXA 3 300VA BIV THE 220V	CONVÊNIO TRÂNSITO	R\$ 130,00
Valor total:			R\$ 7.829,40

São Lourenço do Oeste, SC, 06 de junho de 2016.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

CONTRATO Nº 22/2016.

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2016 .
CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz, 210, inscrito no CNPJ 80.912.124/0001-82, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. GILNEI ANTONIO GUTH, brasileiro, casado, residente na Rua São Luiz, Centro, neste Município, inscrito no CPF Nº. 469.398.579-15 RG Nº.5.041.812 doravante denominado CONTRATANTE (LOCATARIO) e de outro lado o Sr. VONDERLEI BONALDO, brasileiro, casado, bancário, inscrito no CPF sob nº. 043.822.729-80 e Carteira de Identidade nº. 4.188.341-SESP-DC/SC, residente e domiciliado na Rua São Luis nº 1422 nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC e Comarca de Maravilha/SC, doravante denominado de CONTRATADO, (LOCADOR) resolvem contratar o objeto do presente, conforme edital do Processo de dispensa de licitação nº38/2016, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Locação de uma (01) sala com 129,16m² (cento e vinte e nove virgula dezesseis metros quadrados), com 02 banheiros, apropriado para o fim que se destina, Matrícula nº. 19.200, localizado na Rua São Luis nº1422, Centro, na cidade de São Miguel da Boa Vista/SC, para o funcionamento do Concelho Tutelar.

CLAUSULA SEGUNDA - DO PRAZO DE LOCAÇÃO

O prazo de locação será da assinatura do contrato até o dia 31 de dezembro de 2016, nos termos da Lei das licitações.

CLAUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES ECONOMICAS FINANCEIRAS

DO PREÇO

O preço mensal do aluguel será de R\$ 1.000,00 (um mil real) mensal, perfazendo um valor total de 7.000,00 (sete mil reais), sendo que o pagamento do IPTU é de responsabilidade do Locador.

DA FORMA DE PAGAMENTO

O pagamento do aluguel, do mês de referência, será efetuado, em moeda corrente nacional, até o 12º (décimo segundo) dia do mês subsequente.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGACOES DO LOCADOR

Entregar ao Locatário o imóvel alugado em estado de servir ao uso a que se destina e na data fixada neste instrumento, ainda:

I - Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado.

II - Responder pelos vícios e defeitos anteriores à locação.

III - Fornecer ao Locatário recibo discriminado das importâncias a estas pagas, vedada à quitação genérica.

IV - Pagar o IPTU, impostos e os alvarás que incidam ou venham a incidir sobre o imóvel.

V - O locador, sem anuência do locatário, não poderá transferir, sublocar, ceder ou emprestar o imóvel locado.

VI – Tomar, urgentemente, as providências necessárias para resolver os problemas apresentados e que venham surgir no imóvel locado e que foram solicitadas pelo Locatário.

CLAUSULA QUINTA - DAS OBRIGACOES DO LOCATÁRIO

Pagar pontualmente o aluguel, as despesas com energia elétrica, internet, água e serviço de telefonia ou outros meios de comunicação, e, ainda:

I - Utilizar o imóvel para atendimento de finalidade a que foi alugado.

II - Restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes de seu uso normal e aquelas decorrentes de caso fortuito ou força maior.

III - Levar, imediatamente, ao conhecimento do locador o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros.

IV - Realizar a imediata reparação dos danos verificados no imóvel ou nas suas instalações provocados por si ou seus agentes.

V - O locatário poderá fazer instalação e adaptação ou outros sem autorização do locador.

VI - Permitir a vistoria do imóvel pelo locador ou por seu mandatário, mediante combinação prévia, de dia e hora.

CLAUSULA SEXTA - DAS PRERROGATIVAS DO LOCATÁRIO

Com base no §3º do artigo 62 e no artigo 58, I e II da Lei nº 8.666/93 são atribuídas ao Locatário às seguintes prerrogativas:

I - modificar unilateralmente o contrato para melhor adequação ao atendimento da finalidade a que se destina o imóvel, sendo sempre assegurada ao Locador a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.

II - rescindir unilateralmente o contrato, independentemente do pagamento de multa ou de aviso prévio, após autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, pelos motivos a seguir:

a) não cumprimento ou cumprimento irregular das obrigações do Locador.

b) razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificados e determinados pela máxima autoridade a que está subordinado o órgão que intermedeia o presente ajuste, e exaradas no processo administrativo a que se refere o contato.

c) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato.

CLAUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSICOES GERAIS

Nenhuma modificação poderá ser introduzida no objeto, sem o consentimento prévio do Município, mediante acordo escrito, obedecido os limites legais permitidos.

Quaisquer comunicações entre as parte com relação a assuntos relacionados a este Contrato, serão formalizadas pôr escrito, em duas vias, uma das quais visadas pelo destinatário, o que constituirá prova de sua efetiva entrega.

Os casos omissos a este Contrato, reger-se-ão pela legislação pertinente a matéria na Lei Federal n. 8.666/93 e alterações posteriores.

As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão pôr conta do projeto atividade 2.004, manutenção das atividades da Administração Geral, modalidade aplicação 33.90.

Fica fazendo parte integrante a este termo contratual o edital do processo licitatório 38/2016.

CLAUSULA OITAVA - DA RESCISAO

Além das hipóteses de rescisão unilateral por parte do Locatário enumeradas na cláusula anterior, poderá ser rescindido o presente contrato:

I - por mútuo acordo entre as partes.

II - em decorrência da prática de infração legal ou contratual por quaisquer das partes.

III - em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos pelo Locatário.

IV - em virtude de desapropriação do imóvel, desocupação determinada pelo Poder Público ou incêndio.

V - Por conveniência do Município.

Parágrafo Primeiro: Na hipótese de ser o locador pessoa física, sua morte acarreta a transmissão da locação aos herdeiros.

Parágrafo Segundo: No caso de ocorrência de rescisão com base no inciso 'V', deste art., o Locador está desobrigado de pagar quaisquer valores, a título de indenização, para o Locador.

CLAUSULA NONA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, pôr mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, pôr estarem justos e contratados, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

São Miguel da Boa Vista/SC, 02 de junho de 2016.

GILNEI ANTONIO GUTH Prefeito Municipal	GILBERTO JOSÉ MIORANDO Assessor Jurídico	VONDERLEI BONALDO CPF 043.822.729-80 Proprietário
---	---	--

Testemunhas

MARCELO JONEZ MULLER
CPF: 033.100.669-32

RICARDO JUNIOR BONFANTI
CPF: 067.561.069-96

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 22/2016.

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMOVEL

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 01/2016 FMAS**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 1/11

Processo Nº.: 1/2016**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 1/2016**

No dia 10 do mês de Maio do ano de 2016, compareceram, de um lado a(o) FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.124/0001-82, com sede administrativa localizada na RUA SÃO LUIZ, Nº210, bairro CENTRO, CEP nº. 89879-000, nesta cidade de São Miguel da Boa Vista/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). GILNEI ANTONIO GUTH, inscrito no CPF sob o nº. 469.398.579-15, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 1/2016, Processo Licitatório nº. 1/2016, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de material didático e escolar para uso no Fundo Municipal de Assistência Social, nas quantidades estimadas para o período de 12 (doze) meses, conforme itens, quantidades e valores máximos expressos. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
599	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 81, 82, 83, 84, 85, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 100, 102, 103, 104

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	IVANIA CLORINDA NIOTTO BOURSCH	049.066.109-27

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de material didático e escolar para uso no Fundo Municipal de Assistência Social, nas quantidades estimadas para o período de 12 (doze) meses, conforme itens, quantidades e valores máximos expressos.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 599 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Adesivo Contact 45 Cm x 10 metros, nas cores vermelho, azul, verde e cristal.	un	POLIFIX	3,000	45,0000	135,00
2	Alfinete niquelados 50g nº 29	Cx	BACCHI	2,000	6,3500	12,70
3	Apagador para quadro branco em plástico com depósito medindo 15x6x4	un	FABER	1,000	14,2000	14,20

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 2/11

Processo Nº.: 1/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

Fornecedor: 599 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Apontador lápis, material polipropileno e metal, tipo escolar, cores diversas, tamanho pequeno, quantidade furos 01, características adicionais com depósito, procedência nacional, formato retangular de 6cm altura, 2,5cm largura por 1,5 de profundidade.	un	FABER	15,000	3,8000	57,00
5	Arquivos plásticos para guardar trabalhos dos alunos com 3,5 cm de espessura.	un	DAC	3,000	4,3000	12,90
6	Balão colorido nº 7, pacote com 50 unidades, obs. selo do INMETRO e sistema de gestão de qualidade e ISO 9001.	un	HAPPY DAY	5,000	8,5000	42,50
8	Bastão de cola quente grosso, medindo 30cm.	Kg	RENDICOLLA	3,000	20,0000	60,00
9	Borracha escolar tamanho 40.	un	LEO E LEO	20,000	0,2300	4,60
10	Caderno de desenho grande capa dura com 60 folhas	un	PANAMERICA	25,000	6,1000	152,50
11	Cadernos grandes universitário com capa dura, espiral com 96 folhas não picotadas dividida em matérias Dimensões aproximadas do produto: 27x20cm(AxL)	un	PANAMERICA	15,000	4,4000	66,00
12	Caderno capa dura 48 fls pequeno	un	CREDEAL	10,000	3,3000	33,00
13	Cadernos espiral de 48 fls. de 145x205mm	un	PANAMERICA	10,000	2,7000	27,00
14	Caderno pequeno de caligrafia	un	PANAMERICA	10,000	1,0600	10,60
15	Calculadora de Mesa 12 dígitos com visor LCD (big display). Possui memória, cálculo de porcentagem, inversão de sinais e função GT, correção total e desligamento automático. Funciona a bateria (G10)	un	VMP	2,000	24,8000	49,60
16	Caneta esferográfica, azul, ponta fina, caixa com 50 unidades, constituída de polipropileno, latão com esfera de tungstênio, material transparente e com orifício lateral, com corpo hexagonal e tampa ventilada, nas cores vermelha, azul e preta a escolha do contratante.	Cx	FABER CASTI	2,000	60,0000	120,00
17	Caneta glitter gel com 12 unidades.	Cx	TRIS	2,000	40,8000	81,60
18	Caneta marca texto amarelo fluorescente não recarregável com 12 unidades.	Cx	JOCAR	2,000	15,2000	30,40
19	Clips em metal galvanizado, caixa com 500g, nº2.	Cx	CHAPARRAU	1,000	12,3800	12,38
20	Clips em metal galvanizado, caixa com 500g, nº4.	Cx	CHAPARRAU	1,000	12,3800	12,38
21	Cola branca 110 gr com fórmula a base de água e PVA , 100% lavável mesmo depois de seca, bico contra entupimentos e vazamentos, aplicação em cartolinas e papéis em geral, madeira, biscuit, tecidos e cortiças.	un	TENAZ	20,000	4,8000	96,00
22	Cola branca de 1 kg com fórmula a base de água e PVA , 100% lavável mesmo depois de seca, bico contra entupimentos e vazamentos, aplicação em cartolinas e papéis em geral, madeira, biscuit, tecidos e cortiças.	un	CASCOLAR	4,000	28,8000	115,20
23	Cola dimensional 3D com glitter brilhante várias cores c/35g cada.	un	ACRILEX	4,000	6,7000	26,80
24	Fita crepe adesiva larga em papel, 36mmx50m.	un	ADELBRAS	7,000	31,0000	217,00
26	Estilete 6mm Profissional ajustável, com lamina substituível.	un	JOCAR	2,000	14,3000	28,60
27	Fita adesiva de empacotamento transparente 45mmx45m, material polipropileno transparente, tipo mono face, aplicação multiuso.	un	ADELBRAS	5,000	3,9000	19,50
28	Fita de Cetim 100% Poliéster nº01 - 07 mm com 100mts (simples) cores diversas a escolha do contratante.	un	PH FIT	1,000	19,2000	19,20
29	Folha A4 com 500 unidades, na cor branca medindo 210 mm de largura por 297 mm de comprimento e o seu peso específico é de 75 gramas por metro quadrado, 99,99% não atolamento.	RSM	NOBILY	20,000	19,2000	384,00
31	Giz escolar cilíndrico plastificado, antialérgico de 81mmx10mm branco ou colorido c/50	Cx	DELTA	2,000	28,7000	57,40
32	Grampeador metálico médio, capacidade para grampear de 25 à 40 folhas, base para alojar grampos 26/6, 23/8, 24/08 com abertura correção frontal para reposição de grampos e botão de acionamento (abertura) traseiro, alcance 100 mm, tamanho 6,5 x 4 x 18 cm (AxLxP), apoio da base material plástico polietileno, fabricado em chapa de aço, mola resistente com retração automática.	un	JOCAR	1,000	28,7000	28,70
33	Grampo de metal 26x6 galvanizado com 5000 unidades.	Cx	JOCAR	1,000	3,3000	3,30
34	Lápis borracha com 12 und of 7000.	Cx	FABER	1,000	43,1000	43,10

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 3/11

Processo Nº.: 1/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

Fornecedor: 599 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
35	Lápis de cor longo colápis de cor longo com 12 cores, kit contendo 14 lápis e 01 apontador, todos acondicionados dentro da caixa, sendo 12 de colorir e 2 de escrever escolar, fabricados com árvores plantadas, preservando as florestas nativas. Com cores super vivas, desenhar macio, fácil de apontar, não quebram quando apontar. m 12 cores, fabricados com árvores plantadas, com cores super vivas, desenha mais macio, fácil de apontar, não quebram quando apontar, com certificação do IMETRO.	Cx	FABER	15,000	15,3600	230,40
36	Lápis de escrever grafite nº 02 Preto, corpo sextavado sem borracha, máxima resistência e maciez, de excelente qualidade para uso geral, mina resistente (dureza carga 4B) e escrita macia e traço escuro com excelente apagabilidade, caixa com 72 unidades.	Cx	LEO E LEO	1,000	57,6000	57,60
37	LIVRO PONTO C/100 FOLHAS	un	SÃO DOMING	2,000	20,1600	40,32
38	Marcador permanente para CD, com duas pontas, sendo em um lado ponta fina e no outro ponta grossa.	un	JOCAR	1,000	4,4000	4,40
39	Marcadores para quadro branco c/ 12 unidades, WBM-7 (preto, vermelho e azul).	Cx	PILOT	2,000	95,9000	191,80
40	Massas de modelar em bastão soft com aroma tutti fruti 180g várias cores c/12.	Cx	ACRILEX	8,000	4,7000	37,60
41	Massa de modelar soft em cores variadas, potes 150g, com 06 potes cada pacote.	Pct	ACRILEX	8,000	35,4700	283,76
42	Papel almaço A4 56G com pauta e margem, com 200 folhas.	Pct	CREDEAL	1,000	20,7400	20,74
43	Papel camurça várias cores medindo 40x60cm, pacote com 10 unidades.	Pct	VMP	3,000	8,1000	24,30
44	Papel celofane medindo 85x100 cm bopp sortidos cromos com 50 folhas.	RL	GALA	3,000	47,5200	142,56
45	Papel dupla face várias cores pacote com 20 unidades.	Pct	RST	4,000	11,9000	47,60
46	Papel duplex pacote com 20 unidades.	Pct	RST	4,000	13,4000	53,60
47	Papel laminado 49x59cm com 03 unidades, várias cores.	un	VMP	6,000	1,4000	8,40
49	Papel seda de 50x70cm de maços de 100 folhas com várias cores.	Pct	RST	2,000	12,8000	25,60
50	Pincel atômico ponta 8mm no traço mais grosso 1100 preto, verde, vermelho e azul.	Cx	PILOT	1,000	40,8000	40,80
51	Pincel para pintar, tamanho grande nº20.	un	LEO E LEO	4,000	5,5000	22,00
53	Pistola grande profissional de cola quente, uso para colagem de papel, papelão, madeira, cortiça, isopor, artesanato em geral, flores, decorações. Bivolt (127x220 volts), com potencia mínima de 80W. O aplicador utiliza cola quente fina de resina plástica, e possui gatilho avançado para fluxo contínuo de cola. Produto de acordo com o padrão brasileiro.	un	JOCAR	2,000	17,2000	34,40
54	Placa de EVA atalhado cores rosa, vermelho, roxo, amarelo, verde claro e escuro, laranja, azul claro e escuro, preto, marrom, branco, bege de 40x60 cm, pacote com 10 unidades.	Pct	EVAMAX	2,000	47,0000	94,00
55	Placa de EVA brilhante com glitter cores rosa, vermelho, roxo, amarelo, verde claro e escuro, laranja, azul claro e escuro, preto, marrom, branco, bege de 40x60cm, pacote com 10 unidades.	Pct	LEO E LEO	2,000	52,0000	104,00
56	Placa de EVA com enfeites cores rosa, vermelho, roxo, amarelo, verde claro e escuro, laranja, azul claro e escuro, preto, marrom, branco, bege de 40x60 cm, pacote com 10 unidades.	Pct	LEO E LEO	2,000	47,5000	95,00
57	Placa de EVA cores rosa, vermelho (5), roxo, amarelo, verde claro e escuro, laranja, azul claro e escuro, preto, marrom, branco (5), bege de 40x60 cm, pacote com 10 unidades.	Pct	EVAMAX	4,000	17,2000	68,80
58	Régua de acrílico 30 cm.	un	ACRIMET	10,000	1,9200	19,20
59	Tesoura escolar pequeno com laminado aço inox cabo em polipropileno medida mínima 13cm, com ponta arredondada, sem ponta do tipo Tramontina, mundial ou equivalente corte ondulado grande.	un	LEO E LEO	3,000	7,6000	22,80
60	Tesoura grande para corte ondulada (zig zag), profissional, aço inox, área utilizada para corte com no mínimo 9 cm de comprimento, com ponta em liga de aço inoxidável, corte super afiado, cabo termoplástico em formato anatômico de alta resistência (tamanho total mínimo da tesoura (cabo e corte) de aprox. 22 cm)	un	LEO E LEO	2,000	57,5000	115,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/11

FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Processo Nº.: 1/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

Fornecedor: 599 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
61	Tesouras grandes uso geral, profissional, aço inox, área utilizada para corte com no mínimo 9 cm de comprimento, com ponta em liga de aço inoxidável, corte super afiado, cabo termoplástico em formato anatômico de alta resistência (tamanho total da tesoura (cabo e corte) de aprox. 22 cm)	un	JOCAR	3,000	11,5000	34,50
62	Tinta Auto relevo brilhante varias cores unidade com 35ml cada.	un	ACRILEX	5,000	2,8800	14,40
63	Tinta facial- 10 cores c/15ml cada.	un	YUR	5,000	19,5000	97,50
64	Tinta guache pote com 250ml, cores variadas conforme a solicitação.	un	PIRATININGA	20,000	6,0000	120,00
65	TNT rolo de 1,40x50 metros, (rosa, roxo, verde claro, branco (2), vermelho, azul escuro, azul claro)	RL	SUL BRASIL	3,000	74,8000	224,40
66	Molha dedos, 12g, material base plástico, material tampa plástico, material carga massa, tamanho único, validade carga 2 anos, características adicionais não contém glicerina e não mancha, pote 12g.	un	WALEU	2,000	3,3000	6,60
67	Grampo trilho estendido, material plástico polietileno, cor branca, tamanho 80 mm, capacidade 600fls, 75g, pacote 50 jogos.	Pct	DELO	1,000	10,9000	10,90
68	Tinta Sptrey multiuso 400ml, com resinas acrílicas de secagem rápida, que garantem ótimo acabamento e grande durabilidade. Possui ótimo poder de cobertura, resistência às intempéries e excelente efeito decorativo. Pode ser usado em ambientes internos ou externos. Indicada para: qualquer superfície de metal (aço e ferro), madeira, gesso e cerâmica. nas cores verde, vermelho, prata, ouro, branco e amarelo.	un	COLORGIN	5,000	24,0000	120,00
69	PEN DRIVE 8GB	un	SANDISK	4,000	28,6500	114,60
70	Pen drive 16 GB.	un	SANDISK	3,000	43,1000	129,30
71	Perfurador grande de papel no mínimo 100 folhas. Características: Dimensões aproximadas de 115 x 240 x 260 mm, Aberturas aproximada 13 mm, Capacidade de perfuração mínima de 100 folhas. Distância entre furos de 80 mm. Distância de margem de 08 mm, Peso aproximado 3,2kg Base e cabo: Ferro fundido. Base: Plástico reciclável, Pinos: Aço trefilado, temperado e zincado. Separadores transparentes.	un	CAVIA	1,000	132,3000	132,30
72	Cola Instantânea 5 gr, com bico aplicador de longo alcance para superfícies de difícil acesso, recomendado para, porcelana, metal, borracha, couro, madeira, plástico e papel, resistente à umidade, embalagem fica em pé - possui sistema antivazamento, cola quase todos os materiais, colagem transparente e instantânea, fórmula sem solventes.	un	HENKEL	3,000	9,6000	28,80
73	Espiral para encadernação preto ou transparente, 9 mm.	un	OFFICE PLAS	50,000	0,1100	5,50
74	Espiral para encadernação preto ou transparente 12mm.	un	OFFICE PLAS	50,000	0,1400	7,00
75	Espiral para encadernação preto ou transparente 14mm.	un	OFFICE PLAS	50,000	0,1500	7,50
76	Espiral para encadernação preto ou transparente 17mm.	un	OFFICE PLAS	50,000	0,2000	10,00
77	Capa p/ encadernação transparente com 100 unidades em polipropileno, padrão A4.	Pct	OFFICE PLAS	1,000	34,4500	34,45
79	Balão bexiga modelagem fácil, canudo, sortido, tamanho nº 7, pacote com 50 unidades, com certificação do INMETRO e sistema de gestão de qualidade.	un	SÃO ROQUE	10,000	10,6100	106,10
81	Bola futebol de campo confeccionada em couro sintético, peso entre 420-450g, com diâmetro entre 68 e 70cm de circunferência, costurada, com certificação do IMETRO com data de fabricação e validade, sistema de gestão de qualidade.	un	DALPONTE	2,000	97,8000	195,60
82	Bola de borracha, circunferência entre 48x50 cm, peso entre 150gr e 200gr. Com certificação INMETRO e sistema de gestão de qualidade.	un	LCM	2,000	19,0000	38,00
83	Bola de tênis de mesa na cor laranja 40mm, oficial, confeccionada em material de celulose, embalagem com 06 unidades.	un	LCM	5,000	23,6200	118,10
84	Canetinha hidrográficas 12 cores, formulação com corantes de alta qualidade, com cores vivas e grande durabilidade, com peso aproximado 0,52kg, altura 177.00cm, largura 63.60cm, profundidade 127.00cm, com certificação do INMETRO e sistema de gestão de qualidade.	un	LEO E LEO	3,000	15,2600	45,78
85	Cartolina branca com medidas 50x66, com de 150g. com certificação do INMETRO e sistema de gestão de qualidade.	un	SÃO MIGUEL	20,000	0,5800	11,60

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/11

FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**Processo Nº.: 1/2016****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016****Fornecedor: 599 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA**

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
89	Microfone com fio, com cabo incluso, indicado para captura de voz humana, (fala e canto), e sons de instrumentos musicais, aonde não há uma amplificação de captura de som, exemplo: Bateria acústica, instrumentos de percussão, instrumentos de sopro entre outros.	un	HT58A CSR	1,000	179,0000	179,00
90	Microfone sem fio com base para 02 microfones e com 02 microfones (UHF alcance de 100m), usado na captação de vozes e sons instrumentais.	un	HARMONICS	1,000	820,0000	820,00
91	Pedestal com suporte de microfone, com base estável de três pés, com reguladores de altura vertical e horizontal ajustável, desmontável para transporte.	un	ASK	1,000	222,1000	222,10
94	Caixa de som Multi-Usa com falante 12" , potencia mínima de 60 watts RMS, alimentação 127/220V, amplificada, equalização grave, médio e agudo com 02 entradas P10 p/microfones e 2 entradas P10 instrumental, Aux. RCA ,com USB,SD(cartão de memória) FM e Bluetooth, sem pedestal.	un	TRC TRC-388	1,000	845,0000	845,00
95	Violão Acústico para estudantes(inicialização musical) com cordas em aço, cor natural ou preto, tarraxas niqueladas, com filete em marfim e boa ressonância.	un	TAGIMA	2,000	320,0000	640,00
96	Jogos educativos - bingo, contendo 60 esferas de plástico com numeração em alto relevo + Cartão, com 48 cartelas, com o globo confeccionado 31cm (L) x 11cm (A) x 23cm (P). Embalado em uma caixa com Certificação do INMETRO e classificação indicativa de idade.	un	XALINGO	2,000	35,8500	71,70
100	Jogo educativo pega vareta, constituído de plástico colorido, contendo 31 varetas, com dimensões mínimas de 20x5x5cm em polietileno, armazenado dentro de uma caixa lacrada e plastificado, com certificação do INMETRO e classificação indicativa de idade.	un	XALINGO	2,000	7,8500	15,70
102	Alfabeto em EVA ou Plástico, com letras pequenas, contendo 26 letras, armazenado dentro de uma caixa lacrada e plastificado, com certificação do INMETRO e classificação indicativa de idade.	un	EVARTE	1,000	48,4000	48,40
103	Palito de sorvete em madeira, com ponta redonda, pacote contendo 100 unidades.	un	THEOTO	2,000	5,4500	10,90
104	Papel crepom	un	RST	30,000	0,8600	25,80

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/11

FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**Processo Nº.: 1/2016****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 7/11

Processo Nº.: 1/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 8/11

FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**Processo Nº.: 1/2016****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016****CLÁUSULA SE TA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO LOCAL E PRA O DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA**FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA**

Página: 9/11

Processo Nº.: 1/2016**PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016**

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 10/11
Processo Nº.: 1/2016
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

CLÁUSULA D CIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA D CIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA D CIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel da Boa Vista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSIST. SOCIAL DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA

Página: 11/11

Processo Nº.: 1/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 1/2016

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Miguel da Boa Vista, 10 de Maio de 2016.

GILNEI ANTONIO GUT
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ: 04.303.600/0001-80

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

EDITAL N° 010/2016 - NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE EMBARGO

EDITAL N° 010/2016

NOTIFICAÇÃO DE AUTO DE EMBARGO

O Prefeito Municipal do Município de São Miguel do Oeste, no uso das atribuições do art. 72 da Lei Orgânica Municipal de 05 de abril de 1990, do Código de Obras Municipal (Lei Complementar N°004/2011) e suas alterações,

Considerando que o contribuinte abaixo relacionado se encontra em local incerto e não sabido, não tendo sido localizado por ocasião da emissão de Auto de Embargo;

Considerando que referido contribuinte iniciou execução de obra no imóvel Parte da Chácara n°56, de propriedade do Município de São Miguel do Oeste, sito à Rua Miguel Angelo, esquina com Rua Celso Ramos, s/n°, bairro Santa Rita, Município de São Miguel do Oeste – SC;

RESOLVE

Art. 1º NOTIFICAR o contribuinte abaixo relacionado do Auto de Embargo para que paralise de imediato a edificação.

CONTRIBUINTE	AUTO DE EMBARGO
VILMAR MORAES CPF N° 845.049.519-91	07/2016

Art. 2º Fica notificado, ainda, para que regularize a situação junto a Municipalidade, tendo ciência de que o não cumprimento do Auto de Embargo ensejará propositura de demanda judicial cabível à espécie.

Art. 3º Este edital será disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios, no endereço eletrônico www.diariomunicipal.sc.gov.br, além de ser afixado no mural principal da Prefeitura Municipal e no endereço eletrônico www.saomiguel.sc.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE/SC.

Em, 02 de julho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N. 24/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO N° 24/2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 17/2016

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de materiais pedagógicos, brinquedos e demais destinados para uso junto ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 17 de junho de 2016.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal n° 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, n°

1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 06 de junho de 2016.

SIMONE CARMEM THOMAS

Secretaria Municipal de Assistência Social

PROCESSO LICITATÓRIO N. 25/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2016

O Fundo Municipal de Assistência Social através de sua Gestora, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição de materiais de artesanatos destinados para trabalhos manuais a serem realizados pelas mulheres atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, para o exercício de 2016, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 17 de junho de 2016.

Abertura: às 14h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2005 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 06 de junho de 2016.

SIMONE CARMEM THOMAS

Secretaria Municipal de Assistência Social

PROCESSO LICITATÓRIO N. 78/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 78/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2016

A Prefeitura Municipal, a partir de seu Prefeito, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Maior Valor Ofertado

OBJETO: Contratação de Instituição Financeira ou cooperativa de Credito Especializada para prestação de serviços financeiros, quais sejam: folha de pagto, empréstimos consignados em folha de pagto, aplicações das disponibilizações financeiras de caixa, bem como processamento da movimentação financeira de contas correntes do Município de São Miguel do Oeste, conforme Termo de Referência anexo I.

Entrega dos envelopes: Até às 15h45min do dia 17 de junho de 2016.

Abertura: às 16h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na integra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 06 de junho de 2016.

JOÃO CARLOS VALAR

Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 35.2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 35/2016- MODALIDADE: Pregão Presencial – Registro de Preços

TIPO: Menor Preço

OBJETO: A presente licitação tem como objeto a aquisição parcelada e estimada de bica corrida para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Obras do Município de São Pedro de Alcântara.

DATA DE ABERTURA: 20/06/2016 às 09h00min com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h45min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelos e-mails: camilli@pmspa.sc.gov.br ou licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 08:00h às 12:00h. e das 13:00h às 17:00h. São Pedro de Alcântara, 06/06/2016.

JUCÉLIO KREMER – Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 054/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 054/2016

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. JUCÉLIO KREMER, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 620.977.769-49, residente e domiciliado a Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 61, Centro, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhora ANA LÚCIA DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 000.070.419-93, residente a Rua Rico Kuhn, nº 418, Forquilha-São José/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2015, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA II, descritas

no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 06/06/2016, findando no dia 02/12/2016, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

5.1.1- Acordo entre as partes;

5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:

5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;

5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;

5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;

5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:

5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);

5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:

5.2.2.1- Ato de improbidade;

5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;

5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;

5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;

5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;

5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;

5.2.2.7- Violação de segredo funcional;

5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;

5.2.2.9- Abandono de emprego;

5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;

5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.

5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao

CONTRATADO assistência médico-hospitalar, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.

8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:

8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;

8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.

8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte (20) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de junho de 2016.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal.

ANA LÚCIA DE SOUZA

CONTRATADA

Testemunhas:

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2016

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2016

A Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de

Alcântara, Estado de Santa Catarina, a chamada pública para seleção de (1) Agente Comunitária de Saúde (ACS) para a micro área II - Bairros: Vila Junckes, Campo Demonstração e Santa Filomena, para o período de 06 (seis) meses, encerrando o contrato em 31/12/2016.

§ 1º - Tal edital se fez necessário devido a necessidade da contratação de um(a) profissional ACS, carecido à servidora Jaqueline Pleger ter retornado da perícia com observação de readaptação pois a mesma não tem condições para uso de moto, e nesta área as residências ficam longe uma da outra.

Art. 2º - Os profissionais interessados (as) em participar, deverão comparecer a Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara, no dia 13 de junho de 2016, às 9h, portando a seguinte documentação:

I - Xerox Identidade;

II - Xerox CPF;

III - Xerox PIS PASEP/ Carteira Trabalho;

IV - Xerox Título de Eleitor/ Quitação Eleitoral;

V - Xerox Certificado de Reservista;

VI - Xerox Títulos Escolares;

VII - Xerox Certidão de Casamento;

VIII - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos;

IX - Atestado de Saúde (Médico do Trabalho);

X - 01 Foto 3 x 4 atual;

XI - Comprovante de Residência;

XII - Declaração de bens;

XIII - Declaração de Acumulação;

XIV - Conta Banco Brasil;

XV - Declaração Penalidades;

XVI - Folha Corrida Judicial.

§ 1º - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderá ser retirada no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento 8h às 12h ou através do telefone (48) 32770122 R:221.

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 3º - A vaga ofertada, tem como pré-requisito o cargo temporário de ACS da micro área II e candidato deverá morar na área.

§ 1º - No momento da escolha o candidato deverá apresentar cópia do certificado de ensino fundamental, bem como comprovante de residência;

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 4º - O (a) ACS, irá assumir uma carga horária de 40 horas semanais.

§ 1º - Devendo desempenhar tarefas quanto aos atendimentos domiciliares e quanto a entrega de consultas agendadas aos pacientes. Efetuar registros e relatórios no Programa E-sus. Trabalhar em conformidade com as boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;

§ 2º - O profissional, deverá exercer as atividades que constam na descrição do cargo da Lei Municipal nº 138/99, ou outras atividades relevantes na área da saúde, determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

Art. 5º - A escolha será realizada em forma de assembléia, sendo exposta a vaga, havendo a manifestação de interesse no momento em que for anunciada a vaga.

§ 1º - Havendo mais de um candidato (a) interessado pela mesma vaga, será adotado os seguintes critérios de desempate:

I – Escolaridade;

II – Nº de filhos;

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

Art. 6º - Após a escolha da vaga, o(a) ACS, irá assinar a declaração de ciência da vaga e de suas atribuições, conforme o ANEXO 1, do presente edital.

São Pedro de Alcântara, 03 de junho de 2016.
TATIANA CORDEIRO DA SILVA
Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
_____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, servidor (a) aprovado (a) na Chamada Pública n.º 04/2016, da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de ACS por período temporário, declaro que escolhi tal vaga, e tenho ciência das atribuições do cargo prevista na Lei Municipal nº 138/99 e que poderei vir a desempenhar outras funções não descritas no cargo, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

São Pedro de Alcântara, 03 de junho de 2016.

Nome:

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2016
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 05/2016

A Secretária Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social, DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, apresenta o presente Edital:

Art. 1º - Fica regulamentado no município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, a chamada pública para seleção de (1) Agente de Controle de Endemias (Dengue, Febre Amarela, etc.), para o período de 04 (quatro) meses, encerrando o contrato em 03/10/2016.

§ 1º - Tal edital se fez necessário devido a necessidade da contratação de um(a) profissional Agente de Endemias, carecido ao afastamento da servidora Luana Regina Schmitt.

Art. 2º - Os profissionais interessados (as) em participar, deverão comparecer a Câmara Municipal de Vereadores do Município de São Pedro de Alcântara, no dia 13 de junho de 2016, às 10h, portando a seguinte documentação:

- I - Xerox Identidade;
- II - Xerox CPF;
- III - Xerox PIS PASEP/ Carteira Trabalho;
- IV - Xerox Título de Eleitor/ Quitação Eleitoral;
- V - Xerox Certificado de Reservista;
- VI - Xerox Títulos Escolares;
- VII - Xerox Certidão de Casamento;
- VIII - Xerox Certidão Filhos menores de 14 anos;
- IX - Atestado de Saúde (Médico do Trabalho);
- X - 01 Foto 3 x 4 atual;
- XI - Comprovante de Residência;
- XII - Declaração de bens;
- XIII - Declaração de Acumulação;
- XIV - Conta Banco Brasil;
- XV - Declaração Penalidades;
- XVI - Folha Corrida Judicial.

§ 1º - Dúvidas e/ou esclarecimentos sobre a documentação a ser apresentada, poderá ser retirada no Setor de Recursos Humanos, localizado no 2º andar, do Prédio Administrativo da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, no horário de funcionamento 8h as 12h ou através do telefone (48) 32770122 R:221.

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 3º - A vaga ofertada, tem como pré-requisito o cargo temporário

de Agente de Endemias e o candidato deverá possuir CNH – A.

§ 1º - No momento da escolha o candidato deverá apresentar cópia do certificado de ensino médio, bem como comprovante de CNH – A ;

§ 2º - A apresentação da documentação no ato da escolha, é de caráter eliminatório.

Art. 4º - O (a) Agente de Endemias, irá assumir uma carga horária de 40 horas semanais.

§ 1º - Devendo desempenhar tarefas quanto aos atendimentos domiciliares, comerciais e outros. Efetuar registros e relatórios semanais para a 18ª regional e trabalhar em conformidade com as boas práticas, normas e procedimentos de biossegurança;

§ 2º - O profissional, deverá exercer as atividades que constam na descrição do cargo da Lei Municipal nº 422 de dezembro de 2006.

Art. 5º - A escolha será realizada em forma de assembléia, sendo exposta a vaga, havendo a manifestação de interesse no momento em que for anunciada a vaga.

§ 1º - Havendo mais de um candidato (a) interessado pela mesma vaga, será adotado os seguintes critérios de desempate:

I – Escolaridade;

II – Nº de filhos;

III - Havendo empate em todos os critérios acima, será utilizado para desempate a maior idade do candidato.

Art. 6º - Após a escolha da vaga, o(a) Agente de Endemias, irá assinar a declaração de ciência da vaga e de suas atribuições, conforme o ANEXO 1, do presente edital.

São Pedro de Alcântara, 03 de junho de 2016.

TATIANA CORDEIRO DA SILVA
Secretária de Saúde e Desenvolvimento Social

ANEXO I

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
_____, portador (a) do CPF nº _____ e RG nº _____, servidor (a) aprovado (a) na Chamada Pública n.º 05/2016, da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, relativo ao cargo de ACS por período temporário, declaro que escolhi tal vaga, e tenho ciência das atribuições do cargo prevista na Lei Municipal nº 422/2006 e que poderei vir a desempenhar outras funções não descritas no cargo, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social.

São Pedro de Alcântara, 03 de junho de 2016.

Nome:

PORTARIA N.º 183/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –
Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 183/2016

Concede férias ao servidor DANIEL SILVEIRA.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 91, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder ao servidor DANIEL SILVEIRA, ocupante do

cargo de Engenheiro Agrônomo, férias por 18 dias que gozará a partir de 13/06/2016 a 30/06/2016, referente ao período aquisitivo de 2015/2016.

Parágrafo Único: O saldo de 12 (doze) dias será descontado, haja vista, o recesso de final de ano, conforme determina o decreto nº. 149/2015.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 184/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 184/2016

Exonera CHARLES DA CUNHA do cargo de Técnico em Enfermagem.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar CHARLES DA CUNHA do cargo de Técnico em Enfermagem, contrato de trabalho nº. 058/2015.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 03 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 185/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 185/2016

Admite em Caráter Temporário ANA LÚCIA DE SOUZA para o cargo de Professora II.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse

público, ANA LÚCIA DE SOUZA para o cargo de Professora II, contrato de trabalho nº. 054/2016.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 06 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

PORTARIA N.º 182/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 –

Fone: 48-32770122 – R.222

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 182/2016

Autoriza a readaptação da servidora ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN.

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 22, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Fica autorizado a readaptação da servidora ELIANE MARIA RIBEIRO HOFFMANN, ocupante do cargo de Professora III, para exercer atividades laborativas junto a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, conforme determinação de laudo médico pericial, pelo período de 180 dias a contar de 01/06/2016.

Art. 2.º- Fica autorizada a contratação de servidor(a) temporário para substituir a servidora junto a Secretaria da Educação.

Art. 3.º- A readaptação não modificara a remuneração e o nível do cargo original.

Art. 4.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de junho de 2016.

JUCÉLIO KREMER

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2016.

Schroeder

PREFEITURA

CANCELAMENTO DE ITEM - ATA DE REGISTRO Nº. 01/2016 - PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro,
CEP: 89275-000 – SCHROEDER/SC
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (47) 3374-6500
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br – site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2016 - PMS
PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 03/2016-PMS
PROCESSO Nº. 10/2016-PMS
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

CANCELAMENTO DE ITEM

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições torna público, para conhecimento dos interessados o CANCELAMENTO DE ITEM 31 – “Livreto para reprodução do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (com o conteúdo atualizado conforme Lei Federal 8.609 de 13 de julho de 1990 e com suas alterações), tipo cartilha, 4x4 cores, impressão capa e contra capa em papel colchê brilhoso 120g no tamanho 15x21cm, impressão do conteúdo frente e verso, tamanho 15x21cm, papel A4, gramatura 75g/m², com acabamento com corte especial, grampeado, com arte, tratamento de imagem e prova print. Quantidade Mínima: 500”, referente ao Ata de Registro de Preços nº. 01/2016 – PMS, Processo de licitação nº. 10/2016 – PMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 03/2016 – PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material gráfico para suprir as necessidades da Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme Parecer da Procuradoria nº 73/2016-PROJUR.

Schroeder, 06 de junho de 2016.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 6.558/2016, DE 03 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.558/2016, DE 03 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a sanção da Lei Municipal nº 1.805/2010, de 09 de julho de 2010;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a Licença Maternidade por 60 (sessenta) dias para a servidora, Sra. Catia Mara Dallagnolo, a partir desta data, conforme art.1º da Lei Municipal nº 1.805/2010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 03 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 6.560/2016, DE 07 DE JUNHO DE 2016.

PORTARIA Nº 6.560/2016, DE 07 DE JUNHO DE 2016.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR o pedido de afastamento por Auxílio Doença da servidora, Sra. Silvanete Regina Zoz, com efeitos retroativos a partir de 26 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder (SC), 07 de junho de 2016.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 41/2016-PMS

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2016

Número do Registro de Preços: 39/2016 Data do Registro: 06/06/2016 Válido até: 06/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de iluminação pública para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 03 metros, soquete E - 40. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 250 W.	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)	LuxFort	0	82,2000	1
2	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 01 metros, soquete E - 27. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 70 W.	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)	Luxfort	0	66,9000	1
3	Luminária fechada c/ tampa de acrílico p/ braço de iluminação pública 01 metros, soquete E - 40. Com nome do fabricante no mesmo. Soquete deverá ter os contatos internos em latão cadmiado ou niquelado, com porcelana vitrificada. Luminárias p/ lâmpadas 250 W.	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)	Luxfort	0	71,9000	1
4	Reator vapor sódio - 250W, 250V, baixa perda, (24) , uso externo, galvanizado, com ignítore capacitador incorporado, fator de energia maior que 0,92, demais características conforme especificações na E/3130001/IP/21 e NBR 13593 com garantia de 5 anos. Homologado pela Celesc. Desempenho aprovado pelo Imetro e Procel	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)	Damape	0	77,9000	1
5	Reator vapor sódio - 70W, 250V, baixa perda, (10) , uso externo, galvanizado, com ignítore capacitador incorporado, fator de energia maior que 0,92, demais características conforme especificações na E/3130001/IP/21 e NBR 13593 com garantia de 5 anos. Homologado pela Celesc. Desempenho aprovado pelo Imetro e Procel	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)	Damape	0	37,0000	1
6	Lâmpada vapor sódio, alta pressão, 250 W, tubular, base E - 40, garantia de fluxo luminoso de no mínimo 33.000 lumens, vida útil aproximadamente de 32.000 horas de funcionamento em condições normais. Homologado pela Celesc. Desempenho aprovado pelo Imetro e Procel	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)	Empalux	0	29,3500	1
7	Lâmpada vapor sódio, alta pressão, 70 W, ovóide, base E - 27, garantia de fluxo luminoso de no mínimo 6.500 lumens, vida útil aproximadamente de 28.000 horas de funcionamento em condições normais. Homologado pela Celesc. Desempenho aprovado pelo Imetro e Procel	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)	Empalux	0	18,6700	1
8	Conector tipo cunha, tipo 02- (Homologado pela Celesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)	Joarp	0	2,0000	1
9	Conector tipo cunha, tipo A - (Homologado pela Celesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP (10470)	KRJ	0	2,9700	1

Página: 2/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2016

Número do Registro de Preços: 39/2016 Data do Registro: 06/06/2016 Válido até: 06/06/2017

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de iluminação pública para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	Conector kara A - (Homologado pela Cellesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	KRJ (10470)	0	2,9700	1
11	Fio flexível 1,5 mm nas cores preto, vermelho e branco (rolo de 100 metros) - (Homologado pela Cellesc)	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)		0	62,4000	1
12	Conector kara B - (Homologado pela Cellesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	KRJ (10470)	0	2,9700	1
13	Relé fotoeletrônico para comando de iluminação pública, de corrente alternada 220v. Frequência 50/60hz. Constituído de tampa em policarbonato estabilizado contra o raio ultravioleta. Pinos de contato em latão fixados na parte inferior e selados. Contatos de carga de alta durabilidade, superior a 15.000 operações. Tipo NF em operação. Sensor fotoeletrônico fototransistor de alta sensibilidade. Faixa de operação 3 a 20 Lux para desligar. Relação desligalliga 1:2 a 4 de acordo com a ABNT NBR 5123/98. Tensão de operação 105 A 305 V automático. Temperatura de trabalho -5°C A 50°C. Consumo máximo 0,9W IP 67. Deverá ser apresentado laudo de ensaio do relé comprovando o grau de proteção IP 67, realizado em laboratório oficial reconhecido por órgãos nacionais/ou internacionais. Aquecimento com retardo de 5 segundos. Garantia mínima: 10 anos, gravado no corpo do relé (produto homologado pela CELESC) (enviar amostras e laudos em 05 (cinco) dias úteis, no Departamento de Compras).	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	Intial (10470)	0	24,4500	1
14	Base para relé fotoeletrônico - (Homologado pela Cellesc)	UN	SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP	Exatron (10470)	0	5,4000	1
15	Fita isolante - rolo	UN	COMERCIAL VITORIA LTDA - ME (12658)		0	3,1200	1

Página: 3/4

2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

Página: 4/4

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 39/2016

Número do Registro de Preços: 39/2016		Data do Registro: 06/06/2016		Válido até: 06/06/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material de iluminação pública para atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO VIII							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2016
PROCESSO Nº 75/2016
(10470) - SYSTEM COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - EPP
(12658) - COMERCIAL VITORIA LTDA - ME

Schroeder, 6 de Junho de 2016.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 46/2016-PMS

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2016

Número do Registro de Preços: 40/2016		Data do Registro: 06/06/2016		Válido até: 06/06/2017			
Objeto da Compra:		Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de inseticida líquido para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder (SC), ao longo de 12 meses, conforme especificações no A					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	INSETICIDA LIQUIDO - LARVICIDA BIOLÓGICO - <i>Badillus Thuringiensis israelensis</i> (BTI) para o combate contra as larvas de <i>Aedes aegypti</i> , <i>Culex quinquefasciatus</i> e <i>Simulium pernix</i> (BORRACHUDO), CEPA avaliada e recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), Sorotipo H 14, 1200 U.T.L/MG (Unidades Tóxicas Internacionais por miligrama). Embalagem contendo 10 litros com lacre de fábrica (embalagem hermeticamente fechada; lacre projetado e fabricado de forma a impedir qualquer vazamento, evaporação, perda ou alteração de seu conteúdo) e que o produto tenha Registro na ANVISA. Prazo de validade mínima de 12 meses contados da data de entrega. Para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC), A empresa vencedora deverá prestar serviços de orientações, treinamento e palestras sobre aplicação do produto em campo, sempre que esta Secretaria solicitar, nas localidades indicadas pelo respectivo órgão, durante o tempo necessário para consumir a totalidade do produto solicitado.	LT	AGRO LIDER LTDA (10288)	VECTOBAC	0	109,0000	1

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 40/2016

Número do Registro de Preços: 40/2016		Data do Registro: 06/06/2016		Válido até: 06/06/2017			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de inseticida líquido para atender as necessidades da Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder (SC), ao longo de 12 meses, conforme especificações no A							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2016
PROCESSO Nº 85/2016
(10288) - AGRO LÍDER LTDA

Schroeder, 6 de Junho de 2016.

Seara

PREFEITURA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 9-2016

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 09/2016				ANEXO I DECRETO 39/2009			
NOTIFICA LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS							
LACI GRIGOLO, Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 2º da Lei Federal nº 9.452 de 20 de março de 1997 e Decreto nº 39/2009, de 05 de junho de 2009 que regulamenta notificação da liberação de recursos federais para o Município, NOTIFICA pelo presente EDITAL, todos os Partidos Políticos, Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, que a Prefeitura Municipal de Seara, recebeu recursos financeiros do Governo Federal, de acordo com as especificações a seguir:							
Período/Data da Liberação dos Recursos:					01 a 31 Maio de 2016		
ATO LEGAL		CONCEDENTE				VALOR LIBERADO	
		TRANSF. DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS				273.736,35	
Programa		• Atenção Básica - PAB Fixo				34.010,00	
Programa		• SUS - Estado					
Programa		• Saúde da Família - PSF				33.390,00	
Programa		• Saúde da Família - NASF				20.000,00	
Programa		• Agentes Comunitários de Saúde - PACs				43.602,00	
Programa		• Epidimiologia e Controle de Doenças				-	
Programa		• Farmácia Básica - União				7.576,48	
Programa		• Farmácia Básica - Estado				6.685,13	
Programa		• Saúde Bucal				11.150,00	
Programa		• Teto Municipal da Média e Alta Compl. Amb. e Hosp				-	
Programa		• Incentivo Hospitalar - SUS Estado				-	
Programa		• Melhora do Acesso e Qualidade - PMAQ				-	
Programa		• PMAQ - Atenção Basica				-	
Programa		• SAMU - União				21.919,00	
Programa		• Media e Alta Complexidade - Mamografia				-	
Programa		• Piso Fixo - Promoção Saúde PFVPS				3.472,42	
Programa		• Estruturação Rede Serviços Atenção Basica saúde				-	
Programa		• MAC - AMB Hospitalar - FAEC				4.680,00	
Programa		• SUS - Estado Co - Financiamento				-	
Programa		• Teto Municipal Rede Brasil s/ miséria (BSOR-SM)				-	
Programa		• Teto Municipal Rede Saúde Mental (RSME)				-	
Programa		• Transferencia SUS Cirurgias Eletivas				11.577,33	
Programa		• Transferencia SUS Estado - Prog. Nac. Imunização				-	
Programa		• Piso fixo Vigilância Sanitária - Parte ANVISA				247,18	
Programa		• Piso fixo Vigilância Sanitária - Parte FNS				2.258,46	
Programa		• Transferencia SUS Estado - Inventivo Hospitalar				5.720,48	
Programa		• Transferencia SUS Estado - Co-Financiamento				22.600,00	
Programa		• Atenção Básica - Saúde da Família				-	
Programa		• CAPS - Centro de Atenção psicossocial				28.423,98	
Programa		• Qualificação das ações Vigilância Saúde (PVVS)				-	
Programa		• MAC- FAEC AIH - Cirurgias Eletivas Compn. Único				13.861,89	

Programa	• Assistencia Financeira Complementar ACE - 95%	963,30
Programa	• Forta. Das Politicas Afetivas da Estrat. ACE - 5%	50,70
Programa	• Incentivo Pontuais Ações de Serviços Vigila. Saude	-
Programa	• Programa Saúde na Escola	-
Programa	• Transf. SUS/Estado - Prótese Dentária	-
Programa	/Transf SUS/Estado-Oxigenação Domiciliar	1.548,00
Programa	• FAEC SAI - Mamografia ras. (RCA -RCAN PO 0008	-
	TRANSF. FUNDO NAC. ASSIST. SOCIAL - FNAS	46.735,00
Programa	• Piso Básico Fixo FMAS- PBF	-
Programa	• Piso de Transição de Média Complexidade FNAS - PTMC	-
Programa	• Piso Variável de Média Complexidade FNAS - PVMC	-
Programa	• Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família FNAS - IGD/PBF	-
Programa	• FEAS - Invetimentos	-
Programa	• FEAS - Custeio	-
Programa	• Transferencia FNAS - PBF / PAIF	-
Programa	• Transferencia FNAS	-
Programa	• Transferencia FNAS - CPBF	-
Programa	• Transferencia FNAS - BPC	-
Programa	• FMAS Piso Basico - SC FV	-
Programa	• FMAS ACESSUAS	-
Programa	• FEMAS Benefícios Eventuais	-
Programa	Tranferencias FNAS/BL GBF	2.860,00
Programa	Transferencias FNAS/BL PSB	43.875,00
Programa	• Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social FNAS - IGDSUAS	-
	TRANSF. FUNDO NACIONAL EDUCAÇÃO - FNDE	108.843,28
Programa	• Alimentação Escolar - PNAE	-
Programa	• Transporte Escolar - PNATE	7.260,45
Programa	• Alimentação Escolar Ensino Infantil - PNAC	-
Programa	• Salário Educação	42.778,72
Programa	• Alimentação Escolar Creche	-
Programa	• Alimentação Escolar EJA	-
Programa	• Alimentação Escolar - PNATE	14.708,00
Programa	• Transporte Escolar - Estado	44.096,11
	OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO/UNIÃO	-
Convenio	• MAPA nº 815921/2014 - FAEPS	-
Convenio	• União - Saneamento Basico	-
Convenio	• SDR - Seara - (TR) 241/2016 EFAICS	-
TOTAIS GERAIS DO PERÍODO/DATA.....R\$:		429.314,63
Maiores informações a respeito do valor liberado e a íntegra dos termos supramencionado, podem ser obtidas na Secretaria Municipal da Fazenda, na Prefeitura Municipal de Seara, situada na Avenida Anita Garibaldi, 371, Centro, ou pelo telefone (49) 3452-8300.		
Seara-SC,		em 06 de Junho 2016

Laci Grigolo								
Prefeita Municipal								
Adriana Cê Verza								
Consultora de Controle Interno								
	Registra-se e Publica-se,							
	Em, 06 de Junho 2016							
	Claudiomar Garghetti							
	Secretário Adjunto							

PORTARIAS 377/2016 A 379/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA – SC.

Portaria nº. 377/2016. A Prefeita Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a lei complementar nº 18/2003, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Seara, das Fundações Municipais e dá outras providências, combinado com a lei complementar nº 027/2008, que dispõe sobre o Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração direta do Município de Seara, e dá outras providências, e considerando à homologação do resultado do Edital de Concurso Público nº. 001/2015 através do Decreto nº. 1033, de 10 de março de 2016, resolve,

Nomear por Concurso Público, Suzan Cristiane Rossi, para o cargo de provimento efetivo de Servente Interno, constante no Anexo I – Grupo D - Serviços Gerais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, Lei Complementar nº. 27/2008, e vencimentos previstos na classe inicial, nível 40, anexo IV da mesma lei, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 06 de junho de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., 06 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 06 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 378/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do inciso IX, do artigo 2º da Lei Complementar nº 30/2008, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário e dá outras Providências, combinado com as disposições do Edital de Processo Seletivo nº. 46/2015, para a contratação temporária de pessoal no magistério público municipal para o ano letivo de 2016, resolve,

Contratar, Ione Terezinha Filippi Buth, em caráter temporário, para exercer a função de Professor, categoria Pós Latu Sensu, nível inicial, anexo IV, do Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, Lei Complementar nº. 21/2003, nas séries finais do Ensino Fundamental com a disciplina de Língua Portuguesa, na Escola Núcleo Lira Camila Petry, com carga horária de 10 horas semanais e vencimentos conforme o estabelecido em lei, para substituir professor titular, Veranice Grebin Franke, legalmente afastada, no período de 06 de junho a 16 de dezembro de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara, SC., em 06 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 06 de junho de 2016.

Claudiomar Garghetti

Secretário Adjunto

Portaria nº. 379/2016. A Prefeita Municipal de Seara – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 108, inciso X da Lei Orgânica do Município, resolve,

Exonerar a pedido, Alcione Maria Rissardi Dalchasso, do cargo de provimento efetivo de Servente Interno, constante no Anexo I – Grupo D - Serviços Gerais, do Plano de Cargos e o Sistema de Evolução Funcional dos Servidores Públicos da Administração Direta do Município de Seara, a partir de 06 de junho de 2016.

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Seara – SC., 06 de junho de 2016.

Laci Grigolo

Prefeita Municipal
Registra-se e Publica-se
Em 06 de junho de 2016.
Claudiomar Garghetti
Secretário Adjunto

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 009/2016 - FMS

Fundo Municipal da Saúde de Seara
Processo Licitatório nº 009/2016 - FMS
Edital de Pregão Presencial nº. 007/2016 – FMS - Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93 estará recebendo até às 08h30min do dia 28/06/2016, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para aquisição de absorventes e fraldas descartáveis geriátricas e fraldas descartáveis infantis. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtido no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 06 de junho de 2016.
Odair José Felipe
Secretário Municipal da Saúde

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 087/2016

DECRETO Nº 87/2016 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.050/2015 de 10/12/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 499.999,82 (Quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.050/2015 de 10/12/2015.

Órgão: 07.00 – SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária: 07.01 – Departamento de Agricultura
Projeto/Atividade: 2.010 – Assistência ao Produtor Rural
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Fonte: 00.01.0012 – Transferências de Convênios - Outros
Despesa: 128
..... R\$ 72.000,00

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS
Unidade Orçamentária: 08.0 – Departamento de Transportes
Projeto/Atividade: 2.110 – Manutenção da Secretaria dos Transportes
Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas
Fonte: 00.01.0012 – Transferências de Convênios - Outros
Despesa: 127
..... R\$ 168.000,00

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto/Atividade: 1.120 – Pavimentação de Ruas, Passeios e Ciclovias
Natureza da Despesa: 4.4.93.00 – Aplicações Diretas
Fonte: 00.01.0012 – Transferências de Convênios - Outros
Despesa: 129
..... R\$ 259.999,82

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 499.999,82 (Quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e dois centavos), serão provenientes do excesso de arrecadação de Transferência de recursos financeiros através de Convênio do Estado para Manutenção de Estradas no Perímetro Urbano e Rural (Convênio nº 967/2016).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 01 de Junho de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 088/2016

DECRETO Nº 88/2016 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.050/2015 de 10/12/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 68.286,88 (Sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.050/2015 de 10/12/2015.

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS
Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto/Atividade: 1.120 – Pavimentação de Ruas, Passeios e Ciclovias
Natureza da Despesa: 4.4.93.00 – Aplicações Diretas
Fonte: 00.01.0050 – Alienação de Bens para Outros Programas
Despesa: 130
..... R\$ 68.286,88

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 68.286,88 (Sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e seis reais e oitenta e oito centavos), serão subtraídos da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS
Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos
Projeto/Atividade: 1.120 – Pavimentação de Ruas, Passeios e Ciclovias
Natureza da Despesa: 4.4.90.00 – Aplicações Diretas
Fonte: 00.01.0050 – Alienação de Bens para Outros Programas
Despesa: 75
..... R\$ 68.286,88

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 01 de Junho de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

DECRETO Nº 089/2016

DECRETO Nº 89/2016 DE 01 DE JUNHO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso II do Art. 4º da Lei nº. 1.050/2015 de 10/12/2015;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Órgão e Unidade Orçamentária, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 1.050/2015 de 10/12/2015.

Órgão: 08.00 – SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERV. URBANOS

Unidade Orçamentária: 08.02 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos

Projeto/Atividade: 1.120 – Pavimentação de Ruas, Passeios e Ciclovias

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 – Aplicações Diretas

Fonte: 00.01.0012 – Transferências de Convênios - Outros

Despesa: 131
..... R\$ 60.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), serão provenientes do Excesso de Arrecadação de Transferências de Recursos do Estado para Aquisição de Blocos de Concreto Pavers para construção de Passeios Públicos – Trecho da Rua Marechal Deodoro da Fonseca, Rua Sete de Setembro e Rua Almirante Barroso. (Convênio nº 669/2016).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 01 de Junho de 2016.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

26/2016 AVISO DE ABERTURA DAS PROPOSTAS

PROCESSO DE LICITAÇÃO PMS Nº 26/2016

TOMADA DE PREÇO PMS Nº 01/2016

AVISO DE ABERTURA DA PROPOSTA

O Município de Siderópolis, Estado de Santa Catarina, através da Comissão Permanente de Licitação torna público, para conhecimento dos interessados, que não houve interposição de recurso na fase de abertura das documentações. Sendo assim, fica designado o dia 10/06/2016 às 09h00min a reunião para abertura dos documentos contendo a proposta de preço das licitantes habilitadas.

Siderópolis, 06 de junho de 2016.

ROBERTO JULIO RIBEIRO

Presidente da Comissão de Licitação

DECRETO Nº 67/2016

DECRETO N.º 67 DE 02 DE MAIO DE 2016

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS ORDINÁRIOS E VINCULADOS, NO ORÇAMENTO DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal HÉLIO ROBERTO CESA no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.173, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor e R\$ 17.000,00 (dezesete mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	5035	Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União
PROJETO/ATIVIDADE	2.036	Manutenção das Ações Vinculadas ao MDS
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	10	

VALOR: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	243	Assistência a Criança e ao Adolescente
RECURSO	5000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.037	Manutenção do Conselho Tutelar
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	15	

VALOR: R\$ 2.000,00 (dois mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de Recursos de Transferências do Sistema Único de Assistência Social – SUAS/União, no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), e provável excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.126, de 2 de dezembro de 2015 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 02 de Maio de 2016.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

JOSÉ ANTÔNIO PÉRICO

Secretário de Administração

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de Maio de 2016.

EXTRATO DO CONTRATO FMAS COMPETÊNCIA 05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL DE SIDEROPOLIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 2/2016

Contratante.: FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: TEIXEIRA ALAMINI E CARARA LTDA ME

Valor : 15.742,00 (quinze mil setecentos e quarenta e dois reais)

Vigência : Início: 06/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2016

Recursos : Dotação: 1.010.4.4.90.00.00.00.00.00 (5) Saldo: 16.500,00

Objeto : Fornecimento parcelado de equipamentos de informática.

Contrato Nº.: 1/2016

Contratante.: FUNDO MUN. ASSISTENCIA SOCIAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: NYCE PAPELARIA E INFORMATICA LTDA ME

Valor : 14.492,20 (quatorze mil quatrocentos e noventa e dois reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 03/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2016

Recursos : Dotação: 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00 (12),
2.038.3.3.90.00.00.00.00.00 (18)

Objeto : Fornecimento parcelado de materiais de escritório para manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Siderópolis.

Siderópolis, 6 de Junho de 2016

EXTRATO DO CONTRATO FMS COMPETÊNCIA 05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 32/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: LENOIR ALVES RODRIGUES - ME

Valor : 28.660,00 (vinte e oito mil seiscentos e sessenta reais)

Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2016

Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00.00 (8)

Objeto : Contratação de empresa (s), para fornecimento de forma parcelada de lanches, para atender os funcionários da Secretaria Municipal de Saúde do município de Siderópolis, durante o exercício de 2016.

Siderópolis, 6 de Junho de 2016

Contrato Nº.: 33/2016

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS

Contratada...: FRANCIELI ROSSA - ME

Valor : 40.218,20 (quarenta mil duzentos e dezoito reais e vinte centavos)

Vigência : Início: 03/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 6/2016
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8),
2.027.3.3.90.00.00.00.00 (20), 2.029.3.1.90.00.00.00.00 (27),
2.033.3.3.90.00.00.00.00 (36)
Objeto : Aquisição de materiais de expediente para atendimento as
Unidades de Saúde do município, durante o exercício de 2016.

Siderópolis, 6 de Junho de 2016
Contrato Nº.: 34/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS
Contratada...: RODRIGO CARARA - ME
Valor : 47.172,40 (quarenta e sete mil cento e setenta e dois reais
e quarenta centavos)

Vigência : Início: 03/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 7/2016
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8),
2.024.4.4.90.00.00.00.00 (10), 2.027.3.3.90.00.00.00.00 (20),
2.030.3.3.90.00.00.00.00 (28), 2.033.3.3.90.00.00.00.00 (36),
2.034.3.3.90.00.00.00.00 (41), 2.040.3.3.90.00.00.00.00 (42)
Objeto : Fornecimento parcelado de materiais, suprimentos e
equipamentos de informática durante o exercício de 2016 para suprir as
necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

Siderópolis, 6 de Junho de 2016
Contrato Nº.: 35/2016
Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIDEROPOLIS
Contratada...: GPS PNEUS E SERVICOS EIRELI - ME
Valor : 47.540,00 (quarenta e sete mil quinhentos e quarenta reais)
Vigência : Início: 05/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2016
Recursos : Dotação: 2.024.3.3.90.00.00.00.00 (8),
2.033.3.3.90.00.00.00.00 (36), 2.034.3.3.90.00.00.00.00 (40)
Objeto : Aquisição de forma parcelada de pneus e serviços de
geometria e balanceamento para manutenção dos veículos pertencentes à
frota da Secretaria de Saúde de Siderópolis durante o exercício de 2016.

Siderópolis, 6 de Junho de 2016

EXTRATO DO CONTRATO PMS COMPETÊNCIA 05/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 34/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: INOVA SOLUCOES EM TELECOMUNICACAO LTDA - ME
Valor : 41.805,00 (quarenta e um mil oitocentos e cinco reais)
Vigência : Início: 02/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2016
Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9)
Objeto : Contratação de empresa especializada para implantação de
telefonia digital (PABX) baseado em servidor IP, contendo software para
gerenciamento da plataforma IP e equipamentos em comodato para o
funcionamento de 60 ramais, 35 linha analógicas, 60 ligações simultâneas
SIP fixo e móvel Brasil geral com 20.000 minutos para fixo e 8000 minutos
para móvel, tudo de conformidade com o Edital e Anexos.

Siderópolis, 6 de Junho de 2016
Contrato Nº.: 36/2016
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS
Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA
Valor : 3.391,44 (três mil trezentos e noventa e um reais e
quarenta e quatro centavos)
Vigência : Início: 16/05/2016 Término: 31/12/2016
Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 1/2016
Recursos : Dotação:
Objeto : Contratação de Empresa para prestação de serviços de

implantação e fornecimento do módulo para gerenciamento de inteligência administrativa, integrados aos demais sistemas licitados, contratados e em uso nesse Município.

Siderópolis, 6 de Junho de 2016

Contrato Nº.: 37/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: KTOP T CONSULTORIA E ENGENHARIA LTDA ME

Valor : 86.420,00 (oitenta e seis mil quatrocentos e vinte reais)

Vigência : Início: 13/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 17/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada para readequação e elaboração de projetos de engenharia no Município de Siderópolis.

Siderópolis, 6 de Junho de 2016

Contrato Nº.: 38/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: VIGILANCIA TRIANGULO LTDA

Valor : 6.556,08 (seis mil quinhentos e cinquenta e seis reais e oito centavos)

Vigência : Início: 30/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 5/2016

Recursos : Dotação:

Objeto : Serviços de segurança patrimonial privada denominada Monitoramento à Distância de Alarme Microprocessado via linha telefônica fixa, mediante a utilização de vigilante(s) treinado(s), veículo(s) automotor(es) e centro de operações.

Contrato Nº.: 39/2016

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SIDEROPOLIS

Contratada...: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA

Valor : 8.811,72 (oito mil oitocentos e onze reais e setenta e dois centavos)

Vigência : Início: 24/05/2016 Término: 31/12/2016

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 2/2016

Recursos : Dotação: 2.004.3.3.90.00.00.00.00 (9)

Objeto : Cessão de uso de software da CONTRATADA à CONTRATANTE, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais do Município (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Decretos) por este fornecidos, dispostos no site www.LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica do Município, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS".

Siderópolis, 6 de Junho de 2016

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 137/2016

DECRETO Nº. 137 DE 06 DE JUNHO DE 2016

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOCIEL VALDECIR DE QUADRO, OCUPANTE DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE SETOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto nas Leis Municipais nº. 384 de 01 de junho de 2001 e 385 de 01 de junho de 2001 e artigo 41 VII da Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o governo federal reduziu consideravelmente o repasse do FPM.

Considerando que é dever do administrador fechar as contas públicas no final do exercício de mandato.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica exonerado, o Servidor Público Municipal de Sul Brasil-SC, a partir desta data, JOCIEL VALDECIR DE QUADRO, portador do CPF nº 040.055.809-20 e RG 12R 4257000, ocupante do cargo em Comissão de Chefe de Setor - nível CC-4, com Lotação na Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social.

Art. 2º. - Este Decreto entra vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil (SC),
06 de junho de 2016.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

JOÃO PAULO GUBERT
Chefe de Gabinete

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 025-2016

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICIPIO DE TIGRINHOS

O MUNICIPIO DE TIGRINHOS – torna público, para conhecimento dos interessados, que foi celebrado contrato nº. 025/2016 com a Senhora NAIR KAISER KOLLN – CPF: 816.981.869.91, para contratação de auxiliar de serviços gerais, em substituição a servidora pública que se encontra em licença maternidade, pelo período de 180 dias.

TIGRINHOS/SC, em 06 de Junho de 2016.

RUDIMAR FRANCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Timbé do Sul

PREFEITURA

DECRETO 130/2016; INSERE DESPESA, FONTE DE RECURSO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2016 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL.

DECRETO Nº. 130, DE 02 DE JUNHO DE 2016.

INSERE DESPESA, FONTE DE RECURSO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO 2016 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TIMBÉ DO SUL.

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul/SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Municipal nº 1.780 de 1º de dezembro de 2015;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam inseridas na Unidade/Orçamentária e Projeto/Atividade abaixo identificada, a despesa e a fonte de recursos que passam a integrar o Orçamento 2016 do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul com a seguinte estrutura orçamentária:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde

36 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0357

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar ao Orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Timbé do Sul, no valor de R\$ 176,78 (cento e setenta e seis reais e setenta e oito centavos) na dotação abaixo especificada:

06.01 – Fundo Municipal de Saúde

2.021 – Manutenção das Ações Básicas de Saúde

36 – 3.3.90.00.00.00.00.00.0357 – Aplicações diretas R\$ 176,78

Art. 3º - O crédito de que trata o artigo anterior é decorrente do superávit financeiro na conta corrente 624.025-9, CEF, agência 1084-7; Fonte de Recursos 49-Gestão das Políticas de Saúde.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 02 de Junho de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 1.804/2016; DENOMINA PONTES SOBRE O RIO SERRA VELHA I E RIO SECO NA LOCALIDADE DE ROCINHA

LEI Nº 1.804, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

DENOMINA PONTES SOBRE O RIO SERRA VELHA I E RIO SECO NA LOCALIDADE DE ROCINHA

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul – SC faz saber a todos os habitantes que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a presente Lei:

Art. 1º - Ficam denominadas as seguintes pontes localizadas junto ao Plano Rodoviário do Município de Timbé do Sul:

I – Ponte Joaquim Albuquerque, a ponte de concreto localizada sobre o Rio Serra Velha I, junto a TBS 178, na localidade de Rocinha;

II – Ponte Alorindo Rodrigues de Melo, a ponte de concreto localizada sobre o Rio Seco, afluente do Rio Serra Velha I, junto a TBS 178, acesso a Cachoeira da Cortina, na localidade de Rocinha;

Art. 2º - Faz parte integrante da presente Lei, o mapa de localização das referidas pontes.2

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul, 1º de Junho de 2016.

ECLAIR ALVES COELHO

Prefeito Municipal

Publicada e registrada a presente lei, nesta secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 44/2016; CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE PARA ANDRIELE MORO BERTI

PORTARIA Nº 44, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

Concede Licença Maternidade

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 467/88, de 16 de dezembro de 1988.
RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA MATERNIDADE à Servidora Andriele Moro Berti, matrícula 2970, ocupante do Cargo de Diretor do Departamento de Assistência Social e Habitação, do Quadro de Pessoal Comissionado do Município de Timbé do Sul, pelo período de 120 dias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 1º de junho de 2016.
Eclair Alves Coelho
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Helder Pessetti
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA 45/2016; CONCEDE GRATIFICAÇÃO

PORTARIA Nº. 45, DE 06 DE JUNHO DE 2016.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Timbé do Sul - SC, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo identificado, gratificação de 30% sobre seus vencimentos:

Nome do Servidor	Matrícula	Cargo
RAFAELA BROLESE	3143	CHEFE DO SERVIÇO DE FARMACIA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Timbé do Sul/SC, 06 de junho de 2016.
ECLAIR ALVES COELHO
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

HELDER PESSETTI
Secretário de Administração e Finanças

Timbó

PREFEITURA

AVISO NOVA ETAPA DE LANCES ITEM 5 PREGÃO PRESENCIAL N.º 04 2016 FCT

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE NOVA ETAPA DE LANCES

PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2016 - FCT

OBJETO: contratação de empresa(s) para locação de estrutura para eventos com disponibilização de equipamentos e estrutura mínima requerida, e acompanhamento técnico durante todo o evento, com montagem e desmontagem, para a 26ª Festa do Imigrante de Timbó, que acontecerá nos dias 07 a 12 de outubro de 2016, no Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul.

O Município de Timbó leva ao conhecimento dos interessados que devido à Decisão da Autoridade Competente, publicada na edição n.º 2009 do Diário Oficial dos Municípios/SC, página 718-719, ficaram convocadas as demais participantes do referido processo licitatório a participar de nova etapa de lances que acontecerá no dia 09/06/2016, às 8h30min, na Sala de Licitações da Prefeitura de Timbó, Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro, Timbó/SC.

Timbó, 06 de junho de 2016

JEAN M. R. VARGAS

Pregoeiro Oficial

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 05 2016 FMS - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 5/2016 FMS

OBJETO: registro de preços para aquisição de medicamentos destinados à distribuição aos usuários do Serviço Municipal de Saúde e consumo interno das Unidades de Saúde e Policlínica de Referência. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 08h30min do dia 20 de junho de 2016. ABERTURA: dia 20 de junho de 2016 às 08h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBÓ (SC), 03/06/2016

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário Municipal de Saúde

AVISO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 41 2016 PMT - AQUISIÇÃO DE MADEIRAS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 41/2016 PMT

OBJETO: registro de preços para aquisição de madeiras destinadas à manutenção e conservação das praças do município de Timbó. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até às 14h30min do dia 22 de junho de 2016. ABERTURA: dia 22 de junho de 2016 às 14h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro – Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBÓ (SC), 06/06/2016

SERGI FREDERICO MENGARDA

Secretário de Desenvolvimento Econômico

EXTRATO CONTRATO 2016.70 FMAS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/70

AUTORIZANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Assistência Social

AUTORIZADO: Jeferson Bill Deucher

OBJETO: Locação, do imóvel de sua propriedade – Casa Residencial com área construída de 64m², contendo 01 dormitório, sala e cozinha conjugados, banheiro, lavação e varanda externa, localizado na Rua Caroba, nº. 21, casa dos fundos, bairro Estados, Timbó/SC, para uso exclusivamente residencial. Esta locação tem por finalidade o atendimento de usuário em situação de vulnerabilidade social, em cumprimento aos ditames legais relacionados a Assistência Social, em especial o art. 22, § 2º da Lei nº. 8.742/93. VALOR: R\$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais). DATA DA ASSINATURA: 02/05/2016.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Assistência Social

EXTRATO CONTRATO 2016.71 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/71

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Patrícia de Freitas Fernandes Zorzi Me

OBJETO: Execução do treinamento, implantação, elaboração de procedimentos e ferramentas operacionais/gerenciais/estratégicos e mapeamento de processos necessários a efetivação do Sistema ISO 9001 no MUNICÍPIO, tudo de conformidade com as normativas atinentes a espécie, inclusive no que tange a NBR ISO.

VALOR: R\$ 6.336,00 (seis mil trezentos e trinta e seis reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 31/12/2016.

DATA DA ASSINATURA: 02/05/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO CONTRATO 2016.81 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/81

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Jailson Roberto Vailatti.

OBJETO: Execução dos serviços de filmagem com projeção, de acordo com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no lote 06 do Termo de Referência, para toda a programação do FESCATI 2016, que acontecerá nos dias 11 e 12 de junho de 2016, junto ao pavilhão de evento Henry Paul, conforme a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no edital de Pregão Presencial n.º 05/2016.

VALOR: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

PRAZO: 30/06/2016

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2015

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente do FCT

EXTRATO CONTRATO 2016.82 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/82

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Casa Moreira Eventos Ltda Epp.

OBJETO: Locação dos itens de acordo com as especificações/quantidades/formas estabelecidas nos lotes 01 e 04 do Termo de Referência, para toda a programação da Feira de Rua do Livro de Timbó 2016, que acontecerá do dia 08 à dia 12 de junho de 2016 e FESCATI – festival da canção de Timbó, que acontecerá nos dias 11 e 12 de junho de 2016, junto ao pavilhão de evento Henry Paul, conforme a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no edital de Pregão Presencial n.º 05/2016.

VALOR: R\$ 19.360,00 (dezenove mil trezentos e sessenta reais).

PRAZO: 13/06/2016

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2015

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente do FCT

EXTRATO CONTRATO 2016.83 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/83

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Som Três Ltda.

OBJETO: Locação do item 07 de acordo com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no lote 07 do Termo de Referência, para toda a programação do FESCATI – Festival da canção de Timbó, que acontecerá nos dias 11 e 12 de junho de 2016, junto ao pavilhão de evento Henry Paul, conforme a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no edital de Pregão Presencial n.º 05/2016.

VALOR: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

PRAZO: 13/06/2016

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2015

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente do FCT

EXTRATO CONTRATO 2016.84 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/84

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Minister Serviços Ltda Epp.

OBJETO: Execução dos serviços de sonorização e iluminação cenográfica de acordo com as especificações/quantidades/formas estabelecidas nos lotes 02 e 03 do Termo de Referência, para toda a programação da Feira de Rua do Livro de Timbó 2016 e FESCATI 2016, que acontecerão do dia 08 ao dia 12 de junho de 2016, junto ao pavilhão de evento Henry Paul, conforme a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no edital de Pregão Presencial n.º 05/2016.

VALOR R\$ 16.789,33 (dezesesseis mil setecentos e oitenta e nove reais e trinta e três centavos).

PRAZO: 13/06/2016

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2015

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente do FCT

EXTRATO CONTRATO 2016.85 - FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/85

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.

AUTORIZADO: Bezerra Tendas e Coberturas Ltda Me.

OBJETO: Locação do item de acordo com as especificações/quantidades/formas estabelecidas no lote 05 do Termo de Referência, para toda a programação da Feira de Rua do Livro de Timbó 2016, que acontecerá do dia 08 à dia 12 de junho de 2016 e FESCATI – festival da canção de Timbó, que acontecerá nos dias 11 e 12 de junho de 2016, junto ao pavilhão de evento Henry Paul, conforme a programação do evento e demais formas, condições, obrigações, responsabilidades e disposições estabelecidas no edital de Pregão Presencial n.º 05/2016.

VALOR R\$ 1.210,00 (hum mil duzentos e dez reais).

PRAZO: 13/06/2016

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2015

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente do FCT

EXTRATO CONTRATO 2016.87 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2016/87

AUTORIZADO: Município de Timbó através da das Secretaria de Obras e Serviços Urbanos

AUTORIZANTE: Elsidio Schuetze.

OBJETO: Autorização de Uso do imóvel de sua propriedade (Rua Mulde Central, nº. 5446, bairro Mulde Central, Timbó/SC), para que este último ali promova a instalação, manutenção, operacionalização e utilização de um ponto de captação de água. A água

captada será utilizada para abastecer caminhões pipa, destinados a irrigação de ruas e demais atividades.

VALOR R\$ 3080,00 (três mil e oitenta reais).

PRAZO: 31/12/2016

DATA DA ASSINATURA: 18/05/2015

ORLEI ADAZIR PEDRON

Diretor Presidente do FCT

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº. 2016/006

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº. 2016/006

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ através do Fundo Municipal de Assistência Social.

CONVENIADA: ASSOCIAÇÃO DE AMPARO A TERCEIRA IDADE

OBJETO: Execução, pela CONVENIADA, de todas as atividades, objetivos, atribuições e finalidades do seu Estatuto Social e Regimento Interno, principalmente quanto ao acolhimento/atendimento/abrigo do idoso Luiz Fernandes de Lima.

VALOR: R\$ 1.760,00 (mil setecentos e sessenta reais) mensais.

PRAZO: 01/06/2016 até 31/12/2016.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde/ Secretário de Assistência Social

EXTRATO DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2013.175 - PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

DÉCIMO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/175

AUTORIZANTE: Município de Timbó.

AUTORIZADO: Consórcio Anel Viário Timbó.

OBRA: gerenciamento, supervisão, fiscalização e apoio técnico das obras previstas no projeto, a supervisão ambiental e o desenvolvimento/elaboração dos projetos executivos e As Built, as readequações e demais estudos complementares, necessários a implantação do anel viário – Rua Araponguinhas - Edital de Concorrência nº 114/2013.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução até 30/09/2016.

DATA DA ASSINATURA: 30/05/2016.

ORLEI ADAZIR PEDRON

Secretário de Obras e Serviços Urbanos.

EXTRATO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2015.47 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2015/47

AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

AUTORIZADO: Paviplan Pavimentação Ltda.

OBJETO: Prorrogação do prazo de execução até 17/07/2016.

DATA DA ASSINATURA: 16/05/2016.

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 09 2015 SAMAE'

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 09/2015 SAMAE

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó através do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto

OBJETO: Registro de preço para contratação de serviços de hora-máquina (retroescavadeira) com operador, destinados ao atendimento das demandas nas manutenções de redes de abastecimento de água.

EMPRESA FORNECEDORA: Ladehoff Comércio e Serviços de Terraplanagem Ltda EPP

TOTAL ESTIMADO: R\$ 41.400,00 (quarenta e um mil e cem reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 06/03/2017

Timbó, 04/03/2016

WALDIR GIRARDI

Diretor Presidente do SAMAE

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 127 2015 PMT

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 127/2015 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó

OBJETO: Registro de preços destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de reserva, emissão, marcação, cancelamento, remarcação, e fornecimento de passagens aéreas, nacionais e internacionais, e correlatos, conforme as quantidades e características descritas no anexo I (termo de referência).

EMPRESA FORNECEDORA: Selfecorp Viagens Corporativas Ltda Me

TOTAL ESTIMADO: R\$ 89.000,00 (oitenta mil reais).

PERCENTUAL OFERTADO: 11% (onze por cento).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 17/02/2017

Timbó, 18/02/2016

MARIA RAMOS GONZAGA PELLIN

Secretária Municipal de Articulação Política e Institucional

CÂMARA MUNICIPAL**Portaria nº 19 de 2016**

Portaria Nº 019/2016

Autoriza o pagamento da primeira parcela da Gratificação Natalina aos servidores da Câmara Municipal.

O Presidente da Câmara Municipal de Timbó, no uso da atribuição conferida pelo art. 50, § 3º, II, do Regimento Interno combinado com o art. 16, III, da Lei Orgânica, e amparado no art. 71, caput e §§ 2º e 3º, da Lei Complementar nº 1/1993, Resolve:

Art. 1º Autorizar o pagamento da primeira parcela da Gratificação Natalina aos servidores da Câmara Municipal, que corresponderá a 6/12 daquela, devendo ser realizado até o dia 1º de julho de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Timbó, 3 de junho de 2016.

Douglas Emanuel Marchetti

Presidente

Três Barras

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 49/2016

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 10/2014
Termo Aditivo nº 49/2016

Processo Licitatório nº59 /2014

Concorrência Pública

Contratante: Fundo Municipal De Saúde – CNPJ nº 11.491.075/0001-39

Contratado: Construtora IC Ltda Me - CNPJ sob o nº 85.248.920/0001-86.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quinta do Contrato Principal nº 10/2014 acrescentando o valor de R\$ 12.678,90 (doze mil e seiscentos e setenta e oito reais e noventa centavos), devido a necessidade de aquisição de materiais extras, para a conclusão da obra. Valor: R\$12.678,90 (doze mil e seiscentos e setenta e oito reais e noventa centavos).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 06 de junho de 2016.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 52/2016

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 12/2016

Termo Aditivo nº 52/2016

Conveniente: Prefeitura Municipal de Três Barras – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Conveniada: COOPERATIVA ESCOLA DOS ALUNOS DO COLÉGIO AGRÍCOLA "VIDAL RAMOS" – COOPESA representado pelo seu Presidente, aluno Charles Acetano da Luz - CPF sob o nº 110.878.699-51.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Termo de Convênio nº 12/2016, aumentando (01) uma parcela, com valor de R\$ 1.250,00 (hum mil e duzentos e cinquenta reais), referente a 50% (cinquenta por cento) da despesa com 01 (uma) vaga, a ser pago em 01 (parcela) parcela até o dia 25 de setembro de 2016.

Valor: R\$ 1.250,00 (hum mil e duzentos e cinquenta reais).

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 06 de junho de 2016.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 50/2016

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2014

Termo Aditivo nº 50/2016

Processo Licitatório nº84 /2014

Tomada de Preço

Contratante: Fundo Municipal De Saúde – CNPJ nº 11.491.075/0001-39

Contratado: Rocha e Machado Empreendimentos Ltda Me - CNPJ sob o nº 14.356.450/0001-92.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 12/2014 prorrogando o prazo de execução do item 4.1 e da vigência do item 4.2 para até 24 de agosto de 2016, prazo máximo para conclusão das obras.

Valor:

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 06 de junho de 2016.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 53/2016

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 22/2015

Termo Aditivo nº 53/2016

Processo Licitatório nº27 /2015

Tomada de Preço

Contratante: Prefeitura Municipal De Três Barras – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Paviplan Pavimentação Ltda - CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12.

Objeto: Altera-se a Cláusula Terceira do Contrato Principal nº. 022/2015, suprimindo os valores do Item 05, e por consequência do valor total do contrato, conforme segue: a) Suprimir o valor de R\$ 1.127,62 (hum mil e cento e vinte e sete reais e sessenta e dois centavos) referente ao tamanho da Placa de Obras, conforme o Item 01 do orçamento, passando de R\$ 5.412,41 (cinco mil e quatrocentos e doze reais e quarenta e hum centavos) para R\$ 4.284,79 (quatro mil e duzentos e oitocentos e quatro reais e setenta e nove centavos):

Valor: R\$ 1.127,62 (hum mil e cento e vinte e sete reais e sessenta e dois centavos)

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 06 de junho de 2016.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 51/2016

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2015

Termo Aditivo nº 51/2016

Processo Licitatório nº105 /2014

Concorrência Pública

Contratante: Prefeitura Municipal de Três Barras – CNPJ nº 83.102.400/0001-35.

Contratado: Paviplan Pavimentação Ltda - CNPJ sob o nº 03.620.927/0001-12.

Objeto: Altera-se a Cláusula Quarta do Contrato Principal nº 004/2015 prorrogando o prazo de execução do item 4.2 e da vigência do item 4.3 para até 24 de agosto de 2016, prazo máximo para conclusão das obras.

Valor:

ELOI JOSE QUEGE

PREFEITO MUNICIPAL

Três Barras - SC, 06 de junho de 2016.

Treze Tílias

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 37/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA □ MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

Processo Licitatório nº 37/2016 – PREGÃO PRESENCIAL

Objeto: Aquisição de forma parcelada de material de higiene e limpeza para Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grandier.

O recebimento dos envelopes contendo a □ proposta □ e □ documentação □ será até as 09h00 min do dia 17/06/2016, sendo que a abertura e o julgamento do processo licitatório serão no mesmo dia e horário, na Sala de Reuniões da Prefeitura de Treze Tílias, situada na Praça Ministro Andreas Thaler, 25, Centro, Treze Tílias, CEP 89650-000. Mesmo local onde pode ser obtido o edital na íntegra. Maiores informações no telefone (49) 35370166.

MAURO DRESCH
Prefeito

DECRETO 2170

DECRETO Nº 2.170/2016 de 1º de junho de 2016
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA DE TREZE TÍLIAS
NO VALOR DE R\$569.664,30 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$499.989,20 (quatrocentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e nove reais e vinte centavos) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

01 – Manutenção da Secretaria de Transportes e Obras

Projeto/Atividade: 2.005 – Manutenção da Secretaria

Modalidade de Aplicação:

(125) 3.3.90.00.00.00.00.00.0625
..... R\$499.989,20

Artigo 2º. Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, fica utilizado o excesso de arrecadação vinculado ao Convênio 2016TR000983 – SDR Joaçaba/SC.

Art. 3º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$69.675,10 (sessenta e nove mil, seiscentos e setenta e cinco reais e dez centavos) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

05 – SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

02 – Serviços públicos e urbanos

Projeto/Atividade: 2.214 – Revitalização de ruas, avenidas, parques e calçadas

Modalidade de Aplicação:

(126) 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0024
..... R\$69.675,10

Art. 4º. Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, fica utilizado o superávit financeiro dos recursos do FUNDAM.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Município de Treze Tílias/SC, 1º de junho de 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

PORTARIA 094/2016

PORTARIA Nº 094/16 DE 30 DE MAIO DE 2016

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto nos artigos 13 a 17 da Lei Orgânica Municipal, artigos 7 a 20 da Lei Complementar nº 40/2011 e, ainda, nos demais termos da Legislação correlata:

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a senhora MICHELE DOS SANTOS SILVA, brasileira, portador da Cédula de Identidade N.º 5.594.279, inscrito no CPF sob o N.º 078.792.039-82, residente e domiciliado na cidade de Lages/SC, aprovado em concurso público oriundo do Edital N.º 001/2016 de 29 de fevereiro de 2016, na respectiva ordem de classificação conforme Decreto nº 2156/2016 de 05 de maio de 2016, para o cargo de T.M.N.S EM MEDICINA VETERINÁRIA - VETERINÁRIA, com carga horária de 10 (dez) horas semanais.

Art. 2º - A tomada de Posse e assinatura do respectivo Livro de Posse e a entrada em exercício se dará no prazo legal obedecendo a previsão da Lei Complementar Nº 40/2011.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão à conta de dotações orçamentárias próprias e vigentes.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 30 DE MAIO DE 2016.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

AVISO DE ERRATA AO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 86/2016.

Aviso de Errata ao PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 86/2016.

Comunica errata do Edital, publicado no dia 02/06/2016, cujo objeto é a seleção de propostas, visando a contratação de mão de obra especializada e peças de primeira linha de montagem para a recuperação da parte hidráulica do Trator sobre Esteiras D51-E do DMER de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

Correção do Item 112 da PROPOSTA DE PREÇOS.

onde se lê:

Serviço desmontar sistema hidráulico e relacionar peças no valor de R\$ 2.950,00(dois mil novecentos e cinquenta reais). Foi retirado este item da proposta de preços uma vez que ele foi incluso por equívoco.

DATA DE ABERTURA

Entrega das propostas até às 14h do dia 08/06/2016.

leia –se: DATA DE ABERTURA

Data de Abertura para o 14h do dia 20 de junho de 2016.

“Informações no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22, Email:compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis, SC, 06 de junho de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL.

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 89/2016 PREGÃO PRESENCIAL Nº: 71/2016

Processo de Compra Nº.: 89/2016

Pregão Presencial nº: 71/2016

O Município de Tunápolis, torna público, para o conhecimento dos interessados, que na forma da Lei 8.666, de 21/06/93 e especialmente da Lei 10.520, de 17/07/2002, se acha aberto o Processo de Licitação, na modalidade de Pregão Presencial, que tem por objeto a Contratação de serviços de Assessoria e Consultoria Contábil para o Município de Tunápolis/SC.

Entrega das propostas e Credenciamento até as 9h do dia 20 de junho de 2016.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone(0xx493)632-11-22. Email: compras@tunapolis.sc.gov.br.

Tunápolis,SC,. 06 de junho de 2016.

Enoi Scherer

PREFEITO MUNICIPAL

Turvo

PREFEITURA

DECRETO 23/2016

DECRETO Nº 023/16, de 02 de Junho de 2016.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 2.265/15 (Lei Orçamentária Anual), de 08/12/2015. DECRETA

Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Turvo no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), assim classificados:

07.01 – SECRETARIA DE TRANSPORTES OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

15.452.0007.1.004 – VIAS URBANAS PAVIMENT. PAS. PUBL. E PRAÇAS PÚBLICAS

4.4.90.00.00.00.00.00.0024 (083) – Aplicações Diretas
..... R\$ 500.000,00

Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta da fonte 0083 por conta do Convênio nº 2016TR959 no valor de R\$ 500.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo - SC, 02 de junho de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 169/2016

PORTARIA Nº 169/16, de 01 de Junho de 2016.

CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o artigo 138, XII, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 30 (trinta) dias aos servidores abaixo especificados, no período de 01.06.2016 a 30.06.2016, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal.

MATR. SERVIDOR (A) PERÍODO DE AQUISIÇÃO

1879 Nazaré Machado Martins 01.07.2015 a 30.06.2016

1885 Susana Spader 07.05.2015 a 06.05.2016

0679 Eliani Cesário da Rosa 01.04.2015 a 31.03.2016

1119 Marlene Maria Manenti Casteller 01.03.2015 a 29.02.2016

3404 Andréia Pereira 18.03.2015 a 17.03.2016

1041 Roberto Bardini 07.12.2014 a 06.12.2015

2747 Odete Manenti Martins 02.01.2015 a 01.01.2016

3511 Camila Farias 22.05.2015 a 21.05.2016

1254 Clodoaldo Coelho Luiz 02.07.2014 a 01.07.2015

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de junho de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

PORTARIA 170/2016

PORTARIA Nº 170/16, de 01 de Junho de 2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 83, § 3º da Lei nº 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Turvo),

RESOLVE

Art. 1º - Conceder férias de 20 (vinte) dias ao servidor abaixo especificado, no período de 10.06.2016 a 29.06.2016, com gratificação especial de 1/3 a mais do que o vencimento normal, sendo que 1/3 será convertido em abono pecuniário, conforme preceitua o Art. 83, § 3º da Lei nº 1.154/95 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Turvo).

MATR. SERVIDOR PERÍODO DE AQUISIÇÃO

0269 Gabriel Arcanjo da Luz 04.01.2015 a 03.01.2016

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 01 de junho de 2016.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel – Secretário de Adm. e Finanças.

União do Oeste

PREFEITURA

DECRETO N.º 3156/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO OESTE

DECRETO MUNICIPAL N.º 3.156, De 31 de maio de 2016.

"DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO N.º 33/2016, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS".

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e, considerando a decisão exarada pela comissão de licitações, em anexo,

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o PROCESSO LICITATÓRIO N.º 33/2016, NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS.

Art. 2º Determina-se a abertura de novo certame para aquisição dos materiais previstos no edital n.º 33/2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 31 de maio de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Registrado em da data supra e Publicado conforme Lei Municipal N.º 1010/2014.

EDITAL DE AUDIENCIA PUBLICA N. 3/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE UNIÃO DO OESTE

EDITAL N.º 003/2016

DE CONVOCAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

EVERALDO LUIS CASONATTO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos que estará realizando na Câmara de Vereadores de União do Oeste, sito a Avenida São Luiz, AUDIÊNCIA PÚBLICA, conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal e Lei Municipal N.º 494, de 14 de maio de 2001.

1 - DO OBJETO:

O presente Edital destina-se a convocação dos munícipes do Município de União do Oeste - SC, para participarem de Audiência Pública, com a finalidade de rever o Plano Plurianual de Investimentos, discutir a elaboração da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentária e LOA – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017.

2 – DO DIA, HORÁRIO e LOCAL:

A Audiência Pública será realizada no dia 29 de Junho de 2016, com início às 14:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste.

3 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Maiores informações, poderão ser obtidas na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de União do Oeste, ou pelo telefone 49 3348 1202.

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste, em 06 de junho de 2016.

EVERALDO LUIS CASONATTO

Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N. 493/2016

PORTARIA N. 493/2016

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Abril de 2016, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
1167	Andreia Costa Moreira Mozer	03/01/15 à 02/01/16	01/04/16 à 30/04/16
1365	Eduardo Roberto Korner Romani	19/08/14 à 18/08/15	01/04/16 à 30/04/16
839	Elton Bruno Ferreira	06/01/15 à 05/01/16	01/04/16 à 30/04/16
818	Suêlen Favretto	01/07/13 à 30/06/14	01/04/16 à 30/04/16

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 494/2016

PORTARIA N. 494/2016.

"DETERMINA A SUSPENSÃO DE PAGAMENTO DE BENEFÍCIO QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a SUSPENSÃO do pagamento do Benefício de Pensão que trata a Portaria nº 333/2006 de 01 de fevereiro de 2006 a Sra. "ANTÔNIA ELZA SUZIN", por motivo de falecimento conforme Certidão de Óbito – Matrícula: 104851 01 55 2015 4 00035 273 0013075 64 materializada em 31 de março de 2016 e Parecer da Assessoria Jurídica.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Vargem Bonita-SC, 01 de Abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 495/2016

PORTARIA N. 495/2016

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "RUTH MARIA TABORDA DA SILVA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 02/11/1971, inscrita no CPF n. 897.837.519-72, carteira de identidade n. 17/R 2.875.480, título eleitoral n. 030390600957, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 87 (oitenta e sete) dias consecutivos, a contar de 01 de Abril de 2016 à 26 de Junho de 2016, conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se aos seguintes períodos aquisitivos:

1º - De 01 de Março de 2005 à 31 de Maio de 2005 = 3 meses

2º - De 01 de Junho de 2005 à 28 de Abril de 2006 = 10 meses e 28 dias

3º - De 02 de Maio de 2006 à 03 de Março de 2010 = 3 anos, 10 meses e 2 dias => 5 anos.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 496/2016

PORTARIA N. 496/2016

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando que a funcionária efetiva "Ruth Maria Taborda da Silva" encontra-se em "Licença Prêmio",

Considerando a ordem de chamada,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar "ALINE APARECIDA ANHAYA", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 07/08/1985, inscrita no CPF n. 059.863.649-88, carteira de identidade n. 4.756.555, título eleitoral n. 048081540906, para exercer o cargo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", em caráter temporário de forma excepcional de acordo com o art. 2º, inciso I da Lei Complementar n. 025/99 de 17/12/1999, combinado com o artigo 7º da Lei Complementar n. 086/2011 de 18/10/2011 tendo em vista ter sido aprovada no Concurso Público FMS n. 001/2015 de 11 de novembro de 2015 e homologado pelo Decreto n. 008/2016 de 27 de janeiro de 2016, com vencimentos de lei a partir desta data até 26 de Junho de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 497/2016

PORTARIA N. 497/2016.

"ALTERA CATEGORIA FUNCIONAL DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a categoria funcional da servidora "SIMARA INES GAZZONI BITTENCOURT", brasileira, casada, nascida em 24/11/1968, inscrita no CPF n. 692.775.249-87, ocupante do cargo efetivo de "ENFERMEIRO", nível 32 classe/referência "D", passando para o nível 32 classe/referência "H", tendo em vista a documentação apresentada que totalizou 480 (quatrocentos e oitenta) horas/aulas obtidas através de cursos realizados na área em que atua e que foi concursada, conforme sentença judicial referente a Ação

Reclamatória Trabalhista/Ordinário do Autos nº 218.10.000748-7, concedida pelo juiz de direito da Comarca de Catanduvas(SC) doutor Marcio Preis, preenchendo os requisitos mencionados na Lei Complementar Municipal n. 004/93 de 08/01/1993, com redação imposta pela Lei Complementar Municipal n. 066/2007 de 22/11/2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Abril de 2016

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 498/2016

PORTARIA N. 498/2016

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando que a funcionária efetiva "Nelcy Aparecida de Abreu" encontra-se em Auxílio Doença,

Considerando a ordem de chamada,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar "ANGELINA MARIA CHIOT", brasileira, divorciada, residente neste município, nascida em 15/11/1965 inscrita no CPF n. 715.481.149-87, carteira de identidade n. 11/R 2.419.891, título eleitoral n. 041094660922, para exercer o cargo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", em caráter temporário de forma excepcional de acordo com o art. 2º, inciso I da Lei Complementar n. 025/99 de 17/12/1999, combinado com o artigo 7º da Lei Complementar n. 086/2011 de 18/10/2011 tendo em vista ter sido aprovada no Concurso Público FMS n. 001/2015 de 11 de novembro de 2015 e homologado pelo Decreto n. 008/2016 de 27 de janeiro de 2016, com vencimentos de lei a partir desta data até o retorno da titular ou até 16 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 01 de Abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 499/2016

PORTARIA N. 499/2016

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "ADRIANA CELIA BORTOLON", brasileira, solteira, residente no município de Catanduvas-SC, nascida em 17/05/1971, portadora do CPF n. 790.052.419-34, carteira de identidade n. 11/R 1.880.545, título eleitoral n. 026520220922, ocupante do cargo efetivo de "ODONTOLOGO", nível 32, classe/referência "G", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 26 (vinte e seis) dias consecutivos, a contar de 04 à 29 de Abril de 2016, conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 17 de Março de 2003 à 16 de Março de 2008.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 04 de Abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 500/2016

PORTARIA N. 500/2016.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "FERNANDA CRISTINA FAVERO", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 27/02/1981, inscrita no CPF n. 007.240.029-36, carteira de identidade n. 3.153.787, título eleitoral n. 038106250965, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "ASSISTENTE SOCIAL", nível 28, classe/referência "A", através da portaria n. 476/2016 de 01 de Março de 2016, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 08 de Abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 501/2016

PORTARIA N. 501/2016.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido "DIRCEU ASSIS DAMAS DA SILVEIRA", brasileiro, casado, residente no município de Irani-SC, nascido em 03/07/1952, inscrito no CPF n. 332.340.279-00, carteira de identidade n. 1.631.173, título eleitoral n. 034542770698, nomeado para exercer o cargo de "ASSISTENTE DE IMPRENSA", nível CC-4 - 20 horas, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo, através da portaria n. 136/2013 de 01 de Julho de 2013, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 08 de Abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 502/2016

PORTARIA N. 502/2016

"NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear "FERNANDA CRISTINA FAVERO", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 27/02/1981, inscrita no CPF n. 007.240.029-36, carteira de identidade n. 3.153.787, título eleitoral n. 038106250965, inscrição no CRESS nº 003107, para exercer em ESTÁGIO PROBATÓRIO o cargo de "ASSISTENTE SOCIAL", nível 28, classe/referência "A", cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Poder Executivo, tendo em vista ter sido aprovada no concurso público n. 001/2013 de 16 de julho de 2013, homologado pelo Decreto n. 055/2013 de 04 de outubro de 2013 e prorrogado pelo Decreto 062/2015 de 28 de setembro de 2015, com vencimentos de lei a partir de 18 de Abril de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 18 de Abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

PORTARIA N. 504/2016

PORTARIA N. 504/2016

"CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a "ANDRESSA SOARES DA SILVA DE OLIVEIRA ARTIFON", brasileira, casada, residente neste Município, nascida em 10/08/1987, inscrita no CPF n. 065.757.759-69, carteira de identidade n. 6.500.454, título eleitoral n. 090771580639, ocupante do cargo efetivo de MONITOR, "LICENÇA MATERNIDADE" pelo período de 120 (cento e vinte) dias consecutivos, a contar de 25 de Abril de 2016 a 22 de Agosto de 2016, tendo em vista ter apresentado Atestado Médico conforme faculta o artigo 126, capítulo IV do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 25 de Abril de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

PORTARIA N. 505/2016

PORTARIA N. 505/2016

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Maio de 2016, como segue:

Cód.	Nome	Período Aquisitivo	Período de Gozo
724	Valdecir Bongiovani	01/07/14 à 30/06/15	01/05/16 à 30/05/16
768	Velci de Souza Chinato	18/02/14 à 17/02/15	01/05/16 à 30/05/16

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de lei a partir de 01 de Maio de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 506/2016

PORTARIA N. 506/2016

"ALTERA CATEGORIA FUNCIONAL DE SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a categoria funcional da servidora "MICHELI CRISTINA DE OLIVEIRA", brasileira, convivente, nascida em 11/01/1983, inscrita no CPF n. 008.097.069-97, ocupante do cargo efetivo de "ENFERMEIRO(ESF)", nível 81 classe/referência "D", passando para o nível 81 classe/referência "J", tendo em vista a documentação apresentada que totalizou 700 (setecentas) horas/aulas obtidas através de cursos

realizados na área em que atua e que foi concursada, conforme Parecer Jurídico preenchendo os requisitos mencionados na Lei Complementar Municipal n. 004/93 de 08/01/1993, com redação imposta pela Lei Complementar Municipal n. 066/2007 de 22/11/2007.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de maio de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 507/2016

PORTARIA N. 507/2016

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor "ELTON BRUNO FERREIRA", brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 01/11/1968, portador do CPF n. 732.914.479-72, carteira de identidade n. 11/R 2.145.788, título eleitoral n. 023222900957, ocupante do cargo efetivo de "VIGIA", nível 01, classe/referência "A", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 03 (três) meses consecutivos, a contar de 01 de Maio de 2016 à 31 de Julho de 2016, conforme faculta o artigo 137 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 06 de Janeiro de 2010 à 05 de Janeiro de 2015.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de lei a partir de 01 de Maio de 2016.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 508/2016

PORTARIA N. 508/2016

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor "IRIVAN CESAR ZONTA", brasileiro, convivente, residente neste município, nascido em 04/01/1974, portador do CPF n. 790.048.149-49, carteira de identidade n. 11/R 2.818.744, título eleitoral n. 029862300922, ocupante do cargo efetivo de "VI-VEIRISTA", nível 01, classe/referência "J", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 88 (oitenta e oito) dias consecutivos, a contar de 01 de Maio de 2016 à 27 de Julho de 2016, conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01 de Fevereiro de 2001 à 31 de Janeiro de 2006.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de lei a partir de 01 de Maio de 2016.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 509/2016

PORTARIA N. 509/2016

“ALTERA CARGO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o cargo do servidor “TIAGO MAESTRI”, brasileiro, solteiro, residente neste município, nascido em 12/06/1981, inscrito no CPF n. 034.593.719-86, carteira de identidade n. 11/R 4.216.379, título eleitoral n. 033154780930, nomeado através da portaria n. 202/2014 de 20 de Janeiro de 2014, para exercer o cargo de “SUPERVISOR” na área de Assistência Social, passando a exercer o cargo de “DIRETOR” na área de Assistência Social, nível CC-6, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 02 de Maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 510/2016

PORTARIA N. 510/2016

“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido “SIMONE APARECIDA WUJCIK”, brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 14/06/1987, inscrita no CPF n. 010.164.779-45, carteira de identidade n. 11/R 5.276.303, título eleitoral n. 044771490957, ocupante do cargo efetivo de “MOTORISTA”, nível 04, classe/referência “A”, nomeada através da portaria n. 418/2011 de 02 de Junho de 2011, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 06 de Maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 511/2016

PORTARIA N. 511/2016

"DETERMINA O PAGAMENTO DE ANUËNIOS A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar o pagamento de anuênios do segundo contrato de trabalho do servidor "JAIR JOSÉ GEMELLI", ocupante do cargo efetivo de "Médico(ESF)", matrícula 1330, inscrito no CPF n. 710.973.929-53, conforme Parecer da Assessoria Jurídica datado de 25 de abril de 2016.

Art. 2º - O valor dos anuênios a que se refere o artigo anterior corresponde ao total de R\$ 13.587,61 (treze mil, quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta e um centavos) a serem pagos em quatro parcelas: 1ª parcela R\$ 3.417,61 (três mil, quatrocentos e dezessete reais e sessenta e um centavos), 2ª parcela R\$ 3.390,00 (três mil, trezentos e noventa reais), 3ª parcela R\$ 3.390,00 (três mil, trezentos e noventa reais) e 4ª parcela R\$ 3.390,00 (três mil, trezentos e noventa reais), com vencimento da 1ª parcela no mês de maio de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 06 de Maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 512/2016

PORTARIA N. 512/2016

"PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos a contar de 20 de Abril de 2016 a 18 de Junho de 2016 a "LICENÇA MATERNIDADE" concedida a servidora "MARCIA CRISTINA RODRIGUES ANZOLIN", inscrita no CPF n. 005.972.559-11, ocupante do cargo efetivo de "AUXILIAR DE ENFERMAGEM" conforme Emenda a Lei Orgânica n. 02 de 04 de Junho de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de lei a partir de 20 de Abril de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 06 de Maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 513/2016

PORTARIA N. 513/2016.

"CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "ROSE MARI GONÇALVES CHAVES", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 29/08/1970, inscrita no CPF n. 800.110.639-04, carteira de identidade n. 2.819.243, título eleitoral n. 029856090949, ocupante do cargo efetivo de "PROFESSOR", nível IV, classe/referência "J", "LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES" e sem remuneração, pelo período de 02(dois) anos consecutivos, a partir de 14 de Maio de 2016 à 13 de Maio de 2018, conforme faculta o art. 135, capítulo IX do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 13 de Maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 514/2016

PORTARIA N. 514/2016

"PRORROGA LICENÇA MATERNIDADE QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar pelo período de 60 (sessenta) dias consecutivos a contar de 17 de Maio de 2016 a 15 de Julho de 2016 a "LICENÇA MATERNIDADE" concedida a servidora "DANIELA APARECIDA MORAIS", inscrita no CPF n. 031.594.089-14, ocupante do cargo efetivo de "ASSISTENTE SOCIAL" conforme Emenda a Lei Orgânica n. 02 de 04 de Junho de 2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 17 de Maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 515/2016

PORTARIA N. 515/2016.

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "ALINE APARECIDA ANHAYA", brasileira, convivente, residente neste município, nascida em 07/08/1985, inscrita no CPF n. 059.863.649-88, carteira de identidade n. 4.756.555, título eleitoral n. 048081540906, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", através da portaria n. 496/2016 de 01 de Abril de 2016, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 17 de Maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 516/2016

PORTARIA N. 516/2016

"CONTRATA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando que a funcionária efetiva "RUTH MARIA TABORDA DA SILVA" encontra-se em LICENÇA PRÊMIO,

Considerando a ordem de chamada,

RESOLVE:

Art. 1º - Contratar "KATIA APARECIDA MIOTTO DE ABREU", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 29/11/1987, inscrita no CPF n. 059.646.219-02, carteira de identidade n. 11/R 5.276.307, título eleitoral n. 046646750922, para exercer o cargo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", em caráter temporário de forma excepcional de acordo com o art. 2º, inciso I da Lei Complementar n. 025/99 de 17/12/1999, combinado com o artigo 7º da Lei Complementar n. 086/2011 de 18/10/2011 tendo em vista ter sido aprovada no Concurso Público FMS n. 001/2015 de 11 de novembro de 2015 e homologado pelo Decreto n. 008/2016 de 27 de janeiro de 2016, com vencimentos de lei a partir desta data até 26 de Junho de 2016.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 24 de Maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 517/2016

PORTARIA N. 517/2016

"EXONERA COMPULSORIAMENTE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando que o servidor "JOSÉ MANOEL PRADO", foi nomeado em 16/05/2011, por ter sido aprovado no Concurso Público Municipal para o cargo de "SERVENTE" e,

Considerando o Art. 40, §1º, Inciso II, da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar compulsoriamente "JOSE MANOEL PRADO", brasileiro, separado, residente neste município, nascido em 28/05/1946, inscrito no CPF n. 294.782.949-20, carteira de identidade n. 11/R 382.409, título eleitoral n. 007884270930, ocupante do cargo efetivo de "SERVENTE", nível 1, classe/referência "A", nomeado através da portaria n. 403/2011 de 16 de maio de 2011, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 30 de Maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 518/2016

PORTARIA N. 518/2016.

"EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENECHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "IVETE ANTUNES DE OLIVEIRA SANTOS", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 22/07/1970, inscrita no CPF n. 702.648.809-00, carteira de identidade n. 2.419.854, título eleitoral n. 024988630949, contratado em caráter temporário para exercer o cargo de "AUXILIAR DE ENFERMAGEM

(ESF)", nível 07, classe/referência "A", através da portaria n. 485/2016 de 08 de Março de 2016, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 30 de Maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 519/2016

PORTARIA N. 519/2016

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "GLEICE APARECIDA DOS SANTOS BASILIO", brasileira, solteira, residente neste município, nascida em 12/05/1985, inscrita no CPF n. 056.198.899-47, carteira de identidade n. 4.621.669-3, título eleitoral n. 041892910973, nomeada para exercer o cargo de "AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE (ESF)" através da portaria n. 536/2006 de 17 de Agosto de 2006 e readaptada para o cargo de "AGENTE ADMINISTRATIVO (ESF)" através da portaria n. 608/2012 de 12 de Junho de 2012, as quais ficam sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 31 de Maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 520/2016

PORTARIA N. 520/2016

"EXONERA A PEDIDO SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a Pedido "VELCI DE SOUZA CHINATO", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 09/12/1976, inscrita no CPF n. 005.972.079-41, carteira de identidade n. 3.153.192, título eleitoral n. 033136120922, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", nomeada através da portaria n. 498/2003 de 18 de Março de 2003, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 31 de Maio de 2016.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.016/16

DECRETO Nº 13.016/16, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.361/16, de 1º de junho de 2016:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação

03 – Departamento de Ensino Infantil

2.037 – Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos

3.1.90.00.00.00.00.00.03.0001 - Aplicações diretas R\$ 550.000,00

3.1.91.00.00.00.00.00.03.0001 - Aplicações diretas R\$ 250.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 800.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.011/16

DECRETO Nº 13.011/16, DE 01 DE JUNHO DE 2016.

Anula o Decreto nº 12.991/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Memorando nº 015/DEPEW,

RESOLVE

Art. 1º Anular o Decreto nº 12.991/16, que tornou sem efeito o Decreto nº 12.802/16, que nomeou GISLAINE MARTINS, para exercer o emprego público de Agente Comunitário de Saúde, criado pela Lei Complementar nº 1942/2007 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 01 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 01 dia do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.012/16

DECRETO Nº 13.012/16, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, SIBELE CAON TURMINA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de junho de 2016.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS

Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.013/16

DECRETO Nº 13.013/16, DE 1º DE JUNHO DE 2016.

Torna sem efeito o Decreto nº 12.932/16.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 9791/2016,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito o Decreto nº 12.932/16, que nomeou VANDA RODRIGUES BOLZANI, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.014/16

DECRETO Nº 13.014/16, DE 1º DE JUNHO DE 2016.
Nomeia Auxiliar de Serviços Gerais

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Complementar nº 129/12 e alterações, bem como na Lei Complementar nº 118/11 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARILEI MACIEL DE OLIVEIRA FERREIRA, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público referente ao Edital nº 002/2014, homologado em 13 de fevereiro de 2015, para exercer o cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, criado pela Lei Complementar nº 118/11 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.015/16

DECRETO Nº 13.015/16, DE 1º DE JUNHO DE 2016.
Nomeia Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Nomear, ULISSES GHELLER, para exercer o cargo comissionado de Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação, símbolo DAS-1, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Habitação.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

DECRETO Nº 13.317/16

DECRETO Nº 13.317/16, DE 06 DE JUNHO DE 2016.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.308/15, de 10 de dezembro de 2015.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 298.425,70 (duzentos e noventa e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e setenta centavos), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

09 – Secretariade Infraestrutura	
01 – Departamento de Obras e Serviços Urbanos	
2.050–Manutençãoda Iluminação Pública	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0014 – Aplicações Diretas	298.425,70
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	298.425,70

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá a conta do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

LEI 3.361/16

LEI Nº 3.361/16, DE 1º DE JUNHO DE 2016.
Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

07 – Secretaria Municipal de Educação

03 – Departamento de Ensino Infantil
2.037 – Manutenção do Ensino de 0 a 6 Anos
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0001 - Aplicações diretas R\$ 550.000,00
3.1.91.00.00.00.00.00.03.0001 - Aplicações diretas R\$ 250.000,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES R\$ 800.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do Superávit Financeiro do exercício de 2015.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0459/16

PORTARIA Nº 0459/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00006/12-4, nos assentos funcionais da servidora NOILI GHELLER, detentora da matrícula funcional nº 949, e do cargo de provimento efetivo de Professor, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 9866/16,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, NOILI GHELLER, detentora da matrícula funcional nº 949 e do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 10 (dez) anos, 04 (quatro) meses e 0 (zero) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00006/12-4, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de junho de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0460/16

PORTARIA Nº 0460/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00014/12-7, nos assentos funcionais do servidor WILSON LENSER, detentor da matrícula funcional nº 722, e do cargo de provimento efetivo de Operador de Motoniveladora, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 9721/2016,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais do servidor, WILSON LENSER, detentor da matrícula funcional nº 722 e do cargo de provimento efetivo de Operador de Motoniveladora, pelo período de 17 (dezessete) anos, 0 (zero) meses e 04 (quatro) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00014/12-7, para fins de concessão de aposentadoria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de junho de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0461/16

PORTARIA nº 0461/16

Revoga a Portaria nº 0535/14

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações,

RESOLVE

Art. 1º Revogar, a partir de 24 de maio de 2016, a Portaria nº 0535/14, que designou LEACIR FÁTIMA BOLZON DE OLIVEIRA, para exercer a Função Gratificada de Chefe do Setor de Limpeza e Cozinha, símbolo FG-6, com a remuneração de Lei, subordinada a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 24 de maio de 2016.

Videira, 1º de junho de 2016.
WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 0463/16

PORTARIA Nº 0463/16

Autoriza a averbação de Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00041/16-7, nos assentos funcionais da servidora NEIVA DUTRA BORGHA, detentora da matrícula funcional nº 16384, e do cargo de provimento efetivo de Professor, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 9941/2016,

RESOLVE

Art.1º Autorizar a averbação nos assentamentos funcionais da servidora, NEIVA DUTRA BORGHA, detentora da matrícula funcional nº 16384 e do cargo de provimento efetivo de Professor, pelo período de 20 (vinte) anos, 7 (sete) meses e 17 (dezesete) dias, constantes na Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS sob o nº 20022080.1.00041/16-7, para fins de concessão de aposentadoria.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 03 de junho de 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 03 dias do mês de junho de 2016.

LUCIANE MARIA DOS SANTOS
Secretária de Administração

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2016 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 21/2016 - FMS. 1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR MANUTENÇÃO CORRETIVA COM TROCA DE PEÇAS NO EQUIPAMENTO BS 300, INSTALADO NO LABORATÓRIO MUNICIPAL, POR MEIO DA SECRETARIA DE SAÚDE. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14h00min do dia 30/06/2016. Abertura da sessão no mesmo dia às 14h00min. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 06 de junho 2016.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DA TP Nº 07/2016 – PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 07/2016 – PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR REFORMA NO ANTIGO PRÉDIO ONDE A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESTAVA INSTALADA, COM ÁREA DE 243,00m², PELAS SECRETARIAS DE PLANEJAMENTO E EDUCAÇÃO, restando INABILITADA a empresa Construtora Dom Juan Ltda ME e JM Extintores Caçador Eireli ME, e consideram HABILITADAS as empresas Fundamento Construtora Ltda, Mendes e Suckow Engenharia e Construções Ltda EPP, Martini e Franciscatto Engenharia Ltda EPP, Palazzo Construtora Ltda ME, Reger Engenharia e Construções Ltda EPP e Vite Serviços e Soluções Ltda ME. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 06 de Junho de 2016.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 005/2016 FMS

Processo de Licitação 005/2016 FMS

Modalidade: Pregão 005/2016 FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES

Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade de Pregão, na forma presencial, objetivando AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE ACADEMIA DE GINÁSTICA AO AR LIVRE NO MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h30min, do dia 17 de junho de 2016 em sessão pública, na mesma dirigida pelo pregoeiro designado, o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Integra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 07 de junho de 2016.

LUIZ LUCIO FOSSA

Prefeito Municipal em exercício

Xanxerê

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGAO PRESENCIAL N° 0052/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE XANXERÊ-SC, nos termos da Lei Federal nº 10.520/02 e suas alterações, torna público que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 0052/2016, tendo como objeto a Contratação de Empresa Especializada para a realização da 1ª Expo Leite e Beef Show, que se dará de 30 de junho a 03 de julho de 2016, no Parque de Exposições Rovilho Bortoluzzi, com fornecimentos de todos os itens constante no Anexo I do Edital. O recebimento das propostas será até as 09h45min, do dia 17 de junho de 2016, no setor de protocolo e a abertura será realizada às 10h00min do mesmo dia. Retirada do Edital no site www.xanxere.sc.gov.br. Xanxerê-SC, 02 de junho de 2016. Ademir José Gasparini– Prefeito Municipal.

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 056/2016

DECRETO Nº 056/2016

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SRA. IZILDE JANDIRA PAWIOKIEVICZ FASOLO OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR DE DIREÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. IZILDE JANDIRA PAWIOKIEVICZ FASOLO, ocupante de cargo comissionado de Assessora de Direção, retornando neste ato ao cargo efetivo de Atendente Administrativo, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 01 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 057/2016

DECRETO Nº 057/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SRA. JÉSSICA PAULA PINSETTA OCUPANTE DE CARGO EFETIVO DE ATENDENTE PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. JÉSSICA PAULA PINSETTA, ocupante de cargo efetivo de Atendente, portadora da Cédula de Identidade nº 5.162.850 e CPF nº 083.099.419-00, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Direção, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração no Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 01 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 058/2016

DECRETO Nº 058/2016

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101 VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. NERI JOÃO BERNARDY, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Diretor, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 01 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 059/2016

DECRETO Nº 059/2016

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 101 VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Sra. SAIONARA CAUS, ocupante do cargo comissionado de Assessor de Diretor, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 01 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 060/2016

DECRETO Nº 060/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SR. NERI JOÃO BERNARDY PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado

de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Sr. NERI JOÃO BERNARDY, para exercer o cargo comissionado de Diretor, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração no Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada, com efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), em 02 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 078/2016

PORTARIA Nº 078/2016

CONCEDE FÉRIAS REMANESCENTES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, combinado com o art. 23, § 2º, inciso IX da Lei Orgânica Municipal, bem como Lei Complementar nº 002/2000, atualizada;

Considerando a Portaria nº 111/2015, que concedeu 30 (trinta) dias de férias a servidora Pública Municipal Sra. Taciane Caon;

Considerando a Portaria nº 115/2015, a qual interrompeu parcialmente as férias concedidas à servidora Pública Municipal Sra. Taciane Caon;

Considerando que da interrupção, ficaram remanescentes 20 (vinte) dias de férias, as quais estão sendo neste ato concedidas pela administração pública municipal, de conformidade com o interesse público.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 20 (vinte) dias de férias remanescentes a servidora Pública Municipal Sra. Taciane Caon, ocupante do cargo efetivo de Engenheiro Civil, referente ao período aquisitivo de 03/05/2012 à 02/05/2013, a contar do período de 01/06/2016 à 20/06/2016.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina, (SC), 01 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 079/2016

PORTARIA Nº 079/2016

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 002/2000, atualizada, art. 144, III, b, e;

Considerando o pedido de afastamento solicitado pelo Servidor Público Municipal Senhor Delmar Dal Bello, em virtude do falecimento de sua mãe, senhora Lucia Comin Dall Bello;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias consecutivos de afastamento do serviço, ao Servidor Público Municipal, Sr. Delmar Dall Bello, em virtude do falecimento de sua mãe, senhora Lucia Comin Dall Bell, ocorrido em 27 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 01 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 080/2016

PORTARIA Nº 079/2016

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 002/2000, atualizada, art. 144, III, b, e;

Considerando o pedido de afastamento solicitado pelo Servidor Público Municipal Senhor Delmar Dal Bello, em virtude do falecimento de sua mãe, senhora Lucia Comin Dall Bello;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 07 (sete) dias consecutivos de afastamento do serviço, ao Servidor Público Municipal, Sr. Delmar Dall Bello, em virtude do falecimento de sua mãe, senhora Lucia Comin Dall Bell, ocorrido em 27 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 01 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 081/2016

PORTARIA Nº 081/2016

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE AFASTAMENTO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 002/2000, atualizada, art. 144, II, e;

Considerando o pedido de afastamento solicitado pela Servidora Pública Municipal Senhora Clancelise Dall Bello, em virtude do falecimento de sua sobra, senhora Lucia Comin Dall Bello;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 03 (três) dias consecutivos de afastamento do serviço, a Servidora Pública Municipal, Sra. Clancelise Dall Bello, em virtude do falecimento de sua sogra, senhora Lucia Comin Dall Bell, ocorrido em 27 de maio de 2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 01 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

PORTARIA 082/2016

PORTARIA Nº 082/2016

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PESSOAL TEMPORÁRIO PARA PREENCHIMENTO DE VAGA NO QUADRO DE PESSOAL DO EXECUTIVO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDI BABINSKI, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII, da Lei Orgânica Municipal, Lei Complementar nº 034/2009, atualizada, combinado com a Lei nº 782/02, e,

Considerando o concurso público nº 001/2013, realizado pelo município de Xavantina-SC;

Considerando que foram ofertadas 02 vagas ao cargo de médico, sendo suprido pelo concurso público nº 001/2013;

Considerando que no município de Xavantina, também atuava outro profissional médico, atendendo através do programa Mais Médicos, o qual solicitou sua remoção deste Município;

Considerando o pedido de exoneração na data de 04 de março de 2016 do servidor público municipal Senhor Carlos Alberto Barbieri, portador do CPF nº 638.652.119-68, RG nº 5069869765 e CRM/UF 019799/SC, o qual ocupava uma das vagas do cargo de Médico, com carga horária de 40 horas semanais;

Considerando que no município a grande demanda de atendimento médico, necessitando de no mínimo 02 profissionais nesta área para suprir essa necessidade, prestando atendimento ao público em duas Unidades Básicas de Saúde, sendo uma no Distrito de Linha Das Palmeiras e outra na Cidade de Xavantina;

Considerando que foram esgotadas todas as possibilidades quanto ao chamamento de candidatos habilitados ao cargo de médico

para o concurso público nº 001/2013, em vigor, não restando mais profissionais a serem chamados para assumir a vaga de médico ofertada;

Considerando a urgente necessidade de contratação temporária de um profissional médico para atender a necessidade de excepcional interesse público na área saúde para a população xavantinense;

Considerando a realização do processo seletivo nº 001/2016, para a contratação de profissional médico;

Considerando que do referido seletivo acima não houveram inscritos para atender a demanda por ora existente neste município;

Por fim, considerando toda situação de emergência já detalhada, referida contratação torna-se medida fundamental a garantir a continuidade do serviço público, mas principalmente, a preservar o direito constitucionalmente à vida, à saúde e dignidade da pessoa humana.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar em caráter temporário de forma emergencial a Sra. NATHANY RAUP PORFIRIO, brasileira, solteira, médica CREMESC/21054, residente e domiciliado neste Município, portadora da Cédula de Identidade nº 4.366.151 e CPF nº 070.396.779-70, para ocupar a função do cargo de Médico, prestando serviços inerentes à área da saúde, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, gerando efeitos a contar desta data.

Parágrafo único. O prazo de vigência do Contrato de Trabalho está condicionado ao disposto na Lei nº 782/2002 e ao Contrato de Trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Xavantina (SC), 01 de Junho de 2016.

CLAUDI BABINSKI

Prefeito Municipal Interino

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

Tiago Brandelero

Assessor de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA 22/2016

AVISO DE DISPENSA 22/2016
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE XAXIM

O Município de Xaxim - SC através do seu prefeito comunica a presente dispensa, a saber :

Dispensa de Licitação N. 22/2016

Processo Licitatório N. 090/2016

Homologação: 01/06/2016

Fornecedor: 533- CBA INFORMATICA LTDA

CNPJ: 80.156.326/0001-41

Valor Total: 5.600,00

Objeto: A contratação de empresa especializada em prestação de serviços de consultoria em tecnologia da informação para o gerenciamento de ambiente de datacenter da Prefeitura Municipal de Xaxim-SC.

Vigência: 31/12/2016.

Fundamento: art. 24, inciso II da Lei 8.666/93

Xaxim - SC, 06 de junho de 2016.

Consórcios

AGIR

CONVOCAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR

CONVOCAÇÃO COMITÊ DE REGULAÇÃO
REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA, Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, nomeado pela Resolução nº 025/2016, no uso das atribuições legais e de acordo com os Artigos 36 e 40 com seus parágrafos seguintes do Regimento Interno da AGIR, CONVOCA os conselheiros titulares para a REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA que se realizará no dia 14 de junho, 14h00min, com a presença da maioria simples dos conselheiros.

Local: Rua: Alberto Stein, nº 466 - 1º piso, Sala de Reuniões da AMMVI, CEP: 89036-200, Bairro: Velha, Blumenau, Santa Catarina.

ORDEM DO DIA:

- 1 – Leitura e aprovação da ata anterior;
- 2 – Proposta de Resolução Normativa Reajustes e Revisões;
- 3 – Assuntos Gerais.

Blumenau (SC), em 06 de junho de 2016.

RICARDO ALEXANDRE DA SILVA
Presidente do Comitê de Regulação
(Resolução nº 025/2016)

CIDEMA

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 05/2016

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 05/2016

O Consórcio Intermunicipal Desenvolvimento Econômico Social Meio Ambiente - CIDEMA, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Getúlio Vargas, 571-S, Sala 02, inscrita no CNPJ sob o nº 03.455.536/0001-90, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Chapecó - SC, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. FABIANO DA LUZ, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, nº 134, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato representada pela Sr.^a Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o nº 007.395.609-05, doravante denominada CONTRATADA, em decorrência do processo em decorrência do processo de Compra Direta nº 05/2016, homologado em 31/05/2016, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Compras, Contabilidade, Folha, Patrimônio, Planejamento e Ponto com acessos simultâneos, em ambiente Windows, e Transparência Fly e Pontual Fly em ambiente web, utilizando banco de dados relacional, e a manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir de 01/06/2016, com vigência até 31/05/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguintes valores R\$ 15.923,28 na vigência do Contrato.

Chapecó, SC, 31 de maio de 2016.

CIDEMA BETHA SISTEMAS LTDA.
Fabiano da Luz Daniela Ramos Silva
CONTRATANTE CONTRATADA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 05/2016

Processo: Dispensa de Licitação

Objeto: fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Compras, Contabilidade, Folha, Patrimônio, Planejamento e Ponto com acessos simultâneos, em ambiente Windows, e Transparência Fly e Pontual Fly em ambiente web, utilizando banco de dados relacional, e a manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

Justificativa da Dispensa de Licitação: Inviabilidade de competição, fundamentada no Lei 8.666/93 artigo 23, inciso II, § 8º e art. 24 inciso II, em razão do valor.

FABIANO DA LUZ

Presidente do CIDEMA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL E MEIO AMBIENTE - CIDEMA

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 05/2016

Processo: Dispensa de Licitação

Objeto: fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Compras, Contabilidade, Folha, Patrimônio, Planejamento e Ponto com acessos simultâneos, em ambiente Windows, e Transparência Fly e Pontual Fly em ambiente web, utilizando banco de dados relacional, e a manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

Justificativa da Dispensa de Licitação: Inviabilidade de competição, fundamentada no Lei 8.666/93 artigo 23, inciso II, § 8º e art. 24 inciso II, em razão do valor.

FABIANO DA LUZ

Presidente do CIDEMA

CIGA**Extrato de Contrato n. 268 - Prefeitura Municipal de Urupema**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 268/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Prefeitura Municipal de Urupema

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Urupema

CNPJ: 78.492.576/0001-00

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: 49/2016

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Gestão Tributária, Gestão do Simples Nacional: serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C), permitindo o controle dos contribuintes e a geração de informações estratégicas relevantes para a orientação da fiscalização a ser exercida pelo Fisco municipal, bem como para a orientação dos procedimentos a serem realizados no âmbito do Simples Nacional; - ORDEM DE COMPRA:

Gestão Tributária, Registro Mercantil Integrado (REGIN): serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem o REGIN, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais; - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 3.120,00 (três mil e cento e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2016.

Florianópolis, 02 de maio de 2016.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI**AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 005/2016 - PREGÃO PRESENCIAL POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM ALVENARIA, HIDRÁULICA, ELÉTRICA E DE SERRALHERIA/CORTE E SOLDA**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 005/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Pregão Presencial pelo sistema de registro de preços para contratação de empresa prestadora de serviços especializados em alvenaria, hidráulica, elétrica e de serralheria/corte e solda, do tipo Menor Preço por LOTE.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no escritório do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, em Timbó/SC, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em www.cimvi.sc.gov.br>Licitações.

Os envelopes (Proposta e Habilitação) serão recebidos até o dia 20 de junho de 2016, às 09h00min no Escritório do CIMVI, sito à Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural (Aterro Sanitário), em Timbó/SC; abertura dos envelopes às 09h10min no mesmo local, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 30/05/2016

Hartwig Persuhn

Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 006/2016 - PREGÃO PRESENCIAL POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - CONTRATAÇÃO DE HORA MÁQUINA/EQUIPAMENTO/CAMINHÃO

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 006/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Pregão Presencial pelo sistema de registro de preços para contratação de hora máquina/equipamento/caminhão, do tipo Menor Preço por item.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no escritório do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, em Timbó/SC, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em www.cimvi.sc.gov.br>Licitações.

Os envelopes (Proposta e Habilitação) serão recebidos até o dia 20 de junho de 2016, às 14h30min no Escritório do CIMVI, sito à Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural (Aterro Sanitário), em Timbó/SC; abertura dos envelopes às 14h40min no mesmo local, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 30/05/2016

Hartwig Persuhn

Presidente

AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 007/2016 - PREGÃO PRESENCIAL - AQUISIÇÃO DE TUBO DE PEAD DE 200MM PN10 PERFURADO, GEOTÊXTIL TECIDO 25 KN/M E PEDRA PULMÃO (RACHÃO)

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIM-VI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 007/2016
AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Pregão Presencial para aquisição de tubo de PEAD de 200mm PN10 perfurado, geotêxtil tecido 25 kN/m e pedra pulmão (rachão), do tipo Menor Preço por item.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no escritório do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, em Timbó/SC, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em www.cimvi.sc.gov.br>Licitações.

Os envelopes (Proposta e Habilitação) serão recebidos até o dia 21 de junho de 2016, às 09h00min no Escritório do CIMVI, sito à Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural (Aterro Sanitário), em Timbó/SC; abertura dos envelopes às 09h10min no mesmo local, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 30/05/2016
Hartwig Persuhn
Presidente**AVISO DE LICITAÇÃO - LICITAÇÃO Nº 008/2016 - PREGÃO PRESENCIAL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA E ANÁLISE LABORATORIAL**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIM-VI

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 008/2016
AVISO DE LICITAÇÃO

O Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí torna público, de acordo com as Leis nº 8.666/93 e 10.520/02 e alterações posteriores, e Lei Complementar nº 123/2006, que fará realizar Pregão Presencial para prestação de serviços de coleta e análise laboratorial, do tipo Menor Preço por LOTE.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados no escritório do CIMVI, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, em Timbó/SC, das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, de segunda a sexta-feira, e na internet em www.cimvi.sc.gov.br>Licitações.

Os envelopes (Proposta e Habilitação) serão recebidos até o dia 21 de junho de 2016, às 14h30min no Escritório do CIMVI, sito à Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural (Aterro Sanitário), em Timbó/SC; abertura dos envelopes às 14h40min no mesmo local, com participação aberta às proponentes e ao público.

Timbó(SC), 30/05/2016
Hartwig Persuhn
Presidente

CIS NORDESTE

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2016

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2016

Origem: Dispensa de Licitação

Processo Administrativo nº 10/2016

Contratante: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORDESTE DE SANTA CATARINA – CISNORDESTE/SC

Contratada: PEREIRA & SOUZA INFORMÁTICA LTDA (CNPJ: 11.349.408/0001-90)

Objeto: Aquisição de um HD para Desktop (500 GB) para o CISNORDESTE/SC.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II c/c art. 24, § 1º, ambos da Lei nº 8.666/93.

Valor Global: R\$269,00 (duzentos e sessenta e nove reais).

Data: Joinville, 23 de maio de 2016.

José Chaves
Prefeito Municipal de Garuva
Presidente do CISNORDESTE/SC
CONTRATANTE

CIS/AMOSC**EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 02/2016**

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS nº 02/2016

O Consórcio Intermunicipal DE Saúde Oeste DE SANTA CATARINA – CIS-AMOSC, pessoa jurídica de direito público, com sede à Av. Getúlio Vargas, 571-S, Salas 13 e 14, inscrita no CNPJ sob o n.º 03.336.261/0001-40, Inscrição Estadual Isenta, na cidade de Chapecó, SC, neste ato, representada pelo Presidente, Sr. VILMA FOPPA, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA., pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato representada pela Sr.ª Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o n.º 007.395.609-05, doravante denominada CONTRATADA, em decorrência do processo em decorrência do processo de Compra Direta n.º 02/2016, homologado em 31/05/16, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Compras, Contabilidade, Folha, Patrimônio, Planejamento e Ponto com acessos simultâneos, em ambiente Windows, e Transparência Fly e Pontual Fly em ambiente web, utilizando banco de dados relacional, e a manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir de 01/06/2016, com vigência até 31/05/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguintes valores R\$ 15.923,28 na vigência do Contrato.

Chapecó, 31 de maio de 2016.

CIS-AMOSC
Vilmar Foppa
CONTRATANTE

BETHA SISTEMAS LTDA.
Daniela Ramos Silva
CONTRATADA

EXTRATO TERMO ADITIVO

EXTRATO TERMO ADITIVO 06/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº09/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: CIAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 05.782.733/0001-49

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO

GERENCIADOR e RENATA CASAGRANDE GALIOTTO, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 12/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº08/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 03.652.030/0001-70

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e EDIVAR SZYMANSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 12/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: A. G. KIENEN E CIA LTDA.

CNPJ: 82.225.947/0001-65

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e RICARDO A. G. CALDART, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 09/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: DALMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 05.201.539/0001-22

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e LUIZ SULCHINSKI, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 03/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº05/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

CNPJ: 13.568.558/0001-10

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e IJOWI TOBIN DILDA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 07/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: CIRURGICA SANTA CRUZ COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 94.516.671/0002-34

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e DAIANE LIMBERGER DIAS, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 04/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº02/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: ADISUL COMERCIAL LTDA.

CNPJ: 11.018.062/0001-47

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde

do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e RODRIGO PEUKERT URACH, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 12/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº37/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: S & R DISTRIBUIDORA LTDA.

CNPJ: 04.889.315/0001-92

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e SERGIO JACIR PORTELA, doravante denominado FORNECEDOR.

EXTRATO TERMO ADITIVO 05/2016 - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº25/2016.

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 24/2015.

TIPO: Menor preço.

OBJETO: Aquisição de medicamentos conforme descrição e especificações e demais condições constantes no ANEXO I do EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015.

FORNECEDOR: KFMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA EPP.

CNPJ: 15.068.089/0001-03

VIGÊNCIA: De janeiro a dezembro de 2016.

O Termo Aditivo completo encontra-se disponível no site amosc.org.br Link: <http://amosc.org.br/cms/diretorio/index/codMapaItem/70001>. Assinam o Termo o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de SC - CISAMOSC, neste ato representado por seu Presidente VILMAR FOPPA, doravante denominado ORGÃO GERENCIADOR e KARINA BIZOTTO, doravante denominado FORNECEDOR.

CIS/AMURC

1ª ALTERAÇÃO_EXTRATO_ PREGAO PRESENCIAL 01/2016

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO CONTESTADO-CISAMURC

1ª ALTERAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 01/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2016

TIPO LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado - CISAMURC, informa que alterou os horários para abertura e julgamento das propostas bem como do início da sessão de disputa de preços do EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação, com fornecimento parcelado de Medicamentos e Correlatos, nos seguintes termos:

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 07/06/2016 até às 08:00 horas do dia 17/06/2016.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: as 09h:30m do dia 17/06/2016.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 17/06/2016.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

LOCAL: www.bllcompras.org.br "Acesso Identificado". Maiores informações poderão ser obtidas no Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Contestado CISAMURC, sita Rua João da Cruz Kreiling, 875, no município de Canoinhas, SC, de segunda à sexta-feira, no horário das 08:30 horas às 12:00 e das 13:30 às 17:00 horas, ou pelo telefone (47) 3622-4530.

Canoinhas, 06 de junho de 2016.

JULIANO POZZI PEREIRA

Presidente

CIS/AMURES

ERRATA ATA ASSEMBLÉIA DE POSSE PRESIDENCIA CIS/AMURES 2016

ERRATA – ATA NO. 07/16 ASSEMBLÉIA DE POSSE PRESIDÊNCIA CIS/AMURES 2016

ERRATA

Na publicação legal da Ata no. 07/2016 Assembleia de Posse Presidência CIS/AMURES 2016, publicado no DOM/SC, Edição no.1918, em 25 de janeiro de 2016, houve um erro material de digitação quanto ao número da ata.

Onde se lê:

ATA NO. 07/16 ASSEMBLÉIA DE POSSE PRESIDÊNCIA CIS/AMURES 2016

ATA 07 – ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS AMURES

Leia-se:

ATA DE ASSEMBLÉIA DE POSSE PRESIDÊNCIA CIS/AMURES 2016

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CIS AMURES

Os demais termos da referida Ata permanecem inalterados.

Lages, 06 de junho de 2016.

Pe. Edilson José de Souza

Presidente do CIS/AMURES

CITMAR

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2016

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE TURISMO COSTA VERDE E MAR.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2016

Nº. Processo: 03/2016.

Objeto: É objeto do presente a Cessão de Espaço de 12,00 m² de estande promocional para participação em Feira, que se realizará nos dias 04 de novembro de 2016, das 14h às 20h e no dia 05 de Novembro de 2016, das 14h às 19h, no Serra Park Centro de Feiras e Eventos, do Evento denominado 28º FESTURIS – FEIRA DE TURISMO DE GRAMADO, buscando promover a divulgação da região dos municípios integrantes do CITMAR (Balneário Piçarras, Bombinhas, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luís Alves, Navegantes, Penha e Porto Belo).

Total de Itens Licitados: 00001.

Fundamento Legal: Artigo 25, caput da Lei 8.666/93.

Justificativa: Objeto praticado unicamente pela referida empresa que tem exclusividade na organização do presente evento.

Declaração de Inexigibilidade em 17/05/2016 - Cirino Adolfo Cabral Neto - Assessor Jurídico CITMAR - OAB/SC nº. 25.073.

Ratificação em 17/05/2016 – Roberto Carlos de Souza - Presidente CITMAR / Célio José Bernardino - Diretor Executivo CITMAR.

Homologação: 25/05/2016

Adjudicação: 25/05/2016

Valor: R\$ 12.755,70 (doze mil e setecentos e cinquenta e cinco reais e setenta centavos).

Contratada: ROSSI & ZORZANELLO LTDA EPP – ROSSI & ZORZANELLO FEIRAS E EMPREENDIMENTOS.

CNPJ 92.081.926/0001-77

Itajaí/SC, 25 de maio de 2016.

Roberto Carlos de Souza

Presidente CITMAR

Célio José Bernardino

Diretor Executivo - CITMAR.